



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ANA CARLA DA SILVA LEMOS

**MOVIMENTOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO: uma etnografia
lésbica feminista**



RECIFE

2019

ANA CARLA DA SILVA LEMOS

**MOVIMENTOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO: uma etnografia
lésbica feminista**

Dissertação apresentado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção parcial do título de Mestra em Antropologia.

Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profª. Dra. Marion Teodósio de Quadros

Coorientadora: Profª. Dra. Suely Aldir Messeder

RECIFE

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L557m Lemos, Ana Carla da Silva.
Movimentos de lésbicas de Pernambuco : uma etnografia lésbica
feminista / Ana Carla da Silva Lemos. – 2019.
611 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Marion Teodósio de Quadros.
Coorientadora: Profª. Drª. Suely Aldir Messeder.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2019.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Antropologia. 2. Movimentos sociais. 3. Lésbicas. 4. Identidade. 5.
Feminismo. 6. Sexualidade. I. Quadros, Marion Teodósio de (Orientadora).
II. Messeder, Suely Aldir (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-142)

ANA CARLA DA SILVA LEMOS

**MOVIMENTOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO: uma etnografia
lésbica feminista**

Dissertação apresentado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção parcial do título de Mestra em Antropologia.

Aprovada em: 28/08/2019

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Marion Teodósio de Quadros (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Suely Aldir Messeder (Coorientadora)
Universidade do Estado da Bahia

Profª. Dra. Ana Claudia Rodrigues da Silva (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Felipe Bruno Martins Fernandes (Examinador externo)
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho ao meu avô, meu pai, Bartolomeu Ferreira da Silva, já falecido. À Minha mãe/avó que me criou e meu deu todo amor e me ensinou muito na vida, Ridete Lemos Mota. Às minhas filhas Gabriella Lemos e Eduarda Lemos, por me ensinarem muito sobre a vida. Agradeço a minha mãe Oxum por matar minha sede e me dar caminhos. A Deus e ao panteão dos orixás, por todo afeto, proteção e amparo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a FACEPE por ter financiado esta pesquisa.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE, por fazer parte da minha formação, por ter me incitado na graduação a trilhar pelos caminhos antropológicos, especialmente Ana Cláudia Rodrigues, Russel Parry Scott, Lady Selma Albernaz, Alex Vailati, Mísia Reesink, Hugo Menezes Neto, assim como minha orientadora Marion Teodósio de Quadros, que me acompanha desde a graduação na parceria da produção e que tem me ensinado muito.

Minha coorientadora Suely Aldir Messeder, pelos momentos de aprendizados e trocas, e por estar sempre preocupada na formação de pesquisa em sexualidade, do qual também fui e sou aprendiz.

À Ademilda Guedes por toda sua disposição em contribuir com o funcionamento do PPGA-UFPE e compartilhar afeto através de suas gentilezas.

Imensa gratidão a todas as pessoas do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade – FAGES - UFPE, núcleo de estudos e pesquisas que contribui muito para minha formação, antes mesmo da minha entrada na graduação.

As integrantes do GEA – Grupo de Estudos Aqualtune – UFPE, coordenado por Marion Teodósio de Quadros e as demais integrantes Cristina Buarque, Auta Azevedo, Priscila Beltrame, Amanda Scott, Fernanda Mello e Jáffia Alves, pelos compartilhamentos de conhecimentos e afetos.

Gratidão e respeito a todas minhas interlocutoras/pensadoras pela disponibilidade e confiança para contribuir com a pesquisa e trazer suas narrativas de vida e militância para embasar o enredo da pesquisa, Josenita Duda Ciriaco, Iris de Fátima, Micheline Américo, Cinthia Fernanda, Irene Freire, Rivânia Rodrigues, Ana Paula Melo, Marta Almeida, Verônica Ferreira, Ana Marta, Michely Rocha, Renya Medeiros, Adriana Gomes, Lucineia Silva (Kássia Silvestre), Abinéia Miranda, Danielle Felix e Camila Roseno, meu carinho e respeito a todas.

As minhas amigas que a vida, o campo antropológico e multidisciplinar me presenteou e contribuiu com a leitura da dissertação, Jeíza Saraiva, Marina Teixeira, Juliana Mazza, Ana Roberta Silva e o amigo que ficou comigo vários dias aguentando meus choros e segurando minha mão até o último momento, Romário Clementino com suas importantes contribuições e leituras.

A Anderson Capezzera por me acolher em sua casa nos últimos dias da dissertação e ficar comigo virando a madrugada para me incentivar e não me sentir tão só no processo da escrita.

À minha turma do mestrado (2017), que juntas construímos conhecimentos e afetos, especialmente Thayane Fernandes, Ana Letícia, Arthur Vinícius, Eloah Vieira, Whodson Silva e Aline Neves.

À minha família por tudo, especialmente Ridete Lemos, minha mãe, por todo amor, carinho e cuidado dispensado e compartilhado comigo.

Às minhas filhas Gabriella e Eduarda Lemos por todo o aprendizado e afeto, por darem sentido à minha vida.

As amigas, companheiras de longa data que tem ajudado nos textos, prosas e poesias desta vida, Bárbara Mayara, Rita de Cássia Ferreira, Alexsandra Silva, Ana Roberta Silva, Érika Almeida.

À Annie Gonzala pela criação da arte da capa, com seu trabalho incrível.

À Cinthia Fernanda Gomes por ter organizado tudo para o dia da apresentação, desde a decoração e comidas para gente comemorar, como o candomblé nos ensina que através da comida celebramos orixá e a vida.

Ao GIRA – Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação pelas trocas de conhecimentos, afetos, poesias e parcerias, especialmente Felipe Fernandes e Bárbara Alves.

Ao Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLESBI e ao Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, pelo acolhimento e trocas de conhecimentos e por ter me confiado à abertura para realizar o campo desta pesquisa.

A todos os grupos de lésbicas e mulheres bissexuais, suas militantes, que contribuíram demais para esta pesquisa, com suas memórias, narrativas e trajetórias de lutas. Especialmente, ao Movimento LGBT Leões do Norte, na pessoa de Welington Medeiros, Rildo Veras e Luciano Freitas, que no processo de formação de lideranças LGBT, teve grande importância para as/os militantes, assim como, o Grupo LUAS e todas as integrantes, por contribuírem para a formação de diversas lésbicas e mulheres bissexuais.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo investigar como se deu o surgimento e a organização dos movimentos de lésbicas em Pernambuco, identificando como se constituiu a identidade lésbica individual e reverberou nas identidades coletivas dos movimentos lésbicos. A pesquisa etnográfica foi realizada de 2016 a 2018 e incluiu a observação participante em dois espaços de articulação política em Pernambuco. A metodologia foi composta de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários fechados com as 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras o que possibilitou a caracterização do perfil socioeconômico das lésbicas que estão na construção dos movimentos, desde o final da década de 1970, contribuindo para a compreensão das narrativas de vida das ativistas lésbicas que atuam no estado, assim como, as dos grupos lésbicos e redes que perfazem os movimentos lésbicos e suas bandeiras de luta. Além disso, foram colhidos materiais dos grupos, como atas de fundação e de reuniões, fotografias, materiais de comunicação, dentre outros. Todo o acervo recolhido em campo constitui parte da memória dos movimentos lésbicos de Pernambuco e se encontram nos anexos deste trabalho. Como resultados da pesquisa, as ativistas e os grupos pesquisados estão alocados em todas as regiões do estado, com a diferença que na capital e região metropolitana tem se organizado majoritariamente em grupos de lésbicas, o que difere das demais regiões, nas quais tem se articulado em grupos LGBTs, sem que haja nenhum grupo exclusivamente lésbico. Compreendeu-se que existem dois tipos de militância que funcionam como formadores e transformadores das identidades lésbicas individual e coletiva: 1) a militância para dentro, que perpassa pelas relações internas das ativistas, analisando os conflitos, relações de poder, igualdades/hierarquias e as reproduções do machismo, a exemplo das relações afetiva-sexuais que interferem na organização dos movimentos. 2) A militância para fora, articula como as ativistas lésbicas atuam nos espaços de controle social e influencia na relação com outros movimentos sociais, partidos políticos, governos e a sociedade mais ampla. Compreende-se que as identidades lésbicas foram se constituindo a partir das narrativas de vida e seus enfrentamentos, entendendo que as ações individuais contribuem para as ações coletivas na organização dos grupos e redes, onde criam-se normativas que, por vezes, engessam as relações e criam hierarquizações que afetam as formas de atuação, estabelecendo quem pode representar e ter a atuação reconhecida como movimentos lésbicos. Esse fato potencializa diversos conflitos e hierarquizações, não apenas de representação política, mas nas paródias de gênero que são representadas pela dicotomização *lady* e *boy* que reverberam em normativas de representações nos papéis sociais e sexuais assumidos, muitos

deles reiterando normas sociais que acabam por reafirmar preconceitos e discriminações existentes na sociedade. Os movimentos lésbicos têm contribuído para impactos políticos em Pernambuco na implementação das políticas públicas, através dos espaços de atuação paritária entre sociedade civil e governo. Todas essas expressões trouxeram a possibilidade de construir um olhar mais amplo sobre as organizações e memórias dos movimentos lésbicos em Pernambuco.

Palavras-chave: Movimentos lésbicos de Pernambuco. Identidade lésbica. Feminismo Lésbico. Sexualidade. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This dissertation has as main objective the investigation of how has lesbian movements emerged and how they are organized, identifying how individual identity reverberates in the collective identities of said movements. The ethnographic research was conducted between 2016 and 2018 and included a participant observation in two spaces of political articulation in Pernambuco, as well as semi-structured interviews and questionnaires with 18 (eighteen) interlocutors/thinkers, which allowed the characterization of the socioeconomic profile of the lesbians that have been building the movements, since the late 1970s, contributing into understanding the narratives of activists' lives, as well as the narratives of the lesbian groups composed and their networks, that carry out the movements themselves and also their agenda. In addition, material documents were collected from the groups, such as minutes of foundation and meetings, photographs, communication materials, among others. As a result of the research, it is possible to say that activists and groups researched are located in all regions of the state, with the difference that, in the capital and metropolitan region, it has been organized mainly in lesbian groups, which differs from the other regions, in which it has LGBTs groups without any exclusively lesbian groups. It was understood that there are two types of militancy that function as formators and transformers of individual and collective lesbian identities: 1) an inward militancy that permeates relations between organizations, analyzing conflicts, power relations, equality/hierarchies and how reproductions of sexism, such as the affective-sexual relations that interfere in the organization of the movements and how it was constituted. 2) The outward militancy, that articulates the form in which lesbian activists act on the spaces of social control, also interfering in the relation with other social movements, political parties, government and society in general. It is understood that lesbian identities were constituted from the narratives of life and their confrontations, understanding that individual actions contribute to collective actions in the organization of the groups and networks, creating normatives that sometimes can stifle the relationships and create hierarchies that affect the ways of acting, establishing who can represent and have their actioning recognized as lesbian movements. This fact potentiates several conflicts and hierarchies, not only of political representation, but in the gender parodies that are represented by the lady/boy dichotomization, which reverberate in normative representations in the assumed social and sexual roles, many of them reiterating social norms that end up reaffirming prejudice and discrimination in society. Lesbian movements have contributed to political impacts in Pernambuco on the implementation of

public policies, through spaces of equal action between civil society and government. All these expressions brought the possibility of building a broader look upon the organizations and memories of the lesbian movements in Pernambuco.

Key-Words: Lesbian Movements in Pernambuco. Lesbian Identity. Lesbian Feminism; Sexuality. Intersectionality.

RÉSUMÉ

Ce mémoire a eu comme objectif d'enquêter l'émergence et l'organisation des mouvements lesbiens au Pernambouc, en identifiant l'identité individuelle et leur réverbération dans les identités collectives. La recherche ethnographique a été réalisée entre 2016 à 2018 dont a inclus l'observation de la participation en deux espaces d'articulations politique au-delà d'entretiens semi-structurés et la réalisation des questionnaires contenant 18 (dix-huit) interlocutrices/des penseuses, ce qui a permis la caractérisation du profil socio-économique des lesbiennes qui sont militantes dans les groupes, depuis 1970, elles contribuent à la reconstruction de leur récit de vie, ainsi qu'à des groupes lesbiens et des réseaux qui représentent les mouvements et leurs drapeaux militants. En outre, ont été choisis des ressources de ces groupes comme des listes de fondation et des réunions, des photographies, des matériaux de communication, entre autres. L'ensemble des sources de cette recherche constitue une partie de la mémoire des mouvements au Pernambouc on les trouvera aux annexes de ce mémoire. Nous avons pu constater comme résultat que les militantes et les groupes enquêtés sont partagés dans toutes les régions de l'État, ce qui différencie la capitale et la région métropolitaine par rapport aux autres régions est que la capitale comme la région métropolitaine, s'est organisée dans leur majorité en groupes lesbiens, ce qui diffère des autres régions qui s'articulent dans des groupes LGBTs, sans qu'il y ait d'exclusivité entre eux. Par conséquent il existe deux types de militance qui fonctionnent comme formateurs et transformateurs des identités lesbiennes individuelles et collectives: 1) La militance de l'intérieur - s'articule au travers des relations internes des activistes, on analyse les conflits, les relations de pouvoir, égalité / hiérarchies et les reproductions du machisme, à l'exemple des relations affectif-sexuel qui interfèrent dans l'organisation des mouvements et dans sa construction. 2) La militance de l'extérieur - s'articule dans leur rôle dans l'espace sociale, aussi elles ont de l'influence dans les rapports sociaux avec d'autres mouvements, des partis politiques, gouvernements et la société en général. On conçoit que les identités de ces groupes se sont constituées à partir des récits de vie et leurs difficultés, en sachant que les actions individuelles contribuent pour les collectives dans l'organisation des groupes et des réseaux, de sorte qu'ont créé des règlements qui, quelques fois, scellent les relations et créent des hiérarchies qui influencent leur rôle, en établissent qui peut représenter et avoir le rôle reconnu comme mouvements lesbiens. Ce fait potentialise plusieurs formes de conflits et hiérarchies, pas seulement de représentation politique, mais en parodies de genres qui sont représentés par des formes dichotomiques *Lady et Boy* qui sont représentés dans les rôles

sociaux et sexuel assumés, beaucoup d'entre eux, tout en réitérant les normes sociales que finissent pour réaffirmer les préjugés et les discriminations existant dans la société. Ces mouvements contribuent sur des impacts politiques au Pernambouc dans la mise des mesures politiques publiques, par les espaces d'action partisan entre la société civile et le gouvernement. Tous ces expressions nous donne la possibilité de construire un regard plus ouvert par rapport les organisations et les mémoires des mouvements lesbiens au Pernambouc.

Mots clés : Mouvements lesbiens de Pernambouc. Identité lesbienne. Féminisme Lesbien. Sexualité. Intersectionnalité.

RESUMEN

Esta disertación tuvo como objetivo investigar cómo surgieron y se organizaron los movimientos lésbicos en Pernambuco, identificando cómo se constituía y reverberaba la identidad lésbica individual de las lesbianas en las identidades colectivas de los movimientos lésbicos. La investigación etnográfica se realizó entre 2016 y 2018 e incluyó la observación participante en dos espacios de articulación política en Pernambuco. La metodología consistió en entrevistas semiestructuradas y la aplicación de cuestionarios cerrados con los 18 (dieciocho) interlocutores/pensadores, lo que permitió la caracterización del perfil socioeconómico de las lesbianas que están en la construcción de movimientos, desde fines de la década de 1970, contribuyendo a la comprensión de las narraciones de vida de las activistas lesbianas que trabajan en el estado, así como las de los grupos y redes de lesbianas que conforman los movimientos de lesbianas y sus banderas de lucha. Además, se recogieron materiales de los grupos, como actas de fundación y reuniones, fotografías, materiales de comunicación, entre otros. Toda la colección recogida en el campo, es parte de la memoria de los movimientos lésbicos de Pernambuco y se encuentran en los anexos de este trabajo. Como resultado de la encuesta, los activistas y grupos entrevistados se encuentran en todas las regiones del estado, con la diferencia de que en la capital y la región metropolitana se ha organizado principalmente en grupos de lesbianas, que difiere de las otras regiones, en las que se ha articulado en grupos LGBTs, sin ningún grupo exclusivamente de lesbianas. Se entiende que hay dos tipos de militancia que funcionan como formadores y transformadores de identidades lesbianas individuales y colectivas: 1) militancia interna, que impregna las relaciones internas de los activistas, analizando conflictos, relaciones de poder, igualdad/jerarquías y las reproducciones del machismo, como las relaciones afectivo-sexuales que interfieren en la organización de los movimientos. 2) La militancia externa, articula cómo actúan las activistas lesbianas en espacios socialmente controlados e influye en las relaciones con otros movimientos sociales, partidos políticos, gobiernos y la sociedad en general. Se entiende que las identidades lésbicas se constituyeron a partir de las narrativas de la vida y sus confrontaciones, entendiendo que las acciones individuales contribuyen a las acciones colectivas en la organización de grupos y redes, donde se crean normas que a veces sofocan las relaciones y crear jerarquías que afecten las formas de actuar, estableciendo quién puede representar y tener actos reconocidos como movimientos lesbianos. Este hecho potencia varios conflictos y jerarquías, no solo de representación política, sino en las parodias de género que están representadas por la dicotomización de la dama y el niño, que reverberan en

las representaciones normativas en los roles sociales y sexuales asumidos, muchos de ellos reiterando normas sociales que terminan reafirmando prejuicio y discriminación en la sociedad. Los movimientos de lesbianas han contribuido a los impactos políticos en Pernambuco en la implementación de políticas públicas a través de los espacios de igualdad de acción entre la sociedad civil y el gobierno. Todas estas expresiones trajeron la posibilidad de construir una mirada más amplia a las organizaciones y recuerdos de los movimientos lésbicos en Pernambuco.

Palabras clave: Movimientos Lésbicos de Pernambuco. Identidad lésbica. Feminismo lésbico. Sexualidad. Interseccionalidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia Josenita Duda Ciriaco	84
Figura 2 - Fotografia Íris de Fátima da Silva	87
Figura 3 - Fotografia Micheline Américo da Silva.....	90
Figura 4 - Fotografia Rivânia Rodrigues da Silva	91
Figura 5 - Fotografia Irene de Fátima Fonseca Freire	93
Figura 6 - Fotografia Cinthia Fernanda Gomes.....	94
Figura 7 - Fotografia Ana Carla da Silva Lemos.....	96
Figura 8 - Fotografia Marta Carmelita Bezerra de Almeida	97
Figura 9 - Fotografia Ana Paula Lopes de Melo	99
Figura 10 - Fotografia Adriana Gomes da Silva.....	101
Figura 11 - Fotografia Abinéia Claudino Miranda	102
Figura 12 - Fotografia Camila dos Passos Roseno	103
Figura 13 - Fotografia Michely Farias Rocha	105
Figura 14 - Fotografia Verônica Maria Ferreira.....	106
Figura 15 - Fotografia Renya Carla Medeiros da Silva	108
Figura 16 - Fotografia Daniele Felix Melo Silva.....	111
Figura 17 - Fotografia Ana Marta Vieira dos Santos.....	112
Figura 18 - Fotografia Lucineia Maria da Silva (Kássia Silvestre).....	113
Figura 20 - Festa da Metamorfose – final da década de 1970.....	137
Figura 19 - Feira de Saúde em Camaragibe - década 1970.....	137
Figura 21 - Sede do AMHOR em Camaragibe	151
Figura 22 - Fotografias torneios de futebol realizados na década de 1990.....	154
Figura 23 - Participação no I SENALE, 1996, Rio de Janeiro	155
Figura 24 - Fotografia participação de Iris de Fátima no X EBGLT.....	156
Figura 25 - Material de divulgação da I Caminhada contra a Homofobia.....	167
Figura 26 - I Caminhada contra a Homofobia em Salgueiro	167
Figura 27 - Outdoor campanha dia das mães 2008.....	169
Figura 28 - Campanha do dia das/os namoradas/os, 2009.....	170
Figura 29 - Campanha do dia das mães, 2009 - Tenho duas mães e muito amor por elas	170
Figura 30 - Algumas bandeiras de luta do CANDACES	172
Figura 31 - Protagonistas do Pacto Lésbico Feminista.....	174
Figura 32 – Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2015.....	177

Figura 33 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2016.	177
Figura 35 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2018.	178
Figura 34 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2017.	178
Figura 36 - Homenagem a Sony Santos - III Conferência Estadual de Políticas para a população LGBT	180
Figura 37 - Seminário de formação e fortalecimento COMLES.....	180
Figura 38 - Convite MNU visibilidade lésbica, 2018.	261
Figura 39 - Cartaz em alusão ao 25 de julho - CANDACES, 2018.	261
Figura 40 - Discussão na Assembleia Legislativa de PE sobre o Concurso Marylucia Mesquita	279
Figura 41 - Cartaz do II Seminário Estadual, realizado em 2017.....	283
Figura 42 - Divulgação do Seminário Estadual, 2017 - Sec. Mulher	283
Figura 43 - Caravana da Visibilidade Lésbica, 2017.....	286

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Municípios	70
Tabela 2 – Regiões.....	71
Tabela 3 - Interlocutoras/pensadoras da pesquisa	73
Tabela 4 - Grupos realizados observação participante.....	76
Tabela 5 - Dados socioeconômico	127
Tabela 6 - Comparativo escolaridade x questões raciais	129
Tabela 7 - Comparativo escolaridade x faixa etária	129
Tabela 8 - Comparativo estado civil x participação nos movimentos	130
Tabela 9 - Movimentos de Lésbicas em Pernambuco e suas influências	136
Tabela 10 - Você sabe quando começou a articulação dos movimentos de lésbicas em Pernambuco?	195
Tabela 11 - Quais as mulheres que começaram os movimentos lésbicos no Estado?	196

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
AIDS	Doença do Sistema Imunológico Humano
AMAS	Associação LGBT da Mata Sul
AME	Associação de Mulheres Entendidas
AMHOR	Articulação e Movimento Homossexual de Recife e Região Metropolitana
AMOTRANS	Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco
ASSERCO	Associação Sertão das Cores
CANDACES-BR	Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COMLES	Coletivo de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco
COMLESBI	Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DIVAS	Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FLGBT-PE	Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco
FMPE	Fórum de Mulheres de Pernambuco
GAMI	Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes
Grupo DIVAS	Instituto de Defesa da Diversidade Sexual
Grupo LUAS	Liberdade, União, Afetivo Sexual de Lésbicas e mulheres Bissexuais
Grupo SOMOS	Grupo de Afirmção Homossexual
GTP+	Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex
LB	Lésbicas e mulheres Bissexuais
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LBT	Lésbicas, Bissexuais e mulheres Transexuais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
ONG	Organização não governamental
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
Rede SAPATÁ	Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas
RPA	Região Política Administrativa
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SM	Salário mínimo
SUS	Sistema Único de Saúde
UNALGBT	União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	28
1.1	Lesbianidades/sexualidades e o campo antropológico	30
1.2	Lesbianidades: influências internacionais e brasileiras.....	35
1.3	Organização dos capítulos	40
2	CAMINHOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS, PERCURSOS, PERCALÇOS E TRILHAS SONORAS	43
2.1	Caminhos teóricos, percursos, percalços e trilhas sonoras	43
2.1.1	Feminismo lésbico.....	44
2.1.2	Interseccionalidade.....	49
2.1.3	Identidade e memória como conceito de análise.....	52
2.1.4	Antropologia Feminista e suas intersecções - problematizando o lugar de pesquisadora e militante.....	56
2.1.5	Etnografia lésbica feminista.....	61
2.2	Caminhos metodológicos: percursos, percalços e trilhas sonoras	62
2.2.1	Acesso ao campo.....	66
2.2.2	Técnicas, coletas de dados e questões éticas.....	66
2.2.3	Documentações dos grupos como auxílio da Memória	68
2.2.4	Os locais de pesquisa.....	70
2.2.5	Interlocutoras/pensadoras da pesquisa.....	71
2.2.6	Lugares observados.....	75
2.2.7	Análise de dados.....	77
2.2.8	Dificuldades em campo	78
3	LÉSBICAS EM LUTA E RESISTÊNCIA EM PERNAMBUCO: QUEM SÃO ELAS?	83
3.1	Josenita Duda Ciriaco	84
3.2	Íris de Fátima da Silva.....	87
3.3	Micheline Américo Silva.....	90
3.4	Rivânia Rodrigues da Silva	91
3.5	Irene de Fátima Fonseca Freire	93
3.6	Cinthia Fernanda Gomes	94
3.7	Ana Carla da Silva Lemos	96
3.8	Marta Carmelita Bezerra de Almeida	97
3.9	Ana Paula Lopes de Melo.....	99
3.10	Adriana Gomes da Silva.....	101
3.11	Abinéia Claudino Miranda.....	102
3.12	Camila dos Passos Roseno	103

3.13	Michely Farias Rocha.....	105
3.14	Verônica Maria Ferreira.....	106
3.15	Renya Carla Medeiros da Silva.....	108
3.16	Daniele Felix de Melo Silva	111
3.17	Ana Marta Vieira dos Santos	112
3.18	Lucineia Maria da Silva (Kássia Silvestre).....	113
3.19	E são tantas histórias, memórias, resiliências:.....	115
3.20	Indagações das sexualidades e relações de gênero	116
3.21	Violências nas famílias.....	118
3.22	O assumir da identidade lésbica.....	122
3.23	Passando a régua? 126	
3.24	Perfil socioeconômico	127
3.25	Participação política	132
3.26	E agora Marias, Anas, Kássias?	133
4	CAMINHOS TRAÇADOS, RESISTÊNCIAS E MEMÓRIAS DOS GRUPOS E REDES QUE CONSTROEM OS MOVIMENTOS DE LÉSBICAS E SUAS INTERSECCIONALIDADES EM PERNAMBUCO.....	135
4.1	Momento incubadora (1979-1990)	137
4.2	Processo de institucionalização (1991-2000)	141
4.3	Articulação local e nacional em rede dos movimentos lésbicos (2001-2010).....	142
4.4	Fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019).....	147
4.5	Enquanto isso, em Pernambuco: Ô abre alas, que Elas vão passar!	150
4.5.1	AMHOR – Associação e Movimento Homossexual de Recife e Região Metropolitana.....	151
4.5.2	Movimento LGBT Leões do Norte	157
4.5.3	AME – Articulação de Mulheres Entendidas.....	161
4.5.4	DIVAS - Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual.....	162
4.5.5	Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco	165
4.5.6	ASSERCO - Associação Sertão das Cores	166
4.5.7	Grupo LUAS – Liberdade, União, Afetivo-sexual de lésbicas e mulheres bissexuais de Pernambuco.....	168
4.5.8	CANDACES-BR - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	171
4.5.9	Bloco da Diversidade - PE.....	173
4.5.10	COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco.....	174
4.5.11	Coletivo LGBT de Passira	181
4.5.12	Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de mulheres bissexuais de Pernambuco	182
4.5.13	Coletivo Lutas e Cores.....	185
4.5.14	Associação Sertão LGBT - Vale do São Francisco	185

4.6	Matizes dos movimentos lésbicos em Pernambuco.....	187
5	ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LÉSBICAS: INTERSECCIONANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS - MILITÂNCIA PARA DENTRO.....	194
5.1	O surgimento dos movimentos de lésbicas em Pernambuco – as memórias que Elas/Nós construíram/construímos.....	195
5.2	Hierarquia/igualdade	199
5.3	Conflitos internos.....	203
5.4	Relações de poder.....	207
5.5	Violências e suas reproduções	215
5.6	Reprodução do machismo	222
5.7	Lesbianidades e bissexualidades.....	231
5.8	Soluções apontadas por Elas/Nós para os movimentos lésbicos	235
5.9	Enquanto houver suspiro	239
6	MOVIMENTOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO: DELAS POR ELAS, SOBRE ELAS, ENTRE ELAS. MILITÂNCIA PARA FORA	246
6.1	Articulação dos movimentos de lésbicas com os movimentos feministas	247
6.2	Interlocução dos movimentos de lésbicas com o movimento gay	256
6.3	Articulação dos movimentos de lésbicas com os movimentos negros.....	260
6.4	Implementação de políticas públicas – movimentos de lésbicas e suas relações com partidos políticos.....	264
6.5	Interlocução dos movimentos de lésbicas com os governos	275
6.6	Fechando.....	286
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	288
	REFERÊNCIAS	298
	APÊNDICE A - PESQUISA REALIZADA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES, REALIZADA EM 12/05/2019.	311
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	317
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FECHADO.	319
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	323
	ANEXOS.....	324
	ANEXO A – RELATÓRIO DO 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS – SENALE, 1996.....	324
	ANEXO B - DOCUMENTOS DO GRUPO AMHOR.	381
	ATA DE FUNDAÇÃO DO AMHOR.....	381
	ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO AMHOR – 1999 – 2001.....	387
	ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR – 2001-2003.....	391

ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR – 2003-2005.....	395
ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR – 2005-2007.....	400
CARTILHA PRODUZIDA SOBRE VISIBILIDADE LÉSBICA, PRODUZIDA PELO AMHOR, NOS ANOS 2000.....	403
POSTAL PRODUZIDO PELO AMHOR.....	412
ANEXO C - CARTA DE FUNDAÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES FEMINISTAS DA ABGLT.....	413
ANEXO D – DOCUMENTOS DA AME	419
ATA DE FUNDAÇÃO DA AME	419
ATA COMPLEMENTAR DE FUNDAÇÃO DA AME.....	421
ATA DE PRESENÇA DO I SEMINÁRIO DE MULHERES LÉSBICAS DA AME, 2005.....	422
ATA DE REFORMA E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA AME, 2005.....	424
ATA DE REUNIÃO SOBRE PREVENÇÃO E CIDADANIA NO BORDEL.....	425
ATA DA REUNIÃO DE COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES.	426
ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA AME, 2008.....	427
LISTA DE PRESENÇA DO 29 DE AGOSTO DE 2005, NA CÂMARA DOS VEREADORES DE CAMARAGIBE	429
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AME, 20/11/2014.	430
ANEXO E - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE.....	434
ATA DE FUNDAÇÃO DO MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE	434
ATA DE POSSE DO MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE 2008.....	436
JORNAL RUGIDO – EDIÇÃO ABRIL – 2008.....	441
JORNAL RUGIDO – EDIÇÃO JUNHO, 2008.	443
JORNAL RUGIDO, EDIÇÃO AGOSTO, 2008.	445
JORNAL RUGIDO, EDIÇÃO OUTUBRO, 2010.	447
JORNAL RUGIDO, EDIÇÃO JUNHO, 2017.	449
JORNAL RUGIDO, EDIÇÃO JUNHO, 2018.	451
MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DOS SARAUS DA VISIBILIDADE LÉSBICA	453
III – EDIÇÃO DO SARAU DA DIVERSIDADE, 2010.....	453
10ª EDIÇÃO DO SARAU DA VISIBILIDADE - 2017.....	453
11ª EDIÇÃO DO SARAU DA VISIBILIDADE - 2017.....	454
SARAU DO ORGULHO LGBT - EDIÇÃO – 2018	454
ANEXO F - PRODUÇÕES DO GRUPO DIVAS	455
MANIFESTO CFESS – O AMOR FALA TODAS AS LÍNGUAS	455

POSTAL PRODUZIDO PELO DIVAS	462
CALENDÁRIO PRODUZIDO PELO DIVAS	463
ANEXO G - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO GRUPO LUAS	479
JORNAL LUAS – EDIÇÃO n.º 01 nov/2006	479
JORNAL LUAS – 2ª EDIÇÃO, DEZEMBRO/2006.....	481
JORNAL LUAS – 3ª EDIÇÃO, JANEIRO/2007	483
JORNAL LUAS – 4ª EDIÇÃO, MARÇO/2007	485
JORNAL LUAS – 5ª EDIÇÃO, ABRIL/2007	487
JORNAL LUAS – 6ª EDIÇÃO, ABRIL/2007	489
JORNAL LUAS – 7ª EDIÇÃO, ABRIL/2007	491
JORNAL LUAS – 8ª EDIÇÃO, JULHO/2007	493
JORNAL LUAS – 9ª EDIÇÃO, AGOSTO/2007.....	495
JORNAL LUAS – 10ª EDIÇÃO, SETEMBRO/2007.....	499
JORNAL LUAS – 11ª EDIÇÃO, OUTUBRO/2007	501
JORNAL LUAS – 12ª EDIÇÃO, NOVEMBRO/2007	503
JORNAL LUAS – 13ª EDIÇÃO, DEZEMBRO/2007	507
JORNAL LUAS – 14ª EDIÇÃO, JANEIRO/2008	509
JORNAL LUAS – 15ª EDIÇÃO, FEVEREIRO/2008.....	511
JORNAL LUAS – 16ª EDIÇÃO, MARÇO/2008	513
JORNAL LUAS – 17ª EDIÇÃO, ABRIL/2008	515
JORNAL LUAS – 18ª EDIÇÃO, MAIO/2008	517
JORNAL LUAS – 19ª EDIÇÃO, JUNHO/2008	519
JORNAL LUAS – 20ª EDIÇÃO, AGOSTO/2008.....	523
JORNAL LUAS – 21ª EDIÇÃO, SETEMBRO/2008.....	527
JORNAL LUAS – 22ª EDIÇÃO, JANEIRO/2009	531
JORNAL LUAS – 23ª EDIÇÃO, JUNHO/2009.....	535
JORNAL LUAS – 25ª EDIÇÃO, JUNHO/2009.....	537
1ª PARADA DA DIVERSIDADE DE CAMARAGIBE - 2008	539
CAMPANHA DO DIA DAS MÃES 2008: UMA MÃE É AQUELA QUE AMA E PROTEGE, DUAS MÃES SÃO AQUELAS QUE AMAM E PROTEGEM.....	539
CAMPANHA DO DIA DAS MÃES 2009: TENHO DUAS MÃES E MUITO AMOR POR ELAS.....	540
CAMPANHA DO DIA DAS/OS NAMORADAS/OS – 2009 – “O AMOR QUE OUSA DIZER O NOME”.....	541
POSTAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA – 2010	542
POSTAL DE FELIZ ANO NOVO – 2008	543
POSTAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA - 2011.....	543

FANZINE DE POEMAS - 2011	544
ANEXO H - PACTO LÉSBICO FEMINISTA – BRASÍLIA, 2009.	550
ANEXO I - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO COMLESBI E PARCEIRAS	554
RELATO DA PRIMEIRA REUNIÃO DAS LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS DE PERNAMBUCO.....	554
MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2009	555
MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2016	558
EXPOSIÇÃO DA VISIBILIDADE LÉSBICA	558
CARTILHA: SE VOCÊ É LÉSBICA A/O PROFISSIONAL DE SAÚDE PRECISA SABER.....	571
ANEXO J - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO BLOCO DA DIVERSIDADE	591
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2012.....	591
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2013.....	591
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2014.....	592
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2015.....	592
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2016.....	593
MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2017.....	593
ANEXO K – MATERIAIS PRODUZIDOS PELO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PRÓ-LÉSBICAS E DE MULHERES BISSEXUAIS DE PERNAMBUCO	594
CARTAZ DA VISIBILIDADE 2015.....	594
MATERIAL DO 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA – 2017.....	595
MATERIAIS VISIBILIDADE LÉSBICA – 2017.....	596
MATERIAIS DO CURSO: HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL - 2018.....	597
MATERIAIS PRODUZIDOS PELO LUTAS E CORES – CARUARU – PE.....	599
MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2017	599
MATERIAIS DA VISIBILIDADE 2018.....	600
ANEXO L – MATERIAIS PRODUZIDOS PELA ASSERCO.....	603
MATERIAIS PARA O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA – 2014.....	603

MATERIAIS PARA O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA – 2016.....	605
ANEXO M - LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS	606
LEI Nº 16.780/2002.....	606
LEI Nº 17025 DE 13 DE SETEMBRO DE 2004.....	609
PANFLETO DA PREFEITURA DE OLINDA - LEI MUNICIPAL	611

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir das inquietações pessoais e políticas, enquanto lésbica e militante feminista que ao longo de 13 anos atuo nas militâncias feministas e lésbicas, além de pesquisadora no tocante às sexualidades, especialmente, no que diz respeito às lesbianidades.

A curiosidade sobre lesbianidades surgiu em 2006, durante minha participação no VI Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE, realizado em Recife-PE, despertando reflexões a respeito da história dos movimentos lésbicos. À época, havia pouco conteúdo disponível tanto nos meios de comunicação impressos, quanto *online* relativos à história do surgimento dos movimentos lésbicos e quais os grupos e redes que construíram as narrativas no Brasil. Esse fato me impulsionou a fundação do Jornal LUAS em 2006, e no ano seguinte a criação do Grupo LUAS – Liberdade, União, Afetivo-Sexual de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

A decisão de direcionar pesquisas relativas ao surgimento, organização e memórias dos movimentos lésbicos no Brasil, surgiu ainda no início da graduação em Ciências Sociais, em 2011, o que resultou no desenvolvimento do tema no trabalho de conclusão de curso. Na ocasião foram direcionadas críticas relativas à veia de militante muito presente na escrita do trabalho e pouco analítica, além do seguinte questionamento: por que pesquisar o surgimento no Sudeste e não no Nordeste?

As reflexões oriundas das críticas da banca examinadora na graduação colaboraram de forma incisiva no entendimento da necessidade de discussão a partir da geopolítica do conhecimento (MESSEDER, 2014), e dessa forma direcionar os estudos, aceitando o desafio de pesquisar na região Nordeste.

O desafio incluiu a proposição de estudar a sexualidade, no que tange às lesbianidades, tema cuja área de estudo está relacionada a um campo de tensão nas relações sociais, sendo a sexualidade um tema de pesquisa perigoso, conforme pondera Carole Vance (1995), uma vez que questiona valores sociais arraigados e concepções de vida e sociedade. E quando ligadas ao estudo das lesbianidades, evidenciam os limites da heterossexualidade e o patriarcado, como traços fundamentais da organização social. Por outro lado, o desafio de abordar um assunto pouco debatido no nordeste brasileiro.

O objetivo desta dissertação foi compreender a organização dos movimentos lésbicos a partir da análise da identidade individual e coletiva de suas lideranças, relacionadas às memórias e aos diálogos atuais dos grupos e redes de lésbicas específicas ou mistas que integram os movimentos LGBTs, feministas, negros, por exemplo.

Trata-se de uma etnografia, cujos caminhos metodológicos levam em conta as narrativas de vida das militantes lésbicas, suas identidades e reivindicações individuais, inicialmente, avançando na construção de grupos, redes, articulações políticas, resultando em identidades coletivas, que também podem ser denominadas como movimentos lésbicos ou lésbicos feministas.

Os caminhos percorridos nesta etnografia tentam responder os seguintes questionamentos: Quais as lésbicas que contribuíram para os movimentos lésbicos no estado de Pernambuco, fazendo de suas práticas e identidades individuais, ações coletivas e de reivindicações sociais e políticas, em relação à orientação sexual lésbica? Quais os grupos da sociedade civil que fazem parte da construção da identidade dos movimentos lésbicos em Pernambuco? Quais os espaços de articulações que podem ser denominados enquanto movimentos lésbicos? Quais as relações com os governos, outros movimentos sociais e partidos políticos? Quais as políticas públicas direcionadas as lésbicas?

Para responder a esses questionamentos que surgiram no pré-campo, considero que minhas participações enquanto militante e pesquisadora em diversos espaços de atuação política e de pesquisa me deram pistas que são nevrálgicas e neste trabalho me proponho a refletir a partir do campo etnográfico lésbico feminista e entendimentos antropológicos situados.

Para compreender este universo, a pesquisa parte das análises de três eixos: Trajetória pública e privada partilhadas pelas narrativas de vida; Memórias dos movimentos de lésbicas em Pernambuco, articulados pela exposição da história dos grupos e redes; Movimentos lésbicos e as interlocuções com outros movimentos sociais, partidos políticos e governos.

O trabalho de campo foi realizado de 2016 a 2018 e os dados coletados remontam ao final da década 1970, época dos primeiros acontecimentos do movimento homossexual em Pernambuco e os caminhos trilhados para a construção dos movimentos lésbicos.

Participaram da pesquisa 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras. Das mulheres que participaram, 16 se identificavam como lésbicas, 01 como bissexual e 01 como pós-sexual¹, todas reconhecidas por sua militância. Para dar conta de uma visão mais panorâmica das organizações dos movimentos lésbicos em Pernambuco, as entrevistas semiestruturadas foram distribuídas geograficamente em todas as regiões do estado, sendo 02 (duas) entrevistas no

¹ Pós-sexual para a entrevistada é uma pessoa que não se enquadra em rótulos, mas tem liberdade para se relacionar com quem queira. Parecido com a teoria *queer* de Butler (2006) que questiona as nomeações e rotulações.

Agreste, 07 (sete) no Recife (capital), 02 (duas) na Mesorregião do São Francisco, 04 (quatro) na Região Metropolitana do Recife, 01 (uma) no Sertão e 02 (duas) na Zona da Mata.

A partir das entrevistas semiestruturadas, outras questões foram levantadas pelas interlocutoras/pensadoras, ponderando quais os impactos políticos são proporcionados pela atuação dos movimentos lésbicos e suas lideranças na implementação das políticas públicas e organização política. Além disso, foi possível refletir sobre a autocrítica que as interlocutoras/pensadoras fizeram dos movimentos lésbicos, as projeções e possibilidades apontadas para avanços políticos. Essas questões se tornaram parte desse estudo, por entender que contribuem com as perguntas centrais elencadas inicialmente.

Metodologicamente a pesquisa contou com a realização de observação participante em dois espaços, o Coletivo de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLESBI espaço que reúne vários grupos da sociedade civil e militantes independentes e o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, espaço paritário que articula sociedade civil e representações governamentais. A pesquisa contou ainda com a coleta de documentos relacionados aos grupos e militantes envolvidas, aplicação de um questionário fechado e entrevista semiestruturada.

No intuito de compreender como tem se dado das discussões das lesbiandades e sexualidade no campo da antropologia, especialmente, percorremos uma breve discussões as temáticas que são fundamentais para o desenvolver da pesquisa.

1.1 Lesbiandades/sexualidades e o campo antropológico

Na antropologia, as discussões em torno da sexualidade têm percorrido caminhos diversos, por se tratar de um assunto que traz ponderações importantes para refletir sobre as estruturas sociais. Porém, as discussões prioritárias passaram por um percurso inicial através das organizações estruturais do parentesco (MORGAN, 1877), mais tarde com organização sexual (MALINOWSKI, 1921; MEAD, 1928). Estes estudos são norteadores acerca das práticas sexuais e de como se organizam as sociedades ditas primitivas, tendo como pressuposto a organização heterossexual da sociedade. Lévi-Strauss (1982), por exemplo, baseia as estruturas elementares do parentesco na troca de mulheres para casamento, feita por homens.

Algumas autoras questionam a estrutura organizativa do parentesco, do tabu do incesto e da troca de mulheres, levantando críticas através dos estudos de gênero e epistemologia

feminista (RUBIN, 1975). Esses estudos tendem a questionar o androcentrismo pautado nas diversas áreas do conhecimento, especialmente nas etnografias clássicas, onde os pesquisadores evidenciados e reconhecidos são homens, e o “nativo” ouvido também (ALMEIDA, 2003).

Várias antropólogas têm construído trabalhos que questionam o androcentrismo e as relações entre mulheres e homens, a partir da construção social (HARDING, 1991; SARDENBERG, 2001). Além disso, antropólogas e outras pensadoras enfatizam a necessidade de refletir sobre a sexualidade sem estar presa a amarras da heterossexualidade (WITTIG, 1970; RUBIN, 1975; 2012, RICH, 1980).

Os estudos sobre as mulheres evidenciaram o privado como político (BEAUVOIR, 1935), assim como refletiram sobre as dicotomizações dos sexos biológicos, como construção social (RUBIN, 1975; MOORE, 1980).

Com os olhares diversos sobre as culturas, a necessidade de refletir sobre as práticas da sexualidade, saindo do campo do biologizante e estruturante da sexualidade, entendendo que as práticas sexuais perpassam pela construção do *self*, mas também da organização social e influências culturais (DOUGLAS, 1973; MOTT, 2012; VANCE, 1995).

A partir das inquietações de Rubin (1975), vem se construindo diálogos importantes sobre sexualidade. A autora sugere uma “teoria radical do sexo”, identificando as políticas de desigualdades e modos de opressão, evidenciando o sexo como fator político que gera conflitos de interesse, formas de organização da sexualidade, assim como a patrulha da sexualidade, quando se pensa as diversas ações da sexualidade denominadas como desviantes do padrão heteronormativo.

Na teoria radical do sexo, a autora sugere produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história, colocando a sexualidade “como um produto da atividade humana, assim como são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão” (RUBIN, 1984, p. 13).

A autora traz ponderações acerca das limitações do feminismo e do sexo, na análise da sexualidade enquanto um elemento importante para a organização da sociedade, colocando duas vertentes a serem pensadas: 1) comportamentos sexuais das mulheres; 2) a liberação sexual de ser inerentemente uma mera extensão do privilégio masculino.

Para Rubin, os estudos de gênero se preocuparam demasiadamente sobre as relações entre homens e mulheres, e, por isso, faz críticas importantes na construção epistêmica

feminista, afirmando que “feminismo é ou deveria ser o lugar da teoria da sexualidade”, mas é caracterizado por ela, como a “teoria da opressão de gênero” e não da sexual, sendo para a autora, uma lacuna que precisa ser superada (RUBIN, 1984, pp. 47-48).

Ela afirma ainda que “como o gênero, a sexualidade é política, organizada em sistemas de poder os quais recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades ao passo em que punem e suprimem outros” (RUBIN, 1984, p. 50). Essas ponderações de Rubin no campo antropológico são importantes, pois a organização sexual cria hierarquias colocando como “bom” tudo ligado a heterossexualidade e como “ruim” tudo que está fora do sistema político da heterossexualidade.

Caroline Vance (1995) apontou várias lacunas e problemas políticos presentes nos estudos da sexualidade: 1) a antropologia tem sido pouco corajosa em falar de sexualidade; 2) a sexualidade não é uma área legítima de estudos; 3) falta de investimento das pós-graduações em treinamento sobre sexualidade humana; 4) a ausência de uma comunidade acadêmica comprometida com as questões da sexualidade, colocando esses pontos como limitação estrutural da antropologia.

Com as críticas de Vance, entendemos que algumas coisas avançaram, pois tem havido preocupações mais amplas de se pensar a heterossexualidade obrigatória, no entanto, os problemas acima mencionados, apontam não apenas para a dificuldade de reconhecimento dos estudos sobre sexualidade, mas também para a negação de como este marcador é importante para avaliar as questões culturais dos grupos, como um dos eixos interseccionais e de opressão, como nos alerta Jules Falquet (2006).

Neste sentido, os comportamentos sexuais das mulheres perpassam por controle dos corpos, a partir da estrutura da heterossexualidade obrigatória (RICH, 1980), que Rubin denomina como a “teoria da lavagem cerebral” explicando a diversidade erótica, ao assumir que alguns atos sexuais são tão repugnantes que ninguém desejosamente os praticariam.

Tem havido também um esforço epistêmico do feminismo lésbico para chamar a atenção para a importância da sexualidade como um campo que precisa ser observado, não apenas na agência do indivíduo, mas como as estruturas influenciam na agência e vice-versa (RUBIN, 1975, 1984; RICH, 1980; WITTIG, 1970, 1980; CURIEL, 2007; SPINOSA, 2007).

Essas autoras têm construído um arcabouço teórico importante através de olhares multifacetados sobre sexualidades, especialmente tentando entender as bases estruturais que legitimam e dá sentido as opressões sexuais e das subjetividades lésbicas. Elas são referências nos estudos sobre lesbianidades, trazendo-as também como um campo de atuação e

engajamento político, assim como Aline de Lima Bonetti (2012) discute a antropologia feminista, como outra forma de fazer antropologia, mas também como atitude política e engajada de produção do conhecimento e de críticas necessárias as teorias clássicas.

Porém, a maioria dessas autoras ainda não é trabalhada nos arcabouços teóricos antropológicos, visto a ausência do reconhecimento de suas contribuições, exceto Gayle Rubin, que abriu as portas para essas discussões, sendo a única mais reconhecida e “aceita” para as análises da sexualidade.

Para o entendimento do que há de produções sobre a temática, foi feito um levantamento sobre as lesbianidades no Nordeste (LEMOS, 2017). O trabalho direcionou a compreensão da geopolítica do conhecimento e envolveu o banco de dados da CAPES, bem como de outras universidades federais do Nordeste. A pesquisa foi realizada através dos descritores: lésbica, homossexualidade feminina e lesbianidade. Os achados correspondem a 18 (dezoito) repositórios de universidades públicas federais, correspondentes a 416 (quatrocentos e dezesseis) trabalhos, que apreciam, de alguma forma, a palavra lésbica. Após filtragem, apenas 10 (dez) trabalhos abordam a lesbianidade como conceito analítico em diversas facetas, com predominância na área da saúde.

Dos trabalhos disponibilizados à época, nenhum fazia referência aos movimentos lésbicos, havendo apenas 1 (um) na área da Antropologia, de autoria de João Ricard Pereira da Silva (2014), que versa sobre conjugalidade homoafetiva¹. Fica evidente dessa forma, a escassez de trabalhos no campo antropológico relativos ao tema no Nordeste e a sua ausência em Pernambuco. Sendo este, pioneiro no Programa de Pós-Graduação de Antropologia da UFPE.

Realizado novamente o levantamento em maio/2019² para a escrita desta dissertação, este, foi realizado apenas para dissertações e teses disponíveis na CAPES³, buscando contribuições de trabalhos de todo o país, com os seguintes descritores⁴: lésbica(s), movimento(s) lésbico(s), movimento homossexual, lesbianidade(s), homossexualidade feminina.

² A tabela da pesquisa realizada encontra-se no apêndice A, com o levantamento dos trabalhos na área da antropologia.

³ A CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior é uma instituição ligada ao Ministério da Educação que atua diretamente com as pós-graduações de todo Brasil e reúne em seu repositório as dissertações e teses publicadas em todo país, onde as pesquisas podem ser realizadas no site: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

⁴ Todos os descritores foram aspeados com o intuito de refinar a busca.

Devido aos descritores, houve a repetição de alguns dos trabalhos durante a busca. Afunilando para o campo de produção antropológica existem 49 (quarenta e nove) produções disponíveis, restando 38 (trinta e oito) após a identificação das repetições, dos quais apenas 15 (quinze) têm como interlocutoras de pesquisa as sujeitas lésbicas, divididos em diferentes regiões do Brasil. Desses, 05 (cinco) estão no Sudeste, com as autorias de MUNIZ (1992), LACOMBE (2005; 2010), MEDEIROS (2006) e AGUIAR (2017). Outros 07 (sete) na região Sul, através das autorias de AQUINO (1992), MEINERZ (2005), SILVA (2010), AMORIM (2013, 2018), e NOVO (2015). No Centro Oeste, apenas 1 (um) desenvolvido por SILVA (2015) e por fim no Nordeste, representado por 03 (três) produções com as autorias de SILVA (2014), AIRES (2015) e MORAIS (2017). É importante salientar que os trabalhos relativos ao Nordeste focam na parentalidade e reprodução.

Na produção sobre lesbianidades não podemos deixar de lembrar do livro: O lesbianismo no Brasil, do antropólogo Luiz Mott (1987). Um trabalho inovador, que ressalta a invisibilidade das lésbicas no tecido social e nos trabalhos e reflexões sobre as diversas dimensões de suas vidas, constatando que: “a história do lesbianismo até pouco tempo era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos anos tem merecido atenção de algumas poucas estudiosas e estudiosos” (MOTT, 1987, p. 3).

Como vimos no levantamento realizado, à realidade anunciada e denunciada por Mott, em 1987, parece não ter sofrido muitas transformações, pois os estudos sobre lesbianidades ainda passam por caminhos áridos, especialmente no campo antropológico no Norte e Nordeste.

Nas demais áreas do conhecimento, contamos com importantes produções em torno da sexualidade lésbica (LESSA, 2007; SELEM, 2007; COSTA, 2011; SOARES, 2016; BACCI, 2016; SILVA, 2017; CARVALHO, 2017). Esses trabalhos evidenciam críticas aos pressupostos da heteronormatividade, do patriarcalismo, trazendo um local de fala (RIBEIRO, 2017) sobre as lesbianidades, suas tensões e fissuras, tanto na epistemologia, quanto no campo político.

Para complementar o entendimento e compreender como os movimentos se constituíram no Brasil e internacionalmente, quais suas influências, foi possível realizar um levantamento e saber quais os grupos aparecem nas produções ao longo do tempo, diante das publicações realizadas sobre a temática na área multidisciplinar.

1.2 Lesbianidades: influências internacionais e brasileiras

Os estudos sobre sexualidade têm passado por campos ainda pouco valorizados, no que tange as discussões sobre sexualidade lésbica. Esses estudos refletem sobre as diversas organizações políticas da sujeita lésbica, as bandeiras levantadas, formas de organização, ações políticas e de resistências que contrapõe o patriarcado e suas práticas heteronormativas, sobretudo, teorizações que embasam as sexualidades dissidentes, com contribuições importantes que nos ajudam a pensar como os marcos vão se constituindo na forma de organização não apenas dos movimentos lésbicos, como organização política, mas epistemicamente.

O que me fez muito refletir enquanto pesquisadora e militante foi à construção na França com a organização da Revista *Questions Feministes*, fundada em 1977, que reunia teóricas importantes, como Simone de Beauvoir, Christine Delphy, Colette Capitan-Peter, Emmanuelle de Lesseps, Nicole-Claude Mathieu e Monique Plaza, conforme mencionado por Falquet (2004, p. 64), assim como Monique Wittig que teve participação importante, inclusive discutindo questões lésbicas, através de seus artigos iniciais: “O pensamento hétero” e “Não se nasce mulher”. Por sua prática política e epistêmica ocorreram conflitos, o que ocasionou na separação do grupo e do editorial da revista, observado por Miriam Pillar Grossi (2018).

A revista *Questions Feministes* passou a ser nomeada *Nouvelles Questions Feministes*, grupo oposto a Monique Wittig que continua a construir sua história nos Estados Unidos, pela falta de aceitação da discussão da lesbianidade no editorial da revista feminista. Este rompimento é um dos marcos que é reverberado no diálogo entre movimento feminista “heterofeminista” e movimentos lésbicos “feminismo lésbico”.

Classifico que a partir daí, cria-se um movimento lésbico teórico e de ação militante, diferentemente das mobilizações sociais ocorridas nos Estados Unidos, uma delas conhecida como a Revolta de *Stenowall*, em Nova Iorque, em 28 de junho 1969, que mais tarde foi o dia ficou reconhecido internacional como dia do Orgulho Gay. Diferentemente, na França, as mobilizações começam mais teóricas, questionando a heterossexualidade obrigatória.

Os estudos sobre lesbianidades, tem recebido as contribuições de várias autoras/es a partir do final da década de 1970, desde os estudos inaugurais no Brasil da antropologia, através de Luiz Mott (1987), Andrea Lacombe (2005, 2010), Regina Facchini (2005, 2008), Patrícia Lessa (2007), Simões e Facchini (2009), Josyanne Gomes Alencar (2019), nas demais áreas do conhecimentos: Tânia Navarro-Swain (2004), Maria Célia Orlato Selem (2007),

Mirian Martinho (2013), Marisa Fernandes (2014), Gilberta Santos Soares (2016), Irina Karla Bacci (2016), Zuleide Paiva da Silva (2016), Anahi Bezerra de Carvalho (2017), Marina Maria Teixeira da Silva (2017).

No Brasil, conforme nos indica Facchini (MACRAE, 1985, GREEN 1998 e 2000, *apud* FACCHINI, 2005, p. 88), as formas de organização evidenciam-se na década de 1960 com os jornais: O Snob (1967-1968), Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968). Várias outras formas de organização foram se constituindo, a partir das organizações de jornais, potencializando-se com a fundação do Grupo de Afirmação Homossexual - Grupo SOMOS⁵, organizado em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, eram os grupos que tinham mais visibilidade, à época sendo denominado por alguns autores como Movimento Homossexual Brasileiro - MHB, o que é ponderado por Facchini (2005):

Isso tudo implica um risco, a meu ver bastante sério, de produzir um efeito, a partir do qual o modo de militância e as questões específicas do período em que existiu o Somos acabem se tornando sinônimos do movimento homossexual no Brasil, impedindo a percepção da diversidade de questões e estilos de militância que passaram por esses mais de vinte anos de movimento brasileiro. (FACCHINI, 2005, P. 94).

Corroboro a crítica que Facchini traz em relação à denominação, pois as pesquisas não conseguem dar conta da diversidade dos grupos que foram se constituindo no Brasil, não podendo denominar a organização política de um estado ou de um grupo, como Movimento Homossexual Brasileiro, visto que, as pesquisas têm olhares situados e não conseguem representar a organização nacional, que ainda tem muito que se debruçar para entender como se deram as organizações políticas dos movimentos nas diversas regiões brasileiras.

Mesmo entendendo que existam importantes contribuições ofertadas por diversas pesquisadoras e ativistas, é importante destacar o forte diálogo internacional que traziam informações a fim de se disseminar no Brasil, a exemplo de João Antônio Mascarenhas, com a fundação do Jornal Lampião da Esquina e junto a ele, João Silvério Trevisan, na organização do Grupo SOMOS – SP.

De certo que outros grupos também estão inseridos na construção do movimento homossexual desde esta década, como Grupo Gay da Bahia - GGB, com a contribuição do antropólogo Luiz Mott, que teve parte de sua formação no exterior e trouxe consigo a leitura de mundo influenciada pelo campo antropológico, assim como do movimento homossexual

⁵ Para conhecer melhor a construção histórica ver TREVISAN, 1986; MCRAE, 1990; GREEN, 2000; FACCHINI, 2005.

internacional, impulsionando a fundação do grupo e influenciando a formação do primeiro Grupo Lésbico da Bahia - GLB⁶.

O GLB, como mencionado por Zuleide Paiva da Silva (2017), teve a influência de Mott e do GGB, mas se constituiu por mulheres que estavam na academia, como a professora universitária Lurdinha Rodrigues, em interlocução com mulheres que começaram a se organizar no movimento lésbico baiano, como é o caso de Jane Pantel, com a influência intelectual de Margot Piva, professora da UFBA.

Com certeza há outros grupos e históricos cuja organização e memórias ainda não foram resgatadas, além de existir uma tendência em colocar as regiões sudeste e sul como centro do conhecimento e das pesquisas que ganham notoriedade nacional, sendo as demais regiões colocadas como periferia, criando assim, uma geopolítica de conhecimento ainda centralizadora.

Conhecer como se deram as organizações e memórias das regiões, especialmente do Norte e Nordeste é transcender o que tem sido posto como “centro do conhecimento” ou denominado como movimento homossexual brasileiro.

Compreendendo como os trabalhos em torno da lesbianidade tem se constituído no Brasil, não posso deixar de mencionar o enfrentamento político trazida por Cassandra Rios⁷ em seus escritos, mas, sobretudo no livro “Eu sou uma lésbica”, publicado sua primeira edição no final da década de 1970, ainda na ditadura militar.

Enquanto organizações dos movimentos lésbicos brasileiros podemos citar algumas iniciativas apresentadas por Patrícia Lessa (2007, p. 33)⁸. Assim como, na região Sudeste, os estudos iniciais tornaram-se formas de organização política através da mobilização social, organização de revistas, jornais e boletins, com reflexões importantes que foram dando caminhos às discussões sobre lesbianidades. Tais discussões tomaram maior fôlego na organização do I Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE, em 1996, no Rio de Janeiro.

⁶ Para se aprofundar ler Zuleide Paiva da Silva, 2016, tese de doutorado: Sapatão não é Bagunça: estudos das organizações lésbicas na Bahia.

⁷ Para o assunto ver: MESSEDER e PEREIRA, 2013. O encontro no universo lésbico de Cassandra Rios: desafios, ambiguidades e tensões nos atos performativos masculinizados em “mulheres lésbicas”. <http://www.journals.usp.br/viaatlantica/article/download/58049/99103>

⁸ Jornal *Chanacomchana* - SP: (teve uma só publicação em janeiro 1981). Em 1979, quando se criou o SOMOS, primeiro grupo homossexual estatutário no Brasil, surge o LF, facção lésbico-feminista responsável pela publicação do Jornal *Chanacomchana*; Boletim *Chanacomchana* - SP (12 edições, de 1982 a 1987): publicado pelo Galf - (Grupo de Ação Lésbico-Feminista); Boletim *Um Outro Olhar* - SP (18 edições, de 1987 a 1993): do n.1 de 1987 até o n.10 de fev./abr. de 1990, foram publicados pelo GALF; do número 11 de 1990 até o número 18 de 1993, passaram a ser publicados pela Rede de Informação *Um Outro Olhar*; Revista *Um Outro Olhar* - SP (20 edições, de 1993 a 2002): publicado pela Rede de Informação *Um Outro Olhar*; Boletim *Iamuricumá* - RJ (edição única em 1981): publicado pelo grupo que levava o mesmo nome: *Iamuricumá*.

O SENALE tornou-se um marco por mobilizar mulheres de todo o Brasil, instaurando o 29 de agosto como dia nacional da visibilidade lésbica. Existe ainda outro momento importante no Brasil, que é o 19 de agosto, denominado dia do orgulho lésbico, devido à conquista de permissão judicial para vender o Boletim Chanacomchana no Ferro's Bar, pela proibição da venda, feita pelos proprietários (LESSA, 2007). Na conjuntura dos movimentos lésbicos e suas organizações, a data mais lembrada e comemorada é o 29 de agosto, quando os grupos fazem eventos em alusão ao dia, demarcando o espaço político dos grupos e redes.

No que concerne aos grupos construídos no Brasil, Lessa (2007, p. 96)⁹ menciona vários, porém apenas um é do Nordeste. Outros grupos de lésbicas e bissexuais também são apresentados, segundo os registros feitos pela revista Visibilidade (Abril de 2002)¹⁰ e pelo relatório do I SENALE¹¹, que mencionou a existência de 26 (vinte e seis) organizações lésbicas e mistas.

No relatório final do VI SENALE, com o tema: movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: poder e democracia¹², organizado pelo Grupo Curumim (2006, p. 54-58), a lista possui um total de 84 (oitenta e quatro) grupos, dentre eles grupos lésbicos, mistos, feministas e governos. Do total, 23 (vinte e três) grupos são exclusivamente lésbicos, com 06 (seis) do Nordeste¹³ e 02 (dois) que agregam homens e mulheres.

⁹ No Brasil atual, existe uma grande diversidade de grupos, muitos oriundos de grupos mistos. Algumas militantes do grupo D'Ellas (RJ) saíram do Somos (RJ); ex militantes do Grupo Gay da Bahia (GGB-BA) formaram o Grupo Lésbico da Bahia (GLB-BA); Militantes do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF-SP) foram para o Coletivo de Lésbicas Feministas (CLF-SP), outras formaram a Rede *Um Outro Olhar* (UOO-SP), outras, ainda, formaram o grupo Umas & Outras (U&O-SP). Na cidade de Campinas-SP, existe o Movimento de Lésbicas de Campinas (MOLECA), que, com muita ação e criatividade, tem visibilizado e colocado o 'bloco na rua'. Um exemplo foi a Mostra de Artes Lésbica, que teve sua terceira edição em 2005, como atividade do mês do Orgulho Homossexual; foi também integrante da Comissão Organizadora das três edições da Marcha das Lésbianas em São Paulo, durante os anos de 2003, 2004 e 2005. A existência desses grupos marca um momento em que a visibilidade congregam-se ações afirmativas no sentido de mostrar que a diversidade do humano se expressa também em uma diversidade sexual. (LESSA, 2007, p. 96).

¹⁰ Em sua edição única, organizada pelo Centro de Documentação Coisa de Mulher (CEDOICOM), fundado em 1994 e o Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), fundado em 1995, mencionam os grupos existentes: CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas, fundado em 1990, grupo de São Paulo, Movimento D'ELLAS, fundado no Rio de Janeiro em 1993, Associação Lésbica de Minas - ALEM, fundado em 1997, Grupo Movimento Lésbico de Campinas – MOLECA, fundado em 2000, Grupo de Mulheres Felipa de Sousa do Rio de Janeiro, fundado em 2001.

¹¹No relatório do I SENALE – saúde, visibilidade e organização, organizada pelo Centro de Documentação Coisa de Mulher - CEDOICOM e Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ, disponível no acervo do CEDOICOM e do COLERJ, cedido uma cópia a autora em uma visita a sede, no Rio de Janeiro e disponível nos anexos dessa dissertação. (CEDOICOM, COLERJ, 1996, p. 48-49)

¹² Disponível através do site: https://senale.files.wordpress.com/2009/10/relat_rio_senalefinal1.pdf

¹³LAMCE - Liberdade de Amor Entre Mulheres no Ceará – CE, Grupo LEMA - Grupo de Lésbicas do Maranhão – MA, Grupo de Mulheres Maria Quitéria – PB, DIVAS - Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual - PE, Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes do RN – GAMI, Grupo Labrys de Lésbicas Feministas – RN, e os grupos que agregam mulheres e homens, como o Articulação e Movimento Homossexual do Recife - AMHOR - PE e Grupo Matizes – PI. (GRUPO CURUMIM, p. 2006, p. 54-58).

Patrícia Lessa (2007) menciona vários grupos do Sudeste, citando o Nordeste apenas o GLB, deixando de fora vários grupos que compõe os movimentos lésbicos no Brasil. Como seu recorte de pesquisa é de 1970-2006. Quando contraposto aos relatórios do I e V SENAILE (1996, 2006), assim como a Revista Lesbianidade (2002), estes últimos mostram uma lista bem mais ampla das organizações lésbicas no Brasil, especialmente fora do eixo Sul-Sudeste.

As contribuições aos estudos das lesbianidades realizadas no campo antropológico têm priorizado compreender como são propulsoras de conhecimentos epistêmicos e de realidades empíricas das relações sexuais entre mulheres. A tese de Andrea Lacombe (2010) reflete sobre as sociabilidades de mulheres que mantêm relações afetivo-sexuais com outras mulheres, as subjetividades, categorias morais que são criadas na autodefinição e nas concepções de sexualidade não heteronormativa.

Anelise Fróes da Silva (2010) faz uma etnografia sobre a inserção de mulheres lésbicas em movimentos sociais, institucionalizados ou não, suas articulações e presença nos diversos movimentos em Porto Alegre, tendo maior visibilidade o grupo estudado Mulheres Rebeldes, que elenca uma perspectiva feminista radical de desconstrução do capitalismo, sendo a forma de opressão considerada mais nociva para as mulheres, diferente de outras perspectivas que evidenciam o patriarcalismo como sistema de opressão. A autora evidencia como as lésbicas estão organizadas nos diversos movimentos, mas não traz a trajetória dos movimentos de lésbicas no estado, deixando um campo importante em aberto.

A antropóloga Isadora Lins França (2006), articula o movimento GLBT¹⁴ e o mercado GLS¹⁵ na cidade de São Paulo, evidenciando as dinâmicas a partir de meados da década de 1990. O enfoque da dissertação recai sobre processos de aproximação e diferenciação entre movimento e mercado, envolvendo também situações de conflito e colaboração entre os atores sociais envolvidos.

Nádia Elisa Meinerz (2005) elabora uma etnografia sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios. Potencializa um diálogo importante sobre a antropologia e sexualidade, evidenciando a construção da homossexualidade feminina.

Ainda, a tese de Regina Facchini (2008), uma das pioneiras no Brasil a refletir em torno das homossexualidades e a trajetória do movimento “homossexual” e LGBT¹⁶ (FACCHINI, 2005). Em 2008, em sua tese traz a construção analítica das relações entre

¹⁴ Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Esse era a nomenclatura usada na época, que mudou em 2008 para LGBT, pelas reivindicações relacionadas às questões de gênero, na I Conferência Nacional GLBT.

¹⁵ Gay, Lésbicas e Simpatizantes.

¹⁶ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

mulheres e suas práticas eróticas, as relações de gênero e sexualidade, nos locais de sociabilidades lésbicas no estado de São Paulo.

A autora discorre seu trabalho acerca da utilização do termo “mulheres que fazem sexo com outras mulheres” em vez de lésbicas ou outro termo correspondente. Esse artifício foi utilizado como manobra de ampliação do seu campo de estudo, uma vez que engloba mulheres que tenham práticas ligadas a lesbianidade, mas que não se utilizam da identidade construída pelos movimentos, ou ainda que não considerem que a prática define a orientação sexual, denominada como lésbica, o que é de suma importância no tocante às configurações e normativas que se criam em torno de tais práticas.

Esses trabalhos fazem parte de um arcabouço contemporâneo que tem construído pontes entre a antropologia e lesbianidade. Todas as autoras citadas trazem diferentes pontos de vista que contribuem de forma significativa para o campo antropológico, abrindo diversos caminhos. Nesse campo, a lesbianidade é de extrema importância para entender o processo de construção dessas narrativas, especialmente quem são essas mulheres que se dedicam para a construção de um campo epistêmico e empírico das sexualidades, reconhecidas ainda como dissidentes.

A interseccionalidade dos estudos sobre feminismo, sexualidade e as críticas a preponderância de estudos sobre a heterossexualidade, contribuíram para a formação do feminismo lésbico, que além de ser uma prática política que prioriza como bandeira de luta da lesbianidade, estimula a construção da visibilidade em torno desta identidade política e suas memórias, assim como entende a sexualidade como fator de opressão, para além das relações de gênero, raça e classe.

1.3 Organização dos capítulos

A dissertação está organizada em cinco capítulos, no capítulo I - *Caminhos teóricos – metodológicos, percursos, percalços e trilhas sonoras*, corresponde ao que foi priorizado conceitualmente, embasados pela antropologia feminista, feminismo lésbico, sexualidade, identidade lésbica, interseccionalidade e memória, como conceitos de análise. Apresenta-se ainda os percursos metodológicos, as técnicas de coletas de dados, questões éticas, as narrativas de vida, como ponte forte das memórias individuais e coletivas, a fofoca como um descritor importante para o enredo da pesquisa. Também assinalo a imersão no campo, além das documentações dos grupos que perfazem a construção das memórias.

No capítulo II - *Lésbicas em luta e resistência em Pernambuco: Quem são elas?* Apresento as narrativas de vida das interlocutoras/pensadoras que cederam suas histórias de vida e militância que perfazem as memórias dos movimentos lésbicos em Pernambuco, articulando os dados dos questionários fechados, resultando no perfil socioeconômico das sujeitas da pesquisa, com dados analíticos da observação participante. Analisou-se ainda como se constituiu a identidade lésbica e as experiências em se constituir lésbica.

No capítulo III - *Caminhos traçados, resistência e memórias dos grupos que articulam os movimentos de lésbicas e suas interseccionalidades em Pernambuco*, são apresentados os grupos e redes que constroem as memórias dos movimentos lésbicos em Pernambuco, trazendo suas trajetórias e atuação política, apresentando as questões abordadas pelos grupos e materiais históricos cedidos, que contribuíram para as memórias, dividindo a partir da periodização dos movimentos, como: momento incubadora (1979-1990), processo de institucionalização (1991-2000), articulação local e nacional em rede dos movimentos lésbicos (2001-2010), fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019).

No capítulo IV - *Memórias dos movimentos lésbicos: interseccionando histórias, memórias - militância para dentro*, são mencionadas e analisadas como a militância reflete nas relações internas e como se organizam os movimentos lésbicos, através das memórias que Elas/Nós construíram/construímos, como: relações de hierarquias/igualdades, conflitos internos, poder, violências, reprodução do machismo, os diálogos e conflitos entre as identidades lésbicas e bissexuais. O capítulo ainda apresenta soluções apontadas por Elas/Nós para os movimentos lésbicos, evidenciando os percursos etnográficos.

No capítulo V - *Movimentos lésbicos de Pernambuco: Delas por Elas, sobre Elas, entre Elas. Militância para fora*, apresenta-se os diálogos que os movimentos de lésbicas perfazem nas narrativas dos grupos, no que tange as relações dos movimentos lésbicos para fora, trazendo os olhares das interlocutoras/pensadoras da pesquisa e suas relações com os movimentos feministas, com os homens gays, movimentos negros, além da interlocução dos movimentos lésbicos com os governos, partidos políticos, e por fim, os percursos etnográficos da militância para fora, trazendo alguns episódios que ajudam a perceber como se dão essas relações.

Por fim, apresento as considerações finais trazendo um apanhado do campo e os caminhos futuros que podem ser trilhados. Nos anexos deste trabalho há uma ampla variedade de materiais que foram coletados em campo, assim como o que venho acumulando nos últimos anos, o que contribui para a construção das memórias dos movimentos lésbicos, além

do compromisso político e epistêmico para que esse acervo não seja particular, mas coletivo, que contribua para outros trabalhos e pesquisas.

Com poesia, afeto, perigo, posicionamentos político e epistêmico, convido-as para ler essas linhas, com letras, palavras e memórias que perfazem um campo instigante, simbólico, questionador, cheio de emoções, que representam o caminho etnográfico e antropológico escolhido para conhecer mais de perto as narrativas e memórias das lésbicas e dos movimentos lésbicos em Pernambuco.

2 CAMINHOS TEÓRICOS – METODOLÓGICOS, PERCURSOS, PERCALÇOS E TRILHAS SONORAS

O que é a mulher?

Pânico, alarme geral para uma defesa ativa.

Francamente, este é um problema que as lésbicas não têm por causa de uma mudança de perspectiva, e seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois "mulher" tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais.

As lésbicas não são mulheres.

Monique Wittig (1970, p. 6)

2.1 Caminhos teóricos, percursos, percalços e trilhas sonoras

O percurso epistêmico desta dissertação diz de um lugar situado (HARAWAY, 1995) e de fala (RIBEIRO, 2017) embasado na antropologia feminista e no feminismo lésbico, especialmente. Os pressupostos teóricos apresentados têm a preocupação de dialogar como a sexualidade tem sido posta como um sistema de opressão para as mulheres, pensando as lesbianidades como um campo de estudos que na antropologia localizada no Nordeste tem sido pouco estudado.

Para dar conta desta preocupação foram levadas em consideração às análises interseccionadas (BRAH, 2000; FAQUET, 2006; AKOTIRENE, 2018; MOORE, 2000), através das opressões das relações de sexualidade, gênero, raça, classe e geração, especialmente, na forma como se encontram interseccionadas nas relações dos movimentos e identidade lésbica, como ferramenta de mobilização política.

Importante perceber que a antropologia, especialmente a antropologia feminista, e outras áreas dos conhecimentos não têm dado conta das discussões sobre as sexualidades como um demarcador de opressão das mulheres (RUBIN, 2012), quando se pondera a sexualidade lésbica, questão que precisa ser revisitada pelas áreas do conhecimento e problematizada como um conceito também de análise.

As críticas em torno desta afirmação vêm de diversas autoras que apontam a ausência epistêmica de refletir que as trajetórias dos estudos sobre como a sexualidade tem ligação direta com as relações de gênero, articulado aos movimentos sociais, como o feminista e o de liberação homossexual (HEILBORN, 1999). Apesar da necessidade de suprir essa ausência, quando se analisa os inúmeros trabalhos sobre as relações de gênero e interseccionais, o

marcador da sexualidade ainda é pouco utilizado, como bem questionado por Luiz Mott (2012) e Caroline Vance (1995).

É neste contexto, que este capítulo questiona alguns pressupostos colocados a respeito da sexualidade sendo um dos grandes desafios para a antropologia, onde articulo como as questões epistêmicas incidem no campo de estudos priorizados nesta dissertação, visto que, na antropologia, os estudos perpassam ainda muito mais por questões da homoparentalidade (TARNOVSKI, 2002; HEILBORN, 2004, SILVA, 2006) e/ou homossexualidade masculina (FRY 1982; GREEN 2000, 2019; PARKER, 2002; SIMÕES 2004; CARRARA E SIMÕES, 2007; FERNANDES, 2007; RIOS, 2004, 2011).

Para entender inicialmente como a sexualidade lésbica tem sido vista no campo multidisciplinar, dialogo como as narrativas são reconhecidas trazendo um panorama de como os movimentos lésbicos e as lesbianidades tem sido observadas, com o intuito de pensar a construção da identidade lésbica enquanto categoria epistêmica, política, de análise e interseccional.

2.1.1 Feminismo lésbico

O feminismo lésbico nasce de diversas organizações sociais e de pessoas que tem lutado para que as lesbianidades sejam reconhecidas enquanto categoria política, epistêmica e de análise, através das ações individuais, a exemplo da escritora Cassandra Rios, como em ações coletivas de atuação dos grupos de militância lésbica, sobretudo das ponderações epistêmicas que refletem a crítica a heterossexualidade obrigatória, as relações patriarcais, capitalistas, de parentesco, as hierarquizações das identidades sexuais, a mulher com sujeita universalizada que é direcionada para a reprodução, casamento heterossexual, logo o feminismo lésbico reflete as mulheres para além das relações da heterossexualidade, como as lésbicas que questionam o que é ser uma mulher, que segundo Monique Wittig (1970) “as lésbicas não são mulheres” por negarem a heterossexualidade obrigatória e os seus significados.

Nas construções epistêmicas são citados os conflitos levantados por Monique Wittig, na França, na Revista *Questions Feministes*, também no final da década de 1970, que a partir do levantamento da prática sexual diferente da heterossexual, criou-se outra revista para dar conta das discussões renomeada *Nouvelles Questions Feministes*.

A autora reflete acerca de como a “heterossexualidade é à base da sociedade”, crítica que se constrói pelo processo biológico da reprodução, onde se entende “homem e mulher como categorias políticas e não naturais, econômicas e não eternas”. As categorias de “homem” e “mulher” foram construídas antes como questão biológica e depois como construção social, apesar de ainda ser muito evidenciada pela base da sociedade patriarcal como um sistema político de complementariedade.

Logo, a autora questiona o que seria uma mulher, saindo do sistema de complementariedade dos sexos, das postulações da mulher enquanto ser uno, construindo críticas importantes:

O que faz uma mulher é uma relação social específica com o homem. Uma relação que chamamos de servidão, uma relação que implica uma obrigação pessoal e física e também econômica (residência obrigatória, trabalhos domésticos, deveres conjugais, produção ilimitada de filhos, etc) uma relação à qual as lésbicas escapam quando rejeita torna-se seguir sendo mulher. (WITTIG, 1970, p. 5)

Pondera ainda que “o que define o biológico é a reprodução, o que define uma mulher é a capacidade de dar à luz”. A autora entende que essas questões fazem parte da estrutura da sociedade patriarcal e da heterossexualidade, o que coaduna com a “base da opressão das mulheres é biológica histórica”. Essas críticas são fundamentais para entender como o feminismo lésbico é embasado na crítica à heterossexualidade obrigatória/compulsória e coloca a mulher disponível à dominação masculina.

Quando se pensa a mulher saindo do sistema político heteronormativo, ela elabora que o lesbianismo¹⁷, categoria que está para além das relações de sexo, pois coloca as mulheres fora do alcance dos homens e das reproduções impostas pelas cristalizações de gênero e/ou sexo, com o entendimento de que o “sujeito lesbiano não é uma mulher economicamente, politicamente, nem ideologicamente” (WITTIG, 1970, p. 3).

Ela enfatiza que as lésbicas não são mulheres, por se portarem “fora” do sistema político heteronormativo, no que diz respeito à reprodução e acesso dos homens, enfatizando que esse sistema não “oprima apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens” (WITTIG, 1970, p. 3).

¹⁷A lesbianidade era conceituada como lesbianismo, assim como a homossexualidade, homossexualismo. No entanto, as lutas políticas contribuíram para a adequação do termo tirando o sufixo ismo, retirando a homossexualidade da classificação internacional de doenças mentais, em 1990, pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Rubin (1975) é uma das teóricas que também traz reflexões importantes sobre as conotações do parentesco e da heterossexualidade. Para a autora, o patriarcado e a reprodução são constituídos pelo sistema sexo/gênero que as mulheres estão inculcadas, pela organização de poder que o sistema patriarcal coloca as mulheres disponíveis para o casamento e reprodução e este poder está nas mãos dos homens, para ampliação do parentesco. Essa relação, segundo a autora, funciona como um “jogo de xadrez onde as duas peças são: a dádiva e o tabu do incesto, cuja articulação dual constitui o seu conceito de troca de mulheres” (RUBIN, 1975, p. 8).

Adrienne Rich (1980) também fez grandes contribuições ao feminismo lésbico e levanta questões importantes, como: 1) o apagamento da existência lésbica; 2) crítica a ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, mesmo entre feministas; 3) recusa ao patriarcado como um ato de resistência. Através dessas críticas que são potentes em relação às construções epistêmicas feministas ou não, a autora levanta aspectos importantes que têm sido usadas como aporte teórico e político.

Na interlocução entre os movimentos lésbicos e feministas, sugere uma ponte entre elas, categorizada como *contínium* lésbico, necessárias para questionar a “ideologia que supervaloriza a heterocentricidade, mesmo entre feministas” (RICH, 1980, p. 19). Trata-se de uma das autoras que já na década de 1980 fazia críticas em relação à falta de diálogo dos movimentos feministas com as pautas das sexualidades. Heleith Saffioti (2004) corrobora que o patriarcado é um dos pontos de opressão e levanta crítica ao movimento feminista por não trabalhar o conceito de patriarcado interseccionado das relações de gênero, para enfrentar o cerne das opressões às mulheres.

Rich ainda faz uma ponderação enfática como à “recusa ao patriarcado, como um ato de resistência” assim como:

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. (RICH, 1980, p. 20).

Jules Falquet (2012) constrói um estudo intitulado: Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. Esse tem sido um dos trabalhos sociológicos mais atuais e importantes, pois reflete a lesbianidade enquanto movimento social e prática política, mas, sobretudo, as teorizações que tem embasado as sexualidades dissidentes, como um campo maior de estudos. A autora

também é uma das que indicam a possibilidade do trabalho interseccional, incluindo a sexualidade como fator de opressão social.

Rubin (1984) traz proposições teóricas e políticas para ampliar os estudos sobre sexualidade. A autora criou uma “hierarquia do círculo encantado vs. os limites exteriores”. Na sua ilustração, sugere que a legislação sexual pune várias expressões e liberdades individuais, denominando como “bom, normal, natural - sexualidade abençoada” expressões como heterossexualidade, casada, monogâmica e privada. Já em relação aos limites exteriores: “má, anormal, não natural – como sexualidade condenada”, estão incutidas as práticas da homossexualidade, contracepção, infrações geracionais, educação sexual, pornografia e o sexo antes do casamento.

A legislação sexual incentiva a Lei da proteção da família (1979), ordenação de sexo/sexualidade como algo biológico, criminalização da prostituição, a sexualidade inacessível à análise política, enquanto concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto individual, ao invés de construtos sociais.

A legislação sexual faz parte da heterossexualidade como ideologia, “não natural, mas social”, onde ela explicita:

Em particular, nós devemos perseverar na análise da maneira como a heterossexualidade como ideologia e como instituição social constrói e naturaliza não somente a diferença dos sexos, mas também a diferença de “raça” e de “classe”. (RUBIN, 1984, p. 21-22)

A autora sugere como prática de descrição da sexualidade, denotando uma política radical do sexo, com o objetivo de “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual”.

Ochy Curiel Pichardo (2007) reflete sobre o *lesbianismo feminista* que o compreende como uma “uma posição política, posição que implica entender a heterossexualidade como um sistema e um regime político”, assim como pondera como prática epistêmica o questionamento da base da sociedade racista e capitalista.

Essas autoras tem se debruçado sobre os aspectos da sexualidade, entendendo-a não como sinônimo apenas de atividade sexual, mas como construção histórica, de uma dimensão interna aos sujeitos e seus significados (VANCE, 1995), mas também como um sistema de moralidade que direciona o prazer e o sexo, criando redes de significados, pensado por Maria Luiza Heilborn (1999):

A cultura (em sentido lato) é a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas, por intermédio de redes de significados que

abarcam categorizações de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros. Valores e práticas sociais modelam, orientam e esculpem desejos e modos de viver a sexualidade, dando origem a carreiras sexuais/amorosas. (HEILBORN, 1999, p. 1)

Porém, não podemos ver a sexualidade apenas como um campo de significados, que, por vezes, fica no “privado”, devendo observá-la também como construções políticas que podem transgredir as normas da heterossexualidade obrigatória, impostas pelas redes de significados do patriarcalismo.

A sexualidade é proposta por Weeks (1986) como uma categoria ficcional. Já Giddens (1992), entende como atravessado de relações de poder. Há quem aponte que os estudos sobre sexualidades dão um *boom* a partir da epidemia do HIV/Aids (LOYOLA, 1994), na década de 1980. Porém, FACHINNI (2005), analisa como um período que proporcionou grandes financiamentos em torno de pesquisas e de organizações não governamentais para construção de ações afirmativas. Só que esses estudos tentavam achar a causa “chefe” desta explosão, focando em ações diretas para os homens com práticas sexuais com outros homens, talvez isso explique o maior número de pesquisas e estudos em torno da temática durante tanto tempo.

As autoras mencionadas são algumas das que tem construído um arcabouço teórico importante para lidar com as sexualidades dissidentes, não apenas como reflexões teóricas, mas práticas políticas que ajudam a reflexionar sobre o caminho teórico e político do feminismo lésbico.

Diante de tudo isso, o feminismo lésbico traz contribuições importantes através do demarcador das sexualidades e levanta questões independentes da orientação sexual, mostrando como os corpos das mulheres e homens foram sempre colocados a partir dos papéis biologizantes e dicotômicos, além das ferramentas culturais e ideológicas de controles. Entendendo que para dar conta do que Rubin (1984) indica como premissa é necessário a construção de uma teoria radical do sexo, descrevendo como as relações sociais e sexuais interferem na cultura e na política do sexo.

É o feminismo lésbico que também ajuda a refletir sobre as lacunas do feminismo, dito “clássico”, no sentido de pensar sobre sexualidade e o heterofeminismo, como questionado inicialmente por Monique Wittig (1970) e Adrienne Rich (1980). Sobretudo, mais recentemente Jules Falquet (2012) reflete a lesbianidade através do pensamento sociológico, não apenas como movimento social, mas teoria política, pelos questionamentos estruturais incutidos na prática política e sexual da lesbianidade.

Para cumprir essa descrição é importante interseccionar as opressões não apenas da sexualidade, mas de raça, gênero, classe e geração, como pressupostos, entendendo a interseccionalidade como conceito chave primordial para o desenvolver desta pesquisa.

2.1.2 Interseccionalidade

O entendimento da interseccionalidade como uma categoria de análise nos incita a perceber os efeitos da colonização, como Carla Akotirene (2018) nos convida a pensar. Como integrante dos movimentos lésbicos e pesquisadora, entendi que é impossível refletir sobre as estruturas sociais da sexualidade, sem os demais eixos de opressão direcionados as mulheres, que durante décadas tem sido alvo de estudos.

Pensar esta pesquisa a partir dos pressupostos da interseccionalidade me propiciou lentes mais ampliadas nas análises, sendo a sexualidade o eixo central, porém notando como as relações de gênero, raça, classe e geração influenciam nos diversos caminhos de construção das subjetividades lésbicas. Além disso, como as estruturas de opressões partem de uma “matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas”, Akotirene (2018).

Como *outsider within*¹⁸, conceito pautado por Patrícia Hill Collins (2016), dos movimentos lésbicos e percebendo as diversas encruzilhadas e fricções das opressões, não haveria condições analíticas de não interseccionar os dados, visto que, os campos de opressões são múltiplos e geram encontros e conflitos de diversas ordens. Como Akotirene, reflete a partir de Crenshaw: “A interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, lente analítica sobre interação estrutural em seus efeitos políticos e legais” (AKOTIRENE, 2018, p. 58).

Além das reflexões políticas, a interseccionalidade é um pressuposto teórico e metodológico o que nos ajuda na possibilidade de entender a construção das lésbicas, enquanto *self*, mas também das coletividades, através das variáveis de raça, gênero, classe, sexualidade e geração.

No decorrer da dissertação apresentam-se como as nuances da interseccionalidade vão se imbricando, visto que, as expressões da sexualidade, por exemplo, na infância ou adolescência, no ato de assumir-se, está conectado ao fato de ser mulher, onde a sexualidade é direcionada e posta à disposição para os homens.

¹⁸ Forasteira de dentro

Na questão da raça, ao assumir-se negra há um hiato neste entendimento, no que tange as pautas políticas da negritude ainda em construção para algumas interlocutoras/pensadoras, uma vez que o sistema racista estrutural incita a negação do ser negra, logo o “tornar-se negra” é um ato político.

A distinção geracional também potencializa o fato de não poder se assumir lésbica, pois, pela idade existe a tutela dos mais velhos (pais e mães) que dizem o que é certo ou errado, além da dependência financeira. A depender da conjuntura, a classe é propositora de violências com mais ou com menos requinte, como forma de correção da sexualidade. Todo esse emaranhado será explicitado no decorrer das análises nos capítulos seguintes.

Neste contexto, entende-se que não tem como analisar uma opressão sem pensar nas demais, mesmo Audre Lorde sugerindo que “não existe hierarquia de opressão”, pois não dá para hierarquizar o sofrimento, uma vez que o sofrimento também poder dizer de uma estrutura de opressão. No entanto, no caso das lésbicas, pode-se dizer que há a hierarquia de opressão, por se tratar de mulheres (biologicamente falando) e lésbicas (orientação sexual e política), e por haver as normativas de gênero e sexualidade tuteladas pelo sistema patriarcal. Logo, a expressão da sexualidade se constrói ao longo da vida se articula fortemente com as relações de gênero e sexualidade, restando os demais marcadores secundários, na maioria dos casos. Pode-se notar esse entendimento, buscando nos exemplos de campo, nenhuma lésbica sofreu violência na família por ser mulher, negra, pobre e jovem, sofreu violência por ser lésbica.

Pensando na interseccionalidade das pautas, os movimentos lésbicos têm construído várias críticas a heterocentricidade instituída nos movimentos feministas, visto que, durante muitos anos foram se desenvolvendo pautas ainda pensando como prioridade as mulheres que representam a heterossexualidade. Mas não apenas isso, Akotirene menciona que a eleição das pautas diz de um lugar de raça, de classe, de localidade e adiciono de orientação sexual:

Uma das dificuldades é que mesmo dentro dos movimentos feministas e antirracistas, raça e gênero são vistos como problemas mutuamente exclusivos. Se pegarmos duas fotografias recentes de uma marcha, nos Estados Unidos, em defesa dos direitos das mulheres ao aborto, notaremos que as líderes são basicamente monorraciais, no caso, brancas. Já em uma fotografia de uma marcha pelos direitos civis veremos líderes negros, homens. Em parte, o problema é que pensamos esses movimentos separadamente e acreditamos que as intervenções devam priorizar uma questão de cada vez. É difícil demais fazer mais de uma coisa ao mesmo tempo. Os líderes argumentam que isso acontece porque as mobilizações se baseiam nos interesses das pessoas racialmente dominantes nos movimentos de mulheres, as brancas. E nas dominantes quanto ao gênero, nos movimentos contra o racismo, os homens negros. Ora, essa situação torna as mulheres negras invisíveis. Em primeiro lugar, seus problemas, às vezes, ficam subincluídos. É como se, embora se possa

falar sobre todos os problemas enfrentados pelas mulheres, suas especificidades não devessem ser discutidas. Muitas das questões não incluídas na agenda das feministas afetam especificamente mulheres negras. As análises nem sempre consideram como a raça ou a classe social contribuem para gerar as desigualdades. (AKOTIRENE, 2018, p. 14)

A crítica aos movimentos feministas e outros movimentos de se trabalhar as especificidades focando nas bandeiras de forma separada, passa pelo processo da exclusão de outros aspectos que poderiam ser trabalhado em conjunto. Por isso os estudos de interseccionalidade vem construindo as imbricações, pois é importante trabalhar essas bandeiras de lutas não apenas para fora dos movimentos, mas para dentro também, levando em conta que os preconceitos que a sociedade ainda potencializa, as pessoas que estão organizadas em movimentos sociais, especialmente, no cerne às questões raciais e de orientação sexual nos movimentos feministas e de mulheres, podem sofrer do mesmo mal. Kimberlé Crenshaw (2004) nos alerta “a interseccionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas”.

Nesse sentido, uma das críticas que vem sendo construídas diz respeito à sexualidade como um fator de opressão, que não é interseccionada frequentemente com as análises advindas dos estudos de gênero, classe, raça e geração. Algumas autoras refletem a sexualidade como um marcador que precisa fazer parte das análises de opressões das mulheres (FALQUET, 2006; PICHARDO, 2007), como forma de enxergar as colisões de estruturas, como é o caso de Kimberle Crenshaw (2015), assim como, Carla Akotirene (2018, p. 15) nos convida a refletir sobre a “matriz colonial moderna, evitando o desvio analítico para apenas um eixo de opressão”.

Para pensar a interseccionalidade, articulo o conceito trazido especialmente por Djamila Ribeiro (2017), através do lugar de fala, que para a autora, está posto também a partir da produção do conhecimento vindo de uma mulher negra, como rompimento de uma “narrativa dominante”.

A voz da ativista não traz somente uma dissonância em relação à história dominante do feminismo, mas também a urgência por existir e a importância de evidenciar que mulheres negras historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas. Nesse sentido, pensar a partir de novas premissas é necessário para se desestabilizar verdades (RIBEIRO, 2017, p. 17).

Percebe-se no percurso desta pesquisa que a militância também é interseccionalizada, no sentido de pensar as categorias de atuação, evidenciando-as em dois tipos de militâncias:

para dentro e para fora, o que não tem como caminhar de forma dissociada, pois o que acontece internamente influencia no que acontece fora e vice-versa.

A militância para dentro articula as relações internas dos movimentos lésbicos, trazendo encruzilhadas nas reproduções do machismo, misoginia e demais formas de opressões, nas relações com os movimentos LGBTs, e também nos movimentos exclusivos de mulheres pelas relações de poder, relações interpessoais, personalismo, status que são construídos a partir do momento em que as diferenças de mobilização, atuação em partidos políticos, formação, classe social, são demarcadores que avaliam a atuação das integrantes.

A militância para fora articula como os movimentos de lésbicas se relacionam com suas parcerias, lutando contra as formas de opressão, preconceitos institucionalizados e políticas que em sua maioria são pensadas a partir da heteronormatividade, constituindo normativas de corpos, práticas sexuais e potencializando caminhos que engessam a forma de lidar com as diferenças. Logo, a militância para fora, lida com a estrutura patriarcalista e os nós construídos em torno da dominação masculina em relação ao corpo das mulheres enquanto propriedade privada e ainda nas relações institucionais com governo, outros movimentos sociais e partidos políticos.

As nuances da interseccionalidade é um campo vasto, teórico e político, que neste trabalho é priorizado para dar conta da etnografia, compreendendo as opressões que são postas e como elas são sentidas no dia-a-dia, elencando a interseccionalidade como um dos conceitos chaves de análise, uma vez que, a partir de certas interseccionalidades foi possível perceber como a organização dos movimentos lésbicos se deram em Pernambuco. Da mesma forma, o conceito de identidade surge como fator importante para refletir como as memórias individuais e coletivas que vão se constituindo ao longo da organização dos movimentos e os caminhos percorridos para as análises, a seguir.

2.1.3 Identidade e memória como conceito de análise

Durante as análises das entrevistas, as leituras teóricas e críticas que vem se construindo ao longo do tempo em torno da falta de olhares de como se deram as organizações dos movimentos lésbicos em Pernambuco, evidenciam-se a identidade e memória como campos importantes não apenas teórico, mas político. Através dos registros dos movimentos lésbicos, se tornou impossível pensar a organização sem articular tais conceitos.

A representação das lésbicas enquanto sujeitas na sociedade se constrói também quando assumem a lesbianidade de forma individual, pois diferente das normativas do sistema patriarcal, evidencia uma identidade individual através das experiências do que é ser uma lésbica, o que coaduna com o pensamento de Avta Brah (2000) que “questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais” (BRAH, 2000, p. 371).

As memórias coletivas dos movimentos lésbicos se elaboram também, através das identidades individuais, não na soma das experiências, mas na composição das experiências que tornam a identidade coletiva, através da representatividade e significação, como Avta Brah (2000) nos ajuda a pensar:

De maneira semelhante, identidades coletivas não são redutíveis à soma das experiências individuais. Identidade coletiva é o processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares. Nesse sentido, uma dada identidade coletiva parcialmente apaga traços de outras identidades, mas também carrega outros traços delas. Isso quer dizer que uma consciência expandida de uma construção de identidade num dado momento sempre requer uma supressão parcial da memória ou senso subjetivo da heterogeneidade interna de um grupo. (BRAH, 2000, p. 371-2).

A construção da identidade lésbica se desvencilha do contexto heteronormativo que pensa a mulher como categoria universal. No caso das identidades lésbicas, questiona-se o sistema normativo do que é ser uma mulher e as formas possíveis de relações afetivo-sexuais. Como as memórias constroem identidades, Candau aponta: “Como a memória, a história pode recompor o passado a partir dos “pedaços escolhidos”, tornar-se um jogo, objetos de embates e servir de estratégias militantes e identitárias”. (CANDAU, 2011, p. 132).

Candau (2011) pondera que a construção da identidade é indissociável da memória. No entanto, trabalhar o conceito de identidade é entender como as narrativas/memórias individuais constroem a organização dos movimentos lésbicos e suas memórias coletivas, com o entendimento da memória coletiva como processo político, como Avta Brah (2000) nos ajuda a pensar:

A proclamação de uma identidade coletiva específica é um processo político por oposição à identidade como processo na e da subjetividade. O processo político da proclamação de uma identidade coletiva específica envolve a criação de uma identidade coletiva a partir de uma miríade de fragmentos (como colagens) da mente. O processo bem pode gerar considerável disjunção psíquica e emocional no domínio da subjetividade, mesmo que aumente o poder em termos da política de grupo. (BRAH, 2000, p. 372)

Entendendo que a memória é indissociável da identidade, o percurso da identidade aqui é proposto como um conceito político, mas também de rasura, como apontado por Stuart Hall (1999). Logo, as identidades para Henrieta Moore (2000) passam pelas relações de reconhecimento, e, portanto, de poder.

Moore (2000) percebe através da construção antropológica da diferença do Eu e do Outro, na mesma cultura. Essa comparação constrói estranhamento e alteridade. No caso das lesbianidades, ainda se pensa na dicotomização com a heterossexualidade e seus estranhamentos, cujas disparidades estão conectadas à relação de poder e hierarquias construídas socialmente, postas como fantasias de poder e de identidade, que para a autora são voláteis.

Para a autora a identidade é marcada pela diferença, pelas questões históricas e pela exclusão, que são geridas por questões simbólicas, sociais e de conflitos, o que gera possíveis crises na constituição de novas identidades. Logo, ela questiona como a identidade funciona? Afirmando ainda que “a identidade envolve reivindicações essencialistas da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade” (MOORE, 2000, p. 13). Em suas reflexões de como se construiu socialmente acerca da mentalidade heterossexual instituída pelo sistema patriarcal que pensa as mulheres como ser uno, mas que são repletas de significados, como a reprodução e a dominação das mulheres pelos homens.

Historicamente, as identidades criam normativas impostas por reproduções de um padrão de normalidade criando hierarquias de sexo, de orientação sexual, de poder, como Brah (2000, p. 371) afirma: “como num caleidoscópio, diante de conjuntos particulares de circunstâncias pessoais, sociais e históricas”.

Kathryn Woodward (2014) expõe que a identidade é simbólica e social marcada pela diferença, mas pode ser denominada também como essencialista, ligada as condições materiais e oposicionadas pela relação “nós” e “eles”. O questionamento é realizado em torno de até que ponto a identidade é fixa, fluída ou cambiante e que podem levar a representação. Citando Nixon (1997), pensa-se a identificação produzindo relações de poder, inclusão e exclusão, o que está conectado com a globalização, afirmando que as novas identidades podem ser desestabilizadas, mas também desestabilizadoras, colocando-as em crise.

Logo, articulo que a identidade é permeada pelo social, criando conflitos em oposição às regras impostas socialmente, assim como representações e normativas que se constroem em torno das “novas identidades”. No caso da identidade lésbica, existe a tentativa de uma

identidade pura que cria códigos morais de normatização, no sentido de que se precisa ser uma lésbica pura sem poder cambiar com outras identidades no sentido da prática sexual.

Se a história está baseada em uma sociedade patriarcal, as “novas” identidades são vistas com estranheza, inclusões, exclusões, colisões, fricções, conflitos e outras hierarquizações, já expondo que a identidade lésbica também cria suas normativas, o que vamos perceber com mais afinco no decorrer do percurso etnográfico.

Pensando na realidade social construída pelas lésbicas em Pernambuco, articulo o trabalho com os conceitos de memória como uma questão política, conforme Marilena de Souza Chauí *apud* BOSI (1979) afirma que “a sociedade capitalista impede a lembrança”, já vimos que no decorrer da construção da sexualidade as lembranças e memórias são mais favorecidas as relações heterossexuais.

A partir desse contexto, as memórias individuais que para Maurice Halbwachs (2003) são memórias partilhadas por todas, devido à universalidade do conceito trazido pelo autor, que pensa as lembranças limitadas ao tempo, aos interesses e as noções comuns que são compartilhadas. Entendo que em partes, há um compartilhamento das memórias, devido ao sistema patriarcal. No entanto, as especificidades de memória estão entrelaçadas com o que o próprio autor levanta, uma vez que as testemunhas podem “*reforçar, enfraquecer e completar*” as memórias, logo, as memórias que se constroem dependem do lugar de onde se analisa, pois o lugar influencia o ângulo de análise.

Na construção da memória foi preciso entrar em contato com as lembranças individuais das interlocutoras/pensadoras da pesquisa, assim como as minhas próprias lembranças, trazendo fricções. Entendo que, enquanto mais de dentro das constituições dos movimentos vão se construindo particularidades, não podendo universalizar as memórias dos movimentos lésbicos, pois as lembranças que se constroem dependem do lugar, da experiência, subjetividades e do contexto histórico.

Para Joel Candau (2011) a memória está conectada com a construção da identidade, sendo a memória que alimenta a identidade. Influenciado por Ricouer como a “conservação de si através do tempo, que implica na conservação do esquecimento”, expondo a memória individual e coletiva, como construções indissociáveis, permeada pelo ato de lembrar e esquecer.

O conceito de experiência (SCOTT, 1999) foi importante para refletir como as experiências constituem as sujeitas, as oposições identitárias e suas constituições políticas, uma vez que “a experiência é sempre uma interpretação e, ao mesmo tempo, precisa de

interpretação”. Logo, a experiência é constituidora da identidade lésbicas e das memórias que as constituem.

Partindo do pressuposto de ter acesso a vários dados dos movimentos lésbicos, por ser de dentro, me beneficiou a ter acesso a alguns dados dos grupos, reunir documentos, fotos, materiais digitais e disponibilizar nos anexos deste trabalho, como um acervo das memórias das interlocutoras/pensadoras, dos grupos e redes. Fazendo o levantamento do que me foi disponibilizado nas entrevistas e outras visitas.

O levantamento dos documentos foi construído também na troca de e-mails, redes sociais nas páginas pessoais e dos grupos, além do acervo dos mesmos. Esse fato me permitiu identificar datas e momentos enfáticos na articulação dos movimentos lésbicos, refletindo a partir do que Ecléa Bossi (1979, p. XII) pondera “a intersecção metodológica da autora mostra a sua verdadeira face: é a própria realidade social que articula memória”.

As discussões de identidade e memória neste trabalho não estão dissociadas da antropologia feminista, o que dá norte/sul para refletir sobre o campo, mas também sobre a minha construção enquanto pesquisadora e *forasteira de dentro* dos movimentos lésbicos, o que nos leva a compreender o campo polifônico e cheios de caminhos.

2.1.4 Antropologia Feminista e suas intersecções - problematizando o lugar de pesquisadora e militante

Durante décadas tem se discutido o problema metodológico de pensar a universalidade. Os pressupostos feministas elaboram críticas ao modo de fazer ciência, através de esforços teóricos, no intento de desconstruir categorias universais, por quem é feita e quem pode ser reconhecida/o.

A epistemologia e a antropologia feminista constroem caminhos para sair do universal e analisar as particularidades. Antes, as mulheres produtoras de pesquisas evidenciadas eram as brancas, classe média, letradas e heterossexuais. Através de diversos esforços teóricos e políticos, as sujeitas negras, lésbicas, por exemplo, passam a ocupar e serem reconhecidas como produtoras de conhecimentos, pois o que era considerado como universal, se desconstitui através dos diversos marcadores e lugares de falas.

O meu lugar de fala como Djamila Ribeiro (2017) entende “não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (RIBEIRO, 2017,

p. 36). Por isso, o fato de ser de dentro, tendo atuado nos últimos anos nos movimentos feministas e lésbicos, contribuiu para a escolha da temática da pesquisa, pois durante esses anos estive observando a necessidade de se entender como se deu a organização dos movimentos lésbicos e ajudar a construir suas memórias. Logo, o meu lugar no ativismo contribuiu para acessar a rede, documentos importantes, que estão disponibilizados nos anexos, para o acesso de outras/os pesquisadoras/es que queiram se aprofundar na temática, visto que, nem sempre é tão fácil conseguir os dados pelas ausências sistemáticas de organização e disponibilização.

A dissertação tem o cunho também político, que para as interlocutoras/pensadoras são de extrema importância, pois se reconhece a necessidade de potencializar a memória dos movimentos lésbicos como ferramenta política e teórica, especialmente através do feminismo lésbico.

Meu lugar enquanto pesquisadora faz parte da trajetória dos movimentos, o que discorre sobre o meu lugar também de militante (SARDENBERG, 2014), pois durante algumas aulas e diálogos, no final da graduação e no início do mestrado me fazia questionar o meu posicionamento enquanto uma militante de dentro dos movimentos para analisá-lo, porém, para algumas pessoas e referências teóricas, esse era um dos pressupostos para não se ter uma análise de “qualidade”.

Com toda certeza entrei em crise e questioneei meu lugar de fala, o campo, e os pressupostos teóricos. É evidente que tudo isso partiu da imaturidade epistemológica sobre a antropologia feminista, feminismo lésbico e seus diálogos, que ao longo do tempo se dissiparam por ler outras autoras que pensavam o campo também a partir das suas experiências (SARDENBERG, 1997; CASTAÑEDA SALGADO, 2012; TARDECCI, 2012; SILVA, 2016; SOARES, 2016; WITTIG, 1970; RICH, 1980; FALQUET, 2012). De certa forma, esse fato foi de extrema importância para o pensar e fazer antropológico, por isso neste campo também me coloco como interlocutora/pensadora da pesquisa, visto, a minha contribuição nos movimentos lésbicos, impulsionada pelo conceito de liminiaridade, articulado por Maria Filomena Gregori (2009).

Gonh (2014, p. 146), ao analisar o movimento de mulheres como movimento social pondera que “o debate das feministas tornou-se circunscrito ao meio acadêmico, meio de “elas com elas e sobre elas”, entre as pesquisadoras ou as intelectuais feministas, as quais no Brasil estão em grande medida também na academia. Logo, este é também meu local de fala e

de 14 (77,8%) das interlocutoras/pensadoras desta pesquisa que estão no campo acadêmico e nos movimentos, também como construtoras de conhecimentos.

A antropologia feminista questiona os pressupostos universalistas, fazendo a crítica ao modo de pensar, a partir do modelo masculinista e androcêntrico de fazer ciência. Mónica Tarducci (1997) entende que os estudos sobre a mulher se potencializam na produção de conhecimento de, e, para as mulheres, saindo do campo da universalidade. No entanto, a produção do conhecimento através da antropologia feminista já fora questionada e acusada de ser ideológica, sem o rigor acadêmico, de ser uma disciplina isolada. Só que as construções antropológicas feministas têm possibilitado identificar muitos problemas sociais, além de entender como o patriarcalismo criou requintes de dominação masculina, não apenas na forma de fazer ciência, mas na reprodução social de comportamentos de mulheres e homens.

Outros conceitos trabalhados por antropólogas e feministas me ajudaram a refletir sobre o campo, como o conceito de fofoca trabalhado por Cláudia Fonseca (2004), que trouxe alguns diálogos, pelo nível de confiabilidade construída, onde outras participantes dos movimentos ficaram à vontade para falar de certos entraves e contribuir para a pesquisa, através da fofoca.

Foi observado por Fonseca (2004), que a fofoca é fator potencial nas relações entre mulheres. Diferentemente nesta pesquisa, a fofoca foi usada pelos homens na medida em que querem expor as mulheres, por exemplo. Desse modo, estariam questionando o seu lugar de “homem”, pois o que serve como fofoca são as traições, ser ou não dona de casa, dentre outros aspectos, nas relações heterossexuais. Ao que se refere aos movimentos LGBTs, com o recorte das lesbianidades, alguns homens também entram na trama da fofoca, visto que são utilizadas para expor a atuação política das mulheres e suas vidas pessoais, que por muitas vezes são evidenciadas como ferramenta para fragilizar a forma de organização das mulheres, o que será demonstrado no capítulo de análise da militância para fora.

A fofoca é uma chave analítica interessante, pois várias situações das quais tomei conhecimento por essa via me ajudaram a conhecer ainda mais episódios em campo, mesmo sendo de dentro.

Martha Patrícia Castañeda Salgado (2012) traz conceitos importantes para se construir uma etnografia feminista, citando Clifford Geertz que corrobora que a etnografia é “densa” e que se trata sempre de uma descrição parcial do que é observado. Para a autora o conceito central é “a teoria do gênero, apoiada por uma teoria crítica da cultura, contribui com vários dos principais conceitos e categorias para realizar a investigação”, que são baseadas na

experiência das mulheres, através de “uma teoria crítica da cultura, destacando seu reconhecimento como sujeitas sociais, políticas e históricas”.

A autora pondera o que diferencia a etnografia feminista de outras etnografias é: a) “o fato dela problematizar a posição das mulheres e não considerá-las apenas como informantes”; b) “considera as mulheres como criadoras de cultura”; c) “o esforço para identificar, analisar e interpretar as orientações, conteúdos e vieses de gênero que colocam homens e outras categorias sociais genéricas em posições diferenciadas que, na maioria dos casos, dizem respeito às relações de desigualdade”; d) “sempre envolve a execução de um procedimento multimétodo em que reconhece que cada método de pesquisa permite obter informação parcial sobre o observável, de modo que a combinação de dois ou mais deles oferece a possibilidade de obter diferentes abordagens para o observado”.

Castañedo Salgado ainda diferencia as especificidades da etnografia feminista, elencando-as como: a) “oposição ao positivismo prevalecente na etnografia convencional, o empirismo elementar fortemente carregado quando afirma que os fatos são na realidade e só precisa ser relatado por quem investiga”; b) “oposição aos conceitos androcêntricos que estão no centro das teorias antropológicas clássicas”.

O que a autora considera como uma etnografia que se preze “coloca uma ênfase especial na análise das relações sociais que dão sentido ao que é observado”, onde nessa pesquisa é posto como a sexualidade se entrelaça aos demais marcadores de opressão como gênero, raça, classe e geração se (des)conectam.

Outro ponto importante mencionado por Castañedo Salgado (2012, p. 230) é o lugar que se coloca a sujeita de pesquisa, em situação de fronteira:

Colocar as mulheres em lugares de fronteira significa, entre outras coisas, colocá-las em locais de resistência, transgressão e emergência, ou seja, lugares onde se gesta uma contra-hegemonia espontânea de desconforto com a cultura naturalizada. (CASTAÑEDO SALGADO, 2012, p. 230)

O que complementa o conceito de fronteira para realizar uma etnografia feminista é preciso:

Ressignificar vários dos procedimentos cunhados pela etnografia crítica contemporânea com o objetivo de dismantlar essa naturalização, tornar visível a experiência das mulheres e reintroduzir a perspectiva histórica no estudo da condição de gênero localizada. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 231)

A autora evidencia vários conceitos para se fazer uma antropologia feminista, elencando como necessários: 1) a observação que ela compreende como: “é entender o que

você olha dentro do contexto, identificando pessoas envolvidas na produção e reprodução, criação e recriação, inventando e transmitir o sentido cultural do que eles experimentam”; 2) a descrição:

Torna-se o exercício de desvendar o conjunto de inter-relações que dão sentido e dão sentido ao observado e o caminho expressar isso é construir uma narrativa que abre as possibilidades de consentimento, com quem ele descreve, na interpretação que ele expõe daquele quem quer mostrar ou discordar dessa interpretação, encontrar outros sentidos e outras formas de interpretar os mesmos elementos”. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 232)

Elenca ainda, 3) a linguagem que “pode enunciar como experiência refletida e incorporada do sujeito”; 4) a escrita da narrativa etnográfica que ela articula como uma: “crítica radical para a própria cultura, aventurando-se em estudos nos quais eles só aliviam a experiência das outras e dos outros, mas eles são alocados e realocar-se a si mesmo nesses contextos”; 5) a revalorização da história, o que corresponde a:

Tem objetivo de entender uma situação particular, a partir dessa perspectiva, descansa sobre a reivindicação política de identificar aqueles processos que favorecem a transformação da situação de desigualdade que marca a vida da maioria das mulheres. Nesse sentido, sua perspectiva crítica a respeito da cultura reside na sua dessencialização, por um lado, assim como na identificação das contradições, tensões e fissuras que permitem às mulheres, quer tornar a desigualdade animada, ou esgueirar-se pelas fendas para propor mudanças e alternativas às reivindicações hegemônicas de recriar e reproduzir a desigualdade de cada signo. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 232)

Articular ainda 6) A concepção de trabalho no campo antropológico que der conta de fenômenos culturais e multidisciplinar:

Atualmente métodos de pesquisa antropológica tem sido objeto de inovação de modo que o registro etnográfico possa dar conta de muitas expressões dos feitos de mulheres e homens [...] cada vez mais orientada para dar conta da complexidade dos fenômenos cultural, então as etnógrafas feministas também estão mais dispostas para a construção de dados que podem ser analisados com andaimes conceituais que vão além da própria antropologia, dele com uma vocação interdisciplinar. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 235-6)

E por fim 7) o recurso das novas tecnologias.

[...] o campo do trabalho etnográfico expandiu-se decisivamente nas últimas décadas, incluindo necessariamente a consulta da web, a análise da mídia e a consulta de vários bancos de dados que contêm informações valiosas e relevantes para entender completamente os processos nos quais os sujeitos de gênero participam. Assim, os mundos virtuais, por exemplo, contribuíram para a contemporaneidade múltiplos mundos possíveis identificados por Marc Augé. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 235-6)

Assim como:

Problematizar a noção de "campo" e "trabalho de campo" porque, a não mais se restringir a um espaço físico limitado, abre-se a possibilidade reconsiderar seu status heurístico, considerando-se como delimitações conceituais e não atividades geográficas ou específicas. [...] Com isso, o trabalho de campo é, em múltiplas investigações, um trabalho empírico que não é mais necessariamente igualado a um "Prolongada estadia no campo", mas com um trabalho minucioso que recolha informação através de outras fontes heterogêneas e multisituadas. (CASTAÑEDO SALGADO, p. 2012, p. 236-7)

A autora reúne esses sete eixos e constrói tais críticas para refletir em torno da etnografia feminista, como o conhecimento situado e parcial (HARAWAY, 1995), pois derivam do “sujeito e seu corpo”, dotados de significados, do processo histórico, cultural e semiótico que tem gerado na maneira específica em que se sintetiza o gênero, classe e etnia como elementos de sua materialidade e historicidade.

Como resultado da antropologia feminista ela expressa como: “a presença da mulher como sujeita”, “elabora um elo de integração entre o material, o subjetivo, o poder, a agência e as novas ênfases para analisar a situação de gênero”, nesta pesquisa tendo como eixo central a sexualidade. Assim como, constrói uma ética distinta (inconfundível com o relativismo) e “enriquece o reconhecimento da diversidade humana, reumaniza a antropologia e reafirma a natureza eminentemente complexa e interdisciplinar dessa área do conhecimento”.

Todos os conceitos elencados neste tópico, especialmente por Castañeda Salgado contribui para realizar uma etnografia feminista, na qual, está pesquisa trilha seus caminhos, com o fazer metodológico constituindo assim um campo articulado entre teorias, militância e sentires.

2.1.5 Etnografia lésbica feminista

Compreendendo que a antropologia parte do cerne de conhecer as especificidades culturais dos povos, a antropologia feminista apreende as especificidades das mulheres. Porém, para algumas autoras focadas na mulher como sujeita uno ao que concerne à sexualidade, onde as premissas partem da heterossexualidade obrigatória.

De certo, que todas as críticas feitas ao andocentrismo, às relações de parentesco contribuíram para observar outras formas de vivenciá-las, fazendo com que ainda na década de 1970 se questionasse sobre o que seria uma mulher (WITTIG, 1970). Conforme a autora, as mulheres estão à disposição dos homens pelas relações de reprodução e parentesco. Rubin (1975) avalia as relações sociais como um sistema político e patriarcal, que confere poder e privilégios aos homens.

Compreender o que seria uma etnografia lésbica se faz importante, visto que, as fronteiras que podem ser evidenciadas entre as mulheres, especialmente em relação à sexualidade e/ou orientação sexual, diz de lugares diferenciados nas experiências.

Se as mulheres heterossexuais estão teoricamente disponíveis aos homens, as lésbicas também estão, sem necessariamente a conotação sexual, pois como lésbicas, priorizam-se as relações afetivo-sexuais e políticas entre mulheres. No entanto, pelo sistema político ser patriarcal não tem como haver a isenção de tal sistema, devido às construções sociais ainda cristalizadas.

Dessa maneira, se focarmos nas vivências lésbicas é possível considerar a construção de uma etnografia lésbica feminista, na qual podemos desviar da reprodução social, política e cultural patriarcal, tentando compreender como as lésbicas se relacionam, com base mais forte na variável da sexualidade. Como está etnografia parte do pressuposto da organização dos movimentos lésbicos, logo se evidenciam as experiências individuais e coletivas das identidades lésbicas. Denominando, a partir de agora, de etnografia lésbica feminista, seguindo os apontamentos teóricos de Gayle Rubin (2012) onde uma teoria radical do sexual deve: “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual”, questões que está etnografia descreve e analisa, além de “produzir descrições ricas da sexualidade na forma como ela existe na sociedade e na história”.

Logo, a etnografia lésbica se baseia na expertise de olhar as minúcias das relações sociais e política das lésbicas, através dos pressupostos da antropologia feminista e feminismo lésbico, tentando compreender como essas relações são construídas, seus processos de resistências junto ao sistema patriarcal e formas de organização e resistência.

2.2 Caminhos metodológicos: percursos, percalços e trilhas sonoras

A pesquisa foi delineada a partir da etnografia, como um modo de fazer ciência a partir das observações de culturas e particularidades diversas, potencializando seus modos de organização e análises das relações sociais (BENEDICT, 1934; MEAD, 1999).

Como técnicas de pesquisa foram empregadas: a observação participante (MALINOWSKI, 1976; FLICK 2008; MINAYO, 2014), entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2002), narrativas de vida (MALUF, 1999), como ferramenta importante para a compreensão das identidades lésbicas fora aplicado um questionário fechado para colaborar com as análises dos dados de como se deram as construções dos movimentos lésbicos e suas

memórias, além da caracterização socioeconômica e pontos de vistas das interlocutoras/pensadoras, podendo ser considerada como uma pesquisa que utiliza a triangulação de dados (ANGROSINO, 2009).

Compreendemos que a antropologia interpretativa (GEERTZ, 1978) nos permite analisar os fatos a partir das questões simbólicas, assim como dos locais de fala (RIBEIRO, 2017) através de olhares, ouvires, análises, sentires e interpretações das interlocutoras/pensadoras e pesquisadora.

O percurso escolhido é trilhado através das ações individuais e coletivas, atentando para o campo dos significados (GEERTZ, 1978) e experiências (SCOTT, 1999).

Os percursos teóricos da antropologia interpretativa contribuem para a atenção as experiências de vidas, casadas com o que Roberto Cardoso de Oliveira (1998) nos orienta a trilhar o campo de análise antropológica a partir do olhar, ouvir e escrever, onde através dessa junção de teorias incluo o sentir, como uma potencialidade de análise, que considero importante para o campo de pesquisa, pois é também através dos sentires e emoções que o campo nos proporciona, podendo chegar a caminho ainda desconhecido, propiciados pela epistemologia feminista (HARDING, 1980), assim como a antropologia feminista (HARAWAY, 1995; TARDUCCI, 1997; CRENSAHW, 2004; FONSECA, 2004; GREGORI, 2009; CASTAÑEDO SALGADO, 2012; TARDUCCI, 2012; SARDENBERG, 2014; SILVA, 2016; RIBEIRO, 2017; AKOTIRENE, 2018;) e do feminismo lésbico (RUBIN, 1984, 2012; FALQUET, 2006, 2012; PICHARDO, 2007; WITTIG, 1970; RICH, 1980).

Logo são a partir das múltiplas experiências, de diversos locais de falas, interpretações, perfis socioeconômicos, que percorremos as pistas de como se constituiu a rede política e afetiva de lésbicas no Estado, que para alguns são colocadas ainda como vozes subalternizadas (SPIVAK, 2010).

Como caminho metodológico considero as sujeitas desta pesquisa como interlocutoras/pensadoras, pois sem as aulas recebidas em cada entrevista, nos eventos e em todo o campo, nas trocas de conhecimentos, seria impossível construir a pesquisa, sem suas leituras políticas e análises para a feitura deste trabalho. Roberto Cardoso de Oliveira reflete sobre o lugar da pesquisadora em campo a autoridade.

Eu estive lá, portanto sou testemunha do que vi e ouvi, não passa de uma frase plena de significados no mínimo dúbios! Porque sob a intenção saudável do pesquisador se responsabilizar pelo fato que descreve e interpreta (ou descrevendo interpreta), esconde-se uma segunda intenção é verdade que nem sempre consciente de dar legitimidade ao seu discurso (quase que dogmatizando-o ao leitor: e isso vale tanto

para os seus pares como para o leitor comum). O estar lá tende a não admitir dúvidas... Eis o seu caráter perverso. (OLIVEIRA, 1995, p. 221)

Levando em consideração as participantes da pesquisa, como interlocutoras/pensadoras, pois suas análises foram levadas em consideração para que juntas construíssemos a tessitura desta dissertação, tentando tirar o peso da autoridade em campo, colocando-as como parceiras, que opinaram, ouviram sobre a pesquisa e seus resultados.

Utilizo o termo interlocutoras/pensadoras, pois entendo fazer parte da antropologia lésbica feminista, na qual várias autoras nos ajudam a refletir sobre a importância de pensar as mulheres e suas particularidades, além de colocá-las também como construtora de conhecimento (CASTAÑEDA SALGADO, 2012), assim como, falam de um lugar situado (HARAWAY, 1995), e constroem o lugar de fala, como Djamila Ribeiro (2017) pondera como um “*rompimento da narrativa dominante*”.

As narrativas de vida são apresentadas no capítulo II, os textos foram apresentados previamente para aprovação das interlocutoras/pensadoras, pois trata-se das memórias das militantes, assim como confirmação dos dados expostos, como datas, participações políticas, para não haver erros nos dados importantes nas construções de suas memórias, assim como, pelas discussões sobre autoridade etnográfica.

Nos retornos recebidos das narrativas de vida, poucas coisas se acrescentaram ao texto final. As correções sugeridas foram apenas nas configurações familiares, atualização de relacionamento afetivo-sexual, espaços de militância, no mais, as apresentações das narrativas de vida estavam de acordo com o que elas gostariam de apresentar sobre suas atuações políticas e familiares.

A escolha de construir as narrativas de vida das interlocutoras/pensadoras foi impulsionada por entender que as ações coletivas nascem da agência (ORTNER, 2007) individual que impulsionam ou criam os espaços, como protagonistas com seus valores e visão de mundo (WEBER *apud* GONH, 2014, p. 21), munido de “conteúdos simbólicos, intenções dos atores sociais”.

Além disso, as narrativas de vidas propõem situar o que impulsionou a atuação individual e coletiva, não achando justo com as memórias das interlocutoras/pensadoras falar da organização dos grupos, sem falar das lésbicas que construíram os movimentos no Estado, como Sônia Maluf (1999, p. 71), afirma: “é preciso levar em conta a experiência singular (ligada a uma dimensão coletiva e social) e o significado dado a essa experiência por sujeitos singulares”.

Entende-se ainda as narrativas como parte do fazer antropológico potencializa o encontro etnográfico, quando se ouvem narrativas e “se traduz no mergulho profundo na memória do outro” (ROCHA, ECKERT, 2004). Entendendo a importância das narrativas de vida das militantes lésbicas que se construiu através das escutas em campo, das entrevistas e de consulta a documentos, contribuindo para construção das memórias individuais e coletivas.

Além disso, elas contribuíram bastante para as reflexões empíricas e teóricas, através das teias de relações e seus significados, falas políticas, análises de suas relações sociais, desde o início da organização dos movimentos que perfazem o campo da identidade e memória, como resgate importante de uma parcela de lésbicas que compõe os movimentos de lésbicas no estado de Pernambuco.

A pesquisa versa pelo caminho da construção da identidade e das memórias dos movimentos lésbicos, as narrativas de vida são apresentadas, com seus respectivos nomes civis, como uma das formas de deixar evidenciadas as lésbicas que construíram e em sua maioria continuam construindo suas histórias nos movimentos. No entanto, quando se trata dos conflitos e análises mais polêmicas são apresentadas nos capítulos IV e V, as interlocutoras/pensadoras são colocadas com nomes fictícios para preservar suas identidades.

A pesquisa corresponde à compreensão da organização dos movimentos lésbicos que se dão através da análise da identidade individual e coletiva, a partir da relação entre as memórias construídas e os diálogos atuais. A observação participante é situada aos anos de 2016/2018, o pré-campo pode ser considerado o período de 2013-2016, parte do período estava na escrita do trabalho de conclusão de curso da graduação, com a temática do surgimento do movimento lésbico no Brasil e articulando o projeto para o mestrado. Entendo que os anos de atuação nos movimentos também serviram como um pré-campo, pois foi a partir desta atuação que entendi as lacunas dos movimentos lésbicos, assim como nas produções antropológicas acerca das experiências lésbicas.

Para se tornar mais inteligível a leitura, até a década de 1990 utilizo o termo homossexual, a partir desta década movimento LGBT, mesmo sabendo que este termo só passou a ser usado em 2008, após a 1ª Conferência Nacional GLBT, mas para manter coerência com os movimentos lésbicos com as reflexões elencadas em torno das relações de gênero, misoginia, discussões que já vem sendo pautadas desde os primórdios, por isso, trago o termo por compreender as disparidades de gênero incutidos nos movimentos, o que veremos no decorrer deste trabalho.

Utilizo ainda o termo movimentos lésbicos, por entender que os movimentos são compostos por diversos grupos, redes e militantes independentes, que tem direcionamentos políticos diversos e constroem críticas diferenciadas para a mudança da realidade social, por outro lado, utilizo o termo no plural, pois os movimentos não são homogeneizados.

2.2.1 Acesso ao campo

Algumas antropólogas brasileiras mencionam em seus trabalhos a dificuldade de acessar interlocutoras para a pesquisa e as confusões que podem ocorrer a exemplo de Facchini (2008), que mencionou obstáculo de acessar o campo, pois as pessoas pesquisadas eram de locais diversos e sem cunho militante, por isso, teve dificuldade de receber indicações, especialmente, por se tratar das práticas homoeróticas entre mulheres, que poderiam passar também pelo viés da paquera, como o exemplo metodológico também mencionado por Nádia Meinerz (2011).

Facchini também esteve como militante e pesquisadora, como a mesma declara e foi o que a ajudou com o campo, pois foi através das redes de sociabilidades com os movimentos que ela conseguiu acessar pessoas que se dispusessem a dar as entrevistas.

Considero que minha atuação nos movimentos lésbicos e feministas possibilitou um maior acesso aos espaços e as interlocutoras/pensadoras, pois infelizmente ainda existe um fechamento para quem é de fora ter acesso aos miudinhos do dia-a-dia, participar de reuniões, além de acessos a documentos, redes de diálogos de lésbicas, *online*, como grupos de *whatsapp* e *e-mail* ou até presencial, o que contribuiu para entender melhor as minúcias e diálogos de dentro dos movimentos, o que considero valorizar o fazer etnográfico.

2.2.2 Técnicas, coletas de dados e questões éticas

A trilha desta pesquisa perpassa pelo método etnográfico e pela várias formas de articulação de dados para compreender melhor o campo. Enveredamos por algumas vertentes para aferir como o campo tem se constituído, como: entrevistas semiestruturadas (Apêndice D) foram realizadas com 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras, sendo (16) lésbicas, (01) bissexual e (01) se considera pós-sexual¹⁹.

¹⁹ O significado para a interlocutora/pensadora considera que pós-sexual é uma pessoa que se relaciona com pessoas independentes do sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

As escolhas das interlocutoras/pensadoras foram realizadas a partir do reconhecimento das representações nos movimentos lésbicos, movimento feminista, movimento negro, onde se articulam e a militância é pulverizado nesses movimentos, que às vezes culminam em algumas atuações em rede e outras não. Para chegar aos nomes das mulheres que contribuiriam com o processo, foram feitas consultas a diversas participantes dos movimentos e realizei as entrevistas às que foram mais indicadas.

Antes da realização da entrevista semiestruturada foi solicitado que a interlocutora/pensadora respondesse um questionário fechado (Apêndice C), para aferir os olhares sobre os movimentos lésbicos, construindo assim o perfil socioeconômico, além de entender posições que muitas vezes nas entrevistas se tornaram mais difíceis de identificar. No questionário enfatizamos as seguintes temáticas: violências, participação política, saúde, interlocuções com outros movimentos sociais, participação nos movimentos de lésbicas, as relações internas e externas e por fim a efetivação das políticas públicas e articulação com o governo.

Como pesquisadora de dentro, pensei que pudesse gerar algum desconforto para se falar certas coisas, mas, elas se sentiram bem à vontade para ceder às entrevistas, mesmo que em alguns momentos algumas ficassem nervosas, como se tivessem sendo avaliadas, pela proximidade, que poderia denotar um lugar de poder, mas logo tratava de dizer que ali poderia se sentir à vontade e que o anonimato dos conflitos e até fofocas estão garantidas por sigilo.

Para uma boa qualidade do áudio utilizei dois recursos de gravação, um celular e um gravador do computador, para não ter o retrabalho em refazer a entrevista, causando exaustão nas participantes, o que não foi preciso.

Todas as entrevistas foram marcadas e realizadas nos dias e horários agendados por elas, podendo ser qualquer dia da semana. Com as lésbicas que moram no interior fiz visita a todas, nos espaços de trabalho, ativismo e residências. Com as interlocutoras de Petrolina as entrevistas foram realizadas no IX SENALESBI, ocorrido na Bahia, em 2018, as demais fui a cada cidade. As entrevistas foram em sua maioria realizadas em locais de trabalho e/ou militância, 03 nas residências, 01 na minha residência, 01 na universidade e as demais em locais de ativismo e trabalho. O período de realização das entrevistas foi de maio de 2018 à fevereiro de 2019.

Para resguardar a pesquisa e as interlocutoras/pensadoras foi realizada a leitura antes da entrevista do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), após a realização das entrevistas era solicitado à assinatura, ficando uma via de posse da

pesquisadora e outra com as interlocutoras/pensadoras. Foi firmado o acordo que pela construção das memórias dos movimentos, suas narrativas de vida iriam aparecer com seus nomes civis, mas elas poderiam escolher se participariam ou não deste momento. Só uma ficou um pouco receosa pela conjuntura política que vem se denotando desde 2016 e com a eleição de 2018, no entanto, achou por bem participar como todas as demais.

A maioria das interlocutoras/pensadoras que eu perguntava sobre o anonimato nas entrevistas respondiam, que não poderiam apagar sua história ou voltar pro armário pela conjuntura, que se fosse para morrer, morreria expressando suas vivências e posicionamento político.

Como forma de resguardar as interlocutoras/pensadoras o que se refere às análises políticas, de relações interpessoais e/ou afetivas, relações de conflitos serão apresentadas no decorrer do texto com nomes fictícios.

Além dos instrumentos mencionados, foi utilizado o diário de campo (MALINOWSKI, 1976; BAUER e GASKELL, 2005) para anotar as informações, sensações e os pontos chaves, como um recurso de memória e análise da pesquisa.

As questões éticas partiram de alguns referenciais teóricos (ANGROSINO, 2009; SARTI e DUARTE, 2013), assim como através da categoria profissional com o código de ética profissional da Associação Brasileira de Antropologia - ABA (2011-2012).

Foram realizadas devolutivas do trabalho para as interlocutoras/pensadoras no decorrer do trabalho, a partir de alguns resultados do campo, especialmente os mais polêmicos, que tem sido apresentados para discussão nas reuniões, o que é melhor apresentado no tópico conflitos no campo, ainda neste capítulo. Depois da defesa será realizada uma apresentação da dissertação para todas, como procedimento ético no fazer antropológico, o que não impede a participação delas no momento de apresentação e defesa do trabalho na banca examinadora.

2.2.3 Documentações dos grupos como auxílio da Memória

Como já citado, pelo meu lugar enquanto militante e pesquisadora já havia construído acesso ao campo, especialmente, com as reflexões levantadas pela necessidade de se construir as memórias dos movimentos de lésbicas de Pernambuco, uma vez que o processo de militância fica centrada em poucas pessoas, especialmente na guarda de documentos e registros, logo tornam-se documentos privados e sem disponibilidade mais ampla de acesso.

Como essa pesquisa tem como forte o cunho da memória como ferramenta também de análise, foram recolhidos materiais históricos de fundação dos grupos de lésbicas e alguns mistos, como atas de fundação, memórias de reuniões, fotografias, materiais de comunicação dos eventos, campanhas lançadas, materiais pedagógicos produzidos que fazem parte da construção da memória. Materiais esses que foram gentilmente cedidos pelas interlocutoras/pensadoras da pesquisa, assim como alguns parceiros que entenderem a pesquisa também como ferramenta política, alguns desses achados se encontram nos anexos desta dissertação.

Para a preservação dos dados pessoais contidos nos documentos disponibilizados foram apagados os números dos documentos, endereços como forma de preservação e privacidade.

De todos os grupos que cederam gentilmente os materiais para pesquisa, só um grupo ficou com certa desconfiança para ceder os documentos originais para escanear e passar por uma análise mais aprofundada, como a maioria dos demais grupos que não tinha o material escaneados para ceder por e-mail, por fim, entregaram os originais para que fosse feita a análise e os escaneamentos para servir como anexos deste trabalho.

Houve uma interlocutora/pensadora que não quis de início ceder o material, pois em seu entendimento são documentos confidenciais, só que as outras colaboradoras do grupo não viam desta forma e queriam ceder de imediato. Foram necessárias 09 (nove) idas a reuniões e visitas na casa da militante e locais de militância, onde eu era convidada para entender como era a organização do grupo e qual a rede de sociabilidade da interlocutora/pensadora. Depois dessas participações deixei-a a vontade para a tomada de decisão, até que resolveram ceder os materiais com a condição inicial que eu teria que analisar todos lá, mas no movimento que estava no local decidiram entregar os materiais que constituía a memória do grupo. Este foi o único entrave para acessar as documentações, no demais, todos foram cedidos com toda atenção para com a pesquisa.

Sabemos que nos movimentos sociais, assim como nos movimentos lésbicos temos a dificuldade de resgatar as memórias dos grupos, pois os materiais ficam pulverizados em diversas casas ou centralizados o que acabam se perdendo. Para mobilizar e organizar toda essa documentação, foi um esforço grande, por entender que talvez uma pesquisadora de “fora” dos movimentos lésbicos não teria tanta acessibilidade ao campo para acessar as documentações e conhecer de dentro o campo e suas minúcias. Porém, mesmo tendo esse “privilegio” foi bem difícil juntar os materiais, pois a maioria dos grupos não tinha os

arquivos organizados, o que requereu acessar grupos de *whatsapp*, *e-mail*, alguns grupos de *e-mail*, pesquisa no *google* e nas páginas de alguns grupos em redes sociais.

Outro fator que me possibilitou ter acesso a alguns materiais, foi participar de vários grupos nos últimos anos e estar presente na fundação de alguns deles, o que me deu mais acesso. Especialmente por ter a vontade de pensar a organização dos movimentos lésbicos, sempre deixei tudo guardado para contribuir em algum momento, mas não sabia que seria para essa dissertação. Outros acessos também me foram permitidos, como aos arquivos pessoais de algumas interlocutoras/pensadoras que possibilitou acessar algumas publicações antigas, como cartilhas da visibilidade lésbica, do início dos anos 2000, livros e especialmente fotografias de encontros locais, nacionais e internacionais.

Como pesquisadora e participante dos movimentos mantive a prática de guardar materiais que para mim são valiosos, então desde quando comecei nos movimentos, acumulo materiais de memórias de vários grupos e movimentos, o que contribuiu muito para esta pesquisa.

2.2.4 Os locais de pesquisa

As 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras tinham pertencimento a diversos locais de militância, desde a organização nos movimentos lésbicos, feminista, LGBT e universidades, como forma de perceber como o ativismo lésbico tem acontecido em diversos espaços de atuação política. Das 18 (dezoito) mulheres entrevistadas, abrangemos 09 (nove) municípios da capital e Região Metropolitana e as demais das diversas regiões do Estado, para ter maior amplitude da atuação dos movimentos lésbicos, conforme tabela 01.

Tabela 1- **Municípios**

Municípios acessados	n	%
Camaragibe	1	5,6
Garanhuns	1	5,6
Jaboatão dos Guararapes	2	11,1
Joaquim Nabuco	1	5,6
Passira	2	11,1
Paulista	1	5,6
Petrolina	2	11,1
Recife	7	38,9
Salgueiro	1	5,6
Total	18	100

Fonte: questionário

Os municípios escolhidos perpassaram pelo caminho de militância das interlocutoras/pensadoras que tem representação nos movimentos lésbicos. Onde se atentou para abranger todas as regiões de Pernambuco, conforme tabela 2:

Tabela 2 – Regiões

Regiões de Pernambuco	<i>n</i>	%
Agreste	2	11,1
Capital	7	38,9
Mesorregião do São Francisco	2	11,1
Região Metropolitana do Recife	4	22,2
Sertão	1	5,6
Zona da Mata	2	11,1
Total	18	100

Fonte: questionário

Priorizamos entender como a militância lésbica tem se pulverizado no Estado, atentando para todas as regiões que tem militância lésbica reconhecida, não como grupo organizado, apenas, mas também com outras formas de ativismo, que tem construído relações de diálogos com os grupos, militantes, participação no controle social, assim como através da organização do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLESBI, alguns grupos que o compõe e o Conselho Estadual de Políticas para pessoas LGBT de Pernambuco, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco e outros grupos que não estão nestes lugares de articulação política, também foram ouvidos para ter uma dimensão mais ampla da atuação dos movimentos lésbicos de Pernambuco.

2.2.5 Interlocutoras/pensadoras da pesquisa

As interlocutoras/pensadoras da pesquisa estão distribuídas em diversos grupos que compõem os movimentos lésbicos no estado de Pernambuco. Das 18 (dezoito) participantes estão alocadas nos diversos espaços de atuação dos movimentos lésbicos, distribuídos entre 11 (onze) grupos da sociedade civil, deles 06 (seis) com personalidade jurídica.

Nas redes de atuação feminista estadual participam de 02 (dois) espaços o Fórum de Mulheres de Pernambuco e o Coletivo de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de PE – COMLESBI. A nível nacional participam de 05 espaços, sendo eles: Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas – CANDACES-BR, Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL, Rede Nacional de Promoção em Saúde e Controle Social da

Saúde das Lésbicas Negras – SAPATA, Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB e Movimento Negro Unificado - MNU. Internacionalmente, algumas das interlocutoras/pensadoras estão ligadas à Marcha Mundial de Mulheres.

A nível estadual na atuação para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, atuam no Fórum LGBT de PE e o Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLESBI, que pode ser categorizado como movimento de lésbicas, de lésbicas e de mulheres bissexuais, feminista, mas também como movimentos que integram a sigla LGBT.

Em espaços paritários que dizem do local de controle social que atuam a sociedade civil e os movimentos sociais, estão articuladas em dois grupos, no Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas de Mulheres Bissexuais - CIPLMB e no Conselho Estadual de Políticas para a População LGBT de Pernambuco. As distribuições de atuação mais detalhadas poderão ser vistas na tabela 3, assim como nos demais capítulos.

Treze entrevistadas participam do COMLESBI e delas 05 (cinco) permanecem na atuação no coletivo, 04 (quatro) já participaram e hoje estão em outros espaços de militância, como o Fórum de Mulheres de Pernambuco, outras estão trabalhando no governo ou atuando nas universidades.

As demais interlocutoras/pensadoras fazem parte da gama de movimentos lésbicos em Pernambuco, mesmo que em algumas redes que não levantam a bandeira de luta das lesbianidades, como prioridade, no entanto, achei importante ver a leitura que essas militantes lésbicas tem feito sobre a atuação dos movimentos lésbicos, como campo político e na articulação dos movimentos, o que proporcionou certa amplitude para a pesquisa.

Tabela 3 - Interlocutoras/pensadoras da pesquisa

QUANT.	INTERLOCUTORAS/ PENSADORAS	GRUPO E REDES QUE PARTICIPAM, PARTICIPARAM	ANO DE FUNDAÇÃO	CIDADE	ABRANGÊNCIA
1.	Josenita Duda Ciriaco	Fórum de Mulheres de Pernambuco	1988	Recife	Estadual
		AME – Associação de Mulheres Entendidas	2001	Camaragibe	Local
		AMHOR – Articulação e Movimento Homossexual do Recife.	1991	Recife	Estadual
2.	Iris de Fátima da Silva	AMHOR – Articulação e Movimento Homossexual do Recife.	1991	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
		Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de mulheres bissexuais de Pernambuco	2012	Recife	Estadual
3.	Abinéia Claudino Miranda	Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco	2016	Petrolina	Local
4.	Adriana Gomes da Silva	Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL	2004	Petrolina	Nacional
5.	Ana Marta Vieira dos Santos	ASSERCO - Associação Sertão das Cores	2004	Salgueiro	Local
6.	Marta Carmelita Bezerra de Almeida	Movimento LGBT Leões do Norte	2001	Recife	Estadual
		Rede SAPATÁ - Rede Nacional da Promoção e Controle Social da Saúde das Lésbicas Negras	2007	Recife	Nacional
		Movimento Negro Unificado	1978	Recife	Nacional
7.	Renya Carla Medeiros da Silva	Coletivo LGBT de Passira	2011	Passira	Local
8.	Daniele Felix de Melo Silva	Coletivo LGBT de Passira	2011	Passira	Local
9.	Rivânia Rodrigues da Silva	Grupo Somos Todos Iguais	2011	Recife	Local
		Cidadania Feminina	2002	Recife	Local
		Fórum LGBT de PE	2004	Recife	Estadual
		COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco	2009	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
		Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco	2012	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
10.	Ana Paula Lopes de Melo	Fórum de Mulheres de Pernambuco	1988	Recife	Estadual
11.	Michely Farias Rocha	Marcha Mundial das Mulheres – MMM	2000	Caruaru	Internacional
		Coletivo Lutas e Cores	2014	Caruaru	Estadual
		Conselho Estadual de políticas para a população LGBT de			

	Pernambuco				
12.	Camila Roseno	Marcha Mundial das Mulheres – MMM	2000	Petrolina	Internacional
13.	Lucineia Maria da Silva (Nome social Kássia Silvestre)	AMAS LGBT – Associação Mata Sul de pessoas LGBT	2013	Joaquim Nabuco	Local
14.	Micheline Américo da Silva	COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e mulheres Bissexuais de Pernambuco	2009	Recife	Estadual
		Bloco da Diversidade	2009	Recife	Estadual
		Bloco da Diversidade	2009	Recife	Estadual
15.	Irene de Fátima Fonseca Freire	COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e mulheres Bissexuais de Pernambuco	2009	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
		Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de mulheres bissexuais de Pernambuco	2012	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
16.	Verônica Maria Ferreira	Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB	1994	Recife	Nacional
		Fórum de Mulheres de Pernambuco	1988	Recife	Estadual
		COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e mulheres Bissexuais de Pernambuco	2009	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
17.	Cintia Fernanda Gomes	CANDACES-BR - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
		Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de mulheres bissexuais de Pernambuco	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
18.	Ana Carla da Silva Lemos	Grupo LUAS – Liberdade, União Afetivo Sexual de Lésbicas e mulheres bissexuais	2007	Recife	<i>Idem</i>
		COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e mulheres Bissexuais de Pernambuco	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
		Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de mulheres bissexuais de Pernambuco	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>	

Fonte: dados da pesquisa

A amostra dos grupos se caracterizam na pluralidade dos espaços de militâncias, ficando de fora o Ocupe Sapatão, que foi trabalhado por Carvalho (2017) como uma atuação diferenciada e anarquista:

Mas o que as diferenciam é a compreensão de que não há enfretamento possível com o aparelhamento dos movimentos sociais lésbicos e feministas. Para elas é preciso romper com essa relação com o Estado e/ou partidos políticos, que, por vezes, está no seio dos movimentos sociais, principalmente, no processo de construção das políticas públicas. O Ocupe Sapatão seria, de acordo com suas militantes, um “agente de pressão autônoma da sociedade civil”. (CARVALHO, 2017, p. 73)

A autora observa que o “coletivo adota um direcionamento político de base ideológica anarquista”. Também não estão como interlocutora/pesquisadora desta pesquisa o Ou Vai Ou Racha: Bloco Rachístico Carnavalesco, que por conflitos políticos e pessoais encerrou as atividades e o Grupo Labrys que está localizado na zona norte do Recife e começou a atuar em 2017 e o Ocupe Sapatão já trabalhando por Carvalho (2017). Para tal afirmação, em cada região foi realizado o levantamento de grupos do estado que tivesse atuação lésbicas, através de consultas em redes, grupos e militantes de atuação nos campos feministas e LGBT.

O que apareceu como possibilidade de interlocução são grupos feministas que tem se formado nas universidades, como grupo de estudos e de atuação política, que vem pautando as lesbianidades. Esses grupos aparecem mais nos interiores que na capital, talvez seja pela ausência da pluralidade de grupos para atuação, o que não faz parte do recorte dessa pesquisa.

2.2.6 Lugares observados

Os lugares escolhidos para serem observados dizem dos locais que mais participam as interlocutoras/pensadoras da pesquisa, sendo priorizado um espaço de articulação dos movimentos lésbicos e um paritário onde estão presentes a sociedade civil e as secretarias de governo.

Neste momento apresento apenas os espaços que foram escolhidos para realização da etnografia lésbica feminista.

Tabela 4 - Grupos realizados observação participante

GRUPOS	ANO DE FUNDAÇÃO	CIDADE	ABRANGÊNCIA	DESCRIÇÃO DO GRUPO	OBJETIVO DO GRUPO
Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLESBI	2009	Recife	Estadual	Rede de lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco.	A proposta é incentivar e fortalecer a participação qualificada das lésbicas, através de suporte teórico-político, nas instâncias de controle social das políticas públicas dos direitos humanos, da saúde, da educação, da cultura e da comunicação. ²⁰
Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco	2013	Recife	Estadual	Comitê paritário que agrega grupos da sociedade civil e secretarias de governo, articulando as pautas lésbicas no Estado.	Tem por finalidade discutir, propor e monitorar políticas públicas para as lésbicas e mulheres bissexuais de forma à assegurar seus direitos e a equidade nas relações de gênero, étnico/racial, promovendo à defesa dos direitos a diversidade sexual, tendo como referência as diretrizes da Secretaria da Mulher de Pernambuco – Sec. Mulher/PE e da sociedade civil. ²¹

Fonte: dados da pesquisa

²⁰ Texto exposto na Semana da Visibilidade lésbica (2016) sobre a Mostra fotográfica em comemoração ao 29 de agosto: Dia nacional da Visibilidade Lésbica.

²¹ Artigo 1º do Regimento Interno do CIPLMB/PE

No COMLESBI pude participar de 10 (dez) reuniões no período que corresponde à pesquisa, além de participar de momentos outros que puderam me dar mais elementos para a pesquisa, a exemplo de confraternizações e saídas pós-reuniões, onde considero que foi de extrema importância interagir no campo para além dos lugares mais “formais”. Participei ainda dos atos organizados, como o 08 de março - dia internacional da mulher, do 29 de agosto - dia nacional da visibilidade lésbica e vários outros eventos de formação, às vezes, como ouvinte, outras como palestrante.

Durante o período da pesquisa o COMLESBI não teve uma regularidade de reuniões, devidos a vários fatores, que poderão ser melhor compreendidos nos capítulos IV e V.

No Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, alocado na Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, as reuniões foram realizadas todas as primeiras terças-feiras de cada mês, das 14 às 17h. Durante o período da pesquisa, a periodicidade foi mantida, às vezes, tendo alteração de horário ou adiamento de dias para poder agregar o maior número possível de participantes.

Dependendo das ações realizadas por duas vezes foi necessária mais de uma reunião no mês para dar conta das atividades, mas nem sempre todo mundo podia participar, restando à atuação de algumas que estavam mais à frente das atividades.

No Comitê, além de minha participação na vaga de notório saber, pude participar de diversas atividades, como cursos de formação, visitas a penitenciárias femininas, tanto no Recife, como no interior, na observação ou como facilitadora. Todas as narrativas e análises mais detalhadas do campo serão evidenciadas nos capítulos seguintes.

2.2.7 Análise de dados

Os dados da pesquisa foram coletados a partir da observação, as entrevistas semiestruturadas e a aplicação dos questionários fechados. Os diários de campo, as transcrições das entrevistas e os dados tabulados dos questionários formaram o *corpus* no qual procedeu-se a análise temática (GASKELL, 2002; MINAYO, 2014), que nos propicia a organização dos dados através das temáticas levantadas e pela quantidade de vezes que aparece, fazendo o link com as teorias que embasam o trabalho.

Todas as transcrições foram realizadas integralmente, mesmo assim, em alguns casos precisei acessar as interlocutoras/pensadoras para tirar dúvidas sobre alguns pontos que ficaram em abertos em relação às narrativas de vida, assim como, as narrativas dos grupos. Os

meios de acesso as interlocutoras se deram por rede de comunicação no celular ou por e-mail, que me facilitou bastante o recebimento de forma mais rápidas das informações.

Em relação aos documentos disponibilizados, foi realizada a leitura das atas de fundação e outros documentos, com análise temática, para entender as narrativas dos grupos, assim, serviram para compreender melhor quais os conflitos que vem desde o início dos grupos, os medos, entraves políticos, memórias, sobretudo, o que juntou as pessoas para começar os movimentos lésbicos em Pernambuco.

O grupo que mantém o hábito de ter livro de ata contribuiu deveras para que os dados não se percam com o tempo, o que foi de grande importância para a pesquisa e análise de dados.

O diário de campo serviu para analisar as anotações, as temáticas discutidas, os conflitos emergentes, assim como as emoções que me afetaram durante todo o campo, que me ajudou a refletir sobre os nós existentes.

Os questionários fechados foram sistematizados através do programa SPSS – Statistical Package for the Social Sciences, com suas ferramentas de sistematização de dados e cruzamentos das variáveis, o que ajudou no desafio de pensar essa pesquisa como interseccional por analisar as questões de sexualidade, gênero, classe, raça e geração, como demarcadores de ação política, mas também de opressão.

Os resultados dos questionários estão distribuídos por toda dissertação, onde articulo os resultados dos questionários com as entrevistas semiestruturas, assim como as observações de campo, como forma de dar mais substancialidade aos resultados.

2.2.8 Dificuldades em campo

Como participo do campo há muito alguns anos, o que me dava uma possibilidade de maior acessibilidade, mas também, me trazia algumas preocupações, uma delas era como ter a tão sonhada isenção em campo? No início do mestrado na disciplina de metodologia, ficava me questionando quais os locais que eu estava e como conseguir dar conta das muitas facetas da vida, da pesquisa, do campo.

Essas questões me geraram algumas dores e desafios, por um lado eu achava que estava preparada para olhar o campo a partir dos instrumentos elencados e dos pressupostos teóricos da antropologia feminista e feminismo lésbico, podendo ser afetada em campo, porém, estaria tudo sobre “controle”.

Na minha prática militante, já passei por processos diversos em muitos espaços, desde a misoginia de alguns companheiros de esquerda, fato que é analisado também na tese de Zuleide Paiva da Silva (2016), sobre as organizações lésbicas na Bahia, onde as mulheres também passam por isso no movimento estudantil, aqui não sendo diferente, dentro da organização dos movimentos LGBTs, alguns homens de esquerda se acham ainda no direito de exercer a misoginia e achar que são os “donos do pedaço”.

A lesbofobia institucional também é um campo pesado de ser analisado, onde nesta prática profissional e militante, fui convidada a trabalhar no governo, desde que aceitasse algumas condições: “você não pode ser coordenação, porque você não faz parte do partido, mas você será o braço direito do coordenador” fala do meu antigo coordenador. Aceitei o trabalho por entender que eu queria tentar construir algo maior na estrutura governamental, onde também esbarrei na lesbofobia e misoginia institucionalizada, o que durou 06 (seis) meses e sai vítima de violência física por uma outra mulher e sendo demitida porque fiz o boletim de ocorrência.

Trago esses dois exemplos, para mencionar as diversas nuances em campo, visto que já tinha passado por muito e uns bocados nos movimentos lésbicos. Também teve outro caso no movimento LGBT, onde eu coordenava uma rede e um rapaz “ativista gay de esquerda” mencionou: *“ela não pode coordenar porque não tem formação acadêmica”*. Hoje sou grata a ele, pois foi a partir desta discriminação e de tantas outras que me impulsionaram a me esforçar para fazer graduação e pós.

Dentre tantas questões, está como pesquisadora no campo tentando olhar a partir das interlocutoras/pensadoras e ter todo cuidado de não ter um olhar viciado a partir das minhas experiências, mesmo entendendo que eles também contribuem para a análise, então, diante de tudo isso seria mais fácil lidar com o campo, no entanto, não foi tão fácil assim.

Quando comecei a entrevistar as mulheres e entender que as narrativas de vidas são múltiplas que se inter cruzam no desejo de luta, nas opressões vivenciadas nos movimentos, na militância para dentro e fora, nas configurações familiares, me chocou muito, pois se constrói a imagem de que as mulheres que estão na luta não passaram por questões tão complexas, mas conhecer mais de perto me fez compartilhar dores, que por vezes, eu pensei que eram só minhas, no entanto, cada pessoa tinha dores muito parecidas, logo, entendi ainda mais o motivo pelo qual estamos na luta por uma sociedade mais justa.

Durante o processo, me deu a impressão de que eu não conhecia ninguém ou conhecia as pessoas como elas se apresentam na militância, nos movimentos, construindo a representação e exterioridade. Conhecer as narrativas de vida dessas mulheres, me fez

perceber o quanto cada uma tem suas peculiaridades, o quanto são fortes, o quanto suas/nossas histórias de vida se entrelaçam em vários momentos, o quanto a prática militante traz pontos nodais também de opressões e violências.

Diversas antropólogas demonstraram dificuldades no campo, como Facchini (2008) mencionou obstáculo de acessar o campo, pois as pessoas pesquisadas eram de locais diversos e sem cunho militante, por isso, teve dificuldade de receber indicações, especialmente, por se tratar das práticas homoeróticas entre mulheres, que poderiam passar também pelo viés da paquera. Facchini se posiciona na pesquisa, enquanto militante, como um fator positivo o que a ajudou no campo, através das redes de sociabilidades com os movimentos, o que fez com que ela conseguisse acessar pessoas que se dispusessem ceder às entrevistas.

Outro exemplo metodológico também mencionado por Meinerz (2011) onde o campo trazia o pensar sobre a expressão da sua sexualidade se estava pesquisando sobre lésbicas, à pesquisa poderia ter um posicionamento também militante, porém a autora fez questão de deixar nítido seu posicionamento:

O fato de eu não compartilhar as mesmas experiências sexuais que as mulheres pesquisadas faz com o que o presente trabalho opere numa espécie de contracorrente dessa tendência. Poderia, portanto, me acomodar sobre o padrão canônico de construção da alteridade na antropologia, reivindicando minha autoridade de produção do conhecimento por meio do estranhamento e da familiarização com o universo desconhecido. Quando se trata de tema da sexualidade, entretanto, a posição tradicional não parece muito confortável. Isso porque as pesquisas sobre homossexualidade tendem a despertar tanto no grupo de pesquisa quanto na comunidade de pares uma suspeita relação à sexualidade dos pesquisadores e às suas intenções subjetivas para com a realização da pesquisa (MEINERZ, 2011, p. 56).

Meinerz (2011) coloca ainda que nas pesquisas sobre sexualidade, a expressão da sua sexualidade pode ser posta como um respaldo para a realização da pesquisa, ou quando não se tem que é o caso da antropóloga, ela menciona que suas interlocutoras, a intitularam, como: 1) a intenção real de frequentar bares e entrevistá-las era poder se descobrir homossexual; 2) enrustida; 3) ainda não se descobriu; 4) expectativa do “*coming out*”²².

A autora considera que sua pesquisa não tem cunho político para utilização na agenda política lésbica e deixa nítido no seu percurso de campo e enquanto pesquisadora:

Neste sentido, há de se destacar que, mesmo partindo de um estudo particular que privilegia o exercício da sexualidade entre mulheres, a discussão do presente trabalho está relacionada a uma motivação política de defesa das mulheres enquanto sujeitos sexuais e de desejo. Isso, porém, não implica que o trabalho possa atender aos propósitos de intervenção que compõe a agenda dos movimentos ligados à livre expressão e orientação sexual no Brasil. Considerando os dados coletados e as análises realizadas, arriscaria dizer que ocorre o inverso. Como mostro ao longo do

²² Saída do armário

livro, ao explorar a possibilidade de resistência das mulheres que não se enquadram nos modelos identitários privilegiados pelo movimento homossexual e que lançam mão de táticas de invisibilidade no que tange as suas relações com outras mulheres, acabo por me afastar de uma agenda política lésbica, organizada em torno da promoção da visibilidade. (MEINERZ, p. 60).

A autora deixa nítido seu posicionamento distante da agenda política lésbica no cenário brasileiro, o que Vance (1995) menciona como o “perigo” de estudar sobre sexualidade, o que pode ter contribuído com a explicação de Meinerz sobre sua preocupação epistêmica e pessoal.

Os entraves no campo sempre ocorrem, tendo intuito político ou não na pesquisa para as identidades, o que tem gerado discursos importantes na antropologia feminista, em torno dos lugares da pesquisadora e de suas interlocutoras e como se dão essas relações, não de autoridade de campo, mas de parceria na construção do conhecimento, pois só os conhecimentos produzidos nas produções epistêmicas não são suficientes para entender e ter aprofundamentos necessários, sem o olhar das interlocutoras/pensadoras.

De certo que a produção da escrita e a análise dão titulação, crédito e certa o reconhecimento à pesquisadora, mas não se pode dizer que é um trabalho solo e que sem as vivências, memórias, materiais, abertura da vida e do campo, seria possível a realização do trabalho e a construção de tal “autoridade” sem a participação das interlocutoras/pensadoras.

No campo em Pernambuco, as dificuldades perpassaram por um episódio inesperado de uma militante em não aceitar ceder a entrevista por razões de cunho pessoal. Outra militante que foi convidada para participar como interlocutora/pensadora negou a participação por entender que não faz parte dos movimentos lésbicos, mesmo tendo a prática lésbica e levantando algumas bandeiras de luta. No entanto, esses posicionamentos foram recebidos com um certo susto, por serem todas militantes, mas não se verem neste lugar, por diversas questões.

Outra dificuldade forte foi comigo mesma, o medo de não dar conta do campo, a sensação de ouvir as interlocutoras/pensadoras, e cada vez que as ouvia, eu via como Elas/Nós somos guerreiras, mas que suas/nossas trajetórias de vida não são tão tranquilas assim para serem tão fortes, mas ao mesmo tempo tão frágeis quando se conhece mais de perto.

As primeiras entrevistas mexeram bastante, fiquei alguns dias sem pegar em nada da pesquisa, deu vontade de desistir, por entender mais de perto que existe a militância interna e externa aos movimentos, que lutamos por uma sociedade mais justa, mas também lutamos contra nós mesmas e contra as outras também, em alguns momentos.

A sensação que tive foi de me questionar o que eu estava fazendo da vida, meu tema de pesquisa, fiquei uns dias sem saber o que fazer, depois de maturar, continuar no processo terapêutico, eu entendi que a crise do início do campo era bem comum, que me senti mexida com tantas histórias bonitas de lutas e tristes também, finalmente, entendi que o caos faz parte do trabalho de campo.

Esta pesquisa apresenta uma etnografia lésbica feminista, com caminhos teóricos, metodológicos, mas também tem um campo político que muito se aproxima do campo político dos movimentos lésbicos brasileiro, mas não apenas para a visibilidade lésbica, mas para a produção de conhecimento sobre as relações políticas e afetivas entre mulheres no campo antropológico.

3 LÉSBICAS EM LUTA E RESISTÊNCIA EM PERNAMBUCO: QUEM SÃO ELAS?

Esperançar
Cidinha Oliveira²³

*Fiquem juntas!
Nenhuma de nós
Nenhuma
Vai aguentar sozinha
Fiquem juntas!
É preciso procurar
As outras
É preciso ser procurada
Pelas outras
Fiquem juntas!
Uma chora
A outra enxuga
Outra cai
A uma levanta
Fiquem juntas!
Nenhuma de nós
Nenhuma
Vai aguentar sozinha
Precisamos mais do que nunca
Ter sempre uma mulher por perto.
Fiquem juntas!*

Este capítulo apresenta as narrativas de vidas (MALUF, 1999) de militantes lésbicas que através de suas ações individuais têm contribuído para ações coletivas (GOHN, 2014) na organização dos movimentos de lésbicas em Pernambuco, construindo política identitária (GOHN, 2014; HALL 2014), mas também como se constrói a identidade política das lésbicas em Pernambuco.

As narrativas de vida das interlocutoras/pensadoras que compõem os movimentos de lésbicas, entendendo que as ações individuais são formas de agência (ORTNER, 2007) e das experiências (SCOTT, 1999), onde produziram ao longo do tempo as memórias, das suas ações individuais e coletivas, construindo assim os movimentos lésbicos no Estado.

²³ Cidinha Oliveira, 36 anos, nascida e criada até os 29 anos no sertão sergipano, atualmente morando no Recife/PE. Ela é Assistente Social, feminista, mãe e sapatão. <https://cidinhaoliveira.wordpress.com>

Das 18 (dezoito) interlocutoras/pensadoras menciono as narrativas de vida de todas as participantes, pois cada uma delas tem dedicado parte de sua vida para a militância, trazendo contribuições importantes, especialmente pensando os seus lugares de fala (RIBEIRO, 2017).

As interlocutoras/pensadoras que cederam suas entrevistas são mencionadas neste capítulo, possibilitando entender como surgiram suas militâncias e quais os caminhos trilhados diante da organização dos diversos movimentos lésbicos em Pernambuco.

Como a pesquisa perpassa pelo caminho da memória e político, todas as mulheres são apresentadas com seus nomes civis. Como mencionado na metodologia, todas concordaram em apresentar suas identidades reais, mesmo considerando a conjuntura política atual adversa, pois entendem que suas histórias de vida e dos movimentos não podem ser silenciadas.

Diante dessa breve apresentação, seguimos a conhecê-las:

3.1 Josenita Duda Ciriaco²⁴

Figura 1 - Fotografia Josenita Duda Ciriaco



Fonte: dados da pesquisa

Josenita Duda considera-se parda, nasceu em Recife-PE, tem 61 anos, concluiu o ensino médio, é pós-sexual e solteira. Seus pais são de Surubim, interior do estado. O pai (já falecido) trabalhava como auxiliar de serviços gerais, a mãe (falecida), aposentada por problemas de saúde, ambos heterossexuais. Nasceu ainda no final da década de 1950, foi influenciada pelos movimentos organizados da época, fazendo referência ao movimento hippie, que levantava discussões sobre o amor livre e outras formas de liberdades, assim como, o movimento feminista que trabalhavam as liberdades individuais, além do processo de resistência que os movimentos precisavam exprimir por conta da ditadura.

²⁴ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016). Realização COMLES – Coletivo de Lésbicas de Mulheres Bissexuais de Pernambuco. Roteiro e reportagem: Angélica Araújo; Fotografia: Poliny Aguiar; Produção: Jéssica Vanessa; Edição e Montagem: José Cleiton Carbonel. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=w5IRXTdYFCw>.

Nita como também é conhecida, começou sua militância através dos movimentos hippie, cultural, político e feminista, levou para sua trajetória de vida a filosofia de liberdade. Ainda no final da década de 1970 conheceu pessoas que estavam querendo organizar o movimento homossexual, onde participou de ações na época contra a dita “peste gay”²⁵. Focou inicialmente sua militância na pauta LGBT, que à época era considerado Movimento Homossexual Brasileiro - MHB, depois trilhou seu caminho para os direitos das mulheres, em suas diversas facetas, especialmente.

Suas ações nos movimentos LGBTs começaram no final da década de 1970, com a realização de festas em sua casa, chamadas de “noite da metamorfose”. A festa contava com a participação de muitas pessoas da comunidade e de outros lugares, com o intuito de ter um local onde pudessem se sentir à vontade. A noite era regada a bebidas caseiras, uma delas era chamada de xoxota, feitas pelas/os participantes.

Em sua infância participava muito das ações da igreja católica, o que lhe proporcionou alguns aprisionamentos e culpas:

Porque como é que a gente pequeno, eu com sete/oito anos de idade, aprendendo, é minha culpa, culpa de que, porra? Entendeu? Foi um dia desse que eu refleti. Eu me liguei assim, porra velho, eu já sei por que eu tentei suicídio, bicho! Eu tentava fazer as coisas a nível de movimento e quando não dava certo eu digo, pronto, eu não presto pra nada, então é melhor morrer. Aí eu sei que isso foi um resquício dessa coisa que tinha dentro de acreditar que é minha culpa. Se eu tava querendo bem, se eu tô querendo investindo numa coisa coletiva, como é que é minha culpa? Mas uma coisa que me fez chegar a esse ponto de querer chegar a morrer, não sei o que... achar que eu não prestava pra nada foi essa história da igreja. Eu ia muito, desde pequena, então as crianças vão escutar esse “por minha culpa, minha tão grande culpa, minha máxima culpa”, culpa de quê? Deus não vai condenar ninguém! Quem condena são as pessoas mesmo e a nossa consciência, né? (Entrevista cedida em 22/06/2018).

A questão da culpa sempre perpassou pela sua trajetória de vida, mas não paralisou suas ações de expressões da sexualidade, nem na participação política. A imposição da culpa contribuiu para um processo de adoecimento e um desejo de não mais viver, o que a levou a tentar tirar sua própria vida, por algumas vezes. Mas sempre teve apoio de amigas que a acompanham muitos anos, além dos acompanhamentos médico e terapêutico, fazendo com que ela saísse do lugar da culpa e reconhecesse sua autonomia.

Josenita participou de várias organizações dos movimentos sociais em Pernambuco, com atuações bem importantes, especialmente em Camaragibe, cidade que mora até o

²⁵ O alto índice de incidência do HIV/Aids na década de 1980 ficou conhecido como peste gay, como forma de culpabilização da população gay naquela época. FACHINNI (2005), PARKER & TERTO (1998).

presente momento, colaborando com a distribuição do ticket de leite na comunidade²⁶, na época do governo Sarney. Ela conseguiu cadastrar uma organização para receber o benefício do governo federal e a distribuição era feita na sua casa. Como ela relata, tinha tanta gente que precisava que ela atendia o dobro das famílias, pois como a carência era muito grande, ela dividia um ticket para duas famílias.

Nita também é uma das fundadoras do Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo, em 1985, local que trabalha com crianças, adolescentes e mulheres em sua maioria e que funciona até hoje, como uma creche em uma comunidade de Camaragibe. Na década de 1980 foi candidata a vereadora, não sendo eleita por poucos votos. Além disso, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT no Estado.

Josenita tem uma vasta história política, desde a elaboração de projetos que deram certo e hoje as sementes estão plantadas em diversos locais. Teve um projeto ainda na década de 1990 para trabalhar com a prevenção de IST/HIV/Aids com as profissionais do sexo lésbicas, financiado pelo Ministério de Saúde, o que possibilitou articular com outras instituições, inclusive de outros estados, sendo a primeira ação realizada, dentro dos bordéis de Camaragibe direcionada para as lésbicas. Participou do I Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE²⁷, no Rio de Janeiro, em 1996, que é um dos eventos a nível nacional que conseguiu reunir mulheres do Brasil para organizar os movimentos lésbicos.

Ela sempre trilhou o caminho de atuação no cuidado de si e das outras pessoas, através da militância feminista e lésbica, tendo como seu campo de atuação prioritário atualmente o Fórum de Mulheres de Pernambuco, com suas diversas bandeiras de luta, além da colaboração no Centro Comunitário Vivendo e Aprendendo e no Museu da Cultura Popular Vera Galvão²⁸, como colaboradora.

A história de Josenita é mais uma história de mulheres fortes, que com todas as dificuldades familiares, de saúde, estão na construção de uma sociedade mais justa. Evidentemente, que além das tentativas de se enquadrar em um modelo de fortaleza, de luta, há também suas fragilidades. No entanto, tais fragilidades não fizeram com que ela desistisse, nem de si, nem da luta política.

²⁶ Programa do governo federal, que na década de 1980 distribuíam leite para as crianças carentes, com intuito de diminuir a fome e a pobreza.

²⁷ O SENALE é um marco para o movimento lésbico no Brasil, devido à organização de lésbicas de todo o país, reunidas pela primeira vez para discutir pautas específicas de lésbicas. O SENALE foi organizado pelo COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro. Maior profundidade sobre a temática pode ser encontradas em LESSA (2007).

²⁸ <https://www.facebook.com/museudaculturapopular>

Aos 61 anos, tem sonhos de vida e de luta, esses que nunca deixaram de pulsar em suas veias e permanece firme. Seu sentimento comunitário, de coletividade sempre é muito forte, por isso permanece na luta. Nita não teve filhos e vive sozinha em sua residência, com vizinhos que vivem no seu mesmo terreno com as casas que tem de aluguel, cultivando amizades e lutas políticas, cuidando de si e participando dos movimentos comunitários em sua cidade e dos movimentos feministas, especialmente²⁹.

3.2 Íris de Fátima da Silva³⁰

Figura 2 - Fotografia Íris de Fátima da Silva



Fonte: dados da pesquisa

Eu era uma menina que fui alimentada com caldo de arroz... Quando você cozinha o arroz e escorre o caldo e aí ele... Contava a minha mãe, né? Que me dava o caldo. E também eu tive muitas mães de leite materno. Porque na verdade quando eu nasci, não tive tempo de chegar na maternidade de tão apressada que eu sou, nasci d'uma parteira. (Entrevista cedida em 09/05/2018).

Íris de Fátima da Silva intitula-se negra, paraibana, 54 anos, técnica em contabilidade, lésbica, solteira. Sua configuração familiar é toda negra, sua mãe (falecida) era lavadeira de roupas de “ganho”, seu pai não a registrou, só o conheceu na fase adulta, ambos heterossexuais. Tem um irmão que é professor universitário e uma irmã que trabalha como auxiliar de serviços gerais, ela tem dois filhos que Íris considera como seus filhos também.

Estudou na infância em convento de freira, onde passava o dia para a mãe trabalhar. Não teve contato com seu pai na infância. Conheceu um senhor chamado Romualdo, que ela considera como anjo da guarda, por ter ajudado a sua família a sair da extrema pobreza, dando moradia para a família e proporcionado a ela o acesso à educação, cultura e lazer.

²⁹ Prestes a depositar a dissertação recebemos a triste notícia do falecimento de Josenita Duda (28/02/2020). Para os movimentos foi uma grande perda, mas compreendemos que ela deu o seu melhor para uma sociedade mais justa e igualitária. Meus agradecimentos por todos os aprendizados e compartilhamentos. Até um dia!

³⁰ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=G1Tt6Ju53DA>

Íris se considerava envergonhada: “eu era tão envergonhada, tão oprimida que eu levava o cachorro quente pra casa que eu tinha vergonha de comer na lanchonete”. Porém, a menina envergonhada saiu de João Pessoa para construir sua história em Pernambuco, depois de ter conhecido seu pai, por considerar o momento turbulento. Em Recife, viveu de favor, trabalhou em diversos espaços: “trabalhei de faxineira, pinteí apartamento, pinteí muitas calças jeans. E um belo dia apareceu lá um concurso público, e eu fiz esse concurso público, passei no concurso público”. Essa conquista ela atribui também a seu Romualdo que ela considerava como pai e a incentivava e sempre dizia: “você vai ser uma grande mulher”.

Íris potencializou suas ações políticas quando foi aprovada no concurso em março de 1991, e através desse passou pelo processo de mobilidade social. Vivenciou diversas funções, que serviram de experiência a impulsionar a sua história política, inicialmente no Sindicato de Saúde – SINDSAÚDE, depois ampliando para o movimento feminista e LGBT, com a influência política e afetiva de Josenita Duda, como nos apresenta:

Fui trabalhar na Bandeira Filho. E aí eu não esqueço que a Bandeira Filho tinha o nome de maternidade que era matadouro. E eu fiquei nessa maternidade lá, eu adentrei no movimento sindical, né? Comecei limpando chão, passei um mês, depois fui ser telefonista e fui convidada pra fazer parte do SINDSAÚDE, quando eu comecei a adentrar e compreender um pouco da política, sendo diretora sindical financeira. Em 1996 eu conheci o grupo AMHOR, através de Josenita Duda, que fui convidada pra fazer parte desse grupo. O grupo AMHOR era uma instituição que ela surge com a história da peste gay para desmistificar esse mito. E eu fui convidada e eu disse: olha, a única maneira que eu posso trabalhar com as meninas lésbicas é trabalho de futebol, porque no tempo eu jogava muita bola, né? E aí eu adentrei no universo LGBT, mas também adentrei noutros movimentos, no movimento feminista, fui conselheira seis anos no Conselho Municipal de Saúde, representando o Fórum de Mulheres, junto com o AMHOR, a gente pode mudar a realidade da maternidade Bandeira Filho. Sai de lá, a maternidade Bandeira Filho sendo amiga da criança. Fiz muitas formações, instituí muitos conselhos gestores das Regiões Político Administrativa - RPA, que os municípios de Recife se dividia em seis RPAs, e a gente ajudou muito de formar muitos conselhos distritais e muitos conselhos gestores. (Entrevista cedida em 09/05/2018).

Em sua trajetória, quando se apresenta como lésbica, enfrentou a lesbofobia do espaço, mas isso não a paralisou, construiu sua história dentro do seu espaço de trabalho, além de ampliar sua militância para o movimento LGBT, potencializando sua existência lésbica, no AMHOR e no Fórum de Mulheres de Pernambuco, assim como, no controle social com um dos pontos chave.

E daí eu adentrei no universo sindical, no feminismo, no Fórum de Mulheres de Pernambuco. E o movimento de mulher de Pernambuco não falava da questão da lesbianidade. E aí eu venho com essa discussão, provoço a discussão. Eu me lembro que a gente fez o primeiro torneio de futebol, foi o primeiro grupo a fazer um torneio de futebol na frente, naquela quadra do Derby ali, no hospital da Polícia Militar. [...] E aí a gente começou a demarcar o espaço político em Pernambuco. Daí

eu começo também publicamente a me dar, né? A lutar, começar a fazer as ações de intervenção no estado de Pernambuco e no SUS porque como funcionária pública eu conhecia o controle social. Uma coisa que a gente identificou muito era que nesse tempo os grupos que trabalhavam com AIDS, porque só tinha verba era na AIDS, eles não compreendiam o universo do controle social. Eles recebiam o recurso, mas não discutia a importância do controle social. E gente começou a provocar isso nacionalmente, que pros grupos receberem a verba do SUS, eles tinham que fazer uma discussão sobre o controle social. E aí eu penso que é onde o movimento começa a dar importância e a valorizar essa parceria. (Entrevista cedida em 09/05/2018).

Íris provocou as discussões sobre lesbianidade no FMPE, gerando conflitos, pois era uma pauta destoante do heterofeminismo que durante muito tempo foi bandeira prioritária, mesmo com a atuação de lésbicas no espaço, o que gerou o afastamento de Íris para potencializar as demandas específicas das lesbianidades, dando continuidade a história no AMHOR e contribuindo em outros espaços de ações coletivas, como os conselhos e discussões do controle social, especialmente na saúde.

Íris de Fátima trilhou o caminho de construção dos movimentos LGBTs em Pernambuco, sendo uma das referências das causas lésbicas no Estado, sobretudo, pensando o controle social em saúde integral para a população LGBT e a organização do movimento LGBT. É uma das militantes de Pernambuco que participou do I SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, no Rio de Janeiro, em 1996.

Íris tem uma vasta contribuição em Pernambuco, é uma das fundadoras do Fórum LGBT de Pernambuco, organiza a Parada da Diversidade de Pernambuco desde a primeira edição, uma das fundadoras do COMLESBI, da Ala das mulheres na Parada. Trabalhou na implementação dos conselhos de saúde do estado e município, assim como na área técnica de saúde integral da população LGBT, o que resultou na implementação de uma coordenação específica para trabalhar a saúde integral para a população LGBT, cargo que até o momento só tem sido coordenado por homens gays. Contribuiu para a fundação do Conselho Estadual de Políticas para a População LGBT, participou da organização das primeiras conferências municipais e estadual GLBT³¹, em 2007, esteve presente na I Conferência Nacional GLBT, em 2008, foi vice-presidenta da ABGLT e uma das fundadoras da Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL.

Atualmente Íris está lotada como técnica na Coordenadoria LGBT, integrada na Secretaria de Segmentos Sociais/SESES e Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude/SDSCJ do Governo do Estado de Pernambuco, com o objetivo de pensar as

³¹Em 2008 o movimento era denominado GLBT, no mesmo evento foi modificado para LGBT pela necessidade de visibilização da lesbianidade e das relações de discriminações de gênero internas no movimento, que vinha a muitos anos sendo denunciada pelas lésbicas.

políticas públicas para as lésbicas e mulheres bissexuais e a interação dos movimentos lésbicos com o governo. Integra o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de mulheres bissexuais, lotado na Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, atuando enquanto coordenadora.

Íris tem uma grande história política e de vida, em que demonstra que é possível sair do anonimato, da pobreza, do sofrimento causado pela ausência do pai e construir outros caminhos, fazer história, agregar pessoas. Atualmente mora sozinha e continua nas construções políticas e é uma das coisas que para ela constrói felicidade, conflitos, afetos, enfrentamentos, rompimentos, mas potencializa seu estado de militância lésbica.

3.3 Micheline Américo Silva³²

Figura 3 - Fotografia Micheline Américo da Silva



Fonte: dados da pesquisa

Micheline Américo considera-se negra, nasceu em Recife-PE, tem 45 anos, é jornalista e lésbica, atualmente em união estável. Filha de dois operários, o pai trabalhava em uma concessionária de automóveis, a mãe era doméstica, não trabalhava fora, ambos heterossexuais. Ela é a quinta de uma família de seis filhos, sendo cinco mulheres e um homem, com formações em pedagogia, direito, administração e enfermagem. Micheline é formada em Comunicação Social, com duas pós-graduações, uma em Ciência Política e outra em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Sua militância começou em meados dos anos 2000, com atuação no Fórum de Mulheres de Pernambuco, através do seu trabalho no Centro das Mulheres do Cabo, que é uma das organizações feministas de Pernambuco. Atuou ainda profissionalmente na Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco.

³² Homenagem do COMLES para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=3Lg6ql6Y9Iw>

Sua militância enquanto lésbica começa através da necessidade de discutir sobre as especificidades das lésbicas e mulheres bissexuais e estar entre pares, compartilhando dores e vivências da lesbianidade, além da discussão sobre as pautas específicas lésbicas. Sua militância nos movimentos lésbicos se deu através do AMHOR, inicialmente. É uma das fundadoras do Fórum LGBT de Pernambuco. Atualmente participa do Bloco da Diversidade, do COMLESBI e do CANDACES-BR, espaços de luta política que ela elege como prioridade.

Sua militância teve influências do movimento estudantil na graduação e com o movimento feminista através de sua atuação profissional, que reverberou para além do seu trabalho profissional, contribuindo para a organização dos movimentos lésbicos em Pernambuco.

Atua na sua área de formação, trabalhou também na Comissão da Mulher da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em sindicatos e no momento da escrita deste trabalho é assessora parlamentar de Carlos Veras, deputado federal, eleito pelo Partido dos Trabalhadores - PT, contribuindo com o diferencial que tem em sua formação com o olhar direcionado para as temáticas de gênero e das sexualidades.

3.4 Rivânia Rodrigues da Silva³³

Figura 4 - Fotografia Rivânia Rodrigues da Silva



Fonte: dados da pesquisa.

Rivânia Rodrigues, negra, nascida em Recife – PE, 46 anos, graduanda em Gestão de Políticas Públicas, lésbica, solteira. Filha de uma costureira e de um vidraceiro, ambos heterossexuais. Estudou em sua vida toda em escola pública, por influência religiosa, quase se tornou freira, como relata: “eu fui filha de Maria, da legião de Maria e quase freira. E aí não deu para ser freira, né? Risos... não deu para ser freira, minha mãe ficou muito chateada,

³³ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=beA6YK3VYkc>

porque eu cheguei ao convento, voltei.” Ela é a filha mais velha de três irmãos, um já falecido, os demais, merendeira e marceneiro.

Sua militância inicia no seu bairro, convidada pelos problemas da sua comunidade, articulando-se com outras mulheres. Por sua militância, entendimento da comunidade e bravura foi escolhida para presidir a Creche Olga Benário, no Córrego do Euclides, aos 17 anos. Sua atuação junto à creche possibilitou a criação do grupo Cidadania Feminina, um grupo de mulheres feministas.

No Cidadania Feminina teve um projeto muito importante, chamado Apitaco, em que as mulheres da organização se juntaram para agir pelo fim da violência contra as mulheres. O projeto foi realizado em parceria com Cláudia Molina, delegada de polícia. O projeto se baseava em dar apito para as mulheres, para que, quando elas estivessem em situação de violências, apitassem como pedido de socorro.

Para minha comunidade ele foi muito importante, ele ganhou um prêmio, mas por outro lado foi um projeto que trouxe para a gente a falta de segurança, por exemplo, Dra. Molina terminou tendo que passar um carro de som lá na minha rua, alertando aos homens que queria encontrar a gente para violentar, que ela estava atenta. Então era muito difícil. E aí falar dessas realidades não é muito fácil, né? (Entrevista cedida em 16/06/2018).

Na sua militância, Rivânia começou nos movimentos de bairro, pelo fim das violências contra as mulheres, depois se agregando politicamente no Fórum de Mulheres de Pernambuco e na atuação no Partido dos Trabalhadores-PT. Depois se ausentou do cotidiano dos movimentos para estar na gestão, sendo a primeira gestora mulher e lésbica da Gerência da Livre Orientação Sexual - GLOS, da Prefeitura da Cidade do Recife, nos anos de 2009 a 2012.

Após sair da gestão, começa sua atuação mais fortemente nos movimentos LGBTs de Pernambuco, através da atuação no COMLESBI. É uma das fundadoras do CANDACES-BR, atualmente como articuladora nacional, participa do Conselho Municipal de Saúde do Recife e é secretária LGBT do PT de Pernambuco. Coordena ainda o Grupo Somos Todos Iguais, atua no Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais, já foi coordenadora do comitê, esteve na primeira gestão do Conselho Estadual de Políticas para a População LGBT, é articuladora da AMOTRANS, na pasta de articulação das transexuais lésbicas e bissexuais.

Rivânia é uma das mulheres que contribui com a Ala das mulheres na parada e as caminhadas lésbicas, ambas as ações organizadas pelo COMLESBI e pelos grupos que o compõe, assim como quando ela estava na gestão. Hoje trabalha como assessora parlamentar

de Humberto Costa, eleito senador pelo Partido dos Trabalhadores - PT e tenta fazer a articulação do mandato com as pautas dos direitos humanos.

Para ela os movimentos têm vários significados, como ela menciona: “o movimento pra mim é minha oxigenação de viver, é neste aquilombamento, que encontro muitas companheiras e vivemos esta identidade enquanto sujeita política”. Rivânia constrói ações políticas em Pernambuco e é uma das mulheres que contribui com o fortalecimento de outras mulheres para atuar nos movimentos sociais. Hoje mora com sua família e dedica muito da sua vida para as causas sociais, através da militância política e partidária no Partido dos Trabalhadores.

3.5 Irene de Fátima Fonseca Freire³⁴

Figura 5 - Fotografia Irene de Fátima Fonseca Freire



Fonte: dados da pesquisa.

Eu era muito ligada à política na escola, sempre fui liderança dentro das escolas, né? Sempre atuei na liderança, representante de turma, cuidava muito dessa parte do funcionamento da escola pública, então eu sempre fui uma pessoa muito atenta pra essa questão dos direitos dos estudantes mesmo e me perceber dentro de uma escola em movimento e não simplesmente sentar e estudar. (Entrevista cedida em 20/06/2018).

Irene considera-se branca, nasceu em Recife-PE, tem 49 anos, é graduanda em Ciências Sociais, é lésbica e solteira. Nascida de uma de uma família de um paraibano com uma pernambucana. O pai (falecido) estudou até o ensino fundamental I e exercia a profissão de comerciante, a mãe estudou até o ensino fundamental II e trabalhava junto ao marido, ambos heterossexuais. Dessa união nasceram 8 (oito) filhos/as, quatro homens e quatro mulheres. Das mulheres, uma é pedagoga e servidora pública, outra é pedagoga e professora de escola privada na educação infantil, ambas heterossexuais, a mais nova é assistente

³⁴ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=T_u0yOt-2-M

administrativa e lésbica. Dos homens, um arquiteto, outro cobrador de ônibus, um pastor, teólogo, todos heterossexuais, e um turismólogo, gay.

Irene é militante política no Partido Comunista do Brasil – PCdoB e atua nos movimentos lésbicos, desde 2005, com a organização do Seminário Nacional de Lésbicas - V SENALE, através do AMHOR. Ela é uma das fundadoras do Bloco da Diversidade - PE, atua ainda na União Brasileira de Mulheres - UBM e é também uma das fundadoras do Coletivo de Lésbicas e mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLESBI.

Irene já foi gestora da Secretaria da Mulher de Ipojuca e integra o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais, lotado na Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco. Contribuiu desde o início com a Ala das Mulheres na Parada da Diversidade e as caminhadas ocorridas em Recife. Atua ainda na União Nacional LGBT - UNALGBT, fundada em 2015 e da UNALGBT/PE, fundada em 2016.

A trajetória de vida de Irene mistura-se com sua militância, hoje dividindo seu tempo entre família, trabalho e militância política nos movimentos sociais e partido, pois para ela desde a adolescência é importante a articulação em movimentos para romper com as opressões de gênero e orientação sexual.

3.6 Cinthia Fernanda Gomes

Figura 6 - Fotografia Cinthia Fernanda Gomes



Fonte: dados da pesquisa

Cinthia Fernanda considera-se negra, nascida em Recife-PE, 41 anos, produtora cultural, lésbica, solteira. Filha de um homem negro motorista e de uma mãe negra dona de casa, ambos heterossexuais. Cinthia é a irmã do meio, a irmã mais velha é formada em letras e o irmão é técnico administrativo. Ela é iniciada no candomblé efon, sendo suspensa Ekedí por Oya e seu orixá Xangô.

Teve uma infância no seio da família, criada no bairro de Águas Compridas, no Alto da Macaíba de início, depois desceu do morro. Sempre fora muito próxima de sua irmã. Na

infância sempre se colocava nas brincadeiras mais considerada como de “meninos”, querendo ser o “pai” das brincadeiras, destoando das relações de gênero impostas.

Sua militância começou a partir de 1996 nos movimentos populares e no Partido dos Trabalhadores, assim, questionando o seu lugar enquanto mulher, negra e lésbica, momento em que sua militância se aprofunda nos movimentos lésbicos, a partir de 2004, através do convite para participar do Grupo Gay de Pernambuco – GGP, que era um grupo formado majoritariamente por gays, mas onde ela se sentiu acolhida para realizar o ativismo lésbico.

Cinthia foi uma das lésbicas presentes em 2009 na formação do Pacto Lésbico Feminista, em Brasília, que tinha o objetivo de fortalecer as organizações lésbicas no Brasil para que nos Estados pudessem atuar juntas, diminuindo os conflitos e trabalhando política e conjuntamente as pautas lésbicas feministas³⁵.

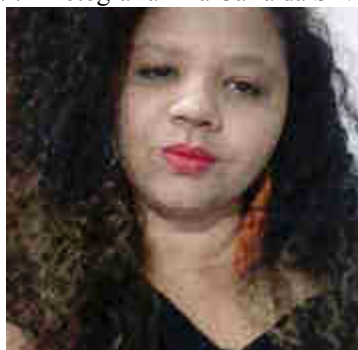
Cinthia sempre esteve na liminaridade entre os movimentos sociais e a atuação/trabalho no governo do Estado. Inicialmente trabalhou no gabinete de Luciana Azevedo, vereadora, pelo Partido dos Trabalhadores, depois trabalhou na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE e da Fundação de Cultura Cidade do Recife – FCCR, da Prefeitura da Cidade do Recife. É uma das fundadoras do CANDACES. Porém, sua atuação, às vezes, era questionada por sua posição no governo, mas sua veia militante nunca deixou que ela se afastasse da atuação nos movimentos.

Atualmente está na atuação entre o ativismo lésbico feminista e o de mulheres de terreiro, onde tem se dedicado, desde sua feitura no candomblé, como prática religiosa, mas também política.

³⁵Questão mais aprofundada no Capítulo III. A memória do Pacto Lésbico Feminista encontra-se nos anexos da dissertação.

3.7 Ana Carla da Silva Lemos³⁶

Figura 7 - Fotografia Ana Carla da Silva Lemos



Fonte: acervo pessoal, 2018.

Ana Carla Lemos considera-se negra, 37 anos, nascida em Recife-PE, cientista social, poeta, no momento repensando as rotulações³⁷, solteira. Filha de um pedreiro e de uma dona de casa, ambos heterossexuais. Por parte de mãe tem três irmãos, um é auxiliar de pedreiro, os outros dois auxiliares de serviços gerais (um deles já falecido) e uma irmã, dona de casa, todos com ensino fundamental I incompleto. Por parte do pai tem duas irmãs, uma professora de inglês e matemática, uma doméstica e um irmão ajudante de pedreiro, todos com ensino fundamental II incompleto.

Em sua infância viveu sempre com sua avó e avô paterno, sem ter a vivência cotidiana com o pai e mãe biológicos. De sua família foi a primeira a ingressar e se graduar na universidade. Mãe de duas filhas, onde teve apoio de sua avó paterna para lhe ajudar neste caminho e de amigas que ao longo da vida compartilharam o amor e as dores em ser mãe.

Sua militância começa em 2003, a partir da inserção no Instituto PAPAI, organização não governamental de Recife-PE e, através da participação profissional, conheceu um momento possível de mudança de entendimentos sobre o mundo e suas práticas. Como teve uma educação em que não se conhecia sobre outra orientação sexual além da heteronormatividade, teve dois casamentos heterossexuais, até se identificar com as práticas homoeróticas e políticas da lesbianidade.

³⁶ Homenagem do COMLES para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e exposição com a história de vida das mulheres. 2016. Realização COMLES – Coletivo de Lésbicas de Mulheres Bissexuais de Pernambuco. Roteiro e reportagem: Angélica Araújo; Fotografia: Poliny Aguiar; Produção: Jéssica Vanessa; Edição e Montagem: José Cleiton Carbonel. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=jjgRYjA0Z6c&feature=share>

³⁷ Assume-se lésbica, no entanto, têm repensado as rotulações devido às imposições e reproduções que as identidades permitem. Essas questões podem ser vistas ao longo da dissertação, através das várias reproduções tratadas aqui, nas quais esta pesquisa contribuiu muito para refletir as identidades políticas.

Em 2006 começa a organização do Jornal LUAS³⁸, junto a Elisângela Nunes. Em 2007 fundaram o Grupo LUAS para ampliar as ações, tendo a maior preocupação com a formação de lésbicas e mulheres bissexuais, especialmente das que não tinham acesso à informação do mundo LGBT e formação sobre a garantia dos seus direitos.

Ana Carla Lemos graduou-se em Ciências Sociais, seu trabalho de conclusão de curso foi sobre o surgimento dos movimentos lésbicos no Brasil, sendo uma preocupação que a impulsionou a elaborar esta dissertação, visto, a necessidade de diálogo mais próximo com as produções epistêmicas, sobretudo na reflexão sobre as práticas lésbicas feministas e o que se tem produzido sobre a temática, como um problema de pesquisa.

Sua atuação de maior incidência nesses anos tem sido na organização dos movimentos lésbicos locais e nacionais. É uma das fundadoras do COMLESBI, da Ala das Mulheres Lésbicas da Parada da Diversidade de Pernambuco, atuou na Articulação Brasileira de Lésbicas, colabora com o AMHOR e está na vaga de notório saber no Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais, da Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco.

Sua militância perpassa na articulação dos movimentos lésbicos e de mulheres bissexuais, movimentos feministas e suas interlocuções junto à academia, através dos grupos de estudos e pesquisas, como uma prática de militância e de pesquisa-ação, assim como utiliza como ferramenta política, a poesia e a prosa em seus escritos literários.

3.8 Marta Carmelita Bezerra de Almeida³⁹

Figura 8 - Fotografia Marta Carmelita Bezerra de Almeida



Fonte: dados da pesquisa

Toda a dor que passo, o movimento me fez transformar em luta e ele também foi que me abriu a construção de ser mulher negra, de não ter vergonha de assumir

³⁸ Edições dos jornais encontram-se nos anexos dessa dissertação.

³⁹ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=V6DpbevyOY0>

minha homossexualidade, minha bissexualidade, me fazendo uma pessoa bairrista, sendo Pernambuco e depois Nordeste, através da filosofia do Ubuntu. (Entrevista cedida em 09/05/2018).

Marta Almeida considera-se negra, nascida em Recife-PE, 40 anos, pedagoga, com pós-graduação em Educação Especial e Psicopedagogia, bissexual, solteira. Filha de pai e mãe negros, o pai é estatístico e professor, a mãe socióloga e cientista política, ambos heterossexuais. Sua irmã é formada em Relações Internacionais, com pós-graduação em Comércio Exterior. Marta é mãe de uma filha de 04 anos e integra a religião de matriz africana, na função de Ekedí.

As trajetórias de vida e políticas dos seus pais no Movimento Negro Unificado e no partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, contribuíram para sua formação enquanto pessoa, atuação política e interesse na organização partidária, o que transformou a vida de Marta Almeida, que começou desde muito cedo a participação no Movimento Negro Unificado - MNU, no movimento de juventude e mais recente no LGBT, quando descobre sua bissexualidade, na fase adulta.

Algumas características por parte da família materna é a configuração de uma família de mulheres, com saberes tradicionais cultivados por elas, o que direcionou para que construíssem resistências e autonomia, repensando o lugar das mulheres na sociedade.

Marta Almeida contribuiu em alguns movimentos sociais, com a iniciação e formação especialmente no Movimento Negro Unificado, espaço forte e que faz parte há anos de sua trajetória de vida, disseminando sua participação em outros espaços, por sua preocupação com as pessoas de terreiro, lésbicas e mulheres bissexuais, especialmente, no tocante a história, cultura e ancestralidade que são disseminados nos espaços em que ela participa.

Marta é uma das fundadoras do CANDACES, assim como fundadora e integrante da Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas - SAPATÁ. A rede tem uma conotação forte com a espiritualidade de matriz africana, o que representa orixás, especialmente Omolu regente da rede.

Marta Almeida integrou o Comitê Nacional e Estadual de Saúde da População LGBT, contribuiu com AMHOR, com o COMLESBI e com o Labrys, grupo lésbico que teve uma breve atuação no Estado.

Sua participação política nos movimentos de lésbicas e de mulheres bissexuais vem desde 2011, desde quando tem tentando pautar os diálogos em torno da interseccionalidade das questões raciais, de gênero e de sexualidade, através das especificidades de lésbicas e

mulheres bissexuais de terreiro, temáticas que têm versado sua trajetória de vida e de militância.

Hoje Marta Almeida atua na Coordenadoria de Igualdade Social, pasta integrada na Secretaria de Segmentos Sociais/SESES e Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude /SDSCJ do Governo do Estado de Pernambuco, tentando articular as relações de gênero, sexualidade, raciais e de terreiro. Integra ainda o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais.

Marta tem potencializado o que aprendeu como as bandeiras de luta em sua família, através de sua atuação em diversos espaços de atuação política o que a constitui como mulher que não aceita as amarras do que é imposto pelas representações de gênero a partir do sistema patriarcal.

3.9 Ana Paula Lopes de Melo⁴⁰

Figura 9 - Fotografia Ana Paula Lopes de Melo



Fonte: Arquivo pessoal da interlocutora, 2006.

Ana Melo considera-se branca, nascida em Recife - PE, 40 anos, está em processo de doutoramento em Saúde Coletiva, professora universitária, lésbica, namorando. Sua configuração familiar é composta por pai vendedor (caixeiro viajante), mãe funcionária pública, de formação bem religiosa, ambos heterossexuais. Ana tem três irmãos, sendo duas mulheres e um homem, a irmã mais velha é administradora, a outra, funcionária pública e o irmão caçula, psicólogo e pastor.

Sua trajetória de vida mescla entre o trabalho, estudos e militância, tendo seu despertar na universidade, onde abriu caminhos que a levou às lutas sociais que carrega até hoje.

Fui achando os caminhos profissionais e esses caminhos foram caminhos que me levavam a um determinado tipo de luta social. No final da faculdade eu entrei num

⁴⁰ Homenagem do COMLESBI para as lésbicas que fazem história em Pernambuco, com o documentário e amostra fotográfica com a história de vida das mulheres intitulados: lésbicas e suas histórias de militância (2016) Link para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=_3h8TKzCk3M&t=4s

estágio que era um estágio extracurricular no Cabo de Santo Agostinho, que era no Centro de Testagem e Aconselhamento em HIV/Aids. E aí esse estágio meio que me apresentou ao campo da saúde pública onde eu tomei isso também como uma luta, né? De vida e profissional, a defesa pela saúde pública pra todo mundo, como um direito humano fundamental. E aí nesse caminho desse estágio, depois como tu sabe eu fui trabalhar num projeto de pesquisa lá no Papai, e esse projeto trabalhava com direitos sexuais e direitos reprodutivos e a partir desse projeto eu me aproximei mais desse campo. Tinha a ver com a saúde também, mas era uma perspectiva do campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dos jovens e fique sabendo nuns e-mails que circulou do projeto de Marylucia Mesquita, né? Era um projeto do GRAL que ela tava fazendo e que a proposta do projeto dela era diálogos entre feministas e lésbicas. Eu conheci um pouco nas discussões da faculdade, mas eu não era uma militante feminista ali. Mas eu começo nessa vivência pessoal, nesse campo profissional e fui descobrindo as lutas, né? E aí foi como eu entrei nesse projeto, meio por curiosidade, e esse projeto foi o que abriu os caminhos pra mim, assim desse autoreconhecimento e afirmação política mesmo como uma mulher lésbica, né? (Entrevista cedida em 09/07/2018).

Ana Paula caracteriza a raiz da sua militância a partir da interlocução entre o campo profissional e estudos que alargaram suas possibilidades de atuação enquanto profissional e militante lésbica. Atualmente participa ativamente nos movimentos feministas, especialmente do Fórum de Mulheres de Pernambuco e na sua dissertação, trabalhou a questão da saúde lésbica⁴¹.

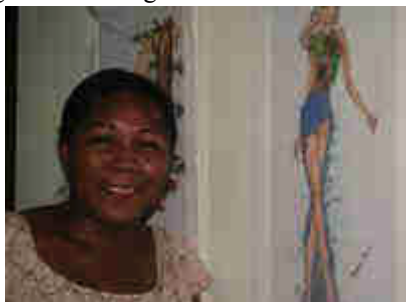
Sua contribuição nos movimentos lésbicos perpassa pela sua escrita e participação política nos diversos espaços. Ana é uma das fundadoras do COMLES, atualmente é colaboradora, contribuindo, com sua expertise, nas formações e encontros locais e nacionais, a partir da perspectiva feminista e lésbica. Prioriza sua participação em eventos que discutem as temáticas de sexualidades, gênero, feminismo e saúde, articulando suas prioridades de vida entre afetos, resistências, trabalho e militância para a desconstrução de todas as formas de opressão.

Ana Paula contribuiu ao longo do tempo com várias atuações dos movimentos lésbicos, participou de diversas edições dos SENALESBI, além de contribuir da organização das primeiras caminhadas lésbicas do Recife, dentre outras atuações nos espaços políticos que articulam os movimentos lésbicos e produção do conhecimento.

⁴¹ MELO, Ana Paula Lopes de. Título: "mulher mulher" e "outras mulheres": gênero e homossexualidade(s) no Programa de Saúde da Família. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2010.
http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1551_944_meloanapaula.pdf

3.10 Adriana Gomes da Silva

Figura 10 - Fotografia Adriana Gomes da Silva



Fonte: dados da pesquisa

Adriana Gomes considera-se negra, nascida em Salgueiro, Sertão Pernambucano, tem 36 anos, concluiu o ensino médio, cozinheira, lésbica, casada. Foi criada por seus bisavós que considerava como pai e mãe. Nunca teve muita aproximação com sua mãe biológica e seu pai foi morar em São Paulo e nunca mais voltou. Seus bisavós, já falecidos, eram agricultores, ambos heterossexuais. Na sua família teve apoio de suas tias, já em relação aos irmãos, tem contato apenas com um irmão por parte de pai.

Sua estrutura familiar favoreceu para ela se trancar em seu mundo, após ter sofrido abuso por uma pessoa da sua família e ter silenciado por receio do modelo patriarcal, em que os homens eram considerados, como ela relata, os “bam-bam-bans”.

Mas naquela época era a coisa mais comum, que homem podia tudo, se um primo falasse com você, era como fosse seu pai, seu irmão mais velho, você tinha que obedecer, eu fui criada neste mundo, então para mim foi muito difícil. (Entrevista cedida em 18/12/2018).

Depois de tudo isso, ela silenciou muito para poder sair do processo de sofrimento causado pelas violências enfrentadas e a morte do seu pai (bisavô).

Então eu passei muita coisa sozinha, durante mais ou menos 6 anos eu fiquei fechada para o mundo, porque aos 11 anos eu fui violentada e pouco depois, aos 12 anos meu pai, que era o meu bisavô, faleceu, então foi uma coisa em cima da outra, né? E aí durante seis anos eu fiquei fechada pro mundo, era aquela coisa, aquela menina que só vivia dentro de casa, se minha bisavô, minha tia não tivesse em casa as portas ficavam fechadas, eu não falava, não saía, era só de casa para o colégio, e eu me tranquei, eu só vim abrir o meu mundo quando eu conheci a minha esposa que faleceu. Foi ela que me trouxe novamente ao mundo, às vezes eu me pergunto meu Deus, o que teria sido de mim, porque a gente foi criada no mundo onde os homens mandavam né? (Entrevista cedida em 18/12/2018).

Elas tiveram sua história de amor, que durou 17 anos de casamento, adotaram uma criança e registraram juntas. Mas infelizmente por um acidente de moto ocorreu o falecimento

de sua esposa Wiliana. Elas foram o primeiro casal homoafetivo do município a oficializar a união estável. No falecimento de sua esposa, ela teve seu direito negado para receber o seguro de morte, pois a empresa negou a ela este direito, mesmo tendo união estável há anos. A empresa não aceitou pagar a indenização à sua herdeira de direito, só pagando aos pais de Wiliana.

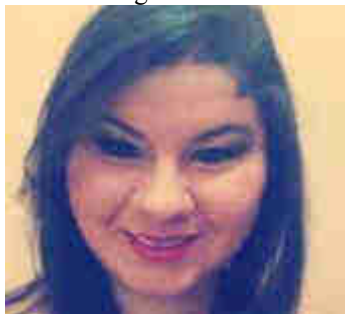
Mesmo que Adriana tenha recebido todo apoio da família de Wiliana, fazendo um acordo com eles para o repasse integral do valor, ela se sentiu lesada em seus direitos, pois além de ser a esposa, elas tinham um filho em comum e tinha todas as comprovações possíveis de sua união. Foi assim que ela se sentiu mais impulsionada na luta pelos direitos da população LGBT.

Recomeçar a vida sem a esposa e com um filho para dar conta foi bem difícil, então ela arrumou formas de sobrevivência, trabalhando de cozinheira para dar conta da sua família. Durante o processo do luto, Wiliana (falecida) e Adriana receberam homenagem na Câmara Municipal dos Vereados de Salgueiro, pela representação das suas histórias de vida e afetiva.

Adriana Gomes é uma das fundadoras da ASSERCO e articuladora dos movimentos LGBTs em Salgueiro. Sua vida é dividida entre a sua família, com o cuidado do seu filho, o seu casamento atual e a militância, onde tem se constituído cada vez mais espaços de articulação e atuação incidência de políticas públicas e espaços seguros para a com a população LGBT.

3.11 Abinéia Claudino Miranda

Figura 11 - Fotografia Abinéia Claudino



Crédito da imagem: Arquivo pessoal - Abinéia Claudino Miranda, 2015.

Eu sou sapatão. Eu gosto de ser chamada de sapatão. Até por uma forma de resistência, que enquanto muita gente vê na rua e chama de sapatão de forma pejorativa, querendo me enfraquecer eu pego isso como... isso como força. “Sim, eu sou sapatão, e daí? Eu sou uma mulher que gosta de outra mulher”. (Entrevista cedida em 11/08/2018).

Abinéia intitula-se parda, nascida em Piranhas-AL, 26 anos, bacharela em direito, especialista em educação, lésbica, solteira. Sua configuração familiar é composta pela mãe, especialista em Programação do Ensino de Língua Portuguesa, o pai, técnico em administração, com nível superior incompleto, ambos heterossexuais. Tem uma irmã por parte de pai, formada em enfermagem e recursos humanos.

Sua participação política se dá através das suas vivências, especialmente depois da efervescência de junho de 2013, conhecido como movimento “Vem pra rua”. Sua formação acadêmica influenciou o seu olhar para as causas sociais e lutas políticas nos movimentos sociais.

Abinéia é fundadora da Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco (2016) e integra a Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL. Atua na Mesorregião do São Francisco por meio da articulação de ações que visam à implementação de políticas públicas e à mobilização de pessoas LGBTs para fortalecer o movimento, visto que, no município de Petrolina a organização é recente.

Na cidade conseguiu articular pessoas para trabalhar as temáticas LGBTs, organizando diversos eventos, festas, especialmente, em diálogo com a universidade, através de formações. Organizou mostra de cinemas, a I Marcha do Orgulho LGBT de Petrolina (2016), assim como em Juazeiro (BA), município vizinho. A partir dessas ações conseguiu construir no município olhares de respeito para a população LGBT, além da construção dos movimentos no município.

Na escrita da pesquisa Abinéia me informou que iria priorizar sua formação acadêmica, saindo do seu município e desligando-se dos grupos que contribuiu, indo para outro país estudar medicina, mas na permanência da militância, no país em que reside.

3.12 Camila dos Passos Roseno

Figura 12 - Fotografia Camila dos Passos



Crédito da imagem: Katharine Trajano, 2018.

E aí nesse processo de me assumir enquanto lésbica eu também comecei a assumir os papéis... os papéis não, comecei a assumir tarefas nos movimentos sociais, principalmente nos movimentos LGBTs pra poder falar sobre isso, né? (Entrevista cedida em 11/08/2018).

Camila Roseno considera-se branca, nascida em São Paulo, 30 anos, formada em história, com mestrado em educação⁴² e em processo de doutoramento na mesma área, lésbica, solteira. Sua conjuntura familiar é composta por mãe, baiana, costureira, que cursou o ensino fundamental I, pai (falecido), cearense, foi motorista de ônibus, cursou o ensino fundamental, ambos heterossexuais. Sua irmã, paulistana, cursou o ensino médio completo e trabalha como auxiliar de serviços gerais.

Camila é a primeira da família a ingressar na universidade, construiu na adolescência que precisaria entrar na universidade como forma de emancipação e liberdade para vivenciar seus desejos. Migrou para Juazeiro/BA para cursar o 3º ano do ensino médio, convencendo a família que precisaria ir para uma cidade maior, com mais oportunidades, para entrar na universidade, influenciando toda a família a migrar com ela. Iniciou o ensino universitário em História, em Petrolina/PE, por imaginar que seria um “curso mais politizado” e daria conta de articular seus sonhos de vida e liberdade.

Sua formação política vem da participação nos espaços na universidade, através do movimento estudantil e feminista, através dos núcleos de pesquisas, construindo sua militância lésbica. Camila foi uma das responsáveis por organizar a Marcha Mundial das Mulheres, núcleo Petrolina, em 2012, fato que considera um dos grandes aprendizados na prática feminista. Sua militância caminha junto com a formação acadêmica, que para ela os dois espaços são de articulações e militância. Foi professora substituta da Universidade de Pernambuco – *Campus Petrolina*.

Em sua formação no mestrado, sofreu alguns percalços com seu projeto de pesquisa, como nos relata:

Eu entrei no mestrado em 2015, no mestrado em educação na UPE, em Petrolina, com um projeto pra pensar como uma escola da periferia, lá de Petrolina, e como os professores e professoras percebiam as relações de gênero e sexualidade na escola. Era mais um trabalho de pesquisa-ação, pensar oficinas e tudo mais. Só que 2015 é um ano que começa a aprovar os planos municipais de educação, aonde faz todos os cortes, né? De gênero, identidade, orientação sexual, identidade de gênero, e aí eu fui barrada na minha pesquisa, não consegui pesquisar na escola porque a prefeitura, a Secretaria de Educação não aprovou meu projeto, não aceitou de maneira alguma que eu pudesse executar. Inclusive a diretora da escola era super, assim, solícita, ela

⁴² ROSENO, Camila dos Passos. *Escola Sem Partido: um ataque direto as políticas educacionais de gênero no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Pernambuco, 2017. Link para acesso: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?opup=true&id_trabalho=5056712

queria fazer o projeto, ela era uma mulher feminista, de partido político, então ela tinha toda essa consciência, mas a prefeitura barrou. E aí eu comecei a estudar que movimento é esse que tá barrando as políticas públicas em gênero e diversidade sexual? E aí eu caí no “Escola sem Partido”. E aí eu fui estudar como o projeto é um ataque às políticas públicas em gênero e diversidade sexual, que começaram em 2003, a partir do governo Lula e depois no governo Dilma, até o golpe, até 2016. Então eu faço um balanço das políticas públicas que a gente teve, no mestrado e penso, né? Como é que esse movimento “Escola sem Partido” se estrutura, e como ele afeta o que nós garantimos de políticas públicas nesses últimos anos. (Entrevista cedida em 11/08/2018).

Com os entraves políticos para realizar seu projeto do mestrado, ela se sentiu forçada a adequar o seu projeto de pesquisa para concluir o mestrado, inclusive o município foi um dos que teve uma normativa institucionalizada através do Projeto de Lei nº 132/2017⁴³ do vereador Elias Jardim (PHS) que coíbe a discussão sobre a “ideologia de gênero”, fazendo com que ela adequasse seu projeto para entender o “Movimento Escola Sem Partido”.

No doutorado investiga as professoras lésbicas que atuam na educação básica no Nordeste, fazendo da sua atuação na academia, também sua militância política, migrando para o Sudeste para continuar sua formação, sua militância e articulação entre movimentos sociais e produção do conhecimento.

3.13 Michely Farias Rocha

Figura 13 - Fotografia Michely Farias Rocha



Crédito da imagem: acervo pessoal da interlocutora, 2018.

Michely reconhece-se enquanto branca, nascida em Taquaritinga do Norte - PE, 24 anos, formada em Psicologia, cursa pós-graduação em Saúde Pública, lésbica, namorando. A sua configuração familiar é denominada por ela como matriarcal, a mãe é assistente em uma confecção de roupas, evangélica, o pai (falecido) era comerciante, ambos heterossexuais. O

⁴³ <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/projeto-de-lei-que-proibe-discussao-de-ideologia-de-genero-nas-escolas-e-aprovado-na-camara-de-petrolina-pe.ghtml>

irmão é estudante de graduação em Letras Clássicas. Em sua família não houve influência política partidária ou de movimentos sociais de forma direta.

De sua família é a primeira a ingressar na universidade e concluir a graduação, tendo grande influência das mulheres fortes de sua família que são suas referências, mesmo não tendo formação acadêmica, tinham a formação da vida e de resistência para influenciá-la para se tornar uma mulher forte e desbravadora.

Eu venho de uma família matriarcal. Fui criada por mulheres, sempre tive mulheres na minha volta, na minha criação, mulheres fortes, que tinham uma trajetória dissonante um pouco da realidade delas, por exemplo, minha avó, ela só teve quatro filhos, numa época em que as mulheres tinham muito mais filhos, e é uma coisa que ela sempre me contava que é porque ela dizia: “não, é porque eu não queria mais filho mesmo, então foi quatro e pronto!” E ela se divorciou também, ainda na década de 1980. A minha tia, que eu tenho também como uma referência, embora ela não se diga feminista e tal, mas pra mim ela é um exemplo, porque ela também escolheu não casar, não ter filhos, é... enfim, ela tinha uma vida que as pessoas... a sociedade já coloca: ah, é a puta, não casou, ficou pra tia mesmo! E aí, enfim, ela nunca... ela sempre foi muito forte nesse sentido, e aí foi muito meu exemplo. (Entrevista cedida em 11/07/2018).

Sua militância se dá no Agreste de Pernambuco, especialmente nas cidades de Caruaru e Garanhuns, através da articulação da Marcha Mundial de Mulheres e do Coletivo Lutas e Cores, fundado em 2014, no qual participa desde 2016, junto com outras companheiras pensando as pautas lésbicas. Ainda que os municípios mencionados não tenham ainda implementado políticas direcionadas para as lésbicas, elas têm pautado a necessidade do olhar para que as especificidades lésbicas sejam reconhecidas e incorporadas nas políticas para as mulheres.

Atualmente é conselheira estadual do Conselho Estadual dos Direitos para a população LGBT do Estado de Pernambuco e tem sua militância na Marcha Mundial de Mulheres, na organização do setorial de lésbicas e mulheres bissexuais, que vem se desenhando desde 2017, como bandeira de luta, reverberando a nível nacional e local.

3.14 Verônica Maria Ferreira

Figura 14 - Fotografia Verônica Maria



Fonte: dados da pesquisa

Ao entrar no movimento estudantil eu vi uma coisa que foi muito importante na minha vida que essa vivência era possível, né? Porque até então pra mim não era, porque eu morava no interior e isso tava me reprimido, morava na casa da minha tia, também. Mas quando eu entrei no movimento estudantil aí se abriu assim um mundo dessa possibilidade. (Entrevista cedida em 15/08/2018).

Verônica Ferreira considera-se parda, nasceu em Jaguaruana, interior do Ceará, 38 anos, doutora em serviço social⁴⁴, lésbica, solteira. Sua família é composta de trabalhadores de uma fábrica de redes, seus pais ambos heterossexuais. Saiu do interior para continuar seus estudos, na capital, em Fortaleza.

Sua participação nos movimentos sociais vem do movimento feminista, especialmente da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, Fórum de Mulheres de Pernambuco-FMPE. Esteve muito próxima do Grupo DIVAS, mas nunca se debruçou diretamente em grupos denominados como movimentos de lésbicas.

Sua influência política se deu através do ingresso na universidade, logo articulando-se no movimento estudantil, que direcionou seus estudos para entender as questões relacionadas às mulheres, aos debates feministas e à atuação política.

Ela é mais uma mulher que migra do interior para a capital para estudar e ampliar as possibilidades de estudos, trabalho e vivências, com ela nos relata:

O mundo da universidade que é uma coisa que se abre, né? Eu entrei logo no movimento estudantil. E o curso de serviço social é um curso majoritariamente de mulheres e tem muitas lésbicas, né? É reconhecido inclusive nacionalmente por essa presença (risos). Então foi como se tivesse se aberto um arco-íris assim pra mim.” (Entrevista cedida em 15/08/2018).

Verônica contribui com debates de forma teórica e empírica, sendo uma lésbica que atua no movimento feminista. Nos últimos tempos tem refletido dentro do Fórum de Mulheres de Pernambuco a lesbianidade, como a roda de conversa que ocorreu no ano de 2018, sobre a temática.

Enquanto pesquisadora tem contribuído junto a outras pesquisadoras do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, com traduções de autoras lésbicas⁴⁵, além dos eventos e encontros que tem potencializado a perspectiva teórica e de militância acerca da existência lésbica.

⁴⁴ Em 2018 teve sua tese “Apropriação do Tempo de Trabalho das Mulheres nas Políticas de Saúde e Reprodução Social: Uma Análise de suas Tendências” premiada através do Prêmio Capes de Tese - Edição 2018. www.ufpe.br/edufpe/-/asset_publisher/syHPkJEZnkhC/content/tres-teses-defendidas-na-ufpe-conquistam-premio-capes-de-tese-edicao-2018/40615

⁴⁵ O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu / Organizadoras: FERREIRA, ÁVILA, FALQUET e ABREU. Recife: SOS Corpo, 2014. 188p.

Suas escolhas de vida têm forte influência da militância, trabalho e pesquisas que têm contribuído para debates e construções do conhecimento, atentando nos últimos anos para a temática das sexualidades, especialmente sobre as lesbianidades, também como prática política nos movimentos feministas, intencionando olhar para além do heterofeminismo.

Verônica reconhece a ampliação do olhar em torno das sexualidades como avanço para as interlocuções necessárias entre feminismos e lesbianidades, assim como para o fortalecimento de práticas políticas dos movimentos de mulheres.

3.15 Renya Carla Medeiros da Silva

Figura 15 - Fotografia Renya Carla Medeiros da Silva



Fonte: acervo pessoal da interlocutora, 2019.

Renya considera-se parda, nascida no município de Passira, 39 anos, técnica agrícola de formação, hoje prefeita do município, lésbica, casada. Filha de agricultores, da zona rural de Passira, ambos heterossexuais. A família é composta por 04 (quatro) filhos, sendo três mulheres e um homem.

Renya teve um contexto familiar difícil, por ser da zona rural e ter precisado migrar para outra cidade do interior para estudar em escola com regime de semi-internato, retornando a sua cidade às sextas-feiras. Ela nos relata um pouco de sua trajetória de vida e política:

Trabalhei na prefeitura de Passira um ano e oito meses, como técnica agrícola, em 1997 a 1998. Fui exonerada e aí vieram às dificuldades, né? Aí fui trabalhar de lotação, como motorista de *Toyota*, fazendo lotação da zona rural pra zona urbana. Passei um bom período, uma boa parte da minha vida trabalhando como motorista de carro de lotação... Fui caminhoneira, passei dois anos e oito meses na estrada. Viajava daqui de Passira pra Belém, pra buscar madeira no caminhão, aí passei dois anos e oito meses, depois desse período não quis mais ser caminhoneira e aí ingressei para dar assistência técnica ao PRONAF, que é um programa no Governo Federal, que dá crédito para os pequenos e médio produtores. E aqui em Passira como é uma área muito grande, tem uma área agrícola muito boa, eu fui, fiz um trabalho junto com muitos agricultores e pecuaristas, e fiz a parte técnica. Eu fazia o projeto e dava assessoria técnica. Eu trabalhei junto com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil. E aí eu andando muito, nos quatro cantos do município, conhecendo pessoas e sempre conversando, as pessoas conversavam muito sobre política também, na verdade eu nunca tive interesse de ser política, na verdade. Mas assim, quando a gente conversa com as pessoas a gente vê que há uma necessidade

de pessoas que pudessem está mais próximas do povo. E aí me colocaram na cabeça, pra eu ser candidata a vereadora. Eu disse: não, não quero! E aí chegou aos ouvidos de um ex-prefeito da cidade, Dr. Miguel, no ano de 2012, foi quando houve a eleição. Aí ele me chamou, me convidou, por pouco eu não aceitei, mas pensei duas, três vezes, aí fui candidata a vereadora pela primeira vez, fui eleita, trabalhei 4 anos como vereadora de oposição, que o prefeito que a gente apoiava não ganhou. E aí me surgiu à oportunidade também de ser candidata a prefeita, porque seguindo uma linha política diferente, de não me corromper, como aqui tem o costume de compras e vendas de vereadores, de lideranças, e aí eu fiquei firme na minha posição, passei 4 anos com muita dificuldade, mas fiz um trabalho que acredito que o povo de Passira confiou e me elegeu prefeita do município. (Entrevista cedida em 29/06/2018).

Com toda sua trajetória de vida e trabalho, ajudou Renya a construir mobilidade de vida, mesmo vindo do contexto de uma cidade pequena e da zona rural. Sua história política se inicia na organização do movimento LGBT de Passira, com a fundação do Coletivo LGBT de Passira, em 2011. Quando eleita para os mandatos executivos, por questões éticas, afastou-se das ações cotidianas dos movimentos LGBT, mas que contribuiu para maior entendimento sobre as pautas dos direitos humanos, o que tem sido prioridade nas suas ações enquanto prefeita.

Renya é a primeira lésbica prefeita no Nordeste, eleita em 2016. Mesmo em um contexto da zona rural, ela conseguiu dialogar com as pessoas, mostrando que trabalho e capacidade não têm nada a ver com orientação sexual, nem tampouco com o sexo. Porém, em seu percurso sofreu alguns percalços:

A minha vida política não é fácil. Primeiro, eu fui candidata a vereadora, pela primeira vez. Aí o pessoal, como é de cidade de interior, a maioria na política é homem, né? Quando se elegem, aqui a câmara municipal são 11 vereadores, na maioria das vezes era uma vereadora. Eu tive o privilégio de ser a segunda, né? No caso, na minha gestão como vereadora tinha duas vereadoras na Câmara Municipal. E aí a gente sofria muitos preconceitos, inclusive muitas piadinhas dos próprios vereadores. O Fórum de Mulheres do Agreste de Pernambuco teve que fazer uma nota de repúdio a esse vereador, por tanta discriminação e muitas piadinhas. Eram nove vereadores e duas vereadoras, mas eles tinham esse tipo de comportamento. Aí veio à minha trajetória pra campanha de prefeita. Aí foi pior. Primeiro o meu opositor ele tinha tido cinco mandatos de vereador, eu só tinha tido um, ele já era prefeito e eu era vereadora, e aí, ainda mais por ser mulher, ser vereadora no primeiro mandato e lésbica. Aí pronto, foi tudo prato feito pra eles. Mas ele era batendo e eu não rebatia nada. Quanto mais ele falava a população me elogiava, de certa forma me apoiavam. E eu passei essa credibilidade pro povo e mostrei que pra estar prefeita não é preciso a pessoa ser casada com um homem, manter uma vida com um parceiro, não! A vida pessoal nossa é independente da vida política, certo? Agora, eu acredito que essa questão do preconceito dos meus opositores, eu acredito que pode ter sido a minha vitória. (Entrevista cedida em 15/08/2018).

Importante perceber que mesmo Renya não tendo a influência política da família, ela trilhou caminhos importantes para que outras mulheres se espelhem em sua trajetória de vida e percebam que é possível ter mobilidade social para conseguir os espaços almejados. Mesmo

com os preconceitos tidos em uma casa que deveria primar pelo respeito às pessoas, há o preconceito, a lesbofobia institucional, mas também há resistência política para o enfrentamento da misoginia, da lesbofobia e de quaisquer formas de discriminações, fazendo com que a população entendesse que sua força política não está condicionada a orientação sexual, mas a pessoa em sua atuação integral, o que resultou na conquista do respeito da população passirense.

A prefeita teve apoio dos movimentos de mulheres e LGBTs, o que contribuiu com sua eleição para os dois mandatos. O fato de seus opositores falarem muito dela na cidade, de certa forma cumpriu o ditado popular “falem bem ou mal, mas fale de mim”, o que proporcionou que as pessoas conhecessem seu trabalho e sua força política enquanto uma mulher que estava tentando desconstruir o modelo “masculinista” de se fazer política, especialmente, quando se fala da zona rural.

Sendo Renya a primeira prefeita lésbica⁴⁶ do Nordeste, o caso teve grande repercussão no movimento LGBT local, nacional e internacional. Durante a escrita desta dissertação, ela foi convidada a participar do IV Encontro de Lideranças Políticas LGBTI das Américas: a democracia exige igualdade, realizado no mês de maio/2019. Ela expressou em sua rede social:

O preconceito cria barreiras, mas o respeito ergue pontes. E a nossa ponte vai ligar Passira, no interior pernambucano, a cidade de Bogotá, na Colômbia. Nessa viagem internacional levarei na bagagem a nossa luta diária por respeito e igualdade. Com orgulho, divido o motivo com vocês. Recebi o convite para ser palestrante no IV Encontro de Lideranças Políticas LGBTI das Américas. Aceitei e sigo para ser conferencista do painel “Cidades amigáveis para pessoas LGBTI”. O evento tem como tema: “A democracia exige igualdade” e lá debateremos as conquistas e os desafios, com foco na universalização do RESPEITO. Terei a oportunidade de representar o País, ladeada por vários prefeitos, a exemplo de Christopher Cabaldon, de West Sacramento (Estados Unidos); Julie Lemieux, prefeita de Très-Saint-Rédempteur (Canadá), e Julián Bedoya, prefeito de Toro (Colômbia). Publicado no perfil da prefeita no *facebook* em 29/04/2019. <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2209913185764479&set=pcb.2209913202431144&type=3&theater>

A atuação de Renya tem sido pautada por uma cidade longe dos preconceitos, o que tem sido alvo de críticas dos conservadores e até ameaças de morte, por sua gestão ser pautada em diálogos com os movimentos sociais diversos, pensando uma cidade que inclua as pessoas, através do respeito e equidade.

⁴⁶ http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2016/10/22/interna_politica,671379/mulher-lesbica-e-agora-prefeita.shtml
<http://robertoalmeidasc.blogspot.com/2016/10/lesbica-assumida-e-prefeita-eleita-de.html>
<https://www.folhape.com.br/politica/politica/noticias/2016/11/03/NWS,4792,7,479,POLITICA,2193-RENYA-PREFEITA-QUE-QUEBROU-PARADIGMAS.aspx>

A representatividade da prefeita, enquanto uma parlamentar lésbica, que não esconde sua vida, com sua esposa nas redes sociais e nas ações cotidianas, tem sido um avanço para o estado e município e tem erguido pontes, como a mesma relata em sua publicação, para um diálogo internacional para as causas LGBTs.

3.16 Daniele Felix de Melo Silva

Figura 16 - Fotografia Daniele Felix Melo



Fonte: Acervo pessoal de Daniele Felix Melo, 2018.

Daniele Melo considera-se branca, nascida em Passira – PE, 25 anos, sanitarista, lésbica, atualmente noiva. Filhas de agricultor e agricultora, ambos heterossexuais. Tem um irmão de 23 anos que é estudante.

Daniele é mais uma mulher, que migra da sua cidade para estudar em outro município. Neste caso ficando na mesma região, devido à interiorização do *campus* das universidades federais.

Sua militância tem início através das amigas que a convidaram para participar da reunião do Fórum de Mulheres do Agreste. Logo em seguida, com a entrada na universidade, no mesmo período, ingressa no movimento estudantil. Daniele começou a conhecer de perto o movimento feminista e o movimento LGBT, como nos relata:

Aí eu comecei a me interessar mais pelo movimento LGBT, e eu participo do Coletivo LGBT de Passira, eu acho que tô há dois anos e meio, três anos e conheci a partir do coletivo LGBT de Passira, algumas pessoas do COMLES. E a partir de Ana também, conheci o COMLES. Eu acho que a primeira pessoa que eu conheci do COMLES foi tu, quando você foi pra aula de ética... você lembra? A aula de ética, da disciplina de Ana. Pronto, a partir daquele dia foi que eu comecei a me interessar pelo movimento, que eu fiz uma apresentação de gênero. A partir daquele momento, tu foi minha referência, inclusive, você e Ana, foram as minhas referências para o movimento lésbico de Pernambuco. Depois eu conheci Rivânia, depois eu conheci a outra Ana também e a gente começou a conversar, eu entrei no grupo do COMLES... eu acho que foi... não sei se foi... foi você que me adicionou no COMLES, só que como eu moro em Passira, é muita dificuldade de participar das pautas, porque a pauta lésbica é uma pauta que me interessa muito. Mas a pauta da saúde é uma coisa que a gente não vê hoje ser discutida, assim como no

movimento feminista, a lesbianidade não é algo discutido e por quê? Se eu existo, porque que não tem essa discussão? (Entrevista cedida em 29/06/2018).

Daniele participa do Fórum de Mulheres de Pernambuco, porém tem constatado que as pautas lésbicas ainda são pouco discutidas nos movimentos feministas, o que tem impulsionado para que ela participe do ativismo feminista, a fim de refletir sobre as bandeiras da lesbianidade, que ela considera prioritárias. Na sua militância também integrou o primeiro Diretório Acadêmico de Saúde Coletiva de Pernambuco no Centro Acadêmico de Vitória – CAV – UFPE. Ela é uma das fundadoras do Coletivo Celeste, grupo feminista que atua no espaço universitário, além de junto com outras companheiras fundou Coletivo de Mulheres Passirenses.

As atuações nos grupos de militâncias contribuíram para sua atuação no Agreste de Pernambuco, onde sua trajetória caminha pelos municípios de Vitória, onde fez sua graduação. Em Passira, onde reside, continua sua militância, que vai desde a articulação dos movimentos feministas, de lésbicas e mulheres bissexuais, até sua formação acadêmica de pensar em seu trabalho de conclusão de curso, sobre a saúde das lésbicas no Sistema Único de Saúde - SUS⁴⁷.

3.17 Ana Marta Vieira dos Santos

Figura 17 - Fotografia Ana Marta Vieira dos



Fonte: dados de pesquisa

Ana Marta se assume como negra, nascida em Recife, 46 anos, professora, hoje atua como assessora técnica para o governo do Estado, lésbica, atualmente namorando. Sua família é composta pelo pai (já falecido), que era marítimo, e a mãe, dona de casa. Do casamento heterossexual nasceram três filhos, todos estudantes.

⁴⁷ SILVA, Daniele Felix de Melo. Trajetórias de atendimento e cuidado nos Serviços de saúde a Lésbicas e Bissexuais do agreste Pernambucano. TCC - Saúde Coletiva. UFPE, 2018. O trabalho pode ser acessado pelo link: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26020>

Ela vem construindo sua militância em Pernambuco inicialmente através do Grupo Gay de Pernambuco – GGP e depois no Movimento LGBT Leões do Norte, em que tem sua militância até hoje. Atualmente tem atuado de forma mais independente, mobilizando mulheres por meio de ações de esportes, na modalidade do futebol de mulheres. Com isso, ela tem agregado mulheres para além da atividade esportiva, realizando ações educativas sobre as questões políticas embasadas no amor entre mulheres.

Ana Marta construiu sua militância no Movimento Leões do Norte e em outros espaços de movimento social como o COMLESBI, assim como nos espaços de controle social no Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais. Durante a pesquisa ela está como técnica no governo do Estado, através da Secretaria de Segmentos Sociais/SESES e Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude/SDSCJ do Governo do Estado de Pernambuco.

3.18 Lucineia Maria da Silva (Kássia Silvestre)

Figura 18 - Fotografia Lucineia Maria da Silva (Kássia Silvestre)



Fonte: dados de pesquisa

Lucineia Maria da Silva, conhecida em sua cidade como Kássia Silvestre, por questões familiares tem esse dois nomes, porém, ela se identifica muito mais como Kássia. Nascida em Joaquim Nabuco, Zona da Mata do estado de Pernambuco, considera-se parda, tem 39 anos, é bióloga e Agente Comunitária de Saúde, lésbica, solteira. Sua configuração familiar é composta pelo pai, comerciante, e a mãe, dona de casa. O casal teve dois filhos homens, ambos comerciantes, uma filha, vigilante, e outra filha que é uma dona de casa que tem nove filhos.

Sua vida passou por diversos momentos, tendo a influência muito forte inicialmente da igreja evangélica, até os seus 12 anos, gerando a ela um entendimento de que a Igreja Católica tinha relação com o mal, pelas imagens, assim ela foi ensinada, então gerou um afastamento enorme deste espaço. Porém, a partir dos 13 anos, teve contato com a Igreja Católica e

construiu seu campo religioso mais fortemente, chegando a estudar para ser freira, porém identificou que não era esse caminho que ela queria, por começar a entender que precisaria conhecer melhor seus desejos.

Construiu uma liderança forte no município, através da militância com a juventude na Igreja Católica, até se questionar sobre sua sexualidade e ter uma experiência lésbica, então a primeira pessoa que ela se abriu foi com o padre, que na época apontou que era uma prática “errada”, dizendo que ela precisava se afastar dessa situação para continuar suas ações na igreja, especialmente, por ela ser uma representante da igreja e como tal exercia influência entre os/as demais jovens. Mas ela decidiu se afastar da igreja, com muito sofrimento, pois para ela era um trabalho muito importante, enquanto ser humano, militante e religiosa.

Saindo da igreja, com muito pesar, por toda sua representação dentro da comunidade, continuou construindo sua vida e trabalhando sua liderança junto à comunidade, por meio de sua profissão e pela respeitabilidade construída no município.

Lucineia (Kássia) entende que sua liderança começou muito forte dentro da igreja, especialmente em trabalho com a juventude, pelos trabalhos sociais com as comunidades mais carentes em relação ao uso de drogas, dentre outros.

Kássia construiu sua militância sem estar vinculada a um grupo de lésbicas ou LGBT, mas pela sua trajetória de vida, religiosa e profissional, ficou conhecida na cidade como uma referência lésbica. Por isso é procurada para tirar dúvidas sobre saúde, orientação sexual, agregando pessoas para ações nos grupos da cidade que têm dado contribuições importantes à população lésbica, como o Centro de Mulheres, espaço que tem se aberto para acolher as demandas das lésbicas, através da Associação da Mata Sul de pessoas LGBT - AMA, que é uma organização que tem pautado as discussões mais amplas da população LGBT, onde ela é sócia.

Como a própria Kássia menciona, há uma diferença entre a organização dos movimentos na região metropolitana e no interior por questões de visibilidade dos grupos e tempo de militância, no entanto, essas são questões têm mudado nos últimos anos. Sua história de ativismo vem desde 2004, e desde então tem ocupado espaços importantes, como o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho da Mulher e tem participado de eventos do mundo LGBT, como as conferências, para ter maiores diálogos com as pessoas do Estado que tem pautado tais questões como movimento político.

3.19 E são tantas histórias, memórias, resiliências:

Vimos que as narrativas de vida das interlocutoras/pensadoras tem se pautado por diversos perfis que são trilhados pelas relações de ativismo, que vem desde o entendimento de uma pauta individual, mas também da coletividade, que se passa pela construção da identidade enquanto indivíduo e se constrói a partir de dores que vão se enlaçando nas existências.

A construção da identidade lésbica vem se constituindo pela ausência de direitos inicialmente nas famílias, como local inicial de socialização, causando conflitos, violências, dores, sofrimentos. No entanto, essas trajetórias de sofrimentos e exclusões se transformaram em força e resistência na construção do *self* no objetivo simples de querer existir, com as expressões dos seus desejos, através da autoaceitação e respeito de si, mas, sobretudo, na tentativa de construção do respeito e acolhimento nas famílias.

As narrativas de vida mostram que a construção da identidade perpassa inicialmente pelo reconhecimento e aceitação dos desejos, tentando entender do que se trata, então passa por uma luta individual e meio solitária, que se dar através dos reconhecimentos dos desejos e autoaceitação, para depois se construir um sujeito político e coletivo, juntamente com as pautas dos movimentos lésbicos.

Dar vozes a essas narrativas faz parte da construção das memórias individuais (BOSI, 1979; CANDAU, 2014) que são extremamente importantes para as memórias delas enquanto sujeitas políticas que tem lutado por uma sociedade mais justas, mas também para os movimentos lésbicos, como memórias vivas, pois é através delas que vão se constituindo as memórias coletivas.

No entanto, para a construção do sujeito político lésbico, foi necessário percorrer um longo percurso nas relações mais íntimas, especialmente na construção do *self*, pois a lesbianidade difere das normas impostas nas socializações, então passa pelo processo de autoaceitação inicialmente, para depois se construir enquanto uma sujeita que transgride normativas ditadas pelas sociedades patriarcais, tentando a aceitação da família.

Várias questões aparecem em campo como os nós das violências, passadas por várias interlocutoras/pensadoras, para poder se constituir enquanto sujeitas de direito dentro e fora das suas famílias. Neste momento para não expor as interlocutoras/pensadoras, as falas aparecem sem qualquer referência que possa identificá-las.

3.20 Indagações das sexualidades e relações de gênero

Algumas interlocutoras/pensadoras colocaram como se refletiu no dia-a-dia os questionamentos em torno da expressão da sexualidade que era diferente da socialização recebida na infância, gerando conflitos internos e dúvidas dos sentimentos e desejos. Nesta pesquisa em sua maioria tais apontamentos aconteceram na adolescência ou na fase adulta com questionamentos:

Mas será que aquilo que eu sentia pela minha melhor amiga quando eu era adolescente já não era uma paixãozinha de adolescente?
Será que aquela professora que eu admirava era mais do que admiração?
No ensino médio, eu sempre... foi a primeira vez que eu tive dúvida, assim, sobre a minha sexualidade. Mas na época eu... é... vamos dizer, eu abafei. Eu disse: Não, não é isso, e tal... sempre aquela coisa de você se apaixonar por sua melhor amiga do ensino médio, e aí eu ficava, mas não é isso. Eu só gosto dela como amiga, não, não é não.

As indagações sobre a expressão da sexualidade vêm de forma parecida, com o sentimento de afeto, desejo e ciúmes pelas amigas, paixão, admiração pelas professoras, gerando confusão entre paixão e amizade, só descobrindo mais tarde o interesse com conotação sexual. Algumas delas, ainda na adolescência vivenciaram os desejos, outras esperaram a fase adulta e maior independência, especialmente financeira. Algumas tiveram relações heterossexuais, querendo ainda confirmar os desejos e a tentativa de se adequar aos padrões heteronormativos.

Algumas entenderam como uma expressão do desejo, podendo senti-lo ainda na adolescência, outras abafando a situação através da culpa que causava, alegando não ter em quem se espelhar para vivência a lesbianidade, levando a negação: “Eu sei também que durante muito tempo foi uma luta nessa negação dessa vivência, desse lugar porque minha família, nunca colocou isso como uma possibilidade, né?”

Tem um caso que foi diferenciado onde ela se entende como lésbica desde criança:

Eu sou lésbica desde criancinha, sempre meu desejo foi orientado pra mulheres. Fui apaixonada pela minha professora da segunda série, da sexta série, várias professoras, pelas amigas das minhas primas... (risos) Mas nunca pude viver isso numa cidade do interior porque era muito difícil, né? Eu lembro que uma única vez que eu tava bem apaixonada por uma amiga minha do colégio, que minha mãe desconfiou, ela já me deu uma indireta assim “parece que essa menina gosta de meninas”, mas foi um recado para mim, né? Então eu nunca vivi nenhum tipo de relação quando eu morava lá. Também não vivi com meninos. Já que eu não podia viver com as meninas, isso eu penso retrospectivamente, né? Também não vivi com meninos.

Neste caso específico mesmo se considerando lésbica desde criança, só veio vivenciar a lesbianidade na fase adulta e depois que entrou na universidade, especialmente por morar

em cidade do interior e ter a família por perto, então esperou migrar para outra cidade para não enfrentar a família, no entanto, recebia olhares questionadores por não se relacionar com homens.

O lugar da socialização e reconhecimento da sexualidade se deu também ainda na escola, “minha primeira experiência com mulheres as 16 anos na escola. Já havia tido relações sexuais com homens”, outras relatam ser na universidade o primeiro contato sexual com mulheres, por entender que pela independência poderia se permitir viver algo diferente do que a família apontava, assim como a independência financeira, são fatores que favorecem a autonomia.

Questões de gênero também apareciam desde a infância como um processo de socialização normativo, mas também de vigilância: “Até as brincadeiras com as meninas tinha vigilância, especialmente quando se tinha um comportamento mais masculinizado, havia a vigilância dos pais”.

A vigilância nas brincadeiras pode ser configurada como regulação de gênero, mas também como controle da sexualidade, especialmente com meninas que performatizam as masculinidades, como um lugar de “perigo” para as meninas que cumprem os papéis da “feminilidade”, sendo um perigo latente nas expressões da sexualidade entre as meninas, na infância e na adolescência.

Em alguns casos para assumir o desejo por outra mulher precisaria assumir os trejeitos assumidos pelo papel “masculino”:

Teve um dia que eu cheguei: mãe, eu tô apaixonada por uma mulher. E aí minha mãe parou e disse: “ah, mas você não tem jeito. Você não parece homem.” Aí eu disse: minha mãe, eu não preciso me portar, me vestir como um homem pra gostar de uma mulher. Eu simplesmente gosto, tô apaixonada por ela.

Pela regulação dos corpos e gênero, algumas também eram taxadas como mulher-macho:

Me tornei na verdade uma mulher rebelde. Conheci muitas coisas depois dessa minha descoberta homoafetiva. Na verdade se você perguntar e sua família? Minha família na verdade sempre soube, mas nunca disse. Porque onde eu morava, meu apelido lá era “mulher-macho”, era “macho e fêmea”, né? (risos) Era aquela mulher, macho-fêmea. Então na verdade eu sempre procurei me autossustentar.

Percebe-se que as configurações das normativas de gênero se relacionam com a expressão da sexualidade. As meninas que expressam papéis ditos masculino são taxadas de lésbicas, sapatão, mulher-macho, havendo maior controle das relações entre as meninas, com o “perigo” de ser lésbicas e influenciar as demais.

As diversas configurações familiares nos levam a crer que as famílias ainda são

constituídas a partir da perspectiva heteronormativa (RICH, 1980), com a influência das moralidades das religiões judaico-cristã que impõe a culpa como forma de coerção social, para inibir práticas que estão fora das normatividades impostas pela sociedade patriarcal, especialmente quando se fala das sexualidades.

3.21 Violências nas famílias

Ao que concerne as violências nas famílias, várias interlocutoras/pensadoras mencionaram diversas violências por aparentarem ou se assumirem lésbicas. As violências vão desde as simbólicas, psicológicas, físicas, por não aceitarem a orientação sexual diferente do que ainda é exigido das mulheres.

Dentre tantos casos, um dado importante que aparece é que a maioria das violências foram realizados pelas mães, que pelos papéis de gênero imposto, são as responsáveis pela educação, colocando-se como a guardiã moral da família, chegando à violência física como forma de “correção” para a orientação sexual:

Então, essa vida da lesbianidade dentro da minha casa foi uma coisa muito difícil, porque minha mãe não aceitava, ninguém aceitava, né? Passei por muita violência e por muitas violações de direito, houve um dia onde que a minha mãe perdeu toda a paciência e que quebrou meu braço e aí eu fui sair de casa e só voltei depois de dois anos, né? Minha juventude, então era uma mulher muito difícil, muito carrasca, meu pai era um amor, mas até hoje eu moro com ela.

Nesse caso o pai é posto pela interlocutora/pensadora como o acolhedor, enquanto a mãe tratou de tentar “corrigir” a filha por meio das violências. Esse caso é bastante emblemático, onde só foi resolvido com a independência financeira. Depois ela passou a ser mais aceita, sendo até hoje a principal responsável financeira pela família, porém a afetividade ela diz que não existe tanto, sendo potencializada apenas a dependência financeira e das resoluções dos problemas da casa.

Outras situações são mencionadas como forma de punição, como o corte do suporte financeiro, mesmo que seja para a formação, trancando a faculdade, levando para perto da família, que tem a formação toda evangélica, visto como um suposto “salvamento” da lesbianidade, como veremos:

E foi uma pressão enorme, porque minha mãe fazia parte do conselho da igreja, então foi uma confusão, a igreja toda ficou sabendo, ficou a fofoca na cidade toda “fulana é sapatão, é sapatão!” Então minha mãe ela achou melhor me tirar da faculdade, ela trancou minha faculdade, eu tava já indo pro quinto período, a metade da graduação. Ela achava assim, que eu estando perto da família iria mudar algo... em partes ela

quis voltar por conta que ela tinha se separado do meu pai e achou melhor encontrar esse apoio na família. E ela achava que eu estando com a família eu ia mudar de ideia, já que eu cresci no mundo deles eu acho que eu tive uma boa infância, e eu precisava muito da família. E eu lembro que eu disse assim pra minha mãe: você tá me levando pra um covil de lobos e eu sou a carne fresca da cidade, porque ninguém me conhece. E eu fiquei um pouco mais de um ano revoltada, comecei, eu dei trabalho porque eu quis... porque eu tava triste, fui separada de amigos, da cidade que eu fui criada, me separaram da mulher que eu gostava e até que por muitas coisas, por pressão de igreja, mainha ficava querendo me exorcizar, ficava com essa campanha de oração por mim, e muitas coisas também da família eu tentei me suicidar. A semana toda eu tava fazendo coquetel de remédios e tomando com álcool... até que um dia eu fiquei toda inchadona e me levaram pro hospital pra fazer a desintoxicação. E eles abafaram toda essa conversa. Quando perguntavam por mim a mainha ela dizia: “ah, ela tá viajando”, mas eu tava internada. E depois disso eu cheguei... sim, e quando ela descobriu né? Ela me levou pra um psicanalista que é pastor, uma psiquiatra evangélica pra tentar mudar isso da minha cabeça. E aí quando eu tentei me suicidar em 2011, ela ainda tentou me levar pra um sanatório, aí eu comecei a chorar, entrei em crise. E eu disse: por favor, não, me deixe aqui. Se você me deixar aqui eu vou piorar. Até que ela não me internou, me levou pra casa e aí me levou pra um novo terapeuta e eu fiquei tomando remédio, tudo bem. E aí tava muito infeliz, eu não tava indo pra faculdade... aí fiz o vestibular novamente, pra transferir, a família ficou toda em festa, porque eu passei no sétimo lugar e eles achavam que eu ia continuar minha vida e eu tava infeliz. Eu disse assim: eu não suporto essa faculdade. Então eu não ia pra faculdade, meu pai pagava e eu não ia, quando eu ia chegava atrasada, e eu disse pra minha mãe: eu não vou estudar mais. Se você quiser que eu estude, me deixe voltar pra outra cidade, ou então eu vou ficar aqui e você vai me sustentar. Eu disse pra ela: eu não tô feliz. Tá vendo todo o que tá acontecendo comigo? Aí ela conversou com meu pai e deixaram eu voltar. Só que mesmo assim, sempre por mais que estivesse longe, aquelas coisas “procure uma igreja”, “você tá no caminho errado.” Tudo isso, pressão, pressão, e eu sempre tentando resistir, que não tinha mal nenhum gostar de mulher, e eu ficava: que casamento é esse que a senhora quer que eu tenha se painho vive te traindo, a senhora não faz nada, deixou o casamento mas nunca reconheceu a união de duas pessoas que se amam, que ninguém tá traindo... e aí eu sempre tentei essa resistência. Até hoje eu falo com meu pai em casa, hoje não tem mais brigas, porque eu já cresci. Eu me formei, eu pago as minhas contas, então... ela só fala assim: “eu quero tanto que você volte pra igreja, arranje um marido, case” mas quando começa a briga aí eu paro ela para porque a gente também se gosta, tem esse negócio de mãe e filha.

A saída para a “libertação” da moça seria a religião, o casamento heterossexual como resolução da lesbianidade. O sofrimento causado pela não aceitação da orientação sexual, levou a tentativa de suicídio, onde foi preciso tratamento psiquiátrico, para cuidar da tristeza profunda que a tomou. Além da tentativa de interná-la para que ela se “curasse” da lesbianidade. Ela menciona que mesmo que esse caso tenha passado, ainda tem resquícios na sua vida, pois mesmo na construção da afetividade nas relações familiares, existem marcas que ficaram.

Mais uma história que ocasionou sofrimento extremo, chegando à dor profunda e a vontade de cometer o suicídio, veja:

Até aí eu andava muito com minha irmã, eu sou filha de um casamento, meu pai teve dois casamentos anteriores, com minha mãe teve eu e minha irmã mais velha e

a gente leva um monte junto a gente, saía ia pras festas, praça, enfim, a gente era muito amiga. Só que quando ela sacou que eu tava ficando com meninas ela começou a ficar estranha comigo, começou a ser violenta, agressiva, e ela sempre teve amigos homossexuais, gays, enfim, mas, né? em casa é diferente! E aí eu sei que ela em um dia de raiva brigou comigo e ela gritou dentro de casa que eu era sapatão, isso minha mãe meu pai não sabiam assim, não tinha noção ainda, mas ela gritou várias vezes, quanto ela queria me ofender ela me chamava de sapatão. E aí dessa vez que ela gritou dentro de casa, eu fiquei um dia inteiro chorando muito mal, minha sorte assim era que meus pais iriam viajar muito cedo, aí quando foi na madrugada e aí como foi de manhãzinha meus pais viajaram e ficou só eu e ela dentro de casa e eu fiquei muito assim, chorando horrores e com vontade muito de me matar, né? tinha muito pensamento suicida. Eu tinha 17 anos, eu só pensava em me matar e perguntar o porquê que Deus fez comigo, né? Eu tive um sentimento de culpa muito grande e daí aconteceu, né? Meu pai que era mega homofóbico começou a também a agir com agressividade comigo, com ela, então se eu tivesse com ela, ele saía gritando comigo no meio da rua mandando eu ir pra casa, aquela coisa toda. Minha mãe sempre meio que se fez de doida assim, ela entendia via as coisas, mas não falava nada, e aí isso foi passando, terminei esse namoro. Sempre quando minha irmã, de novo, brigava ela ficava dizendo que eu era sapatão, até quando teve um dia que eu de fato falei assim: sou, sou mesmo, e aí você vai fazer o quê? Por que eu não consegui mudar, não estou conseguindo, o que você vai fazer? aí nesse dia ela disse que eu tava mentindo, né? que eu tava querendo fazer isso para ofender a mãe, e eu disse que não tem que conversar com minha mãe várias vezes, minha mãe se saía não queria conversar, não queria falar, e meu pai ficava naquela, fulana não tem namorado porque estuda muito, né? Então ela não tem namorado por conta disso.

Essa narrativa traz vários fatores a refletir, a aceitação de pessoas LGBTs da rua como amigo é mais possível, mas quando a questão passa para a configuração familiar, muda pelas relações de maior proximidade e podem ocorrer mais violências. No caso da relação entre as irmãs que antes de assumir a lesbianidade se consideravam muito amigas, alterando a relação por conta da orientação sexual. Causando sofrimento pela conjuntura familiar e a necessidade de sanar os conflitos e violências, a dor beirava o desejo ao suicídio e o questionamento a Deus por tê-la colocado na situação. Como ela relata queria deixar de se relacionar com mulheres, mas não conseguia, a culpa foi companheira de datas.

Uma das formas de xingamento para várias situações é o tratar como sapatão. O termo sapatão foi construído com a conotação pejorativa, como forma de colocar em xeque ou desvalorizar a orientação sexual lésbica. Mais recentemente o termo é cogitado como uma categoria política de afirmação da lesbianidade, também como categoria política e de resistência (SAUNDERS, 2017).

Uma interlocutora/pensadora só pode se assumir de fato sua orientação sexual com a morte do pai, sendo um momento de muita dor, mas também de libertação, pois dentro da casa da família sempre tinha que se adequar as regras da casa. De sapatão, ela passou a ser a bem sucedida da família, que ajuda financeira e emocionalmente.

Outro caso que também demonstra a necessidade da “cura” da lesbianidade a partir do internamento psiquiátrico:

E aí eu fui jurada de morte, que eu ia levar tiro, que quando me visse e tal, pelo irmão da minha ex-esposa. Então, ao chegar na minha casa a minha mãe estava, a minha mãe biológica e a reação dela foi que eu estava possuída, queriam me levar para um terreiro de candomblé, ainda chegaram a me levar e eu não sabia que danado eu estava fazendo ali, mas tava lá, que eu tava obrigada, né? E depois disso, ela chegou a um ponto de dizer que eu estava louca. Naquela época tinha uma clínica psiquiátrica, na cidade vizinha e quando minhas tias descobrirem, ela já estava com tudo pronto para internar nesta clínica. Ela ia me levar, foi quando uma tia minha estava aqui de passeio, ela mora em São Paulo é a que morava vizinha, entrou lá em casa e ela estava arrumando minhas coisas e aí elas começaram a falar com ela e começaram a discutir e aí ela assumiu que estava me levando para uma clínica, que eu estava louca e aí elas não deixaram, né?

Mais uma vez a estratégia do internamento psiquiátrico para a “cura” da lesbianidade, como se a orientação sexual pudesse ser “curada”. Algumas famílias ainda pensam na lesbianidade desta forma, usando a estratégia do internamento psiquiátrico e outras formas de violências.

A homossexualidade foi retirada da lista internacional de doenças, em 1990, pela Organização Mundial de Saúde – OMS. Em 1999 o Conselho Federal de Psicologia⁴⁸, estabelece normativas éticas para o exercício profissional, onde não é possível entender através da prática profissional a homossexualidade como distúrbio, desvio ou perversão.

A lesbofobia ainda acontece com muita frequência nas relações familiares. O termo homofobia é considerado por Joanh Smith *apud* Filho, Toledo e Goldinho (2007, p. 303) como: “qualquer sentimento de ódio, repulsa, aversão, descrédito ou desprezo à pessoa homossexual (ou aquelas que se presume serem) ou a tudo que faça referência à homossexualidade no outro ou em si próprio”.

A lesbofobia ainda perpassa pelo desentendimento e respeito à orientação sexual diferente da heterossexualidade. As entrevistas trazidas para este trabalho apenas dois casos não apresentam violências, onde foi demonstrado afeto e cuidado pela família. Vale salientar que a família em questão vem de uma classe social mais abastarda e de formação acadêmica diferenciada. Nos demais casos, a lesbofobia aparece, umas com mais requintes de crueldades, preconceitos e violências, quando esses casos não vêm da exterioridade, vem do sentimento de culpa.

Para ver como essas relações nas famílias aparecem, Garcia *et al* (2007, p. 278) sugere o conceito de heteroparentalidade, como famílias constituídas por pais heterossexuais. Os

⁴⁸ https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf

autores trabalham o conceito de normalidade de Foucault (1975), onde o conceito preza pelo poder disciplinar, controle dos corpos. Essas relações são mencionadas por Wittig (1970), onde a heterossexualidade obrigatória coloca as mulheres como sinônimo de pertença aos homens. Logo, para fugir das normativas, a autora considera as lésbicas como não mulheres, pois negando o lugar de mulher construído socialmente foge das relações de dominação imposta pelo modelo tradicional da heterossexualidade.

Várias estratégias foram apresentadas pelas interlocutoras/pensadoras para sair das violências familiares e vivenciar a sexualidade, como: mudança da cidade para fugir das normativas impostas pelas famílias, a independência financeira como uma libertação e autonomia para expressão da sexualidade, a fase adulta e o início na universidade também ajuda na construção da autonomia e conhecimento de estratégias de ativismo.

Diante de todas as relações conflituosas nas famílias, a identidade lésbica, passa um tempo para ser maturada, entendida e posta com bandeira política e de expressão da liberdade sexual nas narrativas aqui apresentadas, porém, não é uma normativa para todas as mulheres que se relacionam com outras mulheres.

3.22 O assumir da identidade lésbica

O assumir lésbica perpassa por diversas colocações, desde o assumir-se pelos seus desejos e trajetórias, que para algumas interlocutoras/pensadoras vem desde a infância e outras através da expulsão do armário, no sentido que algumas foram enquadradas como lésbicas por várias situações, como por não se adequarem nas relações heterossexuais na adolescência, logo, eram postas no lugar de desconfiança: “Sempre foi uma suspensão o fato de eu nunca ter nenhum namorado. Então isso já era uma coisa que a minha família desconfiava muito, né?”

Em alguns casos as lésbicas se sentiam amedrontadas de assumir sua orientação sexual, também não se relacionaram com os homens, apenas para cumprir o papel social determinado pela heteronormatividade. Outras pela negação ou por dúvidas na construção do desejo lésbico, por isso se relacionaram com homens, mas mantinha desejos por mulheres. Um dos casos, ela tentou se relacionar com homens, mas chegando a sofrer violências do namorado por perceber seu desejo por mulheres: “Uma vez eu olhei a bunda de uma mulher, assim, aí ele disse: o que é que tu tá olhando pra bunda da mulher? Tu é sapatão é? Só se for. Aí começou a ser agressivo comigo”.

A agressividade do namorado fez ela se questionar ainda mais os desejos reprimidos por mulheres. No assumir-se ela se colocou para família como bissexual, para poder diminuir o preconceito, só depois se assumiu como lésbica, depois que a família tinha conhecido a primeira namorada, médica, bem sucedida, trazido na fala da interlocutora/pensadora como uma possibilidade de diminuição do preconceito e aceitação, especialmente pela questão de classe e racial.

O fato de ser afetada por outras pessoas, no questionamento de ser ou não lésbica, beira a expulsão do armário. Teve um caso, que no questionamento da sexualidade, a pessoa já vinha de relações sexuais com homens, mas não conseguia sentir prazer e chegar ao orgasmo, logo, sua madrastra a enquadrou enquanto sapatão. Levando o questionamento sobre seus desejos e influências religiosas e só assim se permitindo, na fase adulta vivenciar a lesbianidade. Mesmo tendo a independência financeira, foi bem questionada pela família e de certa forma excluída por sua prática, sendo considerada a “vergonha da família”.

Outras também foram literalmente expulsas do armário, pois mesmo tendo relações afetivo-sexuais com outras mulheres, não se assumia publicamente como lésbica e na atuação no movimento feminista, foi expulsa do armário por uma companheira, em suas palavras:

A primeira vez que eu verbalizei que eu era lésbica foi por conta de uma amiga, numa reunião. A gente tava construindo a Primeira Mostra da Diversidade, que era: O Amor Entre Mulheres, isso foi em 2004. E aí quando a gente tava na reunião pra se apresentar, porque a gente tava discutindo quem ia ser a curadora das obras de artes, não sei que, ela olhou pra mim e disse “vamos nos apresentar. É bom dizer nome, onde trabalha, idade, e olhou pra mim e disse se é lésbica é bom que se diga” (risos). Tipo assim, já olhou pra mim dizendo “você tem que dizer”. Foi a primeira vez que eu expressei assim em público, né?”

Neste caso a expulsão do armário se passou dentro do movimento feminista, mas tem outro caso que passou na escola:

E eu lembro de uma vez, eu tava no oitavo ano, que disseram assim: “as meninas acham que você é sapatão.” Aí eu disse: eu não sou sapatão. Aí disseram: “pois elas acham que você é sapatão.” Eu disse assim: e agora? “Aí você vai ter que ficar com um menino.” E até então eu não tinha beijado ninguém; e eu me senti forçada a ficar com o cara pra provar a teoria que eu não era sapatão.

Em outro momento:

Ah, Ah... e eu lembro que eu comentei um negócio assim, mais ou menos: “eu adoro ouvir os gemidos da *Britney*! Aí eu estava nessa época com o filho de uma pastora. Ele tava passando na hora e disse: “eca! Tu é sapatão é?” E eu ficava, como? Eu não sei... será? Por quê? Porque eu não sabia realmente o que era sentir atração por mulheres porque nunca tinha falado sobre isso.

Logo, existe a rotulação de outras pessoas, caso você não esteja adequada aos padrões esperados, se você não se rotula como tal, outras pessoas fazem, trazendo questionamentos sobre os desejos, sendo forçado o enquadramento em alguma identidade sexual.

Nas primeiras vezes que fiquei com uma menina e a escola inteira descobriu né? A escola inteira ficou sabendo, a gente ficou uma vez numa festa, a gente ficou no banheiro e logo todos os alunos as alunas que estavam na festa, os meninos principalmente ficaram tipo vigiando a gente e sacaram que a gente tava ficando dentro do banheiro, quando foi na semana seguinte depois dessa festa, a festa foi no sábado, quando foi na semana seguinte meu nome tava riscado no quadro, né? “fulana” PAPOCA, que é como se chama lá sapatão e enfim vários boatos.

A expressão do desejo por meninas ou a realização deles, logo precisa ser enquadrada como lésbica, não pode ser a expressão de um desejo ou uma vivência pontual, como Segwick (1990) denomina como “armário de vidro” onde as pessoas apontam como homossexual, perdendo a sujeita o direito de se assumir no seu tempo.

Mesmo que essas experiências tenham levado as mulheres a se assumirem como lésbicas, em sua maioria, há uma necessidade social de ser posta a partir de alguma identidade, que regule os atos sexuais, como Vanilda Maria de Oliveira (2007) traz os apontamentos de Jeffrey Weeks:

Para Jeffrey Weeks (1999) as identidades sexuais são históricas e culturalmente específicas, selecionadas de um grande número de identidades sociais possíveis. Não são atributos necessários de impulsos ou desejos sexuais particulares, mas quem somos ao contar ao respeito ao nosso sexo. [...] Muitas pessoas são empurradas surgem da busca de fixar e estabilizar tais identidades, para dizer para as identidades e são forçadas a escolhas, através da estigmatização ou descrédito público, enquanto outras adotam identidades abertas por razões políticas. Isso porque sentimentos e desejos sexuais são uma coisa, enquanto que a aceitação de uma posição social particular e um organizado sendo de si, como ele entende a identidade, é outra, não existindo, portanto, nenhuma conexão necessária entre comportamento e identidade sexual. (OLIVEIRA, 2007, p. 387)

A distinção que Weeks (1999) faz na relação entre identidade sexual e comportamento é importante, mas nem sempre as pessoas reconhecem desta forma, visto que, para uma experiência sexual deve haver nomeação. A identidade lésbica vivenciada nos movimentos lésbicos cria normativas, quem se identifica enquanto lésbica os seus desejos não podem ser exercido diferente do que se assume politicamente, pois gera os comentários e inquisições acerca.

A identidade lésbica pode ser considerada também como uma identidade sociopolítica (Mello, 2005), para o autor as identidades são utilizadas por militantes políticos, assim como Tânia Navarro-Swain (2000) pensou a lésbica política, como uma recusa ao patriarcado,

mesmo para as mulheres que se consideram heterossexuais, mas questiona o lugar socialmente construído para as mulheres.

No entanto, a categoria de lésbica política tem conotação diferenciada para as lésbicas que atuam nos movimentos lésbicos, como uma bandeira de luta para pensar as especificidades do ativismo lésbico e o pleito pela garantia dos direitos que a orientação sexual exige, por exemplo, no olhar para a saúde e prevenção as IST/HIV/Aids, o respeito as orientações sexuais diferentes da heterossexualidade.

A identidade lésbica tem sido construída como uma possibilidade de vivenciar práticas afetivo-sexuais para além da que foi imposta pelas normativas sociais e pela família. No entanto, pra a construção da identidade enquanto orientação sexual e política, pelas violências causadas nas famílias, foi preciso, que elas se sentissem seguras, com independência financeira e de preferência longe da família, para se constituírem lésbicas e depois voltar para o convívio familiar, na maioria dos casos.

A construção da identidade lésbica se deu em diversos espaços de sociabilidade, como a universidade, como um espaço onde passa segurança para expressar seus desejos sexuais. O trajeto de mobilidade na construção da autonomia também perpassa pela formação de nível superior, na maioria dos casos.

As experiências são diversas, uma delas diz como foi questionada sua orientação sexual, para além dos conflitos familiares:

A temática foi apresentada por uma amiga, no final da universidade, através de filmes, conversas de “pegações”, festas [...] Aí nisso a gente começou a ir pra alguns bares, né? foram as primeiras vezes que eu vi homens se beijando, mulheres se beijando, aos 20 anos de idade, vê?

Percebe-se que em diversos espaços existe o despertar para a lesbianidade, desde a família com os preconceitos e questionamentos da sexualidade, quanto nas rotulações de gênero, nas escolas, nas universidades e até nas relações afetivo-sexuais heterossexuais. Sendo por vezes contraditório, pois ao mesmo tempo em que se nega a lesbianidade, se acusa ou rotula as mulheres de ser lésbicas trazendo um despertar para os desejos que se constroem desde a infância, em alguns casos.

Para uma interlocutora/pensadora a morte do pai foi um momento de dor, mas também de libertação para expor sua orientação sexual, sendo um caso atípico, pois na maioria dos casos os pais expressavam apoio ou o silêncio sobre a expressão da sexualidade das filhas, deixando a cargo das mães a incumbência de resolução ou punição.

O assumir-se lésbica perpassa pelas narrativas de se reconhecer lésbica ou pela imposição através do “armário de vidro” Segwick (1990) que remete ao apontamento da orientação sexual e por vezes, ajuda reflexão sobre a orientação sexual, ocasionando na expulsão do armário, onde a sociedade faz o enquadramento a partir das normativas de gênero e sexualidade, especialmente.

3.23 Passando a régua?

No campo foi possível perceber que mesmo essas mulheres vindas de contextos familiares diversos não as isentaram de ter uma vida de dificuldades nos espaços familiares. No entanto, as experiências de vida resultaram na construção da militância como resistência política pelas exclusões passadas na infância e adolescência.

Com isso construíram laços de envolvimento, dedicação e organização dos movimentos lésbicos, feminista, LGBT, tornando-as mais fortes para seguir na luta, reconhecendo a importância da organização política para que outras mulheres tenham direitos garantidos, na construção de uma sociedade mais justa.

Importante considerar que algumas mulheres entendem que a participação e articulação com os movimentos lésbicos são como um filho que tem que cuidar, se colocando no lugar de “provedora” para dar conta das demandas das pautas, da articulação, da formação de outras mulheres para estarem nos movimentos.

Pode-se observar que tem um processo de tomar para si as responsabilidades de tudo, ficando às vezes algumas mulheres que estão mais participativas sobrecarregadas, assim como, cria-se a imagem de uma hierarquização que gera muitos conflitos e desagregações, além de só funcionar quando tem as lideranças, que são eleitas por sua atuação política e poder de mobilização.

Também pode ser observado que muitas vezes os movimentos são utilizados como um processo de fuga de diversos conflitos familiares, mencionado por várias entrevistadas. A não realização da maternidade foi bem pontuada por uma delas, como uma ausência e com muita emoção, por não ter cumprido esse papel social. A escolha da não maternidade foi pontuada por ter que passar por relações sexuais com homens, pela ausência de recursos financeiros para realizar inseminação artificial ou como uma política pública garantida.

Então, em alguns momentos para algumas, os movimentos tornam-se um cano de escape para fugir de si mesma e/ou de reencontrar-se, através do processo de formação. Assim como, os movimentos são espaços fortes de articulação política, dos movimentos com os

partidos e governo, com possibilidades de articulação de trabalhos profissionais e criação de laços afetivos.

Essas narrativas são de vidas reais, de mulheres que tem deixado seus legados no Estado, com a doação de parte de suas vidas, com trabalhos intelectuais, braçais, para que as mulheres possam ser livres e que possam reconhecer que é possível relacionar-se com outras pessoas, independente do sexo biológico.

Para complementar a análise foram aplicados questionários fechados, para entender mais de perto o perfil das interlocutoras/pensadoras que nos cederam a entrevista, a seguir.

3.24 Perfil socioeconômico

As entrevistadas possuem perfis diversos, onde fizemos questão de além das entrevistas semiestruturadas, aplicar um questionário fechado para conhecer melhor qual o perfil das mulheres que contribuem para delinear os movimentos lésbicos em Pernambuco.

Tabela 5 - **Dados socioeconômico**

Características	n (%)
Faixas de Idade	18 (100)
18-29	4 (22,2)
30-40	5 (27,8)
41-50	7 (38,9)
51-60	1 (5,6)
61-70	1 (5,6)
Raça/cor	
Negra (as que se assumem pretas e pardas)	13 (72,2)
Branca	5 (27,8)
Religião	
Afro-brasileira	8 (44,4)
Católica	4 (22,2)
Espírita Kardecista	2 (11,1)
Outras/sem religiões	4 (22,3)
Escolaridade	
Ensino médio completo	4 (22,2)
Superior incompleto	5 (27,8)
Superior completo	2 (11,1)
Pós-Graduação	7 (38,9)
Situação conjugal	
Sozinha	7 (38,9)
Ficando	3 (16,7)
Namorando	4 (22,2)
Casada	2 (11,1)
Outra	2 (11,1)
Situação laboral	
Trabalham	17 (94,4)
Não trabalham	1 (5,6)
Classe social	
Classe E	10 (55,6)
Classe D	4 (22,2)

Classe C

4 (22,2)

Fonte: questionário

As interlocutoras/pensadoras estão entre a maior preponderância na faixa etária de 41 a 50 anos, com 7 (38,9%), de 30 a 40 anos, com 5 (27,8%). A questão geracional dos movimentos lésbicos está ligada ao seu histórico, entendendo que na organização dos movimentos no levantamento realizado das precursoras, são as mulheres nascidas no final da década de 1950 e de 1960, que impulsionaram a organização e permanecem no ativismo. No entanto, vale mencionar que as mulheres que estão mais organizadas na conjuntura atual, são as mulheres de 18 a 50 anos, com maior percentual dos 41 a 50 anos.

Em relação às questões raciais 9 (50%) se identificam como pretas e 4 (25%) pardas, perfazendo um total de 13 (72,2%). Seguindo a orientação do IBGE, as pretas e pardas podem ser consideradas negras. Para fins analíticos é importante ressaltar que 72,2% das integrantes entrevistadas são negras, inclusive, as impulsionadoras dos movimentos em PE, no entanto, não se reverteu dentro dos movimentos lésbicos no reconhecimento do protagonismo das pautas específicas para as mulheres negras interseccionado com a sexualidade.

Essa falta da demarcação racial enquanto questão política e prioritária contribui para que as questões raciais não sejam priorizadas, e que as mulheres negras sejam consideradas como sujeita política e prioritária na disseminação dos movimentos lésbicos no Estado. As interseccionalidades necessárias para trabalhar conjuntamente sexualidades, gênero, raça, classe e geração, como pautas centrais dos movimentos lésbicos, ainda é um caminho lento, questões a ser aprofundadas no capítulo IV e V.

O maior índice em relação à religiosidade está para as religiões de matriz africana, pela maior aceitação da orientação sexual diferente da heteronormatividade. Em seguida, vem à igreja católica, que parece ser uma pertença mais difícil por conta da culpa carregada por não seguir os caminhos tradicionais de expressão das sexualidades, como apareceu nas entrevistas, especialmente a questão da culpa, por não seguir o padrão heteronormativo, identificando que a prática religiosa interfere na prática sexual.

Em relação à escolaridade, as entrevistadas possuem formação acadêmica 14 (77,8%), dividido em, com superior incompleto 5 (27,8%), com superior completo 2 (11,1%) enquanto 7 (38,9%) estão na pós-graduação. As que concluíram o ensino médio completo são 4 (22,2%). Este processo de formação é um diferencial para os movimentos lésbicos, inclusive pelas questões de raça e classe que compõe esta pesquisa.

No comparativo da questão racial e escolaridade, constata-se que as mulheres negras aparecem mais nesta pesquisa pelo protagonismo nos movimentos lésbicos e tem conseguido galgar caminhos na formação acadêmica, inclusive na pós-graduação. No comparativo entre negras e brancas dá igualdade no ensino médio, no ensino superior as negras aparecem mais no ensino superior completo e na pós-graduação.

Tabela 6 - Comparativo escolaridade x questões raciais

IDENTIFICAÇÃO RACIAL	ENSINO MÉDIO COMPLETO		ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO		ENSINO SUPERIOR COMPLETO		PÓS-GRADUAÇÃO	
	n	%	n	%	n	%	n	%
PRETA	3	75	2	40	1	50	3	42,9
PARDA	0	0	1	20	1	50	2	28,6
BRANCA	1	25	2	40	0	0	2	28,6

Fonte: questionário

No comparativo da faixa etária e escolaridade, compreende-se que as mulheres que estão no processo de formação acadêmica estão nas diversas gerações, na pós-graduação estão nas faixas etárias de 18 a 50 anos, com predominância na faixa etária de 30 a 40 anos, com 3 (42,9%), seguido de 2 (28,6%) para a faixa etária de 18 a 29 anos, assim como a faixa de 41 a 50 anos. Considerando que 14 (77,8%) estão nas diversas modalidades do ensino superior, evidencia-se que os perfis de formação das militantes podem ser considerados como qualificado.

Vale observar que as mulheres da faixa etária de 51 a 70 anos estão na categoria do ensino médio completo, sem ter acessado o ensino superior. Pode-se considerar que as questões geracionais das mulheres que nasceram nas décadas de 1950 e 1960 tiveram menos oportunidade de trilhar o caminho da educação superior, priorização a educação “não formal”, através dos movimentos sociais, como pode ser evidenciado na tabela 7.

Tabela 7 - Comparativo escolaridade x faixa etária

Escolaridade	FAIXA ETÁRIA									
	De 18 a 29 anos		De 30 a 40 anos		De 41 a 50 anos		De 51 a 60 anos		De 61 a 70 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ensino Médio Completo	1	25	1	25	0	0	1	25	1	25
Ensino Superior Incompleto	1	20	1	20	3	60	0	0	0	0
Ensino Superior Completo	0	0	0	0	2	100	0	0	0	0
Pós-Graduação	2	28,6	3	42,9	2	28,6	0	0	0	0

Fonte: questionário

As relações afetivas sexuais estão composta de 7 (38,9%) sozinhas, 3 (16,7%) ficando, 4 (22,2%) namorando, 2 (11,1%) para casada ou outra, respectivamente. Pode observar em campo que enquanto mais orgânica nos movimentos sociais, menos se tem uma relação afetiva sexual de casamento. Podendo entender, que as diretrizes da vida se encaminham muito mais para as questões políticas como prioridade, do que a construção de relações afetivos sexuais que para as algumas militantes precisa estar em consonância com as questões políticas e com os princípios de vida escolhidos.

Quando se faz o comparativo entre estado civil e participação nos movimentos lésbicos, as que considera ser participativa são 10 (56%) mulheres, estando distribuídas entre os estados civis: sozinha 4 (40%), ficando 3 (30%), namorando 2 (20%), casada 0 e outro 1 (10%). Enquanto as que consideram sua participação razoável são 6, estão distribuídas: sozinha 1 (17%), namorando 2 (33%), casada 2 (33%) e outro 1 (17%).

Tabela 8 - Comparativo estado civil x participação nos movimentos

Estado civil	Participação nos movimentos de lésbicas					
	Participativo		Razoável		Só quando necessário	
	n	%	n	%	n	%
Sozinha	4	57,1	1	14,3	2	28,6
Ficando	3	100	0	0	0	0
Namorando	2	50	2	50	0	0
Casada	0	0	2	100	0	0
Outro	1	50	1	50	0	0
Participação	10	55,6	6	33,3	2	11,1

Fonte: questionário

Os modelos de casamento ainda perpassam pelo controle, sendo pontuada em campo a reprodução do machismo, a expressão dos ciúmes e posse, pois quem está nos movimentos lidam com muitas mulheres, especialmente as que são mais participativas. O fator tempo, viagens comprometem muitas vezes o processo de confiança e priorização da relação, sendo um dos fatores que apareceu como um dos impedimentos. Além de serem ponderadas as relações afetivas entre as participantes dos movimentos que no histórico em Pernambuco trazem separações também dos espaços de atuação política de forma temporária ou definitiva de umas das envolvidas.

As interlocutoras/pensadoras estão em sua maioria com boa formação, com o esforço de ter uma formação acadêmica para se ter diferencial exigido para se alcançar alguns postos de trabalho. Pelas relações de gênero histórica, as mulheres investem mais na formação para poder se inserir melhor no mercado de trabalho. Pela desigualdade histórica não apenas de gênero, mas de raça. Mesmo com todas as hierarquizações de gênero 17 (94,4%) estão

empregadas em sua maioria em trabalhos formais e em funções diversas, como exposto nas narrativas de vida, distribuídas entre serviço público 9 (50%), empresas privadas 3 (16,7%), aposentada 2 (11,1%), assim como outra, comércio e autônoma 1 (5,6%), respectivamente.

A renda das entrevistadas estão em maior quantitativo de 01 a 02 SM representando 8 (44,4%), seguindo de 03 a 04 SM, 4 (22,2%), acima de 08 SM com representação de 3 (16,7%), menos de 01 SM com 2 (11,1%) e de 05 a 07 SM corresponde a 01 (5,6%).

Para entender melhor onde se enquadram nas classes sociais, conforme a classificação do IBGE, as divisões perpassam apenas pela quantidade de salários mínimos, sendo considerada a renda individual e não familiar, estando divididas em: classe E até 2 SM, 10 (55,6%), se enquadram na Classe D de 2 a 4 SM, 4 (22,2%) e Classe C - De 4 a 10 SM, com 4 (22,2%).

Quando se analisa em relação à faixa etária e classe social, na faixa etária de 18 a 29 anos, 2 (50%) na classe D e E, respectivamente. De 30 a 40 anos, nas classes E - 4 (80%) e na classe C - 1 (20%). De 41 a 50 anos 2 (28,6%), na classe D e 3 (42,9%) na classe C e faixa etária de 51 a 60 anos, assim como de 61 a 70 anos, com dois casos cada, na classe E. Podendo considerar que, é na faixa etária de 30 a 50 anos, que há maior possibilidade de mobilidade social.

Na divisão de classe as pretas estão com maior participação na Classe E com 8 (61,5%), Classe C 3 (23,1%) e Classe D - 2 (15,4%). As que se consideram brancas estão na Classe E - 2 (40%), classe D - 2 (40%) e Classe C - 1 (20%). A maior preponderância está na classe E e C, seguida da D, quanto as lésbicas brancas tem igualdade entre as classes D e E.

Observa-se que os que chegaram as classes mais elevadas nesta pesquisa têm a formação na graduação ou pós- graduação. Porém, a maioria está na classe E, distribuídas nas diversas escolaridades, sendo que quem está na pós-graduação está em todas as classes, com maior percentual na classe C, diferente das demais que não conseguiram acessar a classe C.

Em relação ao perfil socioeconômico vimos que há diversidade de mulheres que compõe os movimentos lésbicos. Percebendo uma questão importante geracional, pois na faixa etária de 51 a 60 anos e de 61 a 70, todas estão na classe E, com menor escolaridade. Nas demais faixas etárias existem maior pulverização nas classes sociais e nas configurações de relações afetivo-sexuais. Para conhecer melhor os direcionamentos políticos vamos analisar a seguir a parte do questionário fechado que afere seus posicionamentos políticos e participação política.

3.25 Participação política

Em relação a se considerar feminista apenas 01 (5,6%) não se considera, mesmo que nos discursos tem se potencializado as práticas feministas como bandeira de luta em diversas frentes, mesmo os movimentos lésbicos não ser denominado como feminista nos nomes dos grupos, há a luta pela garantia dos direitos das mulheres, o que se prolifera nas falas de todas, a necessidade da militância para a construção de um mundo melhor e garantia dos direitos para as lésbicas, estando elas, em lugares diversos de militância e articulação política.

Todas as interlocutoras/pensadoras participam de algum grupo de afirmação política, divididos entre s espaços de militância nos movimentos exclusivamente lésbico 3 (16,7%), LGBTs 4 (22,2), feminista 4 (22,2%), nos espaços de militância LGBTs e feminista 6 (33,3%) e nos movimentos Lésbica, LGBTs, Feminista 1 (5,6%). Ponderando que a maioria das militantes tem potencializado os espaços de militância entre os movimentos LGBT e feminista, que exclusivamente lésbico.

Na região do Agreste as militantes estão mais focadas nos movimentos feministas e LGBTs, na capital nos movimentos feministas, assim como na junção do ativismo nos espaços LGBTs e feminista e por último nos movimentos lésbicos. Na Mesorregião do São Francisco nos movimentos lésbicos e feminista, na Região Metropolitana do Recife de forma igualitária entre os movimentos lésbicos, LGBTs e feminista e no Sertão e Zona da Mata nos movimentos LGBTs, entendendo que quanto mais próximo da capital, mais a atuação nos movimentos são mais específicas e direcionadas pela identidade política lésbica, feminista e LGBTs.

Quando se menciona a participação em partidos políticos 11 (61,1%) dizem que participam, divididos nos partidos políticos 6 (33,3%) PT, 3 (16,7%) PCdoB, 1 (5,6%) para o PSB e PP. Na observação de campo foi possível perceber que várias mulheres que estão em alguns partidos tem grande influência na organização dos movimentos lésbicos, especialmente no financiamento de algumas ações e articulações políticas, trazendo um processo de hierarquização e de poder, que levam a conflitos, que às vezes, causa afastamentos ou aproximações.

As mulheres que não participam de partidos políticos consideram que não participam porque não tenho tempo, com 3 (16,7%), simplesmente não gosta 2 (11,1%), não prioriza com 1 (5,6%), assim como outro. Porém, mesmo as mulheres não sendo filiadas a partido A ou B, têm forte aproximação nas pautas ideológicas e de mobilizações políticas.

Sobre a participação no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais - SENALESBI que é um espaço que agrega as lésbicas e mulheres bissexuais para a articulação política e priorização das pautas prioritárias a nível nacional, quando pergunta se acreditam que o SENALESBI é um espaço que contribui com as diretrizes nacionais que reverberam nos estados 15 (83,3%) acreditam que sim, enquanto 2 (11,1%) consideram que não e 1 (5,6%) não respondeu.

Os espaços das conferências LGBT desde 2008 foram mencionadas como um espaço importante de articulação política entre as militantes, movimentos e governos para se pensar as políticas públicas para o estado, também foram mencionadas como um movimento de conhecer mais de perto os movimentos lésbicos, tendo um papel forte de articulação de mulheres que vem de regiões mais distantes da capital.

Quando se fala nos espaços de controle social 11 (61,1%) dizem que participam e 5 (27,8%) não e 2 (11,1%) não respondeu. Quando se pergunta quais os espaços de controle social, aparece prioritariamente o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais integrado a Secretaria da Mulher de Pernambuco.

3.26 E agora Marias, Anas, Kássias?

As narrativas de vida nos apresentam um mundo surpreendente de mulheres que tem contribuído politicamente para dialogar sobre a necessidade de respeitar o ser humano independente de sua orientação sexual, relações de gênero, classe, raça, geração e outras expressões da sexualidade.

São essas mulheres que tem deixado um legado para que outras não precisem passar por ameaças e/ou violências por sua orientação sexual, e que haja espaços políticos onde se possa dialogar sobre as especificidades da população lésbica e que as estruturas governamentais possam refletir sobre tais questões. Evidente, que a organização passa por momentos de fortalecimento e fragilidade, de mulheres que horas estão muito participativas, mas depois vão fazer militâncias em outros espaços, levando as pautas políticas que os movimentos lésbicos têm trilhado.

Nas entrevistas realizadas foi importante perceber que algumas mulheres se identificam como lésbicas politicamente, mas tem também seus desejos direcionados a homens, só que havendo dificuldade na possibilidade de efetivação de relações afetivo-sexuais, devido aos modelos patriarcais, reprodução do machismo e papéis normativos das mulheres e homens.

Nos movimentos lésbicos, apontou a identidade lésbica como uma categoria fechada que cria normatizações, por isso, as lésbicas não podem de forma alguma aparecer ou ficar com um homem, pois há grande estranhamento. Não ocorreu nenhuma situação no campo, mas há os discursos que são colocadas desta forma, ainda potencializando a identidade lésbica como uma identidade pura e não como rasura (HALL, 2014).

A junção das entrevistas semiestruturadas e os questionários fechados nos deram um leque para entender melhor quem são as militantes, onde elas estão localizadas e quais os perfis que perfazem os movimentos lésbicos de Pernambuco. No próximo capítulo serão pontuados os percursos políticos dos movimentos, através das memórias trazidas e por tantas outras que durante o campo eu pude ter contato, através dos espaços observados e de militância, construindo um mosaico dos movimentos lésbicos em Pernambuco, através de suas participantes, grupos, redes e espaços de controle social.

4 CAMINHOS TRAÇADOS, RESISTÊNCIAS E MEMÓRIAS DOS GRUPOS E REDES QUE CONSTROEM OS MOVIMENTOS DE LÉSBICAS E SUAS INTERSECCIONALIDADES EM PERNAMBUCO

Neste capítulo apresento como se constituiu a organização e memórias dos movimentos lésbicos, através dos grupos e redes que foram ao longo do tempo construindo a identidade lésbica em Pernambuco, sendo a descrição realizada na ordem cronológica do surgimento.

Nem todos os grupos são conhecidos como exclusivamente lésbicos, mas pela sua articulação com as pautas das lesbianidades, importância e atuação estão inclusos, pois dialogam de forma mais abrangente com as pautas e população LGBTs, além das representações lésbicas na atuação e representatividade nos grupos mencionados.

Na composição deste capítulo, apresenta-se inicialmente como se deu a organização dos movimentos lésbicos em Pernambuco, mostrando sua construção e como no decorrer das décadas, foram passando por influências nacionais, internacionais e articulações em rede que contribuíram para a constituição da atuação política e de ações coletivas, dividindo em períodos, conforme a tabela 9.

Tabela 9 - Movimentos de Lésbicas em Pernambuco e suas influências

Momento incubadora (1979-1990)	Institucionalização (1991-2000)	Articulação local e nacional em rede (2001-2010)	Fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019)
Festa da metamorfose (Camaragibe, 1979) Lugares seguros de convivência homossexual Reuniões de organização política Movimento misto, participação de mulheres e homens no movimento homossexual Sopa de Letrinhas (FACCHINI, 2005)	Articulação e Movimento Homossexual de Recife e Região Metropolitana - AMHOR (Jaboatão dos Guararapes, 1991)	Associação de Mulheres Entendidas – AME (Camaragibe, 2001-2014)	Grupo Somos Todos Iguais (Recife, 2011)
		Movimento LGBT Leões do Norte (Recife, 2001)	-
		Liga Brasileira de Lésbica (Rede nacional, 2003)	Coletivo LGBT de Passira (Passira, Agreste, 2011)
		Grupo DIVAS (Recife, 2004)	
		Articulação Brasileira de Lésbica – ABL (Rede nacional, 2004)	-
		Fórum LGBT de PE (Rede estadual, 2004)	AMAS – Associação LGBT da Mata Sul (Palmares, Zona da Mata, 2013)
	Seminário nacional de Lésbicas – SENALE (Rio de Janeiro, 1996)	ASSERCO - Associação Sertão das Cores (Salgueiro-Sertão, 2004)	-
		CANDACES-BR (Rede nacional, 2007)	Coletivo Lutas e Cores (Caruaru, Agreste, 2014)
		Grupo LUAS (Recife, 2007)	-
		COMLESBI (Recife, 2009)	
		Rede SAPATÁ - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas (2009)	Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco (Petrolina, Mesorregião do São Francisco, 2016)
		Bloco da Diversidade-PE (Recife, 2010)	Movimento Guerreiras de Labrys (Recife, 2017)
	Início de articulação em espaços exclusivos lésbicos.	Labris (Recife, 2010-2013)	
		Início da articulação em redes exclusivas lésbicas.	-

Fonte: dados da pesquisa.

A divisão por períodos se fez necessária para explicitar como se deu a organização política dos movimentos lésbicos no estado de Pernambuco, assim como conhecer os marcos que foram surgindo nas décadas, com fatos importantes para entender como a luta política foi se modificando e as estratégias utilizadas ao longo dos anos, constituindo assim os movimentos lésbicos e suas memórias.

Nas narrativas dos movimentos lésbicos expostos através da divisão dos períodos, será explicitado como as narrativas vão se constituindo, partindo do princípio de que em Pernambuco a organização inicial dos movimentos se deu a partir do ativismo de Josenita Duda Ciriaco e das pessoas que estavam com ela na fundação do AMHOR. Evidenciamos Josenita, pela permanência na militância lésbica e feminista até os dias atuais.

É desse lugar que partimos, visto que, anteriormente, não temos memórias vivas para a construção dessas narrativas, nem os movimentos eram considerados como organizados, visto a ausência das narrativas e memórias.

4.1 Momento incubadora (1979-1990)

Considero como momento incubadora o período de 1979 a 1990. Naquele período havia o sentido de construir o acolhimento das pessoas e de si, conhecendo e compartilhando experiências, histórias, resistências e locais seguros para expressar a sexualidade, como na Festa da Metamorfose, que era organizada na casa de Josenita Duda Ciriaco e seus/suas parceiros/as.

A festa antes era realizada na casa de um homem gay, que também morava em Camaragibe, mas depois passou para a casa de Josenita Duda Ciriaco para incluir mais pessoas no processo e também realizar as reuniões vivenciais e de articulação, visto a disponibilidade do espaço cedido por ela. Tudo isso contribuiu para que as pessoas se fortalecessem e ser organizassem enquanto sujeitos políticos, para atuar enquanto indivíduo político e grupo.

Figura 20 - Feira de Saúde em Camaragibe
- década 1970



Figura 19 - Festa da Metamorfose – final da
década de 1970



Fonte: Acervo pessoal de Josenita Duda Ciriaco.

A organização das festas e das Feiras de Saúde de Camaragibe foram momentos de refletir sobre as ações e práticas individuais, ampliando para as ações coletivas, através de momentos de reflexões vivenciais, de fortalecimento da identidade homossexual, na construção de si, através da autoaceitação, diálogos que muitas vezes eram silenciados, gerando adoecimento e desejos de morte, pela solidão causada em se aceitar diferente do que pregava a sociedade brasileira, como parâmetro de “normalidade”. Rubin (2012) exemplifica a “legislação sexual”, em que tudo que está fora dos padrões da heterossexualidade é punido, logo, a homossexualidade e suas expressões são caracterizadas enquanto uma “sexualidade condenada”, o que no contexto histórico de ditadura militar essas ações precisavam ser escondidas.

Na ocasião, havia as influências nacionais e internacionais em torno dos direitos da população homossexual, assim como do movimento feminista. Todos estavam no processo de construir resistência contra as amarras da ditadura militar, criando interlocuções necessárias para o respeito às liberdades individuais e coletivas, potencializando caminhos seguros para expressar quem realmente eram, além do questionamento do patriarcado e da heteronormatividade que insistia em criar normativas em torno da expressão da sexualidade, das relações de gênero, dentre outros demarcadores sociais.

O que acontecia em outros estados também acontecia em Pernambuco com a organização de espaços de lutas e resistências, nos quais o que importava era ter parceiras/os através de grupos de consciência, influenciado pelo movimento feminista, para falar de si, ajudar outras pessoas a ser quem realmente eram, porque nem em todos os lugares as pessoas poderiam expressar a homossexualidade. Então, podemos considerar como incubadora o final da década de 1970 até final da década de 1990, pela organização das ações individuais para as ações coletivas, no contexto pernambucano.

Naquele momento, a articulação se dava entre gays e lésbicas, que, independentemente da orientação sexual, do sexo, potencializavam a necessidade do diálogo entre pares, construindo laços de solidariedade, o não estar só com suas dores e necessidades de trocas, criando lugares comuns de resistências e de atuação política, através da expressão da cultura e do lazer, através das festas da metamorfose, nas quais as pessoas poderiam ser elas mesmas e ter o acolhimento necessário.

A partir do fortalecimento dessas sujeitas, estruturaram-se relações políticas e ações na construção do AMHOR, que incidiu politicamente questionando a heterossexualidade e suas normativas. Diferente da atuação de outros movimentos que se articulavam através de outras opressões sociais, o movimento homossexual escolheu lutar contra as opressões relacionadas à homossexualidade. Jules Falquet (2012) sugere que a sexualidade seja vista também como o demarcador social que causa opressões.

Naquele momento, as identidades eram unificadas como homossexuais, e as especificidades identitárias ainda não giravam em torno das peculiaridades de cada segmento, fortalecendo inicialmente os laços de solidariedade entre homens e mulheres contra as opressões de expressão da homossexualidade. Na mesma década também acontecia o momento de articulação e fortalecimento do movimento feminista, com a fundação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, em 1988.

Pernambuco não é diferente de outros Estados, havia consonância na forma de organização dos grupos mistos, nos quais as diferenças entre as participantes existiam, mas se

tentava construir um lugar em que as especificidades de respeito e construção da cidadania homossexual fossem reconhecidas, sendo denominando, na década de 1970, o movimento como movimento homossexual (FACCHINI, 2005), como ficou reconhecido a nível nacional. As distinções existentes, naquele momento, eram as desigualdades nas relações entre mulheres e homens, pelas normativas de gênero, já apareciam como problema.

Durante a década de 1980, a construção de identidades coletivas se deu por meio da atuação do grupo AMHOR, como primeiro espaço de fortalecimento das integrantes, das propostas de atuação, que primava pelo fortalecimento das pessoas e pela luta contra os preconceitos, especialmente o sentimento de culpa que pairava pelas crenças incutidas, às vezes, através das normativas de algumas religiões e relações familiares.

Assim como foi em Pernambuco, São Paulo inicia com o SOMOS e depois cria-se o Grupo Lésbico Feminista (FACCHINI, 2005). Na Bahia, através da atuação do Grupo Gay da Bahia - GGB, criou-se o Grupo Lésbico da Bahia - GLB (SILVA, 2016), além de várias outras incidências que poderiam ser citadas, dos grupos mistos dos quais as lésbicas se retiram para fortalecer a identidade lésbica, trabalhar suas especificidades, além de se afastar dos movimentos mistos, devido aos conflitos pelas expressões do machismo e da desigualdade de gênero, que há muito é denunciado nas relações internas do movimento (FRY E MACRAE, 1991; SILVA, 2016). Um dos exemplos mencionados da época é a falta de priorização dos assuntos relacionados às lésbicas e as desigualdades de gênero incutidas nos movimentos.

A diferença que podemos mencionar no processo de organização dos grupos do Rio de Janeiro e de São Paulo, em relação a Pernambuco são: a) a influência de pessoas acadêmicas, suas produções e articulações; b) visibilização das ações, que se deram por meio da escrita dos jornais de referências; c) onde e como se deram o surgimento dos grupos, que tem a ver com a questão regional e toda geopolítica construída em torno das regiões brasileiras. Em Pernambuco, à época não havia um nome construído de estudioso ou de militante que tivesse articulação internacional, que pautasse a bandeira homossexual, diferente da Bahia com Luiz Mott, de São Paulo e Rio de Janeiro com suas diversas representações.

O Jornal Lâmpião da Esquina (1978) foi um dos jornais mais reconhecidos nacionalmente, organizado por homens gays que vinham de diversas formações acadêmicas. Havia ainda o Jornal Chanacomchana (1981), organizado pelo Grupo de Afirmação Lésbico Feminista - GALF, que perdurou quase toda a década de 1980. Ambas as iniciativas são apontadas por Lessa (2007) como produções que potencializaram as memórias das ações articuladas no estado de São Paulo, que culminaram tendo influência nacional, pela forma de

produção e divulgação realizadas, além do diferencial da formação acadêmica das/os integrantes que contribuíam para uma visão mais alargada sobre atuação política e para diálogos necessários entre a produção do conhecimento e as práticas políticas.

As reuniões de articulação do SOMOS-SP e do GGB-BA potencializavam diálogos mais amplos de atuação, inclusive internacionais, através das formações acadêmicas de seus organizadores, que trouxeram mais potência na produção do conhecimento e na atuação política. O que pode ser observado é que as pessoas protagonistas em sua maioria são homens, de classe média, brancos, pois, naquela época, quem tinha acesso à universidade, às produções era a população mais privilegiada da sociedade brasileira, assim com as mulheres que construíram o Chanacomchana.

Em Salvador a cena é bem parecida pela influência do antropólogo Luiz Mott, que potencializou os diálogos com outros países, influenciando na atuação dos grupos e construindo articulações necessárias para implementar o movimento LGBT na Bahia. É possível também perceber como as questões de classe, raça e de formação dos fundadores contribuíram para a construção do GLB, ainda na década de 1980. Esses exemplos servem para aferir as influências ocorridas na forma de organização no surgimento dos grupos como o SOMOS-SP, Grupo Gay da GGB-BA, ambos com influências acadêmicas que potencializaram a formação do movimento, a partir da construção do conhecimento, e, como consequência, o surgimento das edições de jornais e a formação da militância.

Em Pernambuco, o AMHOR nasce com a necessidade de pensar inicialmente os processos das pessoas para se reconhecerem enquanto homossexuais, para depois pensar na atuação política, com influência acadêmica, pois os fundadores vinham de formação teológica e dos movimentos sociais de base da Igreja Católica. As mulheres que iniciam este movimento vêm da construção do movimento comunitário, o que possibilitou trilhar caminhos internos, primeiro na construção do autorreconhecimento da identidade homossexual, para depois ampliar a organização política para fora, no que tange a atuação política inicial do movimento homossexual. Em Pernambuco, a construção passa por um processo mais demorando, potencializado pelas relações internas e pelo fortalecimento da militância para dentro, para depois construir uma militância para fora.

Como podemos perceber, é do final da década de 1970, ao final da década de 1980 que as ações eram pautadas com reuniões de formação política, surgimento de lugares de convivências homossexuais, reconhecimento de si enquanto sujeitos homossexuais e a possibilidade de expressar a homossexualidade. As ações organizadas para fora do grupo são potencializadas na década de 1990, da qual resgatamos as memórias produzidas enquanto

grupo político homossexual, que neste período teve a atuação do AMHOR com seu protagonismo e visibilidade, especialmente em relação ao protagonismo das lesbianidades.

Depois deste período inicial se começa a institucionalização dos grupos, que corresponde a 1991-2000, exposto a seguir.

4.2 Processo de institucionalização (1991-2000)

Este período de institucionalização foi capitaneado pela atuação do AMHOR, com as especificidades para a população LGBTs, mas com o protagonismo lésbico, recebendo total influência das redes LGBTs internacionais e nacionais, como a ILGA e a ABGLT, criando as pontes e parcerias necessárias para seu fortalecimento e pulverização das informações no estado. O AMHOR foi criado ainda na década de 1980, enquanto grupo de militância, formalizando-se como ONG em 1991, ampliando os horizontes por meio das ações coletivas, pautadas através da institucionalização, articulação em rede e possibilidades de mobilizações de recursos para ampliar o leque de atuação.

Destaca-se como importante a participação nos eventos que ajudaram a entender o que estava sendo articulado fora do estado, gerando uma maior articulação política e formas de atuação em rede. Ainda na década de 1990 inicia-se uma discussão mais ampla sobre as especificidades lésbicas e entre as lésbicas, com suas pautas exclusivas, especialmente após a realização do I SENAILE (1996), do qual o AMHOR participou com suas duas representantes da época, sendo um momento importante de articulação política em nível nacional e local.

O AMHOR sempre foi um grupo misto, em que a ideia de formação se dava coletivamente. No entanto, através do reconhecimento e construção de narrativas das militantes lésbicas do grupo e formas de atuação de suas representantes, pela presença e investimento, predominaram as pautas lésbicas, constituindo assim os movimentos lésbicos, começando a potencializar a identidade lésbica como forma de resistência e atuação política.

O AMHOR possibilitou em sua construção política o reconhecimento de pessoas que fortalecessem os segmentos identitários LGBTs. O reconhecimento se dava pela atuação e disposição para a militância, como possibilidade para representatividade do grupo, visto que, naquele momento, havia poucas pessoas para atuação. As representações cunhavam os pressupostos da democracia representativa (PINTO, 2004).

Ainda em nível de organização de eventos LGBTs, importante citar a participação do AMHOR em 1992 no VI Encontro Brasileiro de Homossexuais, realizado no Rio Janeiro, e, em 1993, no VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, em Cajamar/SP, em que

houve a mudança do nome incluindo as lésbicas como forma de reconhecimento do protagonismo político, mas também na construção da identidade lésbica que vinha se desenhando. Facchini (2005) faz ponderações sobre os encontros que desde 1980 são importantes para a organização dos movimentos lésbicos. A autora menciona o AMHOR como estreante no encontro em 1992.

Os encontros e seminários são importantes, pois, por meio deles os movimentos LGBTs criam caminhos de articulação política em nível nacional e local, e, assim, constroem narrativas coletivas que impulsionam as diretrizes dos movimentos, na formação de novas lideranças e no reconhecimento da população enquanto sujeitas de direito. Essas trajetórias acabam incidindo na proposição das políticas públicas, que começam a ser implementadas a partir dos anos 2000.

A década de 1990 é uma década na qual o AMHOR passou pelo processo de institucionalização e atuou em nível local, através da mobilização de mais militantes para participar dos movimentos, das reuniões internas, do diálogo com o Estado, mas também nos diálogos nacional e internacional. Em Pernambuco, no que tange esta pesquisa, não há registro de outro grupo de lésbicas que existisse no período citado.

A construção da identidade lésbica e as memórias dos movimentos lésbicos se dão com mais ênfase a partir deste período, com maior acervo, através dos registros de fotografias, da institucionalização jurídica, dos livros de ata, da mobilização de recurso, do controle social e de outras pontes que vão abrindo caminhos para que, nos anos 2001-2010, haja uma maior ampliação para as articulações locais e nacionais pelos grupos e em rede, tratadas a seguir.

4.3 Articulação local e nacional em rede dos movimentos lésbicos (2001-2010)

Os movimentos de lésbicas nos anos anteriores dialogaram com a temática LGBT de forma mais geral, com hiato para a construção da identidade lésbica na realização do I SENAILE (1996). A partir dos anos 2000 fortaleceram-se as articulações políticas entre as lésbicas, por meio da construção de redes específicas para trabalhar as pautas da lesbianidade e seus desdobramentos, fortalecendo assim a militância dos movimentos lésbicos.

Assim, os movimentos lésbicos vão construindo coalisões políticas, territórios e fronteiras (AZALDUA, 2005) para o fortalecimento de suas identidades, como forma de resistência política, através da ampliação de grupos e redes com a preocupação de atentar às especificidades lésbicas, que ainda perduravam na formação de novas lideranças, às pautas de

saúde para as lésbicas, no que tange a prevenção as IST/HIV/AIDS e especialmente, ao reconhecimento dessas pautas como políticas públicas que devem ser implementadas.

Na construção das redes específicas para atuação lésbica, a primeira surge em 2003, a Liga Brasileira de Lésbicas - LBL⁴⁹. A rede foi articulada no Fórum Social Mundial – FSM, realizado em 2003, em Porto Alegre. A LBL se constituiu com a atuação política muito mais articulada com os movimentos feministas, com escolhas políticas em participar de ações com pautas lésbicas e feministas, em diálogos com pautas LGBT em alguns momentos importantes de incidência política, como atuação em conselhos, conferências, e, por opção política, não participou de redes mistas com histórico de opressão de gênero entre homens e mulheres. A LBL passou por um processo de dissidência pelas relações interpessoais, políticas, afetivas e de relações de poder, havendo o rompimento com a saída de algumas lésbicas que acabaram criando a Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL (2004).

A ABL é uma rede que se constitui enquanto espaço de lésbicas para as lésbicas, mas tem a atuação voltada também para os espaços LGBTs, com suas representações, a exemplo da sua inserção na ABGLT, em que Yone Lindgren é uma de suas fundadoras e esteve na vice-presidência.

Ainda a nível nacional, surge em 2007 o CANDACES-BR, que tem sua atuação pautada nas questões de gênero, relações raciais, sexualidades e religiosidade, mas por problemas nas relações ocasionaram em conflitos internos, resultando a dissidência da rede e a criação da Rede SAPATÁ, em 2007, que também tem discussões de pautas políticas semelhantes como bandeiras de lutas.

Importante perceber que esses eventos sempre acontecem por divergências políticas, porém, nem sempre podem ser considerados do ponto de vista negativo, pela criação de outros grupos ou redes, que de certa forma ampliam as potencialidades políticas e de atuação diversas, que às vezes convergem ou divergem, mas que potencializam as lesbianidades como forma de resistência.

Nas experiências dos anos anteriores, percebe-se que, dentro dos movimentos LGBTs geral, havia conflitos pelas relações de gênero e reprodução de machismo, o que ficou também bem acentuado na atuação da ABGLT, resultando na construção do Coletivo de Mulheres Feministas da ABGLT, como forma de resistência política e de militância interna da rede para dialogar sobre os machismos e hierarquizações de gênero.

⁴⁹ Para saber mais sobre a rede ver os trabalhos de SELEM (2007), SILVA (2016).

Em Pernambuco, o surgimento do Fórum LGBT estadual teve atuação maciça das lésbicas em sua fundação, encontrando no caminho enfrentamentos nas desigualdades de gênero, de classe, escolaridade, o que também ocasionou diversos conflitos. Os homens queriam assumir o protagonismo do fórum, sem focar nas especificidades de cada identidade, além de haver disputas por representatividade entre homens e mulheres. A reprodução do machismo era evidenciada através de piadas, exclusões, exposições. No entanto, as lésbicas resistiram, não deixando de participar dos espaços. Evidente que existiram casos em que algumas lésbicas se afastaram por não suportar as disputas por representatividade e discriminação, especialmente pelas disputas de quem tem maior escolaridade, pelas relações de gênero, chegando um militante a dizer que quem não tinha formação acadêmica não poderia assumir a coordenação do espaço.

No que tange aos grupos exclusivos de lésbicas, existiram vários conflitos, o que resultou na dissidência do AMHOR com a saída de Josenita Duda Ciriaco pelas mesmas razões da ABL e LBL, e a criação da AME no ano de 2001.

Em 2001 também surge o Movimento LGBT Leões do Norte, mas no seu surgimento não houve atuação das lésbicas, o grupo, porém, é importante na formação política de diversas lésbicas. Sendo a partir de 2009 que vai se construindo o protagonismo de algumas lésbicas, porém ainda é um grupo mais reconhecidamente gay pelo protagonismo dos homens.

Surgiram outros grupos exclusivamente lésbicos, como Grupo DIVAS – Instituto de Defesa da Diversidade Sexual (2004), um grupo que tinha mais atuação no movimento feminista e diálogos com a academia. O DIVAS nasceu em Recife, tendo também atuação no Ceará, onde uma das integrantes morou, potencializando caminhos que versavam a articulação em redes feministas e diálogos mais pontuais com o movimento LGBT. No mesmo ano surge a ASSERCO, grupo que agrega mulheres e homens, no sertão pernambucano, que começa muito mais com a atuação no município de Salgueiro e em municípios circunvizinhos.

Em 2007 surge o Grupo LUAS, com atuação mais nos movimentos LGBTs em diálogo com o movimento feminista, havendo em 2009 dissidências pelos mesmos motivos da LBL e ABL, do AMHOR e da AME, o que resultou na fundação do Labris, grupo que teve duração do final de 2009 até meados de 2013. O Labris conseguiu manter diálogos mais próximos com o movimento feminista, mas com atuação da pautas lésbicas junto aos movimentos LGBTs, encerrando suas atividades pelas escolhas de caminhos de suas integrantes, para focar em suas formações acadêmicas.

O Bloco da Diversidade-PE surge em 2009, no mesmo ano que o COMLESBI, com a particularidade de que o Bloco já cria personalidade jurídica, o que o difere de muitos, sendo composto por mulheres e homens, mas com maior protagonismo das lésbicas, desde a sua fundação.

Na articulação em rede, o COMLES é fundado em 2009, através da influência do Pacto Lésbico Feminista (2009), para articulação dos grupos locais trabalharem em rede no estado, visto que, por vezes, eram potencializados os conflitos de cunho interpessoal e político, fazendo com que não houvesse diálogo e parceria entre os grupos. Os conflitos se davam pelas disputas de representatividade política, o que acabava influenciando nas relações pessoais e políticas das participantes. Logo, com o aceite do Pacto, os conflitos foram amenizados e prevaleceram os diálogos políticos.

Todos esses grupos contribuíram com a formação do COMLES, espaço que tem potencializando as ações lésbicas em Pernambuco, iniciado sua atuação majoritariamente com grupos de Recife e Região Metropolitana, em 2009, ampliando para as demais regiões do estado posteriormente.

Esta década é um período que denomino como fortalecimento de redes e grupos locais e nacionais que potencializaram a identidade lésbica como forma prioritária de organização política, mesmo com diálogos e atuações necessárias com outros movimentos sociais, como o LGBT, feminista, negro, sindicais, partidos políticos, com a priorização da organização a partir da identidade lésbica, como resistência política, contra as diversas opressões existentes, inclusive para dentro dos diversos movimentos por não priorizar a sexualidade/lesbianidade como forma de opressão.

Falquet (2009) indica que é preciso trabalhar interseccionalmente as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade, no entanto, a sexualidade tem sido reconhecida pelas normas impulsionadas pela heteronormatividade, realidade que condiciona alguns movimentos a não reconhecer a lesbianidade como pauta ou bandeira de luta importante. No entanto, a opressão por expressão da sexualidade atinge todas as mulheres, independente de orientação sexual, visto que o sistema patriarcal trabalha com a apropriação dos corpos das mulheres, como objeto da dominação masculina, reprodução, propriedade privada, liberdade da mulher sobre seu próprio corpo (RUBIN, 1975; WITTIG, 1980; LÉVI-STRAUSS, 1982).

Por toda a estrutura patriarcal o reconhecimento da sexualidade como opressão a identidade lésbica faz questionamento direto ao sistema de dominação das mulheres pelos homens. O fortalecimento das sujeitas lésbicas, enquanto militantes de ação coletiva de lutas e

resistências, foi acusado na década de 1980 de separatista, por entender que era preciso construir teórica e politicamente as lesbianidades (GROSSI, 2018).

Em vários espaços não eram acolhidas a atuação política das lésbicas, nem respeitada à construção teórica da crítica à heterossexualidade obrigatória, como um dos “nós” do patriarcado que oprime todas as mulheres, assim como as lésbicas. Segundo Monique Wittig (1980) as lésbicas não podem ser consideradas mulheres, pois não se adequam ao padrão heteronormativo, no sentido de que essa parcela das mulheres não está disponível para o acesso aos homens e para a reprodução nos modelos tradicionais.

Mesmo com as limitações das normatizações e conflitos que se potencializam para dentro e para fora dos movimentos, considero que esta década é o período que a construção da identidade lésbica emerge com mais força, causando fortalecimento nos espaços de atuação política, o que resulta na ampliação de pesquisas, assim como de espaços mais fortalecidos para a militância lésbica.

A nível nacional foi nesse período que começam a serem implementadas algumas políticas de identidade para a população LGBTs, que através das suas redes e grupos cobravam do governo programas direcionados para a população LGBT, criando em parceria da Sociedade Civil e do governo, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Brasil sem Homofobia (2004). O programa aponta indicadores importantes para a construção da cidadania LGBT e para a implementação das políticas públicas em diversos campos.

Logo, esta década tem grande importância na expansão do que vinha se desenhando nas últimas décadas para a população LGBT, ponderando as especificidades da “sopa de letrinhas”. Já em Pernambuco, é a década de pensar com mais ênfase as identidades lésbicas, por entender que era preciso pensar as relações macro, mas também construir o protagonismo dos grupos lésbicos articulados em rede.

Esta década foi o início das discussões para que as pautas LGBTs fossem postas na estrutura de governo, com a fundação da Gerência da Livre Orientação Sexual, agregada à Secretaria de Direitos Humanos na Prefeitura da Cidade do Recife, em 2002, iniciando as articulações com os movimentos sociais e os partidos para a implementação das políticas públicas. Pela atuação da gerência houve implementação de alguns projetos governamentais que fortaleceram a criação de ações, como o Projeto Quintas da Diversidade, que realizava uma vez por mês, um evento em alusão à diversidade sexual, com shows, recitais de poemas e outras formas de expressões culturais e políticas. Foi um projeto importante para a disseminação das culturas LGBTs, inclusive internamente, para se pensar as políticas específicas para a população. O que contribuiu para se criar mais visibilidade para as pautas e

diálogos dos movimentos LGBTs com os governos, o que potencializou a interiorização da política LGBT, o que veremos agora.

4.4 Fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019)

Todos os grupos que nasceram na década anterior continuam com sua atuação política, com exceção da AME, que fechou as portas em 2014, do Labris, em 2013 e do Grupo DIVAS, em 2018. Os demais grupos e redes mantêm suas atuações fortalecidas, só que neste período priorizando a atuação em rede, o que possibilitou certo apagamento dos grupos, sendo reconhecidos muitos mais na atuação coletiva das redes.

De certa forma, tem sido positiva a atuação em rede, porém, há conflitos de maior intensidade que reverberam em certo silenciamento das ações. Em 2016/17, no processo etnográfico, houve conflitos potentes entre algumas participantes, o que prejudicou a realização da Ala das Mulheres na Parada da Diversidade, por exemplo, não deixando de acontecer o evento, mas gerando muitos problemas com o governo, que naquele ano não cedeu apoio, e entre os grupos que sempre realizam a organização da ala, desde 2010. Foram momentos tensos de reuniões bem acaloradas e depois o tempo de repouso nas ações dos movimentos, que durou mais ou menos um ano com reuniões bem espaçadas, como forma de amenizar os conflitos.

Analisa-se que a atuação em rede não pode interromper as ações de base dos grupos, nem tão pouco as redes tomarem como suas ações todas as ações que os grupos querem realizar, mas que no período de realização do campo as ações são mais realizadas nos coletivos, ficando os grupos, sem tanta autonomia e de certa forma apagados.

A raiz de certo apagamento de alguns grupos vem desde 2009, com o Pacto Lésbico Feminista, que potencializou a formação do COMLES no mesmo ano. Essas ações fizeram com que a maioria dos grupos se reunisse, amenizassem os conflitos existentes decorrentes dos anos anteriores. No entanto, geraram outros conflitos e decorrentes deles, as ações da maioria dos grupos que participam dos coletivos são realizadas sempre pela rede, com raras exceções.

Esses momentos podem ser avaliados como momento de fortalecimento das redes locais e nacionais, mas também no silenciamento dos grupos e ações “individuais”, parece-me que as redes viraram os grupos, e, depois do Pacto Lésbico Feminista, as ações são mais coletivas entre as redes, evidente, que impulsionadas pelas integrantes dos grupos, mas gerando maior ênfase nas ações coletivas das redes, cumprindo o objetivo inicial do Pacto

Lésbico Feminista, mas também como momento de enfraquecimento dos grupos, potencializando, por vezes, algumas poucas militantes como referências dessas articulações.

Essas misturas de protagonismo também acontecem na realização das ações realizadas entre sociedade civil e governo, especialmente com as ações do Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais, que é um espaço paritário que tem as representações dos movimentos sociais e do governo, e isso tem contribuído para o trabalho nesse espaço de controle social e trabalho em rede. Porém essas relações têm construído o nome do comitê que está ligado à Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco, confundindo-se com o que se faz nos movimentos lésbicos enquanto movimentos e o que se faz enquanto ações de governo. Questões que serão mais explicitadas à frente.

Observa-se que, neste período (2011-2019), existe o crescimento dos grupos no interior do estado que, de certa maneira, são frutos da atuação das redes, grupos locais e nacionais que contribuem para a organização de outros grupos. Em 2011, surge mais um grupo em Recife, uma ONG chamada Grupo Somos Todos Iguais. No mesmo ano, no Agreste, ocorre a fundação do Coletivo LGBT de Passira, com atuação de mulheres e homens LGBTs. Assim como em 2014 com Coletivo Lutas e Cores, sendo protagonizado inicialmente por homens gays, mas que ao longo dos anos vem se potencializando com o protagonismo também das lésbicas.

Na Zona da Mata, fundou-se em 2013 a AMAS – Associação LGBT da Mata Sul, da qual uma das interlocutoras desta pesquisa é sócia, mas na associação ainda não existe o protagonismo lésbico, porém há o espaço em aberto para ser ocupado, sendo potencializado na região o ativismo lésbico independente. Em Petrolina, 2016, surge a Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco, Mesorregião do São Francisco, com o protagonismo lésbico na sua fundação e no desenvolvimento das ações, além das atuações junto ao campo da educação superior, como mencionado na narrativa de vida de Camila Roseno, no capítulo II. Em 2017 surge o Movimento Guerreiras de Labrys, movimento articulado na zona norte do Recife, grupo que está dando seus primeiros passos.

Fica evidente que há diferenças na forma de atuação nos grupos que estão na capital e no interior. Enquanto na capital e região metropolitana os grupos e redes estão mais articulados na atuação de grupos exclusivamente lésbicos, em sua maioria, nas demais regiões a atuação lésbica está articulada a grupos que reúnem todas as identidades LGBTs.

Os grupos localizados no interior estão começando o processo de articulação em rede, participando dos movimentos feministas, como o exemplo da organização no Agreste, do Coletivo LGBT de Passira que está filiado ao Fórum de Mulheres de Pernambuco – FMPE e à

Marcha Mundial das Mulheres – MMM, construindo diálogos mais próximos com os movimentos lésbicos, mais recentemente. Já o Coletivo Lutas e Cores, que faz parte da mesma região, têm potencializado o diálogo mais forte com os movimentos LGBTs, interseccionado com a academia, movimentos feministas.

No sertão, a ASSERCO tem pautado muito mais as ações locais, começando suas articulações estaduais, através da participação na conferência LGBT de 2016, que serviu para criar pontes de articulação com outros movimentos, com isso o grupo ficara mais próximo das discussões dos movimentos LGBTs, não estando articulado ainda em rede, assim como a AMAS da Mata Sul do Estado.

Em Petrolina, a Associação Sertão LGBT do Vale do São Francisco está articulada em rede através da participação no COMLESBI e ABL, tendo possibilitado as discussões que têm surgido local e nacionalmente para ampliar o fortalecimento do grupo no município e cidades vizinhas, através das formações, eventos, ampliação das militantes lésbicas nos espaços, o que tem potencializado as ações pela diversidade sexual, sem focar nas especificidades lésbicas.

Em Pernambuco tem movimentos lésbicos ou de homens e mulheres pelas causas LGBTs em todas as regiões do Estado, o que tem impulsionado as discussões em torno das lesbianidades e diversidade sexual. Observa-se que, enquanto mais está perto da capital, as discussões e organizações giram em torno das especificidades das lesbianidades, com os movimentos organizados só de lésbicas, que se articulam em alguns momentos mais específicos para tratar de assuntos, mobilizações, parcerias e participações em espaços de controle social para a população LGBT.

Nas demais regiões, a organização dos grupos se dá de forma mais “unificada”, com grupos que reúnem mulheres e homens LGBTs, não tendo surgido ainda nenhum grupo específico lésbico.

A forma dos movimentos se organizarem nos faz constatar que no período incubadora (1979-1990) e de institucionalização (1991-2000) a organização se dava mais coletivamente, através da atuação LGBT, no período de articulação local e nacional em rede (2001-2010) foram criando espaços exclusivos para trabalhar as especificidades lésbicas e no momento de fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019) há um retorno de se trabalhar com a “sopa de letrinhas”, todo mundo junto, no contexto do interior, e na capital os movimentos permanecem organizados como movimentos de lésbicas em articulação com as demais identidades LGBTs e feminista.

Há de se perceber que em relação ao último período citado, os grupos são bem mais jovens, então, talvez não tenham ainda percebido os porquês das organizações em separado,

apesar de que, com algumas exceções, há denúncias da reprodução do machismo dentro dos grupos, expressando as dificuldades de lidar com as pautas das/os sujeitas/os LGBTQs juntas/os.

Pelas experiências relatadas das interlocutoras/pensadoras, o trabalho coletivo com toda “sopa de letrinha” foi bem importante para criar robustez para as/os sujeitos políticos, só que quando se pensa nas relações de conflitos, os desgastes aparentemente nas décadas mais recentes parecem ser maiores. Questões que serão mais aprofundadas adiante.

Então, o período de institucionalização é um momento que os movimentos têm criado mais raízes e têm ampliado seus campos de atuação, então quem tá mais na capital tem conseguido chegar às demais regiões e contribuído com a articulação política, através da formação de outros grupos. Mesmo que este mesmo período tenha sido um momento de instabilidade política e de certos medos de retrocessos, os grupos não têm recuado em suas atuações.

Diante desta apresentação inicial seguimos a conhecer os grupos que perfazem os movimentos lésbicos em Pernambuco.

4.5 Enquanto isso, em Pernambuco: Ô abre alas, que Elas vão passar!

Os movimentos lésbicos em Pernambuco perpassam pela construção das narrativas de vida já apresentadas no capítulo anterior, e organização dos grupos, que ocorre desde o final da década de 1970. O contexto da época se dava pela efervescência cultural, em plena ditadura militar, onde foi preciso construir guetos para lidar com certas questões que ainda não poderiam ser tão expostas, como a expressão da sexualidade não heterossexual.

É neste cenário que se iniciou a constituição da militância lésbica no Estado, mesmo entendendo que antes da década de 1970, poderiam ter existido outras sujeitas políticas que tenham protagonizado a existência lésbica. No entanto, as memórias que esta pesquisa conseguiu abranger vem deste período, com a articulação de mulheres e homens, à época considerado movimento homossexual.

Depois de décadas, foi se constituindo a organização dos movimentos separados pelas identidades GLBTs, e posteriormente LGBTQs. No entanto, a prioridade desta pesquisa é entender os trajetos da organização e memórias dos movimentos de lésbicas, apresentando os grupos lésbicos ou outros que levantaram pautas das lesbianidades, e como vem se desenvolvendo através de diferentes vozes, grupos e ações coletivas que serão apresentadas ao longo deste capítulo.

4.5.1 AMHOR – Associação e Movimento Homossexual de Recife e Região Metropolitana

Figura 21 - Sede do AMHOR em Camaragibe



Crédito da imagem: Acervo pessoal de Josenita Duda Ciriaco

O marco da memória construída nesta dissertação parte da militância de Josenita Duda Ciriaco, que começou o diálogo com o movimento hippie, com os homens gays, conforme a mesma relata:

Então quando foi em 79, 80 juntaram-se uns meninos da Várzea, que faziam teologia da libertação e eles eram homossexuais, eram estudantes que moravam em casa coletiva, né? Eram do interior e moravam juntos e faziam teologia e discutia... Aí veio aqui em casa, a gente... fui pra uma festa uma vez, eu fazia festa aqui, noite da camisinha, noite da metamorfose! [...] então tinha esses meninos que diziam assim: “a gente quer fazer alguma coisa, mas o pessoal fala da gente. A gente não tem onde” aí eu disse: pronto, a gente vai fazer aqui! Entendeu? A gente faz a festa, a noite da metamorfose e vai... “Ah, tu deixa Nita?” Eles se transformaram em mulher! Eles gostavam de se pintar, num sei o que e dançar música internacional... aí pronto, tinha aqui, deixava o som tocando, eu tinha uma radiola, a gente tocava, eu chamava todo o pessoal e dizia a Noite da Metamorfose, que era Raul Seixas, né? Aí passava a noite, eu fazia uma batida que era Xoxota o nome da batida, que é ovo de codorna, amendoim, leite moça... Aí a gente pegava, fazia e pronto, passava a noite todinha bebendo, tocando, né? E tinha os pais que vinham, tinha algumas pessoas que vinham assistir eles dançando, num sei o que [...] e a gente conversava. (Entrevista cedida por Josenita Duda Ciriaco, em 22/06/2018).

A partir das interlocuções com esses rapazes, Josenita foi convidada a refletir sobre sexualidade. À época ela já se apresentava como entendida⁵⁰ e isso chamava atenção das pessoas. Naquele momento de extrema invisibilidade se expressar enquanto entendida, dizia-se uma mulher forte e a frente do seu tempo. Em um momento de campo, em conversa com amigas de Josenita, Vera Galvão⁵¹, militante junto com ela há 40 anos, afirma: “Nita se

⁵⁰ Termo usado a época para denominar mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres.

⁵¹ Ativista feminista, que tem uma trajetória importante em Camaragibe, uma das fundadoras do Museu da Cultura Popular Vera Galvão, amiga irmã de Josenita Duda.

portava como uma mulher à frente do seu tempo. Naquela época as mulheres não diziam que eram lésbicas e isso ajudou a muita gente a diminuir o preconceito”.

As provações de classe, saúde e sexualidade, traziam consigo a reflexão acerca da forma de estar no mundo. As situações eram desafiadoras, sendo muito tocadas pelas iniciativas que dialogavam com as liberdades individuais e coletivas, então, a constituição dos movimentos lésbicos, protagonizados por Nita, se iniciou através dessas festas, trazendo debates em torno de questões políticas, participação comunitária, a organização nos movimentos sociais e políticos, e, além disso, a discussão sobre a “peste gay”, que demonizava as práticas homoeróticas e a responsabilizava como uma das principais causadoras da transmissão do vírus do HIV (FACCHINI, 2005; TREVISAN, 2000).

Em Pernambuco, a partir desses diálogos, houve a preocupação de discutir e organizar o movimento homossexual. Na década de 1980, instituíram-se diversos movimentos sociais, que debatiam além da “peste gay”, a efervescência trazida pela organização do movimento feminista, a partir da fundação do Fórum de Mulheres de Pernambuco, em 1988. Nesse momento, não haviam outros grupos homossexuais organizados no Estado e dessa forma, a reunião em guetos era a alternativa para fortalecer as práticas políticas e pensar a sexualidade como bandeira de luta.

Neste percurso de articulação, Josenita Duda Ciriaco aceita participar da diretoria e da fundação do AMHOR.

Então chegou esse pessoal de teologia lá da várzea e pediu pra eu ser uma presidente, diretora... assumir essa coisa do AMHOR, que ele disse: “eu vejo você falando no movimento negro lá no PT!” Foi época também da chegada do PT; “eu vejo você falando, você faz festa em casa... então você topa ser nossa madrinha?” é porque é amor com H, Articulação e Movimento Homossexual do Recife... aí eu digo: “mas aqui não é Recife, ah, mas é Recife e Região Metropolitana.” Aí ele chegou... porque eles queriam legalizar, eles tinham começado lá na Várzea o movimento e tinha as mulheres. Aí ele disse: “Então a gente vai fazer um grupo misto, né? Tinham as mulheres também, então a gente fez um congresso aqui... congresso não, um encontro né? E aceitei, pois eles não podiam ser da diretoria, entendeu? Aí conseguiu, os meninos também toparam... aí a gente fez uma ata, legalizou né? (Entrevista cedida por Josenita Duda Ciriaco, em 22/06/2018).

A organização do movimento homossexual vem deste período, mas a fundação conforme a ata do AMHOR⁵² é datada em 1991, sendo registrada no cartório apenas em 19/11/1998. A articulação nasceu nas cidades de Recife e Camaragibe, mas o grupo foi registrado em Jaboatão dos Guararapes. Conforme o referido documento, o objetivo do grupo era articular as pessoas homossexuais contra as discriminações sofridas.

⁵² Nos anexos desta dissertação.

O grupo pautava forte discussão sobre religiosidade e igreja, sobretudo a punição dos pecados das pessoas que estavam se organizando na militância, já que muitos vinham de relações próximas com a religião católica. No entanto, a prática religiosa trazia questionamentos sobre as práticas homossexuais e a relação entre fé x desejo, que por vezes, devido à culpa sentida pelo não cumprimento do papel da heteronormatividade, culminava na vontade do suicídio, como exemplo pessoal trazido por Josenita, assim como mencionado na ata do grupo.

Outro exemplo a ser citado, diz respeito à necessidade do grupo em ofertar apoio as pessoas que estavam em conflitos relacionados à sexualidade. Por vezes, os participantes dos eventos não se permitiam ser fotografados, pois não podiam ou não queriam aparecer em consequência da dificuldade de assumir a identidade homossexual e se diferenciar da maioria das pessoas.

Finalmente fundado, o grupo assume os compromissos a princípio:

Grupo de convivência homossexual partindo das relações afetivas (amizades) atingindo em integridade com a sexualidade dos demais, grupo de atuação de atuação e militância (formal), assumindo como o grupo se posiciona frente às violações e desrespeito para com a identidade homossexual agredidos em seus direitos de cidadãos, apresentando-se como militantes homossexuais, grupo de atuação informal: desenvolvendo trabalhos no seio da sociedade, especialmente atingindo a comunidade gay, de forma na representação de classe (voluntariamente) perante as instituições e órgãos governamentais. Desenvolvimento do grupo: Quais as nossas diretrizes? a) reuniões nas quais deve-se investir na formação e informação de todos os membros participantes, no referente às questões ligadas as identidades sexuais em geral; b) atividades como grupo desenvolvidas ao ponto de comprometer os membros com as causas da liberdade sexual, proporcionando-na frente à toda forma de discriminação e repressão da sexualidade humana; c) contatos: manter o máximo possível ficando em intercâmbio com homossexuais, bissexuais e travestis, tendo em vista que o grupo é formado por estes. Considerar as minorias espoliadas, apoiando os outros como é o caso das mulheres, negros, índios, menores, etc; d) o grupo através de sua equipe de coordenação desenvolverá um serviço de orientação e apoio e educacional e profissional para seus membros associados. Podendo, para tanto, criar projetos para capitalizar as emergências ocasionais. e) Deverá (se aprovado) na estabelecida uma modalidade de contribuição dos seus membros para o grupo. (ATA DE FUNDAÇÃO DO AMHOR. P. 3-4).

O AMHOR foi o primeiro grupo a ser institucionalizado em Pernambuco. A princípio, era considerado de atuação mista, sendo fundado por dois homens e três mulheres, conforme consta na ata: Mário Israel Oliveira, José Lucimar Lourenço da Silva, Aldenice Maria de Lima, Cleide Maria Evaristo da Silva e Josenita Duda Ciriaco. Após toda a institucionalização do grupo, alguns membros não poderiam ter maior visibilidade por questões familiares e motivações religiosas, na sequência se deu o direcionamento ao trabalho com lesbianidade. Esse fato ganhou maior notoriedade com a entrada de Íris de Fátima da Silva, em 1997.

A história de ativismo de Iris de Fátima tem raízes no movimento sindical, tendo campo principalmente em atividades junto ao bairro de Afogados, seu espaço de trabalho. Além disso, de forma geral, tem atuação no campo de saúde, focando especialmente na saúde das lésbicas, assim como a inserção e mobilização de mulheres através do esporte, para a construção da visibilidade lésbica.

Figura 22 - Fotografias torneios de futebol realizados na década de 1990.



Fonte: Acervo pessoal de Iris de Fátima da Silva, fotos da década de 1990⁵³.

A junção das militâncias de Josenita Duda Ciriaco e Iris de Fátima da Silva potencializou as discussões em torno da existência lésbica. Em conjunto, articularam a atuação em rede no Fórum de Mulheres de Pernambuco, espaço no qual Josenita é uma das fundadoras. A entrada de Iris intensificou os diálogos sobre a necessidade de se discutir também as pautas específicas lésbicas no movimento feminista⁵⁴, fazendo com que houvesse maior interesse na construção do movimento LGBT, com um local de maior aceitação das discussões sobre lesbianidades.

Na articulação em rede LGBTs, o AMHOR começou na Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – ABGLT, desde a fundação em 1995. Dessa maneira, deixou de ser um grupo de atuação local para dialogar nas redes nacionais e internacionais, a partir da participação de Iris de Fátima da Silva na fundação da ABGLT. Uma das missões de Iris era mobilizar as lésbicas para participar da rede, visto que devido os conflitos de gênero existentes na associação, fez com que várias mulheres e suas organizações se retirassem. No entanto, as que permaneceram, com o intuito de mostrar o compromisso

⁵³ Na imagem 14 no centro da foto de óculos escuro, Jane Pantel, uma das fundadoras do GLB – Grupo Lésbico da Bahia.

⁵⁴ A inserção da pauta da lesbianidade no movimento feminista gerou alguns incômodos, o que será melhor aprofundado no capítulo V que trata da militância para fora.

feminista e a tentativa de mudança da rede, fundaram em 2008, o Coletivo de Mulheres Feministas da ABGLT⁵⁵.

Importante mencionar que a participação das mulheres do Coletivo na ABGLT primava por dialogar sobre equidade de gênero, construir a presidência de uma mulher, motivado pelo fato de que desde a fundação da associação nenhuma lésbica havia ocupado este espaço, além de trabalhar internamente as relações de gênero e os demais enfrentamentos pelas representatividades para dentro, e para fora trabalhando contra a LGBTfobia, assim como as representações que os movimentos vão construindo.

As representantes do AMHOR participaram do I SENAILE, realizado em 1996, no Rio de Janeiro, evento pioneiro na articulação e mobilização das lésbicas no Brasil.

Figura 23 - Participação no I SENAILE, 1996, Rio de Janeiro



Fonte: Acervo pessoal de Iris de Fátima da Silva⁵⁶.

O AMHOR se filiou à Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex – ILGA, como uma associação importante na articulação de direitos para a população LGBT. Por essa participação, Josenita esteve presente na 18ª Conferência Mundial da ILGA, realizada em 1997, na Alemanha⁵⁷.

O AMHOR também se vinculou a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex para América Latina e Caribe - ILGALAC⁵⁸, desde a década de 1990. Participou do VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais, realizado em São Paulo, em 1993, como Facchini (2005 p. 123) apresenta uma lista de grupos que estavam articulados à época, mencionando o AMHOR como sendo um grupo do Ceará, no entanto, é o AMHOR de Pernambuco.

⁵⁵ Ata de fundação do Coletivo nos anexos desta dissertação, cedido por Irina Karla Bacci.

⁵⁶ Na foto encontra-se Iris de Fátima integrante do AMHOR (na parte inferior da foto, sentada de óculos), Neusa das Dores (da esquerda para direita com as tranças na boca) e Elisabeth Calvet (da esquerda para a direita no centro da foto com a blusa lilás, já falecida) ambas organizadoras do evento.

⁵⁷ Histórico de encontros da ILGA <https://ilga.org/ilga-history>

⁵⁸ <http://ilga-lac.org/pt/membros/#Brasil>

Figura 24 - Fotografia participação de Iris de Fátima no X EBGLT



Fonte: Acervo pessoal de Iris de Fátima da Silva⁵⁹.

Esses eventos e filiações contribuíram para que o AMHOR trilhasse caminhos de articulação mais ampla e direcionada a organização dos movimentos LGBTs e com isso, se tornasse um grupo de grande articulação em Pernambuco, por conseguir intensificar os diálogos não apenas local, mas nacional e internacionalmente, com o objetivo inicial de atuação e formação.

Em Pernambuco, o AMHOR construiu narrativas importantes, sendo o primeiro grupo a articular lésbicas no Estado e ter uma sede para realizar suas ações, sendo essa localizada em Camaragibe. A partir dos anos 2000, outras militantes se uniram a causa para contribuir com os movimentos. O AMHOR acolheu diversas pessoas que passaram por ele e foram construindo seus caminhos, como Rivânia Rodrigues da Silva, Irene Freire, Ana Marta Vieira e Micheline Américo da Silva, as duas últimas fazem parte também da história jurídica do grupo.

O grupo contribuiu para a realização da parada da diversidade de Pernambuco desde a sua I edição, em 2002. O evento foi realizado na Conde da Boa Vista, avenida localizada no bairro da Boa Vista, em Recife, sendo este, um espaço frequentado de forma considerável pela população LGBT e onde se localizam a maioria dos bares com expressão GLS⁶⁰.

O AMHOR participou de todas as organizações da Parada da Diversidade, desde sua primeira edição. Importante perceber o papel da ABGLT, como rede nacional, na articulação

⁵⁹ Na foto Iris de Fátima integrante do AMHOR e Marisa Fernandes, ativista lésbica que participou do Grupo Somos, em 1979 e depois articulou grupos direcionados as lésbicas, como a Facção Lésbica dentro do SOMOS-SP, em 1980.

⁶⁰ Espaços direcionados para o público gay, lésbico e simpatizantes.

dos movimentos no Estado, contribuindo para a realização da primeira parada, assim como na formação de algumas/uns militantes.

As pautas pensadas inicialmente pelo AMHOR para os movimentos lésbicos convergiam com o que o movimento nacional estava articulando, como o campo da saúde, formação política de lideranças para atuar nos movimentos. O grupo passou por reformulações devido a conflitos internos, levando a saída de Josenita em meados dos anos 2000. Esse fato foi motivado por divergências políticas e relações afetivas e pessoais, onde posteriormente fundou a AME. Dessa maneira, resultou na permanência de Iris de Fatima no AMHOR.

O AMHOR foi responsável por diversas articulações no Estado, com a contribuição para a implementação da Assessoria Especial para Assuntos LGBTs no governo do Estado, organização dos movimentos, através da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco, COMLESBI, organização das Paradas da Diversidade, Ala das Mulheres na Parada, impulsionou a organização do I Seminário Estadual de Lésbicas, que resultou na confecção da cartilha: Se você é lésbica a/o profissional de saúde precisa saber (LEMOS, 2016). A interiorização da política lésbica e LGBTs também são preocupações do grupo, o que tem impulsionado discussões entre militantes da capital e as demais regiões, dentre tantas outras ações realizadas que fazem parte das memórias de suas militantes e do grupo.

O AMHOR é um grupo que tem contribuído para a organização dos movimentos lésbicos, assim como na articulação dos movimentos LGBTs, no diálogo e implementação das políticas específicas e especialmente na articulação de pessoas para estar nos espaços de militâncias, impulsionando desde a sua fundação, o trabalho em rede como forma de ampliação e potencialização dos movimentos.

Alguns materiais e cartilhas produzidos pelo AMHOR encontram-se nos anexos desta dissertação, como registro das memórias e atuação política da instituição.

4.5.2 Movimento LGBT Leões do Norte⁶¹

Depois da fundação do AMHOR, anos mais tarde, surge o Movimento Gay Leões do Norte, fundado em 2001, através dos fundadores Weligton Medeiros, Ailton Sérgio Moura e Kátia Cristina Leite. Kátia não se identificava enquanto uma pessoa LGBT, mas contribuiu

⁶¹https://www.facebook.com/pg/paginaleoesdonorte/about/?ref=page_internal
<http://movimentogayleoesdonorte.blogspot.com/2010/05/ong-surgiu-em-dezembro-de-2001-com-um.html>

com a formação do grupo, pelo laço de amizade com os fundadores e também por acreditar nos objetivos do grupo, que eram:

A luta contra o preconceito, a discriminação e violência dirigidos a homossexuais, bem como trabalhar com a prevenção as DST/HIV/Aids e na conscientização dos homossexuais pela livre orientação sexual, incentivar ações que fomentem a cultura gay-lésbica”. (ATA DE FUNDAÇÃO DO LEÕES, 2001).⁶²

O Leões do Norte continua seu trabalho até os dias atuais, ao longo da sua história construiu um papel fundamental na formação política de diversas pessoas LGBTs, promovendo rodas de diálogos, oficinas de teatro, reuniões políticas, ações de controle social, cultural, dentre outras. Além disso, durante muitos anos se configurou como uma das portas de entrada para a militância no Estado. Nos sábados à tarde, reunia pessoas em sua sede na Rua do Riachuelo, na Boa Vista, para o processo de formação e articulação política. Essa trajetória política foi construída não somente na sede, como também através de ações em escolas e outros espaços.

O grupo é um dos primeiros grupos a ter uma sede para realizar ações específicas voltada às populações LGBTs de Pernambuco. A ONG estruturou projetos importantes no Estado, a exemplo da implementação do Centro de Referência em Direitos Humanos contra Homofobia Leões do Norte, com o financiamento do governo federal, através do Programa Brasil sem Homofobia (2003), questões que podem ser vistas mais detalhadamente na dissertação de Cleyton Feitosa Pereira⁶³. O Centro esteve no Leões do Norte no período de 2007, 2008 e 2009, posteriormente sendo instituída como uma política de governo, passada a gestão para o Estado.

O Leões do Norte sempre foi uma organização reconhecida pela atuação dos homens gays, em conjunto com outros movimentos e com parlamentares, a exemplo de Isaltino Nascimento, que esteve e está sempre próximo ao grupo, contribuindo com a articulação política, mobilização de recursos. Além disso, possuir vasta diversidade de integrantes com diversas formações, o que contribui para a ascensão do grupo.

Um das ações do Movimento LGBT Leões do Norte é a produção do jornal O Rugido⁶⁴, que vem construindo uma narrativa sobre os acontecimentos e movimentos no Estado. O jornal é distribuído de forma *online* e impresso. As edições são construídas através

⁶² Ata de fundação do grupo encontra-se nos anexos deste trabalho, cedida por Rildo Veras.

⁶³ PEREIRA, Cleyton Feitosa, Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia. (Dissertação de mestrado) UFPE, 2016. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18891/1/Dissertação%20Cleyton%20Feitosa%20Pereira%20D%20ep%20sito.pdf>

⁶⁴ Algumas edições encontram-se nos anexos desta dissertação.

dos problemas sociais pernambucanos, especialmente no que interfere na dinâmica da população LGBT e política, podendo ser mensal, bimestral ou a depender da demanda. As edições ficam a cargo dos/as militantes da ONG e parceiras/os que são convidadas/os a escrever.

O grupo teve sua configuração de gestão voltada para os homens, no entanto, suas ações são abertas para todas as pessoas que quisessem participar. Antes denominado Movimento Gay Leões do Norte, adequou seu nome para Movimento LGBT Leões do Norte, após a inserção das lésbicas na diretoria. A instituição tem construído um olhar mais atento a visibilidade lésbica, dispondo de espaços específicos para a população lésbica, como o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, com representação de duas lésbicas, a titular que está na condição de coordenação pelo movimento social através de Manoela Alves e sua suplente, a militante Rachel Costa, conhecida como DJ Chell Costa, contando ainda com a atuação de Ana Marta Vieira que hoje está a serviço do governo do Estado.

A participação das lésbicas passou a ter maior importância e representação institucional a partir da implementação do Centro de Referência. Inicialmente com participação enquanto profissionais e posteriormente trilharam o caminho de ativismo para dentro e fora do grupo, chegando a fazer parte da diretoria do Leões do Norte, com a primeira gestão e presidência lésbica entre 2011 e 2013.

Mesmo antes da presidência lésbica, a organização prezou pela articulação e visibilidade lésbica, podendo mencionar como momento importante desta construção, a realização do Sarau da Visibilidade Lésbica, organizado sempre no mês de agosto, no Mercado da Boa Vista, no centro do Recife. O Sarau está em sua XI edição. Evento este, inicialmente intitulado Sarau da Diversidade, em homenagem ao 29 de agosto, dia nacional da visibilidade lésbica.

A partir da X (2017) edição o Sarau, antes denominado como Sarau da Diversidade, passou a ser divulgado como Sarau da Visibilidade Lésbica, por entender que era preciso potencializar a visibilidade lésbica, como forma reivindicatória e política. Os saraus são sempre organizados pelo Leões do Norte, ampliando a parceria e apoios com outras instituições dos movimentos de lésbicas do Estado.

Os saraus são momentos políticos com apresentação do evento com o protagonismo lésbico de uma das integrantes do Leões do Norte ou parceira, mantendo os rituais de realização com falas de representantes de grupos lésbicos, recital de poesias, apresentação de peças e também um espaço de diversão com cantoras locais.

O sarau é uma das tradições de eventos da agenda LGBT do Estado, sempre realizados no mês de agosto ou início de setembro. Outro sarau também é realizado no mês de junho em alusão ao 28 de junho, dia internacional do orgulho LGBT. Os eventos reúnem lideranças, representantes políticos partidários e público diverso.

Internamente, o grupo passou por reformas, inclusive pela reivindicação das lésbicas para a adequação do nome de Movimento Gay Leões do Norte para o Movimento LGBT Leões do Norte, com o objetivo de contemplar todas as representações políticas que integram o grupo. A reivindicação foi atendida em 2018.

O grupo tem realizado ações importantes no Estado, como as sabatinas com os/as candidatos/as⁶⁵ a governador/a do Estado e prefeitos/as, reunindo a militância LGBT com o intuito de conhecer as proposições apresentados pelos/as candidatos/tas voltadas para a população LGBT. Esta ação é realizada desde 2004, na Boate Metrópole, local de diversão e cultura do público LGBT e afins.

O Movimento LGBT Leões do Norte tem um arsenal amplo de atuação, com diversos/as colaboradores/as. Importante mencionar ainda que, o grupo articula a parada da diversidade no Estado, desde a sua primeira edição em 2002, e continua trilhando caminhos de articulações políticas, pensando hoje muito mais no controle social e contribuição para as políticas públicas, além da articulação de uma Rede LGBT no interior do estado, que está em processo de fortalecimento.

Vários representantes do grupo estão ou estiveram na gestão de espaços LGBTs, iniciando com a Gerência da Livre Orientação Sexual – GLOS, da Prefeitura do Recife, Centro Estadual de Combate a Homofobia, Assessoria Especial para Assuntos LGBT do governo do estado de Pernambuco, Coordenadoria Estadual LGBT, Conselho LGBT de Políticas para a População LGBT do Estado de Pernambuco. Essas representações na gestão das políticas públicas reverberam como o grupo tem contribuído para os assuntos LGBTs, construindo reconhecimento pela atuação e articulação para implementação das políticas públicas.

Por outro lado, o grupo potencializou a interação com a população LGBT, através das formações realizadas na sede, nas mobilizações através dos eventos organizados, além da atuação em rede, através da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco, instituição também fundadora.

⁶⁵ <http://g1.globo.com/pernambuco/eleicoes/2014/noticia/2014/09/candidatos-ao-governo-de-pe-sao-sabatinados-em-boate-gay-do-recife.html>
<https://www.folhade.com.br/politica/politica/eleicoes-2018/2018/09/12/BLG,7767,7,947,POLITICA,2419-LGBTI-DEBATE-COM-CANDIDATOS-GOVERNO-PERNAMBUCO-NESTA-SEXTA.aspx>

4.5.3 AME – Articulação de Mulheres Entendidas

A AME surge em 2003, através da articulação de diversas mulheres à época denominadas entendidas e parceiras para a construção do segundo grupo lésbico no estado de Pernambuco. A AME teve seu nascimento em Camaragibe, local de moradia da coordenadora geral Josenita Duda Ciriaco.

A fundação da AME se deu depois do desligamento de Josenita Duda Ciriaco do AMHOR, pelos conflitos gerados por problemas políticos, mas também pela relação afetiva-sexual, o que ocasionou no seu desligamento em 16 de dezembro de 2002. A saída de Nita foi acompanhada por diversos problemas de relações interpessoais que reverberaram na reorganização política do grupo, ficando no AMHOR Iris de Fátima.

Importante mencionar que no livro de ata do AMHOR, constam os pormenores do desligamento de Nita, sendo pauta de uma reunião extraordinária, realizada em 22/03/2002. Na ocasião, a mesma pede o desligamento de Iris. As demais integrantes da reunião fizeram a defesa de Iris, pontuando suas contribuições para o AMHOR e deferindo sua permanência no grupo.

Neste interim, surge a AME, conforme a ata⁶⁶ com o objetivo de:

Essa associação deverá informar, capacitar, organizar sócio-político cultural e educativamente nós mulheres lésbicas, bissexuais ou heterossexuais no sentido de conquistarmos um mundo melhor, solidário e humano.” (ATA DE FUNDAÇÃO DA AME, 2003, p. 1).

A AME organizou vários eventos no município de Camaragibe, com sua sede no mesmo local onde anteriormente sediava o AMHOR, local que Nita divide o espaço para sua moradia e tem a construção de um salão para as ações sociais desenvolvidas na comunidade. Além do AMHOR e da AME, o local já sediou uma Biblioteca denominada Constelação do Saber, além dos diversos eventos organizados por Josenita e suas parceiras.

A AME realizou seu I Seminário de Mulheres Lésbicas da AME-PE, em 18 de fevereiro 2005, com a presença de 63 (sessenta e três) mulheres, com representantes do movimento feminista, além da presença de Iris de Fátima, Rosângela Castro, fundadora do Grupo Felipa de Sousa – RJ e a então deputada Tereza Leitão, do Partido dos/as Trabalhadores/as.

A AME articulou uma festa da visibilidade lésbica, em 2005, no Mercado Eufrásio Barbosa, em Olinda, dialogando sobre saúde, prevenção de IST/DST/AIDS, em potencial

⁶⁶ Ata na íntegra nos anexos desta dissertação. Os documentos da AME-PE encontram-se atualmente em posse do Museu da Cultura Popular Vera Galvão, em Camaragibe, onde Josenita deixou para o processo histórico da organização.

com as profissionais do sexo, realizando em Camaragibe o Seminário Deusa da noite, através do financiamento do Ministério da Saúde.

Em conversa com Rosangela Castro⁶⁷, ela menciona:

É importante registrar que Josenita Duda fez a primeira oficina de sexo mais seguro para as lésbicas, em praça pública, em janeiro de 1995 em Curitiba, em cima do trio elétrico. Acredito ter sido a primeira na América do Sul. Em Pernambuco eu tive a honra de acompanhar um período, as oficinas e visitas eram realizadas nos bordéis que ficavam na beira da linha do trem de Camaragibe, especialmente querendo acessar as lésbicas que se prostituíam. (Conversa com Rosangela Castro, 2019).

As atividades de AME ficaram reconhecidas especialmente pelo trabalho com saúde e realizações de outras atividades lésbicas, a exemplo da I Caminhada Lésbica de Camaragibe, em 2009, que conforme relatos foi uma caminhada tímida, mas demarcava o espaço político das lésbicas, com o apoio de vereadores do município. Em 2010 fez a visibilidade lésbica na Câmara dos Vereadores/as de Camaragibe, realizou vários seminários da visibilidade lésbica, articulou as lésbicas no movimento dos sem teto, onde teve acesso a lotes em São Lourenço da Mata, destinado às lésbicas.

A AME teve várias articulações em Camaragibe, com produções de materiais que perfazem a memória do grupo. A AME fechou as portas em 20/02/2014, com registro oficial de encerramento em 2015, deixando um legado de militância para os movimentos lésbicos no Estado, especialmente em Camaragibe. Josenita Duda, sua fundadora, continua sua participação nos movimentos, especialmente, feministas.

4.5.4 DIVAS - Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual

O Grupo DIVAS, fundado em 2003, em Recife – PE, tem uma trajetória compartilhada com o Ceará. Dentre elas menciono aqui o trabalho realizado especialmente por Marylucia Mesquita Palmeira (falecida)⁶⁸, foi assistente social e mestra em Serviço Social, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cofundadora do grupo. O grupo foi concebido com a expectativa para formação de mulheres, para atuação nos diversos movimentos e redes, articulação política, sendo uma das pautas prioritárias do grupo.

⁶⁷ Ativista lésbica e fundadora do Grupo Felipa de Sousa, também trabalha com prevenção com lésbicas, trazendo a personagem “Senhora Passado – signos lésbicos”, que fala como as lésbicas se portam, desde a década de 1970, conforme podemos ver na gravação no II Seminário Nacional de Lésbicas Negras, 2015. https://www.youtube.com/watch?v=LMVAV9oI_Rs&t=139s

⁶⁸ Para saber mais sobre sua construção política acessar entrevista feita pelo site toda forma de amor. <http://grupodivasce.blogspot.com/search?updated-max=2009-02-05T05:47:00-03:00&max-results=1&start=2&by-date=false>

O grupo teve sua atuação política mais efetivamente junto ao movimento feminista de Pernambuco, através do Fórum de Mulheres, da Liga Brasileira de Lésbica - LBL, com a missão de: “contribuir, a partir de uma perspectiva lésbica-feminista, para proteção, promoção, informação, mobilização, organização, representação e defesa da emancipação política e afetivo-sexual das mulheres lésbicas e bissexuais”⁶⁹ (BLOG DO DIVAS, 2009).

Marylucia Mesquita, enquanto militante, acadêmica e pesquisadora, teve um projeto aprovado: Nosso Corpo, Nosso Afeto, apoiado pela articulação do projeto GRAL, no programa gênero, reprodução e liderança da Fundação Carlos Chagas, para a formação de outras militantes, realizado em 2008. O projeto teve grande importância para a formação de mulheres para atuação nos diversos espaços de movimentos feministas e lésbicos. A iniciativa foi uma das pioneiras no Estado, potencializado o diálogo entre mulheres, com diversidade de temáticas, além do autoconhecimento.

Outra ação importante atuação do DIVAS foi a realização da Campanha: “O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito - campanha pela livre orientação e expressão sexual”⁷⁰, lançada em 2006. O grupo articulou a campanha junto a categoria profissional das/os profissionais de serviço social, através do protagonismo da militância lésbica do DIVAS, no Conselho Federal de Serviço Social e as parcerias realizadas com a Liga Brasileira de Lésbicas- LBL, Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL e ABGLT.

A campanha teve repercussão nacional, com lançamentos em várias partes do Brasil, sendo impulsionada pela atuação das militantes lésbicas dentro do Conselho e aprovada o lançamento no XXXIV Encontro Nacional do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, em 2005, com os objetivos:

Sensibilizar a categoria das/os Assistentes Sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade, e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e contribuir para garantia do respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social. (MANIFESTO DA CAMPANHA, 2007, p. 1.)

A proposta da campanha também teve como desafio:

⁶⁹ Missão do Divas exposta no seu blog: <http://grupodivasce.blogspot.com/search?updated-max=2009-01-30T19:17:00-03:00&max-results=1&start=8&by-date=false>

⁷⁰ www.cfess.org.br/.../CFESSMANIFESTA-OAMORFALATODASASLINGUAS.pdf

Diante disso e em relação a esta campanha temos o desafio de estimular o debate conceitual e a reflexão crítica sobre a diversidade humana e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos e investimento na socialização de uma cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe; reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a reflexão crítica em tais ambiências temáticas e intervir no debate profissional, na mídia e em todos os espaços com uma política firme contra a possibilidade de xenofobia e de reprodução de preconceitos e discriminação. (MANIFESTO DA CAMPANHA, 2007, p. 1).

A campanha alcançou várias esferas da sociedade, potencializando reflexões críticas sobre a temática, além do compromisso político da categoria profissional em suas práticas e na produção do conhecimento, o que instiga a pensar e refletir sobre a produção do conhecimento e a atuação profissional de forma mais inclusiva e respeitosa.

Toda essa articulação também resultou na publicação da Resolução CFESS nº 489/2006⁷¹, que coíbe quaisquer práticas de discriminação contra orientação sexual de pessoas que se relacionem afetivo e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, sendo parte da ética da categoria profissional.

O DIVAS protagonizou as primeiras amostras de artes da visibilidade lésbica, realizadas no Centro de Cultura Luiz Freire, em Olinda-PE e no Teatro do Parque, no Centro do Recife. Além da militância destacada de Marylucia, no Fórum de Mulheres de Pernambuco, na Liga Brasileira de Lésbicas e no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Nos movimentos LGBTs participou da fundação do Fórum LGBT de Pernambuco, em 2004, da organização do VI SENALE, realizado em Recife, em 2006, no Fórum de Mulheres de Pernambuco, potencializando a discussão entre feminismo e lesbianidade, colaborando com o fortalecimento das lésbicas internamente.

As ações do grupo se findaram no Estado com a partida de Marylucia Mesquita, para sua cidade natal, Fortaleza-CE. Outro fato lamentável foi à partida precoce de Mary, que diante do seu histórico de vida, adquiriu alguns problemas de saúde que se agravaram, através da depressão, cometendo suicídio em 2017. Nossas homenagens e reverência a Mary e ao DIVAS por sua atuação e luta política, especialmente em Recife-PE, Fortaleza - CE e no Brasil.

⁷¹ Encontra-se nos anexos desta dissertação.

4.5.5 Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco⁷²

O Fórum LGBT de Pernambuco foi fundado em Recife, em 2004, como resultado do amadurecimento da atuação de vários grupos, que observaram a necessidade de se ter uma instância intergrupos para fortalecimento das ações políticas no Estado, articulando não apenas as especificidades das lésbicas, como também as pautas gerais para a população LGBT e atuação política.

A formação da rede com a participação do AMHOR, Grupo DIVAS, Movimento Gay Leões do Norte, Grupo Gay de Pernambuco, Gestos e do Grupo Satyricon. Das representações lésbicas estavam presentes: Iris de Fátima da Silva, Micheline Américo da Silva, Josenita Duda Ciriaco, Marylucia Mesquita. Com o tempo o FLGBT-PE passou a agrupar diversos grupos de militância LGBTs e hoje conta com o ativismo de todas as representações de pessoas LGBT, diferentemente da sua fundação. O Fórum começou a coordenar a Parada da Diversidade de Pernambuco, a partir da sua 6ª edição, realizada em 2005, por se tornar um espaço de rede que agregava várias organizações e militantes LGBTs.

O Fórum é um espaço de articulação das pautas LGBTs tendo forte atuação na pasta de políticas públicas e na mobilização de pessoas LGBTs para compor o movimento, além da realização de diversos cursos. No campo do controle social, realizou um ato em 2009 reivindicando a implementação da Assessoria Especial para assuntos LGBTs em PE, em reunião com o governador da época, Eduardo Campos. A assessoria foi implementada em 2009 e durou até dezembro de 2014, depois sendo implementada a Coordenadoria LGBT de Pernambuco, associada à Secretaria de Segmentos Sociais/SESES e Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude/SDSCJ do governo do estado de Pernambuco.

Outro fato importante que gerou grande polêmica foi à retirada da Parada da Diversidade do bairro da Boa Vista, indo para a Av. Boa Viagem. Houve uma grande disputa política para que o evento não fosse realizado em uma das áreas nobres de Pernambuco. Porém, a articulação do Fórum LGBT de PE, juntamente com outros grupos e militantes, além do apoio de vários parlamentares, fez com que a liberdade de expressão prevalecesse, e o evento permanece sendo realizado no referido local até os dias de hoje.

Dentre todos os feitos, o FLGBT de PE também tem um lastro de ser um espaço político pulsante de conflitos, de gênero, de classe racial e de escolaridade, sendo ocasionado também, alguns afastamentos de lésbicas do espaço, por ter participação de alguns homens com posturas machistas e misóginas que queriam impor relações de poder embasadas pelo

⁷² <http://flgbtpe.blogspot.com/>

sistema patriarcal. No entanto, dentre tantos entraves políticos, o Fórum possui uma lista de mulheres que estiveram na coordenação do espaço na representação lésbica, para a articulação política e resistência, como Iris de Fátima Silva, durante alguns mandatos, Ana Carla Lemos e Rivânia Rodrigues. Dessa maneira, o espaço permanece até a atualidade construindo caminhos e pontes para a população LGBT.

Atualmente, fazem parte do espaço as seguintes organizações: Associação de Homens Trans&Transmasculinidades - AHTM, Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco - AMOTRANS, Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo- APPS, ArtGay Jovem PE, Coletivo Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas -CANDACES, Coletivo Feminista Entrelaçadas, Coletivo Lutas e Cores, Diversa, Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades - GEMA da UFPE, GESTOS - Soropositividade, Comunicação e Gênero, Grupo Gay de Pernambuco - GGP, Grupo Gaymado, Grupo de Trabalhos Positivo - GTP+, Instituto PAPAI, Grupo LUAS, Mães Pela Diversidade, Movimento LGBT Leões do Norte, Movimento LGBT da Zona Norte, Juventude Anticapitalista- RUA, Sindicato dos Enfermeiros de Pernambuco - SEEPE, Ser Coletivo, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco- SINTEPE, Somos Todos Iguais. Enquanto militantes independentes estão: Ana Lúcia Ferreira, Jackson Cavalcanti, Regina Guimarães.

O espaço tem potencializado a articulação entre os movimentos sociais, categorias profissionais, partidos políticos, grupos acadêmicos e militantes, da capital do estado e da região do Agreste, especialmente no município de Caruaru, o que tem contribuído para um Pernambuco mais inclusivo, construindo uma rede de articulação forte, que tem edificado pontes importantes para a população LGBT.

4.5.6 ASSERCO - Associação Sertão das Cores⁷³

A ASSERCO fundada em 2006 tem como papel articular as pessoas LGBTs do município e vizinhança. A associação está situada no município de Salgueiro, sertão pernambucano e tem resistido ao patriarcalismo e coronelismo da região, expostos através dos

⁷³ Matérias sobre as ações e eventos da Associação:
http://www.salgueiro.pe.gov.br/noticias_2017/20170515_02/not.htm
<https://paticionunes.blogspot.com/2016/05/semana-de-combate-homofobia-e-promovida.html>
<https://www.flogao.com.br/cleitoncds/blog/376731>
<http://www.waldineypassos.com.br/semana-de-combate-a-homofobia-e-promovida-em-salgueiro/>
<http://www.radiopajeu.com.br/portal/em-salgueiro-grupos-sociais-realizam-caminhada-contra-homofobia-depois-de-assassinato-de-travesti/>

diversos preconceitos ainda latentes na cidade. Sua diretoria tem como presidenta uma lésbica, Adriana Gomes, que cuida das pautas lésbicas e LGBTs, além da interação e diálogo com os grupos estaduais e nacionais.

A ASSERCO organiza desde 2014 a caminhada contra a Homofobia. Este fato ocorreu após a repercussão da uma morte de uma travesti do município, como a matéria da Rádio Pajeú, faz chamada: Primeira caminhada contra homofobia, por um Salgueiro sem violência, 2014, como pode ser visto na foto e flayer abaixo.

Figura 26 - I Caminhada contra a Homofobia em Salgueiro



Fonte: <http://www.radiopajeu.com.br/porta/em-salgueiro-grupos-sociais-realizam-caminhada-contra-homofobia-depois-de-assassinato-de-travesti/>

Figura 25 - Material de divulgação da I Caminhada contra a Homofobia



Fonte: Acervo ASSERCO

A Parada da Diversidade do Sertão é realizada em conjunto com a cidade de Belém de São Francisco, porém no ano de 2017, com o suicídio de Fábio Belíssima⁷⁴, que era um dos grandes articuladores da parada, não sabem ainda como ficará a organização.

A associação tem uma articulação forte com as esferas governamentais, o que potencializou durante alguns anos as ações do grupo. O grupo organiza a semana contra a Homofobia, que também conta com a participação dos municípios vizinhos.

No Sertão não há Centro Municipal de Referência LGBT, mas em ação conjunta com o CREAS, a região conta com processo de formação para a população LGBT, assim como atendimento jurídico, social e psicológico, como nos conta Adriana Gomes, presidenta da ASSERCO.

Em 2016, o grupo comemorou 10 (dez) anos de existência e realizou evento em comemoração da fundação da associação e da semana contra a homofobia.

⁷⁴ No município foi decretado luto: <http://identidademandacaru.blogspot.com/2017/09/prefeito-de-belem-do-sao-francisco.html>

O município de Salgueiro não conta com um grupo exclusivamente lésbico, nem ações exclusivas da visibilidade lésbica. As militantes conheceram tal movimento, através do trabalho do COMLES, em 2017, e a partir desta interlocução deu-se início a um processo de maior articulação, formação e aproximação das pautas lésbicas, o que tem se construído a nível estadual e nacional.

4.5.7 Grupo LUAS – Liberdade, União, Afetivo-sexual de lésbicas e mulheres bissexuais de Pernambuco

O LUAS surge na capital de Pernambuco, em 2006⁷⁵, através da articulação de duas lésbicas feministas, Elisângela Nunes e Ana Carla Lemos. Inicialmente se organizaram na produção do Jornal do LUAS. A primeira edição foi publicada em novembro/2006, com o objetivo de disseminar informações sobre a vivência do amor entre mulheres, através das questões culturais: filmes, espaços LGBT, poemas, além da divulgação de ações políticas ocorridas no estado e no âmbito nacional. Do jornal foram publicadas 25 (vinte e cinco) edições, até janeiro de 2010.

Em 2007 após várias reuniões decidiram pela formação de um grupo lésbico, que servisse como um espaço de acolhimento e fortalecimento para as lésbicas e mulheres bissexuais, especialmente de periferia, tendo como missão:

Empoderar e fortalecer politicamente o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), contribuindo para inserção do mesmo nos movimentos sociais, desmistificando o preconceito e todas as formas de violências por orientação sexual, contribuindo para o controle social e efetivação de políticas públicas que garantam os Direitos Humanos de todas/os. (APRESENTAÇÃO DO LUAS, 2008)

Mesmo o LUAS tendo esta missão, o foco estava em ações para na militância lésbica, até pelo protagonismo e atuação das lésbicas. O grupo esteve em alguns espaços de articulação e controle social, como: Conselho Estadual de Juventude, Representação Nordeste da ABL, Projeto Aliadas da ABGLT, Rede Nordeste LGBT, Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais da ABGLT, Conselho Estadual LGBT e Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco.

O grupo através de sua atuação participou de projetos de formação de lésbicas importantes, como o Somos Lés – Nordeste, coordenado pela ABGLT, Fortalecendo – seminário que reuniu lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais de várias regiões do Brasil,

⁷⁵ Todas as edições nos anexos desta dissertação.

ocorrido no Rio de Janeiro em 2008, para formação política. Eventos importantes para as pautas lésbicas, como o ELFLAC – Encontro Lésbico Feminista Latino Americano e Caribenho, em 2010, na Guatemala, dentre outros encontros e espaços, o que contribui para a formação das integrantes.

Elisângela Nunes teve que mudar de Estado, mas as ações do grupo permaneceram. O LUAS teve/tem um papel importante na formação de lideranças lésbicas, através do I Curso de Formação: Lésbicas e mulheres bissexuais construindo novas realidades. O curso foi realizado em 2008, com o objetivo de formar novas lideranças, assim como ter um espaço de acolhimento, visto que as famílias usam de violências, resultando em não sair do armário, por medo e também pela heteronormatividade, construindo assim um espaço seguro de formação e acolhimento para as mulheres.

O curso teve o apoio do Fundo Ângela Borba⁷⁶ e reuniu em torno de 20 (vinte) mulheres. As ações pedagógicas contavam com diversas pessoas dos movimentos, academia, que utilizavam como uma das ferramentas pedagógicas a apostilha construída com os temas prioritários do curso, assim como os vídeos e outras ferramentas trazidas pelas palestrantes.

O grupo também foi protagonista de organização de campanhas importantes e pioneiras no Estado, a exemplo da campanha em homenagem a dia das mães com o mote: Uma mãe ama e protege, duas mães amam e protegem (Figura 27)⁷⁷:

Figura 27 - Outdoor campanha dia das mães 2008.



Fonte: Acervo LUAS.

A campanha teve parcerias importantes com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT - NUCH – UFPE, Movimento Gay Leões do Norte e o site todaformadeamor.com.br. A campanha teve exposição de 02 (dois) outdoors, um na av.

⁷⁶ Hoje a financiadora tem como nome Fundo ELAS, sendo uma as financiadoras que está atenta as ações lésbicas, através do protagonismo das fundadoras e das mulheres que compõe a equipe.

⁷⁷ Como protagonistas da campanha estavam Andrea Lima, Ana Carla Lemos, que tinham uma relação afetivo sexual na época e Eduarda Lemos, filha de Ana Carla Lemos. A Campanha teve várias aparições nas mídias. <https://backupfazendoestrelas.blogs.sapo.pt/70048.html>; <https://www.rea.pt/forum/index.php?topic=13923.0>

Caxangá e outro na Conde da Boa Vista – Recife - PE, espaços de grande circulação de pessoas.

A campanha foi pioneira no Brasil, sendo alvo de reportagens e capas de jornais, pela repercussão gerada, sendo ouvidas as participantes da campanha, assim como, igrejas e seus olhares sobre a exposição. A campanha também saiu em formato de postal, sendo divulgados/distribuídos impressos e *online*. Importante mencionar que os grupos organizadores deixaram a campanha em aberto para outros estados reproduzirem. O resultado do trabalho rendeu um prêmio do Ministério da Cultura, através da Secretaria de Cultura e Diversidade Cultural, do Governo Federal, o prêmio saiu em nome do Movimento LGBT Leões do Norte que era o grupo com constituição jurídica que poderia concorrer.

O grupo também teve ações em visibilidade ao dia das/os namoradas/os, tentando construir visibilidade e respeito entre todas as orientações sexuais e no verso exposição de poema, como de costume ser utilizado pelo grupo (Figura 28). A campanha teve o objetivo de socializar outras representações de casais, tentando desconstruir a LGBTfobia institucionalizada.

Figura 28 - Campanha do dia das/os namoradas/os, 2009.



Fonte: Acervo LUAS.

As parcerias já citadas, com a participação da Articulação Brasileira de Lésbicas, Fórum LGBT de Pernambuco, com apoio mais uma vez do Fundo ELAS, realizaram:

Figura 29 - Campanha do dia das mães, 2009 - Tenho duas mães e muito amor por elas



Fonte: Acervo LUAS.

As campanhas tiveram objetivos bem importantes, pois chamavam a atenção da sociedade para refletir temáticas ainda silenciadas na sociedade, pois como diferente das normativas heterossexuais que tem sempre campanhas que visibilizam o amor, naquele momento era bem difícil se ver nos materiais de comunicação na mídia.

Como a prioridade do grupo era a formação de outras sujeitas políticas, em 2009, realizou a II Edição do curso de formação com o mesmo nome, sendo financiado pela Rede de Jovens do Nordeste. Muito parecido com a primeira edição, conseguiu trazer mulheres que estiveram como formandas na I edição para participar do grupo na sua formação e contribuir com a segunda edição do curso.

Esses cursos contribuíram para que mulheres construíssem sua formação enquanto pessoas fortalecidas para atuação nos diversos espaços, inclusive nos movimentos lésbicos em Pernambuco, onde algumas permanecem e outras formaram outros grupos, motivadas por conflitos internos que envolveram relações afetivas e práticas políticas, descambando na organização do Grupo Labris que teve pouco tempo de duração.

O LUAS tem o diferencial de desenvolver a formação de mulheres, assim como atividades culturais, participação nos espaços de controle social e articulação com a academia, através da produção do conhecimento. O grupo organizou a semana da visibilidade lésbica em 2009, com ações no Teatro do Parque, local conhecido como point do Recife e lugar de encontro da população LGBT.

Essas ações são alguns exemplos de realizações do grupo, tendo outras atividades e materiais produzidos constando nos anexos desta dissertação. O grupo continua atuando, hoje compõe o Fórum LGBT de Pernambuco, o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbica e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, além de ser um dos fundadores do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLES, que a partir de 2009 vem construindo coletivamente as ações da visibilidade lésbica.

O Grupo já passou por várias roupagens desde a sua fundação, trazendo novas composições através dos I e II Curso de formações. Atualmente, tem pautado suas ações em articulação com a universidade, categorias profissionais e espaços de controle sociais.

4.5.8 CANDACES-BR - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas⁷⁸

⁷⁸ Para mais informações acessar: <http://lesbicasnegrascandacebr.blogspot.com/>

Dentre várias entrevistadas, algumas fazem parte do CANDACES, como articuladoras em Pernambuco, o coletivo foi fundado em 2007 com o objetivo:

A visibilidade, letramento e empoderamento das lésbicas negras sendo destituído de preconceitos e discriminação de qualquer natureza (racismo, sexismo, lesbofobia, discriminação racial e todas as discriminações correlatas). Compondo-se de um espaço para o exercício da solidariedade e construção dos conceitos de promoção de Cidadania e Direitos das Lésbicas Negras, no desenvolvimento da consciência crítica visando autonomia e transformação do indivíduo para que este se torne agente transformador em nossa sociedade. (BLOG DO CANDACES, 2007)

Além dos objetivos citados, fica marcada como identidade forte a ancestralidade que algumas de suas participantes carregam, através das religiões de matriz africana. O coletivo tem como regente Iansã, orixá feminina e guerreira, que guia a rede, através das ancestralidades de suas participantes e suas características.

O CANDACES organizou a nível nacional o II Seminário Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, realizado em 2015, em Curitiba – PR. O evento contou com publicação de sistematização do seminário, além da organização de um documentário⁷⁹. Em Pernambuco, teve em sua fundação a participação de Cinthia Fernanda. Hoje, há outras mulheres que compõem a rede, tentando trabalhar as questões da igualdade racial, interseccionado com o sexismo e a lesbofobia.

Em Pernambuco a rede organizou no mês de agosto/2018, a oficina: Bissexualidade e Feminismo, perspectivas e desafios, em parceria com a AMOTRANS. O evento foi inédito e buscou discutir os entraves entre as discussões em torno da temática. Organizou ainda a campanha virtual sobre as temáticas das relações raciais, dia mundial de luta contra a AIDS e o posicionamento político em relação às eleições de 2018. O que foi importante para pensar as pautas de forma mais ampliada, além da sexualidade.

Figura 30 - Algumas bandeiras de luta do CANDACES



Fonte: Acervo CANDACES.

⁷⁹ O documentário pode ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=JyMU5XkrGhI>

O coletivo tem priorizado participar também de outros espaços de articulações políticas para o trabalho da rede flua, potencializando também as discussões sobre saúde, visibilização da rede, relações raciais e questões políticas que vem acontecendo no Brasil nos últimos anos.

O coletivo participa em outras redes, como o Fórum LGBT de Pernambuco, do Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco e nos espaços de controle social como o Conselho Municipal e Estadual de Saúde, o que tem contribuído para a inserção de pautas prioritárias que são as relações de gênero, racial e de sexualidades, além de outras pautas políticas.

4.5.9 Bloco da Diversidade - PE⁸⁰

O Bloco da Diversidade-PE⁸¹, fundado em 2009, é uma organização não governamental, que tem como foco a realização de ações socioculturais, através do bloco carnavalesco que desfila nas ruas de Olinda e Recife, desde 2011. Além de contribuir para a criação e discussão de políticas contra a LGBTfobia, tem como objetivo principal, a resistência em prol da diversidade sexual e de gênero, na atuação na área de cultura, educação, saúde e assistência social, na busca da igualdade de direitos humanos, independente de sexualidade e gênero. O bloco teve como fundadoras, Irene Maria Fonseca Freire, Fernanda Costa Lima, Micheline Américo, Gerailton Jorge Barbosa, Kátia da Paz Alves e Kalina Régia.

O Bloco da Diversidade desfilou em seu primeiro ano nas ladeiras de Olinda, em 2010, com a temática: “Minha Casa, Minha Vida”, fazendo alusão ao programa do governo federal, além da campanha contra a homofobia, visto que, Pernambuco tem sido um dos mais violentos contra LGBTs do país.

Em 2011, o bloco teve como temática: “O amor não tem cordão de isolamento”, desfilando nas ruas de Recife e Olinda, com arrecadação de alimentos para doação na ONG - GTP+, que trabalha com pessoas soropositivas, assim como nos diversos anos subsequentes. Em 2012, teve a temática: “Na Zona vote na Diversidade”, em 2013: “Imoral é ser corrupto”; 2014: “Use Camisinha”; 2015: “Je Suis LGBT”, 2016: “Cai, Cai Tanajura”; 2017 “Diversidade e Samba”. Em 2018, o bloco não teve participação em virtude de problemas

⁸⁰ https://www.facebook.com/pg/blocodadiversidade.pe/photos/?ref=page_internal

⁸¹ A ata de fundação encontra-se nos anexos desta dissertação.

relativos à saúde por parte de Irene Freire, uma das articuladoras do bloco, que necessitou passar por processo cirúrgico.

O Bloco sempre usa o layout produzido pelo artista plástico Evandro Viana (falecido), que contribuiu durante muitos anos com as ações do bloco. O grupo articula as ações culturais com ações políticas, sendo potencializadas no carnaval com o desfile do bloco. Atualmente a organização está passando por um processo de adequação interna, por conta de processos afetivo-sexuais e políticos, mas não deixou que isso abalasse sua atuação, estando presente nos espaços de organização e controle social, como o COMLESBI, Conselho Municipal de Saúde, Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco, dentre outros espaços de articulação política e de controle social.

4.5.10 COMLESBI – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco

O coletivo surge em 2009, impulsionado pelo diálogo a nível nacional em torno do Pacto Lésbico Feminista⁸², realizado no Seminário Nacional Diversidade de Sujeitos e Igualdade de Direitos no SUS, promovido pelo Ministério da Saúde, em parceria com os movimentos sociais, realizado em Brasília, de 08 a 11 de maio de 2009. O Pacto foi protagonizado pelas redes: Coletivo de Lésbicas Negras – CANDACES, Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL, Liga Brasileira de Lésbicas - LBL, Rede Afro GLBT e E-jovem, com intuito de:

Pautar as ações realizadas conjuntamente pelo movimento de mulheres lésbicas e bissexuais seria necessário a formulação e concretização de um pacto lésbico feminista, que pautasse princípios norteadores das relações entre as redes, tanto em nível nacional, como em nível local. (PACTO LÉSBICO FEMINISTA, 2009, p. 2).

Figura 31 - Protagonistas do Pacto Lésbico Feminista



Fonte: <http://grupolamce.blogspot.com/2009/07/um-pacto-lesbico-feminista-para-colocar.html>

⁸² Documento completo nos anexos desta dissertação.

Na foto⁸³ estão as protagonistas da discussão, que resultou na reflexão sobre a necessidade de organização de ações coletivas nos Estados, para maximizar a visibilidade lésbica e fortalecer os espaços já existentes, como a realização da VII edição do SENALE⁸⁴, contribuindo para que as participantes se organizassem e mobilizassem estrutura para levar a delegação para o SENALE.

Além disso, o Pacto Lésbico Feminista quis potencializar os grupos locais, pois nos encontros nacionais havia diálogos, diferentemente do que acontecia nos Estados, onde cada grupo trabalhava individualmente. Tais discussões resultaram no mesmo ano, na fundação do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLES.

No mesmo ano, na reunião de articulação local para se pensar as estratégias do Pacto Lésbico Feminista, conforme relato da reunião, escrito por Rosângela Pimenta, da Liga Brasileira de Lésbicas - LBL e compartilhado por e-mail⁸⁵. Esta reunião foi realizada em 15/07/2009⁸⁶, para a organização da semana da visibilidade lésbica em Pernambuco, conforme princípios do Pacto Lésbico Feminista. Na reunião estiveram presentes: Synara (LBL), Sônia, Suely (Cidadania Feminina), Sandra (CEN), Juliana (LUAS), Ana Paula, Marta (CANDACES), Rosângela (LBL), Rivânia (CANDACES), Gal e Joyce (LUAS).

A fundação do COMLES acabou culminando na organização da Semana da Visibilidade Lésbica de 2009. A identidade do coletivo foi se constituindo a partir do projeto criado para embasar as atividades da semana da visibilidade lésbica, dando origem ao nome do coletivo naquele momento.

A agenda que embasou a semana da visibilidade lésbica tornou-se a primeira ação coletiva do COMLES, em 2009, contando com a presença da maioria dos grupos de lésbicas do Recife e da Região Metropolitana, para a organização da II Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco, que se encontra dentre as ações mencionadas no blog⁸⁷ produzido por Taís Nascimento e no material de comunicação produzido para divulgar as ações da visibilidade lésbica.

A I caminhada lésbica e de mulheres bissexuais, ocorrida em Recife, foi realizada durante a realização do VI SENALE (2006), com a organização nacional, a segunda com

⁸³Na foto, da esquerda para a direita, na fila de trás: Roseli Macedo - RN, Roza Bahia - BA, Samy, Alessandra Guerra - CE, Cláudia Café - BA, Cinthia Fernanda - PE. Na fileira da frente: Christiane Castro - PI, Leda Rego - MA, não localizado o nome, Fátima Silva - BA, Goretti Gomes - RN e na frente Silvana Conti - RS.

⁸⁴Relatório da reunião de organização do VII SENALE, anterior ao pacto, publicado pelo Coletivo Feministas Maria <http://coletivomarias.blogspot.com/2009/05/reuniao-sobre-vii-senale.html>. Memória cedida por Rivânia Rodrigues.

⁸⁵ Material disponibilizado nos anexos desta dissertação.

⁸⁶ Ata nos anexos desta dissertação.

⁸⁷ <http://visibilidadeslesbicae.blogspot.com/>

organização apenas local, mas com importante repercussão na mídia, o que colaborou para a organização dos grupos em Pernambuco⁸⁸.

O COMLES a partir dessas ações coletivas cria caminhos no Estado, reunindo militantes de diversos grupos e logo, se tornou o espaço de maior articulação das lésbicas e mulheres bissexuais de Pernambuco, realizando várias ações importantes, como a organização da III Caminhada Lésbica de Pernambuco⁸⁹, em 2012, a articulação e mobilização de recursos para levar comitivas de Pernambuco para o SENALESBI, sendo a maior delegação do Brasil a participar do encontro, inclusive tal mobilização se deu por reconhecer a importância da articulação nacional, porque foi através da articulação das redes nacionais que o coletivo foi construído.

A articulação coletiva conseguiu colocar na Parada da Diversidade de Pernambuco a Ala das Mulheres Lésbicas e Mulheres Bissexuais, em 2010, com a temática: 1ª Ala das Mulheres na Parada contra o machismo, racismo e lesbofobia, onde se reuniram na frente do trio oficial, trio cedido pelo Bloco da Diversidade.

Em 2011, conseguiu-se um trio e colocou-o à disposição para a ala das lésbicas e mulheres bissexuais na parada⁹⁰. Devido a alguns entraves políticos nos espaços de articulação na parada e algumas pessoas integrantes da coordenação alegaram não haver necessidade de ter um trio elétrico só de lésbicas, com diversas tentativas, inclusive, junto ao governo de não aceitar a ala das mulheres, porém sem sucesso. A ala das lésbicas e mulheres bissexuais desfilou seu primeiro ano, como ainda não existia um trio específico para esta atividade, o Bloco da Diversidade recebeu a ala em seu trio. Essas dificuldades parecem presentificar manifestações de misoginia e excesso de burocracia como componentes importantes da luta por espaço político.

Nos anos subsequentes, a articulação da ala passou pelo caminho da institucionalidade, organizada com as interlocuções entre os movimentos sociais, na época com os grupos: COMLES, Grupo LUAS, Bloco da Diversidade, Marcha Mundial das Mulheres, AMHOR, CEN, Movimento LGBT Leões do Norte, Articulação Brasileira de Lésbicas, União Brasileira de Mulheres, com a representação governamental da Secretaria da Mulher de Pernambuco.

A iniciativa foi muito importante para o diálogo das pautas lésbicas, além da representação política das mulheres na parada, para o enfrentamento ao machismo, misoginia,

⁸⁸ Matéria publicada II Caminhada Lésbica: <https://www.infojovem.org.br/blog/2009/08/26/semana-da-visibilidade-lesbica-no-recife/>

⁸⁹ <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/29/08/2012/caminhada-da-visibilidade-lesbica-percorre-centro-do-recife>

⁹⁰ <http://www.vermelho.org.br/noticia/164385-1>

heteronormatividade, sobretudo, as relações de poder nos movimentos LGBTs pernambucano. Hoje a organização da ala das mulheres faz parte da organização dos movimentos sociais, que tem promovido entre as organizações do COMLES e dos grupos que o compõe, como uma ação coletiva prioritária do mês da visibilidade lésbica que começa em agosto e vai até a realização da parada da diversidade, que ocorre em setembro.

Nos anos de 2012 a 2014, a ala das mulheres, para otimização de recursos, utilizava o trio da Secretaria da Mulher do estado de Pernambuco. A partir de 2015, a ala começa a ser organizada de forma mais orgânica no COMLES e seus grupos, com trio próprio objetivando a reunião das lésbicas e mulheres bissexuais, assim como artistas que levantam as pautas dos movimentos. A ala das mulheres na parada, além de expor falas políticas e ser um ponto de encontro de militantes lésbicas e de mulheres bissexuais na parada, tem como um dos focos contribuir para a desconstrução do machismo nos movimentos LGBTs.

O percurso para que esta ação fosse institucionalizada não foi tão fácil, pois alguns rapazes dos movimentos LGBTs resistiam quanto à aceitação da ala das mulheres na parada, tendo carta direcionada a uma das secretarias de governo parceira, para que não houvesse apoio do governo, e com o ditame da proibição desta realização política. Entretanto, todos esses percursos foram contornados e a Ala das Lésbicas e Mulheres Bissexuais ocorre desde 2010.

Em 2015 a ala teve como mote: Visibilidade Lésbica e Mulher Bissexual: em nossa família – liberdade e direito. No referido ano, o mote da campanha se expandiu para os cartazes expostos nos ônibus, em alusão ao mês da visibilidade lésbica.

Figura 32 – Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2015.



Figura 33 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2016.



Figura 35 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2017.



Figura 34 - Trio e Ala das Lésbicas Mulheres Bissexuais, 2018.



Fonte: Acervo da pesquisa.

As temáticas escolhidas sempre têm a ver com as discussões permeadas com os movimentos sociais, especialmente e se amplia para as pautas da visibilidade lésbica no Estado. Em 2018 tivemos a temática: resistência lésbica e de mulheres bissexuais: nenhuma a menos: Marylucia Mesquista e tantas outras, PRESENTE! A temática teve o objetivo de homenagear Marylucia, além de chamar atenção para a necessidade da solidariedade entre as mulheres. Marylucia como já apresentada na descrição do DIVAS, teve sua morte prematura. Então para elucidar o momento usou-se o poema de Cidinha Oliveira, “Fiquem Juntas”, por entender que nenhuma mulher deve se isolar ou ficar sozinha em momento de sofrimento e adoecimento, e que isso também é responsabilidade das militantes, dos grupos, das organizações não governamentais e do Estado.

Em 2016, foi um ano bem importante em diversos sentidos, foram realizadas ações marcantes para os movimentos e suas articulações, com o lançamento da Cartilha: Se você é lésbica, a/o profissional de saúde precisa saber⁹¹, Lemos (2016), com parceria com diversos movimentos e secretarias de governo.

A cartilha tem o objetivo de alertar as/os profissionais de saúde para atender as mulheres sem enquadrá-las como heterossexuais, entendendo que existem outras práticas de relações sexuais, especialmente entre mulheres, assim como, alertar as lésbicas a acessarem os serviços de saúde e falarem da sua orientação sexual ao acessar a/o ginecologista. O material teve distribuição no Estado e publicado na internet para ampla divulgação.

A maioria das mulheres que compuseram a capa da cartilha são militantes do COMLES, e algumas foram homenageadas pelo seu histórico de vida. Ao total foram 11

⁹¹ A cartilha completa encontra-se nos anexos desta dissertação e no link: https://drive.google.com/open?id=1vV51x8yPo9Ut67Ob6nPX4bJn_-JQwCgI.

(onze) lésbicas e uma mulher bissexual. No mesmo ano foi lançado um documentário: lésbicas e suas histórias de militância⁹², com entrevista de todas homenageadas, exceto Marylucia Mesquita que não estava no estado na época de produção. A exposição: lésbicas e suas histórias de militância⁹³, contou com a curadoria de todo material foi produzido especialmente equipe de comunicação: Angélica Araújo e Jéssica Vanessa dos Santos, com fotografia de Poliny Aguiar. A exposição conta com 13 (treze) banners, um com cada representante e um coletivo.

A cartilha teve dois lançamentos, no primeiro com apresentação apenas virtual, lançada junto com a amostra fotográfica em homenagem a visibilidade lésbica, em 2016. O segundo lançamento foi em 2017 com a cartilha impressa.

A capa da cartilha foi transformada em cartaz com intuito para serem afixados nos ônibus, em alusão ao dia da visibilidade lésbica, com o mesmo layout da cartilha, em parceria com o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais, sendo expostos em torno de mil cartazes na rede de ônibus do Grande Recife, expostos em Recife e Região Metropolitana. O título da cartilha se tornou o mote do mês da visibilidade lésbica do ano, assim como da ala das mulheres na parada.

Outro momento nas ações do COMLES foi depois da III Conferência Estadual dos Direitos da População LGBT de Pernambuco, realizada em 2016, no qual algumas militantes do coletivo sofreram agressão por parte de uma transexual, representante de uma rede nacional. O fato ocorreu pela divisão das vagas, que desde a I Conferência Nacional GLBT, realizada em 2008, para trabalhar a partir da paridade de gênero para os eventos LGBTs, então, as vagas são divididas por gênero, sendo classificadas a partir da orientação sexual lésbicas, mulheres bissexuais, heterossexuais e transexuais, que compõe o gênero feminino, as demais vagas são direcionadas aos homens.

No referido caso, a pessoa queria que as travestis e transexuais fossem com duas representações a mais que as lésbicas e mulheres bissexuais, então gerou um grande conflito no local, não havendo agressão física, porque as pessoas não deixaram. Mas naquele momento uma travesti, representante de uma rede nacional, foi pra cima das mulheres bater nelas. Resultando que nas divisões mesmo por identidade de gênero existem os conflitos entre as identidades por representatividade. Mesmo com toda tentativa de negociar de forma justa, prevaleceu à arrogância e violência.

⁹² O documentário completo pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=vr3DxRyq0tw>

⁹³ Todos os banners expostos encontra-se no anexo desta dissertação.

Ainda na conferência, recebemos a triste notícia do falecimento de Sony Santos, lésbica negra, gestora da Prefeitura de Olinda, que articulava diversas parcerias com os movimentos para a visibilidade lésbica, promovendo especialmente as discussões sobre saúde. Na ocasião foi realizada homenagem a companheira por sua militância e contribuições com os diversos movimentos sociais.

Figura 36 - Homenagem a Sony Santos - III Conferência Estadual de Políticas para a população LGBT



Fonte: Acervo COMLESBI.

A partir deste episódio da violência, as participantes sentiram a necessidade de fortalecer o movimento a nível local e estadual, por isso foi organizado um processo de formação, incluído lésbicas e mulheres bissexuais das demais regiões de Pernambuco.

Na realização da formação (Figura 54) estavam presentes mulheres de Joaquim Nabuco – Zona da Mata, Salgueiro – Sertão, Olinda, Recife, Jaboatão dos Guararapes. No momento de abertura do evento, participaram representações da Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, as vereadoras Isabela de Roldão – PDT, Priscila Krause – DEM, apoiadas do evento.

Figura 37 - Seminário de formação e fortalecimento COMLES



Fonte: Fotografia de Paula Azeviche – Acervo - COMLES

Na ocasião do seminário, estavam presentes pesquisadoras que trabalham com a temática lésbica, Anahi Carvalho, já citada neste trabalho, e Poliana Lúcio⁹⁴ que trabalhou na maternidade lésbica, participaram do momento para acompanhar ou conhecer suas interlocutoras.

Em 2018 com a mudança do nome do SENALE para SENALESBI que começou desde o VIII SENALE, realizado em Porto Alegre/RS, em 2014, vinha se discutindo a mudança do nome para a inserção das mulheres bissexuais na sigla do evento, sendo efetivada no IX SENALE, em Teresina/PI⁹⁵, 2016. Logo, essa discussão teve também reverberação no Estado, mudando o nome do coletivo de COMLES para COMLESBI, em 2018, aderindo às recomendações nacionais. Assim como a nível nacional, a participação das mulheres bissexuais já ocorria nos espaços políticos reconhecidos como lésbicos. No entanto, a mudança gerou discussões e inquietações, por entender que os espaços das lésbicas deveriam prevalecer e as mulheres bissexuais construir seus espaços de atuação política, no entanto, a mudança foi feita.

O coletivo tem construído muitos caminhos, histórias, poesias e agregando mulheres que queiram fazer parte nesta luta. Durante a realização desta pesquisa, integravam o COMLESBI: Bloco da Diversidade, Grupo LUAS, CANDACES, Movimento LGBT Leões do Norte, AMHOR, Movimento Negro Unificado e algumas militantes independentes.

4.5.11 Coletivo LGBT de Passira

O Coletivo criado em 2011, através de articulação de várias pessoas LGBTs, com a presença de Téo Arruda, Rênya Carla, representações lésbicas. O coletivo tem protagonizado na cidade e na região do Agreste, ações de fortalecimento das pautas LGBTs, tentando construir um município livre de LGBTfobia, junto com outros grupos feministas e estruturas governamentais, através de formações, eventos e indicações de políticas públicas.

O município tem o diferencial de ser o primeiro a ter uma prefeita lésbica no Brasil, fato esse que representa um ganho político para as identidades LGBTs, especialmente a lésbica, além de ser um marco político e histórico, por vencer o preconceito em uma cidade pequena e eleger uma mulher fora dos padrões heteronormativos.

⁹⁴ Para acessar a dissertação: Representações sociais sobre a maternidade no contexto social heteronormativo construídas por mães lésbicas, Firlei Poliana da Silva Lúcio (2016).
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24802>

⁹⁵ Para saber mais sobre o assunto consultar LEÃO (2018) e LEMOS (2016).

O coletivo tem diversas ações internas de formação e articulação externas para a visibilidade lésbica. As militantes do coletivo têm potencializado a atuação nos movimentos LGBTs e feminista, não tendo na região um grupo exclusivamente de lésbicas.

Em 2017, o grupo organizou eventos sobre a visibilidade lésbica, com a colaboração de algumas militantes de Recife e Região Metropolitana nos debates. As ações potencializaram as lideranças do município, inclusive, vale a observação que mesmo sendo um evento da visibilidade lésbica não estavam só presentes mulheres, tinha a participação de diversos homens, o que mostra ser diferente da capital.

O coletivo está sempre em articulação com as ações do Fórum de Mulheres do Agreste e outros grupos feministas que tem atuação na área, tentando disseminar as ações das identidades LGBTs em diálogos com outras identidades e construções políticas.

4.5.12 Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de mulheres bissexuais de Pernambuco

O comitê surge em 2012 a partir da realização de uma reunião com a Secretária da Mulher do estado de Pernambuco, à época Cristina Buarque, sobre o apoio da visibilidade lésbica daquele ano. O intuito era construir as ações da visibilidade lésbica, levando para a Secretaria da Mulher as pautas das lesbianidades, questões para as quais não havia ações específicas anteriormente, pensando a paridade entre governo e sociedade civil. No momento estavam reunidos os grupos: Grupo LUAS, Movimento LGBT Leões do Norte, COMLESBI, Bloco da Diversidade-PE, APPS – Associação das Profissionais do Sexo, AMHOR e o Coletivo de Entidades Negras - CEN.

A partir desta primeira reunião, pensou-se em inserir na Secretaria da Mulher, um comitê para trabalhar as pautas específicas para as lésbicas e mulheres bissexuais do estado de Pernambuco ⁹⁶. Surgindo assim o Comitê, com paridade entre a sociedade civil e secretarias estaduais de governo em sua primeira formatação, como representações do movimento social, estavam o Bloco da Diversidade, Marcha Mundial das Mulheres, Grupo LUAS, Movimento Negro Unificado (MNU), AMHOR, CANDACES, Leões do Norte, Associação de Rádios de Pernambuco - ARPE, Fórum LGBT de PE. Nas vagas de notório saber: Ana Carla Lemos e Janaina Lopes.

Das secretarias de governo: Secretaria Executiva de Direitos Humanos (CECH), Secretaria da Cultura de Pernambuco, Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, Secretaria

⁹⁶ Convite e primeira ata nos anexos desta dissertação.

de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria da Mulher, que abriga e coordena enquanto instituição governamental.

Conforme o regimento interno O CIPLMB-PE, tem por finalidade:

Art.1º- O Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (CIPLMB/PE) é um órgão colegiado, consultivo, representativo, colaborador e monitorador de políticas públicas, no âmbito das atribuições determinadas neste regimento, vinculado à Secretaria da Mulher de Pernambuco e constituído por representantes de instituições governamentais e da sociedade civil. O CIPLMB/PE, instituído pela Portaria nº 043 de 28 de agosto de 2015, tem por finalidade discutir, propor e monitorar políticas públicas para as lésbicas e mulheres bissexuais de forma a assegurar seus direitos e a equidade nas relações de gênero, étnico/racial, promovendo a defesa dos direitos a diversidade sexual, tendo como referência as diretrizes da Secretaria da Mulher de Pernambuco – Sec. Mulher/PE e da sociedade civil. (REGIMENTO INTERNO, 2017, p. 1.)

O Comitê através da articulação dos movimentos sociais, notório saber⁹⁷, secretarias de governo, especialmente da estrutura governamental da Secretaria da Mulher, que coordena institucionalmente, tem construindo ações de desconstrução da lesbofobia institucionalizada, através de ações de formação, como seminários, cursos, campanhas publicizadas na mídia, articulação de gestoras para a implementação de pautas direcionadas para a população, organização da ala das mulheres na parada e mais recentemente tem articulação de ações junto a grupos de pesquisas e realização de ações nas universidades, como forma de disseminação do conhecimento.

O comitê tem proposto diversas atividades, dentre elas tem sido recorrente o processo de visita e formação nas colônias penais femininas de Recife, Abreu e Lima e Buíque. Realização de campanhas com spot de rádios e cartazes para exposição nos ônibus contra a lesbofobia e bifobia, apoio a Ala das Mulheres na Parada, cursos de formação, dentre outras ações que agregam movimentos e as secretarias de governo.

Os cartazes da visibilidade são exibidos nos ônibus. Com maior circulação no Recife e Região Metropolitana, terminais de ônibus e destruição com as organizações parceiras, além da divulgação nas redes sociais para maior amplitude das campanhas.

Com a preocupação de ver as necessidades das lésbicas e mulheres bissexuais em situação no cárcere, além de acompanhar e monitorar os serviços prestados as mulheres que estão em processo de reeducação, sempre são realizadas campanhas para arrecadar materiais de higiene pessoal para distribuições nos locais.

⁹⁷ Parágrafo 3º- As integrantes do notório saber serão indicadas e referendadas pelas demais integrantes do CIPLMB a cada início de mandato. Sendo mulheres que tenham o reconhecimento de sua atuação política e formação na defesa dos direitos das lésbicas e mulheres bissexuais do Estado. (REGIMENTO INTERNO, 2017, p. 2.)

Umas das ações do comitê que teve grande importância repercussão institucional, foi à mudança no Boletim de Ocorrência impresso com o campo para inserção da orientação sexual e identidade de gênero. Dessa forma, é possível dar subsídio à coleta dos dados de violências contra a população LGBT.

Em 2018, foi realizado o I curso de formação sobre a história dos movimentos lésbicos no Brasil, expondo produções científicas e forças políticas⁹⁸, e contando com a contribuição de palestrantes e participantes de outros Estados.

O curso foi um processo de construção entre os movimentos sociais, governo e universidade, como potencialidade de construção do conhecimento e intercâmbios necessários. Uma das pretensões do curso é a publicação de um livro para que a história fique registrada, com textos das palestrantes e participantes. O curso proporcionou momentos ricos de construção de conhecimento entre esses três lugares universidade, movimento e governo, que contribui para o fortalecimento do sujeito político lésbico, além conhecer história de vida de algumas militantes, sendo um momento muito rico para a construção desta pesquisa.

Dentre tantas outras ações que poderiam ser citadas aqui, o comitê é um espaço de articulação da sociedade civil e governo e está aberto para que instituições de Pernambuco que queira fazer parte para fortalecer a política no Estado.

Na última atualização dos grupos integrantes, em 2018, o comitê está composto pelo governo com as secretarias: Secretaria da Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude, Secretaria de Educação, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, Secretaria da Cultura, Secretaria de Saúde, Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria de Educação.

No que tange à sociedade civil, temos: Bloco da Diversidade, Grupo LUAS, Movimento Negro Unificado, AMHOR, CANDACES, Movimento LGBT Leões do Norte, ARPPE, Fórum LGBT de PE e UBM. As pessoas que representam notório saber são Luciana Leila Fontes Vieira, (Psicóloga, professora Adjunta IV do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE e responsável pela Diretoria LGBT) e Ana Carla Lemos (Cientista Social, mestranda em antropologia pela UFPE).

⁹⁸ A ementa usada no curso encontra-se nos anexos desta dissertação.

4.5.13 Coletivo Lutas e Cores⁹⁹

O coletivo surgiu em 2014, a partir da iniciativa de homens gays, Émerson Santos, Cleyton Feitosa e Rafael Vieira. Em seguida, contou com a chegada de outras pessoas LGBTQs, para ampliar o ativismo em Caruaru, Agreste do Estado. O grupo tem interlocuções fortes com o movimento feminista, através da atuação de algumas militantes do grupo também fazem parte da Marcha Mundial das Mulheres e do ativismo acadêmico.

Hoje o grupo conta com a atuação de cinco homens gays, seis lésbicas e duas mulheres bissexuais, atuando no município e ampliando a militância para atuação estadual, com a participação como conselheira/o no Conselho Estadual de Políticas para as pessoas LGBTQs de PE e filiação ao Fórum LGBTQ de Pernambuco, assim como a articulação da Marcha Mundial das Mulheres que se classifica como atuação internacional.

O Coletivo tem articulado diversas ações direcionadas a visibilidade lésbica, sendo potencializada nos últimos dois anos, através da interlocução com diversos movimentos sociais e governo.

No ano de 2018 foram realizadas várias ações que fomentaram debates do dia 17 de maio, dia internacional de luta contra a homofobia, dia da visibilidade lésbica, comemoração dos três anos do grupo, homenageando algumas/uns militantes de Pernambuco, que contribuem para a política em Pernambuco. O evento contou com várias pessoas do Estado que estão articuladas em diversos coletivos, representações de várias orientações sexuais e identidade de gênero.

O grupo é um dos mais recente criado no Agreste, mas já tem contribuído deveras para o fortalecimento dos movimentos LGBTQs e das pesquisas sobre tais temáticas, sendo um grupo misto tem potencializado as discussões de todas as representações identitárias da “sopa de letrinhas”.

4.5.14 Associação Sertão LGBTQ - Vale do São Francisco¹⁰⁰

A associação foi fundada em 2016, através da articulação que a militante Abinéia Miranda, vinha realizando para tirar o projeto do papel. Desde 2014, no município de Petrolina, município que integra a Região Mesorregião do São Francisco, divisa com Juazeiro

⁹⁹ https://www.facebook.com/pg/lutasecores/photos/?ref=page_internal

¹⁰⁰ Página do grupo: <https://www.facebook.com/AssociacaoSertaoLGBT/>

– BA, o que contribui para articulações dos dois estados e realização de ações conjuntas, o que contribuiu para o lançamento da associação.

A associação tem potencializado realizar ações de formação, atividades culturais e marcha da diversidade, construindo a resistência política no município. A I Marcha da Diversidade¹⁰¹ foi construída em 2016, com apoio de redes e coletivos estaduais a exemplo do COMLESBI e da Articulação Brasileira de Lésbica, rede nacional. A marcha foi realizada no dia do aniversário da cidade para chamar atenção contra o preconceito.

A associação já realizou diversas atividades que estão conectadas com os objetivos da organização e com o que as pessoas integrantes direcionam as ações, potencializando muito a organização de ações públicas, não apenas para dar visibilidade ao grupo e as pessoas, mas para diminuir o preconceito, visto que, a associação está localizada no interior de Pernambuco onde as discussões sobre essas temáticas ainda é um tabu e passam pelo mito da doença e do tratamento para a cura.

Então o grupo articula as ações com as universidades das redondezas e ações de sensibilização da população, além do incentivo das políticas públicas para a população LGBT.

A II Marcha contra homofobia aconteceu em 2017 e, por questões internas do grupo, não houve marcha em 2018. Vários outros eventos foram organizados, como: I Bizão – Encontro de Pessoas Bissexuais do Vale do São Francisco, em alusão ao mês de combate a homofobia. O Pôr do Sol Feminista, com discussão sobre a população LBT.

A associação está em seu terceiro ano de existência e tem construído uma história no município contra a LGBTfobia, mesmo com alguns relatos de perseguição em relação as discussões sobre a ideologia de gênero, o grupo tem pautado na cidade reflexões importantes para um mundo melhor, com inclusão social para as pessoas LGBTs. No que se refere à visibilidade lésbica, foram organizados algumas ações em alusão a data em 2017 e 2018¹⁰².

A associação conta com boa abertura nas mídias para divulgação de suas ações, sendo um caminho para a divulgação dos eventos, assim como a sensibilização da população. Em

¹⁰¹ Marcha noticiada nos sites: <https://www.carlosbritto.com/1a-marcha-da-diversidade-quer-chamar-atencao-contrapreconceito-em-petrolina/> <https://pontocritico.org/21/09/2016/aniversario-de-petrolina-contara-com-i-marcha-da-diversidade/>

¹⁰² Exposição na mídia: <https://quersaberpolitica.com.br/2016/2018/08/31/visibilidade-lesbica-e-tema-de-encontro-em-petrolina/> <https://www.carlosbritto.com/petrolina-lembra-dia-nacional-da-visibilidade-lesbica-com-forum-de-debates/> <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2018/08/27/abertas-inscricoes-para-forum-que-marca-o-dia-da-visibilidade-lesbica-em-petrolina-pe.ghtml> <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/dia-nacional-da-visibilidade-lesbica-tem-programacao-especial-em-petrolina-pe.ghtml> <http://pretonobranco.org/portal/2018/08/28/abertas-as-inscricoes-para-forum-que-vai-discutir-sobre-a-luta-das-lesbicas-pela-visibilidade-de-seus-direitos-em-petrolina/>

suma, os eventos têm sido realizados pelo grupo com êxito de público e tem cumprido os objetivos políticos e de formação.

No final desta pesquisa em conversa com Abinéia Miranda, uma das pensadoras desta pesquisa, fundadora da associação e estava como vice-presidenta da associação, comunicou seu desligamento. Os motivos são diversos, mas em suma é a priorização da saúde, devido aos conflitos ocasionados na organização dos movimentos LGBTs no seu município, estadual e nacionalmente, o embate cotidiano ao machismo, lesbofobia e as dificuldades, às vezes, encontradas para a realização das atividades, por ainda não ter no município um movimento lésbico mais organizado, a partir da identidade exclusiva lésbica.

Mesmo com todas as intemperes a associação permanece com suas ações e na luta contra a LGBTfobia, por uma sociedade mais justa para todas as pessoas.

Depois da apresentação dos grupos, passamos a entender como se deram as matizes que influenciaram a constituição dos movimentos lésbicos em Pernambuco.

4.6 Matizes dos movimentos lésbicos em Pernambuco



A constituição dos movimentos de lésbicas em Pernambuco teve influências/matizes importantes. Pode-se mencionar o início através das trajetórias pessoais, criando laços de fortalecimento pessoal e da identidade homossexual, nomeando-se inicialmente como movimento homossexual, pelas influências nacional e internacional, assim como, do movimento feminista com sua forma de organização, através do fortalecimento político das mulheres, sendo essas matizes importantes especialmente no período incubadora (1979-1990).

No período de institucionalização (1991-2000) teve grande influência do movimento sindical, especialmente através do campo da saúde, que contribuiu com a formação e abertura das discussões internas, trabalhando as/os integrantes para não ao preconceito, assim como, para a inclusão das pautas elencadas como prioridades para as lésbicas, a partir do I SENAILE,

assim, organizam-se para, em diálogo com os diversos setores, sugerir a implementação das políticas específicas, a partir da participação nos espaços e organização de seminários sobre as temáticas, conferências e controle social.

A partir dos anos 2000, período que denomino como articulação local e nacional em rede, o campo nos mostra que há maior articulação com a academia, pois percebe-se que, desde o período incubadora, há influências de pessoas que estavam ou passaram pelo processo de formação acadêmica, através das/os precursoras/es do movimento homossexual, porém se amplia nos anos 2000 com mais mulheres com acesso ao processo de formação, especialmente, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em que vai se democratizando o acesso para a entrada nas universidades públicas de pessoas negras, pobres, indígenas, LGBTs e de mulheres.

Essas entradas contribuíram para que através dos movimentos estudantis e outras formas de articulação política, essas pessoas fossem se reconhecendo enquanto sujeitas e pensando as demandas sociais emergentes, através dos espaços de formação, construção do conhecimento, não apenas nos movimentos estudantis, mas através de grupos de estudos, pesquisas e ações de extensão.

Outra observação importante neste período é que as organizações não governamentais, como o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Instituto PAPAI, Gestos, Centro das Mulheres do Cabo, AMHOR, Grupo LUAS, Movimento LGBT Leões do Norte, Grupo Curumim, Fórum LGBT de Pernambuco, Fórum de Mulheres de Pernambuco, também são espaços de formação política que impulsionam algumas lideranças na sua constituição enquanto sujeito de direito e construção da cidadania, sendo algumas dessas organizações porta de entrada para a organização de mulheres nos movimentos de lésbicas e/ou lésbicos feministas.

Ressalto a interlocução das organizações não governamentais com a academia, através dos grupos de pesquisas e estudos e dos movimentos estudantis, que potencializam a grande importância da troca de saberes, organização e mobilização política, que vinha se desenhando com mais robustez.

Várias interlocutoras/pensadoras mencionaram o processo de formação acadêmica, como momento necessário também para a abertura do olhar para si, reconhecendo as possibilidades de expressar a sexualidade para além da heteronormatividade, com maior autonomia, assim como a integração a movimentos já organizados e na formação de novos grupos ou militância independente se constituindo enquanto movimentos feminista e/ou LGBTs.

Outras bifurcações vão se formando, através de partidos políticos, especialmente os de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Comunista do Brasil - PCdoB, além das categorias profissionais, como já citada o campo sindical da saúde, da assistência social, como apresentado através do DIVAS, com a campanha “o amor fala todas as línguas”.

No período de fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019), existe um processo de ampliação de pesquisas em torno das lesbianidades e sexualidades dissidentes, que se constituem com maior influência do feminismo lésbico, através do aporte político e teórico, especialmente de Monique Wittig, Adrienne Rich, Audre Lorde, Jules Falquet, Ochy Curiel, Gayle Rubin e Cassandra Rios com sua literatura sobre relação entre mulheres.

Os diálogos entre os movimentos sociais, as pesquisas, os espaços de controle sociais, as categorias profissionais, a atuação em partidos políticos e as trajetórias pessoais vão se ampliando e potencializando a atuação dos movimentos lésbicos no Estado, que, ao longo dos anos, vem contribuindo para a diversidade de atuação e questionamento da heteronormatividade. Logo, a atuação dos movimentos de lésbicas tem se ampliado nos diversos espaços de militância, seja nos movimentos políticos lésbicos organizados, através de seus grupos, redes e trajetórias pessoais, nas universidades, através dos grupos de estudos e pesquisas, movimentos estudantis e das trajetórias políticas de docentes que levam uma formação para além da tradicionalidade epistêmica, mas através questionamentos das normativas de gênero, raça, classe, sexualidades, geração, assim como discentes que questionam a tal tradicionalidade através da construção do conhecimento dialógico, decolonial, sugerindo ampliação para autoras pouco priorizadas e reconhecidas para dentro da academia.

Os partidos políticos vão construindo sua importância nos trabalhos executados para a inclusão da população LGBT, através dos setoriais LGBTs, na participação nos espaços de controle social, na proposição de leis e espaços de atendimentos específicos para a população de lésbicas, além das trajetórias pessoais de militantes de partidos nos movimentos lésbicos, que vem se destacando.

Todas essas fricções são importantes reconhecer e entender como essas narrativas vão construindo os movimentos de lésbicas no Estado e estão contribuindo para um sociedade que reconheça que é preciso pensar para além das normatividades de gênero e sexualidades, e na consolidação de um estado livre de qualquer discriminação, ampliando diálogos em redes, em que as identidades lésbicas são trabalhadas em grupos específicos, mas em diálogos com outras identidades políticas para ampliação das forças políticas.

De certo, que essas relações não existem sem conflitos, vários deles aparecem, o que vamos trabalhar mais à frente. No entanto, essas matizes foram imprescindíveis para a organização dos movimentos lésbicos no Estado, as articulações com outros movimentos sociais, diálogos com os movimentos nacional e internacional. Além disso, possibilitou, o trabalho de interiorização da política, através dos espaços de conferências LGBTs, o que reverberou para a formação de novos grupos em todas as regiões.

Ufa...

Entendemos que todo esse bojo de discussões que vem na constituição dos movimentos lésbicos não só perpassa pelo papel que os movimentos sociais trazem que segundo Gohn (2014) são postos como “papel transformador de relações sociais, de agentes do processo de mudanças sociais” o que culminou de como este movimento foi construído, no período incubadora (1979-1990), onde o processo de formação dos movimentos estavam muito ligado as transformações sociais e reconhecimento das sexualidades dissidentes.

Durante o período de institucionalização (1991-2000) a organização perpassa pela institucionalização e a mudança na forma de fazer política, o que antes era construção de força política que dialogavam entre as ações individuais para ações coletivas, neste período se transforma o modo de fazer política, na formação de redes, grupos, pautas específicas para as lésbicas e nos diálogos mais aproximado com os governos, os primeiros apoios para os eventos, os recursos na área da saúde, especialmente pelo Ministério da Saúde, pelas discussões sobre IST/HIV/Aids.

No período de articulação local e nacional em rede (2001-2010) há a ampliação das articulações e parcerias entre os próprios movimentos sociais e com o governo, o que acarretou em processos de maior alcance da política LGBT, com os centros de referências e outros instrumentos que pudessem valorizar as pautas e como Gohn (2014) pontua: “as novas políticas sociais de caráter compensatório dos governos central e local”, “as alterações do papel do Estado em suas relações com a sociedade civil e em seu próprio interior”.

Então, neste momento, para os movimentos lésbicos, há uma virada na forma de relacionar-se com o Estado, assim, potencializam-se os conflitos, as brigas por representatividades, os espaços de conferências que foram bastante aglutinadores para o trabalho em rede, mas, por outro lado, palco de grandes conflitos pelas relações de gênero, raciais e de “poder”.

No período que conceituo como fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019) é um período que se potencializa as “políticas de caráter compensatório”, o que, de certa forma, com os diálogos mais próximos com os governos e partidos políticos ampliam-se as ações dos movimentos sociais, conseguindo chegar mais longe, através das conferências, em acessar movimentos antes isolados nas regiões mais longínquas do Estado, como os interiores, mas, por outro lado, foca muito mais nas políticas públicas, como cerne dos movimentos e tudo que essas articulações proporcionam corroboram com que Gonh descreve:

Esse papel é realizado de forma contraditória. Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transformaram-se as identidades políticas desses sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas em políticas de identidades, pré-estruturadas segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONG), que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de gênero, etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. A inversão da ordem dos termos de identidade política, para política de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas da sociedade civil para a sociedade política dos bairros e organizações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. (GOHN, 2014, p. 13).

Essa análise potencializada pela autora diz da virada, que se inicia nos anos 2000 e vem se potencializar especialmente depois de 2010, com a recentralização dos territórios dos movimentos sociais para os gabinetes governamentais e dos partidários, na ilusão de coesão das práticas políticas, que antes era ponderada separadamente nos movimentos sociais, partidos políticos e governo, no entanto, atualmente parece-me que estes papéis se misturaram.

Essa forma de militância tem causado muitos conflitos, pois quem não se adequa a esse tripé articulado entre movimentos sociais, partidos políticos e estrutura governamental, passa por todo desgaste nas relações internas e externas, o que resulta no enfraquecimento dos movimentos e quem não se adapta precisa se retirar, ou construir outros espaços de militância que atuem de forma mais autônoma.

O modelo de fazer movimento social ainda está muito conectado com o modelo “salvacionista”, como se fosse um estágio articulação nos movimentos sociais, que levam a construir uma imagem, depois pula para o trabalho no governo e/ou nos gabinetes parlamentares, quiçá, como último estágio o lançamento de candidaturas. Evidente que esses

caminhos não são normatizados, mas para as militantes que se destacam, pode ocorrer desta forma.

No entanto, a militância não é para iniciantes como já mencionei, há um processo de memória que é muito importante para a constituição dos movimentos de lésbicas que tem as militantes que estão na luta fazendo resistência cotidianamente, mas essas estruturas são viciadas e se tornam um constante desafio para construir autonomia e resistir a todo modelo posto, pois nas relações com as “parcerias” precisa ter muita disposição para permanecer nos diálogos por entender que os movimentos têm esses enfrentamentos, mas diz de um local de luta, que vai alcançar e contribuir com milhares de mulheres que nem conhecem os movimentos, mas se beneficiam pelos atendimentos na saúde, por exemplo, por um Estado onde hoje, às vezes, é possível andar de mãos dadas sem sofrer violências.

Quando em conversas com algumas participantes se pergunta o que representa os movimentos lésbicos, nota-se que se constrói algo muito maior que os enfrentamentos políticos e as resistências do dia-a-dia. Para algumas a organização nos movimentos sociais abrilhanta os olhos e fortalece as pautas coletivas, como uma interlocutora/pensadora mencionou: “Para mim o movimento é minha oxigenação de viver, é neste aquilombamento, pois foi a partir deste lugar que encontro muitas companheiras e viver sua identidade enquanto sujeita política”.

Dentre tantos entraves políticos, as sujeitas dos movimentos lésbicos têm resistido em suas diversas instâncias, visto que, o que as impulsionam, como Yasmin mencionou, é a construção coletiva que tem se potencializado e criado instrumentos, acolhimentos e ações que potencializam o atendimento às lésbicas. Para compreender melhor como a militância para fora tem se dado, vamos entender como tem sido construído os percursos etnográficos dos movimentos lésbicos e suas articulações para fora.

Diante de todos os grupos que as narrativas foram construídas, de certo, que essas narrativas não cessam e não exprimem o que aconteceu em todos os anos de atuação dos grupos e em redes. Mesmo tentando fazer uma descrição densa do campo, as narrativas institucionais dos grupos foram construídas a partir das entrevistas cedidas, visitas aos sites dos grupos para conhecer mais de perto as ações e registros das ações, de certo, não constituída verdades absolutas, mas de interpretação de memórias construídas e apresentadas, a partir dos olhares políticos, da lembrança e do esquecimento, como nos diz Candau (2012).

Depois das descrições e apresentações dos grupos, redes e espaços de articulações políticas que tem se dedicado a contribuir a história dos movimentos lésbicos em Pernambuco, no capítulo seguinte, serão analisadas as relações internas dos movimentos, suas

intersecções, relações dos grupos e redes com outras esferas de atuação política, relações de poder, com outros movimentos e partidos políticos, tentando expressar uma análise mais apurada das narrativas.

Neste capítulo foram apresentadas as descrições e memórias dos grupos, que compõem os movimentos lésbicos que protagonizam a luta e grupos mistos e tem contribuído com as pautas lésbicas, pensando os momentos de atuação dos grupos através das bifurcações, influências, parcerias e ações que foram ao longo dos anos contribuindo para a identidade lésbica e as construções das memórias. Com afeto, poesia e encantamento, seguimos.

Funk da solução (trecho)

Lídia Rodrigues e Lila M.

Tambores de Safo – Fortaleza - CE¹⁰³

E se o mundo, se o mundo fosse cheio de sapatão?

Se o mundo, se o mundo fosse cheio de sapatão?

Seria a revolução

Revolução das sapatão!

Mas o mundo, mas o mundo já é cheio de sapatão

Então é a revolução

Revolução das sapatão.

¹⁰³ <http://tamboresdesafo.blogspot.com/>

5 ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LÉSBICAS: INTERSECCIONANDO HISTÓRIAS E MEMÓRIAS - MILITÂNCIA PARA DENTRO

Neste capítulo dialogamos sobre os desafios internos nas relações dos movimentos lésbicos, que agregam lésbicas de diversas classes sociais, escolaridade, raça e geração. Evidenciando os meandros de como as interlocutoras/pensadoras dessa pesquisa veem o surgimento dos movimentos de lésbicas e sua importância para a construção da identidade individual e coletiva. Além disso, analisam-se as relações internas, através dos pressupostos de igualdade/hierarquia, os conflitos, as relações de poder, interpessoais, afetivo-sexuais, reproduções de violências, machismo, as discussões e diálogos entre lesbianidades e bissexualidades, fatores importantes para refletir como os movimentos lésbicos têm se organizado.

Durante as entrevistas e observações, as interlocutoras/pensadoras apontaram soluções para a melhoria dos movimentos, sendo uma questão nova que surgiu no campo. No entanto, por se tratar de observações importantes que trazem uma análise mais geral das relações internas para o avanço dos movimentos, tais ponderações também serão potencializadas nas análises que subsidiam este capítulo.

A pesquisa etnográfica evidenciou um campo denso, trouxe olhares diversos para se pensar o ser militante, assim como aferir as práticas colocadas como normativas internas dos movimentos, o que causa estranhamento, mas também a necessidade de refletir sobre tais posicionamentos, o que é feito neste capítulo, a fim de contribuir para o entendimento das práticas e reflexões de como os movimentos se organizam internamente.

Priorizamos também ouvir as lésbicas para entender como elas enxergam os movimentos, sua organização e a construção das memórias. Para responder à questão, intersecciono as narrativas de vida das interlocutoras/pensadoras dos grupos, somadas às entrevistas e à observação de campo para subsidiar as análises. Utilizo ainda as conversas mais aprofundadas e/ou informais, assim como o questionário fechado, para aferir como essas mulheres têm conhecimento em torno do seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017) o que veremos no decorrer do capítulo.

Neste momento, coloco as interlocutoras/pensadoras em anonimato a fim de evitar sua exposição em temas delicados, e por entender que algumas leituras são mais enfáticas, especialmente porque esses diálogos precisam ser realizados também nesse espaço de escrita e memórias. Por isso, a partir de agora todas as identidades estarão preservadas, com nomes fictícios.

5.1 O surgimento dos movimentos de lésbicas em Pernambuco – as memórias que Elas/Nós construíram/construímos

Para se conhecer melhor como as interlocutoras/pensadoras reconhecem a organização dos movimentos, foram elencadas algumas perguntas para subsidiar nosso entendimento. Quando se questiona “você sabe quando começou a articulação dos movimentos de lésbicas em Pernambuco?”, há diversas respostas, o que nos inclina a entender que mesmo que as interlocutoras/pensadoras participem dos movimentos, nem todas conhecem como se deu sua organização e surgimento. É necessário trabalhar as memórias dos movimentos para que as próprias integrantes os conheçam e possam reconhecer quais mulheres começaram a luta, entendendo que este negligenciamento tem a ver com o silenciamento da história de luta das identidades lésbicas, não sendo um fato apenas local.

Tabela 10 - Você sabe quando começou a articulação dos movimentos de lésbicas em Pernambuco?

Você sabe quando começou a articulação do movimento de lésbicas em Pernambuco?	n	%
Década 1980	5	27,8
Década 1990	5	27,8
A partir os anos 2000	4	22,2
Não sei	2	11,1
Não respondeu	2	11,1
Total	18	100

Fonte: Questionário

Elas se dividem quando menciona o ano de início da organização dos movimentos lésbicos no Estado, com maior preponderância na década de 1980 e 1990, cada uma com (5) 27,8%, que é a fase a incubadora e a fase de institucionalização. Importante mencionar que (4) 22,2% não sabem ou não respondeu, entendendo o quanto a memória ainda é um percurso pouco priorizado pelas próprias integrantes dos movimentos, talvez por falta de conhecimento da própria história dos movimentos ou pelos saberes localizados que vão se construindo pelos lugares situados de atuação.

Outra questão importante é a ausência de organização das documentações dos movimentos, que, por vezes, ficam entre as militantes, sem ter a construção de uma memória coletiva disponibilizada para quem quiser acessar. Talvez, falte o entendimento que os movimentos lésbicos constroem impactos políticos na vida de tantas mulheres nas práticas cotidianas, como no acesso as formas de organizações e memórias pautadas ao longo dos anos.

Quando se pergunta se conhecem quais mulheres que iniciaram os movimentos lésbicos, a maioria das lésbicas afirmaram conhecer quem iniciou os movimentos lésbicos no

Estado, com 17 (94,4%), enquanto 1 (5,6%) disseram que não. Quando se pergunta quem são, foram citadas as seguintes mulheres:

Tabela 11 - **Quais as mulheres que começaram os movimentos lésbicos no Estado?**

Quem são elas?	n	%
Abinéia - Associação Sertão LGBT	1	5,6
Ativistas do COMLES	1	5,6
Iris de Fátima	1	5,6
Íris, Rivânia.	1	5,6
Josenita Duda (Camaragibe), Marylucia Mesquita	1	5,6
Josenita Duda e Iris de Fátima	3	16,7
Josenita Duda, Iris de Fátima, Marylucia Mesquita	1	5,6
Josenita Duda, Iris de Fátima, Marylucia Mesquita, Ana Carla Lemos, Ana Melo, Irene Freire, Micheline Américo	1	5,6
Josenita Duda, Iris de Fátima, Marylucia, Ana Carla Lemos	1	5,6
Josenita Duda, Iris de Fátima, Micheline Américo, Flávia Lucena	1	5,6
Wilma Lessa	1	5,6
Wilma Lessa, Maria Celeste Vidal	1	5,6
Não respondeu	4	22,2
Total	18	100

Fonte: Questionário

Há uma pulverização a respeito de quais são as mulheres que começaram os movimentos, às vezes, sendo mencionadas a partir da localidade de atuação. No comparativo das variáveis “região” e “quais são as mulheres que começaram os movimentos lésbicos”, evidencia-se por vezes o lugar de atuação de quem responde, como um marco de surgimento dos movimentos, ou, então, tem uma relação forte com a questão da idade e do tempo de participação.

Dentre as interlocutoras 3 (16,7%) confirmam que o pontapé inicial da formação dos movimentos lésbicos foi dado por Josenita Duda Ciriaco e Iris de Fátima Silva, o que coaduna com os resultados desta pesquisa e até onde conseguimos encontrar pistas e memórias dos movimentos lésbicos, tendo a diferença de que Josenita começou ainda no final da década de 1970 e Iris de Fátima nos anos 1990, no entanto, no fortalecimento da identidade lésbica, enquanto movimento, estavam juntas nessa construção.

Também citaram Wilma Lessa e Maria Celeste Vidal, como precursoras dos movimentos, só que, apesar das possíveis vivências iniciais ou memórias com essas mulheres, elas se organizaram nos movimentos feministas e não estiveram presentes no período o qual denomino como incubadora, nem estavam organizadas enquanto lésbicas ou qualquer outro termo que representasse, à época, a relação entre mulheres nos espaços políticos, assim como não levantavam como bandeira de luta a lesbianidade.

No que concerne à importância de denominação dos movimentos, questiona-se: você acredita que é importante a identificação do movimento de mulheres que se relaciona com outras mulheres se denominarem enquanto movimentos de lésbicas? 15 (83,3%) responderam que sim, 1 (5,6%) não, enquanto 2 (11,1%) não responderam.

A partir dos dados do questionário é possível afirmar que a grande maioria das entrevistadas acham importante denominar os movimentos lésbicos, diferenciando-o dos demais movimentos, pensando as especificidades das relações entre mulheres e organização política, que vem desde a década de 1990, no ápice da construção da identidade lésbica no Brasil, especialmente após o I SENAILE.

Selem (2007) realiza, no Boletim Chanacomchana, uma leitura histórica de como se constituiu o nome lésbica:

[...] A palavra lésbica deriva de Lesbos, ilha grega, onde viveu uma das maiores poetisas da Antiguidade, Safo, cuja obra sobreviveu ao tempo e à repressão da misoginia cristã, embora fragmentariamente, mas que simbolizou e ainda simboliza, não só o amor entre mulheres, mas, também, principalmente, a revolta contra a opressão masculina que sempre deu às mulheres o papel de escravas e meros aparelhos de reprodução. Safo imortalizou o amor entre mulheres em poemas de extremo brilho, ultrapassando, em muito, os objetivos de preparação para o casamento propostos pelos círculos femininos onde se ensinava arte às mulheres, em sua época. De sua coragem e seu amor pelas mulheres, na Ilha de Lesbos, surgiu esta palavra tão “mal-dita” que o sistema patriarcal constantemente procura deturpar. Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Boletim Chanacomchana. (GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA. SÃO PAULO, 1983, VOL. 03, P. 01, *apud* SELEM, 2007, p. 75)

Os movimentos lésbicos têm a influência da poeta grega Safo, um dos símbolos da luta da lesbianidade. Desde a década de 1990 vem se trabalhando a inserção da palavra lésbica nos espaços políticos brasileiros, como força política como já mencionado VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (1993) e no I Seminário Nacional de Lésbicas – SENAILE. Então, desde a década de 1990, os movimentos vêm trabalhando com o termo lésbica, diferente da década anterior, em que todas/os se identificavam como homossexuais, sem distinguir suas especificidades.

Uma das interlocutoras/pensadoras mencionou na entrevista ter muitas amigas que não se reconhecem como lésbicas, pelo desconhecimento do termo, dos movimentos, mas que têm a prática de se relacionar afetivo sexualmente com mulheres. No entanto, a maioria das mulheres acredita que a construção da identidade lésbica é importante.

Ao longo dos anos apareceram significados diversos e nomenclaturas que podem ser usadas para denominar essa identidade, conforme Silva (2016) expressa:

Assim, descobrindo, a cada dia, em cada beijo na boca, em cada abraço, em cada gozo, as delícias de ser “lésbica”, “entendida”, “homossexual feminina”, “mulher que ama mulher”, “fancha”, “fanchona”, “fissureira”, “fressureira”, “gal”, “lady”, “machã”, “machona”, “machuda”, “madrinha”, “moquetona”, “mulhermacho”, “pacona”, “paraíba”, “pitomba”, “roçadeira”, “roçona”, “saboeira”, “sandalinha”, “sapatão”, “sapatilha”, “sapatona”, “sapa”, dentre outras formas que nomeiam as lésbicas [...] (SILVA, 2016, p. 64).

Facchini (2008) utilizou em sua tese a categoria mulheres com práticas homoeróticas para diversificar a participação de mulheres na pesquisa, assim como utilizou o termo mais amplo (homo)sexualidades, sobre o que ponderou:

O uso do termo “(homo)sexualidade”, no título da tese, procura fazer inteligível o diálogo com um campo de conhecimento – os estudos sobre sexualidade e homossexualidade – mantendo o qualificativo “homo”, que remete a “homossexualidade”, numa posição que sugere condutas que, não necessariamente, são pensadas como sendo “homossexuais”. (FACCHINI, 2008, p. 45).

Em Pernambuco a AME usava a nomenclatura “mulheres entendidas”. A primeira rede que usou a “sopa de letrinhas” foi o Fórum LGBT de Pernambuco. O primeiro grupo a usar explicitamente no nome do grupo o termo lésbica só apareceu em 2007 inicialmente com o Grupo LUAS – Liberdade, União, Afetivo-Sexual de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

Os movimentos de lésbicas têm se posicionado na direção de que é importante a construção da militância por meio da identidade lésbica, fazendo o contraponto à heterossexualidade compulsória (RICH, 1980), não construindo binarismo, mas entendendo as diferenças do que é ser uma lésbica, uma mulher heterossexual, bissexual ou transexual ou quaisquer outras categorias identitárias que possam surgir e se diferenciar do contexto patriarcal.

A construção da identidade lésbica como visto no capítulo anterior, perpassa pela construção do *self*, através da autoaceitação, do autorreconhecimento enquanto lésbica e, depois, da abertura da identidade na família e nos campos de atuação política. Isso quer dizer a negação da identidade heterossexual visto as normativas que impõe, especialmente na relação com homens. A identidade é definida por Taylor como “a maneira como uma pessoa se define, e como suas características fundamentais fazem dela um ser humano” (TAYLOR, 1994, p. 45).

Assim, os movimentos lésbicos constroem uma política de identidade (TAYLOR, 1994), por meio das ações organizadas e de uma política da diferença (TAYLOR, 1994), que potencializa a não discriminação, sugerindo através da socialização a respeitabilidade da identidade lésbica, além da implementação de políticas públicas para o entendimento diferenciado do que é ser lésbica e de suas especificidades.

Na construção dos movimentos lésbicos existem várias relações internas que fortalecem ou fragilizam a identidade lésbica e as ações coletivas, o que nos ajuda a pensar e a entender melhor como tem sido potencializado em Pernambuco, a seguir.

5.2 Hierarquia/igualdade

Para compreender como se dão as relações nos movimentos lésbicos e as hierarquias/igualdades, questões apresentadas com frequência no pré-campo e no campo desta pesquisa, buscamos perceber como essas relações são pautadas nas relações internas. Quando se pergunta se existe igualdade nas relações internas dos movimentos de lésbicas 4 (22,2%) responderam que sim, 12 (66,7%) disseram que não e 2 (11,1%) não responderam.

Quando questionadas sobre o motivo de não existir igualdade, afirmaram diversos motivos pelos quais as hierarquias são postas, como: hierarquias na atuação e reconhecimento dentro dos movimentos e na articulação com o governo 5 (27,8%), hierarquias por questões partidárias, na atuação e reconhecimento dentro dos movimentos e na articulação junto ao governo 4 (22,2%), hierarquias na atuação e reconhecimento dentro dos movimentos 3 (16,7%), enquanto, 4 (22,2%) responderam que há igualdade e 2 (11,1%) não responderam.

O reconhecimento interno confere poder a quem pode atuar nas articulações com governos e partidos políticos, criando hierarquizações pela atuação, disponibilidade e poder de articulação, além de mudanças nas relações internas, causando diversos conflitos.

O reconhecimento confere poder, logo criam-se hierarquias. Durante um dos dias do campo, eu estava em um local de festa e os comentários eram: “o parlamentar “tal” pegou abuso da militante “y”, porque ela apoiou a oposição”. Situações como essas são ferramentas de controle que, de certa forma, questionam a autonomia dos movimentos de dialogar pluripartidária ou apartidariamente, assim como, de receber ou referendar outras lideranças que queiram estar nos espaços e terem outras ferramentas de militância.

A falta de igualdade dentro dos movimentos acontece pelas hierarquias na atuação e reconhecimento dentro e fora dos movimentos, questões que estão relacionadas às articulações internas, pois existem as lideranças que tem mais “respeitabilidade” para sugerir propostas e ser aceitas, o que faz com que as diretrizes que os movimentos ou outros espaços políticos tomem, diz muito dos lugares dessas lideranças, que, às vezes, são centralizadas, pela dedicação e disponibilidade de tempo e de outros recursos, como mobilização financeira e de pessoas, que vão se delineando ao longo do tempo.

Além dos fatores mencionados acima, a credibilidade interna e externa nos movimentos e outros espaços políticos dizem do carisma (WEBER, 1969) que, no percurso da construção desta “líder” é um dos fatores potencializados. Nessa construção, nem a classe social, nem a escolaridade são questões fundamentais. As relações de raça são permeadas pelo protagonismo das mulheres negras nos movimentos lésbicos em Pernambuco, questões observadas desde o início da organização dos movimentos.

Quando se evidencia os dados dos questionários e das entrevistas semiestruturadas, os princípios dos movimentos lésbicos se pautam pela epistemologia feminista e do feminismo lésbico, com ações para emancipação das mulheres, a partir da junção das teorias e práticas que se dão através das experiências (SCOTT, 1999) e da agência (ORTNER, 2007) das lésbicas, o que é questionado pela reprodução de hierarquizações e poder. Pérola se posiciona em relação às hierarquias:

Essa hierarquia é o que eu falo logo, essa hierarquia é que dificulta o processo da evolução. Porque na prática todo mundo diz, mas... Olhe, eu acho tão interessante são as palavras que o movimento lésbico usa que eu vejo constante que são: irmandade, sororidade, né? Sororidade, companheirismo, tudo é uma fantasia ou uma carta. Porque, na verdade, no discurso eu digo isso, mas num simples gesto eu não faço isso. Num simples gesto eu não consigo fazer isso, entendeu? Porque se fosse, se não tivesse hierarquia, quem já está numa estatura melhor, numas condições melhores, investia no movimento aqui. (PÉROLA).

Pérola questiona as práticas feministas pela hierarquia que se reproduz nas relações entre mulheres e homens e acaba sendo reproduzida também entre as próprias mulheres. Assim o companheirismo é questionado, especialmente quando alguém “erra” é extremamente questionada, exposta no grupo, questionando-se os possíveis erros, gerando, de certa forma, controles das ações nas relações políticas e de militância, mas também incluindo o campo amoroso, o que é bem observado e potencializado pela fofoca (FONSECA, 2004). O que nem sempre se fala em público, mas com as mais “próximas” e/ou, às vezes, são postas nos coletivos, como forma de punição para o “erro”.

Outra questão que aparece muito fortemente são as relações entre as militantes, denominada pelos movimentos como “dinossauras”, caracterizadas como as mais velhas. Então, as relações entre as mais “velhas” e as mais “novas” giram em torno da hierarquização do tempo de atuação nos movimentos.

Onde tem poder, tem hierarquia também. Então... Na história do movimento assim, às vezes a gente vê... Que a gente chama né? As “dinossauras”, as “novatas”. Então, às vezes, tem esse tipo de hierarquia que é uma hierarquia que tem a ver com geração, mas tem a ver mais com história dentro do movimento. Muitas vezes você vai a um SENALE, aí você tem as meninas que tão pela primeira vez no SENALE, né? Que às vezes tem uma dificuldade de falar que tem a ver com a coisa da timidez

ou da primeira vez que tá no espaço, mas outras vezes tem um silenciamento dizendo “não, você tá chegando agora, não sabe disso, espere sua vez”, né? Então tem essas hierarquias que não são colocadas oficialmente assim em lugares de posição e às vezes tem hierarquias mesmo de “ah, fulana é a representante do...” sei lá, do “Fórum LGBT de Pernambuco, tá na coordenação do Fórum”. Então, às vezes, tem essas hierarquias que são colocadas como um espaço que é legitimado também em falar, porque você tá representando determinado movimento. Eu acho que tem. Eu acho que o movimento tenta se construir como um movimento mais horizontal, né? Que dê espaço de fala, de diálogo, mas as hierarquias elas vão aparecendo. Não sei se elas tomam um lugar tão forte dentro do movimento, mas eu acho que elas existem. (PATRÍCIA).

O fator tempo influencia nos lugares que podem ser ocupados pelas “novatas”, quando podem representar os movimentos ou falar, além de, a participante precisa provar que tem competência de articulação, de fala, de escrita, nos lugares que ocupa ou em outros fatores que validem a sua entrada ou a sua fala nos espaços que ocasionem receptividade com as demais. Sobretudo, quem está em outros campos de militância e chega para atuar nos movimentos lésbicos e vem com certa experiência e explicita isso, a receptividade é totalmente diferente de quem está começando.

Então, há o fator “tempo” e o fator “experiência em outros campos”, que são analisados e isso vão caracterizar como essas mulheres são recebidas. Logo, as formas de hierarquias estão postas e elas se disseminam de diversas formas, não sendo apenas um problema local, onde já se percebeu esses comportamentos em diversos espaços de atuação. Bárbara, por exemplo, analisa a questão da representatividade, que acaba gerando “poder”:

As hierarquias estão dadas, em minha opinião, em forma de conhecimento a respeito do tema em forma de militância e de representatividade. Então se eu estou representando as mulheres lésbicas num conselho nacional, isso me dá um “poder”, e esse “poder” pode ser transformado em hierarquia. Então, existe e precisa ser superado. Existe o esforço pra ser superado. Agora, também, a gente precisa ficar atenta aos discursos de vitimização. Porque a vitimização, ela não contribui para a gente avançar no sentido de superar o machismo, as hierarquias e a opressão, entendeu? (BÁRBARA)

Bárbara também menciona que há o esforço de repensar as hierarquizações, mas também os conflitos que são colocados quando discutidas as relações de geração, por exemplo, em que há o chamar as “mais velhas” de “dinossauras”. Essas relações por vezes são postas como “não vamos reproduzir esse modelo”, mas, culminam, por vezes, em “olhe, eu sou mais velha aqui, viu?”, então se cria a hierquização que em certos momentos se usa para as questões geracionais nos movimentos e em outros não, como forma de privilégio e /ou reconhecimento.

Existe outra questão que é reproduzida, entre algumas das mais “velhas” com as mais “novas”, que pode ser mencionada como relações de maternagem, que acontece pelas relações

da reprodução dos atributos de uma mãe (SILVA, 2017). Em uma relação posta como “essa daqui está comigo e eu cuido dela”, a mulher mais velha auxilia no processo de socialização nos espaços e colabora no reconhecimento enquanto militante que pode falar. Há também vários casos em que a mais velha é escolhida como mestra da mais jovem, para ensinar como se faz movimentos, sendo denominada pela jovem como minha guru, mãe ou madrinha.

Essas relações, por vezes, podem ser por receptividade e cuidado, pois nem sempre se encontra nos espaços de movimentos a agregação de novas militantes, e/ou pelas relações internas de poder, de hierarquias e de reconhecimento. Em alguns episódios, algumas são chamadas, consideradas e/ou nomeadas como “mãe”, “madrinha” ou “guru”. Essas relações são postas também, quando se leva uma pessoa nova para os movimentos, quando se expressa o acolhimento e cuidado nas relações de construção do conhecimento, do apresentar enquanto militante nos espaços, ajudar na formação ou financeiramente.

A hierarquia tem uns lados positivos e negativos, como Yasmin coloca: “uma hierarquia boa, não fazer o movimento sendo a “dona das coisas”, porque tem gente que se apropria do movimento como se fosse seu computador”. Talvez o dizer da hierarquia boa seja para algumas pessoas saber que se não fizer, tem gente lá pra fazer, as lideranças “dinossauras” fazem pelo compromisso político, mas, infelizmente, há alguns casos em que existe a coisificação dos movimentos e pessoas que os tomam como posse. Cassandra pontua:

A hierarquia existe em todos os movimentos. Existe porque eu acho que a gente tem uma forma muito hierárquica ainda de pensar política, né? A que lidera, a que fala, a que fala melhor, todas essas hierarquias estão presentes no movimento lésbico, né? Como também no movimento feminista. Eu acho que é um desafio sempre a gente enfrentar as hierarquias dentro dos nossos movimentos, mas elas existem. Elas se formam por várias razões. Em alguns, a gente tem mais capacidade de reconhecer e enfrentar, né? Por uma definição de maior horizontalidade, em outros essa reflexão tem que ser colocada, né, de maneira mais forte, mas acho que sim. E, infelizmente, eu ainda acho que o movimento é muito hierárquico na sua forma cotidiana de fazer política. (CASSANDRA).

Está posto que as relações constroem hierarquias, mesmo nas relações políticas entre mulheres. Em vários tópicos, como já mencionado acima, podemos perceber que essas e outras questões são latentes na organização política dos movimentos feministas, lésbicos, que vão se constituindo a partir dos *modus operandi* de fazer política e das cristalizações de lugares de quem pode mandar, quem obedece, quem pode falar, quem silencia, a distinção de quem são as “dinossauras”, quem são as “novas”. Tudo isso passa pelas negociações hierárquicas que dependem do local de fala (RIBEIRO, 2017), mas que, como aponta Bárbara, está em processo de refletir sobre como se dão essas relações.

As relações de hierarquias potencializam como os movimentos de lésbicas se constituem e também reproduzem papéis que são questionados pelos pressupostos feministas e suas práticas, no entanto, geram experiências que aproximam e afastam lésbicas que querem atuar, gerando conflitos, rachas¹⁰⁴ e normativas de quem pode usar do reconhecimento da identidade lésbica para atuar nas ações coletivas, potencializando conflitos, relações de poder, reproduções de violências, machismo, o que vamos ver a seguir.

5.3 Conflitos internos

Os conflitos observados nos movimentos lésbicos são de diversos matizes e construídos desde o início dos movimentos. Segundo Gohn (2014), os conflitos fazem parte da luta pelo reconhecimento, assim como o surgimento dos movimentos se dão a partir de relações de conflitos, da mesma forma que ocorre nas lutas identitárias.

Para saber como essas relações de conflitos são potencializadas nos movimentos lésbicos, procurei entender como as interlocutoras/pensadoras veem tais relações, com a pergunta: sobre os conflitos existentes nos movimentos de lésbicas, são recorrentes por quais questões? 8 (44,4%) entendem ser pela junção de questões políticas, pessoais e afetivas, 4 (22,2%) apenas por questões políticas, 3 (16,7%) por questões pessoais afetivas e 1 (5,6%) por outros motivos e não respondeu.

As interlocutoras ponderam que o que causa mais conflitos são as relações por questões políticas, pessoais e afetivas. Esses três fatores articulados estão interligados com as questões já mencionadas no tópico sobre as hierarquia/igualdade que são postas na organização dos movimentos lésbicos. Tais hierarquias geram conflitos e, de certa forma, fazem a distinção de quem fica na articulação dos movimentos, contribuindo nos espaços de articulação política, mas também vivenciam os conflitos, disputas e reconhecimento.

Nos conflitos internos no campo, podemos observar que a preponderância se dá na forma como se constituem as relações e participações políticas, especialmente, das militantes de partidos e em como essas relações minam para dentro dos movimentos, pela constituição de apoios, parcerias e pautas políticas que dialogam, mas potencializam conflitos.

Dessa forma há um processo de influência forte dos partidos de esquerda e de suas pautas. Muitas militantes levam as pautas dos movimentos para serem incorporados nos espaços políticos partidários e, por vezes, algumas militantes vão trabalhar nesses espaços como forma de representação do segmento e de interlocuções, a depender das articulações

¹⁰⁴ Os rachas são expostos por FACCHINI (2005) como as separações dos grupos.

políticas e partidárias realizadas ou do reconhecimento das pautas dos movimentos lésbicos e do reconhecimento profissional.

Muitos conflitos em relação às questões pessoais originam-se pelas disputas geradas, e acabam resvalando nas relações pessoais. Quando existem esses conflitos entre pessoas que possuem ou possuíram uma relação afetivo-sexual numa reunião, por exemplo, elas geralmente não saem juntas depois das reuniões e, dependendo com quem seja o conflito pode levar a uma divisão das opiniões dos grupos e de suas formas de atuação, como ocorreu com o AMHOR e o Grupo LUAS, mencionados no capítulo anterior.

No campo, foram presenciados conflitos, especialmente quando se fala de espaços de visibilidade e poder. Para dar exemplos relacionados à rotina dos movimentos, utilizamos como recurso, contar passagens vividas, para evidenciar algumas dinâmicas internas. Denominei estas passagens de episódios para realçar seu caráter corriqueiro e da importância em refletir sobre atitudes que são tidas como “normais” pela sociedade, mas que tem suas bases questionadas pelos movimentos, muito embora os próprios movimentos possam de alguma maneira, reproduzi-las, consciente ou inconscientemente, mesmo que tenha como norte o questionamento de tais comportamentos ou atitudes. O episódio 1 ilustra uma situação de conflito:

Episódio 01:

Na produção de uma cartilha existiram conflitos para fora, questão mais aprofundada no próximo capítulo, mas que também interferiram na militância para dentro. A cartilha foi uma ideia coletiva de vários grupos, iniciada na realização do seminário para a coleta de dados, no qual eu, enquanto uma das militantes e pesquisadora fiz os instrumentos, como questionário fechado e apliquei durante o processo, além da observação participante. Depois, essa articulação se ampliou para diálogos com o governo estadual e municipais que pautam a lesbianidade. O apoio do governo se dava na disseminação de conhecimentos para os locais de atendimento da população de lésbicas e de mulheres bissexuais, na impressão da cartilha para ampla divulgação, especialmente nos serviços de saúde, assim como no pagamento da consultoria, pois este trabalho faz parte de uma política resultante das conferências LGBTs e o Estado não o tinha produzido. Para que a cartilha saísse, foi criado um grupo de trabalho entre sociedade civil e representações do governo, para ler e sugerir modificações e adequações na cartilha que abrangesse os diversos olhares. No entanto, isso reverberou vários conflitos pela visibilidade que o trabalho tomou, para dentro dos movimentos e com os governos, assim como por questões de recursos. Como foram nomeados alguns fatos e

peçoas, então, foi um conflito que ocasionou um racha, mesmo que temporário, entre alguns grupos, momento em que algumas militantes chegaram ao ponto de não sentarem na mesma mesa para falar em um seminário.

Esses conflitos reverberaram em como as atividades dos grupos e redes eram organizadas, então, no dia de luta da visibilidade lésbica¹⁰⁵ de 2017, as ações foram realizadas por grupos distintos e não com os grupos agregados em coletivo, como ocorria desde 2009. Tal fato serviu para refletir como os grupos estão ficando invisibilizados, de forma que o nome que tem aparecido hoje são os das redes como identidade política “unificada”.

Assim, os conflitos ocorridos dentro ou entre grupos também possuem uma dimensão de aprendizado, eles sinalizam para as próprias características que os grupos e suas articulações estavam apresentando naquele momento, eles também são meios para se visibilizar a identidade dos movimentos, nesse momento, privilegiando a unificação em redes.

Esses conflitos ocorrem, mas são passageiros. Sua influência se reduz quando se constrói entendimento político de perceber que existem objetivos maiores na existência dos movimentos lésbicos, muito maiores que os “umbiguismos” e as vaidades que podem ser construídos, a partir desses lugares ditos de “poder”.

Quando se analisa as relações pessoais com as relações afetivas, algumas vezes tais relações se misturam, porque mesmo com todas as dificuldades existentes nas relações internas, de certa forma, sentimentos de cuidado por meio de diálogos e da escuta, onde anteriormente predominava mais acusações. Mesmo sendo passageiros, eles indicam uma dinâmica interna na busca pelo poder que levam muitas mulheres dispostas a atuar desistirem da militância, especialmente quando reverbera nas relações pessoais e afetivas. Outro episódio reitera esse receio, como veremos a seguir:

Episódio 02:

Um casal de militantes que se relacionavam há alguns anos entrou em crise, só que uma das partes se envolveu com outra mulher do mesmo ciclo, o que gerou a fofoca e alguns posicionamentos de juízo de valor, com objetivo de mensurar quem está “certa” e quem está “errada”. Das moças que tinham o relacionamento, a “traída” saiu como “certa”, a que “traiu” foi resguardada como se fosse induzida pela “outra”, que se tornou o pivô do fim da relação e, como acontece nas relações heterossexuais, a “outra” sempre é a culpada de tudo.

¹⁰⁵ O dia 29 de agosto é comemorado no Brasil como o dia nacional da Visibilidade Lésbica, data escolhida no I Seminário Nacional de Lésbicas – SENALE, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2006.

Esse episódio gerou muitas fofocas e também sofrimento para as pessoas envolvidas. Nessas situações, as relações se misturam e se afetam de forma mais intensa. A militância proporciona um lugar de atuação política e reconhecimento, mas também um lugar onde sua vida será posta em evidência e, de certa forma, você tem que andar de acordo com os princípios sociais acordados silenciosamente pelos grupos, através de controle dos corpos, de como relacionar-se não apenas nos movimentos políticos, mas nas relações pessoais, que evidentemente estão pautados também pelas imposições culturais. É o que Patrícia pondera em sua colocação:

É, toda relação de poder causa conflito (risos) e, às vezes por conta dessas, do que eu tava falando dessas colocações de posições, né? Isso, às vezes vai depender de quem tem mais força e mais influência nessas relações e, às vezes isso causa um conflito sim, né? É muito comum a gente ver na história do movimento lésbico, não só aqui, mas no Brasil, né? Grupos que se formam, e aí as pessoas têm posições divergentes, aí separa, sai do grupo e forma outro grupo. Aí desse grupo forma outro grupo, né? Como se fosse sementes também assim se espalhando, que por um lado é bom que traz diversidade, mas por outro lado isso também é resultado desses conflitos internos. [...] E a gente sabe que tem e são as nossas afetividades, né? Com pessoas que são do movimento, isso, às vezes, também tem uma certa influência. Porque é difícil, às vezes você romper um relacionamento e você tá no mesmo espaço que aquela pessoa tá, então acho que às vezes se confunde um pouco esses lugares, né? O que é do privado, o que é do político, e às vezes nas coisas que tem que ser dos dois... (PATRÍCIA)

As relações de atuação política geram outros laços que se imbricam, o que contribui em algumas vezes, mas em outras geram muitos conflitos internos e externos, como as relações afetivos e sexuais que potencializam os conflitos, especialmente por não saber lidar com as intersecções do privado e do público, se é que é possível fazer essas distinções.

Gohn (2014) menciona que os movimentos surgem das relações de conflitos, e eles se perpetuam de diversas formas, pois vão se criando ou reproduzindo normativas que ditam como as relações devem ser geridas e por quem. Assim, a dinâmica dessas relações de conflitos e hierarquias constitui uma forma de identificar o movimento social e evidenciar como questões relacionadas à busca por reconhecimento e poder guardam relação com a vida pessoal e afetiva das participantes, visibilizando a mútua influência entre o público e o privado. Evidente que os conflitos não ocorrem somente por relacionamentos afetivo-sexuais. Existem outros conflitos, no qual descrevemos agora:

Episódio 03:

Uma militante perdeu o chip e não teve como atualizar o número nos grupos de *whatsapp*. Alguns conflitos já vinham ocorrendo a nível local, na solicitação de reentrada no grupo de uma rede nacional seu pedido não foi atendido. O relato é que vários e-mails foram encaminhados para a coordenação nacional e local e nada foi feito, o que gerou silenciosamente sua exclusão, por seus posicionamentos políticos, por vezes, divergentes das demais. Esse episódio ocasionou divisão nos grupos locais e também nas ações da visibilidade lésbica de 2017, o que contribuiu para que os grupos se dividissem nas ações.

Esses três episódios geraram vários conflitos, assim como outros que ao longo do percurso vão acontecendo, mas com o tempo tais situações são dirimidas, pois, mesmo com todos os conflitos, há um desejo maior das militantes, com a consciência de que existem objetivos maiores para o agrupamento político. Mesmo assim, esses conflitos geram afastamento dos grupos/movimentos, pois nem todas conseguem lidar com os conflitos e os desgastes decorrentes, assim como as exposições. Como Verônica Ferreira afirmou: “o movimento não nos salva!” Assim como afirmo que os movimentos não são para iniciantes e nem para todo mundo, pois há investimentos emocionais, de tempo, de recursos, de formação, de exposição, e nem todas querem ou podem se ver neste lugar.

Todo esse imbricamento na construção das identidades lésbicas e nas ações coletivas dos movimentos passeia pelas relações de hierarquias/igualdades e conflitos internos, que expressam as relações de poder, o que vamos aprofundar a partir de agora.

5.4 Relações de poder

Os movimentos sociais estão permeados pelas relações de poder (GHON, 2014) que vão se constituindo de diversas formas e isso tem gerado vários enfrentamentos internos na tentativa de construir um modelo mais horizontal para a atuação política. No decorrer deste tópico, vamos perceber como algumas militantes entendem as relações de poder nos movimentos lésbicos.

Cassandra nos traz uma análise sobre a horizontalidade que precisa ser trabalhada nos movimentos, não apenas nos movimentos lésbicos, pois as relações de poder estão presentes em todas as relações:

Eu acho que nós do movimento lésbico precisamos avançar mais do ponto de vista de horizontalizar as nossas relações de poder. Acho que as relações de poder são relações que estão presentes no movimento lésbico e em todos os movimentos e que

a gente precisa avançar mais, no sentido de horizontalizar essas relações. Agora eu também pensei no seguinte, veja... O que lhe dá poder? Porque a relação de poder faz parte das relações? E o que dá poder, em minha opinião, é o ativismo. O que dá poder é o estudo a respeito de um determinado tema. Isso confere poder às pessoas. Agora, o que a gente precisa se cuidar é pra esse poder não ser um poder verticalizado, um poder opressor, um poder manipulador, mas as relações de poder elas existem em todas as relações, em todos os movimentos. Aquelas pessoas que estão estudando a questão, que estão no ativismo diário, que estão representando o Fórum, elas precisam compreender que o seu conhecimento e o seu ativismo precisa ser horizontalizado com as demais, entendeu? Pra que a gente avance no sentido de superar a opressão, mas as relações de poder estão sempre presentes. (CASSANDRA)

A partir do olhar de Cassandra, as relações de poder nos movimentos partem do reconhecimento do ativismo e por isso algumas mulheres são referendadas e respeitadas como lideranças, assim como os estudos da área também conferem poder. No entanto, não é uma linha homogênea, pois vai depender da forma como o ativismo é exercido, assim como as pesquisadoras/estudiosas atuam e podem contribuir para os movimentos. No entendimento interno de contribuir com pesquisas, é preciso ter o respeito ético das pesquisadoras em darem retorno para os movimentos com os resultados dos trabalhos, mas já ocorreu algumas vezes de não apresentarem o trabalho final as interlocutoras e foi desestimulante para algumas militantes, porque não houve troca de conhecimento, respeito com as interlocutoras e construção política, o que é prezado pelas possíveis interlocuções entre os movimentos lésbicos e a academia.

Em relação ao reconhecimento da militância é preciso que elas estejam ativamente no trabalho nos movimentos, desde a articulação política, na mobilização de recursos financeiros e pessoais, na participação efetiva nas reuniões e eventos. Esse reconhecimento, porém, pode ser questionado quando não se cumprem os acordos morais que são construídos internamente.

A horizontalidade nas relações é um objetivo, mas ainda é um processo que está em trânsito, pois percebe-se que nem todas as mulheres lésbicas querem disponibilizar tempo e recursos diversos para a atuação na militância, pois para essa construção é preciso que haja pessoas, locais, recursos financeiros, investimento de tempo, mobilização, materiais de trabalho, para além de outros recursos, como os intelectuais, a força política e sobretudo, a vontade de fazer.

Durante o percurso etnográfico percebi que são poucas as que têm maior disponibilidade para estar na militância. No entanto, é trazido por algumas interlocutoras/pensadoras que na hora das ações que proporcionam visibilidade, acessos a lugares, viagens, algumas outras tantas aparecem querendo ter o pertencimento do grupo, sendo “barradas”, pois esse é um processo que precisa ser construído cotidianamente na

atuação para receber o reconhecimento enquanto militante e poder influenciar os direcionamentos dos grupos e movimentos.

Os movimentos se constituem também de disparidades e de certa forma dialogam com o que Pérola pondera:

Essa relação de poder, ela é muito desigual e ela é muito cruel. Por quê? Primeiro, as mulheres que estavam no poder, elas não consegue enxergar a pessoa... Por exemplo, você pode ter um potencial, mas se você não faz parte daquele grupo, você não tem aquele perfil, né? Aquele perfil de mulher acadêmica, bonita, perfil que agregue você sofre muita pressão. Mas a grande diferença é porque tem muitas mulheres que são da periferia, que elas têm o poder de conhecimento e essa disputa é muito desigual, principalmente, porque nessa disputa entra a questão dos partidos, né? As grandes forças de visibilidade. Eu digo que a gente teve muitas mulheres e continua tendo muitas mulheres no poder, mas pra elas conseguir interiorizar a política foi muito difícil. E eu acho também, por mais intelectuais que elas sejam, eu acho que é muito amadorismo nessa relação de mulher lésbica no poder. É um amadorismo porque elas não conseguem visualizar um projeto político que possa beneficiar todas as mulheres lésbicas e bissexuais. Elas conseguem ver o emergente, elas conseguem ver o agora. Elas não conseguem pensar, ultrapassar essa fronteira da vaidade. É por isso que eu digo, até então que o movimento lésbico, intelectualmente e politicamente, ele é brilhante, mas na questão de ocupar espaço, ele é infantil. Porque ele é imediatista. É tanto que a gente faz a política, se a gente for ver, mas quem ocupa os cargos são os gays e recentemente são as trans. Porque infelizmente eu escuto muitos dizer “é uma mistura de sentimentos” porque terminam se envolvendo sentimentalmente e quando rompe esse laço de afetividade elas não conseguem mais trabalhar o projeto político, né? É o que eu penso, e desiste. E aí não consegue. E aí há um esfacelamento. Aí é feito uma onda, se agregam, mas de repente surgem às atrações e aí se dissolve, e se dissolvendo permanecem, vamos dizer assim, as mesmas nos poderes e oprimindo as outras. Eu acho que o movimento lésbico, ele precisa... eu acho que quando alguém escutar essa fala vai fazer várias críticas, mas... Em muitos lugares que eu fui, eu fui muito reprimida, mas... por exemplo, eu ia pra muitos seminários, e aí as “poderosas”, as meninas ficavam tímidas e eu tenho um perfil muito do que se chama de sarcástico, que não é, é provocadora, e quando eu ia pros eventos eu começava a provocar, e quando eu começava a provocar, não sei se é meu jeito, meu linguajar [...], as outras meninas sentiam uma segurança e elas começavam a participar do diálogo porque até então, há uma timidez e um amedrontamento das pessoas que chegam, porque elas não se sentem naquele lugar, então eu acho que a gente tem que rever isso. Essa guerra de poder que eu não sei pra que serve, na verdade. Infelizmente é isso que ainda a gente tem essa fragilidade, essa compreensão que a gente precisa infelizmente amadurecer, precisa tá aberto pra se permitir fazer essa reflexão, né? (PÉROLA)

Pérola ilustra o que tenho evidenciado até agora como características e dinâmicas internas dos movimentos, nas quais os conflitos, hierarquia e busca por igualdade conformam e qualificam as relações de poder. Ela faz uma análise de como as relações de poder estão permeadas nos movimentos e elas se interseccionam com as relações pessoais, afetivas, de intelectualidade, representatividade, receptividade para outras mulheres que não constituem o “perfil criado” para ocupar esses espaços.

Pérola é uma mulher que atua nos movimentos há alguns anos, então o que ela traz faz parte do “estágio probatório” para ser acolhida e reconhecida, mas também existe o processo

de rejeição, independentemente do tempo de militância. Caso a militante não cumpra os pressupostos “morais” que são acionados pelo grupo, como dedicação e posicionamento político, também podem ser posta no limbo, que seria o processo de escanteamento político.

A receptividade de novas militantes é um processo que pode gerar opressões, sofrimentos, conflitos. Algumas interlocutoras/pensadoras explicitam que houve esse processo de rejeição nos movimentos feministas com militantes lésbicas, que será mais aprofundado no capítulo seguinte, mas também existe nos movimentos lésbicos com as que chegam, potencializando a dicotomia entre as “dinossauras” e as “novas”, podendo gerar o acolhimento ou a exclusão.

Pérola menciona ainda que as relações de poder vão se perpetuando sem saber muito para que serve, pois na atuação dos movimentos há o reconhecimento do ativismo, mas esse está sempre atrelado a outras coisas, como a questão moral e da produtividade/mobilização, como a dedicação, investimento de tempo, de recursos, mas na hora de ocupar certos espaços são os homens gays que ocupam, o que pode casar com o que algumas analisam a atuação dos movimentos lésbicos enquanto amadores, por não conseguirem visualizar um projeto político que dê voz e vez às lésbicas e mulheres bissexuais para ocupar alguns espaços de articulação estratégica, desde a gestão, articulação em rede, conselhos, como em cargos comissionados, denunciando ainda os movimentos com visão do imediato, do emergente, do agora, além de “elas não conseguem pensar, ultrapassar essa fronteira da vaidade”.

O que Henrieta Moore (2000) observa sobre fantasias de poder e fantasias de identidade nos ajuda a compreender como as identidades são perpassadas pelas relações de poder, pois o reconhecimento do ativismo confere poder, por exemplo, nas relações interpessoais e posicionamentos que direcionam as relações internas e externas dos movimentos lésbicos.

O reconhecimento enquanto militante se dá através da demanda de trabalho e atuação cotidiana para os assuntos dos movimentos, da mediação de conflitos, do responder politicamente e de estar com toda a carga de trabalho que diz respeito à organização dos movimentos, eventos, participação em reuniões e articulações para dentro e para fora, questões que vão ocorrendo de forma paulatina.

Bonetti (2007) categoriza duas situações de ativismo: a “ativista profissionalizada”, como algumas feministas que trabalham em ONG, e, portanto têm apoios financeiros para transporte e alimentação, além do salário, diferente de outras “não profissionalizadas”, cujos recursos para atuação saem de projetos, quando eles existem, ou das próprias militantes. O

último caso é o que mais se encontra nos movimentos lésbicos, pois tal militância é entendida como trabalho voluntário pelo encantamento pela militância.

Em uma mesa de bar, certa vez perguntei a uma das interlocutoras da pesquisa o que seria o movimento para ela e ela pontuou: “A pauta falta muito, mas este lugar de lésbica é como a igreja universal, faz uma lavagem cerebral, que traz um poder tão grande que é muito maior que nossas vaginas”. O comparativo com a igreja trata do processo ideológico que se constrói na atuação dos movimentos para a implementação das pautas que são elencadas como prioridades, como a questão da saúde com atendimento as especificidades lésbicas, da visibilidade e respeito à orientação sexual.

Todas essas relações que vão se constituindo tornam-se também um processo de possível adoecimento, como ponderado por Pérola e Yasmin, pois existe no imaginário a ideia de que os movimentos são espaços totalmente acolhedores, em que você vai lidar com suas parceiras e, neste mundo imaginário não haveria conflitos, relações de opressões, de certo, que isso faz parte da romantização que paira de como funciona os movimentos sociais. Com o tempo, essa percepção torna-se diferente, ficam visíveis as relações conflituosas, então, criam-se momentos que são tensos, de reprodução de violências e também de adoecimento, como Pérola pondera:

Eu acho um processo muito doentio. Na verdade é porque eu fui uma mulher muito vítima. E quando você é vítima dessa violência... como é que se diz... violência que não é aquela violência física, a violência que causa... é a violência mental, não sei como é que tem um nome que se diz.... Psicológica. (PÉROLA)

As relações de poder no movimento lésbico causam, às vezes, muito, muito adoecimento no próprio movimento e isso é muito ruim. (YASMIN)

Pérola menciona que as relações de poder causa violência psicológica, o que se constitui de diversos modos, desde o processo de entrada na militância e na construção da legitimidade enquanto militante, o que pode ocorrer ou não, vai depender de todo conjunto já mencionado. Yasmin também pondera que essas relações geram certos adoecimentos e isso é prejudicial para as envolvidas, pois nem todas sabem como sair das situações e infelizmente certos acúmulos geram situações inesperadas, como adoecimentos psíquicos.

Importante mencionar que os acúmulos das questões pessoais, familiares, psíquicas e políticos se somam e podem gerar questões diversas. Durante o campo, houve alguns casos de adoecimento psíquico, por relações afetivo-sexuais interseccionadas com questões políticas, associadas à história de vida. Outra situação foi o suicídio de Marylucia Mesquita, uma militante que atuou em Pernambuco e gerou grande comoção nacional.

Uma das interlocutoras da pesquisa relatou, assim como algumas amigas que acompanham o seu processo de adoecimento, vários agravamentos que potencializaram seu adoecimento, como os conflitos gerados no campo profissional. Nesse caso específico, também havia a questão genética, os abandonos e ela não conseguiu a cura. Esse caso demonstra o quanto as relações e os conflitos podem ser letais para algumas pessoas que já têm históricos familiares de adoecimento psíquico ou não, a depender da gravidade da situação.

Essas temáticas - o suicídio e o adoecimento psíquico - foram levados para as reflexões internas nos grupos, quando os casos extremos vêm à tona, as militantes são mais enfáticas em apontar as consequências negativas geradas pelas relações de poder, sejam por meio de conflitos, hierarquias ou outros fatores que compõe a dinâmica das relações de poder, gerando opressões e o adoecimento. Elas sugerem que deve haver uma ênfase maior na humanidade das pessoas e no cuidado com o que se fala e como se age. Como Yasmin nos aponta:

Então você se debruça de alguma forma, e a outra se debruça de outras formas, então essas mulheres são importantíssimas, elas não podem ser feridas, porque como já dizia a história da mitologia da Ilha de Lesbos, Safo, ela foi uma grande guerreira e ela tinha suas amazonas para proteger a grande líder e isso a gente não faz entre a gente, e isso é adoecedor, isso é muito ruim, porque quando a gente não tem esse cuidado com a liderança, esse cuidado com quem está cuidando de você, a gente não vai para canto nenhum, então é muito ruim quando existem as disputas e as disputas ela tem que existir sadicamente, mas cada uma no seu lugar, porque como dizia minha avó tem lugar para tudo, tem uma barraca que vende a mesma coisa e se vende e se vive, né? (YASMIN)

Uma das dinâmicas que expressam fortemente essas relações de poder e a busca por reconhecimento, na qual as militantes precisam passar pelo crivo das que já estão na atuação. O que pode ser ilustrado com o próximo caso:

Episódio 04:

Durante o campo, depois de uma pausa nas reuniões coletivas, houve o processo de reestruturação de um dos espaços de articulação dos movimentos. Neste momento iriam se eleger as lideranças que estariam à frente na coordenação geral, secretaria, coordenação de mobilização de recursos e projetos, etc. Houve certo silêncio em torno de quem iria se candidatar. Depois de certo tempo, algumas lésbicas que não queriam ocupar os espaços de representação começaram a apontar as possíveis candidatas. Após algumas indicações sugeridas para o cargo da coordenação geral, uma pessoa se colocou à disposição, mas ela não estava atuando muito na época, havia sido vítima de violência urbana que a fez se ausentar

temporariamente dos espaços de atuação. Por outro lado, ela faz parte de um partido político, onde só está ela de representação, diferente de outros. Essas questões foram debatidas e algumas integrantes chegaram à conclusão de que ela não poderia assumir esse espaço, por não ter condições psicológicas, devidos aos traumas causados pela violência. Isto dito publicamente na reunião. Adicionalmente, também se levantou que, muitas vezes, ela não tinha condições financeiras de participar dos espaços e de reuniões, visto que cada militante tem que arcar com suas despesas, pela falta de autonomia e formalização do grupo em pessoa jurídica para mobilização de recursos.

Essa situação gerou um grande incômodo, fazendo com que a militante saísse dos movimentos e não tivesse mais contatos com as participantes, o que gerou grande indignação em algumas que consideraram que as acusações fazem parte do jogo do reconhecimento, assim como a falta de cuidado com a companheira. Assim, parece que as relações de poder estão fundamentadas naquilo que Weber chama de probabilidade de impor sua vontade numa relação social, mesmo com resistência das outras pessoas, o que acaba direcionando os caminhos trilhados pelos movimentos lésbicos. Nesse caso, a militante não obteve êxito.

Esses conflitos decorrem das relações de poder e disputas que são motivadas por valores e/ou vaidade, o reconhecimento de quem pode ocupar os espaços de coordenação, que, por vezes, torna-se estratégico para algumas pessoas que querem notoriedade nos movimentos e partidos.

A participação em partido político talvez tenha sido um motivador para a militante querer assumir a coordenação geral, pois o financiamento direto ou indireto de ações relacionadas à população lésbica e suas organizações está muito ligada ao vínculo de militantes ativas nas estruturas partidárias e que têm “dançado conforme a música”, no contexto pernambucano.

A ideia de promoção dos movimentos, a influência que uma pessoa ou algumas pessoas exercem, parece ter muita importância, mesmo que não resultem em ganhos positivos concretos, mas a briga pela representatividade é uma questão sempre presente.

Bonetti (2007) menciona em sua etnografia sobre o movimento feminista em Pernambuco, que existem relações de poder e de nomeação entre as grã-mestras, que são as que conseguem ser ouvidas, as “representantes” dos movimentos. No contexto dos movimentos lésbicos, são as “dinossauras” que vão reproduzindo as relações de poder entre as mais velhas e as mais “jovens”. Essas relações têm gerado a estagnação dos movimentos,

pois, se não há receptividade para novas militantes, fica a fantasia de poder entre as mais “velhas”.

Essas relações de poder ocasionam alguns reconhecimentos, como a participação em mesas, comissões organizadoras de eventos, a participação em vagas no trio de alguma instituição na Parada da Diversidade, viagens para eventos, mas esses reconhecimentos, mesmo sendo fundamentais para a visibilidade dos movimentos, não têm conseguido proporcionar a continuidade de ações e a abertura contínua para a ampliação e horizontalidade.

Para encarar as ações dos movimentos é preciso ter disponibilidade de tempo e postura firme para enfrentar os percalços ocasionados nas relações internas, por conta do poder e hierarquias. Isso significa que, para participar dos movimentos, a pessoa precisa enfrentar as dificuldades internas à sua organização. De certa maneira, estas dificuldades refletem a forma de relacionar-se uma vez que são baseadas em hierarquias e luta por poder. Isso evidencia que é preciso ter olhar atento para a reprodução que os movimentos criticam, mas que ao mesmo tempo reproduzem. Isso pode ser observado em outros estudos, como na etnografia de Bonetti (2007) realizada sobre o movimento feminista de Pernambuco.

Durante o campo observei que essas questões têm ocasionado fechamento das reuniões dos diversos grupos para a participação de outras militantes, porque parte das reuniões são para amenizar os conflitos e, para não expor as mulheres, as reuniões são fechadas. Durante o ano de campo mais intenso houve apenas duas reuniões com chamada ampliada, as demais foram reuniões fechadas.

Outro fator que chama atenção, desde fundação do COMLES, em 2009, hoje denominado COMLESBI é que a militância lésbica está centralizada na organização em rede, silenciando, de certa forma, alguns grupos e, homogeneizado as tomadas de decisão em um conjunto de organizações, pois tudo precisa passar pelo coletivo. Essa prática tem agregado mulheres, mas também tem criado normativas de centralização de poder que os grupos acabam se desmobilizando, ficando maior articulação nos espaços de redes, reforçando assim o lugar de referendar o que pode ou não se fazer enquanto movimentos lésbicos.

Todo esse processo tem reverberado reflexões importantes sobre o autocuidado e o cuidado com as demais, esse reconhecimento tem sido um grande passo no sentido da atenção que os movimentos têm dispensado a essa importante questão. Como Yasmin explicita em sua fala, sem cuidar uma das outras não se anda. As questões relacionadas à existência de formas de manifestação violentas estão incutidas nas relações internas e serão pontuadas no tópico seguinte.

5.5 Violências e suas reproduções

Diante dos conflitos e das relações de poder já esmiuçadas nos tópicos anteriores, considerando que há um reconhecimento interno de que os modos de relacionar-se têm ocasionado violências, neste momento vamos entender como Elas/Nós percebemos as violências nas suas diversas facetas. Para isso, dialogaremos com 3 episódios.

Pérola traz ponderações nas relações de violências que têm ocorrido nos movimentos, como a forma de se discutir as pautas políticas que acaba gerando, às vezes, embates em diferentes momentos, como Pérola analisa:

Muitas violências ocorrem principalmente nessa relação que eu digo a você, na relação quando se junta pra discutir uma pauta. E aí quando os pensamentos são diferentes, o sangue aferventa.... E aí elas não conseguiam entender que aquela pauta era construída justamente pra gente identificar o problema, terminava criando mais problemas. E aí quando terminava essa relação de o que me incomoda no outro e o que eu incomodo em você, terminava fragilizando mais o processo e todo mundo se separando... E uma das grandes violências que acontece agora recentemente é pelo *zap*, né? Porque não se respeita mais o espaço do outro, a intimidade do outro, não. Se eu tô com raiva do outro, eu agrido logo ele no *zap*, destruo ele pelo *zap*. Quando a gente deixa, por exemplo, os gays fazem isso, essa violência, assim sutilmente. Porque eles se unem, eles não deixam. Mas já eles ficam “as lésbicas brigam demais, não sei o quê”, então pra você ver que é tão visível essa violência que a gente faz, é muito também parecido com a relação das mulheres trans, essa violência é muito... Né? (PÉROLA)

Ela menciona violências que se constituem nos espaços de articulação política, como os espaços de reuniões dos grupos/coletivos, assim como as reuniões da sociedade civil com o governo, em que as relações são afetadas, gerando discussões maiores, e como ela mesma fala “o sangue aferventa e acaba criando outros problemas”, o que pode ocasionar em possíveis saídas dos espaços de articulação dos movimentos lésbicos.

Outra violência que ela evidencia é através dos meios de comunicação, como *whatsapp*, que tem sido usado para falar qualquer coisa que se pensa, de forma mais “fácil”, porque não está numa relação presencial, como se a distância física fosse o suficiente para que as pessoas não se sintam agredidas.

Outro fator importante a se considerar é o modo como essa imagem é construída de dentro para fora, se referindo ao contexto das relações internas, expostas por quem não faz parte dessas relações, mas que reproduzem certas opiniões potencializando a exposição e o falar sobre como as relações acontecem, especialmente através de exposições das relações afetivo-sexuais possíveis, formando a teia do “*The L Word*”, em que todas teoricamente se “comem”, denominado também como “rebuceteio”, nos dialetos construídos nos meios LGBTs. Isso faz parte do imaginário social sobre os grupos de lésbicas, sendo uma forma de

preconceito que tenta tirar a credibilidade dos movimentos usando o conservadorismo como uma via de acesso.

De certo que tais afirmações têm o cunho machista e expõe a forma que as lésbicas se relacionam tanto em suas relações afetivas e sexuais quanto na atuação dos movimentos, como uma forma de querer controlar os corpos e ações dos movimentos, sobretudo, no intuito de deslegitimar o que tem sido construído. Mesmo se houvesse a teia do *The L Word* ou o “rebuceteio”, não era por esse perfil que os movimentos deveriam ser reconhecidos ou expostos, gerando discursos e reprodução de violência, exposição e controle sobre os corpos das lésbicas, por pessoas de fora. Por outro lado, esse mesmo discurso do imaginário “promíscuo” também acaba sendo utilizado pelas militantes dentro dos movimentos, em algumas circunstâncias, o que acaba desestabilizando as relações entre as lésbicas e das lésbicas com as demais identidades pelas relações de fofoca.

Yasmin entende que as violências existem e são pautadas de diversas formas:

Sim, violências elas não são só físicas, elas são psíquicas, sociais e institucionais e eu falo essas violências, né? E aí a gente precisa tratar muitoooooooo e isso não é fácil. Porque não é só no movimento de lésbicas, é no movimento feminista, é em todo canto, não vamos dizer que a gente é santa, mas no movimento a gente tem essa violência que a gente precisa tratar e essa violência é falta de respeito para com a outra, para não deixar que chegue na violência física, porque é quando chega nesse estágio que a gente já sabe o que já está doente e esse adoecimento, adoece você também. (YASMIN)

Muitas interlocutoras enfatizaram que as relações entre as militantes precisam ocorrer com respeito e confiança, pois essas seriam as bases para a construção de movimentos mais saudáveis. Colocar o respeito e a confiança como princípios inquestionáveis se constitui em um dos fundamentos dos movimentos. Quando isso não acontece, as relações se tornam frágeis para o intuito político que os grupos e redes se propõem.

Outros modos de violência são expostos por Patrícia:

Tem violências também de todo tipo. Desde as mais graves, violência física, até as violências que tão nessas relações mesmo de opressão que, às vezes elas são sutis, mas elas tão lá, né? colocadas como uma relação de opressão por lugar de saber ou por você ter mais domínio da fala pública do que a outra e isso tá colocado pra desmoralizar o lugar da outra ou menosprezar o que tá sendo feito, acho que isso acontece. (PATRÍCIA)

As relações de saber podem se dar através da fala pública e são postas como um lugar de privilégio, experiência e de produção do conhecimento, mas que também pode ser de opressão para com outras mulheres, quando se tenta “menosprezar o que está sendo feito”, ou

o que está sendo produzido por outras mulheres que não estão no meio das “grã-mestras” (BONETTI, 2007) ou das “dinossauras”, gerando violências e hierarquizações.

Um dos exemplos que podemos mencionar é quem pode representar as redes e grupos em alguns espaços, quais lugares de atuação política que podem estar presente, além de nos espaços públicos de fala, as que são reconhecidas como representantes e recebem o privilégio das falas. É como se o que é dito pelas que são reconhecidas tivesse “mais valor” e quando questiona-se algo, pode ser visto/posto pelas que são reconhecidas como um processo de desvalorização e/ou opressão. Por outro lado, para se construir essa representatividade é preciso construir caminhos de reconhecimento, que se diz do investimento nos espaços de articulação e atuação política.

Essas ações ocorrem com mais frequência, inclusive no âmbito das reuniões internas nas quais algumas são mais ouvidas e levadas em consideração. Esses lugares do “saber” e do “reconhecimento”, é importante mencionar, não são necessariamente relacionados ao saber acadêmico, mas àquele pautado pela história de militância dessas mulheres e ao saber que se constrói nos espaços dos movimentos. Logo, a forma de falar, quando vem dessas mulheres, pode ser melindrosa, porque como há esse reconhecimento social, pode silenciar ou desvalorizar o que está sendo posto por outra mulher, levando em consideração o tempo de atuação.

Episódio 05:

Em um debate público puxado pelo movimento feminista, acadêmicas e governo, uma das consideradas grã-mestras se sentiu muito ofendida por ser questionada em público por uma mulher mais jovem com argumentos divergentes. Nas conversas paralelas e fofocas, a grã-mestra comentou com as mais próximas, como ela pode ser questionada daquele jeito na frente das pessoas, com tantos anos de militância e o lugar que ocupava, gerando uma grande irritação e repercussão nos bastidores dos movimentos. Por esse posicionamento a militante que questionou, de forma política e educada, foi colocada no limbo por um tempo.

Esse episódio ilustra que essas ações acontecem e se reverberam nas relações internas, vai depender do nível de envolvimento das militantes com os movimentos lésbicos, o que pode gerar conflitos e violência de quem pode falar, o que pode falar e para quem.

As relações que perpassam pelos saberes são também acessadas pelas vaidades, pois como uma feminista reconhecida pode ser questionada por quem ainda não tem um nome reconhecido? Especialmente quando se trata de uma grã-mestra e uma desconhecida, uma

mulher branca e outra negra? Essas questões acabam gerando hierarquias de quem pode falar e mesmo assim a fala pode ser usada contra a pessoa, pois há as ligações de construções nos movimentos, mas também de cunho acadêmico, partidário, governamental, que pode de certa forma, caso você não prove que é boa, gerar o apagamento também nas relações internas que reverberam nas externas.

O apagamento é uma das formas de violência que pode ocorrer de diversas formas, como: não indicar para falas, vetar a participação em organizações importantes para os movimentos, consultorias e grupos de estudos, não deixar falar nos espaços. São diversas situações que podem ocorrer neste nível, gerando esse apagamento. Esse episódio nos mostra o quanto à militância está conectado com o que é construído dentro e fora dos movimentos.

Outro tipo de violência que se ventilou foi em relação às violências físicas que foram expostas através das fofocas. Por duas vezes, possíveis ações de violência ocorreram nas relações afetivas e sexuais entre algumas militantes, mas que nunca foram publicizadas como um problema dos grupos que precisasse ser resolvido nos espaços de atuação política, sendo ventilado pela fofocas. No entanto, ocorreu um caso em uma reunião, narrado a seguir:

Episódio 06:

Em uma reunião houve um caso de violência física bem difícil de presenciar. A violência começou por questões afetivas sexuais e envolvia uma lésbica mais assídua nos movimentos e duas militantes que estavam chegando. Uma das militante “novata” já tinha tido um relacionamento com a mais “antiga”, que havia terminado, e a outra militante “novata” estava se relacionando com a mais “antiga” na época do episódio. Em certos momentos, havia muito estranhamento entre elas, eram indiretas, exposições, questionamentos, em todas as reuniões e pelos meios de comunicação utilizados. Em todo esse emaranhado que, enquanto espaço político tinha que se mediar, chegou um momento que a ex foi para cima da atual, mas conseguiu ser contida pelas participantes do espaço. O caso foi de extremo incômodo para todas as presentes, a ex se retirou. As remanescentes da reunião ficaram meio tontas, sem saber lidar com a situação, mas foi perguntado quais os procedimentos a serem tomados e as envolvidas decidiram tomar a ação como um caso particular que seria resolvido em outro espaço.

Esse episódio foi o único que, durante o campo e também em minhas vivências nos movimentos, ocorreu. No entanto há outras formas de violências que são postas como

violências que se trata do que considero como morte simbólica/limbo, como Cassandra nos aponta como apagamento das lideranças:

Violências... No movimento, dentro do movimento... Hum... Olha, eu acho que eu não tenho nenhuma experiência que eu possa falar disso. Às vezes eu acho que o apagamento é uma forma de violência, né? Apagar liderança, apagar aquela pessoa ali dentro do movimento, escantear, não sei. Blindar por uma força de divergência política que ela tem. Eu acho que isso é uma forma de violência e acho que isso acontece sim. Já aconteceu, já percebi isso acontecendo. É a forma de violência que eu localizo assim. (CASSANDRA)

A violência simbólica pode ser ilustrada pelo episódio 6 e, depois da sua ocorrência, mesmo a ex alegando que vinha sofrendo violências psicológicas e públicas, não foram tomadas as providências necessárias, nem por ela, nem pelo grupo em questão. Logo, a tentativa de violência física ocasionou seu apagamento e afastamento dos espaços, assim como a postura quase unificada do tomar partido contra a que queria cometer a violência física, no entanto, o caso ficou sem ser analisado coletivamente, com a justificativa de não gerar mais conflitos e colocando as envolvidas ser um problema pessoal.

A que tentou cometer a violência física, relatou depois para algumas mulheres que a procuraram para saber como ela estava, ela expressou que nunca foi tão violentada e que, infelizmente, culminou no episódio ilustrado, mas que não teve defesa do grupo das violências que ela sofreu durante um período, como deboches, exposições de forma exposta nos espaços e grupos de comunicação. Com todo esse emaranhado, a situação não foi tratada como uma questão do grupo, mas como uma situação que perpassa pelas relações pessoais e afetivas, ficando o silêncio sobre a situação, sendo mencionado apenas na fofoca.

Essa questão sinaliza novamente para as continuidades entre o público e o privado, que parecem insistir em se pronunciar. A reposta dos movimentos tem sido a ilusória separação entre as duas esferas. O problema é como analisar tais continuidades, digo continuidade porque não acredito da dicotomização dos conceitos. Algumas teóricas feministas têm apontado para algumas ferramentas de análise por meio da antropologia feminista. O conceito de agência apontado por Henrietta Moore (2000) nos faz refletir sobre as várias formas de resistência, constrangimento e apagamento, por um lado. Por outro lado, evidenciam que é possível agir como formas de resistência possíveis as pessoas com menor poder nas relações sociais. No episódio 06, parece que o medo de ferir a barreira entre o particular e o público (do grupo) foi maior que a as violências ocorridas. Isso expressa à imprevisibilidade que a agência tem, mesmo quando fica claro que a violência presenciada

precisaria de uma atitude mais política e contundente, pensando através da continuidade entre os conceitos.

Em alguns casos de outros estados, houve a experiência dos movimentos tomarem partido da agredida e cometerem mais violências com a possível agressora, quebrando seus pertences e expulsando do estado. O que de certa forma não foi deixado para a justiça resolver, trazendo para as vivências mais conflitos, violências e apagamento da história de vida e militância da suposta “agressora”.

Para entender como se dão as relações de violências e apagamentos de lideranças lésbicas, foi posto no questionário, a pergunta: “Sobre a morte simbólica (apagamento das lideranças) nos movimentos de lésbicas, como você entende?” as respostas mencionam alguns motivos que as entrevistadas atribuem ao apagamento das lideranças. Distribuídas nas respostas, 4 (22,2%) entendem que: quem “erra” é colocada no limbo (excluída), que seria a morte simbólica; no mesmo percentual está a ideia de que a morte simbólica existe quando se quebram alianças políticas; as respostas não sei e outro foram a escolha de 3 (16,7%) cada uma, enquanto 2 (11,1%) optaram por não existe isso, pois há sororidade/solidariedade nas relações e 1 (5,6%) não responderam.

Durante as discussões sobre os conflitos internos, as relações de poder, todos se interseccionam com as formas de violências reproduzidas, chegando aos extremos, como já foi posto nos episódios 03 e 04, com a tentativa de culpar a “outra” e o afastamento ocasionado por algumas das mulheres que tomaram partidos, como uma das formas de apagamento e/ou morte simbólica.

Outro ponto importante a ser observado são as relações de posição e oposição, relatado no caso a seguir:

Episódio 07:

Uma temática que durante o campo foi mencionada como violência foi à divisão de algumas militantes, entre quem estava no governo, mesmo que não fosse em cargo de gestão e de quem não estava. Então, todas que estavam trabalhando para o governo estadual ou municipal foram convidadas a se retirar do grupo, com o argumento de que a exclusão desse vínculo era uma forma de preservar as ações e organizações dos movimentos de lésbicas da influência dos governos. Logo, as militantes que foram convidadas a se retirar acharam essa atitude uma violência, pois entenderam que mesmo trabalhando nos governos municipais e estadual, não tinham cargo de gestão (locais de deliberação e proposição de políticas públicas), estavam no lugar de técnicas, com acompanhamento das ações mais pontuais. Mesmo assim, elas se

afastaram dos movimentos, por entender que era uma deliberação interna que deveriam respeitar ou por se sentirem expulsas. Depois desse episódio, algumas pessoas começaram a trabalhar no governo, mas não tiveram o mesmo “tratamento”, gerando insatisfações e comentários de que isso ocorria devido às vinculações partidárias, especialmente do que seria posição e oposição.

Esse episódio fez com que várias militantes se afastassem ou se sentissem expulsas dos espaços, o que algumas colocam como apagamento ou morte simbólica da história de ativismo. Quando houve o rompimento, a maioria concordou que este fato ocorresse, gerando no momento forte de conflito, mas havia uma parte das militantes que achava desnecessário o rompimento. Tais ações têm marcas até hoje nas memórias e nas vivências, o que já ocorreu diversas vezes, as mulheres que foram convidadas a se retirarem, já cometeu esse ato no passado. Logo esse fato é mais uma reprodução dos atos de inclusão e exclusões, que representam a briga por representatividade.

Entende-se que a reprodução da violência é ocasionada nas relações internas dos movimentos, questões que têm sido dialogadas e aprofundadas como forma de construir um ambiente mais tranquilo para o exercício das militâncias. Cabe refletir o que significa ser lésbica, militante e estar no governo? Em quais cargos pode ou não estar no movimento atuando enquanto movimento social? Ser funcionária pública implica em não estar nos movimentos? Ser cargo comissionado para outros assuntos que não LGBTs significa não poder ser considerada como sociedade civil? Qual a militante lésbica que pode ser considerada como representante da sociedade civil? Ser técnica da pauta LGBT no governo significa não poder ser considerada sociedade civil? Todos esses assuntos estão incutidos nas reflexões necessárias para os movimentos, especialmente na conjuntura política de retrocessos que vem acontecendo desde 2016 no Brasil. Tais reflexões têm sido maturadas nas redes de articulações, mas sem uma posição ainda fechada.

Todas essas indefinições, tanto quanto as questões pessoais e afetivas, causam e reproduzem violências na inclusão e exclusão de pessoas, nas manifestações de hierarquização, nas disputas internas presentes no cotidiano dos movimentos lésbicos, assim como a reprodução do machismo, que vamos dialogar a partir de agora.

5.6 Reprodução do machismo

Nos movimentos nomeados feminista, lésbico, lésbico-feminista e LGBTs têm discutido muito sobre a reprodução do machismo permeado nos laços entre pessoas de sexos distintos, mas também na relação entre mulheres, na atuação política, assim como nas relações afetivo-sexuais.

As estruturas de poder que perpassam essas relações estão articuladas a partir dos princípios e normas que são construídos socialmente e elencados como prioridades, a exemplo dos comportamentos e ações machistas. A respeito do assunto, várias interlocutoras trazem seus olhares, como Pérola, que quando questionada se acredita que existe machismo nos movimentos lésbicos, nos relata:

Muito forte. O machismo é uma pauta tão sutil e tão visível, ao mesmo tempo que as pessoas não se percebem. Sabe por quê? O que eu percebi é que todas nós somos machistas. Nas expressões, principalmente nas relações homoafetivas, nas relações a dois. É muito forte essa questão do macho, do machismo, né? A gente percebe, por exemplo, por mais intelectual que você seja, mas a outra é “sua” mulher, você não pode tocar, você não pode conversar. Por que eu digo isso? As meninas dizem que eu sou machista, talvez elas digam que eu seja machista até na minha maneira de se comportar, mas eu acho que eu sou uma mulher muito delicada. Agora as delicadas são muito machistas. Se você tiver conversando com uma companheira mesmo... Eu me lembro disso no Carnaval. No Carnaval, eu tava empolgada conversando com uma menina sobre trabalho e sobre política, na mente das meninas eu tava dando cantada na menina. A outra disse “essa aí é a mulher dela”. Eu fiquei toda destreinada porque, em nenhum momento, ela disse que a mulher era a mulher dela e eu tava conversando de trabalho. Então eu acho que uma das pautas que o movimento tem que trazer pro seu amadurecimento e aí têm que se permitir as antigas discussões do machismo. E elas têm que se reconhecer que elas são machistas sim. A gente é machista na distribuição do poder, a gente é machista nas relações de empoderamento, a gente é machista nas relações de acolhimento. Isso se chama o machismo sutil que está para além da violência física, mas é o machismo, é o dominante, né? E aí é preciso que a gente se debruce sobre isso. É tanto que a violência que recentemente é que vem se discutindo isso, mas essas relações da gente do dia-a-dia, companheiras que têm o discurso “porque o machismo, porque não sei quê”, mas na relação homoafetiva, dentro de casa elas praticam o machismo. Nós praticamos o machismo, digamos assim, e a gente tem que se perceber. É o diálogo, mas o diálogo é muito, muito, muito longe da prática. (PEROLA)

A partir das observações de Pérola podemos sublinhar alguns pontos que são fundamentais para entender como as relações se conferem, ela afirma: “todas nós somos machistas”, especialmente nas a) relações homoafetivas; b) por mais intelectual que você seja, mas a outra é “sua” mulher, você não pode tocar, você não pode conversar, c) questão do macho, do machismo na distribuição do poder, nas relações de empoderamento, de acolhimento, d) o diálogo é muito, muito, muito longe da prática.

Esses pontos são cruciais para enredar as discussões e análises de como essas relações se constituem e são baseadas e por quais “princípios” têm sido pautadas as relações entre

mulheres. A expressão do machismo nas relações foi mencionada no episódio 02, em que o campo nos mostrou um fato de “traição” entre um casal de militantes, assim como no sentimento de posse das quais essas relações parecem se nutrir, embora os movimentos questionem esses parâmetros de relação, acreditando que a posse é um componente machista ou capitalista, comum nas relações afetivas e sexuais “convencionais”.

Os movimentos lésbicos têm colocado o corpo como um território político (GRIJALVA, 2012) no qual as liberdades corporais são uma das bandeiras levantadas, que foi construída justamente como crítica a relações convencionais, nas quais os ciúmes e o controle são componentes dos quais é difícil se desvencilhar.

Em campo, ficou nítido que essas relações vão depender de como essa mulher é vista, pois há as que estão em maior evidência, que é aferida através do que consegue articular para os movimentos. Essas mulheres estão mais propícias a ter os olhares de paquera e desejo, o que pode levar as parceiras a ter mais “cuidado” ou “posse”, além de criar estratégias de proteção para que outras mulheres não cheguem junto, como o exemplo que Perola traz. Então, às vezes, uma conversa sobre política pode ser uma ameaça à relação. Evidente que este caso não pode ser generalizado, mas acontece.

Durante o campo, teve um episódio que pode ilustrar as relações entre mulheres que não são isentas da reprodução do machismo, expressos por meio do controle, da posse nas relações afetivo-sexuais, como no episódio abaixo.

Episódio 08:

Após uma reunião em um sábado, fomos a um bar continuar as conversas sobre os movimentos e uma das participantes cuja companheira não estava inserida no grupo, mas que participou do momento da reunião e da saída ao bar, ficou a observar como as mulheres se tratavam, havia o cuidado respeitoso entre as participantes, mas era nítido o desconforto da namorada, demonstrando muitos ciúmes, gestos de controle, como a bebida que a namorada iria tomar, os olhares trocados quando tinha alguma conversa aferida como inconveniente, o tempo de permanência no bar, a não socialização com as participantes, passando a maior parte do tempo em silêncio, o que deixou as demais que estavam conversando sobre política, desconfortadas, pois o controle era evidente, gerando constrangimentos entre as presentes, o que foi bastante comentado em sua ausência.

Esse episódio ilustra, como outros já mencionados, a reprodução da posse e do controle da pessoa com a qual se relaciona. Outros casos podem ser citados, como por

exemplo, militantes que preferem deixar bem separados os campos de atuação política, militante tal participa de um grupo e a companheira de outro, para evitar esses problemas de ciúmes e posse, além de pensar que em um possível fim da relação haja conflitos nos grupos, embora este não seja um acordo explícito, mas silencioso.

Essa mesma questão pode ser observada também no trabalho de Gilberta Santos Soares (2016) ao analisar o GAMI - Grupo Lésbico de Natal-RN.

Também pude identificar situações em que as parceiras fitinhas de interlocutoras bofes demonstraram nuances de ciúme ou de manter o controle sobre uma determinada situação em que as funções atribuídas ao feminino estavam em evidência, como cozinhar. Assim, fui convidada a me retirar da cozinha no preparo do almoço, pela mulher fitinha de uma bofe que era interlocutora da pesquisa, com a assertiva de que naquela cozinha quem mandava era ela. (SOARES, 2016, p. 84)¹⁰⁶

Então a questão da reprodução do “machismo” ou do lugar do “macho” não tem haver com as vestimentas, mas com um conjunto de atributos e personalidades que vão se constituindo a partir dos comportamentos e estão presentes nas relações humanas. Yasmin também menciona:

Tem machismo, porque a gente reproduz, por que nós fomos educadas nesse machismo, né? Então muitas lésbicas reproduzem esse machismo, porque reproduzem o lugar de homem, porque foram criadas nessa heteronormatividade, as lésbicas que não estão no movimento. (YASMIN)

O que seria esse lugar do homem? Será que é possível dizer que existe esse lugar na relação entre mulheres? Yasmin nega que essas reproduções acontecem entre as lésbicas que estão nos movimentos, mas a pesquisa encontrou várias situações relacionadas à reprodução do machismo nas relações afetivo-sexuais entre as militantes. Esse lugar se construiu a partir da divisão de sexo e os signos de gênero que são reproduzidos? Esses comportamentos ainda são reificados e transformados em características importantes a serem observadas. Uma fala trazida por uma militante nos faz perceber um pouco como essas reificações de papéis sociais são construídas:

¹⁰⁶ O termo bofe é utilizado pelas interlocutoras para se referir a lésbicas com performance masculina e fitinha para aquelas com jeito feminino. (SOARES, 2016, p. 99)

Episódio 09:

Uma das interlocutoras explicitou que durante a adolescência tinha o corpo considerado a partir da normativa do que seria um corpo “perfeito” e feminilizado. Então, ela era muito assediada pelos homens e se sentia muito incomodada, logo decidiu que iria deixar seu corpo sem tais normativas do que seria um corpo “feminino”, em suas palavras: “Eu era magra, tinha o peito durinho e isso deixava os caras doidos. Como saía com muitos amigos, isso era motivo de assédios constantes. Posso considerar também que sofri abuso sexual em uma das ocasiões, pois “fiquei” com um cara e só fiquei porque estava bêbada e isso não foi respeitado”.

A partir desse episódio ela transformou seu corpo em um “corpo sapatão”, que seria um corpo que não está ligado aos padrões de gênero considerado “feminino ideal”, desde o aumento do peso, vestimentas ditas masculinas, que pelos padrões de gênero do sistema patriarcal são expressões dos comportamentos binários entre mulheres e homens. Logo esse corpo sapatão utiliza-se das fronteiras de gênero, sendo posto em um corpo mais “masculinizado” que difere do que é posto como o padrão de mulher ou o corpo híbrido, que se caracteriza na linha tênue entre as duas performances de gênero.

Muitas vezes esse corpo sapatão não passa apenas pelos dispositivos de expressão, mas na forma de relacionar-se, não se protegendo apenas dos assédios ou simplesmente por considerar mais confortável, sobretudo, é como se esse lugar do “macho” fosse construído, através também dessas reproduções de alguns atributos que são reconhecidos como “masculino” e que não estão só nas expressões corporais, mas no comportamento.

Teoricamente estariam ligados ao ser “masculino” atributos considerados como reprodução do machismo e colocados como um lugar específico do que é ser um “homem”, um “macho”, na visão ainda patriarcal o que é ser masculino necessariamente passa pelo controle, pela posse, pelos ciúmes. No entanto, as mulheres também reproduzem tais relações, não sendo reproduções específicas para os homens, pois isso independe do sexo biológico.

Evidente que ainda vivemos em uma sociedade patriarcal, em que esses lugares são cristalizados, no entanto, existe o esforço de descontração nas relações entre mulheres, só que ainda é uma tentativa. Neste caso estamos lidando com o que Butler (2006) aponta como paródias de gênero, que são constituídas socialmente sem as normativas que são definidas pelo sexo biológico, logo o que elas mencionam como o lugar do “macho” ou da “mulher” estaria baseado também no que Hall (1999) afirma que as identidades se constroem como rasura.

Esse corpo sapatão está construído para além das vestimentas, mas também dos lugares do “macho” e “fêmea” com todos os comportamentos simbólicos. Talvez, algumas pessoas pensem que ser lésbicas é ser um “homem” de vagina, mas com todos os atributos sociais “masculizados”. Em algumas entrevistas, algumas lésbicas colocam que, quando se reconheceram lésbicas, mudaram a vestimenta, cortaram os cabelos, como se isso fosse denominá-las como lésbicas e como assumir este lugar estaria ligado a transformação em um corpo sapatão ou em um corpo dito masculino.

De certo que essas construções dos corpos ainda estão pautadas por atributos constituídos através das relações binárias de sexo-gênero, o que precisa ser repensado, pois ser lésbica não necessariamente precisaria estar ligado a possuir atributos construídos socialmente do que seria “masculino”. Como Pérola pondera, “as delicadas são muito machistas”, logo a reprodução do machismo não está ligada às vestimentas do que seria “masculino” e “feminino”, mas aos atributos escolhidos na construção do *self* que o corpo sapatão se constrói. O híbrido expressado em um corpo marcado pelo sexo biológico, mas com expressões e escolhas sem o peso das normativas do que seria o corpo e o comportamento de uma lésbica.

O episódio posto por Soares (2016) denota que as expressões de poder e reprodução do machismo vão para além dos corpos construídos, como ela pondera, bofe são “mulheres masculinas”, que desempenham os papéis socialmente conhecidos como masculinos, já as fitinhas, são “as lésbicas com performance feminina” que reproduzem os papéis socializados para as mulheres. Para Pérola, as “delicadas”, fitinhas ou *ladys* também expressam controles e reproduções de comportamentos ditos “masculinos”.

Bárbara faz ponderações importantes acerca da abnegação da presença dos homens nas relações afetivo-sexual:

Veja, o grande componente revolucionário da lesbianidade é você prescindir do sujeito masculino nas suas relações. Então vejam, pra sociedade patriarcal, os homens são o centro, né? Na medida em que as mulheres lésbicas prescindem da figura masculina, elas assumem o lugar de sujeito político que rompe, que racha com o sistema, entendeu? Então não é apenas a nossa orientação sexual, o nosso ato da convivência erótica afetiva nos faz revolucionárias, nos faz ativistas. [...] Agora a gente precisa avançar nessa perspectiva revolucionária superando o machismo dentro das nossas instituições. (BÁRBARA)

Bárbara pondera que as relações lésbicas prescindem da presença dos homens nas relações sexuais e amorosas e rompem com o sistema patriarcal em que os homens são o centro do desejo, do poder, do domínio do corpo das mulheres, mas assume, ao mesmo tempo, um lugar político na sociedade de mulheres autônomas, que não se adequam as

opressões que possam surgir advindas das relações heterossexuais, considerando-as revolucionárias por isso. O feminismo lésbico referenda que a negação da relação entre mulheres e homens, é, sobretudo, uma postura política que rompe com a heteronormatividade (RICH, 1993).

Entretanto, o rompimento da heteronormatividade e do sistema patriarcal não exime da superação das reproduções de atributos de gênero do “homem” ou da “mulher” nas relações afetivo-sexuais. Mesmo com toda essa discussão, por vezes, tornam-se nítidos alguns comportamentos, falas, “brincadeiras”, normatizando o que é ser uma lésbica *boy*, caracterizada como a “ativa”, a “privilegiada”, a “comedora”, a que banca financeiramente, a que não se permite ser tocada ou “comida” por sua companheira. Suas narrativas de gênero são observadas também pelas vestimentas, então, a lésbica *boy* é aquela que nos signos lésbicos pode ser reconhecida pela que reforça ou representa o papel do “macho”. Essas questões também são apontadas por Gilberta Soares (2016), quando menciona a performatividade de padrões estéticos de mulheres que compuseram seu campo etnográfico.

Essas discussões são pautadas nas “brincadeiras”, nas reuniões e/ou nos lugares de lazer, como ferramenta de controle dos corpos e divisão ainda binária do que seriam as expressões comportamentais de “mulheres” e “homens”. Logo, as mulheres mais feminilizadas são as lésbicas *ladys*, as que estão passíveis a serem “comidas”, sustentadas financeiramente, as que usam as roupas ousadas e ditas como roupas de “mulher”.

Tais distinções também podem ser consideradas como reproduções do machismo, ditado pelo sistema patriarcal, em que os papéis sexuais e de gênero são pensados a partir do corpo cisgênero que performatiza certas hegemonias, logo, os comportamentos têm que ser definidos de acordo como você se apresenta socialmente, lésbica *boy* ou *lady*. Essas performances mencionam como você gerencia as práticas sexuais, que espera estar de acordo com os papéis desempenhados. A lésbica *boy* tem o papel ativo, a “comedora” e a *lady*, a que desempenha o papel passivo. Caso os papéis não sejam cumpridos, as lésbicas *ladys* são chamadas de sapatão e as lésbicas *boys*, de frango.

Uma questão que foi colocada por Soares (2016) como o par fitinha-bofe, também acontece na reprodução *lady-boy*, como se estivessem representando pares binários de homens e mulheres. Os casais que fogem dessa modelagem muitas vezes são questionados, como alguns casais já ouviram “como duas mulheres femininas estão juntas? É falta de um *boy*!” Se são um casal de *boys*, há dúvida de quem é ativo quem é o passivo. Assim, é interessante observar que os pares precisam sempre passar pelos códigos de *lady* e *boy*, como complementares, mesmo que não concordem com esse código, ele é a referência. É

interessante notar como as relações e os códigos referenciam os padrões heteronormativos (BUTLER, 2006) e como várias dimensões da vida privada ficam expostas ao escrutínio grupal, como forma de controle e aceitação e acabam normatizando comportamentos e/ou práticas sexuais.

Dentre outros fatores, como Bárbara coloca “precisa avançar nessa perspectiva revolucionária, superando a reprodução do machismo dentro das nossas instituições”, questões que tem sido discutidas, mas que ainda não chegaram a um maior aprofundamento que reconheça mudanças estruturais nos movimentos, por exemplo no diálogo de identidades lésbicas e papéis sociais sem as normatizações da heterocentricidade (RICH, 1980).

Patrícia traz uma análise importante que nos ajuda a refletir um pouco mais:

Eu não sei se, por exemplo, um negro que tem alguma situação com outro negro, ele é racista ou se ele é resultado de um processo maior racista? Então do mesmo modo essa coisa do machismo, eu acho. Agora obviamente têm relações que são opressoras entre mulheres, né? Eu acho que elas são resultado de um machismo estrutural, né? Assim, de uma heterossexualidade compulsória que tá bem articulada com o machismo. Então, às vezes, a gente vê no movimento e nas relações entre mulheres algumas situações de você tirar a fala da outra, de você querer dominar o corpo, a posição política, né? A coisa do ciúme, então isso a gente vê muitas vezes assim. (PATRÍCIA)

Ela nos traz o contraponto do machismo estrutural que é produzido através das experiências que vão se constituindo pelas relações de poder expressadas através de capitais evidenciados, como o econômico, social, cultural, político e simbólico (BOURDIER, 1979). Logo as estruturas de poder que constituem pelo olhar masculinista de pensar as relações sociais e são reproduzidas, sobretudo, nas relações políticas e afetivo-sexual entre mulheres, que passa pelo *modus operandi* de fazer política suprimindo “a fala da outra” nas esferas políticas, assim como a “dominação do corpo, da fala política”. Fica nítido que esses dois tipos de poderes existiam, um relacionado ao parentesco (estrutural) e outro relacionado à sexualidade (redes) na construção e legitimação da sociedade capitalista.

Bárbara, uma das interlocutoras, identificou outros aspectos da reprodução do machismo, questões que têm sido alvo de discussões, mas ainda de forma incipiente, pois ainda há conflitos nas reuniões, como a tentativa de tirar a fala de alguma militante que tem posicionamentos políticos diferentes ou mais críticos. Logo, existe a tentativa de unificar um pensamento, por exemplo, na relação com o governo. Para ilustrar, vamos ao próximo episódio:

Episódio 10:

Dentro dos movimentos também há os diálogos fortes de como a militância para fora acontece, na identificação de certas cooptações de idéias de ações propostas ou executadas pelos movimentos. E neste período havia um conflito se iriam ou não fazer o enfrentamento do governo, devido a algumas omissões. Então, em um dos grupos de discussão pelo *whatsapp*, isso foi posto. Logo uma militante, que não é considerada “dinossaura”, mandou um áudio expressando sua opinião: “oh, minha gente, vocês perceberam isso agora, foi? Mal cheguei naquela reunião, ouvi poucas coisas e já percebi que quem manda ali são aquelas mulheres, elas estão usando a inteligência de vocês, gatas”. Logo, começaram as conversas com algumas militantes no privado, para unificar o pensamento e abrandar o posicionamento frente ao que o governo que era contrário ao que a maioria das militantes pautaram, com a afirmação de que ali representávamos grupos e não indivíduos, logo é preciso que se pense coletivamente, pois não se vai entrar em conflito com o governo assim de “peito aberto”. Outra militante me confidenciou que recebeu uma ligação com a sugestão de que era preciso pensar com calma o posicionamento a ser tomado, pois existem secretarias que ajudam muito nas ações e não podemos entrar em confronto.

Com este episódio entendemos que a forma de fazer política nos movimentos sociais está muito ligado ainda à perspectiva de uma militância profissionalizada (BONETTI, 2007) na qual perpassa pelos ganhos e reconhecimentos que se pode obter, por algumas articulações partidárias, resultando na limitação de críticas ao governo, com a justificativa de que se pode manchar as relações.

De certo este é um olhar nesta ação, em que as relações são polemizadas, e, por vezes, para manter um diálogo mais tranquilo nos espaços paritários de sociedade civil e governo. Há o que chamo de economia emocional, na qual as pessoas dos movimentos preferem recuar de algum tipo de confronto para não atenuar o conflito, ou mesmo evitá-lo. Há sempre que se pesar os apoios que são realizados para algumas ações, ou as promessas de que alguma militante pode ser convidada a trabalhar no governo, para possibilitar a visibilização e/ou implementação de atividades das reivindicações dos movimentos, levando sua militância e as formas de realizar as ações para a estrutura do governo. No entanto, ao longo do tempo, a maioria das promessas ficam no campo do imaginário, fazendo com que as relações internas sejam prejudicadas, requerendo cuidados para não travar certos diálogos, além de tentar ter uma voz homogeneizada na espera de algumas realizações que nunca chegam.

Os grupos têm tentando sempre pautar junto aos governos, pois, entende que é um caminho mais fácil de articular a política para a população LGBT, visto que a maioria dos grupos não tem o artifício de mobilização de recursos como as ONGs, além de pensar a implementação das políticas de forma articulada com o Estado, fazendo mobilização política por um lado e sugerindo as políticas por outro.

Uma das interlocutoras chamou a atenção para o vínculo que essas ações e conflitos de interesse podem ter com o machismo, como uma força valorativa que tenta homogeneizar os movimentos lésbicos, como Cassandra nos ajuda a pensar:

Eu acho que talvez exista uma certa hegemonia de uma forma machista e masculina de fazer política, né? Personalista, de concentração, de querer ser a voz dominante, né? Que eu vejo muito. Muito forte assim no movimento lésbico. Assim, uma coisa muito personalista, muito “tô eu aqui”, “as meninas que eu trouxe” e eu acho que são a expressão de uma forma machista de fazer política, isso me desagradou muito. Sempre a mesma pessoa falando, entendeu? Não tem outra voz. Aquela liderança que dá a palavra final. Eu acho que isso é uma expressão do machismo, porque é uma forma de poder patriarcal, né? E eu acho que infelizmente isso existe. (CASSANDRA)

O episódio 11 e a análise de Cassandra são complementares, quando ela ressalta o machismo presente na forma de fazer política dentro dos próprios movimentos e na relação com o governo. Algumas vozes que podem ser consideradas dominantes estão relacionadas à atuação nos movimentos, as relações partidárias, o tempo de atuação, os lugares que ocupa, são as que articulam com “cuidado” como os posicionamentos dos movimentos vão sair em relação às críticas necessárias na relação com o governo, por exemplo. Logo, essa forma de relacionamento acaba personificando.

No entanto, ainda se trabalha na tentativa de unificar as vozes, construir hegemonia de quem pode mais e quem influencia nas deliberações, sobretudo, fazendo as costuras nas relações pessoais e afetivas que se misturam com a forma de fazer política, quando se personaliza em algumas, como já mencionadas as relações de maternagem ou amadrinhamento, como Cassandra explicita: “tô eu aqui e aqui as meninas que eu trouxe”, logo as meninas que “eu trouxe” têm que seguir o mesmo posicionamento político. Evidente que este é um componente presente nas relações sociais de modo geral, e que também está presente nos movimentos sociais, inclusive no lésbico, Cassandra ainda traz outras ponderações importantes:

Acho que tem muitas tensões que são às vezes... (risos) Eu não sei nem como dizer, mas existem tensões que são geradas por uma certa... às vezes, as relações pessoais, amorosas, né? Quando ambas estão ali no grupo. Eu acho que não é só uma expressão do machismo, mas talvez uma dificuldade que a gente tenha de vivência afetiva, de vivência política, não é fácil, né? Muitas vezes a gente tá numa briga com

aquela pessoa porque se separou e aí o negócio explode dentro do grupo e a gente não sabe como lidar com a situação. Isso existe também, mas não acho que seja apenas uma expressão do machismo, talvez seja mais uma natureza desses grupos, porque sendo um grupo de mulheres e mulheres que podem se relacionar entre si, aí é um desafio pra nossa organização, né? Como lidar com conflitos amorosos que se expressam nos coletivos. Mas não acho que seja uma expressão, né? Mas, é um pouco isso. (CASSANDRA).

Questões que Cassandra aponta e que precisam ser repensadas nas relações políticas e afetivas nos movimentos lésbicos: a) relações interpessoais e amorosas quando as militantes envolvidas integram o mesmo grupo? Como lidar com conflitos amorosos que se expressam nos coletivos? Essas reflexões fazem parte da autocrítica que os movimentos lésbicos precisam fazer, pois por mais que o que une os movimentos sejam as relações de superação das opressões, o objetivo final é de melhorar as condições de vida das mulheres. No entanto, na militância para dentro, são reproduzidos comportamentos machistas, patriarcais, reprodução de modelos que reverberam não apenas nas relações afetivo-sexuais, mas também nas relações políticas.

Evidente que esses códigos de relações precisam ser reformulados a partir do que se acredita e que, a partir disso, possibilite-se a potencialização da teoria e prática que são trazidas pelas teorizações feministas, só que tudo isso ainda tem sido um processo lento, que infelizmente acontece em todas as relações sociais e não é só um acontecimento local.

Todas essas questões precisam ser maturadas e repensadas, as práticas e as formas de fazer movimentos, pois as reificações das normativas dos papéis sociais e os *modus operandi* de fazer política ainda têm marcas fortes do patriarcalismo que precisam ser reformuladas, até para que os movimentos lésbicos possam agregar mais mulheres, o que, nos últimos tempos, tem sido mais difícil devido aos entraves e reproduções mencionadas. Logo, a militância para dentro passa por todos esses meandros que por vezes são sufocantes e por outros, libertadores.

Os movimentos lésbicos desde os anos 2000 têm lidado também com a identidade bissexual que está agregada na atuação política, sendo denominado como movimentos lésbicos e de mulheres bissexuais. No entanto, essas relações identitárias não deixam de ter uma militância interna e seus conflitos, o que veremos a seguir.

5.7 Lesbianidades e bissexualidades

Os movimentos lésbicos em Pernambuco desde o início levantaram as pautas das mulheres bissexuais, mesmo quando as protagonistas não estavam presentes. Essas relações entre lesbianidades e bissexualidades também geram conflitos, pois no início dos movimentos

e durante anos, segundo as interlocutoras/pensadoras, elas não integraram os movimentos lésbicos, com a participação da sujeita política bissexual. Foi no período de fortalecimento dos grupos e interiorização (2011-2019) que elas se inseriram.

Assumir-se bissexual dentro dos movimentos ainda é um processo, visto que muitas relatam resistência em pensar a identidade a partir do conceito de rasura, multável. Uma das interlocutoras ponderou que sua militância demorou a ser reconhecida no Estado por ser bissexual: “Eu sempre fui mais aceita nos movimentos nacionais do que local”. Dessa forma, seus lugares de fala vêm de outros espaços de ativismo, agregando-se nos movimentos lésbicos a partir da sua primeira experiência sexual com uma mulher.

Yasmin traz uma análise em torno das lesbianidades e bissexualidades:

Então eu acho que o LUAS fez muito, porque ele conseguiu abrir espaço para criar uma outra vertente de discussão da lesbianidade e bissexualidade no Estado, que naquela época a gente não discutia muito bissexualidade, mas a gente no movimento lésbico nunca deixou de respeitar as bissexuais, nunca deixamos de colocar que tinham as mulheres bissexuais, mesmo não tendo, porque não tinha muito, né? A gente falava por elas. É igual o movimento trans, quando não tinha as trans a gente falava LGBT, mas não tinha, né? Mas enfim, mas isso é bom porque o movimento traz a preocupação de cuidar das mulheres bissexuais, diferente de outros estados ele teve esse cuidado porque se a gente olhar nos anais das nossas histórias a bissexualidade está garantida lá desde quando Roma era Roma. (YASMIN)

Mais uma vez é assumido pelas mulheres o fato de cuidar das outras, de colocar a pauta de outras mulheres também como parte integrante das bandeiras de luta. Os feminismos têm potencializado a bandeira de luta principal que é a emancipação das mulheres, de forma que deveria levantar todas as pautas que dizem respeito às mulheres de todas as orientações sexuais, o que não é o caso, pois as bandeiras vão depender do que se entende como prioridade. Porém, no contexto pernambucano, os movimentos lésbicos sempre pautaram as duas identidades, como categorias conjuntas de mobilização política.

Logo, “carrega-se” o sujeito político bissexual, como Yasmin pondera, só que ao mesmo tempo há a “representação” e reconhecimento dessas sujeitas, mesmo antes de ter este corpo político presente nos movimentos. A inclusão se deu pela necessidade de trazer as sujeitas bissexuais para os movimentos, no intuito de potencializar as lutas políticas das lésbicas e de mulheres bissexuais. No entanto, quando esse corpo político se torna visível, surgem muitos conflitos, o primeiro deles foi o questionamento sobre quais as pautas políticas do segmento. Por conseguinte, qual a diferença das pautas de uma mulher heterossexual para uma mulher bissexual?

No campo da fofoca muitos comentários foram postos, como: as bissexuais não têm pautas, porque elas se confundem em alguns momentos com as pautas das lésbicas e outros das mulheres heterossexuais, afirmando não ter um campo político de atuação, realização de eventos específicos ou participação nos espaços lésbicos, além de serem postas como mulheres “sem rumo”, por entender que a bissexualidade estaria ligada a dúvida da orientação sexual.

Há um episódio em torno da temática.

Episódio 12:

Eu estava participando de um grupo de estudos na universidade e surgiu o conceito de identidade e orientação sexual, logo, ponderei que precisávamos relativizar as amarrações que são geradas em torno das orientações sexuais, pois têm se tornado certa prisão. Se a pessoa se assume como lésbica, mesmo sendo uma lésbica política, isso acontece pelas pautas, resistências e reflexões em torno da heteronormatividade, etc. Logo, uma companheira lésbica, pondera: “pois pra mim não tem isso, se você é lésbica é lésbica, por exemplo, se eu te encontrar com um boy (homem cis, no caso) em alguma balada eu joga um copo de cerveja na sua cara”.

Como já mencionado, a ideia de reforço de uma identidade lésbica sem rasura é bem evidenciado neste caso, e inclusive já passa para o campo da ameaça e da violência, pois existe a necessidade de colocar as práticas e identidades em camisa de força, sendo tuteladas pela vigilância.

O fato de se assumir como uma militante lésbica não “dá o direito” de a pessoa usufruir de liberdade sexual sobre o seu próprio corpo, porque isso causaria um grande incômodo nas demais, como se as demais tivessem sido enganadas e tivesse o direito de questionar a liberdade sexual uma das outras o que acontece também no sistema heteronormativo.

Dentre as “brincadeiras” que são mencionadas nos movimentos, uma delas é: eu não me relaciono com mulheres bissexuais, pois elas são promíscuas, não sabem o que querem e há duas possibilidades de traição. Logo se exprime mais uma reprodução do machismo, bifobia ainda impregnado nas relações, assim como a necessidade de ter o desejo direcionado apenas para um sexo.

Essas questões são também mencionadas nas fofocas, mas também como “brincadeira”, o que fragiliza alguns diálogos e afeta as relações entre lésbicas e mulheres

bissexuais. Assim, a heteronormatividade parece atuar em pelo menos duas direções possíveis: no caso em que uma lésbica sofre repreensão e ameaça quando dialoga sobre as práticas bissexuais, como no episódio 12, e no caso das bissexuais, que por um longo tempo foram alvo de preconceitos expostos como “brincadeiras” que questionando o posicionamento político e sexual da sujeita bissexual e suas práticas. Isso tudo leva a pensar que tais práticas podem reforçar aquilo que mais lutamos contra: a heteronormatividade obrigatória e o patriarcalismo. O esforço para manter como regra a lesbianidade pode ser visto como uma tentativa de substituir a heteronormatividade pela homonormatividade. Será que substituir uma regra excludente por outra, significa transformação?

O reconhecimento da identidade bissexual tem sido pauta de várias ponderações não apenas local, mas nacionalmente, reflexão que começa através do VIII SENALE, ocorrido em 2014, onde foi proposta a mudança do nome para SENALESBI, para assumir também politicamente a representação das mulheres bissexuais. Naquele SENALE foi realizada por Lemos (2016) uma breve observação de como se deram as discussões em torno da mudança do nome do evento, no qual foram relatados muitos conflitos e as formas de tomadas de decisão na mudança do nome.

As discussões e conflitos que ocorrem pela mudança do nome a nível nacional, ocorreram também nos Estados. Mesmo com essa inclusão, por exemplo, no nome do COMLESBI, os diálogos entre lesbianidades e bissexualidades ainda geram questionamentos. O COMLESBI, seguindo as recomendações, adequou o nome em 2018. Foram muitas as discussões que perpassavam pela representatividade e construção da identidade do nome que já era reconhecido e a ponderação de que mudar poderia ser prejudicial, mas prevaleceu nas discussões a mudança do nome para a inclusão das mulheres bissexuais no título do coletivo.

Vemos também esses entraves políticos explicitados no trabalhado de Selem (2007), que relata a inclusão das mulheres bissexuais na LBL, mas nesse caso o nome da rede não mudou, pois tiveram o entendimento político de que as bissexuais já estavam inclusas, no entanto, não sentiram tal necessidade.

A reflexão sobre a inclusão ou não das mulheres bissexuais, trata de um lugar que fica posto ainda como uma prática de “menor valor”, assim como a lesbianidade em comparação com a heterossexualidade, que não aceita outras formas de expressão da sexualidade, criando normativas que aprisionam os corpos, como Rubin (2012) nos mostra quando afirma que a legislação sexual pune tudo que esteja fora das normativas da heterossexualidade, como a homossexualidade, e mais recentemente outras dissidências sexuais, também são colocadas como ruins, promíscuas e assim vai se criando nuances de opressões, reproduções e

exclusões, que não são verbalizadas, em muitos casos não oficialmente, mas oficiosamente, em forma de fofocas e “brincadeiras”.

Evidente, que essas relações são também relações de poder e de representatividade que têm se construído não apenas nos movimentos lésbicos, mas LGBTs, nas representações não apenas de orientação sexual, mas nas relações de gênero entre mulheres e homens.

Como já ponderado, no campo surgiram apontamentos para solucionar os conflitos internos ocasionados pelos posicionamentos, o que veremos agora.

5.8 Soluções apontadas por Elas/Nós para os movimentos lésbicos

No percurso da pesquisa, especialmente durante as entrevistas, as interlocutoras/pensadoras sugeriram algumas dicas para que os movimentos lésbicos pudessem avançar. Muitas das interlocutoras vêm de anos nos movimentos sociais e conseguiram expressar algumas análises que considero importantes serem expostas neste capítulo, como um momento que Elas/Nós realizamos autorreflexão, mas ao mesmo tempo apontamos os caminhos necessários.

Um dos pilares das relações entre os movimentos e dentro dos movimentos lésbicos é como se coloca em prática o processo democrático, que deveria ser construído de forma mais humana, como Peróla menciona:

Nós falamos muito de democracia, mas a democracia são discussões valorosas e quando essas discussões valorosas, as pessoas não conseguem, elas se apegam de várias maneiras. Eu acho que essa temática é uma grande guinada assim, eu digo como um todo. (PÉROLA)

Construir essa guinada nos movimentos seria bem importante, pois ainda algumas militantes estão se constituindo nos pressupostos da democracia representativa, na qual se elege as representantes para falar por Elas/Nós. Regina Celi Pinto (2004) aponta que há uma crise da democracia e de representação, expostas por alguns eixos: a) dificuldade de construir interesses gerais; b) a democracia precisa ter interesses coletivos; c) distanciamento entre pessoas comuns e o campo da política.

A autora entende que o modelo de democracia e de representação estão em crise, especialmente por que nem todo mundo pode participar do processo de representatividade, por ser necessário ter certo aperfeiçoamento técnico para dialogar nos espaços de deliberações e entender o que está sendo proposto.

Pinto pondera que, depois da Constituição de 1988, a democracia passa a ser participativa, entendendo a “participação direta dentro do Estado” através de “controle do Estado” pelos espaços de conselhos, conferências e outros que deem voz a sociedade civil para inferir no processo de atuação junto às instâncias governamentais. No entanto, esse tipo de participação gera a confusão dos papéis que é o que temos visto nesta etnografia, com uma possibilidade de a sociedade civil substituir o Estado, como ela explana:

[...] é fácil encontrar a defesa da sociedade civil como uma substituta com vantagens do Estado, principalmente nas funções de assistência social. A sociedade civil é vista como capaz de através de suas associações, e, muitas vezes do trabalho voluntário, dar conta de questões relacionadas com saúde, com a fome e mesmo com educação. Funções que até então eram próprias do Estado passam a ser vistas como de responsabilidade da sociedade civil. (PINTO, 2004, p. 33)

A autora traz a diferenciação entre a igualdade pautada pelo Estado e a liberdade pela sociedade civil, afirmando ainda que essas relações “podem ser pautadas por práticas clientelistas quando meia dúzia de pessoas é trazida para dentro do Estado” (PINTO, 2004, p. 33). Essas análises estão próximas do que tem se construído nos movimentos lésbicos, quando se foca nas alianças com os governos esperando que as oportunidades cheguem para que as pautas lésbicas sejam implementadas ou que as representações lésbicas estejam no corpo do governo para ser “porta voz” das reivindicações dos movimentos.

Como Pérola pontua, é necessária a reflexão sobre a democracia nas relações internas nos movimentos, que passa também pela análise e necessidade de desconstrução das hierarquias. Se a democracia interna tem como base a democracia participativa, faz-se necessário mudar as formas de participação e de quem pode ter voz, ser ouvida e respeitada nos movimentos lésbicos, mesmo que seja internamente.

Outras interlocutoras/pensadoras comentaram sobre a relação entre sociedade civil e Estado: “acho que essa mistura com o governo terminou atrapalhando um bocado assim essa história. Aí é como a gente recupera isso, assim?” Patrícia. Assim como Cassandra pondera em relação à sociedade civil x Estado x políticas públicas:

Bom, mas acho isso, acho que a gente, não só o movimento lésbico, como eu já falei, mas tá muito refém das políticas públicas, dentro das políticas públicas, da política de saúde. Eu acho que a gente precisa voltar a recuperar algumas dimensões da nossa experiência pensando mais integralmente, né? Voltar a fazer grupo de reflexão e pensar o que é que tá pegando na nossa vida, nossas condições de vida, a questão do trabalho, a própria questão dentro da saúde do sofrimento mental que em vários espaços que eu participei vem com muita força, né? Então eu acho que essa experiência de uma maneira mais integral a gente precisa voltar a recuperar, sem abrir mão dos processos que a gente conquistou no campo da política pública, a luta por um centro de referência, a luta por uma política de saúde, né? que é recente aqui

no estado, mas tá aí se estruturando. Tem que seguir, mas não pode ser o único caminho. (CASSANDRA)

Estar refém das articulações com o governo no intuito de pensar as políticas públicas em conjunto, não falando apenas dos espaços de controle social, mas no cotidiano, tem direcionado os movimentos. Enquanto as forças dos movimentos estão centradas nas ações para fora, nessa relação paritária entre sociedade civil e governo, que gera muitos conflitos para dentro dos movimentos, acaba desfocando um dos objetivos centrais que é especialmente o fortalecimento das sujeitas políticas, para ampliação do campo político, com o acolhimento e formação de outras sujeitas, em paralelo com os demais diálogos e atuações para fora, como Cassandra bem pondera em suas reflexões sobre as experiências de vida das mulheres, que têm ficado em planos secundários ou não tocados.

Essa prática de centrar o que está fora tem trazido repercussões ruins para os movimentos por um lado, porque têm perdido o contato mais humano com mulheres que estão no processo de formação, preparando-se para atuar nos movimentos sociais, trazendo suas experiências de vida, como no período incubadora (1989-1990). Evidente que há mulheres que estão em outros momentos de atuação e formação, atuando na articulação em rede e fortalecimento da política e essas duas instâncias não têm dialogado. O processo de formação necessário preparatório para atuar nos movimentos não tem acontecido de maneira satisfatória, de forma que quem chega vai se adequando ou não, no andar da carruagem.

Como Pinto (2004) mencionou, para atuar na democracia representativa é preciso ter a formação técnica e os movimentos lésbicos precisa priorizar o processo de formação, como Bárbara sugere:

Com uma ação de formação muito presente, porque é a formação que vai nos empoderar pra gente enfrentar essas adversidades e essa onda reacionária que tá no Brasil, que tá na América Latina, que tá no mundo. Então eu acho que o movimento lésbico precisa se preocupar fortemente com essa questão de formação. Eu acho que é isso. (BÁRBARA)

A formação através das teorizações e práticas ajuda os movimentos a criarem possibilidades de construir técnicas necessárias para incidência no controle social e em outros campos. Nos anos 2000, algumas redes fizeram este processo, por exemplo, do evento denominado “Fortalecendo” organizado pelo Movimento D’Ellas, do Rio de Janeiro e a ABL com o processo de formação para lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil, o Projeto Somos-Lés, coordenado pela ABGLT, realizado em todas as regiões do Brasil, que formou diversas mulheres para atuação no *advocacy*, controle social, mobilização de recursos, dentre outras

temáticas, o que possibilitou a formação de várias mulheres que estão atuando de forma mais técnica nos movimentos.

Talvez a ausência de formação mais sistemática tenha diálogo com os escassos financiamentos, desde a crise dos movimentos sociais e seus financiamentos nos anos 2000, com defasagem ainda maior a partir de 2010, pois os financiamentos nacionais exigem a institucionalidade dos grupos, e os movimentos lésbicos não têm se preocupado muito na formalização enquanto ONG, como uma das ferramentas de acessar recursos, por querer trabalhar de forma mais autônoma.

Por outro lado, com a ampliação de atuação dos movimentos sociais, parece que a formação não é mais prioridade para as financiadoras, nem tão pouco para algumas pessoas que estão de dentro dos movimentos sociais. É como se a formação fosse um processo que pudesse parar por aqui, pois já há lideranças aptas para atuação.

Enquanto algumas outras analisam que o processo de formação é o caminho para as construções, porque vai passar pelas experiências de vida, que servem também como processo de formação, Pérola sugere como direcionamento para os movimentos:

Eu acho que a gente, daqui pra frente, pra contribuir mesmo, a gente não pode deixar de discutir o partido porque é através do partido é que se chega no poder. Então ela tem que ser uma pauta emergente e tem que ir pra dentro dessa discussão do LGBT, do empoderamento dos LGBT e principalmente das mulheres dentro do partido fazendo núcleos pra que consigamos chegar nos espaços de poder. (PÉROLA)

Os espaços de poder são necessários para articular a política para fora, mas ele não pode ser o único caminho, como já exposto por diversas interlocutoras/pensadoras, pois através do discurso de chegar ao poder e que este se dariam através de partidos, como Pérola pondera. No entanto, essas relações têm gerado vários conflitos e ações que estão sendo postas de lado, como a formação, pois parece-me que o foco do poder, não perpassa pelo caminho da formação, do acolhimento, mas de ocupar espaços que podem representar poder, logo as “novas” não têm tido o privilégio da formação, como uma das pautas prioritárias dos movimentos.

Se por um lado foi sugerido refletir sobre os processos democráticos dos movimentos, já ficou posto que esses diálogos precisam ser aprofundados na forma de organização dos movimentos, pois como vimos há muitos conflitos e a necessidade de pensar o sentido e conceitos de democracia, consequentemente a organização dos movimentos.

Por outro lado, foi pensada a formação como uma das estratégias de fortalecimento dos movimentos para sair de algumas situações, como o facismo, a onda reacionária,

sobretudo, acrescento o que Pinto (2004) coloca a formação técnica como importante para atuar de forma qualificada nos espaços de participação política e de controle social.

E por fim, as vias para chegar ao poder, que, segundo Pérola, da organização em partidos, mesmo pensamento encontrado em nosso campo, no qual ficou exposto que há muitas articulações nos movimentos ao redor de partidos. Outro eixo é a relação sociedade civil e governo, como caminhos que fazem chegar ao poder, um poder ainda tutelado, que dá voz a algumas, silencia outras e exclui diversas.

Mas é importante pensar que esses apontamentos são bem importantes para estruturar melhor os caminhos dos movimentos lésbicos, pois é necessário pensar na reorganização interna pautada pelo discurso da democracia, assim como nos processos de formação política para atuação para dentro e para fora junto aos partidos e às esferas de controle social (mas não apenas essas). Dessa forma, pode se ter um salto de qualidade, desde que fiquemos atentas para não deixar nenhum dos eixos estagnados.

Todas essas sugestões trazidas são fundamentais para pensar como os movimentos lésbicos podem avançar nas suas formas de atuação, pensando que a militância para dentro é uma forma de militância tão árdua como a militância para fora que demanda disposição para a construção de espaços que consigam dialogar as pautas, fortalecer as sujeitas e criar caminhos mais saudáveis para a existência lésbica.

5.9 Enquanto houver suspiro

Este foi o capítulo mais difícil de escrever, uma vez que ele traz realidades diversas, de muitas mulheres, mas também fala da minha realidade enquanto pesquisadora e também interlocutora/pensadora desta pesquisa. Todas essas histórias, narrativas, escutas, sentires e escritas me geraram várias reflexões, pois eu também faço parte de tudo isso e não poderia me isentar de analisar, nem de vivenciar vários sentimentos durante toda a pesquisa.

Ouvir cada uma falar do seu lugar, no início me causou certas dores e eu fiquei sem saber se daria conta de ouvir tantas histórias, pois as histórias delas também se entrecruzam com a minha história. Então analisar as narrativas dos movimentos lésbicos de um lugar que você está totalmente implicada e construir olhares de aproximação e estranhamento, através do olhar, da escuta, do sentir, do analisar e do escrever, foi um desafio cotidiano, no entanto, a dor se tornou motivação para continuar escrevendo. Sobretudo, esta pesquisa, ao refletir sobre a construção da identidade dos movimentos lésbicos, proporcionou autoanálise, autorreflexão,

não apenas dos movimentos, mas também minha, em repensar lugares, papéis e formas de atuação.

Há quem vá ler essa dissertação e vá dizer, essa pesquisadora colocou feridas tão abertas de uma identidade cultural que ainda é tão subalternizada, por outro lado me dá a tranquilidade de expressar essas linhas mostrando as fortalezas e as fraquezas que as pessoas, independente do lugar que ocupam, passam nas relações humanas e na atuação dos movimentos sociais de forma geral.

Sabemos que esses achados não são tão inéditos assim, pois eles aparecem nas organizações dos movimentos, também apontado por Bonneti (2007) que ponderou relações de tensões e conflitos internos de suas interlocutoras no movimento feminista de Pernambuco, assim como sua visão para o Nordeste, no campo do reconhecimento, em que se preza muito a imagem pública da militante. No entanto, para construir tal reconhecimento enquanto uma militante feminista ou lésbica há todo um contexto de negociações e conflitos internos.

Os movimentos lésbicos criaram a imagem extremamente organizado para fora, pelas mobilizações que são feitas nos encontros nacionais, levando desde 2014 e nas demais edições as maiores delegações para os SENALESBI, assim, como os equipamentos que se tem no Estado, que são frutos das articulações em rede. No entanto, mesmo construindo essa imagem para fora nacional e localmente, não deixa de ter seus percalços políticos que carecem de reflexões e aprofundamentos para se construir uma guinada na forma de atuação interna nos movimentos lésbicos, através de alguns pontos que foram trabalhados aqui.

Uma das questões que geram muito conflitos é a relação entre lésbicas da sociedade civil e lésbicas no governo. O que gera essas distinções? Qual o papel de uma lésbica no atuando governo? Tem distinção entre ser funcionária pública, técnica dentro de uma secretaria e um cargo comissionado específico para assuntos lésbicos? Essas relações podem gerar exclusões? Todo esse emaranhado potencializa muito as relações de conflitos internos.

Outro ponto é a receptividade das integrantes para atuação nos movimentos que tem sido umas das questões enfáticas de estagnação, visto que as reuniões têm sido realizadas a portas fechadas devido aos conflitos pautados nas relações das que já estão presentes, que são causadas especialmente pelas relações entre movimentos lésbicos x partidos políticos x governo x organizações internas. Como avançar? Esses imbricamentos não são só dos movimentos lésbicos, mas de outros movimentos, como ponderado por Bonetti (2007), Melo (2013) e Facchini (2005).

As relações internas são geridas pelas relações de poder e decisões que representam o segmento de lésbicas e mulheres bissexuais no Estado, como amenizá-los e entende-las como

construção coletiva e não apenas de personalidades que estão dispostas a fazer a política? Evidentemente, que quem está de dentro tem mais voz, mas como sair da continuidade das “dinossauras” e as “novas”, individual e coletivo? Percebe-se que a construção dessas “personalidades” se dá pelos investimentos de participação e articulação nos movimentos, existindo um esforço que outras mulheres ocupem os espaços. No entanto, quando outras mulheres chegam, passam por todo conflito para se construir a representatividade. Do que foi observado em campo há a necessidade de amenizar esses os problemas gerados.

Uma questão que é importante é o porquê de existir tantos conflitos nos movimentos, algumas persistem engajadas e outras saem dos espaços por não querer partilhar das brigas por representatividade. Lembro-me de que no meu trabalho de conclusão de curso, entrevistando Neusa das Dores¹⁰⁷, ela mencionava que havia se afastado dos movimentos lésbicos, pelas brigas por representatividades e o quanto isso a cansava. Questões parecidas também apareceram no campo de Melo (2013) como uma forma de “desengajamento”, tanto nas relações de conflitos quanto afetivas, na participação em projetos remunerados, o que causa densidade nos movimentos e o “desengajamento”.

O que pode ser observado é que esses conflitos mencionados por Melo também acontecem no universo mais amplo LGBT e entre homens, não sendo exclusivos de mulheres, como, às vezes, é colocado como reprodução do machismo no cotidiano dos movimentos, assim como acontece entre grupos como Facchini (2005) apontou.

Algumas pessoas às vezes criam no imaginário, como Melo (2013) mostrou a possibilidade de atuação nos movimentos, como uma ponte para arrumar uma oportunidade de emprego. No entanto, nas relações de conflitos e poder para alcançar possíveis articulações de empregos no governo ou nos movimentos, através dos projetos sociais, é necessário provar a atuação mais qualificada em torno das demandas das lésbicas. No entanto, as mulheres que chegaram a cargos nos governos, são mulheres que estão organizadas em partidos políticos ou que têm representatividade nos espaços de articulação dos grupos e redes, tendo a diferença, pois quem não se organiza nos partidos políticos não tem base política de sustentação, por exemplo, para indicação e a manutenção do nome para cargos. Isso acontece porque há pessoas dos partidos disponíveis e teoricamente o nome da participante não rende articulação política para os partidos, fazendo com que permaneça nos cargos quem participa dos acordos partidários, mesmo que a participante tenha formação e competência para ocupar a vaga, mas

¹⁰⁷ Ativista negra do Rio de Janeiro, uma das idealizadoras do SENALE.

o que fala mais alto são as articulações partidárias e/ou apadrinhamentos/amadrinhamentos políticos.

Esse é um ponto que, por vezes, pode aparecer no cotidiano e criar conflitos por representatividade. No entanto, o retrato em Pernambuco é que a maioria das possibilidades de cargos que ocorre são ocupados por homens, como será mais aprofundado no próximo capítulo.

Outro ponto que deve ser considerado é como se fecham as identidades sexuais e políticas, só pode atuar nos movimentos as pessoas que se identificam como lésbicas ou mulheres bissexuais? As identidades ainda são tratadas como homogêneas, no sentido de quais são as pessoas que podem usar da representação dos movimentos? Geralmente são pessoas que estão agrupadas nos espaços A/B, novas forças políticas e grupos são postos ainda como concorrentes e de certa forma excluídos, pois precisam se adequar aos locais, forma de atuação e preceitos morais de atuação de grupos B/C.

Essa homogeneização perpassa também nas formas como se expressam os desejos e os comportamentos atuando ainda como ferramenta de controle dos corpos, quem se apresenta como lésbica tem que seguir essa orientação sexual ou política como um padrão, sem serem consideradas outras possibilidades, pois seria uma traição com a categoria. Esses comportamentos precisam ser homogêneos, não sendo possível usar a categoria de rasura (HALL, 1999), pois irão gerar apontamentos, ameaças, fofocas, mesmo entendendo que os desejos fazem parte das relações humanas e não de uma prisão de uma orientação sexual como tem sido pautada em alguns espaços, como já vimos. Esse fato é trazido também por Melo (2013):

Esse fato, segundo ela, deu bastante visibilidade à instituição fora do Estado. Contudo, suas declarações de “heterossexualidade”, naquela época, aos jornais (JC..., 1996, p.15), na tentativa de esclarecer sua orientação sexual e sua condição de mãe e esposa, geraram desconforto e críticas dos participantes do grupo. Ela própria admite que sofreu muito preconceito tanto dos homossexuais, que não a aceitavam como “representante”, quanto dos heterossexuais que a discriminavam por percebê-la como uma “mãe de família” fora de seu espaço original”. (MELO, 2013, p. 106)

A homogeneização gera segregações e desengajamento, tanto de um lado como de outro, como posto por Melo, a dualidade entre homossexuais e heterossexuais que implica que só quem pode fazer militância pelos movimentos LGBTs são pessoas que são consideradas LGBTs, acaba por reduzir o campo de atuação, logo às pessoas que querem contribuir e não são LGBTs, podem ser consideradas como tal, por fazer aderência a uma causa que diz de direitos humanos mais amplo e não apenas de uma identidade sexual ou política.

Esses discursos vão se construindo, chegando a ser colocados como preceitos morais, que são reproduzidos e têm que ser seguidos, tudo que foge das narrativas homogeneizadas são consideradas ruins e não aceitas de imediato.

As homogeneidades construídas de quem pode participar, atuar, representar, tem contribuído para o desengajamento, adoecimento de algumas mulheres que sofrem violências nos espaços, mas querem preservá-los, por considerá-los importantes para outras mulheres que não estão na atuação, mas que são beneficiadas pelas ações e políticas implementadas, restando o afastamento e o silêncio. Por vezes, colocam as questões nos grupos para serem trabalhadas, mas isso gera mais conflitos. A morte simbólica é um processo que precisa ser visto, pois cria-se construções morais homogeneizadas que ditam o que é “certo” ou “errado”, a partir da perspectiva moral de um grupo.

Há um caso na tese de Zuleide Paiva da Silva (2016) que retrata bem o caso da morte simbólica e que o nome é o bem mais precioso da atuação nos movimentos, pois sair desses preceitos morais pode gerar o apagamento das militantes, sendo ele simbólico ou processos jurídicos, como a autora relata:

Em 2002, ampliando os limites e possibilidade do GLB, [...] assinou convênio com o Ministério da Justiça, representado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), no valor de 35.700,00 (Trinta e cinco mil e setecentos reais) para realização do “Curso de capacitação para lideranças e instituições lésbicas: fortalecimento e visibilidade”, oferecido pelo GLB, no mesmo ano. Apesar do êxito do curso [...] teve problemas com a prestação de contas do projeto e logo sofreu as consequências: foi condenada por improbidade pelo Ministério Público Federal (MPF), e moralmente condenada pelo movimento LGBT. O GLB tornou-se alvo de críticas e de abandono. Depois de quase 10 anos de militância ininterrupta, [...] estava cansada e seu relacionamento com [...] desgastado. Em meio à crise, o casamento foi desfeito e para esta ruptura não houve redução de danos: tudo foi destruído. A estrela GLB perdeu o brilho, deixou de existir. Para [...], o GLB virou uma lembrança e uma “realidade doída”, pois a “pendenga” com o Ministério Público ainda não foi totalmente resolvida. (SILVA, 2016, p. 249)

Os movimentos têm prezado a representatividade construída através de alguns nomes, que podem representá-los, só que essas relações são perigosas, pois lidam com o pesar social dos preceitos morais construídos pelos grupos, logo, um nome pode ser posto como representação dos movimentos, ser respeitado, mas seus comportamentos são analisados pelos grupos, de forma que a representação pode passar de importante para não importante, como o caso citado por Silva (2016), que menciona que o GLB virou uma lembrança, assim como a vida da representante do grupo e sua representação política, que foi exposta pela relação de financiamento, assim como amorosa. Então, as mortes simbólicas dizem dessas regulações das relações políticas, amorosas, financeiras, que são expressas pela linha tênue dos preceitos morais construídos pelos grupos, logo a representatividade é fluida.

Outra reflexão importante é entender que, para atuar nos movimentos sociais é preciso ter tempo, dinheiro e ferramentas técnicas de trabalho, gerando a discussão entre militância profissionalizada e militância pura, que surgiu no campo de Bonetti (2007), em que um dos interlocutores traz a tal diferenciação e cabe perfeitamente nesta análise.

Ele me explicou a diferença: os movimentos sociais são profissionalizados, como o SOS, ganham muito para militar; já o movimento popular é pela militância pura. Acho errado um educador ganhar 4.500 reais, como tem gente que ganha. É uma contradição (DC 25.10.04)! (BONETTI, 2007, p. 169-170).

A militância profissionalizada foi pautada pela autora por trabalhos realizados por uma ONG que tem um trabalho amplo no Estado/Nordeste, no entanto, estão nos movimentos sociais como “grã-mestras”, pela expertise política que também dita os direcionamentos do movimento feminista, segundo a autora, fazendo a distinção de que a militância profissionalizada partilha de estrutura de trabalho e de recursos para pensar a política e estar nos espaços.

Este exemplo é primordial para pensar sobre essa militância profissional que considero também como uma militância paga, que neste campo pode ser considerada como pessoas que estão trabalhando como profissionais nos partidos políticos ou para mandatos partidários, nos governos, pois articula as questões ideológicas, o trabalho militante, que acaba gerando mais trabalho, mas também tem o engajamento político para atuar de forma mais qualificada, com mais tempo para atuação na militância.

Essa distinção das militâncias paga e não paga, gera certo amadrinamento de outras mulheres, pois são essas representantes que vão mobilizar várias coisas para os movimentos estando elas nos governos, nos partidos, em trabalhos em ONG ou outras fontes de renda que possibilitem tempo e dinheiro para atuar nos movimentos lésbicos, logo, são conferidos poderes a essas mulheres, para a representação, a mobilização e as articulações necessárias das pautas e pessoas e quem tem o aval para ocupar certos espaços, assim como as ajudas geradas para que as militantes que não são pagas possam criar alternativas de sustentabilidade e de tempo para participar e atuar nos movimentos.

Depois de todas essas análises, entende-se que as ações individuais das militantes e dos movimentos com suas ações coletivas, perpassam por diversas fases de construção da identidade lésbica, o que tem fortalecido os movimentos lésbicos, no entanto, não estão isentas dos conflitos, das relações de poder, das reproduções do machismo e violência, nem tão pouco dos conflitos entre as identidades lésbicas e de mulheres bissexuais. Logo, este capítulo tentou mostrar que, em todos os espaços de atuação política e militância, existe todo

esse emaranhado interno que, às vezes, fortalece, às vezes não, e que é preciso atenção, pois o fato de estar em lugar de militância, como bem mencionado por Verônica Ferreira, “o movimento não nos salva”, então é preciso se reinventar o tempo inteiro e repensar as práticas de atuação.

No próximo capítulo apresentamos como a militância para fora é constituída, potencializando as relações com diversos parceiros/as que têm atuado junto aos movimentos de lésbicas.

6 MOVIMENTOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO: DELAS POR ELAS, SOBRE ELAS, ENTRE ELAS. MILITÂNCIA PARA FORA

Psssssiu!!
Silêncio! Psiu!
Ei, ei você aí, silêncio!!
Si...lên...ci...o!
Eu preciso que vocês degustem esse silêncio indigesto
E com o machado da poesia
Num ato de rebeldia
Eu quebrarei...
Esse silêncio que detesto
Silêncio que invisibilizou meus ancestrais
Silêncio que me exclui dos espaços de poder
Silêncio que você naturaliza
Finge que não vê
Silêncio que me deixa pra trás
[...]
Queimarei esse silêncio branco
Queimarei esse silêncio macho
Queimarei esse silêncio hétero
Queimarei esse silêncio cristão

Queimarei esse silêncio
Que, sem minha permissão
Abre minhas pernas e me fode todo dia
Queimarei esse silêncio
Com o fogo da poesia!
 Odailta Alves¹⁰⁸

Este capítulo dialoga sobre como os movimentos se organizaram a partir do que denomino de militância para fora, ou seja, como se estruturam as relações externas, as formas de representações e as articulações construídas, além dos diálogos com os governos, outros movimentos sociais, especialmente com o movimento feminista e às relações específicas com os homens gays, pela importante parceria na formação do movimento homossexual, no final da década de 1970 e também das parcerias com o movimento negro.

Para compreender o que seria a militância para fora, o capítulo apresenta como as articulações são realizadas com os diversos espaços políticos e refletem em torno das especificidades lésbicas na implementação das políticas públicas, diálogos com outros

¹⁰⁸ Trecho do poema *Silêncio indigesto* de Odailta Alves (1979), moradora de Recife, mulher negra, lésbica, mãe solo, escritora, atriz, mestra em Linguística, educadora que atua com Direitos Humanos.
https://www.recantodasletras.com.br/autor_textos.php?id=72793&categoria=&lista=lidos

movimentos sociais, partidos políticos, governos, espaços que reúnem esforços para implementação de políticas públicas, a atuação nos espaços de controle social, constituindo assim, a militância para fora.

Há de se convir que para fora a militância também é árdua, pois lida com estruturas institucionalizadas do governo, dos movimentos, das expressões culturais da sexualidade, o que potencializa mais violências, a exemplo, de violências institucionais, estupro corretivos, dinâmicas de sociabilidade baseadas na heterossexualidade obrigatória, entre outras opressões a que assistimos todos os dias na sociedade brasileira. No entanto, a militância para fora está pautada no enfrentamento das estruturas lesbofóbicas, ainda institucionalizadas, que trabalham a partir das normativas de gênero, raça, sexualidade e classe o que vamos dialogar inicialmente através dos olhares trazidos pelas militantes.

Vamos analisar como as relações de militância para fora contribui para a construção da identidade lésbica e suas memórias, com os olhares que elas têm elaborado sobre essas relações de parcerias com outros movimentos sociais, partidos políticos e governos, percorrendo como se deu a organização, os conflitos, as situações de igualdade e as hierarquias estabelecidas, a reprodução do machismo, a existência de alguns tipos de violências ocorridas entre as parcerias, participação das lésbicas negras nos movimentos lésbicos, implementação das políticas públicas específicas para as lésbicas, perfazendo o percurso político da militância para fora.

6.1 Articulação dos movimentos de lésbicas com os movimentos feministas

Este subtópico tem como propósito compreender como tem sido as relações de diálogos e parcerias políticas entre os movimentos de lésbicas e feministas, questões que há décadas têm trazido muitos conflitos, assim como palco de posicionamentos na prática política feminista, como na produção acadêmica. Para entender como tem se conduzido esses diálogos em Pernambuco veremos como as interlocutoras/pensadoras têm visto essas relações.

Para começar, quando se pergunta se as pautas lésbicas estão inclusas nos movimentos feministas, percebeu-se que: 9 (50%) das entrevistadas consideram que as pautas lésbicas estão inclusas parcialmente nas pautas feministas, 5 (27,8%) acreditam na totalidade da inclusão, enquanto 4 (22,2%) entendem que não estão incluídas de forma alguma. Daí, conclui-se que maior parte das entrevistadas acredita numa inclusão parcial das pautas.

Nas entrevistas semiestruturadas podemos entender o que elas têm a dizer sobre esses números, trazendo um pouco das suas vivências nos espaços de articulação feminista. A inclusão das pautas, mesmo que de forma parcial, passou por um processo de luta, com a presença de conflitos, buscando essa inserção como ferramenta para o reconhecimento da identidade lésbica, como identidade política. Assim como explicitado por Bárbara há a resistência em assumir não apenas o sujeito político, mas também a inserção dos diálogos sobre lesbianidades nos espaços de ações dos movimentos feministas.

Na minha leitura, quando as pautas eram mais vinculadas ao movimento feminista propriamente dito, das mulheres heterossexuais... “heterossexuais”, as mulheres lésbicas assumiam também essa pauta. Agora quando a pauta era pauta das mulheres lésbicas, existia um “peraí, vamos ver como é que a gente vai fazer isso...” (BÁRBARA).

A referência trazida por Bárbara é característica temporal do início dos anos 2000, e relata sua experiência como lésbica, iniciante na militância nos movimentos feministas. Esse fato nos leva a perceber o que antes já era citado por Monique Wittig, na década de 1970, na França, evidenciando que os conflitos presentes na articulação dos movimentos feministas em relação à lesbianidade, acontecem não apenas como fato isolado a nível local, e sim algo frequente nos espaços de alcance local, nacional e até mesmo internacional.

Os movimentos feministas são reconhecidos como espaços importantes que contribuíram para a formação política e impulsionou a criação de outros espaços de militância exclusivamente lésbica, sendo uma porta de passagem para a organização política de identidades políticas específicas, como das lésbicas e mulheres negras.

Com os dados das entrevistas constatou que a falta de espaço para as particularidades lésbicas nos movimentos feministas foi um tema abordado por muitas interlocutoras/pensadoras. A falta de protagonismo e a necessidade do debate sobre as especificações lésbicas tais como o enfrentamento à lesbofobia institucional, o reconhecimento da identidade lésbica e a liberdade sexual, dificultaram a permanência das sujeitas dentro dos movimentos feministas. Esse fato se justifica pela pregação do discurso de que o movimento agrega de forma geral todas as mulheres, independente de questões raciais, orientação sexual e escolaridade. Porém, segundo Bárbara, nos anos 2000 não foi possível estabelecer essa participação, e por esse motivo, algumas lésbicas consideraram necessário esse tipo de debate e procuraram a criação de espaços específicos.

A heteronormatividade é uma questão posta por Wittig (1970) como um problema epistemológico na produção do conhecimento, assim como as relações internas dos

movimentos feministas, por isso, a dissidência e construção do feminismo lésbico, problematizando a heteronormatividade compulsória.

Os movimentos lésbicos e/ou o feminismo lésbico questionam o patriarcalismo, especialmente, na relação das mulheres como propriedade dos homens, trazendo pautas feministas que pensem para além da relação heterossexual, repercutindo na organização política dos movimentos feministas e lésbicos, como Cassandra nos faz refletir:

[...] a auto-organização das lésbicas no interior do movimento feminista e especificamente da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, trazendo essa questão, essa pauta e essa experiência como uma questão necessária, né? Desafiando a questão da própria construção das pautas feministas e sua matriz heteronormativa, trazendo novamente o debate sobre sexualidade que tava muito tomado pelos direitos sexuais e reprodutivos a partir de pautas muito fixas e muito heteronormativas, né? Recolocando a questão num outro patamar. E também avançando na construção de políticas, de propostas, né? Todo o debate sobre a saúde veio muito forte por aí. Então eu conheço muito esse processo. A relação movimento lésbico e movimento feminista é uma relação muito constitutiva. De ambos os movimentos. Mas eu acho que o movimento lésbico sempre desafiou o movimento feminista por dentro ou por outras organizações ... a fazer uma crítica sobre a invisibilidade sobre essa questão, sobre a perspectiva heteronormativa e incorporar a dimensão da experiência lésbica na construção das suas pautas, enfim, das suas lutas. (CASSANDRA)

A experiência de constituição dos movimentos feministas sempre estiveram mais ligadas as pautas heterossexuais, mesmo pensando as discussões sobre os direitos sexuais, através da garantia de direito e acesso aos métodos contraceptivos e uma política de saúde que pensasse o planejamento familiar (CORREIA, 2006). Mesmo havendo o entendimento do reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos, ocorrido na Conferência de Viena, em 1992 (CORREIA, ALVES e JANNUZZI, 2006), ainda hoje há o foco é para as mulheres heterossexuais, no que tange a reprodução. Evidente que as relações macro da luta feminista enfrentaram desafio de Estados heteronormatizados, que para a mudança e inclusão de pautas emergentes, se tornou ainda mais difícil, por exemplo, em propor ações que diferem do que é posto como norma, como os direitos sexuais para as lésbicas.

Mesmo compreendendo as questões macro, no entanto, nas ações pontuais e de bandeira política ainda há resistência para inclusão das especificidades lésbicas, em face da questão cultural da heteronormatividade e a dificuldade de entender práticas sexuais para além da heterossexual. Apesar disso, tem havido maior discussão e com isso conquistado alguns avanços, como a discussão das lesbianidades nos espaços feministas, promovida por diversos grupos e redes, que nos últimos anos vem inserindo algumas pautas lésbicas como bandeira de luta.

Nas produções teóricas que se constituíram desde a década de 1970, com destaque para Monique Wittig, importante autora que contribui para o *start* do feminismo lésbico, mesmo não sendo aceita na revista francesa *Questions Feministes*, ocasionando à separação e consequentemente a criação da revista *Nouvelles Questions Feministes*. A dissidência aconteceu pela rejeição da crítica em torno da heterossexualidade obrigatória, colocada como prioridade por parte de algumas feministas (GROSSI, 2018) que queriam discutir as pautas, como bandeira de luta, de vida e epistêmica.

No entanto, importante perceber que a fala de Cassandra toca em um ponto muito importante, que é problematização proporcionada pelos movimentos lésbicos no interior dos movimentos feministas, questionando a heterossexualidade obrigatória, e consequentemente, impulsionando os movimentos a refletirem sobre as práticas, prioridades políticas, e, sobretudo, o entendimento de que as expressões da sexualidade são formas de opressões para as mulheres em suas múltiplas identidades, não apenas para as lésbicas, como algumas acreditam.

Cassandra também relata que os movimentos feministas se constituíram a partir da matriz heteronormativa, onde as pautas lésbicas não eram priorizadas e postas como bandeiras de luta feminista e/ou como pauta prioritária. Bárbara também menciona a resistência de aceitação da expressão lésbica nos espaços feministas:

Debates aqui sobre a relação entre feminismo e lesbianidade, né? De novo trouxe esse questionamento sobre... Inclusive como a época da normatividade tava estruturando as pautas do próprio movimento. E foi um momento muito importante tanto no ponto de vista de pauta política, como de debate, de visibilidade da questão como de possibilidade das lésbicas do Fórum expressar também seu afeto, né? [...] Eu mesma me construí, me afirmei nesse processo muito assim a partir das coisas da construção do DIVAS e foram feitas coisas muito interessantes, né? Então eu acho que o Divas ficou muito forte, muito atuante desde 2004, 2005 até 2007, né? A gente teve um momento forte também que foi a organização do SENALE aqui em Recife que foi um momento de bum da questão. Tudo isso num contexto também de muita construção das políticas públicas, né? Também teve a Conferência LGBT, era um contexto também político muito favorável, né? Porque tinha toda uma construção, uma expressão forte. Então eu lembro desse momento do SENALE aqui em Recife que foi uma construção em que o Fórum teve muito engajado nessa construção, deu muito problema também, né? Acho que o SENALE foi muito conflitivo, né? (CASSANDRA).

Dessa forma, percebemos que os diálogos existentes dentro dos espaços feministas proporcionam momentos diversos, desde o *start* de se pensar enquanto sujeita política e poder demonstrar seus afetos, produzindo o reconhecimento do sujeito político lésbico dado através da atuação política nos espaços que levantavam a bandeira da lesbianidade. Como consequência, têm-se a influência para outras lésbicas se reconhecerem como tal e, principalmente, encorajá-las a assumir sua orientação sexual.

No entanto, essa construção teve maior visibilidade mais recentemente, através dos diálogos intensos da construção do VI SENALE, ocorrido em Recife, em 2006. Cassandra nos ajuda a entender o contexto através de sua leitura acerca dos conflitos decorridos da criação do evento, por se tratar do primeiro de maior magnitude e organizado na parceria entre movimentos lésbicos e feministas, destacando que os rumores provocados por tais conflitos reverberam até hoje. Mesmo com todas as dificuldades já citadas, o VI SENALE foi o primeiro evento a ter relatório produzido e publicado pela comissão organizadora, através da atuação de lésbicas e acadêmicas que participaram da comissão.

É importante atentar que também houve produção de relatório no I SENALE, porém o mesmo não foi disponibilizado nas plataformas *online* para ampla consulta¹⁰⁹. Por conseguinte, tornou-se frequente a publicação de relatórios nos eventos mais recentes, inclusive a edição de um livro no X SENALESBI, em 2018¹¹⁰.

Mesmo com as conquistas proporcionadas pelo VI SENALE e as parcerias realizadas, houve prejuízo ao contexto pernambucano, uma vez que não houve continuidade às ações em conjunto em razão dos diversos conflitos que se sucederam. Dentre eles, pode-se destacar a desorganização, acusações de diversas ordens, omissão de solidariedade e até mesmo a ocorrência de violências por parte de participantes e grupos da comissão organizadora.

Para se trabalhar a lesbofobia dentro das vertentes dos movimentos feministas nacional, existe sempre o enfrentamento tenso para inserção das pautas. Conforme Cassandra nos relata:

[...] em 2009 a gente teve uma discussão forte numa plenária de uma rede nacional, que na época ainda era comitê político, sobre a criação de uma frente contra a lesbofobia. Foi um debate bem tenso, mas no final a gente aprovou a criação de uma frente pra fazer essa luta como a luta de uma maneira mais sistemática e acho que também a criação da frente é uma forma de expressar a nossa perspectiva contra lesbofobia, contra o patriarcado de uma maneira mais forte. A nível local tinha muitas lésbicas no Fórum, mas não existia uma expressão lésbica, né? Forte, organizada além desses dois grupos. (CASSANDRA).

Dessa forma, todo o processo de inclusão das pautas e frentes políticas passa pelo tensionamento de evidenciar a luta da lesbianidade como bandeira prioritária, conforme mencionado por Cassandra. Isso acontece mesmo havendo a compreensão, aparentemente mútua, de que é importante o desenvolvimento de pautas ligadas às lesbianidades. É o caso, por exemplo, da organização do SENALE. Nela, é possível identificar aspectos de ausência

¹⁰⁹ Disponível nos anexos dessa dissertação. Material cedido gentilmente por Neusa das Dores, uma das idealizadoras do Seminário Nacional de Lésbicas - SENALE.

¹¹⁰ O livro pode ser acessado pelo site: <http://metanoiaeditora.com/publicacoes/detalhes/publicacao-143>

ou falta de prioridade para as pautas lésbicas, o que influenciou a construção dos feminismos lésbicos (WITTIG, 1970; RICH, 1980; FALQUET, 2012).

Jules Falquet (2012) tratando das contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política, menciona o esquecimento das pautas lésbicas, e assim sendo necessária uma agenda de atendimento específico, além das insuficiências das discussões sobre lesbianidades como bandeira de luta, o que contribuiu para a autonomização e auto-organização. Esse aspecto também está presente no campo de Pernambuco e outras localidades.

Nos Estados Unidos, os movimentos pelos direitos civis, a libertação negra, a independência de Porto Rico ou os direitos indígenas, as lutas revolucionárias e de descolonização, a oposição à guerra do Vietnã, os movimentos feminista e homossexual, enfim, constituem “escolas” políticas para toda uma geração de militantes. Entretanto, por diversas razões, estes movimentos deixam numerosas mulheres e lésbicas insatisfeitas. É precisamente a crítica das insuficiências, das contradições e dos esquecimentos destes movimentos que as leva a tomar uma posição de autonomia organizacional e, sobretudo teórica. (FALQUET, 2012, p. 15).

A partir da constituição dos movimentos lésbicos, percebeu-se a amplitude das contribuições trazidas para o campo político. É o que analisa Falquet (2012):

Assim o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. As inúmeras críticas formuladas sobre o assunto pelas lésbicas, dentre as quais a maior parte também foi articulada pelo movimento feminista, são um espelho estendido aos diferentes movimentos e militantes que poderia lhes permitir dar realmente a seus projetos toda a amplitude política que eles ostentam. (FALQUET, 2012, p. 15)

É importante entender as contribuições dos movimentos lésbicos para outros movimentos, pensando especialmente na crítica a heteronormatividade, mesmo que se trate de um processo lento e possíveis resistências. O campo nos possibilitou perceber que os movimentos feministas têm pensado em ações em torno das lesbianidades mais recentemente. É o caso, por exemplo, da organização do dia 08 de março, dia internacional da mulher, que desde 2018 organiza a ala das mulheres lésbicas e bissexuais no evento, construindo momentos de autorreflexões internas sobre a temática, além da menção ao dia nacional da visibilidade lésbica através das redes sociais, o que tem potencializado as parcerias entre os movimentos.

A leitura de Bárbara nos faz refletir sobre as confusões identitárias entre lésbicas e feministas. Fry e Macrae (1991, p. 101), mencionam “As lésbicas: uma pedra no sapato das

bichas e das feministas”. As feministas, antes denominadas de “sapatão” por questionarem as normas do patriarcalismo, algumas sentiam medo dessa confusão, o que contribuiu para dificultar a inclusão das pautas lésbicas em suas lutas. É o que Bárbara, em suas contribuições, nos ajuda a pensar:

Na minha leitura, quando as pautas eram mais vinculadas ao movimento feminista propriamente dito, das mulheres heterossexuais, as mulheres lésbicas assumiam também essa pauta. Agora quando a pauta era pauta das mulheres lésbicas, existia um “peraí, vamos ver como é que a gente vai fazer isso...” Pra mim sugeria que se o movimento de mulheres lésbicas tivesse uma expressão pública e essa expressão pública fosse acentuada, marcante as mulheres feministas tinham uma preocupação de que o movimento feminista fosse confundido com mulheres lésbicas, com o ativismo das mulheres lésbicas. Então era uma coisa meio, que tinha uma rédea. Assim, não, mas claro que era uma coisa muito diplomática. Era uma resistência, havia uma resistência. E também uma preocupação de que essas mulheres lésbicas, de certa forma, se agrupassem, se fortalecessem, tocassem a sua pauta e essa pauta tivesse mais visibilidade, mais expressão, por exemplo, que a pauta do aborto, da violência contra a mulher, né? E um pouco as pessoas confundissem movimento feminista com lesbianidade. Isso é uma coisa pra mim muito clara. A nossa identidade sexual diluía-se na identidade feminista. (BÁRBARA).

Acerca das discussões sobre normatizações, Butler (2006) analisa que o movimento feminista cria padronização identitária a partir do momento em que coloca a mulher como sujeita do feminismo. Mas quais mulheres? As que fogem à regra da heterossexualidade durante muitas décadas não estiveram inclusas como sujeitas políticas, nem suas pautas. Bárbara ainda nos traz um pouco dos conflitos nos movimentos feministas.

Eu me lembro de um fato que é muito marcante pra mim, que na semana de visibilidade lésbica eu sugeri ao fórum, que nós fizéssemos uma homenagem a Jô, porque Jô era uma pessoa importante! Foi Jô que desbravou o movimento lésbico, que estartou o movimento lésbico em Pernambuco. Então eu sugeri que nós fizéssemos uma homenagem na Assembleia Legislativa, em articulação com a deputada Teresa Leitão, se eu não me engano na época. E aí ficou aquela: “não, mas veja, mas olhe só, vamos amadurecer, vamos pensar...” como eu entendi que não ia rolar, eu mesmo comecei a fazer, via outra instituição, essa movimentação pra fazer essa homenagem a Jô. E pra minha surpresa, uma pessoa, que por questões éticas não vou falar o nome, ligou para o local que eu trabalhava para dizer: “olha, como é isso? “Cassandra” vai fazer por ela, uma homenagem a Jô...” e aí, dando uma interpretação de que eu tava sendo autoritária ao fazer isso, tá entendendo? Mas na realidade elas não queriam que essa pauta lésbica fosse uma pauta marcante, que disputasse ali os campos políticos dentro do movimento feminista e confundisse a sociedade, porque elas não queriam confundir de jeito nenhum mulher lésbica com mulher feminista. Então eu acho que isso era uma coisa muito marcante. (BÁRBARA).

Nos espaços de articulações feministas também existe muito da questão do quem pode falar e pode ser ouvida, quem é reconhecida, e quem propõe ações. Isso depende muito do lugar que ocupa, sua posição social, sua formação, raça/cor, o que se consegue mobilizar, a atuação em partidos políticos, instituição a qual você é filiada ou que você representa, sua

orientação sexual, as representações de poder, quais os grupos propõem ações e são possíveis de serem executadas, como melhor aprofundado no próximo capítulo. Bonetti (2007) pondera bem essas questões quando analisa os movimentos feministas em Pernambuco.

No movimento feminista, há também a necessidade de não se confundir uma feminista com uma lésbica, como mencionado por uma das entrevistadas. Na ocasião da caminhada lésbica, havia poucas feministas heterossexuais, porque era preciso separar tais identidades e algumas que estavam puseram máscaras. Desde a década de 1980 que esse debate aparece como Peter Fry e Edward MacRae (1991, p. 102) mencionam:

A opção sexual das lésbicas não deixava de causar estranheza e até repulsa às feministas heterossexuais. [...] O fato é que já há muito tempo aqueles que se opõem a emancipação feminina tem usado como uma de suas primeiras formas de ataque a acusação de que mulheres empenhadas a se impor socialmente seriam lésbicas. (FRY e MACRAE, 1991, p. 102).

O discurso de mulheres que fogem ao padrão construído pelo patriarcado serem denominadas como lésbicas ou “sapatão” é posto como forma de “menosprezar” quem não está cumprindo o papel social que a heteronormatividade impõe. Ser lésbica parece se tornar de menor valor, o que resulta na reprodução de hierarquizações das identidades sexuais.

Essas relações geram hierarquias internas, no entanto, o possível reconhecimento das lésbicas como interlocutoras nos movimentos feministas necessita de certos atributos, como mencionado por Bárbara, que tinha que ser acadêmica e ter ótimo trânsito entre as feministas não lésbicas, por isso foi denominada como interlocutora, porta voz das lésbicas, gerando distinção entre as lésbicas presentes. Esse caso aconteceu dentro de um espaço político feminista:

Elas começaram a receber as mulheres lésbicas, e especialmente uma mulher lésbica, que... como é que eu posso dizer? Que... elas conseguiam fazer essa relação de “vão devagar, deixa disso...” elas conseguiam dialogar legal com essa mulher lésbica. Aí elas começaram a dar espaço a essa mulher lésbica pra que fosse interlocutora das lésbicas dentro do movimento feminista, que era um ponto de outro conflito, que a gente não aceitava, entendeu? Porque isso não tinha sido uma coisa que nós decidimos. “oh, tem um interlocutora...” não! Todas nós queríamos falar e queríamos dizer, e queríamos demarcar nossa posição e a gente não queria uma interlocutora que ficasse ali fazendo a mediação de conflito, ou a mediação das coisas. A gente queria tá lá fazendo a disputa. E aí, como essa relação com o Fórum era muito complicada, e a gente não conseguia avançar muito nas pautas das mulheres lésbicas dentro do Fórum. (BÁRBARA).

Yasmin também fala da dificuldade de estar nos movimentos feministas, denominando como um lugar difícil:

Esse lugar era um lugar difícil, claro e aí eu acho que a gente teve grandes e importantes contribuições de mulheres aqui a exemplo de Mary, porque o DIVAS, ele era uma organização pensante, acadêmica, né? (YASMIN).

Como Yasmin e Bárbara mencionam, o fórum era um espaço de muitos conflitos, de hierarquização nas relações internas não apenas entre as lésbicas e heterossexuais, mas como Bonetti (2007) mencionou as desigualdades entre as mulheres por questões de reconhecimento e poder. No entanto, o espaço também se torna um processo de aprendizados e influências que serviram para que os movimentos lésbicos ou lésbicos feministas, através das suas práticas políticas e do pensamento lésbico feminista, se auto organizassem, assim como influenciassem os movimentos feministas para refletir para além da heteronormatividade, como Jules Falquet (2012) pondera.

As inclusões das pautas e bandeira de luta das lesbianidades a nível local têm sido construídas a passos lentos, parece que voltando ao período incubadora¹¹¹, na luta pelo reconhecimento político da identidade lésbica nos movimentos feministas, questões que não estão isentas dos conflitos e da disputa por representatividade das identidades e pautas políticas.

Nas construções identitárias que tem se delineado nos movimentos feministas, há a perspectiva das construções das liberdades individuais, em alguns casos, fugindo dos “nós” da heteronormatividade, trabalhando o corpo livre, sem pensar nas normatizações de orientação sexual, o que tem a influência da teoria *queer*, onde as identidades são mais fluídas.

Em Pernambuco, algumas práticas feministas mais para fora do “padrão heterossexual”, tem se dado através da expressão do amor livre, campanha criada pelo Instituto PAPAI, que muitas pessoas tem aderido, e através de algumas das ações políticas da Marcha das Vadias, com suas expressões políticas e culturais. Outros movimentos com expressões lésbicas surgiram como o Coletivo Ocupe Sapatão, Ou vai ou Racha – Bloco Rachístico Carnavalesco, grupos que tem construídos a partir do ativismo e ações políticas, questões que podem ser observadas no trabalho de Anahi Bezerra de Carvalho¹¹² (2017).

Então, é através desses diálogos que podemos elucidar a existência de movimentos feministas com diversas roupagens em Pernambuco. No entanto, os que têm maior protagonismo, ainda versam com modelos de fazer política baseados na heteronormatividade. Os movimentos feministas têm conseguido interagir com outros movimentos sociais e realizar o controle social através de intervenções junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário, com o intuito de que suas ações sejam reconhecidas e tenham capacidade de influência

¹¹¹ Dialogado no capítulo III.

¹¹² <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/30460>

necessária para uma sociedade justa e igualitária para as mulheres. Porém, no contexto das lesbianidades, há muito o que avançar, igualmente a interlocução com o movimento gay, a seguir.

6.2 Interlocução dos movimentos de lésbicas com o movimento gay

A relação entre as lésbicas e os gays vem de um contexto de forte parceria histórica para a construção e reconhecimento da identidade e ações coletivas do movimento homossexual, assim denominado na década de 1970. Essas parcerias políticas estão inseridas no contexto pernambucano desde o final da década de 1970, o que demarca o início das lutas contra as opressões em torno da homossexualidade. No período incubadora (1979-1990) trabalhavam juntos/as, as lésbicas e os homens gays, por meio de parceria política. No entanto, é importante perceber como foram construídos tais processos, assim como os limites nessas relações, analisando especialmente, as relações de gênero.

Para compreender como as lésbicas refletem sobre tais relações, formulou-se a pergunta: como você entende as relações das identidades nos movimentos LGBTs? 12 (66,7%) responderam que uma identidade se sobressai às outras, 3 (16,7%) acreditam que os movimentos LGBTs incluem todas as identidades de forma igualitária, e no mesmo percentual que trata-se de um movimento tendencioso.

Nesse sentido, levando em conta que maioria das interlocutoras/pensadoras consideram uma identidade favorecida em relação às outras, entende-se que existem desigualdades nas relações identitárias, especialmente ao que concerne as relações entre lésbicas e gays, visto que são essas/es sujeitas/os políticas/os que se reuniram para o fortalecimento dos movimentos em Pernambuco.

Essas parcerias foram potencializadas com as festas da metamorfose, que acontecem desde o final de década de 1970, fortalecidas na década de 1980 com a formação do grupo o AMHOR, contando com a participação de mulheres e homens. Nesse período as relações se davam com mais cooperação e menos conflitos, pois o intuito era o reconhecimento da identidade homossexual, sem a “*sopa de letrinhas*”.

Entretanto, no período de institucionalização (1991-2000), até o período de articulação local e nacional em rede (2001-2010), os grupos agiam mais integrados, no sentido de ter um diálogo mais próximo com as especificidades das homossexualidades de forma geral, na tentativa de construir o reconhecimento da identidade homossexual e do respeito para a expressão da sexualidade. Assim, foram traçados caminhos de atuação nos movimentos

feministas e nos movimentos LGBTs. Nas tentativas das lésbicas de se sentirem incluídas também nos movimentos feministas, o que não ficou a contento durante a década de 1990, resolveu-se potencializar a militância em espaços mais amplos que agregassem suas pautas, com a criação em 2004 do Fórum LGBT de Pernambuco, como Bárbara nos relata:

A gente criou o Fórum LGBT de Pernambuco. Porque aí dentro do Fórum a gente conseguia essa institucionalidade, essa capacidade de colocar nossas pautas, de fazer a nossa ação política, o nosso ativismo político sem necessariamente ser uma coisa filtrada pelo movimento feminista, certo? A gente se reuniu e colocou o Fórum LGBT para funcionar. Eu acho que foi um momento muito importante, que deve ser registrado, que deve ser reconhecido. A gente colocou a parada da diversidade nas ruas, a gente fez diálogo com a Assembleia Legislativa, com Câmara de Vereadores, a gente fez diálogo com o próprio movimento feminista. Diferentemente do que a gente achava que a gente ia poder tocar com tranquilidade a pauta da lesbianidade dentro do Fórum, a gente enfrentou a resistência dos homens *gays*, que queriam ter o controle e dominar o Fórum LGBT de Pernambuco. E aí foi outro embate com os homens *gays*, inclusive eles queriam hegemonizar a discussão do sujeito, diluir por toda a pauta da homossexualidade masculina. Então, na verdade eles queriam que nós, mulheres lésbicas, espelhássemos a luta dos homens *gays*. E nós tínhamos as nossas próprias questões específicas, que não era necessariamente o espelhamento da causa *gay*. A gente queria levar a nossa causa para dentro dessa luta LGBT no estado de Pernambuco, também enfrentamos muitas resistências dos homens *gays* dentro do fórum. [...] Na minha opinião, o Fórum, apesar dessas disputas, e essas disputas fazem parte mesmo do processo democrático, da construção coletiva. O Fórum LGBT de Pernambuco deu uma enorme contribuição para a afirmação da sujeita L, do sujeito LGBT de modo geral, pras conquistas de direito no estado de Pernambuco e no Brasil, com a sua atuação. (BÁRBARA)

As lésbicas que fundaram o FLGBT-PE consideravam que seria mais fácil construir pautas específicas para as lésbicas junto aos homens *gays*, já que ambas as causas tratavam de homossexualidade. Porém, alguns dos integrantes adotavam postura contrária às pautas específicas, direcionando a atuação para a homogeneização das discussões em torno do sentido mais amplo da homossexualidade.

Em relação à sobreposição de identidades existentes no movimento LGBT, a interlocutora/pensadora Maia menciona: “É que tem pessoas do próprio meio LGBT que gosta de confusão, [...] que querem fazer todo o movimento G, GG, e apagar o LBT”. Enquanto Dandara entende que “os maiores conflitos são entre *gays* e lésbicas, por não aceitarem certos comportamentos”.

A homogeneização da identidade como movimento homossexual vem do contexto caracterizado como movimento homossexual, desde a década de 1970, com a atuação dos grupos alocados em maioria no Sudeste, pela influência do movimento internacional (FACCHINI, 2005). No entanto, no contexto local, na década de 1990 as identidades LGBTs vão se constituindo com as especificidades de cada identidade política. Algumas

interlocutoras têm o olhar como Maia mencionou, onde algumas lideranças tentaram tornar o movimento único, na tentativa de apagar as demais.

Outra questão posta por Dandara, diz respeito aos comportamentos que de certa forma não são aceitos em alguns espaços, como a reprodução de alguns estereótipos, a exemplo da agressividade, característica colocadas socialmente como do machismo nas relações políticas.

Maia ainda traz outra ponderação sobre as relações entre lésbicas e gays:

Porque aquela briga de que “ah, as sapatão é isso.” Aí os gays: “Ah não, porque vocês querem ser mais do que a gente.” Várias vezes já teve discussão dentro do coletivo porque não teve a aceitação. Teve machismo dentro do movimento LGBT... o machismo tá muito presente aqui no movimento LGBT. Eles são muito lesbofóbicos com a gente, principalmente aqueles gays que acha que... Tem gay que passa a mão na mulher só porque é amiga, pensa que pode tá com intimidadezinha e a gente não gosta, eu particularmente não gosto disso. E os gays são muito machistas. Eu acho que tem um... gays especialmente que são mais machistas, às vezes, do que os homens heteros cis. (MAIA)

Há vários relatos que expõem as relações de lésbicas e gays na questão do acesso ao corpo das lésbicas, pois há comportamentos que são reproduzidos, por exemplo, os corpos das mulheres como propriedade dos homens, como citado por Maia que é o passar a mão, como se fosse permitido pelas relações nos movimentos ou de amizade, reproduzindo assim comportamentos machistas.

Em campo, tive oportunidade de vivenciar uma situação de um casal de lésbicas, que estavam no carnaval com um amigo gay e de repente ele deu um beijo de língua na boca de uma delas e foi aceito pelo grau de amizade e relação de trabalho, será que se fosse com o namorado dele seria aceito? Já houve outras situações que o passar a mão gerou discussões e afirmação das militantes que não aceitavam esse tipo de comportamento.

Outra questão que ocorre é quando as paródias de gênero transcendem o considerado convencional, por exemplo, as lésbicas mais masculinizadas querem ser o “homem”, e o homem mais feminilizado ser a “mulher” e essas relações causam reproduções fortes de inclusão ou exclusão, potencializando as desigualdades pelo que é considerado masculino e feminino.

MacRae *apud* Facchini (2003, p. 90) tem percepções parecidas quando analisou o SOMOS-SP: “na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada”.

Tanto no Estado, como nos movimentos em outros locais, estão evidenciadas as disparidades de gênero e suas paródias reproduzidas, causando desigualdades, onde os corpos lésbicos e feminilizados deveriam estar à “disposição” do dito masculino. Tais desigualdades

apontadas aparecem nas relações para fora e para dentro dos movimentos, favorecendo a sobreposição na identidade de gays sobre das lésbicas, onde pelas desigualdades de gênero construídas socialmente, os homens podem tudo, inclusive tendem a serem “os representantes” e as mulheres precisam aceitar e assumir as questões mais internas.

Em Pernambuco, observa-se que os cargos em redes nacionais, presidências dos conselhos LGBTs, a preponderância de assumir esses lugares são destinados aos homens, assim constituindo relações conflituosas que sempre aparecem na organização dos movimentos, não apenas nos LGBTs.

A militância lésbica tem construído um teor crítico, no sentido de não aceitar certas desigualdades impostas, o que, por vezes, denota alguns silenciamentos, por exemplo, em não ocupar certos lugares institucionalizados, como cargos comissionados, pois é preciso responder a organização partidária e ser conveniente com suas diretrizes políticas, como mencionado por várias mulheres no campo pesquisado, como forma de controle.

Quando as mulheres assumem alguns locais na estrutura do governo, por exemplo, raramente são em cargos de gestão, a única que conseguiu assumir este local foi Rivânia Rodrigues da Silva, na Gerência da Livre Orientação Sexual da Prefeitura da Cidade do Recife, nos anos 2009-2012 e, durante a escrita deste trabalho, Poliny Aguiar assumiu na Coordenadoria LGBT do Governo de Pernambuco. Rivânia é vinculada ao PT e Poliny ao PSB. Todos os demais cargos de gestão da política LGBT no Estado foram ou estão sendo geridos por homens.

Patricia Lessa (2007), quando trata das relações entre gays e lésbicas, nos traz a narrativa de diversas autoras que trabalharam a temática, uma delas é Maria-Jo Bonnet (2003), fazendo a seguinte análise:

O movimento gay, para a autora, está mais preocupado em reivindicar a igualdade entre homossexuais e heterossexuais que entre homens e mulheres, pois as mulheres não são tomadas como interlocutoras nas referências de igualdade. A preocupação está centrada na manutenção da ordem, simbolizada pela Cidade dos homens, na qual as mulheres precisam fazer-se homens para ingressarem, quando não se submetem a eles. (LESSA, 2007, p. 69)

Essas relações embasam os movimentos LGBT de Pernambuco, no que tange as relações entre lésbicas e gays que, durante o período incubadora (1979-1990), se fortaleceram e construíram o reconhecimento dos movimentos, enquanto identidade política, no entanto, não deixando de existir conflitos marcantes nas relações de gênero e sobreposição da identidade política dos gays para com as lésbicas.

Por isso, em Pernambuco, a partir 2009 com a fundação do COMLES, a militância lésbica construiu seu espaço de maior articulação política, para trabalhar as especificidades de lésbicas e entre lésbicas, mas não deixando de atuar nas redes mistas. Essa foi uma saída política para a construção de seus lugares de fala (RIBEIRO, 2017) e reivindicar suas pautas específicas e o protagonismo da identidade lésbica. Evidente que essas relações também são permeadas por conflitos. Relações com outros movimentos também foram se constituindo ao longo dos anos para pensar a interseccionalidade de gênero, classe, sexualidade e raça o que veremos adiante.

6.3 Articulação dos movimentos de lésbicas com os movimentos negros

Para entender como se dão as relações de parceria entre os movimentos lésbicos e negros foi perguntado as interlocutoras/pensadoras: Existe articulação com os movimentos negros? Das respostas obtidas 8 (44,4%) responderam que sim, 7 (38,9%) dizem que não e em partes 3 (16,7%).

Os movimentos lésbicos em Pernambuco têm o protagonismo das mulheres negras, visto que 9 (50%) se consideram pretas e 4 (22,2%) pardas, o que nos leva ao total de 13 (72,2%), uma vez que para o IBGE, as pardas estão incluídas na opção de cor/raça de lésbicas negras. Apesar da preponderância na presença de lideranças lésbicas negras, parece-me que as bandeiras de luta mais trabalhadas nos movimentos são a sexualidade e as relações de gênero, ficando as demais em processo de construção, reconhecimento e priorização nas pautas políticas, como as relacionadas à classe, geração e questões raciais.

O não reconhecimento da luta contra o racismo, talvez tenha ligação com o tornar-se negra, como Lélia Gonzalez (1988) afirmou: “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista.” Assumir-se negra, passa pelo processo de autoaceitação e a negação de sociabilidades do embraquecimento, que coloca as mulheres negras a negar sua identidade.

O reconhecimento do protagonismo de lésbicas negras na construção dos movimentos lésbicos ainda está se desenhando, o que Patrícia Hill Collins (2016) fala a respeito das lésbicas para os movimentos feministas, como uma “forasteira de dentro”, pode ser aplicado à relação entre as pautas raciais e os movimentos lésbicos.

Os movimentos negros e lésbicos em Pernambuco ainda não tinham organizado nenhum tipo de campanha pública, quebrando o silêncio no mês da consciência negra de

2018, o CANDACES fez uma campanha em alusão às questões raciais, no dia 25 de julho – Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha.

No mesmo ano o Movimento Negro Unificado – MNU abriu espaço na Terça Negra¹¹³ para que lideranças dos movimentos lésbicos apresentassem a terça em especial à visibilidade lésbica, com organização de uma roda de conversa sobre a temática, protagonizada pelo MNU e o AMHOR, conforme alusão dos materiais de comunicação abaixo:

Figura 39 - Cartaz em alusão ao 25 de julho - CANDACES, 2018. Figura 38 Convite MNU visibilidade lésbica. 2018.



Fonte: Acervo CANDACES¹¹⁴.



Fonte: Acervo Movimento Negro Unificado.

Jules Falquet (2012) faz menção a conceito de imbricação, trazendo como referência o *Combahee River Collective* que elege como inseparáveis as opressões nas lutas contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a heterossexualidade, através do manifesto lançado pelo Coletivo, em 1974, fazendo crítica ao movimento feminista e lésbico. A crítica pode ser considerada atual, pois as opressões ainda são trabalhadas segmentadas, mesmo com o protagonismo de lésbicas negras, sendo que em 2018 alguns grupos começaram a pautar a questão do racismo com banheira de luta.

No caso da questão racial nos movimentos lésbicos pernambucanos, parece-me que o reconhecimento político do protagonismo das mulheres negras ainda é incipiente, no sentido de se verem enquanto mulheres negras e lésbicas e atuarem politicamente em relação a essas opressões, tornando-as *outsiders within* (excluídas em seu próprio mundo) em relação às questões raciais.

Djamila Ribeiro (2018, p. 14) nos alerta:

¹¹³ Projeto do Movimento Negro Unificado articulado junto à Prefeitura da Cidade do Recife, onde realizam em algumas terças-feiras do mês, ações que potencializam as discussões sobre negritude, racismo, com apresentação de bandas da cultura pernambucana.

¹¹⁴ Na exposição do cartaz estão Ângela Martins, Heliana Hemetério, Rivânia Rodrigues e Karol Chaves integrantes da rede.

Não dá para lutar contra o que não se pode dar nome. Como no Brasil todos os documentos relacionados à escravidão foram queimados, não temos como saber de onde viemos se da Nigéria ou de Guiné-Bissau. E, quando não se sabe de onde vem, é mais fácil ir para onde a máscara diz que é seu lugar. Conhecer minha história, a história dos meus antepassados, me possibilitou romper com a história única e identificar tudo aquilo de negativo que havia sido dito sobre pessoas como eu. (RIBEIRO, 2018, p. 14)

Na conjuntura brasileira o tornar-se negra ainda é um processo de reconhecimento e aceitação. Quando perguntei como as entrevistadas viam a participação das lésbicas negras no contexto dos movimentos de lésbicas, algumas delas mencionaram a mulher negra sendo a “outra”, conforme Pérola analisa:

Eu vi que o movimento de mulheres negras é um movimento muito qualificado, de muita energia, muito forte e muito politizado. A gente consegue dialogar mais com elas. Apesar de nós sermos sempre todas negras, né? Mas na questão do empoderamento delas é diferente, elas produzem muito audiovisual, muitas coisa boa, muita mesmo. (PÉROLA)

Pérola reconhece que a organização dos movimentos de mulheres negras tem contribuído com produções importantes, só que as pautas elencadas é algo de fora dos movimentos lésbicos, em sua maioria. Já Bárbara reconhece que os movimentos de lésbicas estão em processo crescente na participação de mulheres negras e expõe a necessidade de trazer as pautas raciais, especialmente contra o racismo para os movimentos lésbicos.

Eu acho que é uma presença crescente as mulheres negras no movimento de lésbica, mas eu acho que as mulheres negras, eu que me considero uma mulher negra, precisamos avançar mais, precisamos marcar mais presença nas pautas das mulheres negras dentro do movimento lésbico. A causa das mulheres negras, por conta, eu acho, do nosso histórico de opressão, sempre foram secundarizadas dentro dos movimentos de um modo geral por conta desse nosso histórico de repressão, de demora de nos descobrirmos como mulheres negras e com pautas específicas, e aí a gente precisa trazer essa pauta. Eu acho que, por exemplo, as mulheres negras enfrentam menos resistência em trazer suas pautas para o movimento feminista do que as mulheres lésbicas sofreram. Agora eu acho que nós mulheres negras precisamos nos empoderar mais pra trazer nossa pauta com mais força. (BÁRBARA)

Já Yasmin analisa que “uma pauta não caminha sem a outra” no caso das lesbianidades e questões raciais.

Mas hoje a gente entende que é preciso o movimento de lésbicas e mulheres bissexuais está no movimento de mulheres negras e vice-versa, isso tem que acontecer uma pauta não caminha sem outra, eu sou lésbica, eu sou lésbica negra, então essa pauta precisa tá lá também e essa pauta da negritude também precisa tá aqui, eu não posso fazer com que o movimento volte a ser o movimento que era antes, o movimento de lésbica e mulheres bissexuais no Brasil era o movimento de mulheres brancas, de mulheres acadêmicas, de mulheres que não discutiam a periferia e ser periférica é ser mulher negra, porque a gente teve poucas oportunidades, então a gente precisa estar nos dois movimentos. (YASMIN)

Ela nos aponta o conceito de periferia, o que pode ser considerado como análise mais ampla que as pautas das mulheres negras sempre foram colocadas sem ser bandeira principal de luta, nos movimentos feministas, lésbicos, lésbico feminista. Outro fato importante é que Yasmin se reconhece enquanto lésbica negra, mas não enxerga a possibilidade de pautar as lesbianidades e a questões raciais em um mesmo movimento, expondo a necessidade de atuação nos dois. Geralmente é este entendimento que se tem, começando a ser modificado nos últimos anos, o que tem causado muito cansaço nas militantes, por ter vários espaços de atuações políticas.

O reconhecimento político de pensar as opressões imbricadas está em construção, como Falquet (2012) pondera que “a capacidade de ver e de enunciar está imbricação é igualmente fruto de sua experiência coletiva de militância”. Logo essa militância tem sido pensada como um processo necessário de afirmação política imbricada, como Jules Falquet já sugeria:

No plano político, as contribuições de um grupo como o *Combahee* são igualmente consideráveis. Em primeiro lugar, suas militantes afirmam a inelutabilidade da luta simultânea em várias frentes. Em seguida, elas insistem na necessidade de que todos assumam a responsabilidade das diversas lutas. Combater o racismo, por exemplo, é responsabilidade das pessoas brancas como das outras, e incumbe tanto aos homens quanto às mulheres oporem-se às relações sociais de sexo patriarcais. Contudo, e aqui há um outro ponto central, elas sublinham que a organização dessas lutas deveria respeitar certas regras. O objetivo não é que cada grupo se feche e se isole em combates específicos. (FALQUET, 2012, p. 17)

A sugestão de Falquet de assumir diversas lutas ainda é um processo que tem se construído a passos lentos. Entretanto, os movimentos têm trabalhado com questões identitárias muito fechadas, até os movimentos feministas que teoricamente deveria assumir pautas de todas as mulheres, ainda tem focado em bandeiras prioritárias de acordo com os contextos políticos e de quem está na militância e suas experiências, assim como os movimentos lésbicos pautam muito mais as opressões das sexualidades.

Jules Falquet dialoga com Smith (1983) sobre o conceito de separatismo, que durante muito tempo os movimentos lésbicos foram acusados, assim como o movimento de mulheres/feministas negras, por pensarem em suas pautas específicas e serem parceiras de outras. Mas Smith (1983) menciona: “O pior problema do separatismo não é quem nós definimos como “inimigo”, mas o fato de ele nos isolar uma das outras”.

Quando pensamos em quem está nos movimentos, vemos que há um separativismo, inclusive das pautas, pois para levantar as bandeiras de luta é preciso ser protagonistas, assim que se incluem as pautas como prioridades.

Em Pernambuco se construíram movimentos autônomos para trabalhar de forma mais aprofundada as relações raciais. Surgiram vários espaços como a Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Fórum de Juventude Negra de Pernambuco, Rede de Mulheres de Terreiro, como espaços políticos com a bandeira prioritária contra o racismo. No entanto, é preciso pensar como esses movimentos dialogam e criam uma frente política mais fortalecida, com ações conjuntas que visibilizem pautas políticas imbricadas para dar mais forças aos movimentos lésbicos e negros.

A maioria das ações dos movimentos lésbicos e de mulheres negras tem sido trabalhada majoritariamente nos últimos anos separadamente, sendo eleitas por cada movimento as suas bandeiras de luta prioritária. De 2018 em diante, tem começado a surgir ações que dialogam entre as opressões da sexualidade e questões raciais, como as ações realizadas pelo CANDACES que evidenciou o dia 25 de julho e pelo Movimento Negro de Pernambuco que na semana da visibilidade lésbica abriu espaços para as lésbicas apresentarem e levarem suas bandeiras políticas na Terça Negra. Para a conjuntura pernambucana que pensava as pautas separadas, tem sido um avanço para os movimentos, visto a importância que Falquet expõe de trabalhar as pautas de forma imbricada.

O imbricamento das bandeiras de luta diz da complementaridade entre militância para dentro, através do reconhecimento das sujeitas, enquanto lésbicas negras, como sujeitas políticas e identitárias na militância para fora, no que tange as parcerias necessárias para o enfrentamento a heterossexualidade obrigatória e ao racismo.

6.4 Implementação de políticas públicas – movimentos de lésbicas e suas relações com partidos políticos:

Em relação às políticas públicas específicas que vêm sendo potencializada nos diálogos com os movimentos sociais, Pernambuco é um dos estados que tem se destacado para a implementação de políticas e espaços de atendimento para a população LGBT, isso diz da atuação dos movimentos, das articulações políticas que são realizadas entre os movimentos através do controle social e parcerias com as esferas dos governos em espaços paritários na construção de caminhos inclusivos, assim como através dos partidos políticos.

A ampliação de espaços e políticas se deram depois da implementação do Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi construído a nível nacional um olhar diferenciado para as pautas LGBTs, o que

potencializou e deu respaldo para que os movimentos pudessem cobrar dos governos municipais e estaduais a implementação de políticas específicas para a população.

Os movimentos LGBTs criaram mais força política a partir da década de 1990, com a fundação de redes nacionais como a ABGLT, LBL e ABL, redes que agregam vários grupos no Brasil, o que resultou na implementação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação¹¹⁵, espaço que reunia membros da sociedade civil e do governo, assim criando estratégias de implementação de políticas públicas.

Para compreender como as interlocutoras/pensadoras veem a implementação das políticas públicas no Estado, foi perguntado: “Como você percebe a implementação das políticas públicas no Estado?” 10 (55,5%) acreditam que existem políticas implementadas, enquanto 7 (38,9%) não existe e 1 (5,6%) não respondeu. As respostas têm um sentido importante, visto que a maioria das políticas implementadas são em Recife e Região Metropolitana, ficando as demais regiões sem ter locais específicos para atendimento diferenciado.

No Município de Recife, foi criada a Gerência da Livre Orientação Sexual, em 2005, dentro da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, agregada a Prefeitura da Cidade do Recife, espaço que acompanha as políticas públicas para a população LGBT e articulação junto os movimentos LGBTs. Na sua fundação, foi coordenado por um homem gay, Rildo Veras, militante do Movimento LGBT Leões do Norte, na gestão de 2005-2009, depois assumiu a primeira lésbica no espaço de gestão municipal para a política LGBT, Rivânia Rodrigues da Silva, militante dos movimentos lésbicos e filiada ao Partido dos Trabalhadores - PT, no período de 2009-2012, e desde 2012 encontra-se na gestão de um homem gay filiado ao Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Na capital pernambucana, foram construídas parcerias com o poder executivo e legislativo, também foi sancionada em 2002 a primeira Lei Municipal nº 16.740/2002 que coíbe quaisquer discriminações por orientação sexual. Em 2004, foi sancionada a Lei 17.025¹¹⁶, que pune a qualquer ato discriminatório contra a população homossexual e institui o dia 17 de abril como dia da diversidade sexual. As duas leis foram sancionadas pelo então prefeito João Paulo Lima e Silva, à época filiado ao Partido dos Trabalhadores. Recife foi um dos primeiros municípios a sancionar uma lei deste porte, a partir da militância de Isaltino Nascimento, que propôs as leis.

¹¹⁵ O conselho foi fundado em 2001, através do Decreto nº 3.952/01, pelo Ministério da Justiça.

¹¹⁶ Leis disponíveis nos anexos deste trabalho.

Em 2007, foi realizada a I Conferência Municipal da Livre Orientação Sexual do Recife¹¹⁷, assim como a Conferência Estadual, no ano seguinte é realizada a nacional. Espaços importantes para a sugestão de políticas específicas para a população LGBT. Até o momento, já foram realizadas três conferências municipais, estaduais e nacionais, o que serve de base para as políticas públicas para a população LGBT. O controle dessas ações é realizado pelos conselhos, pelos movimentos sociais, partidos políticos e pelos órgãos especializados para a política LGBT.

Depois de várias reivindicações, o governo implementou no Estado o primeiro organismo denominado como Assessoria Especial para assuntos LGBTs, em 2009. A assessoria era ligada diretamente ao gabinete do governador, à época, Eduardo Campos, do PSB. A assessoria durou até 2014, tendo como único coordenador Rildo Veras, militante do Movimento LGBT Leões do Norte. A Assessoria Especial passou a ser Coordenadoria Estadual LGBT, com o objetivo de ampliar os trabalhos e a equipe.

Específico de políticas públicas para as lésbicas, foi inaugurado em 2016, o Hospital da Mulher do Recife Dra. Maria das Mercês Pontes Cunha (HMR)¹¹⁸, com um ambulatório para acompanhar as lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais transgenitalizadas. O atendimento para as LBTs é diferenciado, com cadastro prévio e realização de entrevista com a assistente social, construindo o perfil das mulheres que acessam o serviço. Importante que o governo municipal esteja coletando os dados das LBTs que acessam o serviço, até para se construir parâmetros de saúde para esse perfil populacional. No entanto, até a escrita deste trabalho não foi publicado nenhum relatório com o perfil da população, assim como ver as incidências de ISTs entre as lésbicas e para incentivar outras mulheres a acessarem os serviços, visto que algumas lésbicas criaram o mito de que não precisa fazer exame preventivo por não terem relações sexuais com homens (LEMOS, 2016).

A equipe multidisciplinar conta com um médico ginecologista, 2 (duas) assistentes sociais e 2 (duas) psicólogas, que atendem tanto a população LBT, assim como as demais usuárias. O hospital conta com uma gama de serviços e a população LBT de Recife, o que tem sido recebido de forma positiva pela população, mas com crítica que o serviço precisa ser mais divulgado para que mais mulheres acessem os serviços, além da política ser ampliada para atendimento de todo o estado.

¹¹⁷ Resoluções da conferência:

http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/resolucoes_da_i_conferencia_municipal_da_livre_orientacao_sexual.pdf

¹¹⁸ <https://www.hcp.org.br/index.php/blog/91-hcp-comunica/319-hospital-da-mulher-do-recife-e-inaugurado>

Em 2017 foi implementada na Prefeitura da Cidade do Recife a Policlínica Lessa de Andrade, intitulado Ambulatório LGBT - Patrícia Gomes, com os mesmos atendimentos e equipe multidisciplinar, com o diferencial da inclusão dos gays, homens trans e bissexuais.

Em São Lourenço, foi implementada em 2018, a Coordenadoria de Igualdade Racial e LGBT¹¹⁹, coordenado inicialmente por Hosana Lima, yalorixá, lésbica, militante do Partido da Mobilização Nacional - PMN. Em Camaragibe foi inaugurado em 2018, o Ambulatório LGBT de Camaragibe¹²⁰, coordenado inicialmente por Chopelly Santos, mulher transexual, funcionária pública do município, militante do PT. Os atendimentos realizados pelo Ambulatório seguem o modelo multidisciplinar de Recife.

Em Moreno, foi implementada em 2017, a Coordenadoria LGBT da Prefeitura de Moreno, com Suely Silva à frente, que foi contratada por seleção simplificada e não faz parte de partido político, assim como implementada a Coordenadoria LGBT de Olinda, desde 1999, coordenado por representantes gays, implementando a Lei 5.168/99¹²¹, que pune com multa ou cassação por discriminação racial, de gênero, por orientação sexual, étnica, dentre outras.

Nos demais municípios de Pernambuco não há local de referência para a população LGBT, o que tem ocasionado incômodo, pois não há atendimento especializado onde as mulheres LBTs se sintam seguras de ter um atendimento de qualidade respeitando as especificidades.

Essas políticas de saúde foram pensadas desde a discussão e implementação da Política Nacional de Saúde Integral para a População LGBT, sancionada em 2013¹²², que dá as diretrizes nacionais pensando as especificidades para todas as identidades LGBTs. Em Recife, a política foi implementada em 2014¹²³, adequada para a realidade municipal, enquanto Estado o plano foi lançado em 2015¹²⁴.

Para andamento e acompanhamento da política de saúde LGBT no Estado e no município de Recife, foi instituída, dentro da Secretaria de Saúde do Recife, a Coordenação da Política de Atenção Integral à Saúde da População LGBT do Recife, em 2015 a Coordenação Estadual de Saúde Integral da População LGBT. Ambas coordenações até o

¹¹⁹ <http://www.blogdbrito.com.br/blog/sao-lourenco-da-mata-contra-o-racismo-e-a-homofobia.html>

¹²⁰ http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/05/25/interna_vidaurbana,753262/camaragibe-ganha-seu-primeiro-ambulatorio-lgbt.shtml

¹²¹ https://www.academia.edu/4204309/panfleto_lgbt

¹²² http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

¹²³ A política não está publicada nos sites da prefeitura, para acesso ao documento foi preciso solicitar a Coordenação da Política de Atenção Integral à Saúde da População LGBT do Recife, integrada a Gerência Geral de Atenção Básica – GGAB e a Diretoria Executiva de Atenção à Saúde, dentro da estrutura da Secretaria de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife.

¹²⁴ Disponível a Portaria que sanciona a política e a política no link: <http://portal.saude.pe.gov.br/programa/secretaria-executiva-de-atencao-saude/saude-integral-lgbt>

momento tem sido coordenada por homens gays, sendo no município coordenado por Airles Neto, funcionário público e no estado Luiz Valério, do Partido dos Trabalhadores, com cargo comissionado.

Para o atendimento da população LGBT em caso de violências e discriminações em 2007 foi executado o projeto de implementação do Centro de Referência em Direitos Humanos contra a Homofobia Leões do Norte, financiado pelo governo federal, com a execução do projeto até 2009. Depois foi repassada para gestão do Instituto Ensinar de Desenvolvimento Social, com a coordenação inicial de Rhemo Guedes, militante do Movimento LGBT Leões do Norte, sendo gestado pelo Estado, a partir de 2016, coordenado por Suelen Rodrigues, que participou de seleção simplificada.

Em 2014 foi implementado pela Prefeitura da Cidade do Recife o Centro Municipal de Referência e Cidadania LGBT, na primeira gestão foi coordenada por Ricardo Omena, depois por Poliny Aguiar, ambos filiados ao PSB.

Ambos espaços atuam para o atendimento da população LGBT e contam com uma equipe multidisciplinar, composta por advogada, psicóloga e assistente social para acompanharem os casos de discriminações e outras violências contra as pessoas LGBTs.

Em nível de Estado existe o Conselho Estadual para a população LGBT do estado de Pernambuco, fundado em 2017. A primeira gestão foi coordenada por Chopelly Santos, militante da AMOTRANS-PE e atualmente coordenado por Thiago Rocha do Instituto PAPAI.

Ainda enquanto Estado, depois que a Assessoria Especial para Assuntos LGBTs, os movimentos reivindicaram que dentro da estrutura de Direitos Humanos fosse implementado uma Coordenadoria LGBT de Pernambuco. Inicialmente a coordenação de Marcone Costa, militante do Movimento LGBT Leões do Norte, a coordenadoria está inserida na Secretaria de Segmentos Sociais/SESES, secretariada por Sérgio Moura, também integrante do Movimento LGBT Leões do Norte, filiado ao PSB. Na escrita deste trabalho, assume Poliny Aguiar, também do PSB. Desde o início da coordenadoria está no cargo de técnica para assuntos lésbicos a funcionária pública Iris de Fátima Silva.

Em 2012, na cidade de Jaboatão dos Guararapes foi lançada a Assessoria LGBT, coordenada inicialmente por Lucas Barros, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, através de cargo comissionado. Da mesma forma, foi instaurado o Conselho Municipal LGBT.

Com exceção dos municípios da Região Metropolitana, Recife e Olinda, os demais municípios ainda não têm nenhum instrumento ou lei municipal que coíba a discriminação

por orientação sexual e/ou identidade de gênero ou um espaço que esteja na construção das políticas públicas da população LGBT.

Trago esse histórico dos espaços LGBTs, para entender como as relações de gênero e questões partidárias permeiam as relações imbricadas entre a implementação das políticas públicas, nas representações nos espaços de gestão passa por este alinhamento, o que vamos aprofundar nos próximos tópicos. Porém há a constatação que poucos espaços têm ou tiveram a gestão política de uma lésbica, sendo as representatividades nos espaços de gestão, em maioria pelos homens é questão muito comentada nos movimentos, o que potencializa conflitos nas relações entre movimentos sociais e governo. No entanto, Yasmin entende que é importante a representatividade nos espaços de poder, como analisa:

A gente precisa ter alguém lá que a some com o nosso sujeito político, que traga no seu sangue, na sua vontade essa fala, que se vista de LGBT que a gente não tem essa mulher em canto nenhum no estado do Pernambuco e nós estamos mais juntas na discussão da política fazemos a política pública, criamos a política pública, erguemos o movimento feminista dos anos 70 e não elegemos ninguém. (YASMIM)

Yasmin explicita que na estrutura do Estado, assim como em cargos no legislativo não há lésbicas que estejam no lugar de gestão. O que fica avaliado de forma negativa, por várias interlocutoras/pensadoras, pois sem a representatividade fica mais difícil implementar políticas para as especificidades lésbicas. De certa forma, esse silêncio foi quebrado no executivo com a eleição da prefeita no município de Passira que assume publicamente sua lesbianidade, assim como a eleição das JUNTAS, uma chapa do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, eleitas em 2018. A chapa agrega cinco mulheres, dentre elas uma lésbica, uma bissexual e uma transexual.

Quando falamos de estrutura de Estado, na capital ainda está muito engessado e girando em torno dos homens e dos acordos políticos partidários, que tem excluído as mulheres do lugar de gestão, trazendo à tona hierarquização de poder e de sexo. Algumas mulheres ainda não se atentaram que é preciso ter a consciência de classe enquanto categoria de mulheres, para que tal conjuntura mude e se eleja mais mulheres para suas representações nos espaços do legislativo.

A concepção de democracia reafirma que algumas políticas tendem a despolitizar o trabalho das mulheres, como Gohn (2014) pondera:

A concepção de democracia presente nessas políticas tem raízes no liberalismo, nas políticas assistenciais/caritativas, despolitiza o trabalho das mulheres nos grupos, movimentos e associações civis comunitárias, oculta as diferenças socioeconômicas e as raízes econômicas e políticas dos processos de exclusão, fragiliza as demandas por direitos porque o princípio da igualdade não é considerado – na medida em que

as políticas perdem o caráter universal e passam a ser focalizadas. Tal concepção desloca o foco das redes culturais de identidade de pertencimento – que dão força para as lutas das mulheres – para redes forjadas nas políticas ditas inclusivas, tecidas pelos intelectuais/administradores das políticas sociais do país. (GOHN, 2014 p. 160).

A autora sintetiza como tem sido as construções da administração das políticas públicas e sociais, o que tem gerado mais desigualdades sociais entre mulheres e homens. As políticas que deveriam ter o caráter emancipatório, como os movimentos sociais propuseram de início emancipar as/os excluídas/os, são espaços de construções atuais que costumo mencionar como espaços que não é para iniciantes, pois há muitas disputas em torno de tudo o que será implementado, das relações interpessoais, das representatividades, sobretudo, resultante no silenciamento, como Bárbara pondera:

Porque o Estado só funciona pra dar as respostas das conquistas sociais a partir da organização dos movimentos sociais e eu acho que a gente não conseguiu ainda se organizar o suficientemente bem pra fazer essa pressão, essa exigência entendeu, Ana Carla? E aí a gente fica recebendo benefícios, sabe? A gente ainda não conseguiu construir uma política pública pra lésbica no estado de Pernambuco. A gente vai recebendo pequenos presentinhos pra nos acalmar. Um livrinho aqui, um cartaz aqui, um banner ali. Isso não é política pública. (BÁRBARA)

Como Bárbara menciona, há a perspectiva crítica de análise dos movimentos, na forma de atuação e articulação política. Se hoje temos alguns instrumentos para a população LGBT, através de uma política histórica que tem se pautado pelos princípios clientelista e neoliberal, mesmo que alguns movimentos não tenham essa leitura, mas é o que tem sido analisado com as influências da política da globalização, como Gohn enfatiza:

A globalização e as opções econômicas que tem sido tomada no país são forças que dificultam esses processos porque fragmentam as atrizes e os atores políticos e sociais, diluem os mecanismos de representação da cidadania e debilitam a formação de identidades coletivas. (GOHN, 2014, p. 149).

Mesmo que Pernambuco seja reconhecido como um Estado que tem abertura para pautar as questões e tem avançado em algumas políticas em relação a outros, ainda há muito que avançar, especialmente na leitura das desigualdades de gênero, na forma de fazer movimentos sociais e política na sua forma mais ampla. Como Gohn (2014) pondera:

As políticas públicas tem se lembrado de incluir as mulheres como “elementos” de uma engenharia social que busca uma inclusão de cima para baixo, sob controle e sob os princípios de um Estado regulador de conflitos sociais. (GOHN, 2014, p. 150).

A “engenharia social” trazida pela autora mostra a hierarquização que é construída nas relações do “estado regulador” que está em sua maioria gerenciado por homens, trazendo à tona a regulação dos conflitos sociais, não apenas, mas também dos corpos de quem ocupa os

cargos de gestão, quem pode estar em certos cargos, então tudo ainda é muito regulado pelas relações de gênero e partidárias, a partir do entendimento de qual política pública trará mais mobilização social partidária, de votos e de qual partido está na coordenação da política.

Evidente que devemos pensar que temos alguns instrumentos já listados acima que são importantes para a população LGBT, através do acesso a espaços de acolhimento na saúde e segurança, mas analisando tudo isso, há um desgaste muito grande para que essas ações saiam do papel. Um deles são os conflitos de gênero, das identidades políticas dos movimentos e dos partidos que estão na situação ou oposição, ficando por vezes, reféns aos acordos políticos, que silenciam até mesmo as mulheres que estão em partidos e possuem os requisitos necessários para ocupar os cargos de gestão, tais como o poder de mobilização social. Dessa forma, são dadas prioridades aos homens, muito em função também do apadrinhamento político.

As influências dos partidos políticos nos movimentos lésbicos tem sido palco de desigualdades, pois quem está nesses espaços geralmente consegue articular “mais” e se sobressair em alguns aspectos.

Dito isto, a tentativa é entender se os movimentos têm pautas que são direcionadas a partir de influências/interesses com partidos políticos, então surgem várias posições, pois há quem acredite que os partidos políticos fazem parte dos movimentos sociais, como Bárbara nos faz pensar:

A gente tá o tempo todo em interação. Então eu acho que o movimento lésbico acaba recebendo pautas e sendo influenciado por outros movimentos sim, pro bem e pro mal. Acho que existem influências partidárias e os partidos fazem parte do movimento social. Partido é movimento social, entendeu? Agora, como é que a gente vai decodificar isso pra nossas lutas é o que é mais importante, entendeu? Como é que a gente vai se utilizar, né? Dessas ferramentas e dessas influências pras nossas conquistas é o que vai fazer toda a diferença. Porque se, por exemplo, um determinado partido assume a bandeira L, a gente pode, por exemplo, tentar ver esse partido, colocar um projeto de lei à Assembleia Legislativa de Pernambuco, isso é importantíssimo. Agora, esse partido, ou esses partidos... O movimento L precisa ter cuidado pra que não seja aparelhado por eles. Agora não existe também, na minha opinião, movimento puro. Todos os movimentos estão atravessados por diversas influências, entre as influências estão as partidárias, que na minha opinião é uma relação que pode ser saudável e pode ser profícua. Vai depender do modo como a gente vai buscar isso. (BÁRBARA)

Bárbara apresenta questões importantes na relação entre os partidos políticos e movimento social, dialogando com Gohn (2014) os movimentos sociais são ações coletivas, só que as estruturas dos movimentos sociais e partidos políticos convergem em alguns momentos através de algumas bandeiras políticas e divergem na estrutura organizacional, na

coesão, nos fins das mobilizações sociais. Tudo tem um fim e este fim é o que muda as estruturas das ações coletivas dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

Por outro lado, Bárbara potencializa o que pode ser positivo nesses diálogos com os partidos, por exemplo, na influência de projeto de lei à Assembleia Legislativa de Pernambuco, no entanto, propor esses não já seria obrigação do legislativo? Legislar pelo povo, a partir das leituras de mundo? De certo que os movimentos podem sugerir projetos de leis, não sendo apenas esse o cerne das parcerias possíveis realizadas entre movimentos sociais e partidos políticos, mas também para realização de parcerias, que possam fortalecer os movimentos sociais e os partidos em suas estruturas internas.

Outra questão é sobre o aparelhamento dos movimentos “na minha opinião não existe movimento puro é preciso ter cuidado para não aparelhar os movimentos de lésbicas”, essas relações se dão a partir da direção dos movimentos sociais pelos partidos políticos, colocando representações para coordenar a partir dos direcionamentos que vem dos partidos.

Esses pontos vêm sendo bastante discutidos, pois com o fortalecimento dos movimentos há a famosa cooptação de lideranças para se agregar a mandatos, a gestão do governo, como forma de trazer as pautas sociais e identitárias, com deslocamento do movimento social para a política de governo, o que acaba acontecendo que a militância torna-se institucionalizada, regida mais pelas normativas dos partidos que dos movimentos. Como Gohn (2014) pondera:

A inversão da ordem dos termos de identidade política, para política de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. Disso resulta que se deslocam os eixos de coordenação das ações coletivas da sociedade civil para a sociedade política dos bairros e organizações populares para os gabinetes e secretarias do poder estatal, principalmente no plano federal. (GOHN, 2014, p. 13).

Gohn menciona a problemática de repassar a coordenação das ações coletivas para os gabinetes e secretarias de Estado, isso tem acontecido nas diversas esferas e Pernambuco não está isento desta “organização” que tem sido recorrente na articulação entre os movimentos sociais e as relações para implementação de políticas públicas e os diálogos com os governos.

Pérola traz outras questões sobre as influências dos partidos políticos nos movimentos, “infelizmente ele influi muito forte” e faz crítica “as pessoas não conseguem separar os espaços”. Para Pérola teria que haver a separação dos espaços de militância, “Eu acho que o movimento de lésbica, vamos dizer assim, todo movimento pra contribuir tem que ser apartidário. Tem o momento de partido e tem o momento apartidário”.

Mesmo entendendo que deveria haver a separação em muitos momentos, os espaços têm se misturado e trazido conflitos que fazem refletir sobre qual lugar está hoje os movimentos lésbicos. Está posto que há relações com os partidos, assim como relações com os governos e esses diálogos se interrelacionam fortemente, não apenas pelas pautas ideológicas de pensar a sociedade, mas também das relações de clientelismo.

Pensando no que as interlocutoras/pensadoras refletem sobre a temática, há quem acredite que as influências ocorrem por diversos motivos, como Patrícia pondera:

A gente sempre tenta influenciar pelo lugar que a gente tá, pelo que a gente acredita, seja o que a gente acredita de um viés ideológico, tipo de modelo de Estado ou partidário, né, ou pelo viés teórico também, né? Porque os feminismos, eles são diversos, as lesbianidades também são diversas, então a gente vai se impulsionando a partir de onde a gente tá... E essa posição que, às vezes é uma posição pessoal, às vezes é uma posição de grupo, de um coletivo, de um movimento, isso tem influência, né? (PATRÍCIA).

Patrícia entende que não há como se isentar das influências dos lugares que se ocupa em virtude dos vieses ideológicos, partidários e teóricos. Cassandra pondera que existem influências tanto nos movimentos lésbicos como em partidos políticos, citando o PT e o PC do B, como exemplos. Salientando ainda, que essas relações podem tornar os movimentos reféns em relação ao governo e partidos políticos, como no caso das políticas públicas de saúde.

Eu acho que sempre há influência, né? Porque todo movimento dentro do movimento tem diferentes forças políticas, então o movimento lésbico tem. Tem o PT, tem o PCdoB, tem disputas, né? Então eu acho que sempre têm essas influências são parte de todo o movimento. (CASSANDRA)

As influências partidárias ocorrem de forma sistemática nas ações de militantes que fazem parte de partidos, o que por vezes, tem como consequência a mistura de pautas e mobilizações, fazendo com que as apartidárias sejam incentivadas a participar de espaços considerados importantes para a mobilização política.

Por todos esses encontros e desencontros, corroboro que certas ações passam a ser uma “cidadania outorgada”, como Gonh pondera:

A sociedade civil passa a ser o espaço de realização da democracia, o estado se exime de implementar políticas que transformem esses direitos realmente em conquista – o que resta é uma cidadania outorgada, tutelada. (GONH, 2014, p. 150).

Então, para algumas estruturas governamentais e partidárias os movimentos não passam de possíveis parceiros, a ser construído de uma relação extremamente verticalizada. Inclusive, gerando controle sobre os corpos políticos, onde as estruturas que poderiam

colaborar com os movimentos para ações coletivas e culturais para mudanças sociais, passa a ser mais uma estrutura de controle, cabendo todo tipo de negociação, onde as políticas públicas que poderiam e deveriam ser implementadas tornam-se moeda de troca. Mesmo compreendendo que o Estado tem uma estrutura organizacional que ainda está calcada nas relações heteronormativas e que para lidar com certas pautas precisa dialogar com outras instâncias do poder estatal e da sociedade, o que por vezes, as relações com o Estado pressupõem correlação de forças.

Nos movimentos lésbicos vimos que 11 (61,1%) fazem parte de partidos políticos, o que nos leva a crer que há interações dos princípios ideológicos do que se é pautado nos partidos, além de entender que os movimentos sociais podem ser considerados como os braços de alguns partidos que conseguem pautar questões que aqui dialogamos.

Existem ponderações e articulações que são postas no cotidiano dos movimentos, de quem tem a representatividade/identidade partidária tem o “dever” de articular os apoios, empregos, as políticas públicas e servir de pontes para pontuar as questões/conflitos e ações dos dois lados, como mediadoras e representantes carismáticas (WEBER, 1969).

O resultado dessas interações se dá em maior ou menor receptividade ou reconhecimento enquanto líder partidária, o que vai aumentar ou diminuir o “*status*”, conquistado através do carisma e do poder de articulação, pela respeitabilidade que é depositada na pessoa, assim ela se torna uma líder dos movimentos, na militância para fora, assim como na militância para dentro, consequentemente tem maior influência nas tomadas de decisões.

As interlocuções entre os movimentos lésbicos, partidos e políticas públicas, ainda tem sido o cerne de mobilização dos movimentos, pois como Pérola ponderou que para chegar às instâncias de poder é preciso ir pelas esferas também dos partidos políticos, o que tem gerado construções positivas, como nas implementações de políticas específicas para a população LBGT, mas também gerado diálogos negativos e contundentes, com muitos conflitos, pelas hierarquizações, sobretudo, das representações de gestão que são mais consideradas quando são os homens que fazem parte das estruturas de partidos e conseguem chegar aos cargos de gestão. Todas essas nuances influenciam no andamento dos movimentos lésbicos e interfere nas relações com os governos, o que vamos dialogar abaixo.

6.5 Interlocução dos movimentos de lésbicas com os governos

Para compreender as possibilidades de diálogos dos movimentos lésbicos e os governos foi perguntado as interlocutoras/pensadoras: Na interlocução com o governo você acha que existe um diálogo tranquilo? 11 (61,1%) disseram que não, enquanto 7 (38,9) afirmaram que sim.

Uma das questões levantadas por Bárbara é a ausência do entendimento na inclusão das pautas lésbicas, como herança da militância feminista e a falta de recurso para as políticas/ações específicas da população lésbica.

Nós temos aqui no estado de Pernambuco uma secretaria de mulheres, certo? E ainda como herança dessa absolvição da pauta lésbica do movimento, porque se você olhar no geral as pessoas que estão comandando as secretarias de mulheres são pessoas que vêm do movimento feminista. Então essas pessoas também compreendem, parecem compreender, que quando você contempla as mulheres de um modo geral, você tá contemplando as mulheres lésbicas e não está. Eu acho que o Estado, precisa destinar, colocar no seu planejamento recursos do ponto de vista prático, não tem filosofia nisso, colocar um recurso nos seus PPAs¹²⁵, que contemplem as mulheres lésbicas com as suas especificidades. (BÁRBARA)

Essas questões aparecem com muita frequência no cotidiano e nas reclamações do que tem sido realizado nas secretarias de mulheres e Coordenadoria LGBT do Estado de Pernambuco que tem trabalhos específicos para as lésbicas, pois já se conseguiu um consenso de que há grandes diferenças em relação às pautas para as mulheres heterossexuais e não heterossexuais. As ações voltadas para as lésbicas sempre são pensadas a partir do que pode ser remanejado nas secretarias.

Além das reclamações de destinação de recursos financeiros, já citados, existem outros entraves políticos, um deles é haver pouca representatividade lésbica nos espaços de gestão de políticas públicas. Sendo um dos grandes nós, pois historicamente no Estado para cuidar das pautas lésbicas, colocam pessoas que não especialistas nas causas LGBTs ou que não reconheça que é preciso pensar uma política estruturante para as mulheres, incluindo as lésbicas e suas especificidades, como sujeitas diversas, o que se torna necessário para gerir as pautas políticas.

Sabemos que Pernambuco ainda é local que para tirar do papel ações que sejam diferentes das normativas heterossexuais, precisa fazer a militância para dentro do trabalho, pois infelizmente para se conseguir tirar do papel alguns projetos é preciso ter uma postura diferenciada de enfrentamento ao sistema patriarcal, ainda institucionalizado.

¹²⁵ Em consultada realizada ao PPA 2016-2019 não há nenhum recurso destinado para trabalho com lésbicas. <http://web.transparencia.pe.gov.br/planejamento-orcamento/plano-plurianual-ppa/>

Talvez os reflexos desses problemas tenham a ver com o que Cassandra nos aponta na estrutura do estado patriarcal e heterossexista:

Eu acho que se deve a uma série de fatores. Primeiro eu acho que existe uma dificuldade estrutural do estado patriarcal e heterossexista, né? Que é de dar prioridade a essas políticas. Eu acho que isso é uma questão. [...] eu acho que a gente tem uma tensão que a gente precisa enfrentar entre a política específica e a capilarização de uma orientação. Eu acho que é preciso, por exemplo, ter um centro de referência, ter serviço de referência no caso da saúde, mas a gente precisa ao mesmo tempo garantir que em toda a rede de serviços essa atenção possa ser garantida e que essa existência possa ser visibilizada porque eu preciso ser vista na totalidade das minhas condições de vida, né? (CASSANDRA)

A análise que Cassandra traz é bem prudente, no que se refere que a política específica, onde o atendimento de saúde deveria ser igual para todo mundo, com inclusão, onde as pessoas não fossem discriminadas por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. No entanto, ainda não é o que temos, por isso a necessidade de diálogo constante com o governo para que as políticas saiam do papel.

Outro grande desafio que apareceu bastante é a mistura dos papéis dos movimentos sociais, governos e partidos políticos, que acarretam na falta de autonomia para cobrar do governo, através do controle social, como deve ser feito, como Patrícia pondera:

Então eu acho que a gente tem esse desafio também de manter uma certa autonomia pra poder fazer a crítica com mais liberdade ao mesmo tempo que a gente precisa de apoio em alguns momentos e essa relação é difícil assim, né? Quais são os outros canais de apoio que não necessariamente o governo? (PATRÍCIA)

Os movimentos lésbicos têm certas especificidades, pois os grupos, organizações e redes acabaram colocando Pernambuco como referência, como possibilidade de parcerias e financiamentos. O que durante alguns anos funcionou, visto que o intuito dos grupos não era formar equipe ou manter uma instituição, mas pensar as políticas públicas para o atendimento diferenciado da população, a partir das suas especificidades.

No entanto, nos últimos anos, tem havido a confusão nos papéis, logo se misturando quem é o/a propulsor/a das ações, porque os apoios e financiamentos acabaram levando para o governo, de certa forma, o protagonismo das ações.

Outro ponto nevrálgico é quando pessoas que são dos movimentos vão para o governo, e isso causa também entrave político, pois existe o receio de pressionar e fazer o controle social, da forma como deve ser, pois ponderam-se as relações interpessoais, partidárias, sendo as pessoas afetadas pelas relações, além de entender que a estrutura governamental é alinhada com a estrutura do partido, logo, em sua maioria existe, o segurar o emprego e os vínculos partidários que se protegem para não manchar a imagem de partido ou militante A, B ou C ou dos governos.

Quando se tem algum episódio de violência vinda das representações do governo ou de partidos, infelizmente na maioria das vezes existe o silenciamento. O que Patrícia coloca como autonomia para fazer críticas aos governos, deve-se também a alguns históricos de violências advindas de representações políticas e de movimentos que ocupam esses lugares, mas que para não expor as partes, não se realizam as devidas denúncias contra as violências institucionais. Procurar proteção seria acessar estruturas que possam proteger essas relações por meio do respeito mútuo ou jurídico. Mas como Patrícia mencionou, falta a autonomia, pois os instrumentos de governo têm deixado de ser o espaço que deveria executar, para ser parceiro dos movimentos sociais e/ou propulsor de violências institucionais. O estabelecimento de parcerias, por vezes tem gerado a confusão da identidade política construída pelos movimentos sociais e da política de identidade (GOHN, 2014) que os governos e partidos tem tentado pautar.

Como Cassandra pondera a relação com os governos acabam potencializando caminhos que prejudicam de alguma forma a autonomia dos movimentos, seja na proposição de outras políticas, seja no processo das experiências dos movimentos que acabam se formatando em pensar apenas pelo viés das políticas públicas.

Agora eu acho que há uma influência, houve uma influência e ainda há, dos governos que acabaram levando, não só o movimento lésbico, mas eu tô falando do movimento lésbico, a ficar com a agenda talvez muito focada na questão das políticas públicas, e dentro das políticas públicas, da política de saúde. Eu acho que isso foi importante num determinado momento, mas acho que a gente precisa pensar a integralidade da nossa experiência. A nossa existência não comporta só problemas de saúde e problemas de saúde sexual, né? Bom, mas acho isso, acho que a gente, não só o movimento lésbico como eu já falei, mas tá muito refém das políticas públicas, dentro das políticas públicas, da política de saúde. (CASSANDRA)

É possível refletir nessas relações que a imparcialidade escapa, pois há sempre intencionalidades que advêm dos espaços políticos, como o governo, e dos espaços sociais e culturais como os movimentos, logo, nota-se as coalizações e fronteiras nas relações entre Estado e sociedade civil (GOHN, 2014).

Essas fronteiras, às vezes, são muito tênues e corroboram com conflitos, dissidências nas relações externas e internas dos movimentos. Na tentativa de processo de autonomização dos movimentos existe uma grande dificuldade, pois a forma de fazer militância está muito atrelada ao Estado, o que passa a manter os movimentos sociais como braços das suas ações, além de na maioria dos casos serem os propositores de ações.

Os movimentos sociais têm perdido muito a autonomia e no modo de fazer uma política “séria”, pois esbara nas limitações de recursos, nas estruturas governamentais, o que acaba gerando diálogos nada tranquilos, pois se esbarram nas hierarquizações postas às

estruturas do governo, mesmo, contudo isso, a sociedade civil tem escolhido esses os caminhos nos últimos anos de atuação.

Em campo, podemos perceber que as proposições de ações paritárias entre movimentos sociais e governo, por diversas vezes, são propostas pelos movimentos, tem se usado a prática da institucionalização onde as ações são “coptadas” pelos governos, saindo apenas à logomarca dos espaços de articulação política, sem mencionar a sociedade civil na organização e proposição das ações, o que tem gerado grandes conflitos.

Parece ser uma questão simples, mas não o é, pois há a proposição de ideias, os trabalhos realizados e o governo entram com a estrutura, então existe a mistura dos papéis o que tem sido veementemente pautado em reuniões nos espaços paritários.

Diante de toda conjuntura apresentada os movimentos lésbicos tem perdido muito com as estruturas que tem sido priorizadas nos últimos anos. O processo de autonomia está muito conectado não com os grupos e redes, mas com as estruturas governamentais e de partidos, o que acaba gerando estagnação de algumas pautas importantes e que não são realizadas, pois essa militância para fora causa muitos problemas também na militância para dentro, devido às reproduções das hierarquizações e locais de poder.

Durante os dois anos de campo, resumo aqui os caminhos etnográficos dos movimentos lésbicos que acompanhei como já apresentados, mas focando etnograficamente no COMLESBI e o Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais, espaços que tem refletido e sugerido sobre as lesbianidades, enquanto sociedade civil e governo, pautando as militâncias dos movimentos lésbicos para fora.

Os grupos lésbicos tem construído uma militância para fora, que está ainda muito pautada na implementação das políticas públicas, dialogando através do Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais, especialmente, através das diversas secretarias que o compõe. Só que as relações não são tão tranquilas, as ideias levadas pelos movimentos são “institucionalizadas” pelo governo como uma agenda da secretaria. Essas relações vêm se constituindo com o entendimento de uniformizar todas as ações e instituições como Comitê, não visibilizando os grupos e outras secretarias que estão construindo junto.

Essas ponderações ocorreram durante o campo, onde as maiorias das ações realizadas não saem com as logomarcas dos grupos e das demais secretarias contidos no comitê. Essa é uma das questões que vem ocasionando muitos e recorrentes conflitos, em várias reuniões, como ponto de tensão entre os movimentos lésbicos e a gestão.

Outra questão que passa pela disputa por representatividade dentro do Comitê é quando se tem organização de eventos, concursos, que envolve as representações máximas do

Krause dos Democratas tenham sido a favor, a pauta continuou estagnada e tutelada pelo patriarcado, através da heterossexualidade obrigatória.

As ações do comitê são realizadas desde 2012 e para embasar a construção desses conflitos, foram realizadas consultas em todos os anuários da Secretaria da Mulher do Estado publicados para entender como estão expostas as relações do governo com os movimentos lésbicos.

As reflexões sobre LGBTs começam a aparecer em 2008, com a menção de diálogo com o FLGBT-PE, sem ser posta nenhuma ação além do apoio a VI Parada da Diversidade de Pernambuco. A partir de 2010, o trabalho da secretaria é mencionado através de questões étnicas, sem ser apontada nenhuma ação da visibilidade lésbica. Em 2011, aparece uma ação, como: “Construção de agenda social que contemple a proteção e a garantia de direitos para mulheres, juventude, idosos, LGBT, etnias, e portadores de necessidades especiais”. (ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, ANO 05, 2011, p. 28). Colocando ainda como diretriz: “Universalização da Política de Gênero em todo o território do Estado, contemplando, inclusive, as especificidades das mulheres rurais, idosas, com deficiência, lésbicas e profissionais do sexo”.

As relações de sexualidades começam a ser pautadas através da estruturação da política de gênero, como opressões que se interseccionam demarcadas no anuário de 2012:

A partir deste Anuário, as mulheres idosas, as mulheres com deficiência, as mulheres lésbicas e as mulheres profissionais do sexo passam a ser consideradas como segmentos exigentes de planejamento específico, devendo ser contempladas para além das propostas contidas neste item, também, de forma diferenciada nos diversos planos da Sec. Mulher. (ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, ANO 06, 2012, p. 56).

Desde a fundação da secretaria que a equipe é composta por: “Coordenadoras, Coordenadores, Assessoras, Assessores, Técnicos e Técnicas Especializadas em Gênero, Raça, Etnia e Orientação Sexual”, mas só em 2012 é o ano que a secretaria reconhece a população lésbica como segmento, que deve ser olhado a partir das suas especificidades e planejamento direcionado. Mesmo que a equipe seja multidisciplinar e com especialistas em orientação sexual, como apresentado, ainda não se avança nas discussões sobre sexualidades, como um campo também demarcado de opressões. Desde 2009 vem se trabalhando o conceito de sexualidade como um sistema de dominação do patriarcado:

Patriarcado é um sistema de dominação em que o homem é o centro da sociedade. Como consequência, as relações sociais são determinadas pela opressão e subordinação da mulher, mediante o controle de sua capacidade reprodutiva, de sua sexualidade, de sua capacidade de trabalho e de interdição do seu acesso ao poder. (ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, ANO 2, 2009, p. 16).

Em 2015 o conceito de sexualidade aparece como uma temática a ser trabalhada, mas só neste ano, nos demais o que é posto como cerne da política da secretaria são as relações de gênero, sem fazer a distinção das outras temáticas que merecem ser aprofundadas. Então, o conceito de patriarcado e suas correlações de forças e opressões continuam na mesma análise de uma plataforma de trabalho e política baseada nos planos anuais com o foco nas relações de gênero, com o mesmo conceito de patriarcado apresentado em 2009.

Se faz necessário avançar nos trabalhos propostos, de certo, que algumas ações são realizadas e incluem outros campos de opressão, como as sexualidades, as relações raciais, as especificidades das pessoas com deficiência, no entanto, é preciso contemplar conceitualmente o que o feminismo lésbico vem levantando ponderações para o olhar direcionado onde a sexualidade oprime mulheres de todas as orientações sexuais, além de compreender os diferenciais das orientações sexuais para posicionamento político, pois a atuação da secretaria é um dos espelhos para a mudança cultural pernambucana.

Em relação às parcerias que foram potencializadas durante todos esses anos de existência da Secretaria da Mulher, que vem sendo construída com os movimentos lésbicos, desde 2010, com a ala das mulheres lésbicas e de mulheres bissexuais na parada, no entanto, o que aparece no anuário desde 2012, como os movimentos sociais LGBTs como parceiro nas ações propostas e realizadas, não expõe a ala das mulheres como uma ação importante em diálogo com os movimentos lésbicos.

Em 2015 a configuração muda, são postos como parceiros em potencial, por exemplo, na Assessoria Especial do Gabinete do Governador para assuntos LGBT, mesmo sendo extinta em dezembro de 2014. Os movimentos lésbicos só aparecem como parceiros para reuniões de controle social, nem os apoios que foram postos para os movimentos lésbicos aparecem nas parcerias realizadas, nem são expostas nos anuários.

Mesmo que os movimentos tenham sido postos como parceiros até 2015, só são mencionados os grupos que compõe o Comitê, como parceria em 2014, os grupos que participavam do espaço: “Coletivo de Mulheres Lésbicas de Pernambuco (COMLÉS); Grupo LUAS; Fórum LGBT; Marcha Mundial para Mulheres; ONG Leões do Norte; Bloco da Diversidade; Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo (APPS)”. (ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, ANO 09, 2014, p. 178)

No ano de 2015 é oficialmente fundado o Comitê, e sai no anuário à seguinte ação: “Oferecer Assessoria às Mulheres Bissexuais e Lésbicas” (ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, ANO 09, 2015, p. 119). As assessorias têm sido dadas com a estrutura da equipe da secretaria, focada especialmente na área de designer e comunicação social. Como já

mencionado tem a técnica da secretaria que acompanha as ações do Comitê, só que durante todo o período não esteve nesse lugar estratégico uma técnica que tenha maior aproximação política com as pautas lésbicas, o que acaba onerando mais as ações dos movimentos.

Em 2017 o termo sexualidade aparece dentro da temática dos direitos sexuais atrelados aos direitos reprodutivos:

3.7.2 Subprograma de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos tem a finalidade de desenvolver atividades que propiciem o acesso das mulheres aos seus direitos sexuais e reprodutivos, colaborando com a reflexão da população feminina para decidir, de forma livre e responsável, se quer ou não ter filhos, quantos filhos deseja ter e em que momento de sua vida; informações sobre meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos. Ou seja, direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência. (SECRETARIA DA MULHER, ANO 11, 2017, p. 80).

A temática da sexualidade fica contextualizada numa versão heteronormativa, onde a discussão da sexualidade não ganha autonomia necessária por estar alocado apenas no campo da reprodução, se restringindo o “exercício da sexualidade sem violências”, não mencionando a ampliação dos direitos à todas as mulheres, incluindo as lésbicas, a conquistarem o direito de ser mãe, por exemplo, sem passar pela obrigatoriedade de uma relação heterossexual, através da garantia pelo SUS da inseminação artificial, uma das pautas trazidas pelos movimentos lésbicos.

Vimos que a relação entre os grupos que compõe o Comitê, suas militantes e representações de governo, fazem parte de um campo em construção na tentativa de parceria para a realização de atividades, só que ainda há muito o que fazer para as proposições de políticas públicas e dos conceitos teóricos e políticos que norteiam essas relações.

Tem outro fator que é conflituoso, que é no processo de publicização das ações na mídia, como veremos:

Figura 41 - Cartaz do II Seminário Estadual, realizado em 2017.



Fonte: <http://www.didigalvao.com.br/secmulher-pe-realiza-seminario-estadual-sobre-lesbicas-e-mulheres-bissexuais/>

No texto da matéria a sociedade civil é colocada como participante da ação e não como propositora:

A sociedade civil participa do evento com representantes do Bloco da Diversidade; Liberdade, União, Afetivo-Sexual de lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (Grupo Luas) Movimento Negro Unificado (MNU); Articulação e Movimento Homossexual da Região Metropolitana (AMHOR); Coletivo de Lésbicas Negras Femininas e Autônomas (CANDACES); Movimento Gay Leões do Norte; Associação das Rádios Populares de Pernambuco (ARPPE); Fórum LGBT de PE e União Brasileira de Mulheres (UBM). Representantes de Notório Saber: Luciana Vieira: Profª Drª do Deptº e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia (PPGP) da UFPE, com pesquisas no campo da sexualidade, gênero, direitos humanos, psicanálise, cultura e filosofia e Ana Carla Lemos: Cientista social, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPE, com estudos no campo da antropologia feminista, lesbianidades e sexualidades.

Fonte: <http://www.didigalvao.com.br/secmulher-pe-realiza-seminario-estadual-sobre-lesbicas-e-mulheres-bissexuais/>

Outra aparição na mídia, desta vez publicada pela própria assessoria da Secretaria da Mulher do Estado:

Figura 42 - Divulgação do Seminário Estadual, 2017 - Sec. Mulher



Fonte: <https://www.facebook.com/watch/?v=1485294028219795>

De certo, que todos esses releases têm sido produzidos pela assessoria de comunicação da Secretaria da Mulher e tem pautado a realização e coordenação das ações e eventos como sendo organização da secretaria e o Comitê, sem colocar também como protagonista a sociedade civil, além das demais secretarias de governo que também ficam invisibilizadas, o que reverbera em conflitos, pois em diversos momentos essas questões são postas, mas não são levadas em consideração, visto que, para o governo há o entendimento de que os grupos estão contidos dentro do Comitê, logo não precisa ter as logomarcas, não apenas da sociedade civil, mas das demais secretarias.

Essas relações ao longo desses anos têm sido pensadas e foi solicitada uma reunião com a atual secretária da mulher e suas assessoras executivas, para ponderar, como as ações do comitê vão ficar para este ano de 2019, pensando a disponibilidade de recursos para efetivação, pedindo que seja posto no PPA recursos para as ações lésbicas, questão que vem há anos sendo debatida e solicitada. Outra ação foi solicitada é seja pensada uma assessoria na secretaria que entenda as pautas da sexualidade, visto que foi percebido que as ações são realizadas, mas com todas as dificuldades já narradas, sobrecarregando os movimentos lésbicos.

A reunião foi bastante tensa, pois o viés da conversa foi levantada pelas representantes governamentais para a temática de como se fazer movimento social, assim como ponderar que as ações do comitê não eram um espaço assistencialista e que movimento social se fazia de outra forma. O assistencialismo foi mencionado pelas ações realizadas dentro das unidades penitenciárias femininas, onde se leva formação política, especialmente sobre as relações de violências, prevenção as IST/HIV/Aids e distribuição de materiais de higiene pessoal, que os movimentos e as representantes do governo fazem arrecadação.

Essa reunião gerou grande tensão, pois o que de fato era para ser ponderado entre movimentos lésbicos e representantes de governos, não passou de uma aula geracional de como se fazer movimento social. Lembrando o que já foi mencionado acima, o fato de ter na gestão representações que tem uma maior aproximação com os movimentos lésbicos, às vezes, confundem os lugares que os movimentos têm proposto para ampliação das políticas pelo Estado. Diante dos fatos, não houve avanço nas pautas solicitadas, nem tão pouco, os movimentos tomaram decisões mais incisivas, por “respeito” a “militância” da secretária, que tem a conotação geracional, de classe, de raça e de organização partidária.

Diante dos incômodos, os movimentos lésbicos têm repensado sua atuação de parceria e assessoria que tem prestado ao governo do Estado, o que tem gerado análises internas dos movimentos, assim como repensado a forma de fazer militância para fora, especialmente nos

grupos que compõe o COMLESBI. O mesmo que têm acontecido com a atuação em rede, que tem invisibilizado os grupos e fortalecem apenas o nome da rede, levando a crer que as identidades coletivas precisam ser trabalhadas com mais horizontalidade.

De certo que essas relações de tensões não se dão só com a Secretaria da Mulher, mas com as diversas secretarias que tem de alguma forma pautado as discussões de lesbianidades. Outro exemplo, que posso trazer do campo, foi à construção da cartilha: Se você é lésbica a/o profissional de saúde precisa saber¹²⁶, que teve assessoria paga para a sua elaboração, tendo eu sido contratada como assessora para a sua produção, no entanto, nas reuniões de apresentação dos dados e diálogos, foi imposto que a autoria da cartilha não poderia aparecer o nome da assessora que prestou o serviço.

Isso gerou muitos problemas, pois a ideia de produção da cartilha e organização do seminário para coleta de dados veio dos movimentos lésbicos, o fato do apagamento da autoria da cartilha e representatividade, ocasionou várias discussões e tensões, onde o posicionamento político dos movimentos era para deixar a autoria ou então os movimentos se retirariam do processo, assim a produção não seria compartilhada e os movimentos lançariam de forma autônoma.

O governo fez reuniões a sós para tomar as deliberações, no final saiu o nome da consultoria, no entanto, foi um processo muito desgastante, inclusive o pagamento que foi combinado não foi pago na íntegra e só saindo depois de um ano, através da hierarquização que tem se construído, com a seguinte frase: “olhe é o que podemos pagar se quiser, senão corre o risco de não ser pago”. Nessas relações tem se tentado construir a confiança como base das relações, acaba se misturando os acordos políticos, os papéis da sociedade civil e do governo, como se fosse extensão um do outro.

Menciono esses fatos, pois é assim que as relações entre movimentos lésbicos e governo têm sido pautadas nesses períodos de atuação, tentando trabalhar em conjunto para um Pernambuco melhor para todas as mulheres. Só que parece que não existe o entendimento dos papéis dos governos quando vão dialogar com os movimentos sociais, parece-me que o braço do Estado está institucionalizado de fato e precisamos seguir a cartilha regida por ele.

Os conflitos aparecem com o Comitê pelo volume de atividades que são realizadas durante todos esses anos, diferente de diversas secretarias governamentais que não inclui as pautas das lesbianidades, no entanto, é preciso compreender os papéis de cada instância e respeitar o que cada representação política faz. Por exemplo, a Coordenadoria LGBT do

¹²⁶ Para acessar a cartilha: <http://www.obmidia.org/noticias/secretarias-estaduais-da-mulher-e-de-saude-lancam-cartilha-sobre-atencao-a-saude-da-mulher-lesbica/381>

estado de Pernambuco, tem feito parcerias com os movimentos lésbicos, na construção da Caravana da visibilidade lésbica e outras ações desde 2017 e tem posto as logos das instituições envolvidas e respeitado o protagonismo das instituições envolvidas.

Figura 43 - Caravana da Visibilidade Lésbica,



Fonte: Acervo da Coordenadora LGBT de Pernambuco

Talvez uma diferença que possa ser considerada é que a maioria da equipe da Coordenadoria LGBT vem dos movimentos sociais, diferente das assessoras que ficam a cargo para os assuntos relacionados às lesbianidades e bissexualidades na Secretaria da Mulher, onde as técnicas em sua maioria não vem de um trabalho acerca das lesbianidades.

Na militância para fora tem se pautado as discussões sobre as parcerias e espaços que são ocupados, os movimentos têm percebido que as relações precisam sair do “coleguismo” e pautar relações institucionais, o que deveria reger os diálogos entre movimentos sociais e governos, deixando de lado as outras ponderações de partidos que acaba influenciado também nas relações institucionais. Todas essas ponderações estão em fase de reflexão e amadurecimento nos movimentos lésbicos na militância para dentro e para fora.

6.6 Fechando

Neste capítulo podemos perceber como as relações de militância para fora são constituídas, como os movimentos lésbicos se organizaram durante todos esses anos de atuação política no estado de Pernambuco, sendo expostos alguns pontos positivos e outros negativos, o que faz parte das relações humanas, mas que por vezes, tem beirado as violências.

Foram analisadas as relações dos movimentos lésbicos com diversos movimentos, partidos e governo e em várias relações algumas coisas se reproduzem, como o apagamento

das especificidades lésbicas, como se a sexualidade não fosse um demarcador de opressão, que precisa ser evidenciado, mas sempre com conflitos identitários, onde com os movimentos feministas as pautas das mulheres heterossexuais se sobreporam durante muitos anos, as dificuldades das relações das desigualdades de gênero nos movimentos LGBTs, com os homens gays, as relações com os partidos políticos, governos.

Todas essas atuações dos movimentos lésbicos fazem perceber as parcerias, mas também os conflitos e o quanto os movimentos tem levado reflexões para amadurecimento não só dos movimentos, mas dos locais de articulação política e governamentais.

Os movimentos lésbicos têm influências diversas que contribuíram para o alargamento das militâncias, como a influência das trajetórias pessoais, dos movimentos homossexual internacional e nacional, movimento feminista, sindical e as universidades, através dos grupos de pesquisas e articulações do movimento estudantil.

Todas essas bifurcações contribuíram para os movimentos construir suas memórias, assim como para a implementação de políticas públicas no Estado, potencializando as ações em rede, dos grupos, mas também das militantes que veem ao longo desses anos se dedicando para construção de uma sociedade onde as opressões especialmente da sexualidade, sejam evidenciadas, tentando interseccionalizar com gênero, raça, geração, influenciando também outros movimentos para trabalhar as pautas em conjunto, o que reflete nas relações de militância para fora e parceiras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho trilhado no campo da análise e escrita desta dissertação percorreu interseccionado com as minhas diversas subjetividades enquanto pesquisadora e integrante dos movimentos lésbicos feministas, o que me proporcionou olhares diversos dos lugares de saberes que se constroem a partir do sujeito lésbico, através da construção epistêmica, atuação política e suas nuances. Esses lugares me permitiram ver as encruzilhadas das opressões impostas ao sujeito político lésbico, que reverbera nas narrativas de vida, na atuação dos movimentos lésbicos e seus diversos campos políticos.

Nas narrativas de vida foi possível identificar que as opressões são vivenciadas desde a infância em alguns casos, quando tentam expressar a sexualidade ainda nesta fase. Porém, nos casos explicitados, acontecem de forma mais severa na adolescência e na fase adulta, quando a expressão da sexualidade tem maior possibilidade de transgredir o que a sociedade patriarcal impõe como regra, pela autonomia financeira que começa a se estabelecer na adolescência.

O campo inicial de afirmação do sujeito lésbico na família, por vezes, vem do lugar do silêncio ou do êxodo para poder vivenciar a sexualidade em outros municípios, cidades ou mesmo estados, com argumentos, por exemplo, da necessidade de trabalho e educação em locais com mais oportunidades.

Nas famílias da maior parte das interlocutoras/pensadoras houve o enfretamento do preconceito na expressão da lesbianidade com experiências diversas, com a presença de violência verbal, psíquica e até corporal, protagonizando dessa forma, o início de uma militância lésbica, indicando a necessidade de ultrapassar os limites de uma educação heterossexual e as normativas que se constroem sobre os corpos das mulheres, com o destino “final” do casamento e reprodução com homens.

Essas narrativas são perpassadas por conflitos individuais e coletivos que potencializam o repensar do lugar do “Eu” enquanto agente político lésbico e a relação com o “Outro”, embasados em uma política global e local de questionamentos a respeito da heteronormatividade obrigatória.

Todo esse emaranhado de transgressões do lugar construído para as mulheres que tenta inseri-las na reprodução da heterossexualidade obrigatória. No entanto, interlocutoras/pensadoras apresentadas constroem o ativismo lésbico, renunciaram este lugar

e protagonizaram a identidade lésbica, com suas histórias de vida, que expõe um dos caminhos da militância lésbica.

No que diz respeito ao perfil das interlocutoras/pensadoras desta pesquisa, entendemos que o protagonismo lésbico em Pernambuco apresentou um perfil socioeconômico diversificado, com maior participação de mulheres negras desde o início de sua organização, possuindo diversos níveis de escolaridade, tendo maior predominância das militantes com formação acadêmica, o que representa um diferencial para os movimentos supracitados.

As narrativas de vida apresentadas constroem um leque das memórias individuais que contribuíram para a formação dos movimentos lésbicos em Pernambuco desde o final da década de 1970, com a organização da festa da Metamorfose, festa que reunia pessoas homossexuais na construção de um espaço de sociabilidade, com isso repercutindo em reuniões, tendo como consequência, a organização do Grupo AMHOR ainda na década de 1980.

A constituição dos movimentos políticos lésbicos percorreu caminhos inicialmente nas narrativas de vidas e de parcerias com os movimentos homossexual, feminista, negro, estudantil, sindicais e mais recentemente através dos grupos de estudos e pesquisas nas universidades.

A construção da memória dos grupos não foi uma tarefa fácil, devido à falta de importância dada ao longo dos anos, na qual muita coisa se perdeu, no entendimento devido à prática da militância em focalizar o presente, sem se preocupar com o acervo dos grupos, levando muitas vezes ao esquecimento das histórias dos grupos.

No entanto, recuperar essas memórias foi de suma importância para a atuação política dos grupos e resgate do que foi produzido no Estado, como forma das próprias militantes entenderem a importância da atuação dos movimentos lésbicos, no que tange não apenas a mudança de vida de diversas mulheres, mas na incidência junto às esferas de outros movimentos, governo, partidos políticos, mas considerando as memórias individuais e coletivas constituídas a partir deste local de militância, como parte da história de Pernambuco e das mulheres. Nesse sentido, fica a recomendação de que enquanto prática política seja realizada a preservação das memórias individuais e coletivas.

Os documentos foram colhidos durante o campo nos espaços de militância e acúmulos realizados ao longo da minha militância e pesquisa, alguns deles encontram-se em anexo, com o intuito de disseminar informações e tornar disponível para que outras pessoas tenham acesso e possa usar para outras pesquisas.

As memórias das narrativas de vida dos grupos e redes que esta pesquisa conseguiu alcançar têm atuação da capital ao interior, constatando a diferença na atuação política dos grupos e redes. Na capital os movimentos são organizados em sua maioria por grupos lésbicos, assim como em redes lésbicas e LGBTs. Por outro lado, no interior do Estado, os grupos e redes são de atuação LGBTs, sem o protagonismo exclusivo de grupos lésbicos. Em relação à atuação em rede estadual ou nacional, os grupos estão começando a participar, visto que, as redes tem se organizado de forma mais acentuada na capital, sendo refletida a interiorização mais recentemente.

As militâncias tem se potencializado nos movimentos lésbicos, com matizes importantes com os diversos movimentos sociais, com o intuito de pluralizar as especificidades compartilhadas nos movimentos lésbicos. No entanto, esse tem sido um dos grandes entraves, uma vez que a sociedade ainda é pautada por prática hegemônica heteronormativa, e por isso, a inclusão das pautas lésbicas ainda é um processo em desenvolvimento, para que independentemente da orientação sexual sejam pensadas as diversas possibilidades de ser mulher em um mundo ainda patriarcal.

Esse é um dos nós que trazem conflitos entre os movimentos lésbicos e suas diversas parcerias. No entanto, foi percebido que os movimentos lésbicos não têm levantado outras pautas diferentes da sexualidade e das relações de gênero, o que tem iniciado mais recentemente a interseccionalidade com as questões raciais, que é um grande demarcador para os movimentos lésbicos, visto o protagonismo das lésbicas negras. Durante esta etnografia deu-se início a diversas ações que interseccionam a sexualidade e as questões raciais, o que potencializa o diálogo com maior preocupação política, conforme Jules Falquet sugeriu que as práticas de militância precisariam ser imbricadas a partir dos demarcadores de gênero, classe, raça e sexualidade.

Na pesquisa foram identificados dois tipos de militância: o primeiro diz respeito à militância para dentro, através da atuação de lésbicas e entre lésbicas, que por sua vez expõe a atuação interna dos movimentos. Para algumas havia o endeusamento que nas relações internas só existia receptividade e inclusão. No entanto, os interesses em pautas prioritárias e a construção da representatividade lésbica, dando origem dessa forma, à militância para dentro, constatando que não há isenção das relações de conflitos, disputas, hierarquizações, reprodução do machismo, e, além disso, a construção da identidade lésbica que cria normativas de quem pode ou não estar na representação dos movimentos.

O segundo tipo, diz respeito à militância para fora, que se dar na interlocução das lésbicas e de seus movimentos com outras organizações em diálogo com outros movimentos

sociais, especialmente os movimentos LGBTs, feministas, negros, partidos políticos e o governo, movimento estudantil e grupos de pesquisa nas universidades. Nos achados desta pesquisa também há ocorrência de diversos conflitos decorrentes da mistura de papéis, especialmente nas relações entre movimentos sociais, partidos políticos e governos. Com isso, há de certa forma, a condição de codependência no que concerne à mobilização de recursos e apoio para realização de eventos, nas parcerias realizadas através dos espaços paritários de controle social. As ações resultantes dessas parcerias acarretam na confusão de papéis dos movimentos lésbicos e das secretarias de governo, e esses conflitos têm consequência na militância para dentro e influenciam nas formas de atuação dos movimentos lésbicos.

A codependência tem contribuído para que as ações em sua maioria sejam realizadas em parceria com o governo, o que tem dificultando o controle social e o monitoramento das políticas públicas, tornando as relações tão “amigáveis” que as críticas se misturam com as relações de parcerias, e assim não contribuem para que as ações sejam mais contundentes quando se fala de controle social.

Existe, ainda, a codependência com partidos políticos de “esquerda”, visto que várias ações têm sido financiadas por mandatos, o que tem protagonizado parcerias, mas também conflitos, que acabam não gerando posturas de cobrança de posicionamentos políticos, em alguns casos.

No que tange as demandas lésbicas são assistidas no Estado através da Secretaria da Mulher, na Coordenadoria Estadual LGBT, Coordenadoria de Saúde Integral para a População LGBT e no Centro Estadual de Combate a Homofobia. No município de Recife há a Gerência da Livre Orientação Sexual – GLOS, Coordenadoria de Saúde Integral para a População LGBT e o Centro Municipal de Cidadania e Referência LGBT. Alguns municípios da Região Metropolitana possuem espaços para o atendimento LGBT, são exemplos os municípios de Camaragibe, São Lourenço, Moreno e Olinda. As pautas tendem a ser mais trabalhadas na capital e região metropolitana do que nas demais regiões do Estado. As políticas públicas implementadas no Estado são fundamentadas especialmente em ações contra a violência, melhoria do acesso à saúde pelas lésbicas e ações de visibilidade. Onde os movimentos lésbicos têm contribuído para a implementação das políticas públicas e os impactos políticos que esses locais reverberam.

A ocupação dos cargos de gestão dos espaços LGBTs são geridos em sua maioria por representações de partidos políticos e por homens. Esse fato é observado mesmo quando a representação do partido não vem de militância ou tenha atuação e formação em outros movimentos que contribuam para o entendimento das especificidades relativas à causa. As

ocupações desses espaços por questões partidárias acabam gerando conflitos e insatisfações por partes de algumas militantes, justificadas pelo não conhecimento do que tem se construído nos movimentos lésbicos como pautas políticas prioritárias, que por vezes, ficam longe de cumprir o estabelecido em conferências LGBTs e de mulheres.

Outros espaços de atuação paritária têm se construído através do Conselho Estadual LGBT e do Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco, este último coordenado pela Secretaria da Mulher de Pernambuco. Nesses espaços há a atuação de vários grupos de atuação, estando, no entanto, em processo de tramitação, a inclusão de todas as regiões, justificada pela falta de recursos que desfavorecem a participação dos grupos mais distantes da capital.

As parcerias potencializadas entre os movimentos lésbicos e os governos têm causado certo comodismo para a mobilização de recursos, que na maioria dos casos alcançados nesta dissertação, se enquadram como a maior fonte de parcerias e mobilização de recursos para realização das ações, o que acaba resultando na falta de autonomia em relação ao governo e partidos políticos.

Outra questão enfática é o entendimento das desigualdades de gênero quando se trata da ocupação de espaços de poder na gestão ou na representatividade de redes nacionais, o que acontece de forma mais recorrente com os homens gays, especialmente quando participante de partidos políticos. Esse fato tem levado a crença de que os espaços criados para ocupação nas gestões têm ligação direta com as construções partidárias, o que também tem sido palco de vários conflitos nas interlocuções dos movimentos lésbicos e partidos, o que influencia diretamente na organização interna dos movimentos lésbicos.

A organização dos movimentos lésbicos tem se pautado em partes pela não institucionalização dos grupos e outros pela institucionalização. Essas questões têm demandado pela autonomia por um lado e por outro, os grupos tem potencializado as parcerias junto aos governos, acarretando em codependência.

A construção da identidade lésbica perpassa por caminhos de inclusão ou exclusão de militantes que podem atuar e ter o reconhecimento para a representação dos movimentos, pois para construir a representatividade existem várias normativas de quem e como pode ou não ocupar certos espaços. Ficam aptas para a representação, as militantes lésbicas que mobilizam recursos, que tem conhecimento da área, que representam grupos considerados importantes, além do *plus* dado as representações que atuam em partidos políticos, devido às mobilizações advindas delas.

A identidade lésbica individual e coletiva corroborou para a construção dos movimentos lésbicos e suas memórias, o que para Candau (2011) é indissociável, no entanto, a construção das memórias ainda não é um procedimento chave para a organização dos movimentos.

A identidade lésbica também cria normativas de controle dos comportamentos, pois quem se considera lésbica e tem representatividade nos movimentos não pode transitar nas identidades. Um exemplo disso está na expressão da sexualidade, visto que se existe a normativa heterossexual, onde as mulheres não podem se relacionar com outras mulheres, também existe a normativa lésbica onde as lésbicas não podem se relacionar com homens, nem por desejos sexuais pontuais, pois em caso de exposição serão alvos de questionamentos ou morte simbólica por transgredir os “códigos morais” criados nesses espaços.

Outra normativa se constitui através das paródias de gênero, havendo a divisão de *ladys* e *boys*, o que acaba criando os pares binários em torno dessas identidades, reproduzindo papéis socialmente construídos, já que é preciso que seja reproduzido não apenas socialmente, mas também nas práticas sexuais. Quem não cumpre os papéis de acordo com as normativas, participam das exposições através das “brincadeiras” e fofocas que expõem as práticas militantes e sexuais.

Todo o enredo dos movimentos lésbicos tem sido pautado por modos de militância, no qual as lésbicas e grupos inseridos participam da hierarquização de quem pode fazer mais, construir visibilidade e ter maior articulação internamente, assim como, externamente nas parcerias com outros movimentos, partidos políticos e governos.

As relações dos movimentos lésbicos têm sido potencializadas por diversas narrativas de militâncias individuais e de grupos, o que tem reverberado mais fortemente em atuação de rede o que tem gerado certa desmobilização dos grupos nas suas ações individuais, restando poucos grupos com ações pontuais, ficando alguns grupos com ações mais amplas. A atuação em rede não se isenta de conflitos e por esse motivo tem ocasionado reuniões mais espaçadas e não tão periódicas justificada pela falta de saídas estratégicas na resolução de conflitos, gerando ações mais pontuais e em datas específicas. Atualmente, as reflexões se dão pela procura de soluções de como equacionar as atuações dos grupos e redes.

Os movimentos lésbicos são influenciadores de impactos políticos e culturais nas vidas das mulheres, por refletirem sobre a forma de estar no mundo, não expressando apenas uma orientação sexual, mas uma reflexão do que é ser uma mulher e ser diferente do padrão imposto da heteronormatividade, também influenciando outros movimentos a reverem suas práticas e bandeiras de luta.

Como Falquet (2012) pondera, os movimentos lésbicos influenciaram e continuam para fazer refletir os movimentos feministas e os limites impostos da heterossexualidade, por exemplo, o que tem potencializado diálogos densos que reverberam na atuação política e suas pautas prioritárias. Além disso, tem sugerido pautas específicas para a implementação de políticas públicas direcionadas para a população LGBT, através dos diversos espaços de atuação política e de controle social.

A militância se tornou para algumas mulheres uma mudança radical de vida, por questionarem suas formas de estar no mundo, assim como a militância se torna um espaço que dá sentido às práticas enquanto ser humano e mudança social. Por outro lado, esses espaços também aferem as posturas das mulheres o que pode evidenciá-las como uma boa militante ou colocá-las em escanteio, vai depender dos comportamentos e dos olhares das demais integrantes.

Os movimentos lésbicos podem ser denominados enquanto movimentos lésbicos feministas, no entanto, essa nomenclatura ainda não é usada com frequência. Os movimentos lésbicos podem ser denominados desta forma pela mudança social que tem protagonizado na vida das mulheres e na tentativa da mudança radical da sociedade, saindo do foco da heteronormatividade.

De certo que esta pesquisa não conseguiu dar conta de diversos aprofundamentos devido à limitação de tempo e em face ao volume de dados coletados, porém deixa pistas para refletir sobre as relações entre mulheres, as reproduções e as colonialidades que vão se construindo ainda em modelos binários e estagnados pelas construções das identidades, que em suma, são usadas para reconhecimento de si e mobilização política, além da sugestão de implementação de políticas públicas, mas também nas normatizações que se criam em torno delas. Os resultados dessa pesquisa podem ser considerados uma contribuição a ser utilizada como material de suporte para um diagnóstico dos movimentos lésbicos.

Essa dissertação é, sobretudo, uma contribuição a abordagem das lesbianidades e sexualidades dissidentes no campo antropológico, temáticas ainda pouco evidenciadas, especialmente no Norte e Nordeste brasileiro. Talvez os resultados dessa dissertação contribuam com chaves importantes para diversos estudos no campo antropológico e multidisciplinar, com a esperança que estimule a proliferação de estudos nessas temáticas ainda pouco evidenciadas, como o feminismo lésbico e etnografia lésbica feminista.

Sobre esta ênfase, os movimentos lésbicos têm realizado críticas aos movimentos feministas sobre a escassez da sexualidade como bandeira de luta e de opressão, no entanto, os movimentos lésbicos também tem se fechado para pautar outras questões além da

sexualidade, o que vem construindo nos últimos anos o desafio de pensar outras pautas prioritárias como o enfrentamento ao racismo, por exemplo.

As relações de gênero nesses meandros vêm sendo pautadas desde os primórdios, devido à grande articulação e parceria realizada com os homens gays, o que tem sido trabalhado com maior ênfase, mesmo assim, com a constatação de que, mesmo havendo esses esforços, ainda quando se ocupava lugares de maior visibilidade e de gestão, o protagonismo é masculino. Talvez esses fatos ocorram com mais frequência devido às articulações partidárias e por estarmos sujeitas a um Estado que ainda pensa os espaços de poder direcionado aos homens.

Sobre as articulações dos movimentos lésbicos com as instâncias de governo, tem havido grande misturas nos papéis das representações sociais, o que tem ocasionado espaços paritários de sociedade civil e governo, onde as ações se misturam, através das parcerias, no entanto, tem havido uma falta de direcionamento político para implementação das pautas, através do enfrentamento estrutural do patriarcado e da heteronormatividade.

Os espaços que tem lidado com mais ênfase nos últimos anos em relação às lesbianidades tem sido a Secretaria da Mulher e a Coordenadoria LGBT de Pernambuco, ficando as demais instâncias incipientes na luta contra a lesbofobia. No âmbito da Prefeitura do Recife, tem a Gerência da Livre Orientação Sexual – GLOS, que em relação às pautas das lesbianidades tem sido pouco priorizada, assim como, as demais secretarias que deveriam pensar as estruturas macro da sexualidade como eixo de opressão, mas também de resistência política.

O campo da saúde avançou com o Hospital da Mulher, com o ambulatório especializado para a população LBT, que tem sido crucial no levantamento do perfil das mulheres que acessam o serviço, há dois anos, mas esses dados ainda estão internos, sem ter devolutiva para a população.

As representações do Estado enquanto estrutura orgânica e política, precisa pensar as diversas orientações sexuais, como forma de incluir todas as pessoas nas políticas públicas, independente de suas orientações sexuais, no entanto, mesmo que Pernambuco tenha avançado em alguns pontos, com os espaços de atendimentos específicos para a população LGBT, precisa avançar na forma estrutural questionando o patriarcado, através da intersectorialidade necessária pensando a política orgânica.

Epistemicamente é importante entender como os meandros das subjetividades do eu, enquanto agência e identidade lésbica, protagonizam mudanças na realidade cultural de um sociedade em que preponderam os estudos sobre heterossexualidade no campo antropológico

de forma específica e nas ciências humanas, de maneira geral. Mesmo considerando que a maior parte da população se declara heterossexual, é preciso valorizar mais os estudos sobre lesbianidades, pois trazem contribuições importantes para compreender a realidade social, a memória, a antropologia feminista, o feminismo lésbico, questionando a heteronormatividade obrigatória e a produção do conhecimento.

Essa pesquisa usou como chaves analíticas as lentes da antropologia feminista como recursos epistêmico, metodológico e político, assim como do feminismo lésbico, interseccionalidade tentando construir um campo de análise que refletisse sobre as opressões imbricadas vivenciadas pelas lésbicas que compõem os movimentos, mas, sobretudo, como as pautas políticas são evidenciadas, construindo o conceito de uma etnografia lésbica feminista e o dialogo mais forte do feminismo lésbico, o que deve ser aprofundado em outros trabalhos.

Os conceitos de identidade e memória também estiveram nas análises dessa dissertação, entendendo que as lésbicas e os movimentos lésbicos construíram identidades, beirando uma “identidade pura” através o essencialismo ainda forte do que é ser uma lésbica, o que converge em delimitação das práticas sexuais, especialmente.

Sobre a atuação política dos movimentos não se torna diferente, pois para atuar neles precisa ser lésbica ou bissexual, ficando as demais identidades apenas na parceria, o que fecha muito as articulações com outras sujeitas políticas que queiram contribuir com os movimentos lésbicos. Mesmo as bissexuais estando de dentro dos movimentos lésbicos ainda há muitos conflitos nessas relações.

A organização dos movimentos lésbicos e suas memórias são muito ricas e tem contribuído para que o Estado através de suas ações, visibilizem as lésbicas enquanto sujeitas de direito na sociedade. De certo, que ainda é preciso fazer com que as políticas alcancem as mulheres que estão longe da capital, as que não conhecem os movimentos lésbicos e não tenha conhecimento dos direitos adquiridos. No entanto, Pernambuco tem sido referência nas militâncias lésbicas e nas políticas públicas implementadas, apesar disso, ainda é preciso avançar nas formas de atuação e hierarquizações construídas, além de pensar em estratégias de interiorização das redes, espaços paritários e de políticas públicas.

Resta-me dizer que os movimentos lésbicos se constituem de experiências individuais e coletivas, que protagonizam a emancipação das lésbicas que por muito tempo ficaram silenciadas, pela estrutura heteronormativa, acessando lésbicas que não estão nas militâncias nos movimentos, mas que se beneficiam com as políticas implementadas, assim como, é palco de narrativas de vidas, de grupos e redes que aqui foram apresentadas como construção de resistências políticas, mesmo que diante de uma sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo.

“Quando me atrevo a ser poderosa, a usar minha força ao serviço da minha visão,
o medo que sinto se torna cada vez menos importante”.

Audre Lorde

“Alguém lembrará de nós no futuro”.

Safo

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, K. G. **Encontros do feminismo: Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia.** 2008. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ALMEIDA, G. S.; HEILBORN, Maria Luiza. **Não somos mulheres gays: a identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras.** Niterói: Revista Gênero/UFF, v.9, n. 1, p. 225-249, 2, sem. 2008.

ALMEIDA, Miguel Vale. Antropologia e Sexualidade: Consensos conflitos teóricos em perspectiva histórica. In: FONSECA, Lígia; SOARES, C.; VAZ, Júlio Machado (Org.). **A sexologia, perspectiva multidisciplinar.** Vol. 02, p. 53-72, 2003.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte (MG): Letramento. Justificando, 2018.

ANA CARLA DA SILVA LEMOS. COMLES PE. **Youtube.** 12 out. 2016. 08min02s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jjgRYjA0Z6c>. Acesso em: 03 jul. 2018.

ANA PAULA MELO. COMLES PE. **Youtube.** 13 out. 2016. 07min31s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_3h8TKzCk3M&t=4s. Acesso em: 02 jul. 2018.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação Participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 1, 2007, Pernambuco. **Grandes e pequenas ideias das mulheres renovam o mundo. Vamos renovar Pernambuco.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=1a8a0a9a-3803-4ee7-b4b9-22852c61a7fc&groupId=30863. Acesso em: 04 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 10, 2016, Pernambuco. **Pernambuco avança ainda mais nas políticas públicas para as mulheres.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=5ba311fd-4e01-4b35-9d2f-b0bc6db81825&groupId=30863. Acesso em: 08 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 11, 2017, Pernambuco. **Anos de políticas públicas para as mulheres em Pernambuco.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=bc27d2fa-f65e-49f6-9bcc-7a2e2b0b893a&groupId=30863. Acesso em: 10 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 12, 2018, PERNAMBUCO. **Políticas públicas para as mulheres em Pernambuco: Uma agenda do presente e do futuro.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=fbf7ad28-c2e7-45ab-a762-2e59348f0655&groupId=30863. Acesso em: 11 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 2, 2008, Pernambuco. **Grandes e pequenas ideias das mulheres renovam o mundo. Vamos renovar Pernambuco.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=328b7998-fe4d-462d-8849-50ace21126c3&groupId=30863. Acesso em: 04 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 3, 2009, Pernambuco. **Mulheres no poder renovam o mundo. Vamos renovar Pernambuco.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=ff9fc9ee-edfa-41a0-a041-b779d5303c1a&groupId=30863. Acesso em: 04 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 4, 2010, Pernambuco. **Mulheres e educação renovam o mundo. Vamos renovar o mundo.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=19715a84-ffeb-4104-afef-6af7597e37c8&groupId=30863. Acesso em: 05 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 5, 2011, Pernambuco. **“Mulheres continuam renovando Pernambuco: É daqui pra melhor!”.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=6c7df616-8df0-4d9b-aca3-2f3641dc2fcf&groupId=30863. Acesso em: 05 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 6, 2012, Pernambuco. **Mulheres continuam renovando Pernambuco para trabalhar e viver melhor.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=6fe79c51-7de3-4791-b45d-d642bcdde18f&groupId=30863. Acesso em: 06 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 7, 2013, Pernambuco. **Mulheres continuam renovando Pernambuco:** Juntas vamos trabalhar para viver mulher. Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=8b6592ab-84a7-48bf-b5bc-4551cdcb3d9e&groupId=30863. Acesso em: 06 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 8, 2014, Pernambuco. **Pernambuco melhor para as mulheres:** Pernambuco melhor para todas as pessoas. Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=e040fd9c-1e81-45cb-9bba-0e9494a86a44&groupId=30863. Acesso em: 07 set. 2018.

ANUÁRIO DA SECRETARIA DA MULHER, 9, 2015, Pernambuco. **Um novo ciclo de políticas públicas para as mulheres.** Disponível em: http://www2.secmulher.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uid=13b10c11-9e4d-4764-9642-6e02299cfe14&groupId=30863. Acesso em: 08 set. 2018.

ÁVILA, Maria Betânia; GOUVEIA, Taciana. **Lesbianidade e cidadania.** In: Bocas no mundo. Revista da Articulação de Mulheres Brasileiras: AMB. Ano 1, n. 2, 2003. Disponível em: <http://grupodivasce.blogspot.com/search?updated-max=2009-01-31T07:18:00-03:00&max-results=1&start=6&by-date=false>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **A pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, ed. 12, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; NICHOLAS, Allum. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.;

BECKER, H. S., A história de vida e o mosaico científico. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec. p. 101-115, 1993.

BENEDICT, Ruth. (1934). **Padrões de cultura**. Tradução de Alberto Candeias Lisboa: Livros do Brasil, 2005.

BOAS, F. (1887) “**Um ano entre os esquimós**”. In: STOCKING JR., G. A formação da antropologia Americana 1883-1911, Rio de Janeiro, Contraponto / UFRJ, p. 67-80, 2004.

BOAS, F. As limitações do método comparativo em antropologia. 1896. In: **Antropologia Cultural**, Rio de Janeiro: Zahar, p. 25-40, 2004.

BONETTI, Alinne de Lima. “**Antropologia feminista no Brasil? Reflexões e desafios de um campo ainda em construção**”. Cadernos de Antropología Social, v. 36, p. 51-67, 2012.

_____. Antropologia feminista: “O que é esta antropologia adjetivada?”. In: BONETTI, Alinne de Lima; FLEISCHER, Soraya (orgs.). **Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**. Brasília: CFemea, 2007.

_____. Etnografia, gênero e poder: antropologia feminista em ação. In: **Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, 2009.

_____. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Edusp, 1987.

BOUILLOUD, J. P. A autobiografia: um desafio epistemológico. In: TAKEUTI, N.M; NIEWIADOMSKI, C. (Org.). **Reinvenções do sujeito social – teorias e práticas biográficas**. Porto Alegre: Sulinas, p. 33-60, 2009.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p.329-376, Campinas, 2006.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha Patrícia. “Etnografia feminista”. In: BLAZQUEZ, N.; FLORES, F.; RIOS, M. (coords.). **Investigación Feminista. Epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM. p. 217-238, 2010.

CASTRO, Rosângela. Amor e ódio em relações conjugais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CAVENAGHI, Suzana. (Org.). Rio de Janeiro: ABEP; Brasília: UNFPA, p.282, 2006.

CHAUÍ, M. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COLECTIVE COMBAHEE RIVER. **Uma declaração Negra feminista**. Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2012/07/combahee-river-zine.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

COLETIVO DE LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO. **Centro de Documentação coisa de mulher**. Rio de Janeiro: REVISTA VISIBILIDADE, ed. Única, abr. 2002.

_____. **Centro de Documentação coisa de mulher. Relatório do I Seminário Nacional de Lésbicas**. Rio de Janeiro: 1996.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF. p. 96, 2015.

CONNELY, Michael; CLADININ, D. Jean. **Pesquisa narrativa: experiência e história de vida em pesquisa qualitativa**. Tradução GPNEP, EDUFU, Uberlândia.

CORRÊA, Sônia. et. al. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: **Indicadores Municipais de Saúde Sexual e Reprodutiva. Revista De Saúde Coletiva**. v.5, n.1. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **O percurso global dos direitos sexuais: entre “margens” e “centros”**. Bagoas, n.04, p. 17-42, 2009.

COSTA, Claudia de Lima. **Feminismo e tradução cultural: sobre a Colonialidade do gênero e a Descolonização do saber**. P: Portuguese Cultural Studies 4, Fall 2012.

COSTA, Claudia de Lima; AVILA, Eliana. **Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o “feminismo da diferença”**. Revista Estudos Feministas (13), n. 3, UFSC, pp.691-703, Florianópolis, 2005.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Brasília: UNIFEM, 2004. Disponível em: <http://ac.aeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

_____. **Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Tradução por Carol Correia, 2016. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-margins-intersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

DA MATA, Mata. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

E. A., de Azevêdo. O mundo da vida e a ação em Alfred Schütz. **Problemática – Rev. Int. de Filosofia**. vol. 02, n. 01, p 54-74, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. 2008. 323p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280657>. Acesso em: 11 ago. 2018.

_____. **Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **Breve reseña de algunas teorías lésbicas**. Diccionario critico del feminismo. Paris: GEDISST/Madrid: Editorial Síntesis, 2002.

_____. **De la cama a lacalle: perspectivas teóricas lésbico-feministas**. Bogotá: Ediciones Antropos, 2006.

_____. Nouvelles questions féministes: 22 años profundizando em uma visão feminista, radical, materialista y anti-esencialista. **Estudos feministas**. Florianópolis, 12 (N.E.): 264, 2004. Disponível em: <https://scielo.br/pdf/ref/v12nspe/a06v12ns.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **“Ser afetado”**. Cadernos de Campo, n. 13, p. 155-161, 2005. Tradução: Paula Siqueira, Revisão: Tânia Stolze Lima.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas estado da arte**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

FILHO, Fernando Silva Teixeira; TOLEDO, Livia Gonsalves; GODINHO, Pedro Henrique. A homofobia na representação de mães heterossexuais sobre a homoparentidade. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares** / Claudia Fonseca. Ed. 2, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: Bruna Franchetto; Maria Laura Cavalcanti; e Maria Luiza Heilborn (Orgs.); **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, vol. 1, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Dossiê contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais da revista Mediações**. v. 14, n. 2, 2009.

FRY, Peter. **“O que é homossexualidade?”**. Editora Brasiliense. ed. 7, p. 126, 1991.

_____. **Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira, et al. “Não podemos falhar”: a busca por normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology.** New Jersey: Prentice Hall, 1967.

GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, ed. 4, p. 17-36, 2005.

_____. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas – o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: ed. 3, UFRJ, 2009.

_____. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As transformações da intimidade.** Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social.** Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GREEN, James. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GREGORI, Maria Filomena. Estudos de gênero no Brasil. (Comentário crítico). In: MICELI, Sergio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Sociologia.** São Paulo: Editora Sumaré/Capes/Anpocs, p. 223-235, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar. O pensamento de Monique Wittig. Entrevista concedida à Ana Carla da Silva Lemos e Bárbara Elcimar dos Reis Alvez. **Revista Gênero e Diversidade**, vol.04, n. 02, abr. – jun., 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 21 set. 2018.

GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. **Conjugualidades, parentalidades e identidades lésbicas, travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomas Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. ed. 03, Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5). p. 07-41, 1995.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge? Thinking from Women's Lives**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. "Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade", in: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, p. 7-17, 1999.

IRENE FREIRE. COMLES PE. **Youtube**. 19 dez. 2016. 05min08s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T_u0yOt-2-M. Acesso em: 21 dez. 2018.

IRIS DE FÁTIMA. COMLES PE. **Youtube**. 13 out. 2016. 07min12s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G1Tt6Ju53DA>. Acesso em: 03 jul. 2018.

JOSENITA DUDA. COMLES PE. **Youtube**. 01 out. 2016. 06min49s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5IRXTdYFCw>. Acesso em: 03 jul. 2018.

LEMO, Ana Carla da Silva. **Cartilha de Atenção à Saúde Integral das Lésbicas**. Coletivo de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco - COMLES, Recife – PE, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=1vV51x8yPo9Ut67Ob6nPX4bJn_-JQwCgI. Acesso em: 12 jan. 2019.

_____. **Construção do estado da arte sobre as lésbicas no Nordeste: uma (geo)política necessária**. V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. 2017. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlaçando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA25_ID21_17072017201921.pdf. Acesso em: 02 jun. 2018.

_____. Rachas ou agregações? Uma análise sobre os movimentos de lésbicas e movimentos feministas no 8º SENALE - Seminário Nacional de Lésbicas. In: FERREIRA DIAS, A.; FERREIRA SANTOS, E.; SANTANA CRUZ, M. H. (org.). **Gêneros, feminismo, poderes e políticas públicas: investigações Contemporâneas**. 19º REDOR: Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisas sobre mulher e relações de gênero. Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2094/776>. [Livro eletrônico]. Acesso em: 11 jan. 2019.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação da subjetividade – Brasil 1979-2006**. Tese (doutorado), UNB. Brasília, 2007.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes. ed. 02, p. 573, 1982.

LORDE, Audre. Textos escolhidos de Audre Lorde. **Heretica Difusao Lesbefeminista Independente**, p. 1–36, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOYOLA, M. A. **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. **Aids e sexualidade: O ponto de vista das ciências sociais**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: UERJ, 1994.

MACHADO, Lia Zanotta. **Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia**. Cad. Pagu [online]. n. 42, p.13-46, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 436 p., v. 43, 1976.

MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

MARTA ALMEIDA. COMLES PE. **Youtube**. 14 out. 2016. 03min20s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6DpbevyOY0>. Acesso em: 02 jul. 2018.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MEINERZ, Nádia. Entre mulheres. **Etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre**. Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 194, 2011.

MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)**, São Cristóvão, 2013.

MESSEDER, Suely Aldir. Identidades e rupturas entre a teoria feminista e teoria lésbica. In: MESSEDER, Suely Aldir; MARTINS, Marcos Antonio M. **Enlaçando sexualidades**. Salvador: EDUNEB. v. I, p. 127-138, 2009.

_____. **O encontro no universo lésbico de Cassandra Rios: desafios, ambiguidades e tensões nos atos performativos masculinizados em mulheres lésbicas?** Via Atlântica, v. 24, p. 241-256, 2013.

MICHELINE AMÉRICO. COMLES PE. **Youtube**. 13 out. 2016. 05min39s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Lg6ql6Y9Iw>. Acesso em: 03 jul. 2018.

MINISO, Yuderkys Spinosa. **Escritos de una lésbica oscura: reflexiones críticas sobre el feminismo y política de la identidad na América Latina**. Buenos Aires: En la Frontera, 2007.

MOORE, Henrietta. **Antropologia y Feminismo**. Madrid: Cátedra, 2004.

_____. **Compreendendo Sexo e Gênero.** In: “Understanding sex and gender”, INGOLD, Tim (ed.). Traduzido. Companion Encyclopedia of Anthropology. Londres: Routledge. p. 813-830, 1997.

_____. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu.** São Paulo: Campinas, n. 14, p. 13-44, 2002.

MOTT, Luiz. Antropologia, teoria da sexualidade e direitos humanos dos homossexuais. **Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 27 nov. 2012.

_____. **O lesbianismo no Brasil.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1987

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu** (42). p. 201-248. jan.- jun. 2014.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo?** Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense. p. 313, 2004.

_____. **Lesbianismo e feminismo.** A identidade em questão. **Cadernos Pagu** (12). p.109-120, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Antropologia e a crise dos modelos explicativos.** Estudos Avançados, 9 (25), 1995.

OLIVEIRA, Vanilda. Identidades interseccionais e militâncias políticas. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ORTNER, Sherry B. **Poder e projetos. Conferências e diálogos:** saberes e práticas antropológicas, p. 45-80, 2006.

_____. “Uma Atualização da Teoria da Prática” e “Poder e projetos: Reflexões sobre a Agência”. GROSSI, Miriam Pillar et al. (Orgs.). In: **Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas.** Blumenau: Nova Letra, 2007.

_____. Entrevista. Ver. **Cadernos Pagu**, n. 27, p.427- 447, jul. São Paulo, dez. 2006.

_____. **Subjetividade e Crítica Cultural. Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.375-405, jul.- dez. 2007.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões.** Best Seller. São Paulo, 1991.

_____. Diversidade sexual, análise sexual e educação sobre aids no Brasil. In: LOYOLA, M. **Aids e sexualidade, o ponto de vista das ciências humanas.** Rio de Janeiro: Delume-Dumará, 1994.

PARKER, R; TERTO, Jr V. **Entre homens: homossexualidade e Aids no Brasil.** ABIA, Rio de Janeiro: ABIA. 1998.

PARKER, Richard. **“Abaixo do Equador: Culturas do Desejo, Homossexualidade Masculina e Comunidade Gay no Brasil”**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

PICHARDO, Rosa Ochy Curiel. **Crítica pós-colonial desde las praticas políticas del feminismo antirracista**. *Nômadass*, n. 26, abr. 2007.

_____. **El Lesbianismo Feminista: una propuesta política transformadora**. La Haine.org. 2007.
https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p

PINTO, Céli Regina. **Teorias da Democracia – diferenças e identidades na contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

POLLAK, M. **Memória e identidade social**. In: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. **A heterossexualidade Compulsória e a existência lésbica**. In: GELP, Barbara C. & GELP, Albert (editores). New York/London: W.W. Norton & Company, 1993. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. 1980. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2018.

RIOS, Luis Felipe. **“LOCE LOCE METÁ RÊ-LÊ!”: posições de gênero-erotismo entre homens com práticas homossexuais adeptos do candomblé do Recife**. In: Polis e Psique, v. 1, p. 212 – 231. Pernambuco: UFPE, 2011.

_____. **O Feitiço de Exu - Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Corpos e prazeres nos circuitos de homossociabilidade masculina do Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, 2008.

RIVÂNIA RODRIGUES. COMLES PE. **Youtube**. 15 dez. 2016. 08min15s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=beA6YK3VYkc>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **A narrativa e a captura do movimento da vida vivida**. *ILUMINURAS*, v. 5, n. 9, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9184/5278>. Acesso em: 07 mai. 2019.

ROLNIK, S.; GUATTARI, F., **Micropolítica – Cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Rocco LTDA, 1994.

ROSALDO, Michelle. **O uso e abuso da antropologia:** reflexões sobre o feminismo e entendimento intercultural. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, n. 1, p. 11-36, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres:** notas sobre a ‘economia política’ do sexo. Recife: SOS – Corpo, 1993.

_____. **Pensando Sexo:** Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes Revisão de Miriam Pillar Grossi. 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAHLINS, Marshall. **The use and abuse of Biology.** Ann Arbor: Univ.of Michigan Press, 1976.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Revisitando o campo:** Autocrítica de uma antropóloga feminista. Universidad de Buenos Ayres: Revista Mora, v.20, p. 137-166, 2014.

_____. “Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?”. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. **Feminismo, ciência e tecnologia.** Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002. p. 89-120.

SARTI, Cynthia; DUARTE, Luis Fernando Dias (org.); **Antropologia e ética:** desafios para a regulamentação. Brasília – DF: ABA, 2013.

SAUNDERS. Tanya, L. **Epistemologia negra sapatão como vetor 1 de uma práxis humana libertária.** n. 7, v. 1, p. 102-116, maio-out. 2017.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (orgs.). **Falas de gênero.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, p. 21-56, 1999.

_____. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Recife: SOS CORPO, 1995.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu,** n. 28, jan.-jun. Campinas-SP, 2007, p. 19-54.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica.** 2007. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS, 10, 2018, Bahia. **Carta SENALESBI.** Salvador, 2018. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1JOG9_PE6Ja-8oriX-V2bmhrqo7E1C88I-6Shw2Aq9nU/edit. Acesso em: 02 de set. 2018.

SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS, 8, 2014, Porto Alegre. **Lesbianidades e feminismos: Enfrentando o machismo, o racismo e a lesbofobia**. Porto Alegre, 2014.

SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS, 1, 1996, Rio de Janeiro. **Saúde, visibilidade e organização**: relatório. Rio de Janeiro: CEDOICOM; COLERJ, 1996.

SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS, 6, 2006, Recife. **Movimento de mulheres lésbicas como sujeito político: poder e democracia**. Relatório. Recife: Grupo Curumim, 2006. Disponível em: <https://senale.files.wordpress.com/2009/10/relatoriosenalefinal11.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

Senhora passado – Signos Lésbicos. Ana Carla da Silva Lemos. **Youtube**. 31 ago. 2015. 24min10s. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LMVAV9oI_Rs. Acesso em: 12 jan. 2019.

SILVA, Marina Maria Teixeira da. **A identidade e a vivência da maternidade lésbica negra em Recife-PE**. Dissertação (mestrado em Direitos Humanos). UFPE, Recife, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Zuleide Paiva. A teoria política de Monique Wittig revisitada. **Les Online**, v. 5, n.1, p. 3-11, 2013.

_____. **Sapatão não é Bagunça**: estudos das organizações lésbicas na Bahia. (Tese doutorado), UNEB, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. **Sexualidade, cultura e política**: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. Cadernos pagu (28). p. 65-99, jan. – jun. 2007.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade masculina e curso da vida: pensando idades e identidades sexuais. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (orgs.) **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SIMÕES, Júlio Assis; FACHINE, Regina. **Do movimento homossexual ao movimento LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e da pós-modernidade. In: Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (orgs). **Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 15-23.1992.

SPIVAK, Gayatri. **“Pode o Subalterno Falar?”**. Traduzido por Almeida Sandra Regina; Feitosa, Marcos Pereira e Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TARDUCCI, Mónica. **Entre la militancia y el rigor académico: como ser feminista en la universidad**. Publicado em: Zona Franca. Año V, n. 6, 1997.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Editora Record, 2000.

VANCE, Carole. A Antropologia Redescobre A Sexualidade: Um Comentário Teórico", **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n.1. Rio de Janeiro: 1995.

WEEKS, J. **Sexuality and its discontents: meanings, myths and modern sexualities**. Londres, Routledge: Kegan Paul. 1986

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>. Acesso em: 24 jun. 2019.

WITTIG, Monique. **El cuerpo lesbiano**. Valencia: pré-textos, 1977.

_____. **Ninguém nasce mulher**. 1970. Trad. Hurrah, um grupelho eco-anarquista e Coletivo Bonnot: Departamento de Terrorismo Performativo de Gênero, p.1-20, 2012.

_____. **O Pensamento Hétero**. New York, Modern Language Association Convention, 1978.

WOLFF, Charlotte. **Amor entre mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PESQUISA REALIZADA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES, REALIZADA EM 12/05/2019.

Palavras-chave	Áreas diversas	Antropologia
Movimento Lésbico	6	1
Movimentos Lésbicos	1	0
Lésbica	103	7
Lésbicas	453	30
Movimento homossexual	45	2
Lesbianidade	26	1
Lesbianidades	23	4
Homossexualidade feminina	39	4
Total	696	49

1. AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira'** 22/02/2017 197 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller [Detalhes](#)
AGUIAR, Carolina Maia de. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira'** 22/02/2017 197 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller [Detalhes](#)
AGUIAR, CAROLINA MAIA DE. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondências e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira'** 22/02/2017 197 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller [Detalhes](#)
2. AIRES, Lídia Marcelle Arnaud. **Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju - SE'** 01/10/2012 115 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
AIRES, Lídia Marcelle Arnaud. **Gestando afetos, concebendo famílias: reflexões sobre maternidade lésbica e reprodução assistida em Aracaju SE'** 01/10/2012 115 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
3. AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **“Nós já somos uma família, só faltam os filhos”: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil.'** 01/03/2013 150 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina [Detalhes](#)

- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **“Nós já somos uma família, só faltam os filhos”: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil.**' 01/03/2013 150 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina [Detalhes](#)
- AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **“Nós já somos uma família, só faltam os filhos”: maternidade lésbica e novas tecnologias reprodutivas no Brasil.**' 01/03/2013 150 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina [Detalhes](#)
4. AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política.** ' 28/02/2018 451 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC [Detalhes](#)
 - AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política.** ' 28/02/2018 451 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC [Detalhes](#)
 - AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política.** ' 28/02/2018 451 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC [Detalhes](#)
 - AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França: conexões entre parentesco, tecnologia e política.** ' 28/02/2018 451 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFSC [Detalhes](#)
 5. AQUINO, Luis Octavio Rodrigues. **As derivas do desejo: processo de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres de porto alegre.**' 01/11/1992 311 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: undefined Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
 6. CARVALHO, Monique Malcher se. **SEM LINHAS RETAS Gênero e sexualidade nas Graphic Novels**' 06/02/2018 114 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: undefined [Detalhes](#)
 7. DUARTE, Alexandre Ambiel Barros Gil. **Porque na boate pode: Masculinidades entre grupos de amigos homossexuais em Curitiba, Paraná**' 28/11/2014 177 f. Mestrado em Antropologia Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Setor de Ciências Humanas [Detalhes](#)
 8. FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas"? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**' 01/06/2002 242 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, CAMPINAS Biblioteca Depositária: Biblioteca do IFCH/UNICAMP Trabalho anterior à Plataforma Sucupira

9. FALCAO, Thiago Henrique de Oliveira. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade LGBT universitários no Facebook**' 21/02/2017 190 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da UNICAMP [Detalhes](#)
10. FERREIRA, Glauco Batista. **Arco-Íris em Disputa: A “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias**” 01/02/2012 306 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Universitária **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
11. FERREIRA, Glauco Batista. **Arte, ativismo e espaço urbano na Baía de São Francisco através das ações do Queer Women of Color Media Arts Project – QWOCMAP.** ' 22/02/2017 undefined f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária – UFSC [Detalhes](#)
12. FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo**' 01/01/2006 257 f. Mestrado em CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL) Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: FFLCH/USP **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
13. FRANCO, Jose Luiz de Moraes. **Cores e Dores do Movimento LGBT de Belém do Pará: trajetória, participação e luta.** ' 28/09/2018 157 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará [Detalhes](#)
14. GROVE, Justin Robert. **Identidade judaica, sexualidade e gênero: uma abordagem das experiências das pessoas que lidam com essas questões na cidade de São Paulo (Brasil)**' 26/11/2018 119 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: biblioteca digital da Unicamp [Detalhes](#)
15. JESUS, Fátima Weiss de. **“UNINDO A CRUZ E O ARCO-IRÍS: Vivência Religiosa, Homossexualidade e Trânsitos de Gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo”** 01/06/2012 302 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Universitária **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
16. LACOMBE, Andrea. **"Pra homem já tô eu: Masculinidades e socialização lésbica em um bar no Centro do Rio de Janeiro"** 01/02/2005 91 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
17. LACOMBE, Andrea. **Ler[se] nas entrelinhas. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins**' 01/02/2010 192 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA FRANCISCA KELLER **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
18. LOREA, Roberto Arriada. **Cidadania sexual e laicidade. Um estudo sobre influência religiosa no poder judiciário.**' 01/12/2008 209 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**

19. MASSON, Laura Elizabeth. **Feministas em toda parte. Uma etnografia de espaços e narrativas feministas na Argentina'** 01/02/2007 279 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
20. MEDEIROS, Camila Pinheiro. **Mulheres de Kêto: etnografia de uma sociedade lésbica na periferia de São Paulo'** 01/02/2006 169 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
MEDEIROS, Camila Pinheiro. **Mulheres de Kêto: etnografia de uma sociedade lésbica na periferia de São Paulo'** 01/02/2006 169 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
21. MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre Mulheres: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios'** 01/02/2005 168 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
22. MEINERZ, Nádia Elisa. **Mulheres e Masculinidades: Etnografia sobre afinidades de gênero no contexto de parcerias homoeróticas entre mulheres de grupos populares.'** 01/12/2011 245 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades
23. MORAIS, Eulaliany Kelly Paiva de. **Entre o mundo familiar e o mundo dos desejos: qual lugar é possível para as mulheres homossexuais no contexto da violência?'** 28/08/2017 undefined f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Teresina Biblioteca Depositária: undefined [Detalhes](#)
24. MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Mulher com mulher da jacaré uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina.'** 01/02/1992 271 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: undefined **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
25. NAVARRETE, Oriana Valentina Miranda. **Muestra Marrana 2015: Corpos femininos no pós-pornô latino-americano'** 30/08/2016 154 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do Gragoatá – UFF [Detalhes](#)
26. NEIVA, Giorgia de Aquino. **Nas redes dos alternativos - mercado, sexualidade e produção de diferenças na cidade de Goiânia'** 13/03/2014 129 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG [Detalhes](#)
27. NOVAIS, Kaito Campos de. **Gestos de amor, gestações de lutas: uma etnografia desenhada sobre o movimento mães pela diversidade'** 29/03/2018 278 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG [Detalhes](#)

28. NOVO, ARTHUR LEONARDO COSTA. **O ARMÁRIO NA ESCOLA: regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays'** 11/08/2015 201 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC [Detalhes](#)
29. NUNES, Virginia de Santana Cordolino. **Antropologia, diversidade sexual e educação: uma experiência etnográfica no ensino público da Bahia'** 31/03/2016 214 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU - UFSC [Detalhes](#)
30. OLIVEIRA, Leandro de. **OS SENTIDOS DA ACEITAÇÃO: Família e Orientação Sexual no Brasil Contemporâneo'** 24/04/2013 251 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Francisca Keller [Detalhes](#)
31. PANTOJA, Elane de Farias. **Transgressões do Feminino: entrelaçando emoções, desejos e escolhas'** 29/03/2017 101 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA [Detalhes](#)
PANTOJA, Elane de Farias. **Transgressões do Feminino: entrelaçando emoções, desejos e escolhas'** 29/03/2017 101 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPA [Detalhes](#)
32. PERILO, Marcelo de Paula Pereira. **Rolês”, “closes” e “xaxos”: uma etnografia sobre juventude, (homo)sexualidades e cidades'** 19/06/2017 146 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital da UNICAMP [Detalhes](#)
33. REIS, Izis Moraes Lopes dos. **Entre a Universalidade e a Particularidade: desafios para a consolidação do direito à saúde de transexuais'** 01/07/2008 128 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UnB **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
34. SILVA, Anelise Fróes da. **Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS'** 01/08/2010 157 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
SILVA, Anelise Fróes da. **Mulheres em movimento (s): Estudo etnográfico sobre a inserção de feministas e lésbicas em movimentos sociais institucionalizados e autônomos na cidade de Porto Alegre/RS'** 01/08/2010 157 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
35. SILVA, Joao Ricard Pereira da. **Vontade de família uma etnografia sobre a conjugalidade homoafetiva'** 26/02/2014 344 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Central UFPE [Detalhes](#)
36. SILVA, Tanieli de Moraes Guimaraes. **“Você tem que ficar manobrando as coisas”: Lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência'**

23/03/2015 117 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG [Detalhes](#)

SILVA, Tanieli de Moraes Guimaraes. **“Você tem que ficar manobrando as coisas”: Lesbianidades, violências cotidianas e possibilidades de resistência'**

23/03/2015 117 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Goiânia Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFG [Detalhes](#)

37. SIVORI, Horacio Federico. **Ativistas e peritos no movimento GLTTB-AIDS Argentino: ciência e política da identidade sexual'** 01/03/2007 242 f. Doutorado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO Biblioteca Depositária: Biblioteca Francisca Keller **Trabalho anterior à Plataforma Sucupira**
Trabalho anterior à Plataforma Sucupira
38. ZANOLI, Vinicius Pedro Correia. **Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995-2013)'** 25/02/2015 184 f. Mestrado em ANTROPOLOGIA SOCIAL Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BC e IFCH [Detalhes](#)

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

A Sra. _____, está convidada para participar da pesquisa: **Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: Uma etnografia feminista a partir do ativismo lésbico**, tendo como pesquisadora a Sra. Ana Carla da Silva Lemos, mestranda em Antropologia, com orientação de Marion Teodósio de Quadros e coorientação de Suely Aldir Messeder, que tem como finalidade: Investigar como se deu o surgimento e trajetória do movimento de lésbicas em Pernambuco, suas construções e seus diálogos com os demais movimentos, afim de historicizar e analisar as trajetórias pautadas através da lesbianidade, contribuindo para as construções teóricas, epistêmica e empírica para o campo antropológico de forma inédita, assim como para o movimento lésbico em Pernambuco. Os **objetivos desta pesquisa são**: (1) Investigar o surgimento e organização do movimento lésbico e suas interlocuções com outros movimentos sociais, sua trajetória desde o surgimento; Identificar suas lideranças, bandeiras, agendas políticas, ocupação dos espaços de poder e a implementação das políticas públicas; Mapear pontos de articulação e tensão entre o movimento lésbico e demais movimentos sociais, desde o surgimento até os dias atuais.

1. **Participantes da pesquisa**: lésbicas do estado de Pernambuco que tem atuação reconhecida nos movimentos de lésbicas e suas intersecções.
2. **Envolvimento na pesquisa**: ao participar deste estudo a pesquisada permitirá que a pesquisadora faça uso das informações para fins acadêmicos. A SUJEITA DA PESQUISA tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora.
3. **Sobre as entrevistas**: Será realizada entrevista semiestruturada, com gravação para transcrição e análise, fotos das entrevistadas para compor o histórico de vida, se for o caso.
4. **Riscos e desconforto**: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
5. **Confidencialidade**: todas as informações coletadas neste estudo poderão ser publicizadas na pesquisa e seus desdobramentos, sendo resguardada a dignidade da sujeita de pesquisa e respeito a sua história, porém, como a pesquisa tem um viés sócio-histórico-antropológico, terá uma seção do histórico de vida que poderá contar como sua história pessoal, política e de militância contribuiu para o fortalecimento do movimento de lésbicas.
6. **Benefícios**: ao participar desta pesquisa está contribuindo com o campo antropológico de pesquisa e com o movimento de lésbicas de Pernambuco, deixando um legado para Pernambuco, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

7. **Pagamento:** não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

OBS: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados e fotos obtidos neste estudo.

Participante (nome):

RG.:

Assinatura:

Data:

Pesquisadora (nome):

RG.:

Assinatura:

Data:

Testemunha (nome):

RG.:

Assinatura:

Data:

Testemunha (nome):

RG.:

Assinatura:

Data:

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FECHADO.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Título da pesquisa: **Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: Uma etnografia feminista a partir do ativismo lésbico.**

Pesquisadora: Ana Carla da Silva Lemos

Orientadora: Marion Teodósio de Quadros; Coorientadora: Suely Aldir Messeder

QUESTIONÁRIO SOBRE VOCÊ?

1. **Qual sua faixa etária?**
☐ De 18 a 29 anos ☐ De 30 a 40 anos ☐ De 41 a 50 anos ☐ De 51 a 60 anos ☐ De 61 a 70 anos ☐ acima de 70 anos.
2. **Como você se identifica na questão racial?**
☐ Preta ☐ Parda ☐ Branca ☐ Indígena ☐ Amarela ☐ Outra
3. **Em relação a identidade de gênero, como você se identifica?**
☐ Feminina ☐ Masculina ☐ Andrógina ☐ Não me identifico com rótulos ☐ Outra
4. **Atualmente você está?**
☐ Sozinha ☐ ficando ☐ Namorando ☐ Casada ☐ Outro
5. **Você se considera feminista?**
☐ Sim ☐ Não
6. **Trabalha atualmente?**
☐ Não ☐ Sim
 6.1 Se SIM, de que? _____
7. **Qual município você mora?** _____
8. **Qual a sua profissão?** _____
9. **Qual a área de atuação?**
☐ Serviço público ☐ Comércio ☐ Área privada ☐ Autônoma ☐ Terceiro setor ☐ outra _____
 9.1 Se outra, qual? _____
10. **Qual a sua escolaridade?**
☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Fundamental Completo ☐ Médio Incompleto ☐ Médio Completo ☐ Superior Completo ☐ Superior Incompleto ☐ Pós-Graduação ☐ Outros
 10.1 Se outra, qual? _____
11. **Qual sua renda?**
☐ Menos de 01 salário mínimo ☐ De 01 a 02 salários mínimos ☐ De 03 a 04 salários mínimos ☐ De 05 a 07 salários mínimos ☐ Acima de 08 salários mínimos ☐ outro
12. **Religião**
☐ Afro-brasileira ☐ Católica ☐ Judaica ☐ Espírita Kardecista ☐ Protestante ☐ Muçulmana ☐ Budista ☐ Agnóstico ☐ Ateu ☐ Outra ☐ Sem religião

12.1 Se outra, qual? _____

SOBRE VIOLÊNCIA

13. Você já se sentiu discriminada?

☐ Não ☐ Sim, se sim marque as opções ☐ Em casa ☐ Trabalho ☐ Rua ☐ Locais particulares ☐ Órgãos públicos ☐ Escola ☐ Universidade ☐ outros, quais?

13.1 Se SIM, aonde? _____

14. Você já sofreu violência física?

☐ Não ☐ Sim, Se sim, onde foi cometida? ☐ Em casa ☐ Trabalho ☐ Rua ☐ Locais particulares ☐ Órgãos públicos ☐ Escola ☐ Universidade ☐ outros

14.1 Se SIM, aonde? _____

15. Quem foi o/a agressor/a?

☐ Parente ☐ Cônjuge ☐ Desconhecidos/as

15.1 ☐ Outros/as, quem? _____

15.2 Foi realizada denúncia? ☐ Sim ☐ Não

15.3 Se NÃO, por quê?

16. Você acha que existe violências nas relações lésbicas?

☐ Existe ☐ Não existe ☐ Existe muito raramente ☐ Nunca vi nenhum caso ☐ Existe com frequência ☐ Não sei ☐ Outro, qual?

SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

17. Você participa de algum grupo de afirmação político-ideológico?

☐ Não ☐ Sim

17.1 Sim, qual? ☐ Lésbicas ☐ LGBT ☐ Feminista ☐ Misto ☐ Autônoma ☐ outros

18. Você participa de algum partido político?

☐ Não ☐ Sim

18.1 Se sim, qual? ☐ PCdoB ☐ PT ☐ PSB ☐ PSOL ☐ PMDB ☐ PV ☐ PCB ☐ PTN ☐ PTB ☐ PDT ☐ DEM ☐ PSC ☐ PSTU ☐ Outro, qual?

18.2 Se não participa de partidos, por quê?

☐ Não acho importante a atuação partidária ☐ Já me sinto contemplada com as representações partidárias ☐ Partido e política são espaços para homem ☐ Partido e política são espaços para a elite ☐ A atuação política nos partidos é hereditária ☐ Quem entra nos partidos políticos precisam usar da corrupção ☐ Simplesmente não gosto ☐ Não tenho tempo ☐ Não priorizo ☐ Outra, Qual?

19. Você já participou de alguma conferência LGBT?

☐ Sim ☐ Não

20. Você participa de algum espaço de controle social? (Conselho, comitê técnico, outros)

☐ Não ☐ Sim

20.1 ☐ Sim, qual/quais? _____

21. Como você avalia sua participação no movimento de Lésbicas?

☐ Participativo ☐ Razoável ☐ Tímido ☐ Só quando necessário ☐ Só quando tem eventos ☐ Outro

22. Você já participou da organização de algum evento para a população Lésbica?☐ Não ☐ Sim22.1 ☐ Se Sim, qual?

22.2

SOBRE SAÚDE**23. Você já foi ao ginecologista?**☐ Nunca fui e não tenho vontade de ir ☐ Nunca fui, mas tenho vontade de ir ☐ Fui uma vez ☐ Fui algumas vezes ☐ Vou periodicamente ☐ Acho que não necessito por minha orientação sexual.**24. Você já fez exame preventivo?**☐ Sim ☐ Não**25. Teve atendimento adequado?**☐ Sim ☐ Não**26. Como foi o atendimento?**☐ Bom ☐ Ruim ☐ Regular ☐ Péssimo**27. Você já fez exame de mama?**☐ Sim ☐ Não**28. Você já fez o teste do HIV?**☐ Fiz uma vez ☐ Fiz algumas vezes ☐ Faço periodicamente ☐ Nunca fiz e não tenho vontade de fazer ☐ Nunca fiz, mas tenho vontade de fazer ☐ Fiz uma vez ☐ Fiz algumas vezes ☐ Faço periodicamente ☐ Nunca fiz e não tenho vontade de fazer ☐ Nunca fiz, mas tenho vontade de fazer ☐ Não tenho necessidade de fazer, pois só me relaciono com mulheres ☐ Outros

28.1 Outros, qual? _____

Durante o atendimento em serviços de saúde, você declarou sua orientação sexual?☐ Sim ☐ Não**28.2 Se sim, houve algum estranhamento quando falou da orientação sexual?**☐ Sim ☐ Não**SOBRE MOVIMENTOS****29. Você entende que as pautas das lésbicas estão contidas dentro do movimento feminista?**☐ Sim ☐ Não ☐ Parcialmente ☐ Totalmente ☐ Outro, qual?**30. Você entende que o Movimento LGBT:**☐ Inclui todas as identidades de forma igualitária ☐ Uma identidade se sobressaia mais que as outras ☐ É um movimento onde há muitas tendenciosidades ☐ Não sei**31. Existe articulação com o movimento negro?**☐ Sim ☐ Não ☐ Em partes ☐ Não sei**32. Existe articulação com o movimento de transexuais?**☐ Sim ☐ Não ☐ Em partes ☐ Não sei**SOBRE MOVIMENTO DE LÉSBICAS****33. Qual/quais SENALE/SENALESBI você participou? Pode marcar mais de uma opção.**☐ I SENALE: 1996 – Rio de Janeiro/RJ ☐ II SENALE: 1997 – Salvador/BA ☐ III SENALE: 1998 – Betim/ MG ☐ IV SENALE: 2001 – Aquiráz/CE ☐ V SENALE: 2003 – São Paulo/SP ☐ VI SENALE: 2006 – Recife/PE ☐ VII SENALE: 2010 – Porto Velho/RO ☐ VIII SENALE: 2014 – Porto Alegre/RS ☐ IX SENALE: 2016 – Piauí ☐ Todos

34. **Você acredita que o SENALESBI é espaço que contribui com as diretrizes nacionais que reverberam nos estados?**
☐ Sim ☐ Não
 34.1 **Se NAO, por que?** _____
35. **Existe igualdade nas relações nos movimentos de lésbicas?**
☐ Sim ☐ Não
 35.1 **Se NÃO, por que?**
☐ Há muitas hierarquias por questões partidárias ☐ Há hierarquias pela atuação e reconhecimento na atuação no movimento ☐ Há hierarquia pela articulação com o governo
36. **Você reconhece que mudança do nome SENALE para SENALESBI foi necessário para o reconhecimento do protagonismo bissexual e das suas pautas?**
☐ Sim ☐ Não ☐ Talvez ☐ Deveria ser criado outro espaço para a articulação das mulheres bissexuais ☐ as pautas já eram inclusas ☐ Não sei
37. **Como você ver as relações interpessoais nos movimentos de lésbicas?**
☐ Há respeito acima de tudo ☐ precisa refletir as formas de algumas mulheres tratarem outras ☐ Há muita relação de poder e isso interfere ☐ outros
-
38. **Sobre os conflitos existentes nos movimentos de lésbicas**
☐ São por questões políticas ☐ Por questões pessoais ☐ Por sobreposição de ideias ☐ Por questões pessoais afetivas ☐ Outros, quais?
39. **Sobre a morte simbólica (apagamento das lideranças) nos movimentos de lésbicas**
☐ Não existe isso, pois há sororidade/solidariedade nas relações ☐ Quem “erra” é colocada no limbo (excluída), que seria a morte simbólica ☐ a morte simbólica existe quando se quebram alianças políticas ☐ acontece quando tem envolvimento amoroso e seus términos ☐ Não sei ☐ Outro
40. **Você sabe quando começou a articulação do movimento de lésbicas em Pernambuco?**
☐ década 1980 ☐ década 1990 ☐ A partir os anos 2000 ☐
 40.1 Outro, QUAL?
41. **Você acredita que é importante a identificação do movimento de mulheres que se relacionam com outras mulheres se denominarem enquanto movimento de lésbicas?**
☐ Sim ☐ Não, Por quê?
42. **Você conhece pessoas que iniciaram o movimento de lésbicas em Pernambuco?**
☐ Não ☐ Sim, se SIM, quais os nomes das mulheres?

SOBRE EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DIALOGOS COM O GOVERNO

43. **Como você percebe a implementação das políticas públicas no estado?**
☐ Existe ☐ Não Existe ☐ Não sei
44. **Na interlocução com o governo você acha que existe um diálogo tranquilo?**
☐ Sim ☐ Não, Se Não, por quê? _____
45. **Você conhece alguma política pública implementada no estado?**
☐ Não ☐ Sim, se Sim, quais?
46. **Os espaços existentes de controle social tem cumprido seus objetivos?**
☐ Sim ☐ Não ☐ Alguns
 46.1 Se Não, por quê? _____
 46.2 Alguns, Quais? _____

Obrigada!

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Título da pesquisa: **Movimentos de Lésbicas de Pernambuco: Uma etnografia feminista a partir do ativismo lésbico.**

Pesquisadora: Ana Carla da Silva Lemos

Orientadora: Marion Teodósio de Quadros; Coorientadora: Suely Aldir Messeder.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (tópico guia)

1. Trajetória público versus privada

- 1.1 Conte-me um pouco de sua trajetória de vida, quem é você?
- 1.2 Fale como você assumiu sua orientação sexual?

2. Memória do movimento de lésbicas em Pernambuco e as interlocuções possíveis:

- 2.1 Você poderia fazer um relato sobre o movimento de lésbicas em Pernambuco?
- 2.2 Quais as parcerias, diálogos com outros movimentos sociais?
- 2.3 Existem rachas/conflitos com outros movimentos sociais? Quais?
- 2.4 Você acha que no movimento de lésbicas tem pautas que são direcionadas a partir de influências/interesses externos? Por exemplo, relação com os governos? Partidos políticos? Outros movimentos? Quais os aspectos positivos e/ou negativos?
- 2.5 Como você percebe/avalia as relações de poder nos movimentos de Lésbicas?
 - a) Você percebe machismo? Quais?
 - b) Você percebe violências? Quais?
 - c) Você percebe hierarquias? Quais?
 - d) Causa conflitos? Rupturas? Quais?
- 2.6 Como você ver a participação das lésbicas negras no contexto geral do movimento de lésbicas?
- 2.7 Você considera que o movimento de lésbica contribui para impactos políticos em Pernambuco?
- 2.8 Como você ver o movimento de lésbicas no interior do estado?

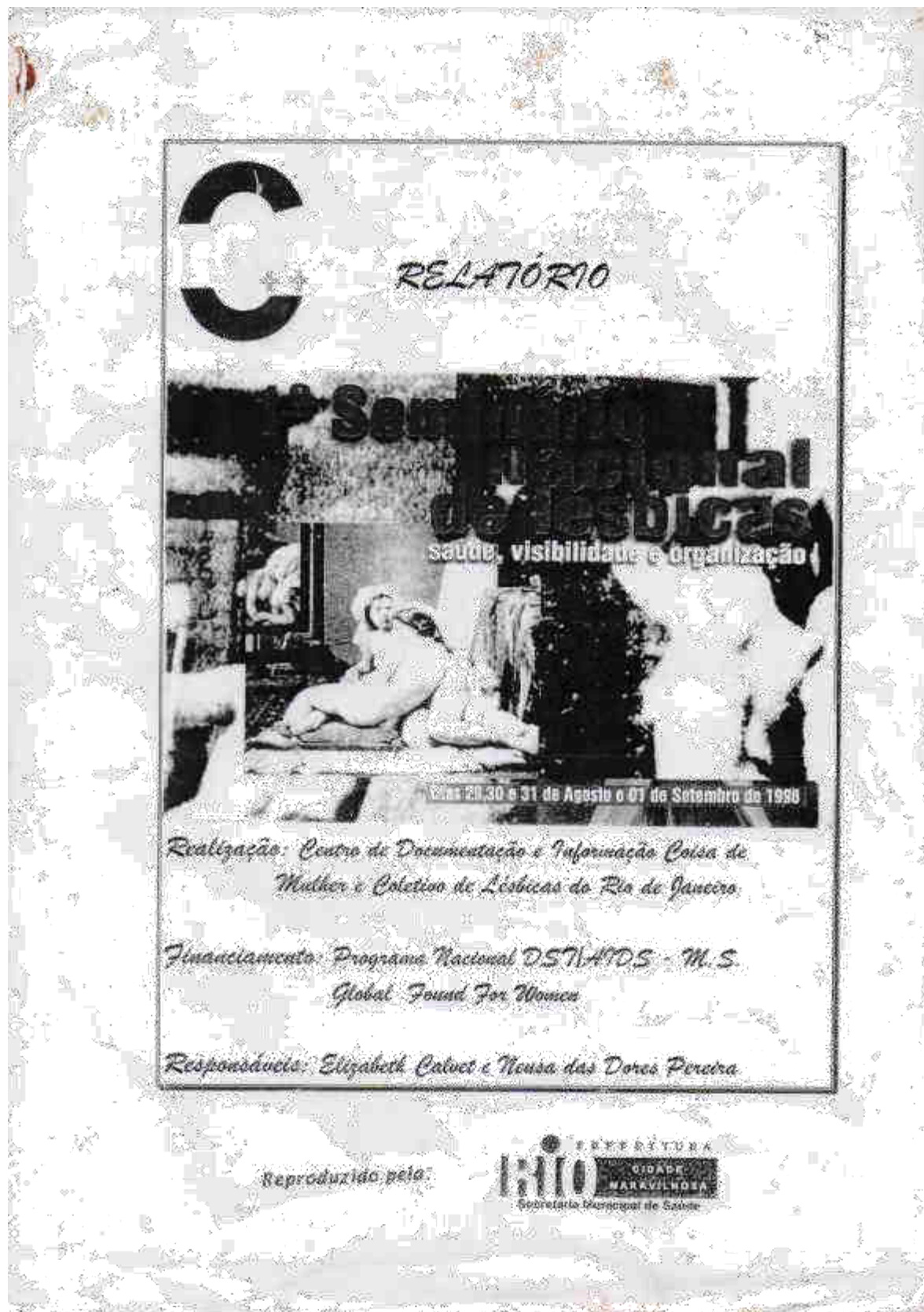
3. Movimento social versus políticas públicas

- 3.1 Quais as dificuldades para a implementação das políticas públicas para as lésbicas?

Você se lembra de mais alguma questão que possa contribuir com a pesquisa?

Obrigada!

ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIO DO 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS –
SENALE, 1996.

O Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, mais conhecido como COLERJ, foi criado em 10 de fevereiro de 1995, com a intenção de transformar-se em um grupo organizado.

Nesse momento, éramos algumas amigas reunidas a convite de Adriana Salgueiro, que não reside no Brasil, e aqui estava após ter participado de um encontro ocorrido em Curitiba. Percebendo como as lésbicas estavam sem espaço no referido encontro, resolveu vir para o Rio e, em contato com Neusa, demonstrou seu interesse em repassar informações lá colhidas. A partir desse contato, resolvemos eleger a 2ª feira em um dia de encontro para falarmos de nossas questões e fizemos fôyer.

Em pouco tempo o grupo cresceu. Cresceu não só em número, mas principalmente nas reflexões e questões acerca das políticas que o afligiam.

Fizemos duas ações: Voto nãô dia 8 de março e colocamos a cartaz na rua. Em seguida, a participação na Articulação de Mulheres Brasileiras para Beijing.

Procuramos a vereadora Jurema Batista e juntas elaboramos um projeto que regulamentasse o art. 1º da Lei Orgânica Municipal de Rio de Janeiro criando sanções a estabelecimentos comerciais que discriminem pessoas por causa de sua orientação sexual. Este projeto está em tramitação na Câmara dos Vereadores.

Fizemos o I GLA, onde após inúmeras discussões, mostramos a que viemos e apesar de sermos um grupo recém-criado, saímos de lá com a certeza absoluta de que podíamos fazer qualquer coisa, até mesmo, ser a Secretaria de Mulheres.

Quase um ano mais tarde recebemos a notícia de que não mais existíamos e, para cumprir um compromisso assumido e também provar que estamos mais vivas do que nunca e com outras novas estamos abrindo agora o I SEMINÁRIO NACIONAL de PREVENÇÃO das DST's/AIDS entre

LESBICAS

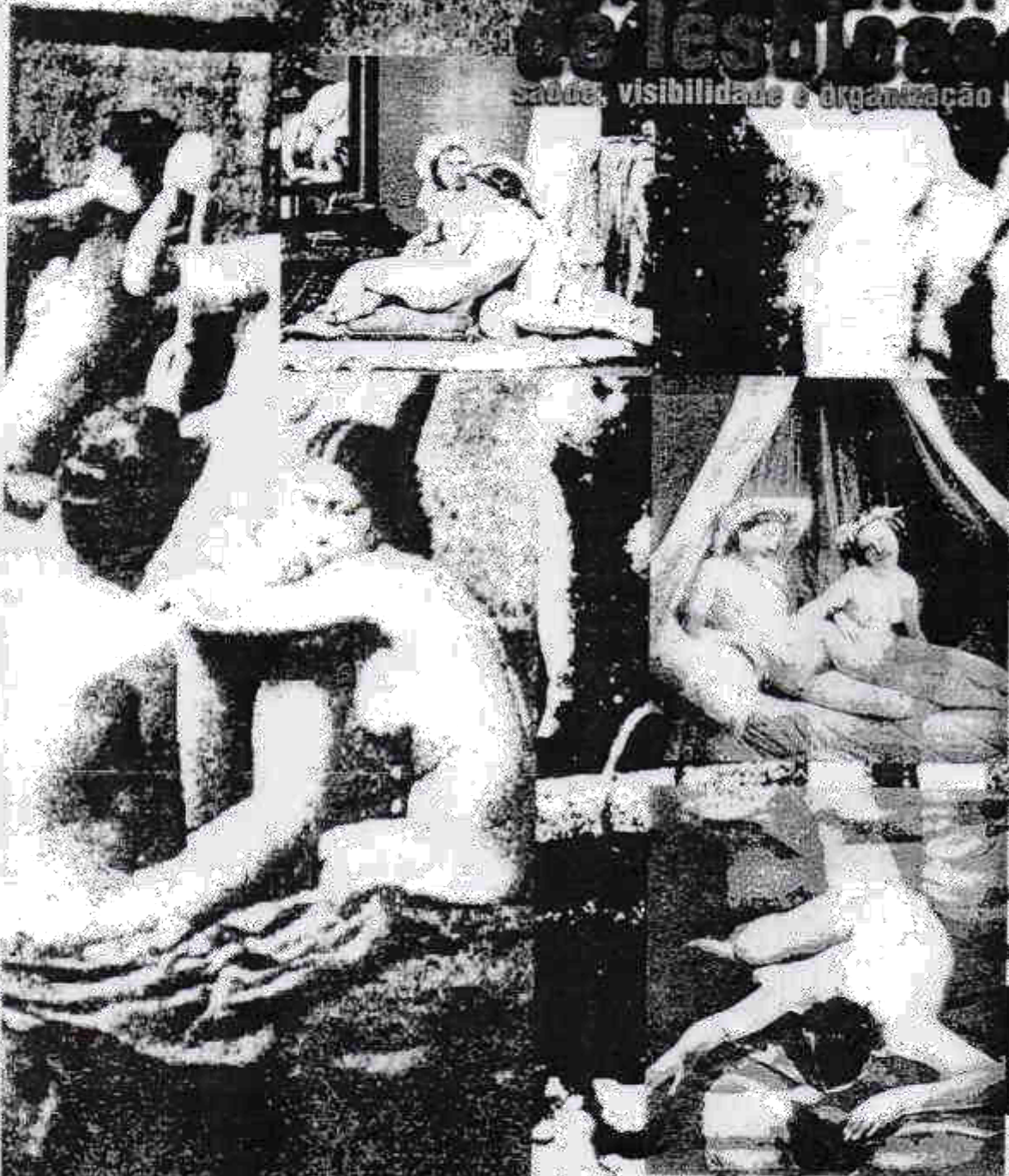
Afinal, hoje a cidade do Rio amanheceu mais enfiada e permanecerá assim nos próximos quatro dias. O COLETIVO DE LESBICAS DO RIO DE JANEIRO agradece pela atenção dispensada ao convite para que juntas possamos construir uma revolução na história do Movimento de Lésbicas Brasileiro.

Este é o I SEMINÁRIO DEQUIZ ORGANIZAÇÃO, VISIBILIDADE E SAÚDE criando mecanismos de conscientização que venham nos auxiliar na luta contra a discriminação, não é só responsabilidade das lésbicas, mas da sociedade como um todo, por isso agradecemos as amigas e amigos aqui presentes.

COLERJ
COLETIVO DE LESBICAS DO RIO DE JANEIRO



Releitura da obra "Mulheres" de Tarsila do Amaral



Seminário Nacional de Lesbiana

saúde, visibilidade e organização

Realização: Grupo de Mulheres
 GUEB (Grupo de Estudos de Rio de Janeiro)
 Apoio: Secretaria de Cultura do Estado, Conselho Municipal de Saúde,
 Conselho Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde,
 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico,
 Conselho Nacional de Políticas de Saúde, Conselho Nacional de Mulheres, Conselho Nacional de Mulheres, Conselho Nacional de Mulheres

informações tel.: 265 5002
fax. 205 4796

29 de agosto a 01 de setembro

Amigas

A construção deste Seminário foi um aprendizado que queremos dividir com todas.

Inicialmente queríamos fazer um pequeno Seminário local, depois a ideia foi crescendo e nos vimos organizando um Seminário Nacional para 30 mulheres. Sem infra-estrutura. Não temos sede própria, telefone, fax, salário, etc. nos dirigimos à Instituição onde uma de nós trabalha pedindo ajuda. Fomos imediatamente acolhidas. Em seguida, necessitando de envelopes, de cartas, selos, xerox e muitas ligações interurbanas, nos dirigimos aos parlamentares. Uma Vereadora e três Deputados Estaduais nos ajudaram, cedendo o pouco que tinham. Era época de eleição, todos, de partido de oposição, estavam sem dinheiro.

Fizemos projetos para o exterior e para o Ministério da Saúde. Enviamos ofícios para Secretaria Estadual de Saúde e para Secretaria Municipal.

Começamos a enviar as primeiras cartas para as ativistas colocando a ideia e solicitando ajuda e colaboração. Afinal, queríamos um encontro prazeroso e com cara de mulher dos diversos Brasil.

Aguardamos ansiosas vários dias. Pouquíssimas respostas. Desânimo? Não!!!

Mais trabalho. Agências de turismo, preço das passagens, de hotéis, de alimentação, de material pedagógico, levantamento de temas, de dinamizadoras de oficinas, composição das mesas, nomes de pesquisadoras, programar lazer, festas. UFA!!! Desânimo? Não!!!



E as lésbicas cariocas? Começaram a aderir, algumas com desconfiança com medo da tal visibilidade. Fizemos três audaciosas reuniões no auditório da Câmara dos Vereadores do RJ. Muitas mulheres apareceram interessadas em participar e colaborar durante o Seminário, no momento não era possível. Todas trabalhamos, temos que sobreviver no Real. Desânimo? Não? E as respostas do financiamento? Nada, nenhuma. Que preço cobraríamos de taxa? Nenhum. E a data marcada se aproximava, nenhuma inscrição, nenhum dinheiro. Susto? Desânimo? Não?

Precisávamos nos instalar em um escritório no Centro com telefone e fax so nosso. Afinal, tínhamos muito que articular e, para isso, era necessário ficar mais a vontade. Conseguimos! As ABAYOMI nos ajudando.

Faltam dez dias para o Seminário. E o dinheiro do Ministério não chega. O Projeto finalmente foi aprovado. O dinheiro vem. Quando? E o material de divulgação? Não sairá a tempo. A programadora visual sumiu? Como? Porque? Para onde? Não sabemos. Só sabemos que está com problemas existenciais?

A agência de viagens quer a lista? Confirma aqui, confirma ali, sim agora podemos garantir o necessário (hospedagem, passagens e alimentação).

Quem vem? De Tocantins? Que bom! A agência quer o dinheiro? Não tem. O contrato assinado teve que ir de DHL para chegar mais rápido e de forma segura. Pedimos dinheiro emprestado, pagamos o DHL. Dois dias depois o Ministério nos cobra o Contrato. Onde está? Sumiu em Brasília no dia 25 de agosto. Total desespero! Liga para o DHL! Encontram o contrato! Onde? UFA!

- Agora o dinheiro chega! Nossa! O encontro começa dia 29.
O hotel quer dinheiro, não adianta, não tem. Será que teremos a tempo?
Mulheres ligando de todo o país.

- Queremos ir! - Nossas malas estão prontas!
- Ainda tem vaga?

- Cruzes! onde elas estavam até agora? Só tínhamos 30
vagas, já aceitamos 60 inscrições. Não se preocupe, daremos um jeito!!

- Dia 28 nos instalamos no Hotel, pagamos as passagens, o
dinheiro chegou? Sim, mas ficou na compensação da CEF por 3 (três)
dias. O Hotel foi acalmado com um cheque pessoal, e claro, sem
fundos.

- Alívio! A agência de viagens avisa que as participantes
começam a chegar amanhã a partir das 6:00 hs da manhã. Sim, alívio,
estamos conseguindo. E elas chegaram.

- Quem conosco esteve lhes dirá o restante.

- Ah! e leve a festa da abertura. Uma linda noite de arte
negra. Cerca de 300 pessoas ouviram poesias, cantaram, dançaram na
Cidade Maravilhosa que, com certeza, mais entendida, compreendeu a
felicidade das mulheres que amam mulheres.

- Sim, amigas,

quem já fez,

quem faz, sabe

do prazer e da

alegria de

receber mulheres

de lugares outros.

ouvir sotaques
 lindos, sibilantes,
 constantes, sim,
 quem já fez,
 quem faz, sabe
 do prazer e da
 alegria
 de perceber
 rostos ansiosos,
 sonoras gargalhadas,
 sorrisos espontâneos,
 curiosos olhares,
 cúmplices murmúrios,
 ansiedades compartilhadas,
 na alegria do encontro.
 Sim,
 quem já fez, sabe
 da nossa saudade.

Nossos agradecimentos ao mandato dos parlamentares.

Vereadora: Jurema Batista

Deputado Estadual: Heloneida Studart

Deputada Estadual: Lúcia Souto

Deputado Estadual: Marcelo Dias

e também:

PIM

ABAYOMI

CEMINA

REDEH

Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher

PN - DSTs/AIDS Ministério da Saúde

Sec. Estadual de Saúde

Sec. Municipal de Saúde

Elisa Lucinda

Alexandre Ferreira

As Amigas Presentes

Aos Amigos Presentes

Aos ausentes.



COLERJ

Com a necessidade da criação de um espaço autônomo de discussão, de formação de opinião pública e de pressão política, e que implementasse formas de dar visibilidade às questões das lésbicas e em especial, das lésbicas negras, foi criado o COLETIVO DE LÉSBICAS DO RIO DE JANEIRO em 16 de fevereiro de 1995. Único espaço de lésbicas do Estado e primeiro no Brasil com essas características.

Desde a sua criação, utilizando metodologias diferenciadas (workshops, conversas informais, exibição de vídeos, festas, etc.) busca proporcionar às lésbicas auto-ajuda através da auto-estima e do auto-conhecimento.

Atividades políticas públicas

- Participação no dia 8 de Março dando conhecimento da existência do COLETIVO.
- Participação das discussões do Encontro Nacional de Mulheres para Beijing.
- Participação da Organização e Desenvolvimento de Atividades do III e IV Encontro Nacional de Travestis e Liberados, realizados no Rio de Janeiro no mês de Junho de 1995 e 1996.
- Participação e desenvolvimento de atividades na XVII Ilga de 1995 no Rio de Janeiro.
- Promoveu a discussão racial com o Workshop Lesbianismo e Negritude na XVII ILGA.
- Foi eleito, pelas lésbicas presentes, como SECRETARIA DE MULHERES DA ILGA.
- Participação em eventos variados tais como: Encontros, Seminários, Lançamento de livros, de vídeos, etc., dentro da temáticas de gênero e raça.
- Solicitação feita a Vereadora Jurema Batista para regulamentação da Lei Orgânica do Município estabelecendo normas e sanções a estabelecimentos públicos e privados que discriminem pessoas segundo sua orientação sexual.

- Assessoria a Vereadora Jurema Batista na elaboração do documento e da Lei para apresentação na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

- Realização de 1º Seminário Nacional de Lésbicas 29,30,01 (agosto/setembro) que causou forte impacto na sociedade brasileira fazendo com que emissoras de televisão, de rádio e alguns jornais notificassem o evento e promovessem debates sobre o assunto. (TV Bandeirantes, SBT, TV Globo, CBN, Rádio Guanabara, Jornal O Globo, Jornal do Brasil e alternativos).

Dentre as deliberações podemos citar:

- Dia 29 de agosto - início do Seminário passou a ser o DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA.

- A criação de uma rede nacional.

- A continuidade do Seminário. O próximo será em Salvador 1997.

Atualmente o COLERJ realiza seminários regionais com objetivo de implementar novos grupos, de criar uma rede de informações, discutir e aprofundar temas que ajudem a consolidação de uma identidade lésbica, sempre com enfoque mulher, negra e lésbica.

O COLERJ não tem recursos próprios, não tem sede e, desde sua criação tem ativistas voluntárias e como secretárias executivas, Neusa das Dores Pereira e Elizabeth Calvet - Fundadoras do Grupo.

O COLERJ consegue realizar suas atividades ao estabelecer relações de parceria com diversos grupos do movimento popular e social.





Mesa de Debates

TRÊS DOS DISCURSOS NA ABERTURA DO SEMINÁRIO

"Fortalecer a auto-estima tem muito a ver com a saúde..."

"Formar opinião e fomentar expressão de grupos marginalizados é plano da Secretaria de Saúde..."

"Esse tipo de encontro cria perspectivas oportunas no país..."

"Os temas Saúde e Prevenção dentro do seminário vêm de encontro às perspectivas da Secretaria de Saúde do Estado..."

"A participação da Secretaria é poder referendar o Movimento das Lésbicas..."

"Hoje se comemora esse momento histórico no país..."

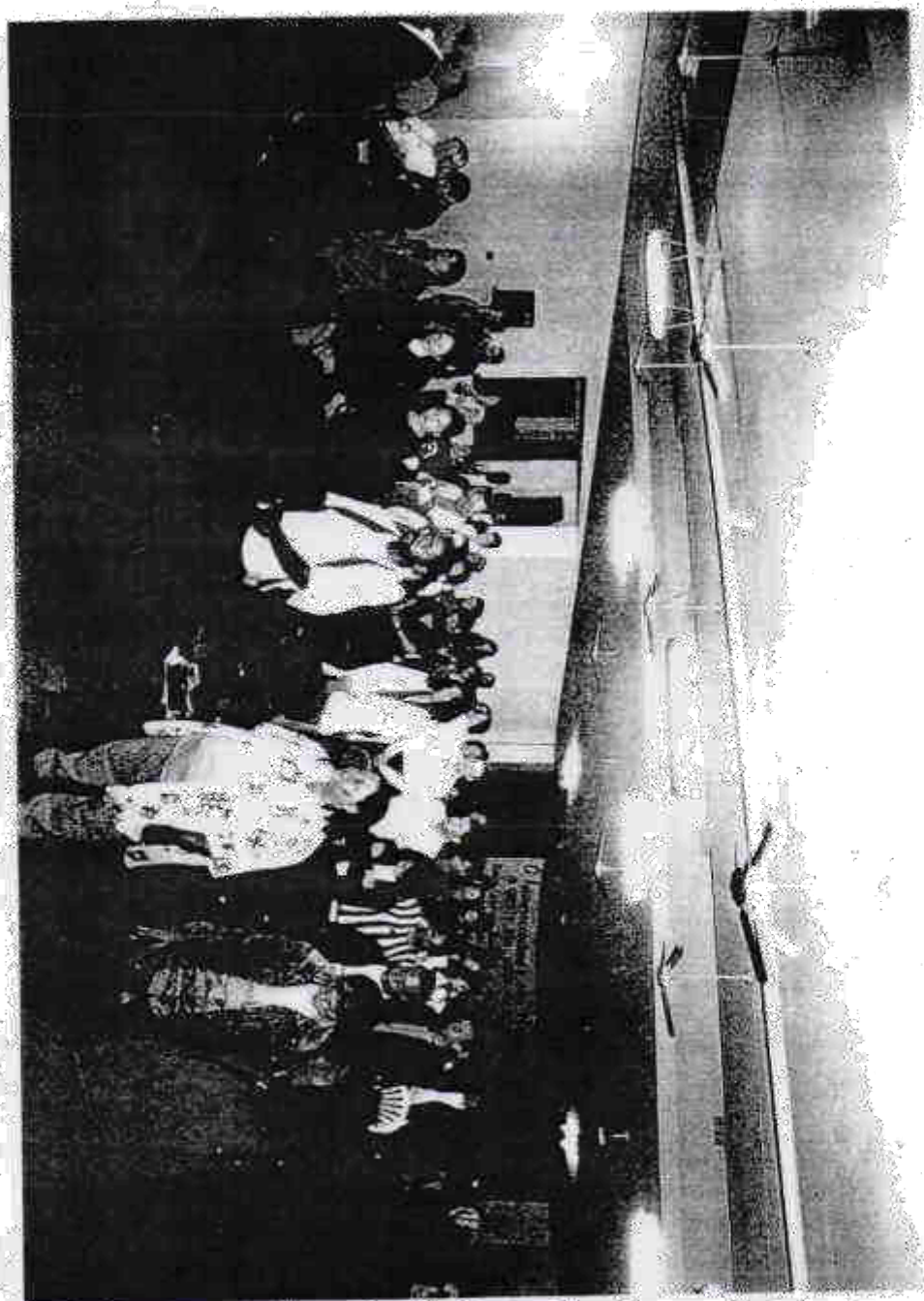
"Parece que são temas oportunos em nosso entendimento, a questão da saúde está colocada nos outros dois temas..."

"Em nosso entendimento não há um avanço se a gente não considera a importância da organização. Por isso que eu referendo a Organização..."

"O preservativo tem que ser entendido como produto de segurança nacional..."

"O estado tem capacidade de resposta limitadas com relação a assistência. E o setor de saúde é um nó. Com isso, Fóruns como esse, que são importantíssimos, não têm financiamento regular. O setor de saúde tem ações relacionadas à assistência. A prevenção não tem financiamento regular..."

Dr.º Alvaro Matida
Sec. Estadual de Saúde



Alinhado - Momento de Silêncio pela
recuperação da 2ª Guerra

"...Esse é um momento importante de troca de experiência, nossa presença demonstra a satisfação do PN-DSTs/AIDS do M.S. tem com o trabalho de Prevenção desenvolvido por vocês presentes..."

"...A nossa sociedade já não pode conviver com os medos e tabus que, com certeza, só atrapalham nosso objetivo maior que é a **VIDA**, a construção de dias melhores, a dignidade de poder trabalhar e ter em mente o dever cumprido e o direito assegurado..."

"...A organização de grupos de lésbicas mostra o começo de um árduo trabalho em defesa da cidadania. E nós, que trabalhamos com AIDS, reconhecemos isso. Para realizarmos parcerias com vários grupos assumindo postura pública de defesa, reconhecendo o interesse pelas informações referentes as DSTs e HIV. Trazendo para o debate o tema de sexo seguro entre lésbicas..."

"...Temos a obrigação de acabar com a ideia de que lésbicas são pessoas que não se previnem e que não sabem se prevenir e não praticam sexo seguro. E esse é um processo que deve ser compartilhado com toda sociedade, e nessa hora devemos ser mais fortes e exigir a garantia de qualidade de vida, sexo seguro e serviços de saúde..."

Dr.^a Cristina Pimenta
PN-DSTs/AIDS M.S.

"...Quando se fala da sociedade civil na história da AIDS, fala-se especialmente dos grupos homossexuais que vieram à tona, que saíram do armário, como se fala hoje, para a sociedade como portadores de direitos, desejos, de uma forma muito expressiva, muito tocante. Eu acho que este encontro, hoje, aqui é muito feliz, porque traz objetivamente novos canais de diálogos nessa história de AIDS. É impossível para a gente responder claramente quais são as políticas públicas de saúde em relação às lésbicas, porque essa especificidade jamais foi pensada. E esse espaço aqui, e esse movimento traz a possibilidade de um diálogo mais franco porque é fundamental quando a gente fala de saúde..."

Dr.^a Angélica
Sec. Municipal de Saúde

Parabola Mulheres de Ilheus





Eu gostaria que as lésbicas trocassem entre si sobre relacionamentos de casal, sobre o impacto da cultura de nos termos sido criadas como mulheres, nessa cultura, tentando formar casal com outra igual. Qual o impacto da criação que surge?

São mulheres que se identificam como lésbicas, como bissexuais ou simpatizantes e que todas essas questões, que não são objetivas, que não são de leis e que não são de políticas, estão escritas em nossos corações, escritas na nossa vivência diária. Eu queria congratular o COLERJ por essa iniciativa e a todas e todos que estão aqui apoiando esse evento.

Dr.^a Celia Szterentfeld
Coordenadora Geral do PIM

A tarefa do movimento das lésbicas, de estratégia, de como construir a visibilidade positiva e a partir daí a auto-estima que briga pela cidadania.

A tarefa movimento das lésbicas tem que trabalhar pela auto-estima. Através do trabalho feito internamente você consegue ir para o debate, consegue dizer para o governo que ele tem que investir e que investimento significa verba e orçamento.

Vereadora Jurema Batista



União Civil já!

Queremos fazer valer
 nossas lutas, nosso suor.
 Precisamos unir nos-
 sos acordos. Em pre-
 do nosso direito de
 ser mulher, sonhar e
 viver de amor.

Jô" → MHB.

BELEM. PARÁ

08/1996



"Cada um
sabe a dor e
a delícia de ser
o que é."

Caetano Veloso

"Somos to-
dos iguais bra-
ços dados
ou mão."

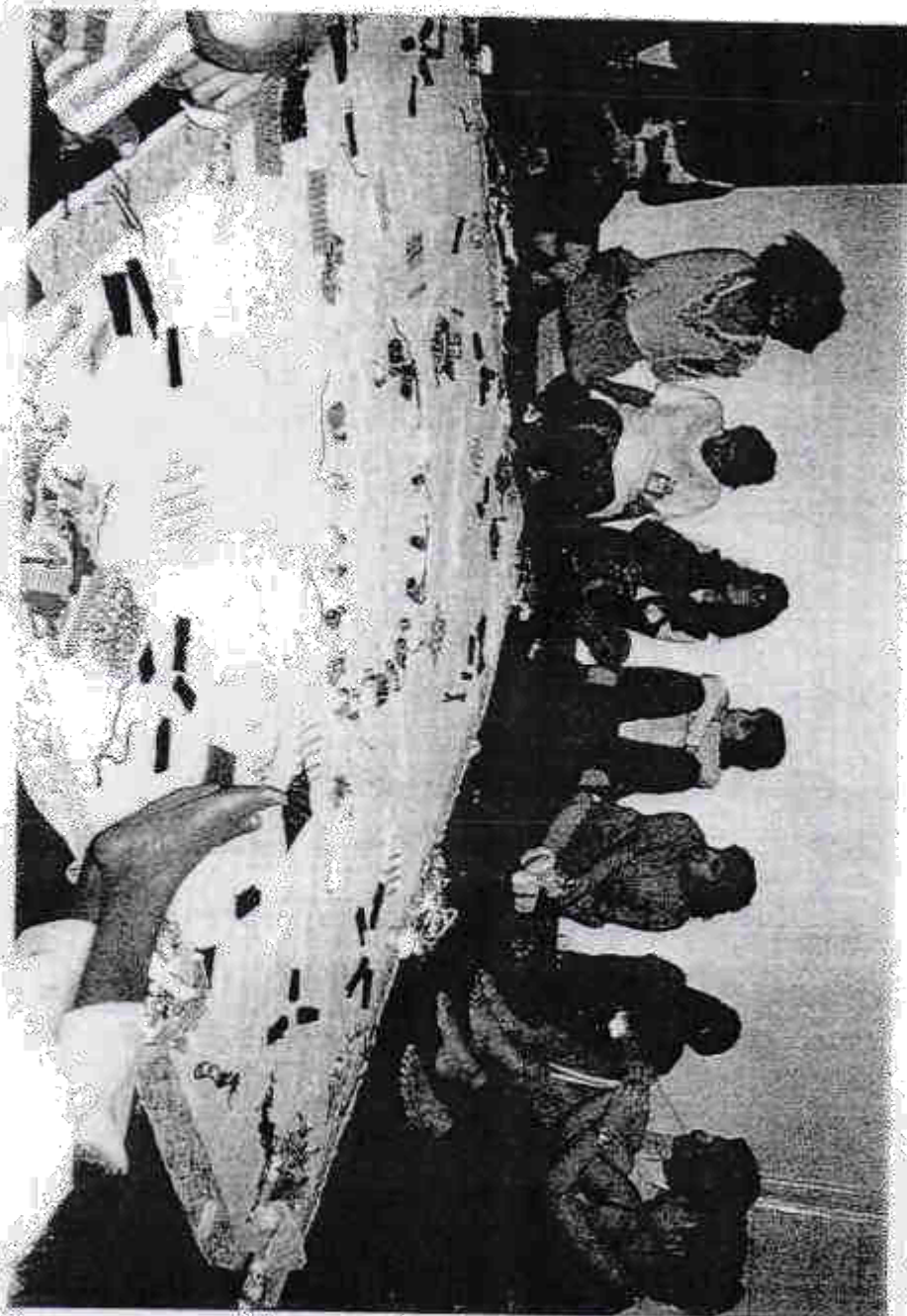
Geraldo Vandré

"Lesbianisme

Mulher com
mulher é natu-
ral. Não é ou-
me.

É "legal"!

"Jô → MHB
BELÉM - PARÁ"



Uluu, Happoni

Quem somos nós?

Com o objetivo de nos conhecermos um pouco mais, utilizamos também o Sembrando, um questionário. Entretanto, dos sessenta distribuídos, apenas 24 nos foram devolvidos. Bastantes em nossas observações, e também coletando dados das fichas de inscrição, percebemos que as mulheres que estão na faixa de idade compreendida entre 20 e 30 anos, bem como um número significativo de mulheres negras pretinhas deixaram de responder ao questionário. Por isso, optamos por registrar somente os resultados sem fazer uma análise detalhada da material.

1. Idade:
(1) entre 20 e 30
(2) entre 31 e 40

(3) entre 41 e 50
(4) mais de 51

2. Cor:
(1) branca
(2) negra
(3) N.R.

(4) amarela
(5) Outras

3. Qual a sua renda mensal?
(1) até 1 SM
(2) de 2 a 3 SM
(3) N.R.

(4) de 4 a 10 SM
(5) mais de 10 SM

4. Qual o seu nível de educação?
(1) primário completo
(2) primário completo
(3) ensino fundamental
(4) ensino superior
(5) N.R.

(6) 2º grau incompleto
(7) 2º grau completo
(8) superior incompleto
(9) superior completo

5. Estado civil:
(1) casada
(2) divorciada

(3) solteira
(4) viúva

6. Você tem namorado(a)?
(1) sim
(2) não

(3) não

7. Você mantém relações sexuais regulares com o(a) namorado(a)?
(1) sim
(2) não

(3) não

8. Você também se relaciona com outras mulheres, além da sua namorada(a)?
(1) sim
(2) não
(3) N.R.

(4) não

9. Como você se veste?
(1) casaco
(2) casaco
(3) casaco
(4) Outras

(5) com o namorado
(6) não

10. Você usa ou usou alguma pílula ou outro método?
(1) com preservativo
(2) N.R.

(3) sem preservativo
(4) sem preservativo

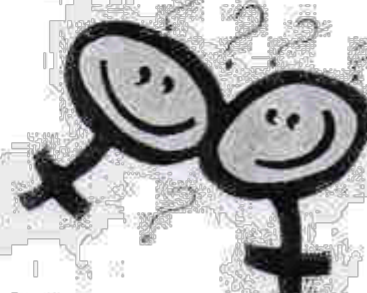
11. Você sabe o que é uma DST?
(1) sim
(2) não

(3) não

Exemplos:

(1) Câncer
(2) Coerência
(3) Carimelo
(4) Gonorreia
(5) A. C. C.

(6) Herpes
(7) HIV
(8) Sida
(9) Vaginite



12. Já teve alguma DST?

(7) sim

(15) não

Qual?

(1) Condiloma

(2) Cândida

(2) N.R.

(21) N.Citam

13. Como você costuma se prevenir?

(2) Abstinência

(2) Luva

(5) Camisinha cortada

(1) Métodos de barreira

(1) Conversa

(2) Não faço prevenção

(1) Higiene

(1) Pomada vaginal

(1) Indo ao médico

(2) Tendo parceira fixa

(6) N.R.

14. Marque o tipo de material preventivo que você conhece usado entre mulheres:

(12) dedeira

(19) luva

(17) camisinha cortada

(8) rolpack

Outros: Nenhum (5)

15. Qual deles você usa?

(1) dedeira

(4) luva

(5) camisinha cortada

(1) rolpack

(7) Nenhum

16. Você toma precaução ao praticar sexo oral?

(11) sim

(11) não

Qual?

(4) Camisinha

(1) Preservativo

(3) Higiene

(16) Nenhum

(2) N.R.

17. Você toma cuidados ao colocar os dedos na vagina de sua companheira?

(20) sim

(1) não

Quais?

(2) Devagar

(1) Luva

(5) Higiene

(3) Unhas cortadas

(3) N.R.

(13) N.Citam

18. Uma mulher pode transmitir HIV a outra?

(22) sim

(1) não

Comp?

(1) Através das mucosas

(2) Através do sangramento vaginal

(5) Através da secreção vaginal

(1) Ferimentos abertos

(3) Pelo ato sexual

(1) N.R.

(12) N.Citam

19. Você é (a) ginecologista:

(1) nunca foi

(16) vai uma vez por ano

(1) se foi uma vez

(6) vai a cada dois anos

20. Sua(sua) ginecologista sabe que você é lesbica?

(14) sim

(8) não

(2) N.R.

21. O atendimento da(do) ginecologista:

(9) bom

() ruim

(7) ótimo

() péssimo

(7) regular

(1) N.R.

22. Nome e endereço da(dô) sua(seu) ginecologista
 CAISM/SBPC/SP - Dra. Márcia/Dra. Melódia = Pinheiros/SP
 PAM-Penha - Dra. Mireia
 Dr. Valfenci - Av. Nelson Cardoso, Taquara
 Prê-Matru/RJ - Dr. José Jorge
 Dra. Terezinha Flemik Herstem
 IASERJ - Gávea - Dr. Amar

23. Você conhece em seu Estado algum trabalho de saúde preventivo específico para lésbicas?

(8) sim (16) não
 (2) N.R.

24. Você fez o exame preventivo?

(3) nunca fez
 (6) fez apenas uma vez
 (15) faz sempre

25. Você se relaciona sexualmente com homens?

(4) sim (20) não

26. Você tem parceiro fixo?

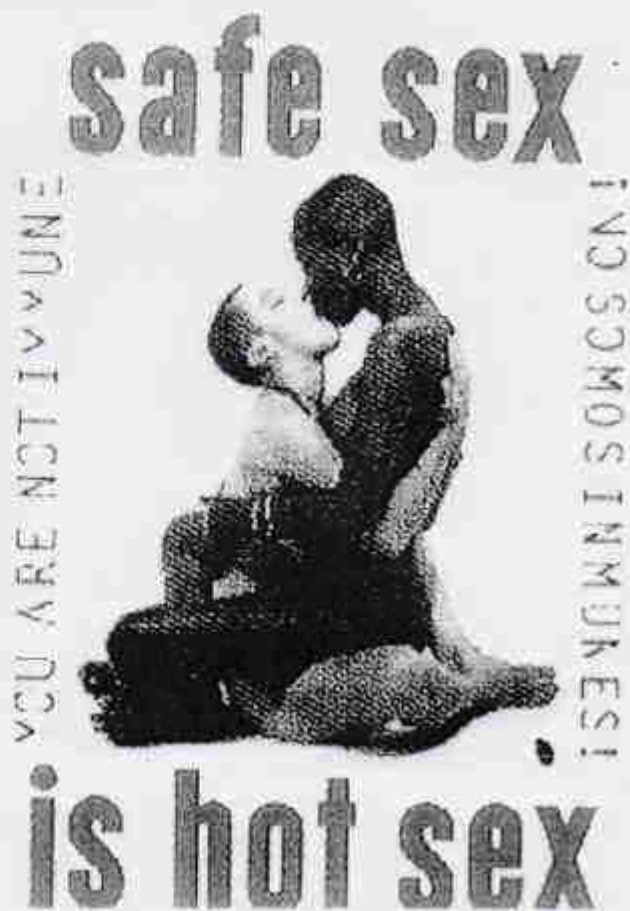
(3) sim (21) não

27. Você exige que ele use camisinha ao transar com você?

(5) sim (18) não (1) N.R.

OBS:

N.Citam = Não Citaram
 N.R. = Não Responderam





Grupo de Trabalho

E O SEMINÁRIO FOI...

Das sessenta questionários de avaliação distribuídos, apenas 27 foram devolvidos, cerca de 50%. No primeiro bloco de perguntas referentes à organização, infra-estrutura e hospedagens do seminário, temos as seguintes respostas:

Organização: 15 ótimos, 8 bons e 4 regulares

Infra: 12 ótimos, 11 bons e 2 regulares

Hospedagens: 10 ótimos, 1 bons e 0 regular

Quanto ao letrário e ao desenvolvimento dos conteúdos, observamos as seguintes respostas:

Oficinas: 19 ótimos, 7 bons e 0 regular

GTs: 15 ótimos, 10 bons e 1 regular

Mesas Redondas: 9 ótimos, 15 bons e 2 regulares

Plenárias: 12 ótimos, 11 bons e 3 regulares

Observação: As mulheres ficaram sabendo do Seminário basicamente através da boca-a-boca e por carta.

Conclusão:

Diante do quadro de avaliação acima, concluímos que houve aprovação da infra-estrutura e da metodologia por nós utilizadas. Tal fato deve-se à acomodação das participantes em um hotel de 12ª qualidade, que oferecia conforto, segurança e tranquilidade para o desenvolvimento dos trabalhos.

A aprovação, quase unânime da metodologia utilizada, demonstra a importância das diversas formas de abordagem dos temas discutidos durante o seminário.

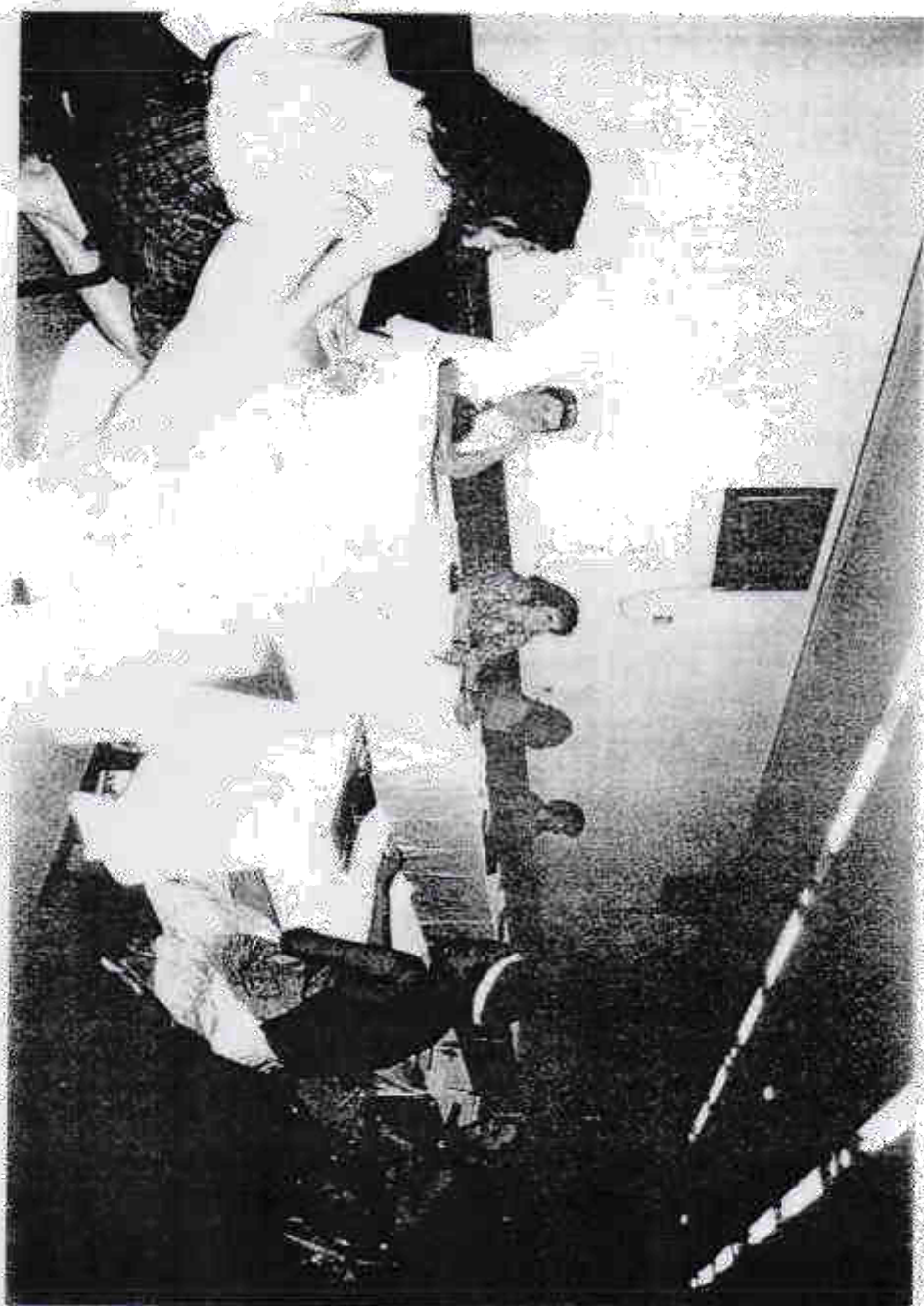
A Coordenação teve o cuidado e o carinho de convidar dinamizadoras com experiência no trabalho com mulheres, sensíveis e conscientes da especificidade lesbica.

Dão nossos agradecimentos a elas.

Oficinas

Sônia Santos Lena Martins Lúcia Nascimento - Coperníca e Abayemi - Oficina de Integração
Dra. Lúcia Gromac - Sexo Seguro
Dra. Simone Peres - Sexo Seguro
Prof. Ivete Moreira Lago - Terapia do Abrigo
Prof. Maria Lúcia de Carvalho - O Corpo Fala
Sra. Fátima Rocha - A Sexualidade Nossa De Cada Dia
Sra. Jocimete de Souza - Lésbica e Auto-Exame
Sra. Maria Lúcia Vidal - Amor entre Mulheres
Sra. Monique Miranda - A Sensualidade Nossa De Cada Dia
Sra. Sandra Terra - Poesia e Libertação
Sra. Vitoria Pamplona - Lésbicas e Maternidade





Mesas

-Lésbicas, Políticas Públicas e Cidadania-

Expositoras: Dra. Angélica
Dra. Célia Sterenfelf
Dra. Cristina Pimenta
Dr. Alvaro Matida
Vereadora Jurema Batista

Moderadora: Elizabeth Calvet

- AIDS, Mulher e Orientação Sexual -

Expositoras: Dra. Marília Buihães
Sra. Maria Jucinete de Souza

Moderadora: Neusa das Dores Pereira

Organização e Visibilidade

Expositoras: Marisa Fernandes
Neusa das Dores Pereira

Moderadora: Maria Lúcia de Carvalho



Grupos de Trabalho

Coordenadoras: Profª Vera Neri
Sra. Yone Lindgren
Profª Maria Lúcia de Carvalho
Sra. Rosana Zaiden

Plenária

Coordenadoras: Elizabeth Calvet
Neusa das Dores Pereira

Secretariado: Mariângela Meccan Lopes (Grupo Nuances-RS)



Grupo de trabalho

SEMINARIO

bioactive

Consistent with the
Chen et al. (2011)

MAH
BATH London
feeding

1000

Amichelle
1-800-368-2200
www.amichelle.com

Amelia



100

15

5

2005



21

2000

100

916



Um Sonho
De uma Noite
De Verão

Salmonella

ORLANDO
JAN 1968

1500

141140

[Handwritten notes:]

MA 13
Gibbard
BGM
Pine Hill
Quaker

Grand

① *Quercus*

(Handwritten note in margin)

1. [illegible]
 2. [illegible]
 3. [illegible]
 4. [illegible]
 5. [illegible]
 6. [illegible]
 7. [illegible]
 8. [illegible]
 9. [illegible]
 10. [illegible]

1900

Mr. J. H. ...

Yours truly, J. H. ...



Grupos de trabalho

Plenária

Reunidas em plenária às 10:00h do dia 01-10-96 aprovamos as seguintes propostas:

1. Face as exposições feitas pelas pesquisadoras presentes a este seminário, ficou evidente os poucos dados que se tem e o pouco que se sabe acerca da relação **MULHER x AIDS** no Brasil, principalmente na especificidade lésbica. Esta plenária unanimemente aprova e encaminha ao Ministério da Saúde e às Secretarias Estaduais e Municipais, as seguintes propostas:

- Desenvolvimento de campanhas de massa para a prevenção de DST's/AIDS entre mulheres;
- Implementação de pesquisas sobre HIV voltadas para lésbicas;
- Investimento na produção ou importação de preservativos femininos;
- Abertura de financiamento, de forma menos burocrática, para grupos e organizações de mulheres que desenvolvam trabalhos sobre DST's/AIDS;
- Elaboração de material informativo relatando o verdadeiro quadro de contaminação de HIV entre mulheres;
- Recomendação às instituições de ensino na área de saúde (médicas e paramédicas), principalmente às de especialização em Ginecologia, a devida atenção e sensibilidade no atendimento e/ou tratamento às lésbicas;
- Criação e veiculação de campanhas de prevenção de DST's/AIDS específicas para adolescentes cooptadas pela prostituição;

2. Oficializar o dia 29 de agosto como sendo o **DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA**;

3. O próximo seminário será realizado em Salvador, Bahia, e organizado pelo GLB - Grupo Lésbico da Bahia - no prazo de um ano, podendo ser prorrogada a data, em no máximo, seis meses;

4. A criação da Rede de Informação Lésbica será o ponto principal de discussão no próximo seminário;

5. Que as ONG's se organizem para o lançamento de uma campanha sobre **NÃO DISCRIMINAÇÃO À ORIENTAÇÃO SEXUAL**. Esta campanha deverá ser deflagrada a nível regional, estadual e federal, com o objetivo de construir uma sociedade menos preconceituosa;

6. Que se cobre veementemente do Movimento Feminista o seu real envolvimento e engajamento em nossas questões específicas.

MOÇÕES APROVADAS:

a) MOÇÃO DE REPÚDIO À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS - Pela lei experimental que determina que os travestis usem as enfermarias femininas nos hospitais municipais (anexa).

B) MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - Por querer implantar o uso de banheiros públicos femininos pelos travestis, bem como o atendimento dos mesmos em Delegacias de Mulheres.

RECOMENDAÇÕES:

1. Que as lésbicas votem em candidatos sensíveis às nossas questões;
2. Que as lésbicas abram discussões sobre o machismo existente nos grupos gays;
3. Que as lésbicas discutam mais sobre racismo;
4. Que os seminários tenham continuidade com espaço de um ano e participação de um número maior de lésbicas;
5. Que fique explicitada a nossa adesão à luta junto aos travestis contra os ataques machistas a que estão sujeitos, e o nosso entendimento de que necessitam de acomodações próprias em enfermarias, banheiros, etc...
6. Para o próximo seminário recomenda-se:
 - * maior rigor no cumprimento dos horários;
 - * uso de um telão para vídeos;
 - * maior divulgação;
 - * oficinas que privilegiem a história de cada uma para a construção da identidade.
7. O COLERJ deverá:
 - * organizar o histórico do Seminário;
 - * criar um vídeo sobre Visibilidade Lésbica;
 - * criar um boletim mensal informativo;
 - * a coletânea de poesias deverá ter o nome "Marias de Mim".

MOÇAM DE REPUDIO

Os participantes do **Seminário Nacional de Lesbicas**, reunidas as 29 a 31 de agosto em 1996, no Hotel Rios e Presidentes, na Cidade do Rio de Janeiro, **REPELIAMOS** a deliberação do Conselho Municipal de Saúde da Cidade de Santos obrigando os hospitais da rede pública municipal daquela cidade a internar travestis na enfermaria de mulheres. Para materializar essa medida em projeto de lei, o Secretário Municipal de Saúde de Santos afirmou que "conversará com todos os responsáveis pelos hospitais municipais, particulares e do Estado para ver como a medida será aceita".

Nosso repúdio justifica-se porque:

as mulheres principais alvejadas pela medida não foram ouvidas e pela deliberação tomada pela Sr. Secretária de Saúde, não sabemos se que a consulta seria de fato aos responsáveis por hospitais.

Não consultar as mulheres e considerá-las como objetos e não como sujeitos

a solução dada ao problema encaminhada para a esfera governamental, os hospitais sobre as mulheres.

Travestis não homens e nem um contingente enorme de mulheres, as duas precedidas pelos próprios serviços hospitalares. Mulheres são 51% da população e tem-se absurdo repartir o escasso espaço das enfermarias femininas da saúde pública com travestis *que de maneira alguma são mulheres*.

Na realidade essa medida não reflete uma conquista dos travestis mas, trata-se de uma vitória da intolerância e do machismo que repudia a orientação sexual de travestis.

Santos destaca-se pelo controle da epidemia da **AIDS** e merece toda nossa admiração. Assim como no combate ao preconceito contra portadores do vírus **HIV** e dos doentes de **AIDS**, os profissionais de saúde precisam ter capacitação para prestar atendimento digno aos travestis e controlar, nas unidades de saúde, a intolerância e preconceito a que se tem a discriminação de pessoas homossexuais.

A conquista da área da saúde da mulher de nos levou muito difícil ou conseguimos se ainda distante, apesar de 20 anos de nossa presença organizada. Há de cada um ano, pela implantação do **PAISM**, organizamos os Comitês de Mortalidade Materna e de Aleitamento Materno além da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, sem falar da luta pela aborto legal e, apesar disso, o atendimento público permanece muito distante de uma efetiva conquista.

O repúdio a essa medida não é contra travestis, que tanto quanto as lesbicas conhecem bem e prezamos e a sua eliminação. Todos temos direito a um atendimento digno e saúde e *ninguém pode ser vítima de agressão moral ou física por sua orientação sexual*. Nossa maior conquista será um serviço público de saúde com qualidade para todas as pessoas, sem qualquer discriminação sexual ou sexual. Mas esta será uma conquista de toda a sociedade organizada e que não se pode e comparecer o problema sobre as mulheres.

Mulheres não são mulheres mas são realmente diferentes como **DIFFERENTES** e queremos ser **ouvadas e respeitadas**.

For de Nacional de travestis e trans

Dia 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lesbica



Foto: Arquivo do Seminário

A NECESSIDADE DE FALAR:

Que também já nos magoaram e medraram os termos pejorativos e os olhares críticos. Não nascemos mulheres assumidas, esclarecidas e engajadas. Isso é: nova forma de recepção e abordagem. Isso serve até para nós, atuantes, também: de repente, a séria Rosana, a quem não dei atenção (embora solicitada) no Iº Fórum de Mídia Gay & Lésbica (RJ/94), ela pela "Femine", eu pela "Elas & Elas", mostrou ser tão doce e gente como eu... e quem saberá que foi Alice, em Sampa, a me colocar a semente da seriedade do movimento em papo no Iº EBHO (EGHO) há 16 anos? E que tenho, ainda, dúvidas, medo e até me sinto única, às vezes?...

É preciso trabalhar a auto-estima das lésbicas, sem exceção... E com este pique, tô na luta outra vez. Namoro o "COLERJ" e admiro o "Arco-Íris". A Rede Um Outro Olhar é fonte de informação. Sandra Terra, a poeta que luta sozinha contra a hipocrisia de uma city do interior fluminense e não a "pintosa" piadista sem estribeiras.

Volto à proposta.

Tivemos o Iº Seminário Nacional de Lésbicas. Temos agora o dia da Visibilidade Lésbica (29 de agosto): mas o que ficou em mim foi a **EMOÇÃO**.

Sou participante do Movimento Homossexual desde 1979 (Grupo Somos/RJ). Participei do Iº EBHO em SP e de lá para cá, venho militando por este mundão afora, tentando conscientizar as mulheres lésbicas em relação a organização. Eu mesma, no Rio, tentei por 4 vezes "levar" um grupo. Não consegui. Era o "bloco do eu sozinha". A mulherada vem e some. O "Movimento D'Elas" havia sido minha última tentativa. Mas... veio o Iº Seminário. Veio a oficina "Abayomi" que nos fez chegar a um contato menos formal... e no GT onde discutíamos a "organização" veio a luz: transmitir às mulheres que nos buscam (vêm), a emoção do que somos (assumimos). Mostrar a elas que também sentimos medo, repressão, dúvidas. Que também nos preocupamos com família e empregos. Que ansiamos por braços & abraços.

Trabalhemos nossas emoções. Mesmo com as porradas na sensibilidade, exteriorizemos o que somos-fomos para quem ainda teme o sistema e etc... e para quem milita conosco e tão pouco conhecemos... abrir o coração, deixar fluir junto com a cabeça, é a proposta.

Quero crer que seja este o caminho...

Tô na luta e conto com vocês!

Saudações

Visivelmente

Carinhosas...



MILIT. FEMINISTAS

ET.: O "GT" da EMOÇÃO do Iº Seminário Nacional de Lésbicas foi coordenado por Vera Neri (RJ) e teve como participantes:

Waldineia, Marília, Cláudia, Lucy, Ivete, Yone (RJ);
Rosana Zaiden (SP);
Mariângela (RS);
Sandra Terra (Macaé - RJ)

Agradecimentos mais do que especiais ao pique de Neusa, Beth, Valdéia e Yalé (COLERJ), que nos proporcionaram tudo isso!!!...

Yone

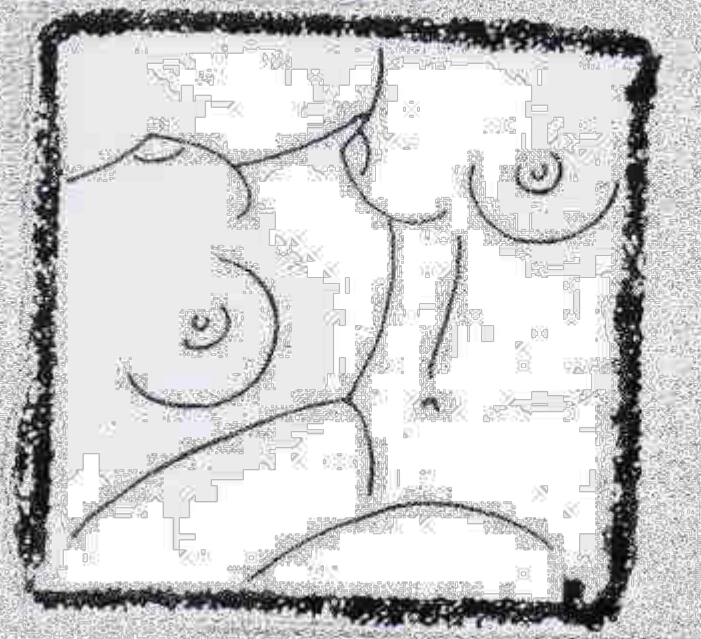
Escrever é uma catarse para mim, pelo menos. E, como não há como falar olhando nos olhos de quem comigo esteve no 1º Seminário Nacional de Lésbicas, escrevo. Não fui somente movida pela emoção que me habita desde o 1º EBHO. Foi porque já não acreditava em movimentos e similares. Queria ter certeza do que repudiava.

Politicamente? Conquistas concretas, onudas de propostas bem conscientes, colocadas, discutidas, a Rede do Movimento, unificando, unindo mesmo. **O DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA**, no dia 29 de agosto. O pique de quem, com a cara e a coragem, realizou o Seminário. A programação do evento, que foi tão bem elaborada, não permitindo que tivéssemos necessidades outras que não a de participação integral.

O ver gente que andava com uma postura de "sou militante e estou acima", caindo no trabalho, lado a lado com quem jamais havia se colocado no movimento. Mulheres simpáticas, com a consciência de pique necessário. Como não me sentir gratificada com Vera Neri a coordenar um GT (Grupo de Trabalho), que foi pura emoção, sendo ela mulher de simpático marido, e não pensem os mais maldosos em qualquer "política de cama". Yale, que ao receber o certificado de presença, após estafante secretariado, coloca a necessidade de se colocar aos filhos e mandos a naturalidade da opção de ser humano. André e Anton, sendo iguais a nós, até nas reivindicações, então ver, rever, conhecer, reconhecer, mulheres de todos os cantos unidas, muito unidas, sim, assim como devamos ser sempre, concordando, discordando, polemizando (se necessário), mas, acima de tudo, com a emoção a flor da pele e a consciência do depois!!!

Foi festa para o corpo, para a alma, para a vida, pela opção. Foi paixão pela causa. Foi motivação para uma libertação dos padrões pre-fixados, talvez estabelecidos, conscientização mais que necessária.

Yone Lindgreen



São Paulo, 25 de setembro de 1996

Para:
Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ

Queridas lésbicas,

Depois de tentativa frustrante e arrasante em fazer um encontro de lésbicas em São Paulo, onde todas as que batalhavam pelo encontro e éramos em torno de 30, saímos arrasadas e sem condições psicológicas de enfrentar qualquer coisa do gênero em São Paulo. Este processo foi tão detonador que até grupos de interesses em fazer qualquer coisa por nós foi destruído, morto e sepultado. O motivo é aquilo mesmo, as enviadas das trevas.

Passados anos chega em minhas mãos aquele convite maravilhoso chamando para o 1º Seminário de Lésbicas no Brasil, no Rio de Janeiro, foi uma surpresa maravilhosa e quase inacreditável. Vocês não imaginam como gostei da notícia e só acredito que o seminário vai acontecer porque era no Rio, longe daqui, longe da coisa.

A minha avaliação deste seminário é só elogios, vocês possibilitaram a primeira oportunidade de estarmos entre nós a isso a nível de Brasil, se não foi quem não batalhou por isso, o nosso encontro possibilitou a nossa troca de vivência, o aprendizado umas com as outras, o espelhar na outra e o sentir as dificuldades que temos, como podemos lidar melhor com elas. Foram muitas as dificuldades apontadas, seja na nossa situação de mulher onde já nos encontramos em papéis de desigualdade com homens o que foi sentido pelo depoimento de várias lésbicas que trabalham em grupos mistos e que acabam sendo executoras de trabalhos destinados aos homens, não ficando espaço para trabalhar com lésbicas.

A nossa dificuldade em lidar com nossa situação de isolamento principalmente quando nos encontramos em regiões do Brasil longe dos centros urbanos, onde nos achamos únicas e observadas por toda a sociedade local que cuida o tempo todo da gente. O que fazer nesta situação? Acho que a resposta não é única, mas com certeza depende de como vivemos a lesbianidade, se vivemos como se fosse algo particular que só diz respeito a nós mesmas ou ainda se achamos que estamos dentro de uma situação comprometedora quase uma semi-legalidade que pode causar danos com absoluta certeza estaremos condenadas às atuais fogueiras sociais.

Foram vários os depoimentos de lésbicas que nesta situação não se sucumbiram e lutaram por suas vidas e por seus espaços, deixando para trás familiares e amigos(as) mas construindo outras amizades e laços afetivos de igual ou melhor valor, o que não é bicho de sete cabeças, pois em várias situações nos vemos obrigadas a renunciar ou a mudar de um lugar para o outro em busca de melhores oportunidades. Para mim aqueles depoimentos só serviram como incentivo de que é preciso lutar e como diz um dito: "negro, mulher e lésbica não vive, luta".

Um fato importante e marcante foi a maioria das participantes serem negras, o que não é nenhuma novidade para o nosso país onde a maioria é negra, mas acho que é um dado importante, porque mesmo dentro de um país negro, a maioria de tudo é dominada por brancos. O que não posso deixar de dizer é que esta maioria tem na auto-estima o seu bem precioso.

Não posso deixar de falar das novas técnicas de oficinas apresentadas, pelo menos para mim foram novas:

- A arte da construção de bonecas com retalhos de panos, onde ao mesmo tempo que construíamos as bonecas de pano, íamos construindo um diálogo entre nós, onde tecíamos com palavras a nossa própria história, cada uma a sua forma ia dizendo coisas que ao final ficávamos com as bonecas de pano finalizadas e com a história de cada uma construída ali.
- Oficina de poesia, outra técnica onde podemos poetizar os nossos sentimentos, através das palavras.

Para mim estas duas técnicas despertaram uma vontade de conhecer a nossa história contada por nós mesmas, e ouvir dentro do seminário que cada uma de nós tem tanta história que dá vontade de saber muito destas histórias nossas.

Não posso também deixar de falar que este seminário me trouxe de volta um sonho antigo: o de que é possível construir um espaço físico, uma colônia com lugar para horta e jardim, com a natureza perto, onde poderemos viver ou apenas passear, mas que de alguma forma traga na nossa velhice dignidade e prazer, pois muitas de nós somos sozinhas e sem família, e corremos o risco de envelhecer sozinhas e isoladas.

Um carinhoso beijo e abraço...

Rosana Zaiden



Salvador 23/09/96

Como é legal esta troca de alegrias que foi o encontro, uma nova luz se acende e estamos com a nossa cor lá no arco-íris do Movimento homossexual Brasileiro, falando ou gritando "somos lésbicas", queremos visibilidade, e fazemos parte do arco-íris, seja no trabalho, em casa, com a companheira, em um bar, enfim, abre-se uma porta e estaremos lá sem dúvida.

Este encontro nos faz repensar a nossa participação com ideias, emoções, vida.

O próximo será aqui, na Bahia. Tentaremos e iremos fazer o melhor que seja para termos nossa visibilidade acesa nas faces de todas as pessoas que são lésbicas ou não, ou até de toda a população.

E com coragem e garra, pois Salvador é uma cidade coordenada por coronéis, isto é um desafio maravilhoso para nós daqui.

Contamos com sua participação nesta jornada, iremos precisar da ajuda de todas, queremos fazer um trabalho lindo aqui, junto com todas as lésbicas do Brasil.

Visibilidade Lésbica já! em todos os âmbitos, e só assim conquistaremos um espaço que já nos pertence!

Saiba que o GLB já está nos preparativos para o Encontro. Agradeço a você que também impulsiona este movimento novo que surge mais lúcido e arrebatador, vamos agarrar com as duas mãos.

Saudações Lésbicas!!!

Zora Yonara

O evento foi realmente maravilhoso. As abordagens sobre sexo seguro tiveram uma grande repercussão, pelo que pude perceber para muitas pessoas foi um fato novo. As oficinas de sexo seguro devem sempre estar presentes nos próximos planejamentos, visto que são de extrema importância para orientar as pessoas.

A organização foi de extrema qualidade para um primeiro SEMINÁRIO.

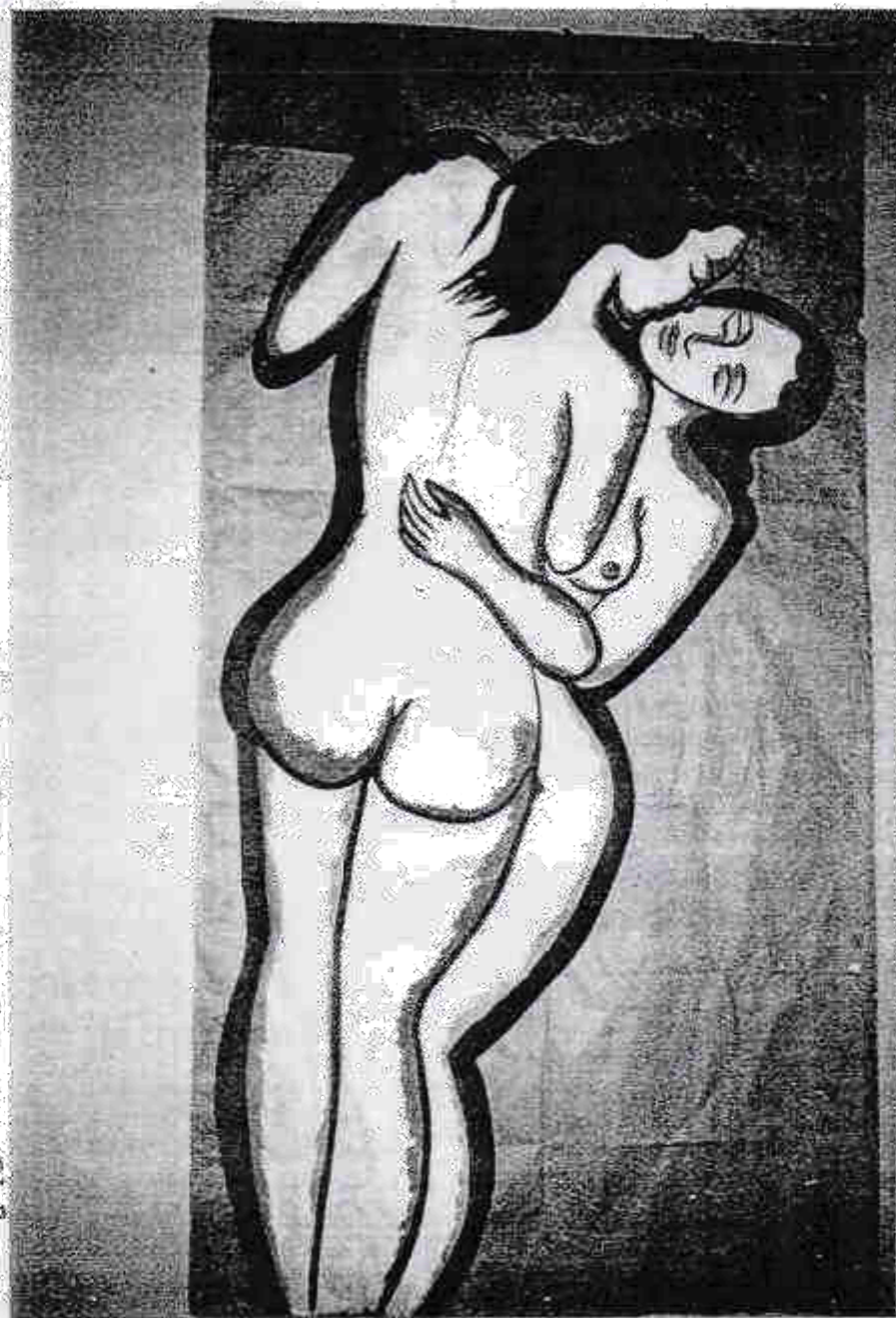
Todos os assuntos abordados nas oficinas foram interessantes e oportunos de proporcionar as personalidades que dirigiram as oficinas.

Seja importante a conscientização dos participantes quanto ao cumprimento das normas estabelecidas pela Comissão Organizadora, em respeito ao andamento do evento, o que facilitaria muito o trabalho realizado por toda organização.

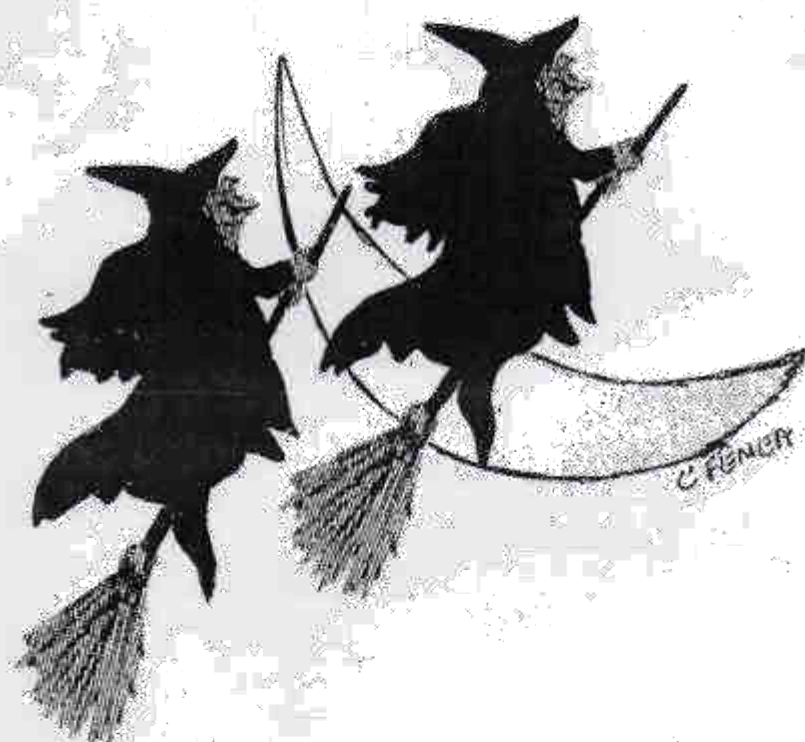
Só tenho a elogiar e agradecer a oportunidade de participar deste evento, que reuniu pessoas de todos os Estados num mesmo interesse, que nos deu oportunidade de debater e sobre tudo concluir raciocínios.

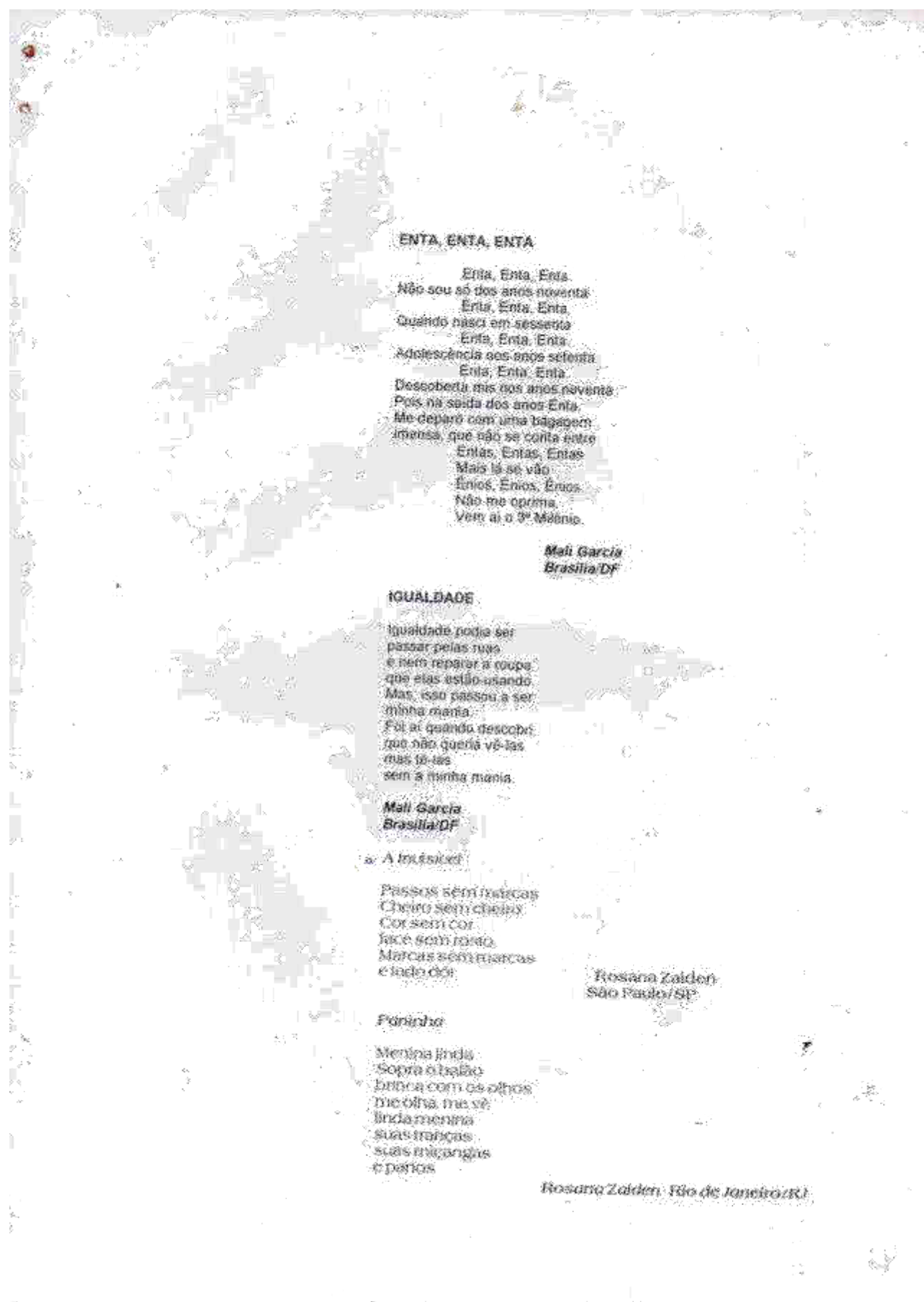
Obrigada ao COB/PR, grupo do qual faço parte integrante e considero como as pioneiras neste grande passo na História das Lésbicas, o primeiro SEMINÁRIO.

Adriana de Araújo Moreira



MARIAS DE MIM





FALAR DE AMOR

FALAR DE AMOR
SENTIR TREMOR
EM REVELAR-SE
CORPO QUE TREME
VONTADE QUE VAI
VONTADES QUE VEM
ENCONTROS, ENTENDIMENTOS
TECIDOS EM TEAR
DE SENSOS MÚLTIPLOS
DIVERSOS E DIVERTIDOS
ANISTURADOS E ADMINISTRADOS
EM SAUDADE
DO OBJETO DE AMOR DISTANTE
CIRCULANDO NAS ENTRELINHAS
DE MEU REVIVER CONSTANTE
LÍQUIDO PRECISO
ABSOLUTAMENTE NATURAL

Lena Martins
Rio de Janeiro/RJ

ALMA

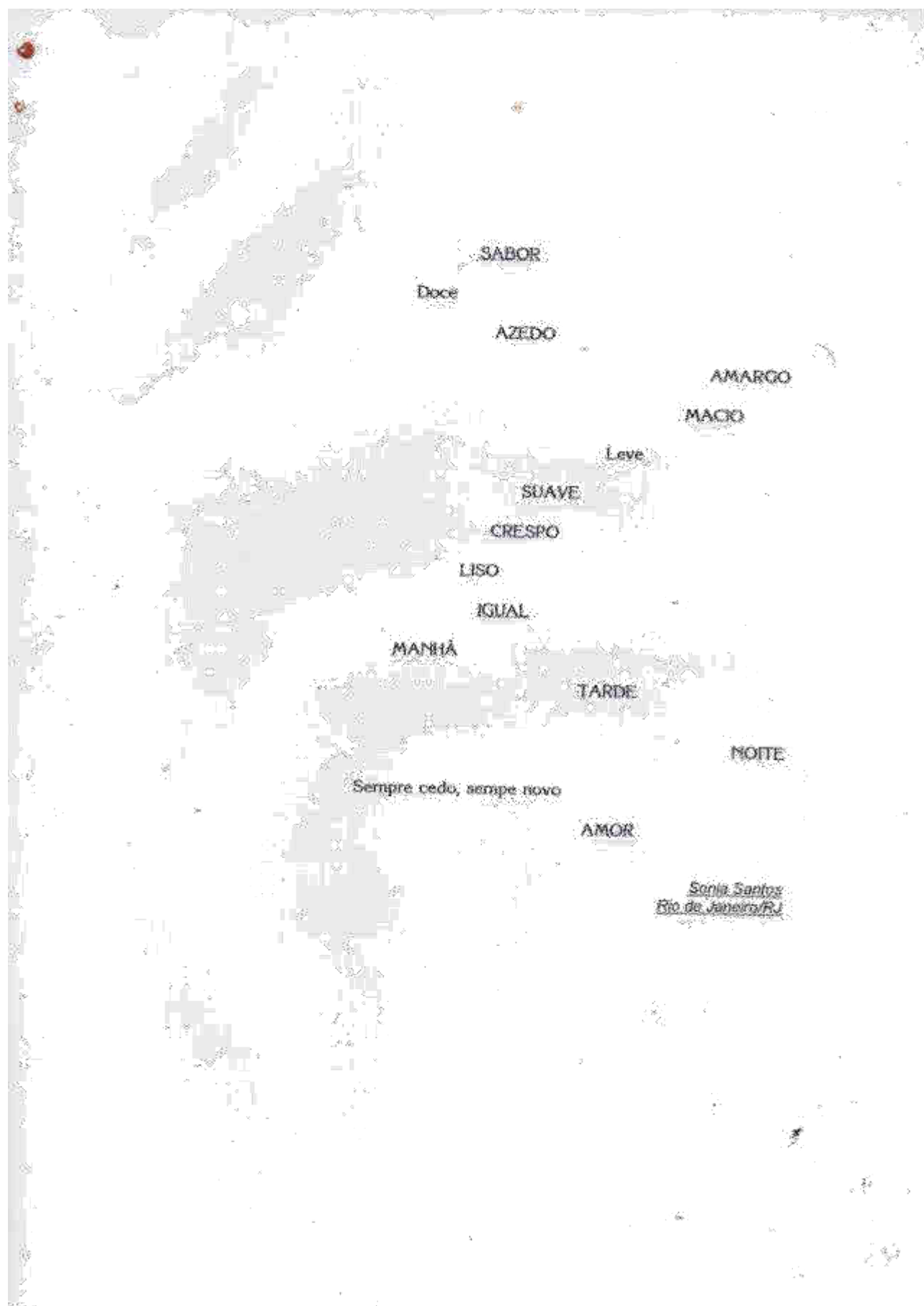
TRAGO EM MINHA ALMA
CICATRIZES, TESÓRES
TRAGO BLOQUEIOS, REZELOS
QUE ME ACOMPANHARAM POR MUITO TEMPO
TAPANDO O CALOR E A UNIDADE
QUE PROPORCIONA VIDA
SEMENTES BROTARAM POR ENTRE FRESTAS
DO DESEJO MAIOR DE EXPRESSÃO
HOJE CAMINHO FAZENDO BONECAS
CARREGADAS DE HISTÓRIA
INSTIGANDO AS ÁMBS DISTANTES
MEMÓRIAS, MEMÓRIAS, ANCESTRAIS...

Lena Martins
Rio de Janeiro/RJ

LESBERDADE ESPELHO

O GEMIDO DA MINHA MULHER
QUANDO CHEGA AO ORGASMO
É O MEU PRÓPRIO...
QUANDO SINTO SUA BOCA QUENTE
ENTRE MINHAS COXAS
SÃO OS MESMOS GRITOS DE LIBERTADE
DAS MULHERES NAS RUAS,
NOS CAMPOS, NOS QUARTOS...

JANE PANTEL
SALVADOR/BA



fazer sempre
iguais a este
E assim
Melhores seremos
com a vida
E com a gente
mesma
Informalmente
criamos o desejo
em estarmos
ligadas
umas nas
outras
Tenho um sonho antigo
já lá velho
mofando no armário
agora ele vem
parece que surge
forte modumdo
pelo tempo que tinha
ele mesmo levado
e que agora traz
de volta
É um feto
um jardim
uma hora
uma cruz
um sol
uma lua
uma estrela
e
todas nós
mulheres que amam
mulheres.

Rosana Zaiden
São Paulo/SP

Que nossos lábios se confundam
como um leu cofo doce
e seu sexo sabor suco...
mas, amadas e sociadas,
Te/sexo teu opazinho
Meu objetivo: Prazer!
Domrar teus desejos
Descar teus sonhos
Sociamo-nos...
É que Deus nos fez à imagem
e semelhança, jamais condenará
o meu amor por IL MULHER!

Yone Lindgren
Rio de Janeiro/RJ

Pulsar

Me procurar, te conhecer
me encontrar, te perceber
me descobrir, compreender
não me ocultar é renascer.
Te ver em cada recanto de mim.
Te desejar sem pressa,
construindo a escada
que me levará ao céu.
Amor sem preconceitos,
que ultrapassa as barreiras
de toda convenção imposta.
Dois seres humanos
querendo um amor como vier.
Dois seres passando
União de corpo e coração de mulher.

Marília Costa
Rio de Janeiro/RJ

TROPEÇOS

Percorrendo as histórias do meu povo
das mulheres estou a ouvir de novo
os tropeços para esta construção.
Parece incrível que após tanta batalha
nem a lei satisfaz nossos anseios
nem a arte segue a revolução.

Marília Costa
Rio de Janeiro/RJ

TEMPO

O povo unido jamais será vencido!
O povo unido jamais será vencido?
Agora a coisa ficou preta.
E, vai dizer que eu sou racista?
Agora vai reclamar, vai chorar?
Isso é coisa de mulher, reclamar.
Mas o mestre dizia:
É pra homem, menino e mulher
Que jogo, que luta,
Mexe, mexe, aí que vontade!
Mas o balde tá pesado, caldoso.
Nossa! Quanta coisa aconteceu,
quantas lembranças interrompendo uma à outra.
Aí, agora quero me entregar
do leve viver,
ao contato com a minha ancestralidade,
a relaxar!
Mamãe, mamãe, a menina
disse que meu cabelo é feio.
Mamãe, mamãe, o menino
disse que eu pareço homem.

Sônia Santos - Rio de Janeiro/RJ

AS MENINAS DO BRASIL TÊM MUITO PARA FALAR
E CONTAR NAS MESAS DOS BARES, SOBRE LUTAS
PASSADAS, PRESENTES E FUTURAS.
AS MEMÓRIAS POLÍTICAS, AQUELAS QUE TÊM
A LEMBRANÇA DE VITÓRIAS E DERROTAS NAS LUTAS
SOCIAIS, DEVERIAM TER, SENÃO COMO OBRIGAÇÃO,
O DEVER DE REPASSAR DE FORMA MAIS DURADOURA
E DOCUMENTADA ESTES FATOS IMPORTANTES DE
CAMINHADAS DAS MULHERES LÉSBICAS, NESTE
ÚLTIMO SÉCULO, PARA QUE A NOVA GERAÇÃO QUE
CHEGA POSSAM TAMBÉM SABER
DE ONDE VEM?
POR QUE ESTÁ AQUI?
TER LIVRE ESCOLHA DE SABER AONDE QUER IR.

JANE FANTEI
SALVADOR/BA



Não tenho imagens, porque são serelas.
Procuro a minha, a minha imagem
oculta em sombras, posturas e palavras.
Gosto de autenticidade,
Do papel e da caneta a espera de palavras,
não de frases envergonhadas do medo de
verbalização, como agora, e que poderias
continuar ou não.

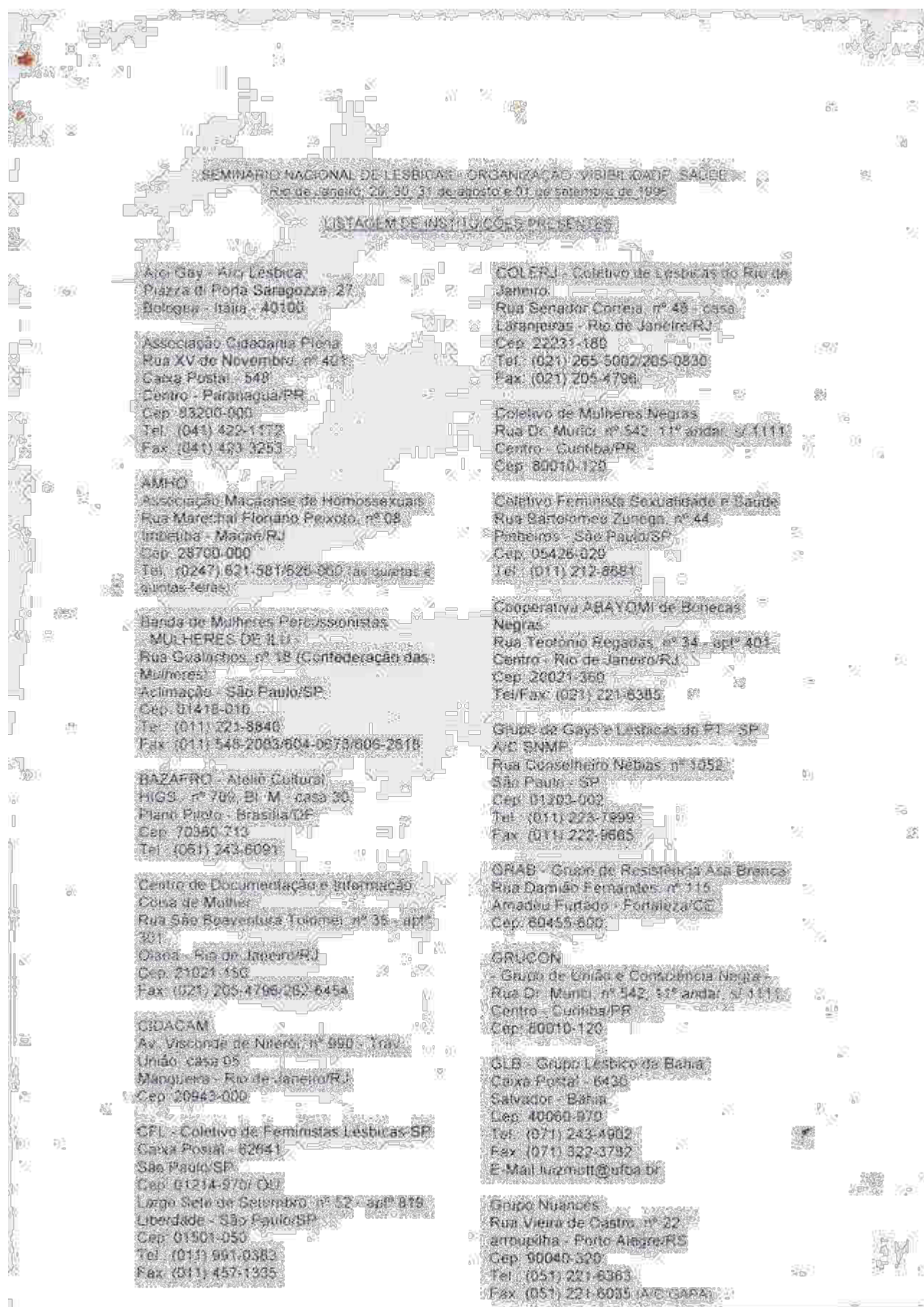
A vocês, eis aqui meu manifesto...
Estar no Mundo.

Não sou pior, nem melhor que vocês,
mais que estar no Mundo quero vive-lo...
Vocês podem até tentar me calar, prender,
não importa o meu pensamento, a minha
vontade, ninguém castra,
porém quero o todo, o agir.
Não pensem vocês também que quero
me contentar com suas caridades.
Vocês falam em Direito e eu, em conquistas,
em mudanças, pois abomino a ignorância que
vos aprisionam essa morte letárgica.
Por isso estou aqui! Veja-me, não vim pedir
"Por Favor", mas sim me impor.

Corina Mantoli
Rio de Janeiro/RJ

INSTITUIÇÕES PRESENTES NO SEMINÁRIO NACIONAL DE LÉSBICAS:

- Arci Gay - Arci Lésbica (Bologna/Itália)
- GLB - Grupo Lésbico da Bahia (Salvador/BA)
- CFL - SP - Coletivo de Feministas Lésbicas (São Paulo/SP)
- COLERJ - Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/RJ)
- Grupo de Gays e Lésbicas do PT - SP (São Paulo/SP)
- GRUCON - Grupo de União e Consciência Negra (Cunitiba/PR)
- Coletivo de Mulheres Negras (Cunitiba/PR)
- Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher (Rio de Janeiro/RJ)
- Via TV Mulher (Rio de Janeiro/RJ)
- CIDACAM (Rio de Janeiro/RJ)
- Cooperativa ABAYOMI de Bonecas Negras (Rio de Janeiro/RJ)
- BAZAFRO - Ateliê Cultural (Brasília/DF)
- Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde (São Paulo/SP)
- Confederação de Mulheres (São Paulo/SP)
- Banda de Mulheres Percussionistas - Mulheres de Ilú (São Paulo/SP)
- GRAB - Grupo de Resistência Asa Branca (Fortaleza/CE)
- Grupo Nuances (Porto Alegre/RS)
- MHB - Movimento Homossexual de Belém (Belém/PA)
- Associação Cidadania Plena (Paranaguá/PR)
- AMHO - Associação Macaense de Homossexuais (Macaé/RJ)
- Prefeitura de Belo Horizonte - Coordenadoria de Divisão de Direitos Humanos e Cidadania (Belo Horizonte/MG)
- Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Administração Regional Nordeste (Belo Horizonte/MG)
- Secretaria Estadual de Saúde - Programa Estadual de DST/AIDS (Rio de Janeiro/RJ)
- PIM - Programa Integrado de Marginalidade (Rio de Janeiro/RJ)
- Grupo Pela Vida - Pela Valorização, Integração e Dignidade dos Doentes de AIDS (Rio de Janeiro/RJ)
- Mídia Japão (São Paulo/SP)
- Se Essa Rua Fosse Minha (Rio de Janeiro/RJ)





SEMINÁRIO NACIONAL DE LÊSBICAS - ORGANIZAÇÃO, VISIBILIDADE, SAÚDE
Rio de Janeiro, 29, 30, 31 de agosto e 01 de setembro de 1996

LISTAGEM DE PARTICIPANTES

ADRIANA DE ARAÚJO MOREIRA
 Rua Souza Franco, nº 206 - aptº 301
 Vila Isabel - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20551-120

ADRIANA TERESA DA CUNHA
 Rua Paraíba, nº 185
 Centro - Candelária/MG
 Cep: 37280-000

ALBINO URSULINO DA SILVA FILHO
 Rua Fátel, nº 804
 Santa Teresa - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20241-360

ALESSANDRA SOUTO DOMINGUES
 - MULHERES DE ILU -
 Rua Joaquim Piza, nº 89 - aptº 08
 Acimação - São Paulo/SP
 Cep: 01528-010

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA MATTOS
 - Krika - MULHERES DE ILU -
 Rua Dr. Júlio Ottoni, nº 563 - aptº 201
 Santa Teresa - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20241-400

ANA REGINA CAFÉ
 - Regina Café - MULHERES DE ILU -
 Rua Joaquim Murtinho, nº 71 - aptº 201
 Santa Teresa - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20230-010

ANDRÉIA PATRÍCIA FERREIRA
 Rua Apore, nº 193
 Aparecida - Belo Horizonte/MG
 Cep: 31235-060

ÂNGELA GOMES MUNIZ
 Rua Unipema, nº 27
 Quintino Bocaiuva - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 21311-410

ÂNGELA MARIA MARTINS
 Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 515 - aptº 04
 Centro - Curitiba/PR
 Cep: 80010-130

ÂNGELA MARIA PINTO MIRANDA
 Rua Vicentina, nº 310 - casa 02
 Belford-Roxo - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 28130-500

BETÂNIA GOMES MUNIZ
 Rua Unipema, nº 27
 Quintino Bocaiuva - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 21311-410

CORINA MANZOLI
 Rua Senador Vergueiro, nº 210 - aptº 302
 Flamengo - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22230-001

DANIELA DE AQUINO
 - MULHERES DE ILU -
 Rua Gualachos, nº 118
 Acimação - São Paulo/SP
 Cep: 01319-000

EDUARDO NAHUM OCHS
 Av. Lineu de Paula Machado, nº 117 - aptº 101
 Lagoa - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22470-040

ELIZABETH BELISÁRIO
 - MULHERES DE ILU -
 Rua Joaquim Piza, nº 89 - aptº 08
 Acimação - São Paulo/SP
 Cep: 01528-010

EVA ROSELI DOS SANTOS
 Rua Stephan Zweig, nº 320 - aptº 201
 Cavalhada - Porto Alegre/RS
 Cep: 91910-470

GIRLEI MIRANDA - MULHERES DE ILU -
 Alameda Eduardo Prado, nº 383
 Campos Eliseos - São Paulo/SP
 Cep: 01218-010

GILIA CRIPPA
 Rua Wisart, nº 16 - aptº 21
 Vila Madalena - São Paulo/SP
 Cep: 05434-080

HORÁCIO FREDERICO GARCIA
 Rua Coorado Neimeier, nº 28 - aptº 102
 Copacabana - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22021-050

INÊS MAGALHÃES
 Av. Ataulfo de Paiva, nº 50, Bloco C2 - aptº 801
 Leblon - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22440-030

IVETE MOREIRA COSTA LAERT LAGO
 Rua Francisco Antônio Nascimento, nº 42
 Miguel Couto - Nova Iguaçu/RJ
 Cep: 26147-140

JANE PANTEL
 Rua Joanita, nº 12-E
 São Gonçalo - Cabula
 Salvador/BA
 Cep: 41185-360

JOANA DARC BASTOS DA SILVA
Rua Cidade Nova I, WE 2, nº 102.
Coqueiro - Ananindua
Belém/PA
Cep: 67130-020

JOSELE DA ROCHA MARTINS
Travessa Guimarães Natal, nº 09 - aptº 303.
Capacitana - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22010-100

JUREMA MOISÉS
Av. Visconde de Niterói, nº 990 - Trav. União, c/ 05.
Marquês - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20943-000

LYDIA GARCIA
HGS, nº 709 - BL M, casa 30.
Plano Piloto - Brasília/DF
Cep: 70350-713

LUCIANA GUERRA MAUTA
Av. Maracanã, nº 1334 - aptº 301.
Tijuca - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20511-001

LUCI CLÉA SOALHEIRO
Rua Senador Vergueiro, nº 210 - aptº 302.
Flamengo - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22230-001

MARIA ALICE OLIVEIRA
Rua Desembargador Félix Cândido, nº 543 - aptº 05.
Jockey-Club - Fortaleza/CE
Cep: 60520-350

MARIA AUXILIADORA EVARISTA
Rua Ampère, nº 37.
1º de Maio - Belo Horizonte/MG
Cep: 31810-050

MARIA DE NAZARE O. DOS SANTOS
Rua cidade Nova I, WE 2, nº 102.
Coqueiro - ananindua
Belém/PA
Cep: 67130-020

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES
Rua Desembargador Félix Cândido, nº 543 - aptº 05.
Jockey-Club - Fortaleza/CE
Cep: 60520-350

MARIA LÚCIA DE CARVALHO
Av. Visconde de Niterói, nº 990 - Trav. União, c/ 05.
Marquês - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20943-000

MARIA LUÍZA BORBA DO NASCIMENTO
- COOPERATIVA ABAYOMI -
Estrada da Pedra Riscada, S/Nº.
Lumiar - Nova Friburgo/RJ
Cep: 28616-080

MARIA JUCINETE DE SOUZA
Rua João Mário de Jesus, nº 03.
Grajaú - São Paulo/SP
Cep: 04842-340

MARIÂNGELA MACCARI LOPES
Rua Bento Gonçalves, nº 1244 - aptº 111, 8B.
Esteio - RS
Cep: 93265-350

MARILIA COSTA MACHADO
Rua Marquês de Valença, nº 70
Luiz Caçador - São Gonçalo/RJ
Cep: 24474-416

MARISA FERNANDES
Caixa Postal - 62541
São Paulo - SP
Cep: 01214-970

MARTA PORTUGAL REYES
Rua da Lapa, nº 65 - aptº 122.
Centro - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20021-180

MARTHA DUARTE
Av. Internacional, nº 3580.
Centro - Ponta-Porã/MS
Cep: 79900-000

MARTHA GONÇALVES GUNN
Rua Dona Veridiana, nº 176 - aptº 53.
Santa Cecília - São Paulo/SP
Cep: 01238-010

MIDORI ONAGA - MULHERES DE ILU -
Rua Conselheiro Furtado, nº 854.
Liberdade - São Paulo/SP
Cep: 01540-010

NADIR GONÇALVES DE OLIVEIRA
Rua Visconde de Itamarati, nº 160.
Maracanã - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20541-000

NAUMI A. DE VASCONCELOS
Rua Tavares Bastos, nº 21 - casa 15.
Catete - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22221-030

REINALDO DE OLIVEIRA
Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 50 - aptº 202.
Bairro de Fátima - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20240-000

RITA DE CÁSSIA MOREIRA LIMA
Rua Coronel Elísio Pereira,
Conjunto Visconde Rio Branco,
Bl. K - aptº 05.
Estradinha - Paranaguá/PR
Cep: 83260-000

ROSSANA ZAIDEN

Largo São de Setembro, nº 52 - aptº 819
 Liberdade - São Paulo/SP
 Cep: 01501-050

ROSEANE MORETO SILVA TAVARES

Rua Maranhão, nº 285 - aptº 701
 Méier - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20720-230

ROSIMEIRE BELISÁRIO

MULHERES DE ILU -
 Rua São João, nº 428 - aptº 02
 Pinheiros - São Paulo/SP
 Cep: 05417-020

SANDRA TERRA

Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 06
 Inatel - Macaé/RJ
 Cep: 28700-000

SÔNIA MARIA S. DOS SANTOS

COOPERATIVA ABAYOMI -
 Rua Pinto Martins, nº 07 - aptº 202
 Santa Teresinha - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20241-130

SUELY PAIVA (LILY)

Rua do Riachuelo, nº 119 - aptº 505
 Centro - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20230-010

Joelma de Silva

Rua da Lapa, nº 200 - aptº 509
 Centro - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 20024-621
 Tel: (021) 2246777

Mali Garcia

HICS, nº 709, bl. M, casa 30
 Plano Piloto - Brasília/DF
 Cep: 70360-713

Yalê Garcia Bezerra de Mello

HICS, nº 709, bl. M, casa 30
 Plano Piloto - Brasília/DF
 Cep: 70360-713

Claudia de Souza Lima

Elizabeth Calvet
 Nereia das Dores Pereira
 Vera Neri
 Rua Senador Corrêa, nº 48 - casa
 Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22231-180
 Tel: (021) 205-5002 / 205-0830
 Fax: (021) 205-4796

VITÓRIA LÚCIA M. PAMPLONA

Rua General Custódio Bardeas, nº 281 - aptº 405
 Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22245-110/OU
 Consultório
 Rua do Catete, nº 347 - sala 514
 Cep: 22270-001

WALDILENE SERRA MARTINS

COOPERATIVA ABAYOMI -
 Rua dos Biólogos, nº 1040
 Tijuca - Jurerapá - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22725-510

YONE LINDEGREN

Rua Glória Lúcia, nº 273 - aptº 701
 Copacabana - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22071-020
 OU
 Endereço para Correspondência:
 Caixa Postal - 44019
 Copacabana - Rio de Janeiro/RJ
 Cep: 22063-070

ZORA YONARA TORRES COSTA

Rua Joana, nº 12-E
 São Gonçalo - Cabula
 Salvador/BA
 Cep: 41185-080

Joselina da Silva
Rua da Ipa, nº 200 - aptº 809
Centro - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 20021-021
Tel.: (021) 2246771

Mali Garcia
HGS, nº 709, bl. M, casa 30
Plano Piloto - Brasília/DF
Cep: 70360-713

Yalé Garcia Bezerra de Melo
HGS, nº 709, bl. M, casa 30
Plano Piloto - Brasília/DF
Cep: 70360-713

Claudia de Souza Lima
Elizabeth Calvet
Neusa das Dores Pereira
Vera Neri
Rua Senador Correia, nº 48 - casa
Laranjeiras - Rio de Janeiro/RJ
Cep: 22231-180
Tel.: (021) 265-5002 / 205-0630
Fax: (021) 205-4796

Como parte da estratégia para dar visibilidade às nossas questões, uma das decisões do I Seminário Nacional de Lésbicas, realizado de 29 de agosto à 01 de setembro de 1996, no Rio de Janeiro, foi a de implementar seminários regionais com pequenos grupos de lésbicas.

Desta forma, no período compreendido entre 19 de setembro à 01 de dezembro de 1996, foram realizados 5 mini-encontros, sendo um no Centro de São Paulo, três no interior do Estado do Rio de Janeiro e um no Centro da Cidade do Rio de Janeiro.

Mulheres vindas de diferentes locais do eixo Rio-São Paulo vivenciaram momentos de intensas descobertas, que foram desde participação em oficinas até ao reaprendizado da reflexão, de tocar a companheira e falar acerca de si mesmas, num processo mútuo de busca da auto-estima tão dilacerada por preconceitos e discriminações sofridas através da família e/ou da sociedade.

Discutimos questões de saúde, política do movimento e política interna. Organizamos também um calendário com atividades comuns. Haverá, em abril de 1997, um seminário em São Paulo.

Estimamos para cada seminário deste, o valor mínimo de R\$ 200,00 por participante.

Lamentavelmente temos sempre dificuldades em registrarmos nossas atividades, pois nos faltam condições estruturais e financeiras.

Ressaltamos a necessidade de registro por ser este um trabalho pioneiro no País.

Observações sobre as discussões levantadas na área da Saúde:

Há entre nós, a necessidade constante de colocar-se as questões sob a ótica de gênero. É desta forma que conduzimos o trabalho sobre saúde e sexualidade.

Após a demonstração de técnicas preventivas de sexo mais seguro entre lésbicas e das reais necessidades de utilizá-las, discutimos:

1. A necessidade e a dificuldade de informar aos médicos e em especial ao ginecologista a condição de lésbica;
2. A necessidade de ter profissionais da área de saúde da mulher capazes de orientar claramente o tratamento para lésbicas;
3. A necessidade de pesquisas e/ou de divulgação de dados acerca de saúde e sexualidade para lésbicas, assim como dados reais de quantas mulheres hoje são soro-positivas e aidséticas;
4. A necessidade de colocar no mercado material específico para prevenção das DST's/AIDS, afim de evitar as infundáveis adaptações, que além de serem incômodas podem causar problemas outros à saúde da mulher, pois o material hoje utilizado como prevenção (luvas, rolôpac, dental-dam, etc), não foram feitos para este fim.

Relatório dos Mini-Seminários

Centro de Documentação e Informação Coisa de Mulher

Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro - COLERJ

Relatório dos Mini-encontros, realizados no período de 19 de setembro à 01 de dezembro de 1996.

DATAS

19/09/96
03/11/96
11/11/96
29/11/96
29/11/96

LOCAIS

São Paulo/SP
Miguel Couto/RJ
Jacarepaguá/RJ
Centro/RJ
Unamar/RJ

Atividades desenvolvidas:

Oficina 1: Entrosamento
Oficina 2: Identidade e Auto-estima
Oficina 3: Sexualidade
Oficina 4: Sexo Seguro
Oficina 5: Tempos do Abraço
Oficina 6: Gênero e Raça x Vivência Lésbica

Temática:

- Saúde, Sexualidade e Vivência Lésbica;
- Visibilidade: Relação com outros movimentos e, em especial, com o feminismo, com o movimento negro e com o movimento de mulheres negras;
- Organização - formação de novos grupos e a relação com o Coletivo de Lésbicas de São Paulo;
- Relação entre as DST's e AIDS;
- Sexo mais seguro;
- Atendimento médico e terapêutico específico;
- Planejamento - 1º Semestre/1997

Avaliação:

Público Alvo:

Lésbicas da Cidade do Rio de Janeiro, periferia do Rio, Interior do Rio e da Cidade de São Paulo.

Coordenação:

Elizabeth Calvej
Neusa das Dores Pereira

Quando você encontra uma lésbica

(Dicas para mulheres heterossexuais)

■ Não saia gritando da sala.
■ Se você tiver que retroceder, deve fazê-lo devagar e discretamente.

■ Não assuma que ela esteja irritada por você.

■ Não espere que ela fique tão excitada por encontrar uma heterossexual, como você fica quando encontra uma lésbica. Não

se impressione, é provável que ela tenha sido criada entre elas.

■ Não comece de imediato falando do namorado ou esposo para esclarecer que você é "careta", prefira fofocas. É provável que ela já saiba.

■ Não diga que é sexista, preferir mulheres, que as pessoas são pessoas e ela deve poder amar todas.

■ Não a convide a um lugar onde vão encontrar homens sem avisá-la. Ela pode não querer estar com eles.

Barandah Villas-Boas



Cena do filme 'O Conformista', de Bertolucci.

■ Não pergunte como ela saiu assim, pergunte a você mesmo porque é assim.

■ Não presuma que ela esteja morrendo de vontade de falar sobre lesbianismo.

■ Não espere que ela não faia de ser lésbica.

■ Não trivialize suas experiências pensando que é um assunto só de cama. Ela é lésbica 24 horas por dia.

■ Não presuma que porque ela é lésbica quer ser tratada como homem.

■ Não assuma que seu coração saltará de felicidade ex-

co você a toque.

■ Não conte para seus amigos que você encontrou uma lésbica e no ato já dá todas as dicas que sabe sobre ela. Como você, ela tem seu próprio sentido de privacidade e pode decidir por si mesma com quem quer compartilhar a respeito de sua vida.

■ Não pense que ela quer saber tudo o que você já viveu ou sabe sobre homossexuais.

■ Não assuma que palavras que soam mais brandas como mulher gay, homossexual, feminina ou entendida sejam mais simpáticas e menos ofensivas que sapão ou caminhoneira.

■ Se você está tentando dizer a ela que ela está optando por uma saída fácil, pense bem sobre isso.

Barandah Villas-Boas é lésbica, advogada, pres. do Bara Cult e do grupo Mulher-Art.

Lesbicas

Vencer preconceitos. Esse será um dos pontos de maior ênfase na pauta organizadora do 1.º Seminário Nacional de Lesbianas, que começa amanhã e termina domingo, nação e Presidente Hotel, que fica na Rua Pedro I, na Praia Aradeantes. O evento sob a responsabilidade do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (Coletivo) organizado não governamental, pretende com esta iniciativa promover reunir pesquisas, livros e atividades de diversos estados do Brasil para discutir com a sociedade temas referentes ao preconceito e discriminação.

Holanda registrará união homossexual

A partir do ano que vem, os casais homossexuais poderão se registrar formalmente na Holanda e ter os mesmos direitos e obrigações — referentes a pensões, aposentadorias e impostos — que os matrimônios heterossexuais, ao não podendo adotar crianças, segundo uma lei aprovada pelo Parlamento. Essa é o primeiro passo para o matrimônio de homossexuais. — Holanda — Apresenta várias deputadas da esquerda governamental. Jornais por social-democratas, liberais de esquerda e liberais de direita. Em vários países do mundo, os homossexuais estão avançando no reconhecimento de seus direitos, mas já podem registrar casando na Dinamarca, em alguns estados da França e no estado americano de Hawaii.



**ANEXO B - DOCUMENTOS DO GRUPO AMHOR.
ATA DE FUNDAÇÃO DO AMHOR.**

1988 98 192198

REUNIÃO X FÓRUM DE GRUPO DE OPORTUNIDADE LINGÜÍSTICA

Em 4 dias de uma semana de 1988, de 10 a 22 dias, em São Paulo, Beneditina, 331101, em Recife, no município de Cabanos, com a presença de pessoas envolvidas especialmente para o evento, assistem o início de formação de um grupo de investigação linguística em ambiente bastante desconhecido. Quanto às suas motivações, a língua portuguesa em Pernambuco, segundo os dados que se tem, há um milhão de habitantes no estado em 1988, o que dá o 2º ranking de habitantes de Pernambuco, mas há um milhão de pessoas que vivem a propósito de se estabelecerem em cidades de Pernambuco, propõe-se que não haja mais a principal motivação. Promovendo, quanto falar que abrange a: secundária porque a 2ª parte vai de contrário, o que não se estabelece com o movimento. Com relação ao movimento linguístico no Brasil, não há mais grupos especializados que nos nos ajudam a influenciar sobre fenômenos de L1, os grupos não ajudam a compreender a origem e o processo, sendo então que a sociedade opera. Além do exemplo de um grupo de estudantes que comparece o shopping daquele estado com o papel de Estelita Antunes. Quanto pesquisas com as e as mulheres que prevalece o todo linguístico, não que o homem não se adequa ao todo com muita frequência o experimento de TV Silvio Santos? Quanto a isso, não se sabe que está o linguístico. Em relação (L1) já se sabe que há de 60, há um grupo mais recente, é preciso que não alguém que conhece essa barba, incluindo, de fato, a seguinte questão: como poder o grupo. Diante de tanta desconhecida o que podemos fazer? Qual o nosso propósito neste movimento? Qual a sua importância? Por que não o compartilhar de uma pesquisa que os pontos de partida e o objeto de estudo. O primeiro a se manifestar foi o compartilhamento com o Instituto de Física, achava que como no filme de Sotomai, em primeiro contato com o grupo de 19 anos de

192198

17 NOV 1978

MICROFILMADO

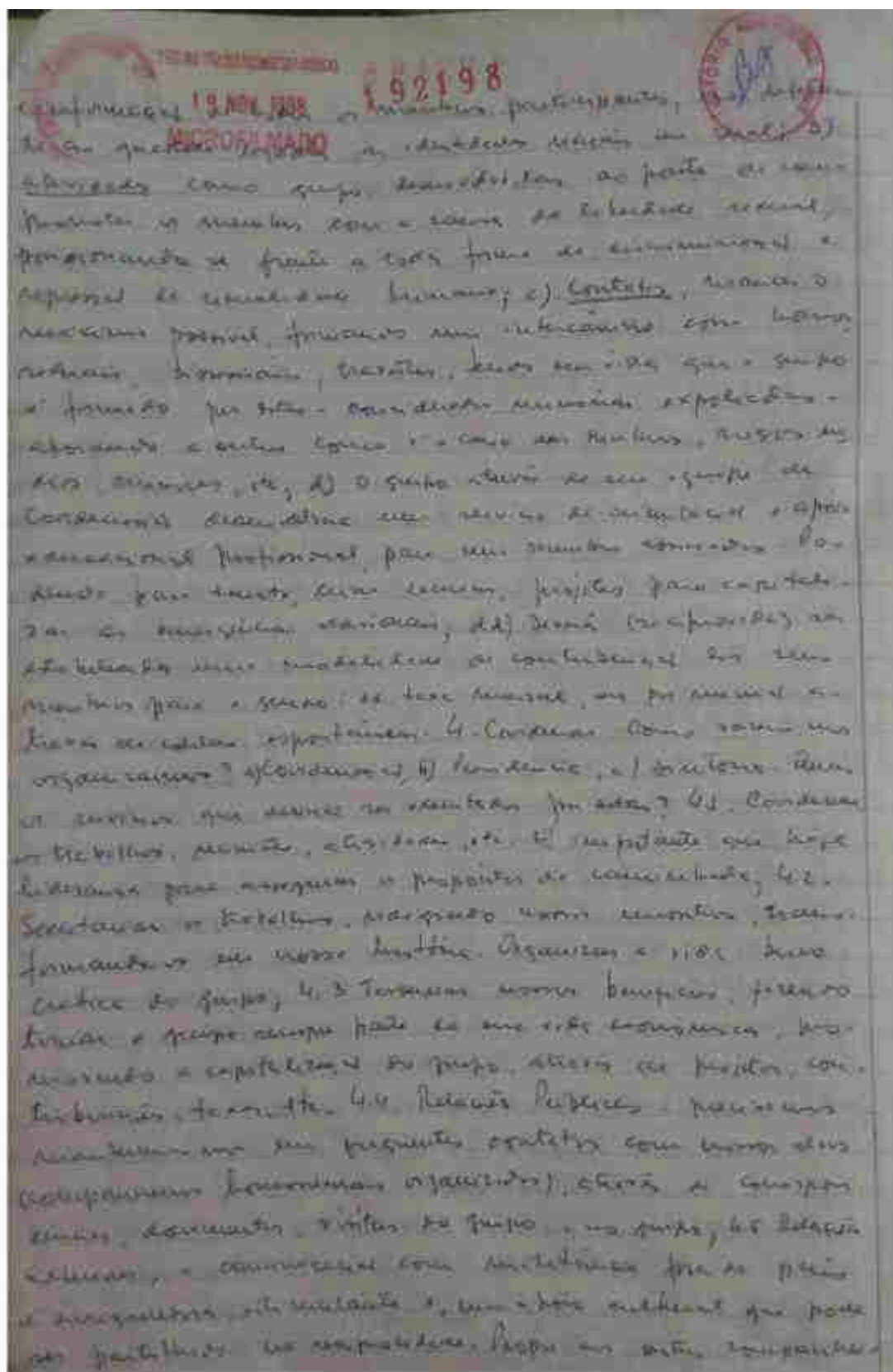
Em outubro de 1978, durante a Conferência Nacional de Filosofia, eu fui convidado a dar uma palestra sobre a situação da filosofia no Brasil. Para isso, eu preparei um texto bastante longo, mas não pude lê-lo inteiro devido ao tempo. Logo depois, eu escrevi um resumo da minha palestra, que foi publicado no jornal "O Estado de São Paulo". Este resumo foi lido por muitos filósofos e outros interessados no assunto. A palestra foi muito bem recebida e gerou muitas discussões. Eu também participei de várias reuniões e debates durante a conferência. A conferência em si foi muito produtiva, com muitas ideias sendo discutidas e debatidas. Eu acho que foi uma experiência muito interessante e útil para a comunidade filosófica brasileira.

19 NOV. 1998 192198

19 NOV. 1998
MICROFILMADO

uma nova identidade homossexual, através da criação de uma nova pessoa assumida no respeito ao indivíduo, de modo que alguns argumentos questionam o fato de a homossexualidade ser uma opção, embora que haja uma certa autonomia a isso porque ela resulta de uma relação com as pessoas que nos rodeiam, e também por muitas vezes devido ao fato de haver pessoas que não optam por ser gays, mas sim por serem gays. A propósito de que falar o comportamento humano, talvez devesse dizer que não é importante que o grupo tenha um máximo de atitudes formais e organizadas, mas sim providente, o que em si é a providência, isto é, a vida, a cultura, tudo isso faz parte da providência e da vida. Por isso a importância de se falar de providência, isto é, a vida, a cultura, tudo isso faz parte da providência e da vida. Por isso a importância de se falar de providência, isto é, a vida, a cultura, tudo isso faz parte da providência e da vida.

Acho importante a existência de um grupo como este. Chamados as pessoas, talvez representem o retorno de uma proposta de como seria isto quanto a quanto esse objetivo. Algumas considerações fundamentais para a formação do grupo de instituições homossexuais. 1. objetivo: Para que vamos ao grupo? Quais os nossos principais objetivos que queremos alcançar com esse grupo de instituições? 2. Qualificação: Qual o tipo de grupo queremos formar? 3. grupo de "comunidade homossexual" partindo da relação a féria (de modo) através de uma participação com a sexualidade em si mesma; grupo de atuação, instituições (formal) assumindo como grupo formalmente no a classe e desafiando para com a identidade homossexual - a ideia de um novo modelo de educação - apresentando, como instituições homossexuais; grupo de atuação, informal: desenvolver habilidades no nível de sociedade, especialmente através da comunidade gay - de forma mais representativa de classe (de instituições) perante as instituições, órgãos homossexuais. Desenvolvimento do grupo. Quais as nossas instituições? a) pessoas que querem desenvolver as instituições.



19 NOV 1978
192198

AOs interessados que desejarem - nós, a comissão de estudo, de 1978, de acordo com o plano de trabalho, com o objetivo de que, inicialmente, nos dois primeiros dias, 5. Participação Geral - uma boa metodologia para avaliar as responsabilidades e compromissos de cada membro em atividades, organizando-se em equipes, formando o grupo das necessidades do grupo. Exemplos de grupos: 5.1. Esportes - aquele que se responsabiliza para fazer o grupo sempre ativo, visando a saúde física e do grupo em si. 5.2. Atividades - aquele que busca atividades de lazer, recreação e esporte, e representatividade, quando as mesmas forem necessárias. 5.3. Recreio - aquele que tem o grupo sempre "gay" (explosivo, engraçado) promovendo diversão, festas, jogos, etc. 5.4. Cultura - aquele que tem o grupo - uma culturalmente interessado, promovendo, apresentando, dando o recado no grupo em festas, etc. 5.5. Membros (Membros, gays, jovens, adultos, etc.) etc. Cada grupo considero necessário para a melhor organização, podendo ser feito entre o mesmo grupo, ou grupo de outro grupo, em atividades de lazer. Assim, não também faz, por parte de membros do grupo, podendo até participar de reuniões de Conselho, quando necessário, pelo mesmo. Como essas atividades representam aspectos, o participante Remoto a pessoa que precisa para uma reunião, mesmo com um pequeno grupo de participantes. A produção foi aceita em todos os pontos, com o parecer, mas, porquanto se quer, para avaliar, assim, o grupo para considerar o grupo. Logo, a cada reunião, essa comissão, levando que, mesmo que pessoas de fora, não se quer que fizesse uma comissão, que pode levar, assim, um ano... Devido a possibilidade de alguns de membros se interessarem e desistirem para cumprir os cursos de educação física, etc. A comissão, porém, se quiser, a disposição, não, não, como sempre, o fato de não querer, não, não. Por isso,

[illegible]

ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DO AMHOR - 1999 - 2001

201724

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA COORDENAÇÃO DO GRUPO ARTICULAÇÃO E MOVIMENTO HOMOSSEXUAL DO RECIFE - AMHOR PARA O BIÊNIO 1999 - 2001 (MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE AO DOS DOIS MIL E UM).

Nos quatro dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e nove (04/05/99), às dez horas e quinze (13:15 H) realizou-se Assembleia Geral do Grupo AMHOR a fim de se realizar eleição e posse da nova Coordenação do Grupo para gestão, biênio, mil novecentos e noventa e nove ao dos mil e um (1999 - 2001), na DIRET Sala dos Direitos Humanos. A Assembleia foi coordenada por Josenita Duda, atual Coordenadora Geral do AMHOR. Esta fez um balanço da atuação do Grupo, ponderando que apesar das dificuldades encontradas, o AMHOR e' vitorioso por ter tornado possível a visibilidade da homossexualidade dentro do Estado de Pernambuco, bem como tem hoje um grupo significativo de participantes, o que torna possível sua atuação político-militante. Josenita fez ainda questão de, de registro a Campanha Vitoriosa de Agosto a Agosto, na Rua Antão Aires com muito "festa" realizada entre novembro e dezembro de mil novecentos e noventa e nove (11.12/99), Campanha este realizado no luxo do escritor Mario R. delf que tem por título "De Agosto

704726
 o Aggob, Com Mito Foz. O escritor
 logo esteve incluído na campanha
 no Grande Rio. A coordenação
 regeu a ideia desta campanha
 realizada sempre. Após, Dns de pte
 na escrita a palavra e informação
 o parq desta assembleia e de pte
 pte que Joranta acaba de pte
 continua Dns dizendo que o Grupo
 AMHR e hoje contrário nacionalmente
 e que o grupo havia organizado
 de Dns, através da coordenação
 pois alguns e alguns militantes têm
 devido os tempos do Grupo e o
 trabalho devido mas os meios
 para por falta de tempo e disponi-
 bilidade. Resposta aqui a importan-
 cia de todos de permanecer no AMHR
 e outros de se incorporarem a ele
 na formação a unidade. Joranta res-
 ta a palavra e sobre a proposta
 de nova coordenação, mas antes in-
 forma que o Grupo AMHR antecipa
 a eleição de agosto para mais dois
 mais novatos e nove (05/29) por conta
 de alguns membros estão imposs-
 bilidade de continuar a parte de
 dois do Conselho Executivo, João B.
 Magalhães e outro do AMHR. É dada
 por unanimidade de manter o grupo
 aberto a adesão de membros novos
 que estes não estejam na direção, mas
 desde que participem das ações do
 AMHR e se comprometam com o

201724

Tatito e o deputado Josemã apresentaram a proposta de Coordenação: Coordenador Geral: Josemã Duda Riáco; Secretário Geral: Leandro Paixão dos Santos; Tesoureiro: Dais de Fátima da Silva; 1º) Sifene: Maria dos Viços Lopes Pereira, 2º) Elias Matimiano da Silva (Sandra); 3º) Cleide da Silva; Maria Mesquita Jamir; Conselheiro Fiscal: José Lourenço Lourenço da Silva, Maria de Fátima de Lencina e Elvise Maria Evaristo da Silva. Após todos os os presentes puderam se manifestar votando. A chapa unida foi selecionada por unanimidade, tomando posse logo em seguida. Dais pede a palavra e relata que no mês de maio o AMOR fez aniversário e por isto está se realizando hoje a eleição a posse da Coordenação, na qual hoje há quatro de maio (04/05) o AMOR completa oito anos de existência, deseja feliz trabalho e aniversário a todos (todas) novos e novas membros do Grupo. Após todas estas anotações da Assembleia, em nome da Assembleia está, que tem autoridade para constituir a Assembleia de Maio e posse do Grupo AMOR levar a efeito a presente ata, que será também assinada por todos os presentes com destaque para os dois os novos e novos componentes da Coordenação; Maria de Fátima. Coordenação do Grupo AMOR tomando posse na data: Coordenação Geral: Josemã Duda Riáco, CPF, [redacted]

Secretário Geral

rel: Leandro Paixão dos Santos,

204724

Fláudia Pais
 xai dos Santos. Tesoureiro: Srs. do Estima do
 Silva
 João da Silva
 cas hospes Pereira

Suplentes: 1º) Maria das Fm
 2º) Elias Martiniano da Silva
 3º) Ione Maria Mesquita

João
 Conselho Fiscal: José Raimar Lourenço da Silva,
 Maria de Estima de Borena
 e Ador de Maria Eulista
 de Silva

Assinaturas dos Suplentes e Con-
 selheiros e demais presentes a Assen-
 bleia

[Handwritten signatures: Elias Martiniano da Silva, Ione Maria Mesquita, etc.]

2º REGISTRO DE ATOS, DOCUMENTOS E DAS PESSOAS JURÍDICAS
 DO TRIBUNAL ELECTORAL DO BRASIL
 Ar. Tribunal Superior, 107 - 12. 19 - São Paulo - Brasil - SP
 Cód. Jur. 107 - 12. 19 - São Paulo - Brasil - SP

Apresentado Noe Protocolado e Registrado sob nº 204724
 5 me certifica a Sou. Te. Recife PE 23 JUN 1999

[Handwritten signature: Maria Pais]

ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR – 2001-2003

1507

Ata da Eleição e posse da nova coordenação do grupo Articulação e Movimento Homossexual do Recife, P.E. AMHOR. Para o biênio dois mil e um a dois mil e três, nos quatro dias, do mês de Maio do ano de dois mil e um às quinze horas na sede do movimento dos trabalhadores cristãos MTC, sito a Rua Guarássim no Bairro da Boa Vista Recife PE. Realiza-se neste instante a assembleia qual do grupo Articulação e movimento homossexual do Recife, P.E. AMHOR, para eleger e empossar a nova coordenação do grupo e titulação e movimento homossexual do Recife. Foi convidada pela plenária ali presente a Senhora Jovita Pinheiro para coordenar a assembleia qual pôs pz um balanço da situação do grupo ponderando-se que apesar das dificuldades encontrada a entidade é vitoriosa, por ter tornado visível e possível a visibilidade da homossexualidade no Estado de Pernambuco. Bem como tem hoje um grupo significativo de participantes o que torna possível a sua atuação política. Militante. A mesma em sua falação continuada, pz quanto que fosse registrada em ata a comemoração dos dez anos de existência do grupo AMHOR. Onde a cerimônia da comemoração aconteceu no auditório da Assembleia Legislativa de Pernambuco, onde se pz presentes várias figuras ilustres e representantes de várias entidades. Bem como: O Fórum de mulheres do Estado de Pernambuco, a Secretaria de assuntos jurídicos da cidade do Recife, o grupo de lésbicas da Bahia, o grupo de gays de flagras, o grupo os lésbicos de Pernambuco, O Vereador do partido dos trabalhadores PT O Senhor Jemias Lima, a Senhora Zilda Blandier representando o Fórum de mulheres, Jurel Antel representando o grupo lésbicas, Nenele Nascimento representando o grupo gays, Jéssica Mont

1507

representando o grupo os defensores, Vere Baroni
representando a Secretaria de Justiça da Prefeitura
de Recife e cerca de sessenta pessoas presentes na
cerimônia de comemoração de aniversário dos
dez anos do grupo AMHOR na Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco. Também nesta
cerimônia se fez presente o coordenador do pro-
grama DST-AIDS da Secretaria Estadual de Saúde
do Estado de Pernambuco, O Senhor Francisco Figuei-
ra. A comemoração encerrou-se, no domingo
dia 06 de maio do ano de dois mil e um,
na praia de Botafogo com um torneio de fute-
bol feminino. Sendo registrada em ata a histó-
ria e o fato da cerimônia do aniversário do gru-
po AMHOR, Josenita coloca a proposta de eleição
da nova coordenação e propõe que se por eleição por
compostada em seguida. Foram indicados os nomes
pela plenária. Logo foram indicados os nomes pela
plenária houve a manifestação onde todos votaram
e eleição aconteceu por aclamação e unanimidade
sem haver nenhuma abstenção e ficando assim
a coordenação composta por nove membros e
seus cargos respectivos eleitos e empossados confor-
me proposta acima colocada pela coordenadora
da Assembleia qual Josenita Ruda Ciriacó. Em
seguida a coordenadora eleita Lúcia de Fátima,
torna a palavra e diz está muito feliz e se compromete
em coordenar o grupo AMHOR com os melhores
possíveis esforços para que o grupo atinja os seus
objetivos políticos, administrativos e possa colaborar
de toda coordenação eleita, que para se realizar
sem bom trabalho depende coletividade e compri-
mentação de todos. Não havendo mais nada a
discutir foi encerrada a Assembleia qual da

1907
 Eleição e posse da nova coordenação do grupo AMHOC
 de Luzimide Félix da Silva, que tornou a presen-
 tar o grupo juntamente com os coordenadores(as),
 eleitos e empossados abaixo.

Recife, PE 04 de Maio de 2001.
 Inis de Fátima da Silva - Cargo coordenadora geral
 Profissão Auxiliar Administrativo Solteira Brasileira

Endereço: Rua Vinte e Quatro de Maio nº 124 Alberto Maia
 Camaragibe PE x Inis de Fátima da Silva
 Josevita Duda Ciríaco cargo tesoureira
 Profissão - Agente Comunitária de Saúde Brasileira
 Solteira

Camaragibe PE x Josevita Duda
 Luzimide Félix da Silva cargo Secretária Geral
 Profissão Auxiliar Administrativo Brasileira casada

- Recife, PE x Luzimide Félix
 Isabela Patrícia Melquiades da Silva cargo 1º Suplente
 Profissão - Aux Administrativo Brasileira casada
 Solteira

Vila Torres opião Paulista PE x Isabela Patrícia Melquiades
 Josevita da Silva cargo 2º Suplente
 Profissão - Farmacêutico Brasileiro - Solteira

Endereço -
 Recife, PE x Josevita da Silva
 Marcos Antonio Lima dos Santos cargo 3º suplente
 Profissão - Servidor público Brasileiro casado

ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR - 2003-2005

1920

Ata da Eleição e Posse da
nova coordenação do grupo
Articulação e Movimento Ho-
mosssexual do Recife e Área
metropolitana - AMHOR. Para
o biênio de dois mil e três até
dois mil e cinco. Aos quatro
dias do mês de maio do ano
de dois mil e três, às 18, dezoito
horas na sede do
S.O.S. corpo gênero e cidadania,
sito a rua Real da Torre,
nº 593, no bairro da Madale-
na, Recife - PE. Realiza-se nesta
instante a assembleia geral
do grupo AMHOR, para eleger
e empossar a nova coordena-
ção da Articulação e Movimento
Homossexual do Recife e Área
metropolitana. Foi convidada
pela plenária ali presente a
Senhora Iris de Fátima da
Silva, para coordenar a assen-
bléia geral. Esta fez um balan-
ço da atuação do grupo relemb-
rando os momentos de engran-
deamento do grupo AMHOR, bem
como o desenvolvimento do
projeto Deusas da Noite, sobre
prevenção às DST/AIDS e cidadania
junto as profissionais do sexo
dos bairros da cidade de Cama-
ragibe, o qual foi financiado
pela coordenação Nacional DST/AIDS

do Ministério da Saúde. Também a grande comemoração do dia vinte e nove de agosto, dia Nacional da Visibilidade Lesbica, o qual foi comemorado em Recife - nos anos de dois mil e um e dois mil e dois. Lembram também a participação do grupo Amhor na comissão organizadora da primeira parada da diversidade em vinte e oito de junho de dois mil e dois em Recife, comemorando o dia Mundial do Orgulho gay/lesbico, onde aglutinaram cerca de quatro mil pessoas. Iris de Fátima coloca a proposta de eleição da Nova Coordenação e propõe que se for eleita seja empossada em seguida. Foram indicados os nomes pela plenária, houve manifestação onde todos(as) votaram. A eleição aconteceu por aclamação e unanimidade sem haver nenhuma abstenção, filando assim a Coordenação composta por nove membros e seus cargos respectivos eleitos(as) e empossados(as) conforme proposta acima colocada pela Coordenadora da Assembleia geral Iris de Fátima da Silva, em seguida reeleita

1920

por seu segundo mandato de coordenadora do grupo AMHOR, toma a palavra e diz que está muito feliz e se compromete mais uma vez coordenar o grupo com todo seu empenho e compromisso, defendendo os Direitos Humanos e a cidadania dos(as) Homossexuais, e que depende da coletividade para realizar um bom trabalho. Não havendo nada a declarar foi encerrada a Assembleia geral da Eleição e posse da Nova Coordenação do grupo AMHOR. Em, seguinte pela manhã, que houve a presente Ata assinada juntamente com os(as) coordenadores(as) eleitos(as) e empossados(as) abaixo - a - Iris de Fátima de Silva - cargo coordenadora geral - profissão auxiliar administrativa. Solteira brasileira,

Endereço: Rio

Marcos ~~de~~ ~~Almeida~~ - ~~profissão~~ ~~dos~~ ~~trabalhos~~
 Rapes-PE Iris de Fátima

Fabiane Valente Cassimiro da Sil
 Solteira, brasileira, profissão. Est
 dante,

Cargo Tesoureiro

Endereço

H. 1920

João dos Guimarães & Filhos ^{fabrica}
 Michelina Américo da Silva
 Cargo Secretária geral, Solteira
 Brasileira.

profissão

Jornalista, endereço:

Família ^{laboratório dos Guimarães}
 Vera Lúcia Nunes de Araújo
 Cargo - 1ª Suplente, Brasileira
 Solteira.

, profissão

Psicóloga, endereço:

Recife - PE x Via Quilômetro
 Veronica Maria Luiz, Cargo 2ª
 de Suplente Brasileira, Solteira

endereço:

Recife - PE x
 Juliana Amizão da Silva - Cargo
 3ª Última Suplente, Brasileira
 Casada.

endereço:

fábrica dos Guimarães,
 profissão auxiliar serviços gerais
 Juliana Amizão
 Amara Gomes de Oliveira, Cargo
 1ª Conselheira fiscal, Brasileira
 Casada, profissão Secretária pública

1920

apresentada, dias vinha, - 5

Endereço

Recife - PE

Ulcio/Quilic
 Graciele Maria Moraes - cargo 2º
 conselheira fiscal, brasileira, solteira,
 endereço

Recife - PE

Graciele Mariana
 Evandro Silva Moreira, cargo 3º
 conselheiro fiscal, brasileiro, solteiro,
 endereço

Aracaju - PE

Profissão: Pedreiro confeiteiro
 Evandro Silva Moreira
 Onde entende-se Veronica Maria Luiz
 Subentende-se Maria das Graças
 Laurentino da Silva, brasileira
 solteira
 endereço

R. das Graças Lira

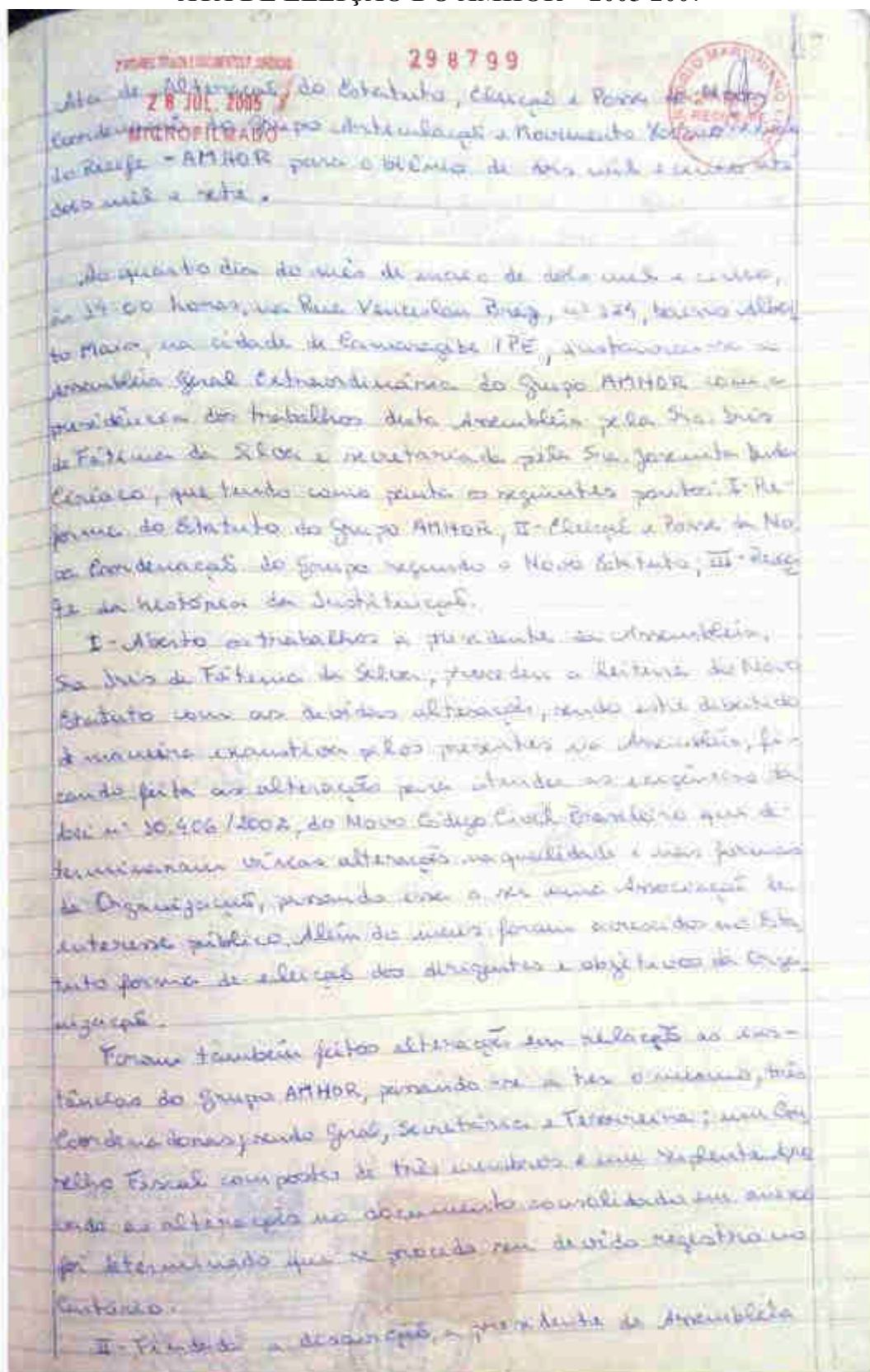
Notação

3º Tabelionato
 de Notas
 de Recife
 cargo de Tabelião
 Juna G. Fico - Tabelião
 1407-81556

1407-81556

1407-81556

ATA DE ELEIÇÃO DO AMHOR - 2005-2007

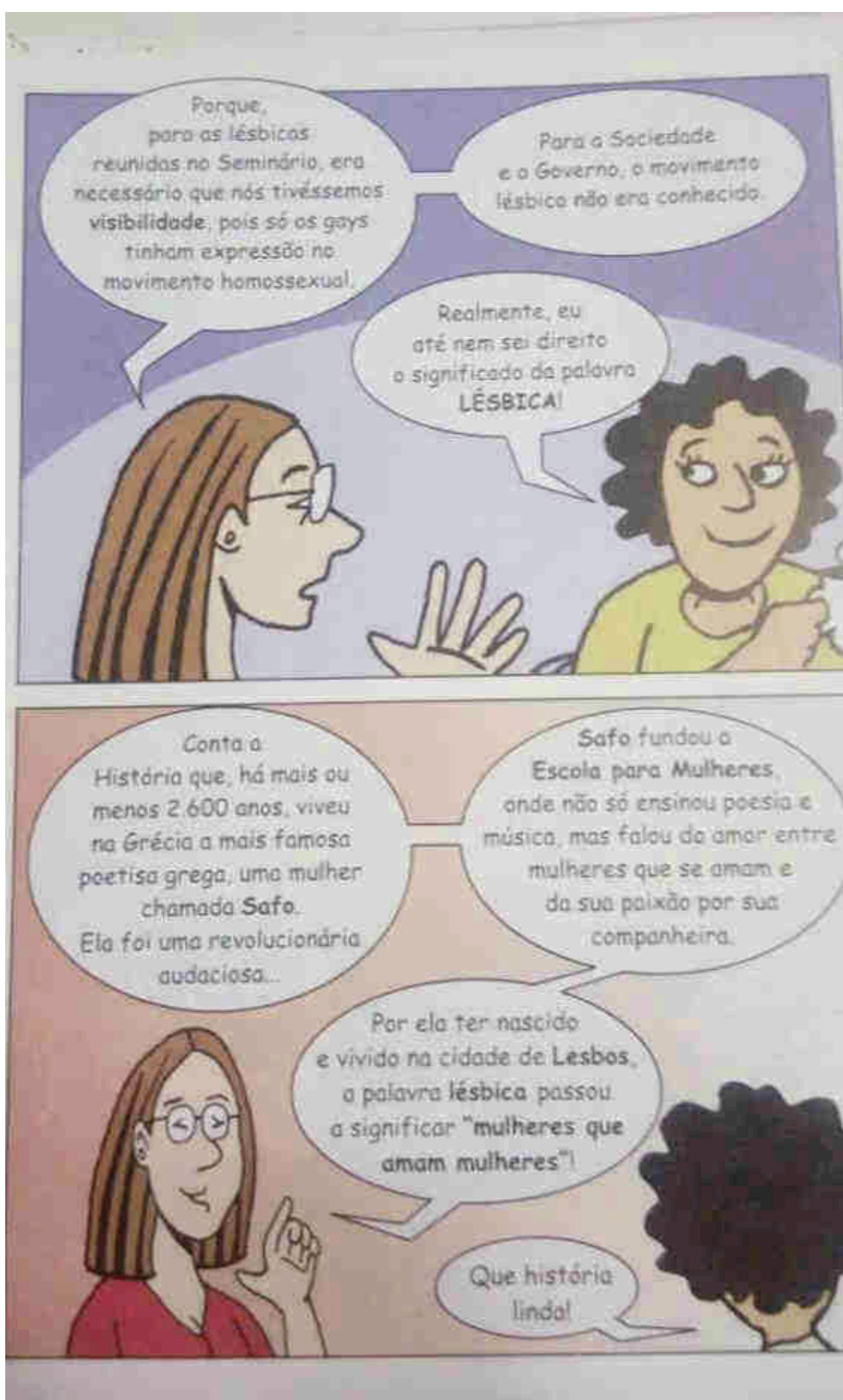


[illegible]

**CARTILHA PRODUZIDA SOBRE VISIBILIDADE LÉSBICA, PRODUZIDA PELO
AMHOR, NOS ANOS 2000.**



















Participantes da Amhor com o deputado Isaltino Nascimento.

Realização:



Fone: 9209.9392 | e-mail: amhor@ig.com.br

Parceiros:

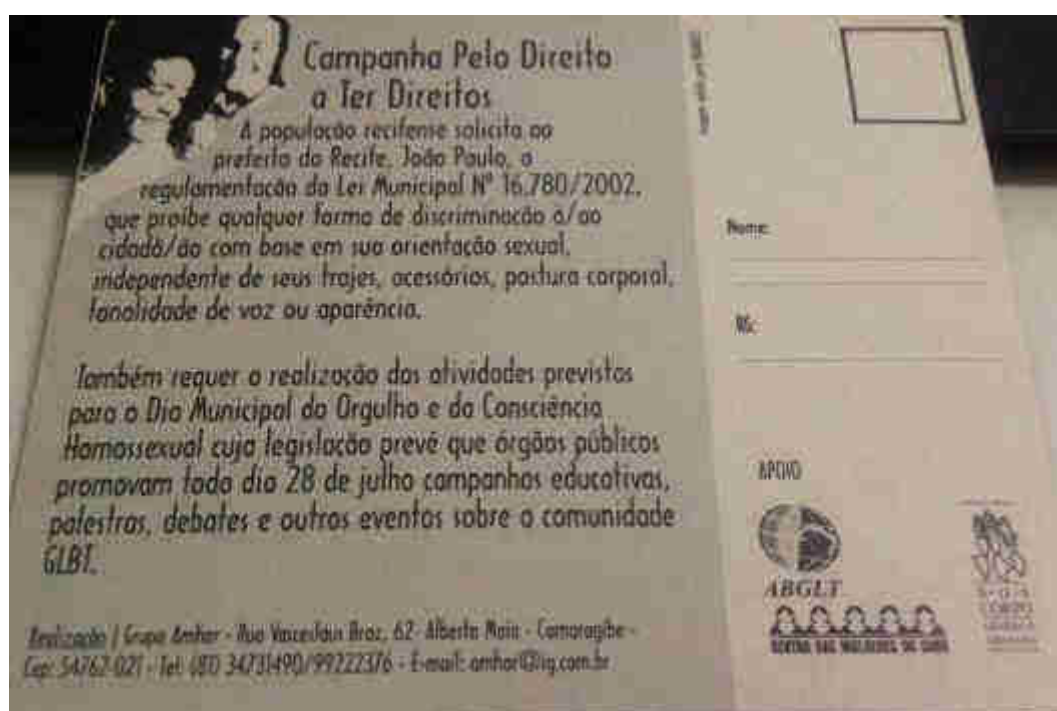


Texto: Íris de Fatima Silva e Maria de Fátima Odete da Silva
Desenhos em Quadrinhos: Ral (ralmildo@yahoo.com.br)

Fontes de pesquisa:

- Informativo do Coletivo de Feministas Lésbicas
- Rede Saúde Feminista • Brasil Sem Homofobia

POSTAL PRODUZIDO PELO AMHOR.



ANEXO C - CARTA DE FUNDAÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES FEMINISTAS DA ABGLT.

Nos dias 25 a 27 de abril de 2008, as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais presentes e reunidas na cidade do Rio de Janeiro para a realização do Seminário II Fortalecendo, Articulando e Informando Mulheres Lésbicas, Bissexuais e Transexuais percebemos a necessidade de construir uma nova opção política.

Estamos em um novo momento político da história de nossa entidade nacional. Nos últimos anos, o movimento LGBT vem amadurecendo e temos superado alguns desafios importantes, sobretudo no funcionamento e representatividade da ABGLT.

Esse novo momento permitiu, por exemplo, a recente adesão de dezenas de organizações a nossa Instituição, não só novos grupos, mas alguns com trajetória historicamente consolidada. Contudo, restam desafios importantes. Um deles é garantir a incorporação do feminismo no cotidiano, nas formulações e nas prioridades da ABGLT. É preciso garantir a participação efetiva e os espaços de atuação das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Porque construir uma nova rede?

Nós mulheres participantes do II Fortalecendo propomos a nossa reorganização dentro dos espaços políticos e representativos da nossa organização nacional, pois entendemos que estamos num momento onde se faz necessário uma rediscussão sobre a organização do movimento LGBT no Brasil e neste processo se faz necessário um projeto feminista para a nossa entidade.

A ABGLT é reconhecidamente a maior rede LGBT da América Latina, portanto, não obstante a isso, nós mulheres da ABGLT tencionamos a legitimidade de sermos também a maior rede de mulheres do movimento LGBT.

Concomitantemente, uma vitória especial foi o início do projeto SOMOSLÉS, em que pela primeira vez, capacitamos, de maneira nacional, simultânea e articulada, centenas de novas ativistas.

Nova forma de organização interna:

As signatárias deste texto e outras militantes com as quais vimos dialogando, entendemos ser prioritário impulsionar a organização das mulheres na ABGLT. Isso, para nós, deve ser feito de forma compatível com o novo momento político.

Com isso, estamos neste manifesto criando, lançando e formalizando o COLETIVO DE MULHERES DA ABGLT.

Reconhecemos a ABGLT como a principal e maior organização nacional do movimento LGBT brasileiro. E dentro dessa perspectiva, acreditamos que o Coletivo de Mulheres da ABGLT cumprirá um papel de grande importância.

Apresentação do COLETIVO DE MULHERES DA ABGLT:

Missão:

Somos o **Coletivo de Mulheres Feministas da ABGLT** que visa garantir o combate a todas as formas de opressão, discriminação e violência, bem como o enfrentamento ao machismo, racismo e homofobia.

Visão:

Ser a maior rede unificada de mulheres feministas do movimento LGBT do Brasil.

Valores:

1. Horizontalidade;
2. Ética e Transparência;
3. Respeito;
4. Compromisso com a missão;
5. Enfrentamento ao machismo, racismo e a homofobia;
6. Visibilidade geracional;
7. Respeito à autonomia aos Direitos Sexuais e Reprodutivos; e
8. Laicidade.

Objetivos:

1. Visibilizar as mulheres da ABGLT;
2. Garantir espaços políticos de representatividade nacional, controle social e valorização das mulheres da ABGLT, garantindo a equidade de gênero;
3. Fortalecer a legitimidade da ABGLT como representante do conjunto do movimento LGBT brasileiro, inclusive fazendo-se representar pelas diversas mulheres do Coletivo nos espaços nacionais de articulação política, controle social, conselhos, etc;
4. Impulsionar a organização interna das mulheres na ABGLT, sua comunicação, articulação, capacidade de formulação e intervenção externa;
5. Fortalecer as organizações de mulheres que compõem o Coletivo;
6. Fortalecer as mulheres em organizações mistas, respeitando a representatividade, combatendo o machismo institucional;
7. Participar e influenciar nos processos de negociação nas matérias de direitos humanos e anti-discriminação por orientação sexual e identidade e expressão de gênero na ABGLT, no cenário nacional e em qualquer instância internacional perante as quais possamos ter uma posição das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais brasileiras sobre essas matérias;
8. Articular e capacitar ativistas lésbicas, bissexuais e transexuais na apresentação de projetos e captação de recursos junto aos órgãos governamentais, para ações de combate ao machismo, racismo, sexismo, misoginia, adultismo, homofobia e para a promoção da cidadania das mulheres;
9. Organizar a participação das mulheres da ABGLT nos processos decisórios da Instituição. Neste contexto, urge credenciar as mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais da ABGLT como interlocutoras no governo federal.

Metas:

1. Ter uma mulher do coletivo como presidenta no próximo mandato da ABGLT;
2. Horizontalizar os processos decisórios;
3. Lutar pela equidade de gênero na ABGLT e afiliadas;
4. Filiar até 2010 na ABGLT, no mínimo, mais 20 (vinte) organizações de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;
5. Enfrentar e combater o machismo dentro da ABGLT e suas afiliadas;
6. Reformular/adequar o Estatuto da ABGLT à missão do coletivo de mulheres;
7. Mapear e fortalecer os grupos de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais na ABGLT até 2010.

Plano de Ação:

(correlacionadas numericamente as metas)

1. Garantir que a indicação seja do Coletivo, bem como garantir uma maior representatividade de mulheres no congresso da ABGLT.

Ação:

- 1.1 Criar cotas para participação de mulheres afiliadas nos congressos da ABGLT;
- 1.2 Cumprir o compromisso de indicar uma representante legitimada pelo Coletivo com discussão previa e acumulada em espaço específico, virtual e pactuado previamente nos congressos.

2. Garantir que as decisões tomadas pelas representações de mulheres da ABGLT sejam decididas pelas mulheres do Coletivo, a fim de garantir o compromisso de horizontalidade e representatividade.

Ação:

1. Criar uma lista virtual para comunicação das mulheres do Coletivo;
 2. Buscar financiamentos para realização de um encontro nacional anual do Coletivo de Mulheres da ABGLT;
 3. Realizar revisão estatutária da ABGLT;
 4. Redesenhar o organograma institucional da ABGLT propiciando um formato horizontal.
3. Entender a definição de equidade, resgatando historicamente a desigualdade de gênero na nossa organização e sociedade.

Ação:

1. Formalizar representatividades políticas garantindo o recorte de gênero com equidade;
2. Impulsionar e apoiar uma candidatura de mulher para o próximo mandato da nossa organização;
3. Criar uma campanha de enfrentamento e combate ao machismo institucional para a ABGLT e suas afiliadas/parceiras;
4. Realizar um Seminário com a temática de feminismos;
5. Garantir que os projetos da ABGLT tenham em suas coordenações mulheres e que as indicações sejam do coletivo.

4. Facilitar mecanismos de filiação/parceria

Ação:

- 4.1 Impulsionar e apoiar a execução do SOMOS LÉS/ASTRAL TOP em todo território nacional, buscando a sua imediata realização;
- 4.2 Interiorizar as ações do SOMOS LÉS/ASTRAL TOP no Brasil;
- 4.3. Ampliar o número de capacitandas alcançadas pelo projeto;
- 4.4 Buscar multi-recursos para execução do projeto;
- 4.5 Publicizar os resultados alcançados pelos SOMOS LÉS/ASTRAL TOP;
- 4.6 Incorporar o SOMOS LÉS/ASTRAL TOP como projeto da ABGLT;
- 4.7 Garantir que os projetos SOMOS LÉS seja executado por organizações afiliadas de mulheres ou por organizações onde mulheres estejam na coordenação e tenham autonomia.

5. Enfrentar e combater o machismo dentro da ABGLT e suas afiliadas.

Ação:

- 5.1 Criar uma campanha de enfrentamento e combate ao machismo institucional para a ABGLT e suas afiliadas/parceiras;
- 5.2 Realizar um Seminário com a temática de feminismos;

5.3 Apoiar e encampar as campanhas do movimento feminista

6. Adequar o Estatuto a necessidade de um projeto feminista.

Ação:

6.1 Aprovar no próximo Congresso da ABGLT a reforma estatutária adequando a missão do coletivo e seus valores;

7. Identificar as mulheres da ABGLT.

Ação:

1. Realizar um levantamento das mulheres nos grupos mistos afiliados/parceiros;
2. Realizar um mapeamento dos grupos exclusivos de mulheres da ABGLT.

Estamos convencidas de que temos legitimidade, representatividade, construção histórica e força política para nos tornarmos a rede referenciada no cenário nacional.

Ademais, gostaríamos de finalizar com um texto apresentado na plenária durante a construção do nosso Coletivo que reflete nossos sentimentos expressados na construção do que pode parecer utopia, mas que tornaremos realidade na construção de uma sociedade mais justa, de paz e sem machismo, racismo e homofobia.

“Fortalecendo...
 Trago nas mãos vazias
 Uma multidão de sonhos...
 Sonhos de um construir coletivo,
 Cujo resultado
 Será um outro mundo!
 Trago no peito um coração,
 Que pulsa desejo intenso
 De transformação...
 Sei pouco, mas acredito
 No processo de desconstruir
 Tudo que nos ata, nos prende,
 Nos viola e aprisiona.
 Sou mulher!
 E meu EU grita!...
 Querendo transformação
 Eis-me então me fortalecendo
 Eis-me então na ânsia
 De articular
 E entre iguais,
 Construir... Desconstruir... Reconstruir...
 Trago em mim um espírito faminto
 Quero e preciso fartar-me
 De cada troca, de cada (in)formação,
 De cada outro coração que pulsa,
 No mesmo “ritmo”,
 No mesmo desejo que o meu.
 Parto diferente...
 Com mais ânsia... mais fome!
 Mas com um sonho realizado:
 A Certeza de não estar só!
 De ser um coletivo...

De ser muitas...

E seguir fortalecendo! ... (Escrito por Prika, expressado no II Fortalecendo, 26/04/2008).

Mulheres que assinam este documento:

1. *Adriana Simone da Silva*
2. *Alana Gilmara Sousa Freitas*
3. *Alessandra Guerra*
4. *Alessia R. Moura*
5. *Ana Carla Lemos*
6. *Ana Paula Theodoro*
7. *Azimar Orlow*
8. *Carla Machado*
9. *Célia Fernandes*
10. *Celize Azevedo*
11. *Claudia Aparecida dos Santos Alcântara*
12. *Cléo Dumas*
13. *Daniela Souza de Lima*
14. *Deborah Tavares*
15. *Denise de Carvalho*
16. *Denise Limeira*
17. *Eva Verginia da Silva*
18. *Evy Ferreira da Silva*
19. *Fernanda Monteiro*
20. *Gisele Ramos Coelho*
21. *Hedi Costa de Oliveira*
22. *Iara Viana Mouco*
23. *Irina Bacci*
24. *Jaqueline S. De Andrade*
25. *Jéssica Andrade C. Macedo*
26. *Julha Faustino Damião*
27. *Juliana Carvalho*
28. *Kellyane de Nazaré Vasconcellos de Oliveira*
29. *Lucélia Dias Macedo*
30. *Luciana Silva*
31. *Lucineide Ramos de Aragão*
32. *Luriana Cohen*
33. *M. Yáskara Guelpa*
34. *Márcia Cabral*
35. *Marilene Neres dos Santos*
36. *Marisa Fernandes*
37. *Martha Idalina Vieira de Vasconcelos*
38. *Monique Hofstein Ferreira*
39. *Nádia Nogueira*
40. *Priscila Galvão*
41. *Priscila Garcia Silva*
42. *Roge Durans*
43. *Sandra Torres*
44. *Selma Maria da Costa*
45. *Sirlene Cândido*

46. *Vera Couto*
47. Yone Lindgren

ANEXO D – DOCUMENTOS DA AME

ATA DE FUNDAÇÃO DA AME

Ata da Assembleia de Fundação
 da Associação das Mulheres
 Entendidas de Pernambuco - AMEPE

Aos vinte de Setembro de dois
 mil e trezentos e nove, na Rua Venâncio
 Braz, nº 124 Alberto Novaes Camar-
 gão, às dezesseis horas, fez
 pôr a abertura da Assembleia
 sobre a Plataforma de SOFIA
 DURA, onde falou sobre a luta
 das mulheres lésbicas no estado
 de Pernambuco e no Brasil,
 dizendo da importância da orga-
 nização sobre conquistas de nossos
 Direitos Humanos e Cidadania
 Plena, pois fazemos parte da So-
 ciedade, apenas temos desejos
 diferentes que precisam ser respei-
 tados, A AMEPE é a organização
 entidade a ser fundada em Pernan-
 buco que defende os direitos sobre
 a livre orientação sexual das mu-
 lheres lésbicas "uma associação deve
 informar, capacitar, organizar sobre
 política cultural e educacional nos
 mulheres lésbicas, bissexuais ou hetero-
 sexuais no sentido de conquistarmos
 mais um mundo melhor Solidários
 e Humanos" Foi lido e discutido
 o Estatuto da AMEPE, ficando assim
 dito, a diretoria assim constituída:
 da: Coordenadora geral: SOFIA
 DURA KIRILLO, 1ª Vice: JANEIRA TEÓFI-
 LO NEIRO, 2ª Vice: LUIZ PEREIRA
 ASS. Secretária geral

ELAINE RAQUEL COSTA ²¹⁵⁰ DA SILVA ass:
 Elaine Raquel Costa da Silva
 Suplentes: CLAUDEMIR SUELY DA COSTA ass:
 Claudemir Suly de Costa
 MARIA CECILIA DOS SANTOS ASSINAR
 Cecília dos Santos
 ENEZITA DO NASCIMENTO BARBOSA ass:
 Enzeta D. do Nascimento
 Conselheira Fiscal: DAYSE ALEIXO
 DO NASCIMENTO ass:
 Dayse Aleixo do Nascimento
 LINDACEY MARIA DA SILVA ass:
 Lindacey Maria da Silva
 MARIA APARECIDA DOS REIS ass:
 Maria Aparecida da Silva
 presentes: dia: André Lourenço
 André Barbosa da Silva deixar
 ser a assinatura de MARIA
 APARECIDA DOS REIS
 ass: H. P. A. P.
 presentes: Douglas Rodrigues Guimarães
 Cristina Roberto Cavallini de Silva
 André Barbosa da Silva
 Maria Aparecida dos Reis
 Silene Maria de Lima

ACU 73416

RECEBIMOS DE V. EXA. a soma de R\$ 2150,00 (duas mil e quinhentos reais) em 24 de novembro de 2003.

Dr. Marcelo Falco
 Advogado
 OAB/PE 4240

Dr. Manoel Odeir da Silva
 Advogado - Matr. 2005-2
 OAB/PE 4240

2150
 2 de 2003

AAL 32505

ATA COMPLEMENTAR DE FUNDAÇÃO DA AME.

Ata Complementar da fundação 2
da Associação de Mulheres Entendidas
do PERMUNIBRO - AME - PE

Informamos que a Coordenadora
geral da entidade é a S^{ra} JOSEFITA
DUDA CIRIACO, portadora da CI-1459943-
SSP-PE e do CPE ou CIE no 187.352.154-53.
Moradora na Rua Venâncio Bez, 129
Alto do Muro - Camaragiba - PE

Foi eleito coordenador geral da AME-PE
no dia 20/09/03, na Assembleia geral
assimado [assinatura]

CARTÃO DO TÍTULO DE DOUTOR
Dr. Saldino Correia - 2500 - Fone: 4581130
Assinatura e firma por autenticação do
TITULO DO DOUTOR, CÍVIL E 11111111
"Visto" com a nota de autenti-
cação e digitalização
Em todo... de verificação
Comprova: 25/09/2003
16-07-03 A. G. 1. 1111
[assinatura]
ESTADO DO PERNAMBUCO DE 2010
Bom dia
PAG: 0001.001.7



ATA DE PRESENÇA DO I SEMINÁRIO DE MULHERES LÉSBICAS DA AME, 2005.

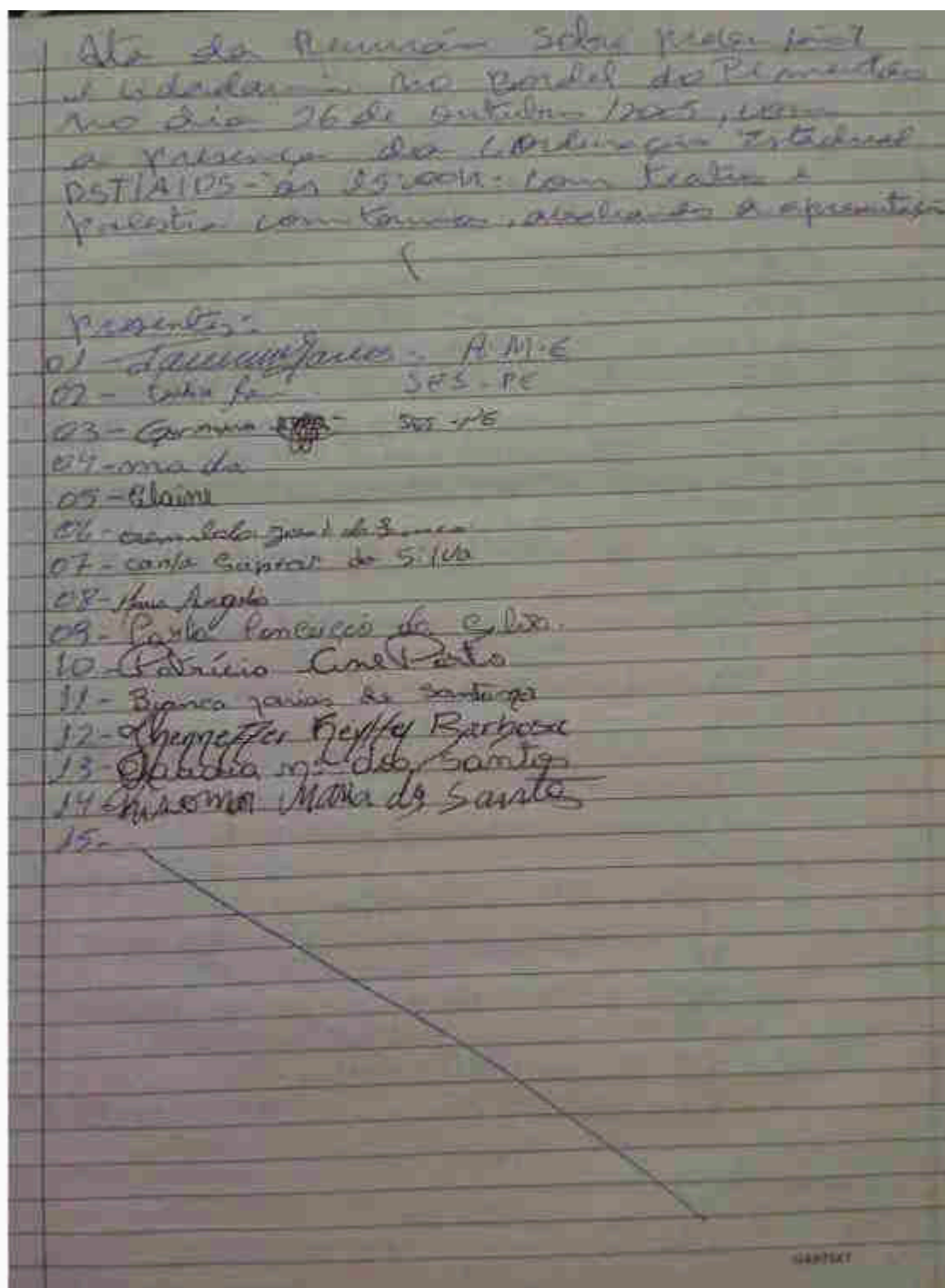
LISTA DE PRESENÇA DO I SEMINÁRIO
DE MULHERES LÉSBICAS DA AME - PE
CANARAGUÊS - 18 DE FEVEREIRO DE 2005

- 1- LEONARDO DE BRITO BARRETO
- 2- M^{te} Jurea A. J. Albu
- 3- Flávia Vazquez
- 4- Paula Vianna
- 5- Graziela Pires
- 6- Britânia Riquinho
- 7- Jéssica Bandeira de Souza da Silva
- 8- Maria da Glória gois de mesquita - Amador durao da mata
- 9- Marlene Ojeda da Silva - Amador durao da mata
- 10- Mariana Palla Silva - Amador durao da mata
- 11- Paula gonçs de Lima - Amador durao da mata
- 12- Maria Brito da Silva - Amador durao da mata
- 13- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 14- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 15- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 16- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 17- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 18- Paula Roberto E. Pereira
- 19- Lúcia Pereira
- 20- Jéssica Bandeira de Souza da Silva
- 21- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 22- ~~Paula Roberto E. Pereira~~
- 23- Jéssica Bandeira de Souza da Silva
- 24- Claudine Gomariz Chua
- 25- Graca Mendes da Silva AME - PE
- 26- Jéssica Bandeira de Souza da Silva
- 27- ARTUR CARNEIRO
- 28- NARI CARVALHO

- 29- Maria Inês de Silva
- 30- ~~Yara~~
- 31- Yara Inês
- 32- Yara
- 33- Yara
- 34- Yara Inês de Silva, Yara Inês de Silva
- 35- Yara Inês de Silva
- 36- Yara Inês de Silva
- 37- Yara Inês de Silva
- 38- Yara Inês de Silva
- 39- Yara Inês de Silva
- 40- Yara Inês de Silva
- 41- Yara Inês de Silva
- 42- Yara Inês de Silva
- 43- Yara Inês de Silva
- 44- Yara Inês de Silva
- 45- Yara Inês de Silva
- 46- Yara Inês de Silva
- 47- Yara Inês de Silva
- 48- Yara Inês de Silva
- 49- Yara Inês de Silva
- 50- Yara Inês de Silva
- 51- Yara Inês de Silva
- 52- Yara Inês de Silva
- 53- Yara Inês de Silva
- 54- Yara Inês de Silva
- 55- Yara Inês de Silva
- 56- Yara Inês de Silva
- 57- Yara Inês de Silva
- 58- Yara Inês de Silva
- 59- Yara Inês de Silva
- 60- Yara Inês de Silva
- 61- Yara Inês de Silva
- 62- Yara Inês de Silva
- 63- Yara Inês de Silva
- 64- Yara Inês de Silva

Scanned by CamScanner

ATA DE REUNIÃO SOBRE PREVENÇÃO E CIDADANIA NO BORDEL



ATA DA REUNIÃO DE COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES.

Ata da Reunião de Comemoração 8
do dia das mães, comemorando a
Paulina da Silva, nascida em
da Várzea Valdeaz, da comunidade de Campa
Angela, presentes as mães e filhos de mães, alunos
comunicados, 19/05/2007.

Presentes:

nomes	idade
01 Jacy Delma de Costa	33
02 Silvestre Vitorino Costa	43
03 Rosângela Glória grande mãe morta	38
04 Maria da Graça	44
05 Rosângela da Silva Freitas	60
06 Maria da Carmo dos Santos	51
07 Juliana m. de melo 22 anos	
08 Gileide Batista da Silva 24 anos	
09 Vânia Lourenço dos Santos	21
10 Maria Edna da Silva	38
11 Daniele Camara grande orelheira	44
12 Falciana Maria da Conceição	16
13 Maria Sebastiana da Silva	25
14 Elisavira Rodrigues	26
15 Juliana Maria da Silva	14
16 Silvana da Maria Bastos	42
17 Rosângela m. da Silva	50
18 Maria Rosângela 40	40
19 Rosa Alves da Silva	38
20 Rosângela Batista da Silva	37
21 Rosângela da Silva da Silva	32
22 Rosa Maria da Silva	18
23 Rosângela Gomes da Silva	53
24 Rosângela	13

ATA DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA AME, 2008.

03/04/2008
 Ata da Assembleia para eleição da 12ª
 Diretoria da AME-PE

Aos cinco de junho de dois mil e oito na
 Rua Venâncio Braz, 124, Alameda Nova, Camaragibe/PE, às 15:00hs, na Sede da Associação
 de Mulheres Entendidas de Pernambuco, foi
 dada a abertura da Assembleia geral, sob o
 a palavra de Josevita Gonda, fazendo
 uma avaliação dos três anos de mandato
 e trabalhos realizados juntamente com outras
 grupos e Fóruns do movimento social durante
 os anos de 2005 até 2008, juntamente
 com uma prestação de contas da AME-PE,
 e novos planos de ação da mesma.

Foi lido então por parte de Alencar
 que parte da diretoria deveria continuar
 ficando assim no momento JOSEVITA DUBA
 CIRIACO, professora Agente de Saúde, portadora
 do CPF nº [REDACTED], assinatura [REDACTED]
 como Coordenadora geral, Maria das Graças
 Lopes Pereira, professora comediante autônoma
 assinatura [REDACTED], como Coordenadora
 Tesoureira, Maria do Carmo Alexandrino
 Martins, professora comediante, [REDACTED]
 os, assinatura: [REDACTED] do Conselho
 fiscal, depois como Secretária geral, e o
 Conselho Fiscal ficou assim: Amanda
 Virginia Pereira da Silva, professora pro-
 fessora, assinatura: Amanda Virginia P. da Silva
 Jureme Rosa de Jesus, professora coordenadora
 assinatura: Jureme Rosa de Jesus, AMANDA
 ROSA DE VASCONCELOS, professora Professora,
 assinatura: Jureme Rosa de Vasconcelos, e no
 cargo de suplente: SÔNIA MARIA DA SILVA
 VA, professora Educadora do Centro Maria da Silva

**LISTA DE PRESENÇA DO 29 DE AGOSTO DE 2005, NA CÂMARA DOS
VEREADORES DE CAMARAGIBE**

Lista de Presença na Câmara de 29	
Vereadores sobre o dia 29 de agosto	
Com a participação de Teresa Leite -	
D ^a Kenedy e Vários milhens: 28/08/2005	
Assente	
Fone	
01 - RAFAELA RAFAEL (participante)	8014 3345
02 - Vitorino da Silva	5719 1601 (3138234)
03 - Maria Luiza Viana	9601 5370
04 - Edinilson dos Santos	(6632 8401)
05 - Maria Souza de Souza	
06 - Maria Antônia	
07 - Raimundo - 3558 2515	Fundação Cultural
08 - Chirley Maria de Lima	9137 1182 P/P
09 - Maria Vitoria	9601 5302
10 - Raimundo Vitorino F. Vitorino	8659 1918
11 - Antônio Felipe da Rocha	8806 8363
12 - Gelyson Batista da Silva	
13 - Raimundo Batista da Silva	
14 - Raimundo Batista da Silva	
15 - Raimundo Batista da Silva	8621 8324
16 - Raimundo Batista da Silva	8801 6275
17 - Raimundo Batista da Silva	8727 0057
18 - Raimundo Batista da Silva	9302 2665
19 - Raimundo Batista da Silva	
20 - Raimundo Batista da Silva	
maria maria da conceição	

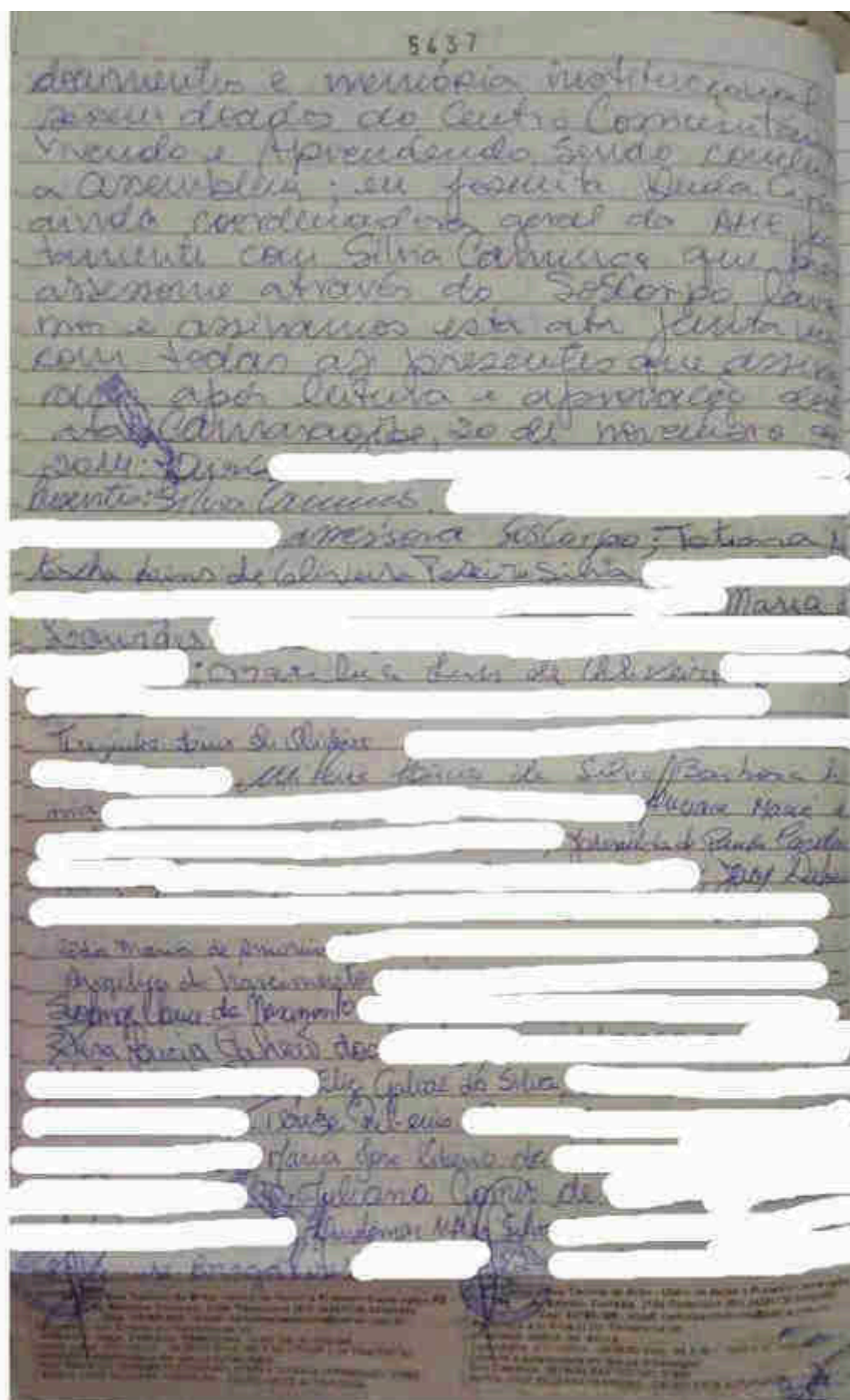
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AME, 20/11/2014.

5437
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AME convocada e realizada
anualmente para deliberar sobre assuntos de
extensão da entidade; Aos 20 dias do
mês de novembro do ano de 2014, reuniram-se na Rua Venceslau Braz nº 12, Alberto Moura em Carnaubeira, os sócios da AME, quando foi recordado os 11 (onze) anos desta Associação e sua situação atual. O coordenador geral fez um Rodo Ciraco tomou a palavra e mencionou os principais acontecimentos da AME: a participação da AME na Feira de Culturas de Pernambuco e um Artista Luto de Pernambuco, os esforços para conquista da coordenação da mulher e conselhos da mulher no município; os encontros seminários e atividades realizadas como a 1ª Comunidade da Visibilidade das Mulheres Lésbicas em Carnaubeira em 2009, 2ª Comunidade da Visibilidade Lésbica em Carnaubeira em 2010, e 3ª Seminário de Lésbicas da AME em 2005; o projeto "NASCENTE LILAS" executado com Associação de Culturas do Loteamento Santana e apoio da Sec de Políticas pl Mulheres do governo no ano de 2004; o projeto "Atas DA DEUS SAFO" em parceria com Fórum Mulheres de Pernambuco, AMB, Artista Luto Dias, Fórum LGBT e FOSCorpo, Fundação após da GPM/Cor Federal em 2005, participação na 6ª Jornada da diversidade em Madal PE em 2006, em qual a AME atuou na coordenação representando

5437

20

por sua coordenadora, com o título: Ano
da Igualdade de Sexo, também a AME
 fez parcerias com a ADPSI Associação
 Pernambucana de Profissionais do Sexo,
 Grupo Comunitário Vuelto e Apreendendo
 onde realizamos encontros de 2 a 3 dias,
 e a Geste, que também contribuiu
 nos trabalhos. Após esta reestruturação
 foi criada a comissão "Assim se pas-
 sam dez anos..." e foi lido a reflexão
 dos 10 anos de atuação, complementando
 no ano seguinte se voltas mulheres
 que antes do trabalho da AME tra-
 bahavam em bairros de municípios,
 voltas mulheres foram ocupar-se com
 outras atividades europeias - II na
 política partidária. Os bairros estavam
 em declínio e algumas foram tra-
 banhar em oficinas abriam pequenos
 novos negócios. Uma nova situação
 foi colocada para a AME: os projetos
 do governo com a gestão do SIVCOV di-
 gressão o acesso a recursos para peque-
 nas entidades como é o caso da
 AME, desta forma os trabalhos so-
 ciais com as mulheres ficaram sem
 subsídio (pessoas, alimentação, des-
 pendidos e que impossibilita de avançar
 os educacionais com as mulheres lo-
 cais do município que vivem em
 diversas localidades de distribui-
 ções. Por esta razão foi proposta e
 aprovada por unanimidade a exten-
 são da AME Assoc. de Mulheres Enten-
 dendo de Comarca, tornando-se



5437 21

Seu: Balanço
Resolução de Balanço
resolução para o balanço

Felipe Santos Filho
 Felipe Santos Filho
 OAB/PE 30.827

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS
 Rua das Margaridas, 59, Centro, Canaãpolis-PE - Oficial Designado: Maurenice Lima Lopes
 Certifico que o presente título foi protocolado no livro "A-2", de fls 617, registrado no Livro "H" sob o nº 5437 e averbado no registro nº 2151, deste ofício. O referido é verdade, dou fé. Emolumentos R\$ 63,88 + 77,24 - TSNR R\$ 14,20 + 16,29 - FERC R\$ 7,13 + 8,15.

Outorgado em 25 de Junho 2015.

Maurenice Lima Lopes
 Oficial Designada - Maurenice Lima Lopes

ADVOGADO
 ADVOGADO

 **Lésbicas do Norte**

[Handwritten signature]

Ata de fundação social da entidade.

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e um, às nove horas, na sede social do KINISPREVPE (Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais em Saúde e Previdência Social no Estado de Pernambuco) situado à rua Marques do Amorim, 174 Bairro da Ilha do Leite – Recife, Pernambuco realizou-se uma Assembleia Geral, com o fim específico de fundar oficialmente o Movimento Gay Lésbicas do Norte Estavam presentes os sócios fundadores Ailton Sérgio da Silva Moura CPF nº [redacted] José Wellington Silva de Medeiros CPE nº [redacted] e Katia Cristina Leite CPF nº [redacted] como facilitadora das discussões da importância e necessidade de fundar o Movimento Gay Lésbicas do Norte, como uma organização social, sem fins lucrativos, cujos objetivos gerais são a luta contra o preconceito, a discriminação e a violência dirigidos aos homossexuais, bem como trabalhar na prevenção da DST/HIV/AIDS e na conscientização dos homossexuais pela livre orientação sexual, incentivando ações que fomentem a cultura Gay-Lésbica. Discutiu-se a necessidade de elaborar, aprovar e registrar um estatuto para o Movimento Gay Lésbicas do Norte e, após ter concluído, definiram que após a formulação e aprovação do Estatuto Social elegeria a Diretoria. E não havendo mais nada a tratar, e estando todos de acordo, eu, Katia Cristina Leite, secretária ad hoc, lavrei a presente Ata, que após lida, foi aprovada e assinada por mim e por quem de direito.

**1º REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS
E DE PESSOAS JURÍDICAS**

1ª SEÇÃO

OFICINA REGISTRO DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E DE PESSOAS JURÍDICAS

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE RECIFE

PROCURADOR GERAL DA CIDADE DE RECIFE

PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔNIA

PROCURADOR GERAL DO MARANHÃO

PROCURADOR GERAL DO PERNAMBUCO

PROCURADOR GERAL DO ALAGOAS

PROCURADOR GERAL DO SERGIPE

PROCURADOR GERAL DO BAHIA

PROCURADOR GERAL DO MINAS GERAIS

PROCURADOR GERAL DO PARANÁ

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO DO SUL

PROCURADOR GERAL DO MATO GROSSO

PROCURADOR GERAL DO GOIÁS

PROCURADOR GERAL DO TOCANTINS

PROCURADOR GERAL DO PIAUÍ

PROCURADOR GERAL DO CEARÁ

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR GERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR GERAL DO AMAPÁ

PROCURADOR GERAL DO RORAIMA

PROCURADOR GERAL DO ACRE

PROCURADOR GERAL DO RONDÔN

CERTIDÃO

Certifico que as presentes cópias são de igual teor dos originais, Registrados neste Cartório de 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca do Recife, constituindo o Registro e Inscrição de Associação denominada: "Movimento Gay Leões do Norte", com seu Estatuto Social, Protocolado e Registrado em microfilme sob o nº de ordem 610919, em data de 21 de fevereiro de 2003. Havendo ainda, quanto ao registro, os seguintes atos: Ata, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 610920, em data de 21 de fevereiro de 2003; Ata, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 610921, em data de 21 de fevereiro de 2003; Alteração Estatutária, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 761821, em data de 28 de agosto de 2007; Ata, Protocolada, Registrada e Averbada em microfilme sob o nº de ordem 761822, em data de 28 de agosto de 2007. Sendo o que consta até a presente data. O certificado é verdade e dou-lo. Recife, 08 de outubro de 2007. A Juíza Mabel de Holanda Caldas.

Mabel de Holanda Caldas

EMOLUMENTOS R\$ 5,33

TX. DE FISC. R\$ 1,07



VALOR TOTAL: R\$ 6,40 (com o selo de
certificação, o selo de
fiscalização e o selo de
ACE065702

ATA DE POSSE DO MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE 2008



782338

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DO MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE

Aos doze (12) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e oito (2008), às 15 horas, na sede social do Movimento Gay Leões do Norte sita à Rua do Riachuelo, 720, Boa Vista, Recife-PE realizou-se a Assembleia Geral Ordinária com os objetivos de:

1. Avaliar a gestão 2005-2008 (prestação de contas do mandato);
2. Reorganizar o Plano de Ação 2008;
3. Eleição e posse da nova diretoria para o mandato 2008-2011.

Aberta a seção, o presidente fez uma explanação sobre os três anos da gestão destacando os inúmeros avanços conquistados: reconhecimento público, inclusive nacional; significativa ampliação no número e no estilo das ações; aumento do número de militantes; melhoria na infra-estrutura da sede, dentre tantos outros. Em seguida foi feita uma prestação de contas resgatando os projetos conquistados no mandato e detalhando a realização dos mesmos.

O segundo momento da assembleia foi para tratar da reorganização do Plano de Ação 2008. Algumas ações precisavam ser melhor detalhadas e remarcadas e outras precisavam ser socializadas com os/as sócios/as pois careciam de algumas decisões coletivas.

Para a eleição da nova diretoria apenas uma chapa havia sido inscrita. A mesma foi apresentada ao plenário e, por aclamação foi eleita por unanimidade. A nova diretoria fica assim composta:

Presidente: JOSÉ WELINGTON SILVA DE MEDEIROS, brasileiro, solteiro, gerente administrativo,



782338

Vice-Presidente: LUCIANO CARLOS MENDES DE FREITAS FILHO, brasileiro, solteiro,

Secretário Geral: GILVAN RUFINO DA SILVA, brasileiro, solteiro, assessor parlamentar,

Secretário de Finanças: MARCONE COSTA DE MENEZES, brasileiro, solteiro, estudante,

Secretário de Comunicação e Imprensa: ADRIANO AUSTECLÍNIO PÁDUA DOS SANTOS,
brasileiro, solteiro, jornalista,

Secretário de Formação: JÂNIO CLEFFTON BARRETO DA SILVA, brasileiro, solteiro, biólogo,

Secretário de Identidade de Gênero: EDER DA SILVA DEODATO, brasileiro, solteiro,
professor

Para o Conselho Fiscal foram eleitos:

AILTON SÉRGIO DA SILVA MOURA, brasileiro, solteiro, gráfico,

Rua do Riachuelo, 720 Boa Vista, Recife – PE CEP: 50050 – 400
Telefone: (81) 3222-2207
E-mail: leoes@leoesdonorte.org.br Site: www.leoesdonorte.org.br
CNPJ: 05.522.122.0001/61



782338

REGINALDO FELICIANO JUNIOR, brasileiro, solteiro, gerente de loja,

MACIEL JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, sociólogo,

Suplentes do Conselho Fiscal.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA NETO, brasileiro, solteiro, estudante,

JOEL JOSÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, cabeleireiro,

Após a eleição dos diretores supracitados procedeu-se a posse com as falas de cada um comprometendo-se a cumprirem fielmente o estatuto da entidade e assinaturas da ata de posse.

Em não havendo mais nada a tratar e estando todos/as de acordo, eu, *Gilvan Rufino da Silva, Secretário Geral*, lavrei a presente ata, que após lida foi aprovada por unanimidade pelo plenário e assinada por mim e por quem de direito.

Recife - PE, 12 de Abril de 2008.



782334

LISTA DE PRESENTES A ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DO MOVIMENTO GAY LEÕES DO NORTE

Data: 12 de Abril de 2008.

Local: Sede - R. Riachuelo, 720 Boa Vista - Recife - PE

NOME	RG	CPF
Maíel José da Silva		
Reginaldo Felixiano das Chagas Júnior		
Antônio Estênio de Aguiar Filho		
Dr. Carolina Almeida Cavale Compeira		
Roberto José da Silva		
Dr. Paulo César		
Ena da Silva Dantas		
Ampli Filho de Albuquerque		
Roberto Leal da Silva		
FÁBIO ALEXANDRE DO VALLE SILVA		
Rômulo Antônio Mendes da Silva		
Gilvan Rufino da Silva		
Marcelo Costa		
Adriano Francisco Barbosa Costa		
Luciano C. M. F. Filho		
ANTÔNIO AUGUSTO B. DE H. NETO		
THIAGO CARVALHO FLORENCIO		
JOSÉ WENIGTON SILVA DE MENEZES		
João Cleiton Barreto da Silva		

JORNAL RUGIDO – EDIÇÃO ABRIL – 2008.

Criação da Coordenadoria LGBT no estado de Pernambuco que contemple ações urgentes para o segmento

A criação da Coordenadoria em Pernambuco seria um marco inicial do desenvolvimento de ações concretas de aplicação de políticas públicas permanentes para mudar o quadro de violência vivenciado por milhares de jovens e adultos que sofrem com o preconceito.

Também teria um papel fundamental no incentivo e apoio para criação de novas gerências/coordenadorias municipais a exemplo da GLCS, única Gerência que trata da temática LGBT em Pernambuco.

Capacitação profissional que possibilite a profissionalização eliminando a alternativa das ruas como possibilidade de sobrevivência.

Programa Primeiro Emprego voltado para jovens.

Incentivo ao emprego nas empresas que prestam serviços ao Governo do Estado.

Amparo às vítimas da violência ampli-



do os Centros de Referência com apoio psicológico e jurídico, tomando-se políticas públicas;

Educação com o desenvolvimento de ações de combate ao preconceito dentro das salas de aula, evitando a evasão escolar da população LGBT que não encontra apoio nas escolas;

Cultura - desenvolver atividades culturais que possibilitem a inclusão social e

incentivar o talento profissional, visibilizando a cultura LGBT e ajudando a população LGBT em teatro, literatura, humor, cinema, música e artes;

Turismo -

incentivar o turismo

incidental e turístico e locais de frequência LGBT, possibilitando mais geração de trabalho e renda para a comunidade;

Formação - permanente de educadores na capacitação sobre direitos humanos e diversidade sexual;

Segurança - com permanente capacitação dos servidores sobre Direitos Humanos e acompanhamento das vítimas cometidas com

agressão, investigação e punição dos agressores;

Justiça e Cidadania - Promover a capacitação de Agentes Públicos do Judiciário acerca da temática LGBT e da legislação

referente ao segmento;

Comunicação - Promover sistematicamente a divulgação de direitos e conquistas pelo segmento;

Legislação - Estimular, junto com as organizações LGBT, ações direcionadas à elaboração e aprovação de legislação que contemple o segmento, especialmente no que concerne à criminalização da homofobia, lesbofobia e transfobia;

Saúde - Ação mais efetiva e permanente na capacitação dos profissionais da saúde sobre a Livre Orientação Sexual, formulado com as organizações afins e acompanhamento permanente;

A criação da Coordenadoria é fundamental para implementação de políticas públicas no Estado e um elo de comunicação para garantir que as propostas discutidas nas três Conferências possam indicar programas de inclusão social do segmento LGBT.



I Conferência Estadual LGBT

O Movimento Homossexual Brasileiro inicia um passo decisivo para a articulação com os Governos na implementação de políticas públicas com a realização da I Conferência LGBT de Pernambuco

O Movimento em Pernambuco

Os debates e a defesa do segmento LGBT tiveram um avanço significativo em Pernambuco, mas sem nenhuma ação concreta que garanta-se uma política específica aos homossexuais.

É inegável que o movimento LGBT vem conseguindo uma visibilidade positiva na imprensa local e nacional.

Os vários atos que aconteceram em nosso Estado ultrapassaram os limites das nossas fronteiras e mereceram notoriedade pela ousadia e coragem de encarar de frente a homofobia/lesbofobia/transfobia.

A atuação da militância se iniciou com a criação do primeiro grupo - Grupo de Atuação Homossexual - GATHO, em maio de 1980, na luta por



conquistas individuais dos homossexuais em conjunto com os segmentos discriminados de mulheres, negros, índios, idosos, deficientes físicos e todas as vítimas do preconceito, prestando solidariedade aos homossexuais em decorrência da onda de assassinatos que ocorrem no Recife e contra a forma grossa que a imprensa escrita e falada principalmente, tratava os homossexuais e consequentemente, pela sociedade.

O resultado do trabalho de vários militantes, muitas vezes incompreendidos até mesmo pelos próprios LGBTs que não acreditavam que

poderíamos enfrentar



essa realidade, alterou o quadro político dentro do Estado. Foram criadas duas Leis de combate à homofobia no Recife e a primeira Previdência garantida aos funcionários públicos da Prefeitura do Recife.

O comportamento de atenção dos vários candidatos, a partir da primeira lei aprovada na Câmara de Vereadores do Recife em 2002 (Lei 17.680/08), mudaram quanto a perspectiva de Livre Orientação Sexual, quando o segmento mostrou reação à homofobia/lesbofobia/transfobia. A realização da primeira Parada, em 2002, iniciou uma nova

paleta nas lutas dos

segmentos sociais e ajudou a aproximar a sociedade dos LGBTs.

As denúncias de candidatos que votaram contra projetos de inclusão social dos LGBTs, nas eleições de 2004, mostraram que poderiam ter poder na hora do voto. Os candidatos à Prefeitura do Recife e ao Governo do Estado colocaram em suas agendas o debate com o movimento organizado com dia e hora marcada para discutir essas propostas nos anos de 2004 e 2008.

Como resultado, tivemos a criação da Gerência de Livre Orientação Sexual - GLCS que é um elo de comunicação entre os grupos organizados e a Prefeitura da Cidade do Recife que promoveu a primeira Conferência Municipal de Livre Orientação Sexual em outubro de 2007, no país.

(Continuação)



Informações do Movimento Gay Lésbis de Recife - (51) 3333-0000
Rua de Recife, 111 - São João - Recife/PE - CEP 51033-400
Fone: (51) 3333-1111 - e-mail: movimento2008@uol.com.br
Programação visual: Ad (www.adbrasil.com.br)



Ação e Reação

(Contribuição de capa)

As ações desenvolvidas e a reação contra o preconceito colocaram "frente-a-frente" instituições e políticos, que praticavam atitudes discriminatórias, no Ministério Público Estadual - MPPE - e por um agente de conduta que visou educar seus fiéis, pastores e funcionários no respeito aos Direitos Humanos e à diversidade sexual.

A pesar do índice de rejeição à população LGBT chegar a um terço da população, conseguimos abrir canais de comunicação com toda a sociedade e debater sobre o direito à livre expressão sexual. As reuniões com a população LGBT no interior do estado resultou na formação de novas lideranças de grupos: Associação Homossexual de Teófilo, Movimento Livre Expressão do Moreno, Grupo de Resistência Gay de Caruaru, Grupo Gay da Tracunhaém, Grupo Expressão de Betânia.

Cidadania

Além da violência física e moral, o segmento LGBT ainda sofre com a restrição de direitos, sabemos que a cidadania LGBT não se resume à prevenção e repressão aos crimes, leis e transições, as pessoas de orientação homossexual são sujeitos de direitos e deveres, com todas as pessoas são de forma igual, está é uma garantia constitucional. Assim, não se pode admitir que as pessoas, por não se enquadrarem nos padrões heteronormativos, tenham seu acesso ao abrigo público e aos Direitos Fundamentais cerceados.

Centros de Referência

Apoiado pelo Programa Brasil Sem Homofobia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos-SECH do Governo Federal, os Centros de Referência existentes são um dos apoios mais eficazes no acolhimento da comunidade LGBT e seus familiares.

Os atendimentos realizados pelas profissionais, somente do Centro coordenado pelo Ledei do Norte, ultrapassaram mais de 1.400 em 2007 e 2008, com uma característica peculiar: procura crescente pelo setor jurídico. Essa demanda que tende a crescer, é a consciência cidadã que a comunidade LGBT e seus familiares vêm adquirindo, por meio das várias intervenções da militância na sociedade, e a segurança de que não apresentar pessoas capacitadas para a orientação e defesa que precisam, sem o risco de serem tratados com reservas e desrespeito. Assim como não é uma política pública permanente poderá ou não ser editada.

no próximo governo

Formular Propostas

Esta Conferência é histórica. É resultado de mais de duas décadas de militância em todos os estados do país. O esforço de cada pessoa que participou, direta ou indiretamente, na constituição dos grupos organizados, desde os anos 90, converteu-se na construção de formulações de propostas para o avanço da democracia (neste caso, LGBT), podemos ser tratados como cidadãos e cidadãs.

As propostas de ações da I Conferência Municipal de Luta Orientação Sexual de Recife (outubro 2007), juntamente com as que foram discutidas e aprovadas na Estadual e da Nacional viram e orientam mecanismos para implantação/implementação de políticas públicas que garantam ações no combate ao preconceito.

Mas a garantia destas ações está vinculada à organização dos grupos e à mobilização da militância, articuladas com todas as esferas nas Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e bancada de deputados e senadores e com a seção mais importante, uma Coordenadora Estadual LGBT.



28% dos crimes praticados são de homicídios, 22% de lesão corporal, 15% de ameaça, 11% de sequestro, 4% de estupro, 4% de outros crimes, 1% de outros crimes.

PAINEL



Violência

A violência contra LGBT: segundo de morte, chega a índices alarmantes. Somente nos três meses de 2008 foram notificadas oito mortes, dessas vítimas cinco são travestis. Entre os anos de 2002 a 2007 foram assassinadas dez.

A catalogação feita pelo Movimento Gay Léses do Norte tem o perfil das vítimas, porém não possui a identificação das agressões.

Essa impossibilidade em identificar o perfil das agressões se deve à falta de investigação, apuração e consequentemente a prisão do agressor.

O repertório de crimes praticado nos crimes é os mais variados e superiores a 50% de crimes à vida. Estrangulamento, chutes e socos, pedradas, pauladas, asfixia, decepção de cabeça e pênis, esmagamento de cabeça, golpes com barra de ferro, etc.

Quando o crime é praticado contra as travestis mais da metade dos crimes são praticados em seus locais de trabalho.

Além desse problema ainda enfrentamos o preconceito desafiado de boa parte do Poder Judiciário, que não se manifesta publicamente contra as agressões aos LGBT e a falta de legislação específica que tome o preconceito contra LGBT como crime no Código Penal Brasileiro.

Nas duas últimas décadas de militância houve tentativas de criar mecanismos para que pudessemos identificar institucionalmente todas as agressões contra o segmento, mas sem muito sucesso, uma vez que não temos meios para controlar as informações dentro do Governo do estado.

Jovens LGBT

>>> Promover programas de atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens.

>>> Promover políticas afirmativas para segmentos da população jovem LGBT.

>>> Organizar em programas, ações e projetos que resultem em bens e serviços para atender as demandas da juventude LGBT, tomando por base a desigualdade de gênero e a discriminação sexual, garantindo os direitos das jovens LGBT.

>>> Inclusão qualificação profissional, para garantir aos jovens no mercado de trabalho.

>>> Apoiar estudos e pesquisas sobre a discriminação múltipla ocasionada pelos racismos e homofobias, e preconceito de gênero.

>>> Garantir o acesso das jovens travestis em salas de aulas.

>>> Capacitar profissionais de casa de apoio e de abrigo para jovens em assuntos ligados à orientação sexual, casca homossexual/transgênero e a discriminação contra os LGBT com parcerias da sociedade civil.

>>> Implantar e avaliar programas de auto-estima para jovens que cumprem medidas socioeducativas, assim como os egressos da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAÇÃO) e no sistema prisional.

>>> Promover a cidadania ativa e fortalecer os canais de diálogo e participação dos jovens LGBT.

>>> Apoiar os processos de organização e formação de redes, promovendo o associativismo juvenil em todos os níveis.

>>> Promover e fortalecer espaços de formação entre jovens LGBT.



RUGIDO

RUGIDO Recife, Junho 2008 > Site: www.leoesdonorte.org.br > Orkut: Movimento Gay Leões do Norte

Homossexuais?

Nem contra e nem a favor. Muito pelo contrário

A homossexualidade existe desde o surgimento da humanidade. Há indícios de que era admitida em diversas civilizações 12 mil A.C., retratados em cerâmica, escultura e pinturas em vários períodos da história nas civilizações antigas da Índia, Egito, Grécia e América.

Mas nós somos tratados como cidadãos de última classe. Não há lei que torne o preconceito e a discriminação contra homossexuais crime. Feita vontade política para encarar a questão com responsabilidade e nos tratar como seres humanos.

Somos considerados cidadãos quando pagamos os impostos contidos em cada item que compramos e mantidos na marginalidade de direitos quando deveria haver a proteção do Estado na retribuição dos direitos.

Quando a sociedade é perguntada se tem preconceito, incluindo todos os segmentos sociais e profissionais, menciona-se sempre que não tem nada contra, mas em suas atitudes mostra exatamente o contrário.

Porém o dia-a-dia é diferente.

"Não tenho preconceito mas não gostaria ser atendido por um médico gay. Não iria a uma ginecologista lésbica. Não quero ser atendido por uma travesti ou. Exército é lugar só para homens, que procurem outras profissões... Vivemos um 'falso respeito' tal qual a questão racial



onde todos consideram o país uma democracia racial mas a população negra teve que ser amparada por lei para, no mínimo, não continuar sendo humilhada publicamente por preconceito de cor. E mesmo assim ainda nos deparamos com atitudes racistas.

O preconceito é perigoso e incita o ódio. Pode ser através de cultos, declarações do Papa, um comunicador de rádio ou um programa de TV. Cria uma cadeia: violência verbal, física e o crime "coisa sem nenhuma importância" para a sociedade machista, capitalista e extremamente preconceituosa.

Toda Forma de Amor vale a pena

Desde 1897, quando surgiu o primeiro grupo, na Alemanha em defesa da cidadania dos homossexuais (que foi dizimado pelo nazismo a partir de 1933), que estamos nos organizando para garantir o direito de vivenciar o

maior dom da natureza humana: o afeto.

Preconceito, perseguição, mortes institucionalizadas e mascaradas existem em todos os continentes, mas resistimos há milênios e buscamos por uma sociedade justa e solidária.

Quando ALGUÉM for questionar a homossexualidade, antes é bom refletir se em algum momento de sua vida lhe foi dada a OPÇÃO de gostar do sexo oposto. A resposta certamente será que não houve essa escolha. Assim, também, nós homossexuais NÃO OPTAMOS em gostar de pessoas do mesmo sexo. Optamos sim, em vivenciar de forma tranqüila e saudável nossa expressão sexual.

PÉROLA DE UM COMUNICADOR HOMOFÓBICO

"Homem com homem tá virando história da Romeu e Julieta, levando a merda. Exército é lugar de homem"
Geraldo Freire - radialista, 14/06/2008

Acolhendo e fortalecendo para transformações sociais

Araceli Lira
Assistente Social

O Serviço Social no Centro de Referência trabalha em duas frentes. De um lado são realizados atendimentos às demandas que são apresentadas

diretamente à instituição através de atendimentos individuais, visitas domiciliares, articulações com instituições para encaminhamentos, entre outras. Estas atividades objetivam atender às pessoas de forma integral em suas necessidades, seja porque sofreram discriminação, foram violentadas, tem conflitos familiares por conta da orientação afetivo-sexual ou qualquer outra queixa cujas razões sejam homofobia.

Mas compreendemos que não seria suficiente atender as pessoas e esperar que a discriminação

aconteça. Temos que agir de forma preventiva informando, debatendo, discutindo, construindo... Progredindo!

Buscar a eliminação de todas as formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças

Estas ações têm como objetivo discutir com a sociedade sobre as diferenças, os porquês de discriminar, o porquê assuntos de foro tão íntimo de outras pessoas me incomoda tanto a ponto desta ser a **assassinada** covardemente.

Compreendemos que muitas das discriminações, agressões ou rejeições acontecem por falta de informação, pela simples reprodução do que se ouve dizer sem que haja um questionamento a respeito das informações que recebemos. Fomentar estas discussões, favorecendo uma leitura crítica e reflexiva das práticas individuais e coletivas é um dos objetivos do Serviço Social como profissão.

Além destas atividades são feitos

contatos para apresentações dos trabalhos objetivando a formação da rede de parcerias, esta favorece o fluxo de encaminhamentos para o Centro, bem como para outros serviços de atendimento e acompanhamento. Temos, em nosso quadro de parcerias: 28 instituições não governamentais, 07 unidades de ensino, 11 instituições governamentais e estivemos presentes em 02 espaços de mídia.

Logo, o trabalho do Serviço Social transpõe o que é executado na sede, sendo então um elo entre o atendimento às consequências e a prevenção da discriminação. O conhecimento de serviço e o "nos fazer conhecer" são atividades que favorecem a troca de conhecimento, a construção de uma consciência crítica e a mudança de atitude frente às diferenças das pessoas.

O JURÍDICO NO CENTRO DE REFERÊNCIA*

Márcia Matos
Advogada



orientação sobre a legislação e a promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania GLBT.

Diversas são as formas pelas quais o setor jurídico age na defesa dos interesses GLBT. Alguns dos meios mais utilizados são: a audiência pública perante a Promotoria de Direitos Humanos, a orientação para elaboração do contrato de convivência entre companheiros/as, pensão alimentícia, pensão por morte do/a companheiro/a, guarda de filhos/as, adoção, defesa em

casos de discriminação motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, e toda e qualquer sorte de demanda destinada a assegurar o fortalecimento dos direitos da população GLBT.

Neste último ano, como resultado dessas ações já temos 05 Termos de Ajustamento de Conduta celebrados perante o Ministério Público do Estado de Pernambuco; acompanhamos mais de 15 processos junto ao Poder Judiciário, entre causas criminais e cíveis. Os contratos de parceria civil já contam o total de 07 casais com a união celebrada por contrato. Desde que começamos a atender, em Janeiro de 2007 já atendemos mais de 110 pessoas, com um total de 317 atendimentos individuais, todos eles com caráter sigiloso e gratuito.

Ao atender o público objetivamos proporcionar maior esclarecimento sobre a legislação, sobre os direitos e os deveres do cidadão/a. Quando encaminhamos e acompanhamos as denúncias e processos que envolvem discriminação por orientação sexual visamos contribuir para a promoção do

respeito à igualdade e também para a punição por atos discriminatórios.

Desenvolvemos ainda um trabalho de pesquisa nos principais jornais do estado para o mapeamento de homicídios cometidos contra a população GLBT a fim de traçar um perfil do crime, do criminoso e da vítima, bem como averiguar a atuação da polícia e do poder judiciário. Pretendemos também com o resultado desta pesquisa realizar trabalho de prevenção aos crimes.

Procuramos disseminar e manter vivo o pensamento de que ninguém pode ser discriminado/a, nem privado de qualquer direito universal, simplesmente em razão da sua orientação sexual. No Brasil não existe nenhuma lei que criminalize a homossexualidade. Portanto, se você for ameaçado/a, discriminado/a ou preso/a em razão da sua orientação sexual isto é ilegal, é abuso de poder, é crime contra o direito de cidadania.

RUGIDO

Publicação do Movimento Gay Leões do Norte - Fundado em 8 de dezembro de 2001
Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista - Recife/PE - CEP: 50040-400 - Fone: 81-3222 2207 - CNPJ: 05.522.122/0001-61
Site: www.leoesdonorte.org.br - e-mail: leoes@leoesdonorte.org.br Orkut: Movimento Gay Leões do Norte



RUGIDO

RUGIDO Recife, Agosto 2008 > Site: www.leoesdonorte.org.br > Orkut: Movimento Gay Leões do Norte

NÃO VÊ, NÃO OUVI, NÃO FALA

O Leões do Norte enviou ofício à Secretaria de Defesa Social-SDS, em abril, solicitando informações sobre a apuração dos crimes ocorridos contra a população LGBT. Nas informações repassadas à SDS consta nome e data do crime, catalogado desde o ano de 2002.

Esses dados, importantes para pressionar o Poder Judiciário na condenação dos agressores, até agora não foi respondida.

Sobre a denúncia de cartazes espalhados na cidade de Cabo de Santo Agostinho a respeito recebida era de que **"não foi possível confirmar a existência de núcleo ou de integrantes do grupo intitulado Frente Nacionalista de Pernambuco - Carecas do Brasil"**.

A Frente Nacionalista, Carecas do Brasil ou skinheads são bem conhecidos pela ideologia neonazista, pregam o ódio e preconceito contra judeus, índios, negros e principalmente homossexuais. No dia 27 de julho, em São Paulo, agrediram gays e lésbicas numa demonstração de intolerância que estamos tentando prevenir em Pernambuco com a denúncia apresentada e a identificação dos membros desses grupos.

A falta de interesse do Estado em dar respostas à população LGBT é evidente na ausência de posição e vontade política do Governo do

Estado. Faz de conta de que nada vê, nada escuta e quando fala não diz absolutamente nada.

AVALIAÇÃO DE 2008

Na última reunião do Leões, dia 2 de agosto, fizemos uma avaliação das atividades do grupo. Advogada, Assistente Social, Psicóloga e estagiários mostraram um balanço do público atendido, desde a instalação do Centro de Referência Contra a Homofobia Leões do Norte. Foram mais de 2 mil 300 pessoas em atendimentos individuais, coletivos, capacitações e seminários.

Gays, lésbicas, travestis, transgêneros e familiares apresentaram várias demandas: Contrato de União Civil entre homossexuais, agressões familiares e social, discriminação no trabalho, depressão, tentativa de suicídio.

Esse trabalho desenvolvido mostra a importância de se manter o Centro atendendo a população homossexual e seus familiares para fortalecimento da nossa identidade sexual e afirmação da nossa cidadania.

PAPA FRANGO

Representamos no Ministério Público de Pernambuco-MPPE a música Papa Frango. A reação de muitos leitores de jornais e ouvintes de rádios são contrárias a nossa manifestação em querer ser respeitado, achando uma brincadeira a inferiorização da população gay. Mais informações no site do Leões.

Quando o palhaço perde o encanto é o riso fica sem graça, até quando vamos nos divertir com a degradação do ser humano?

Algumas pessoas podem se perguntar:

- Que misérfico pode trazer uma simples piadinha?

E eu respondo com outro questionamento:

Qual é sua característica que mais o deixa vulnerável, qual é o seu "calcanhar de Aquiles"?

Não, não! Não precisa me revelar, apenas pense... E imagine como se sentiria se toda a sociedade passasse a "fazer graça" sobre aquilo que mais o deixa vulnerável.

Inconôdo, não??

Proporito então outro exercício de imaginação: imagine todos os dias alguns milhares de pessoas repetindo aquela piada completamente sem graça que o/a humilha.

Cespitemos agora a imaginação, e vamos a fatos: todos/as fatalmente vão pensar que você é como aquela piada e você acabará por ficar preso/a a aquele estereótipo, a aquele tipo engraçado, desgraçado.

Assim, é o piada sem graça, desgraçado que se repete e tem como alvo qualquer grupo de pessoas com determinadas características. Ela incita o ódio e a intolerância, atenta e auto-estima e a segurança de grupos inteiros da sociedade.

Não! Eu não souvi as custas da agressão aos meus semelhantes.

Podem me chamar de mal humorado, cantancuda e onipático que neste caso eu não me importo, mas me preocupa com algo bem maior: a dignidade da pessoa humana.

É que por vezes algumas pessoas até parecem esquecer o básico, o mínimo, a base: somos todos/as seres humanos e merecemos respeito e tratamento digno.

Até houve um tempo em que era engraçada a desgraça, mas não hoje quando aprendemos que a nossa dignidade, que foi conquistada e não foi de graça, tem muita graça, quando tratada com graça.

Marcia Matos
Advogada

VENDA DE SELO COMEMORATIVO

O Selo Comemorativo ao Dia Internacional do Orgulho Gay estará à venda na sede, a partir do mês de setembro. Foi o primeiro selo a ser feito no País.

Filho de frango, o que é?

Volgare, machista

A discussão que gerou na maioria de opiniões na imprensa local por leitores e ouvintes de rádio, na representação da música papa frango, tem uma peculiaridade: a defesa do cantor.

A relação sexual baseada na troca de moeda existe muito antes de Cristo, seja entre homossexuais ou heteros – homens e mulheres. E o questionamento não é a negação dessa realidade, mas ao inferiorizar uma determinada parcela da sociedade o que pode provocar mais sequelas e atritos do que já enfrentamos no dia-a-dia. Exemplos?

Tentativa de suicídio é um dos males comuns. Cinco vezes mais praticados entre homossexuais que heteros (segundo estudos realizados nos EUA).

A maioria argumenta que "há mais o que se fazer que acionar a Justiça". Lavar roupa, por exemplo, é uma das sugestões, e deixar o cantor trabalhar em paz e parar com essa "ditadura homossexual", e a "institucionalização da censura".

Essas opiniões não traduzem nada novo do que já conhecemos. O preconceito explícito em reação à reivindicação do legítimo direito de não sermos insultados e muito habilmente nos afastar do convívio social, nos colocar como é de praxe à margem da sociedade. Vivemos a máxima do "faça o que manda, mas não faça o que faço".

A cultura de inferiorização do segmento homossexual está tão arraigada na sociedade que qualquer ação que demonstre cidadania para a comunidade LGBT

Advogada, Assistente Social, Psicóloga e estagiários atenderam mais de 2 mil e 300 pessoas no Centro de Referência desde janeiro de 2007. Vítimas do preconceito

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais) provoca ira. Assim ainda é com a questão racial, porém com um detalhe: existe uma lei, e a intolerância racial não precisa ser aturada.

Temos que nos resignar e ficar em nosso lugar, no quieto, quieto e, de preferência, sem incomodar ninguém querendo ser tratado como gente. E se alguém grita na intenção de ser respeitado, nada melhor do que mandá-lo lavar roupa. Temos o direito de não ter direito nenhum, pensam os conservadores preconceituosos.

Mais grave é inverter a ordem. Somos os que tentam censurar! Não permitir que se vulgarizem relações humanas e que as crianças, filhas/os de homossexuais não sofram mais um problema na sociedade: sendo alvo de uma "brincadeira" onde um de seus pais é o frango e o outro um boy. Como devemos tratar essas famílias? de "Núcleo Mauricéia: muito mais frango?" Como devemos chamá-los?

Que tipo de relacionamento terá os pais que apoiam seus filhos homossexuais com a sociedade, se massificar o conceito de que não passamos, conforme a letra composta, de pessoas que sustentam um bizzinho para conseguir um relacionamento? Poderemos andar com um amigo, irmão, parente ou até o namorado sem que um ouvinte da música não pense ou exponha um (pré)conceito e reproduza que ali está um frango e do lado o outro que recebe presente em troca de sexo?

As consequências que virão depois para essas famílias formadas por homossexuais serão desastrosas e o que podia ser prevenido com a leitura de uma formação cidadã no comportamento da sociedade terá impactos sem previsão.

A música "uma tapinha não dói" também foi questionada. Não pela qualidade da música ou ritmo, mas porque se naturalizava com a composição, que a violência contra a mulher é normal se for uma tapinha. Uma tapinha hoje, outra amanhã, daqui a pouco uma a cada hora, depois por minuto. Um só a cada minuto não dói, pois um artista assim canta e o povo gosta e a massificação de que não dói torna natural a violência contra a mulher.

A letra da música, "Papa Frango", que recebeu diversas defesas não encontrou ainda quem possa achar, além do desrespeito, uma imposição para o isolamento social.

E a brincadeira hoje, amanhã com milhares de crianças e adolescentes ouvindo que as nossas relações são comerciais aumenta a violência. Se houver um flete de um homossexual, assumido ou não, com um boizinho (gay no armário) e esse achando que após a relação sexual consumada deve haver um pagamento, a violência ganha uma justificativa. Um "artista" assim afirmou, assim massificou na sociedade e assim será.

**Uma tapinha não dói.
Uma hoje, outra
amanhã, daqui a pouco
uma a cada hora,
depois a cada minuto.
É a naturalização da
violência contra
a mulher**

RUGIDO

Publicação do Movimento Gay Leões do Norte - Fundado em 5 de dezembro de 2001
Rua do Riachuelo, 720 - Boa Vista - Recife/PE - CEP 50040-400 - Fone 81-3222.2297 - CNPJ: 05.522.122/0001-61
Site: www.leoesdonorte.org.br - e-mail: leoes@leoesdonorte.org.br Orkut: Movimento Gay Leões do Norte



RUGIDO

RUGIDO Recife, Outubro 2010 • Site: www.leoesdonorte.org.br • Orkut: Movimento Gay Leões do Norte

Não somos somente homossexuais somos parte do povo



O segundo turno da disputa pela Presidência da República está num caminho perigoso. Iniciado o debate foram colocados temas que não cabem a um presidente legítimo: **Aborto e Casamento Gay**.

Essa discussão provocou a pressão de líderes religiosos e a mistura de Estado X Igreja vem causando estragos e tirando consequências desastrosas para o segmento homossexual e a discussão sobre o aborto.

Homossexuais

O movimento homossexual não é, ainda, fortalecido. Não temos parlamentares homossexuais ocupando cadeiras em Assembleias Legislativas ou no Congresso Nacional, com exceção de Jean Wyllys-PSOL/RJ eleito esse ano graças à expressiva votação de Chico Alencar-PSOL com mais de 250 mil votos. Vale salientar que Jean teve 13.018 votos numa capital que coloca quase 2 milhões na Parada Gay do Rio de Janeiro e ainda recebeu mais de 50 milhões de votos no BBB. Ou em Salvador onde há uma vereadora transexual que não foi eleita com a bandeira da causa homossexual e nem chegou perto da cadeira da Assembleia Legislativa da Bahia na disputa deste ano.

Perdemos várias lutas na Câmara Federal e no Senado. A autoria do Projeto PL 122, que criminaliza a homofobia, e em tramitação no Senado Federal, járm Bernardi-PT/SP, não foi reeleita no ano em que o PL 122 foi aprovado na Câmara de Deputados. Em 2005, e a Senadora Fátima Cleide-PT/RO, relatora da PL 122 também não conseguiu ser reeleita em 2010, duas importantes parlamentares para o segmento, derrotadas.

O embate entre as correntes religiosas e o movimento homossexual que ainda não está fortalecido brasileiro vai ser mais acirrado e temeroso que ter novas estratégias de enfrentamento, pois não temos poder sobre os meios de comunicação, arma poderosa que os católicos e evangélicos de várias denominações espalham em dezenas de canais de TV e rádios FM.

Aliado a esses fatores podemos afirmar que o segmento ainda não adquiriu a consciência cidadã de sua condição, ou para ser mais objetivo, a consciência de classe, mesmo que não sejamos uma classe — estamos em todas as classes sociais, de A até a última mais, desprovida de todos os outros direitos elementares: falta de emprego, saúde, educação, lazer, etc., mas assim se denotará um

determinado grupo social que não somos, separados por nossa característica.

Não podemos esquecer que essa campanha pode gerar uma intolerância incontrolável entre as diferentes correntes religiosas, além das existentes contra as pessoas que professam a religião afro-descendente.

Aborto

A questão do aborto, provocada de forma irresponsável pelo candidato luterano, que nem vale a pena mencionar seu nome. A isso eu pior quanto a questão da homossexualidade. Pois passou para a sociedade que o aborto simplesmente será um produto que qualquer pessoa encontra num botecão de esquina. Você chega lá e diz **quero abortar** e o vendedor responde **pois não, senhora, dê aí, abra as pernas. Pronto, resolvido seu problema de aborto, até mais e volte sempre, viu????**

A manipulação do candidato luterano e alguns órgãos de imprensa que querem derrubar o projeto do Presidente Lula conseguiram confundir a população e colocá-la contra a candidata Dilma e não de discutir que 20% de mulheres já praticam o aborto em clínicas clandestinas, (e continuam praticando) enriquecendo irresponsáveis que matam milhares de mulheres.

Curiosamente a uma ideia muito difundida, o aborto não é feito apenas por adolescentes ou mulheres muito pobres. Na verdade, cerca de 30% das mulheres fazem um único (ou único) aborto no curso do período menstrual, isto é, entre 15 e 20 anos, sendo o pico de incidência entre 20 e 24 anos (24% nesta faixa etária apenas).

Não discute que o SUS recebe anualmente cerca de 180 mil mulheres para procedimento de emergência e atendimento para salvar suas vidas após procedimentos abortivos provocados por contaminação ou resacas **"barraças de aborto"**.

Não discute com seriedade que o Estado deve promover campanhas massificadas de métodos contraceptivos para evitar a gravidez indesejada e as várias doenças sexualmente transmissíveis (DST) e que as igrejas tenham um papel fundamental nessa opção com o uso de tabelinhas, pois elas são contra o uso de camisinha e outros métodos.

Não se discute que os homens têm responsabilidade na prevenção de DST e também na gravidez indesejada, pois as mulheres não engravidam obrigando para um homem, por mais masculinizado, caçulu, grosso, caubói, ou extremamente gostoso ele possa ser no objeto de desejo da mulher.

A incidência de aborto entre as mulheres de diferentes religiões é praticamente igual. Como a Pesquisa Nacional do Aborto-PNA reflete a composição religiosa das mulheres urbanas brasileiras, pouco menos de dois terços das mulheres que fizeram aborto são católicas, um quarto protestantes ou evangélicas e menos de um vigésimo, de outras religiões.

Fonte: Renata Ribeiro & Tereza Coelho

Governo e Sucessão Eleitoral

As candidaturas postas no segundo turno têm suas diferenças ou todas as nossas diferenças.

Uma comprometida com a continuidade do Governo Lula, candidata do Presidente Lula, outra comprometida com os setores mais atrasados da sociedade

A confusão gerada com evangélicos e setores conservadores da sociedade estrategicamente envidada no processo para manipular a população que se comove com **disse-me-disse o ouvi falar**, infelizmente vem causando estragos no segmento homossexual e é preciso que as pessoas não se deixem levar por essa onda de boataria nessa guerra por votos.

Indiscutivelmente o governo do operário que sempre foi considerado analfabeto, burro, ignorante e incapaz de dirigir nosso país elevou a nossa auto-estima de brasileiro, manteve o nosso país em condições de superar crises mundiais sem afetar o desenvolvimento do Brasil, deixamos de ser mandados e obedientes ao Fundo Monetário Internacional-FMI, que ordenava como a política brasileira deveria se comportar no mercado interno e estrangeiro.

Nós, nordestinos tivemos mais desenvolvimento e não precisamos sair para o Sul e Sudeste do país para submetermos a empregos de mais baixo remuneração e somos humilhados com suas piadas preconceituosas e sem graça.

Pessoas que vivem abaixo do nível da miséria absoluta, **28 milhões**, não são 28 mil, saíram da escola e passaram a ter o mínimo de dignidade com os programas sociais do Governo Federal, o acesso de milhões de filhos de trabalhadores passaram a frequentar universidades através de programas do PROUNI e da construção de universidades e escolas técnicas, gerando mais acesso a educação e emprego.

O segmento LGBT promoveu a **I Conferência Nacional LGBT em 2008**, a primeira já realizada no mundo com o apoio do Governo Federal e com o próprio Lula na abertura, enfrentando setores dos mais conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, mostrando que um governo é para todos os brasileiros e brasileiras independentemente da sua orientação sexual.

A geração de mais de 14 milhões de empregos, o que possibilitou a volta de muita gente para seus estados de origem e viver com suas famílias, tendo qualidade de vida e proporcionando uma convivência familiar integrada.

Em todas essas ações que envolvem milhões de pessoas onde nós estamos?

Não estamos somente nas boates, bares e pontos onde geralmente encontramos as mesmas pessoas ou algumas outras novas. Estamos em todos os lugares e classes sociais diferenciadas.

Mantendo uma continuidade que garante o avanço da democracia, do acesso a educação, emprego, moradia afeta cada dia do nosso segmento e principalmente de grande parcela da sociedade que sempre foi esquecida e relegada para segundo plano.

É nessa continuidade que poderemos avançar para conquistar direitos com um Congresso que vem diferente do que está saindo em 31 de dezembro de 2010.

É em 1 de Janeiro de 2011 que poderemos contar com uma mulher que além de continuar com o trabalho do operário Lula pode contribuir mais ainda com a luta contra o

preconceito, que ela vem sendo alvo da luta contra o machismo e das diferentes lutas contra os homossexuais.

Nós não poderemos deixar que essa campanha facista e dissimulada nos leve de volta ao passado.

Já fizeram de tudo, Dilma é Lésbica, Dilma é uma criança, será que a Dilma acredita em Deus? Dilma é terrorista, Dilma não é preparada (igual a Lula) e enquanto mais se fabrica boates escandem que os

setores mais conservadores e reacionários da sociedade está por trás da candidatura lucana, inclusive a TFP (Tradição, Família e Propriedade).

Votar em Dilma é votar no Brasil mais progressista, mais humano e com uma característica peculiar da mulher: SENSIBILIDADE

Fonte: A) Movimento Gay Cities do Norte B) Terra

Abriu as portas de 17 Ministérios para políticas públicas para Lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Fez duas campanhas de Tv e Rádio para LGBT.

Apoiou mais de 250 paradas LGBT com recursos da Aids, Mec, Turismo.

Autorizou o decreto do uso do nome social para Travestis e transexuais no serviço público federal.

Autorizou a portaria do Ministério da Saúde para operação de mudança de sexo genital das Transexuais.

Criou o primeiro programa brasileiro de políticas públicas para LGBT, Programa Brasil sem Homofobia.

Autorizou a realização da I Conferência Nacional LGBT.

Autorizou a ida do presidente Lula na primeira conferência LGBT.

Autorizou direitos iguais entre servidores Heterossexuais e Homossexuais nas estatais.

Autorizou o quisto Casas do mesmo sexo no censo 2010.

Autorizou a criação da Coordenadoria Nacional LGBT.

Autorizou a criação dos Planos nacionais do enfrentamento da Aids juntos aos gays, Bissexuais, Travestis e contra a feminização, incluindo Lésbicas e Transexuais.

Articulou a entrada de casais Lésbicos na lei Maria da Penha sancionada por Lula.

Permitiu a doação de título de terra rural da reforma agrária para casais LGBT.

Não aceitou a proposta do Deputado João Campos-PSDB/Go e Pastor Silas Malafaia, apoladores de Serra, de retirar do Plano nacional de direitos humanos III - O Direito à União Civil de casais Homos, o direito a operação para trans e adoção para casais homos.

Apoiou a realização de pesquisas, livros estudos, no Mec, para o fim da Homofobia.

Criou o prêmio nacional de cultura LGBT.

Abriu grupos de Trabalho para LGBT no Ministério da Justiça, Saúde, Cultura, Trabalho, Educação, relações exteriores.

É Mulher. Vem sofrendo as consequências do machismo e da Homofobia dissimuladas pela candidatura Serra.

RUGIDO

Publicação do Movimento Gay Cities do Norte - Fundado em 1 de dezembro de 2011
Rua do Marquês, 132 - Rio Vista - Recife/PE - CEP: 50040-445 - Fone: 81/3222.3387 - CNPJ: 05.622.123/0001-41
Site: www.movimentogay.org.br - e-mail: movimentogay@movimentogay.org.br - Movimento Gay Cities do Norte

MOVIMENTO GAY
LEÕES DO NORTE

O RUGIDO

Edição 2017
Recife: 28 de junho de 2017

Meu orgulho merece seu respeito?

28 de junho: Dia Internacional do Orgulho LGBT
(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.)

O dia 28 de junho é dedicado às comemorações sobre o Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Essa data celebrada e lembrada mundialmente marca um episódio ocorrido em Nova Iorque, em 1969. Naquele dia, as pessoas que frequentavam o bar Stonewall Inn, até hoje um local de frequência de LGBT, reagiram a uma série de batidas policiais que eram realizadas ali com frequência. O levante contra a perseguição da polícia às pessoas LGBT durou mais duas noites e, no ano seguinte, resultou na organização da 1ª parada do orgulho LGBT, realizada no dia 1º de julho de 1970, para lembrar o episódio. Hoje, as Paradas do Orgulho LGBT acontecem em quase todos os países do mundo e em muitas cidades do Brasil ao longo do ano.

Segundo a série histórica do mapa da violência, os índices de criminalidade no Brasil são altíssimos se comparados a outros países da América Latina, e Pernambuco é um dos Estados mais violentos neste ranking. Um dado preocupante que, por vezes, passa despercebido nas estatísticas é o número de pessoas que são assassinadas pela intolerância à sua orientação sexual e identidade de gênero.

Face a esta realidade, a violação de direitos humanos da população LGBT em Pernambuco mantém-se irredutível, tendo sua face mais cruel nos CVLI – Crimes Violentos, Letais e Intencionais. Segundo dados do relatório número 061/2017, da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco no tocante ao número de vítimas LGBT, no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2016, foram assassinados/as 150 LGBT.

que pune discriminação por orientação sexual (no âmbito do município de Recife); a Lei Estadual nº 12.876, de 15 de Setembro de 2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística sobre a violência contra os homossexuais, o Centro Estadual de Combate a Homofobia, o Conselho Estadual de Direitos da População LGBT, dentre outras atividades.



Em vista do exposto realizamos esse ato para celebrar o Dia do Orgulho LGBT que consiste na campanha intitulada: "Meu orgulho merece o seu abraço?". O objetivo da campanha é sensibilizar a população em geral (em especial os/as usuários/as do metrô) para as diversas violências: física, verbal, psicológica, etc. que acometem LGBT. A venda dos olhos e as provocativas das frases, "Sou gay. Você me abraça ou me mata?", "Sou lésbica. Você me abraça ou me mata?" e "Sou transexual. Você me abraça ou me mata?" é um ato simbólico que demonstra o quanto vulneráveis estamos, e que mesmo assim não esmorecemos e temos coragem de lutar por direitos universais e civis plenos, por ações políticas que não se restringiam ao "gueto", mas que se voltavam para a sociedade de modo mais amplo.

O Movimento Gay Leões do Norte, organização de promoção e defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, trabalhando em todo o estado de Pernambuco a partir da estratégia de organização de LGBT em grupos para intervenção social. Em 15 anos de atuação tem contribuído na construção de algumas políticas públicas para a população LGBT em Pernambuco, das quais podemos destacar a Lei municipal 16.780/2002.

Compartilhe

SARAU DO ORGULHO GAY.

Música, poesia, alegria e muita purpurina está na programação da XI edição do Sarau do Orgulho Gay.

Promovido pelo Movimento Gay Leões do Norte esse evento acontece no domingo **02 de julho** no Mercado Público da Boa Vista, a partir das **11h**. O evento faz referência ao dia 28 de junho, data em que se celebra o Dia do Orgulho Gay. Esperamos você!!



Entre a fé e o Desejo

Homossexualidade e religião sempre andaram em lados opostos. O primeiro representa a liberdade de viver o desejo próprio. Já o segundo, condena inteiramente o ato carnal entre pessoas do mesmo sexo, a partir de preceitos bíblicos.

Por: Ernandes Tavares*

Anseio contido, vontade reprimida, o seu verdadeiro eu condenado e preso sem nunca ter cometido crime algum, mas tendo que cumprir prisão à espera de liberdade, liberdade esta que lhe é negada desde o momento da descoberta da condição sexual. É assim a dura realidade das pessoas que não seguem um "padrão" heteronormativo imposto pelos arquétipos da sociedade, que há séculos estabelecem normas de comportamento sexual para homens e mulheres que desejam viver livremente o que sentem sexualmente.

A escola seria e poderia em tese servir de base para o debate e a prática entre as várias diversidades existentes no nosso dia a dia. Em seguida, temos a família como reforço ao respeito e tolerância. Haja vista, o caminho inverso que a escola tem feito nos últimos anos, tornando as crianças, jovens e adultos intolerantes ao convívio com a comunidade LGBT.

Foi pensando nessas e outras questões que ameaçam o livre direito de qualquer pessoa viver sua sexualidade, como condição de vida e a vivência nas religiões de matriz africana, que o professor universitário, luremeiro e Sacerdote de Umbanda, Jorge Arruda, lançou recentemente o livro "Homossexualidade e as Religiões". Em um trecho da obra, Arruda reforça o papel da escola no compromisso com o assunto, "A escola tem o dever e a obrigação de acolher esta dimensão humana. A dimensão do afeto, da sexualidade, da religião, da não religião, etc. na escola, precisamos respeitar a diversidade do SER-PESSOA," afirmou.

Contudo, a árdua tarefa de construção para a socialização dos espaços públicos e privados para todas as pessoas LGBT ainda continua sendo um caminho longo e doloroso. Embora, estejamos no século XXI, o preconceito, a violência, a intolerância e outras coisas negativas ainda persistem em continuar. O ser humano como um todo ainda não se deu conta que a condição sexual vai muito além e está aquém de qualquer religião existente na sociedade.

*Jornalista, produtor cultural e mestrando na UERPE.



 @movimentogayleoesdonorte

Reuniões todo primeiro sábado de cada mês.
Rua Monte Castelo 142, Boa Vista

Acontece

Transexuais na luta por empregabilidade.

A Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania com Atuação na Promoção de Direitos Humanos de Recife vem agindo de forma positiva quanto aos direitos das pessoas Transexuais e Travestis. No último dia 19 de abril representantes do IBTAT-PE e HTM apresentaram estatísticas referente a inserção no mercado de trabalho e empregabilidade da população Transexual em Pernambuco.

Uma das razões de exclusão dessa população é a dificuldade conseguir um emprego com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando elas se candidatam a uma vaga, segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% deste público estão se prostituindo no Brasil e apenas 10% trabalham com registro em carteira.

É para mudar essas barreiras que o movimento LGBT vem mostrando a necessidade de criação de políticas afirmativas para essa população. Junto com o Ministério Público tem-se cobrado ações efetivas da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação – SEMPTQ, da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Conselho Estadual de Direitos da População LGBT. Estamos de olhos abertos!

Carta ao Leitor

A mais de 15 anos, o Movimento Gay Leões do Norte atua em defesa da livre orientação afetivo-sexual e da promoção da cidadania da população LGBT em Pernambuco. Antes de mais nada, O RUGIDO tem como principais objetivos levantar reflexões sobre o que ocorre na contemporaneidade da população LGBT, passar informação correta sobre as ações do movimento social e fazer cobranças e pressão no que tange as políticas públicas.

O RUGIDO está mais veemente, com novas colunas e colaboradores. Teremos publicações digitais e impressa e contaremos com a força das redes sociais para impulsionar nossas ideias.

Nessa edição de estreia optamos por abordar um tema bastante recorrente na luta do movimento LGBT: Religiosidade e Sexualidade. Colabora com essa edição o Jornalista e Mestrando da UERPE Ernandes Tavares com o texto Entre a fé e o Desejo.

É com toda sutileza do balançar da juba e com o mais impressionante som da natureza, que tornaremos o RUGIDO um jornal que fará a diferença na vida dos LGBTs de Pernambuco.

Equipe de Comunicação

MOVIMENTO LGBT
LEÕES DO NORTE

O RUGIDO

Edição: Junho 2018.

O orgulho de ser...

"Ninguém é igual a ninguém. Todo ser humano é um estranho ímpar".

(Carlos Drummond de Andrade)

TEXTO: Rildo Vêras



N o dia em que celebramos o orgulho LGBT (28 de junho) algumas reflexões acerca de construções identitárias são bastante pertinentes. Primeiro que, como sabido, vivemos em uma sociedade que dita regras, modismos, costumes e que ainda vê a sexualidade a partir de óticas religiosas de cunho extremamente fundamentalistas e perseguidoras. A "caça às bruxas" ainda acontece em pleno Século XXI. As "bruxas" contemporâneas são aquelas pessoas que ousam viver sua sexualidade livremente ainda que desafiando os padrões heteronormativos. E quem pensa que essas pessoas são "minorias" corre o risco de decepcionar-se. Somos muitos e estamos em todos os lugares. Minoria mesmo é aquela parcela populacional (como eu) que tem coragem de assumir o que é, de dar a cara à tapa, de questionar a sociedade e, sobretudo, de exigir respeito. Sim! É por isso que lutamos: por respeito! Não por aceitação social. Aceitar, ao meu ver, está ligado ao universo particular de cada ser.

Dias desses ouvi o depoimento de um bissexual (não militante da causa) que me deixou deveras emocionado. Dizia ele: *"orgulho? Eu tenho sim! Tenho orgulho de ser um cidadão de bem, de ser honesto, de conseguir realizar meus sonhos à custa de muita luta e esforço. De amar e respeitar minha família. De ser um bom filho, um excelente profissional. De estudar e aprender meus direitos. Eu tenho orgulho de me relacionar afetiva e sexualmente com quem eu quiser, sem peso na consciência e sem me importar com o que os outros pensam ou deixam de pensar..."* Esse cidadão mesmo sem levantar as bandeiras de luta do movimento LGBT relatou profunda e sinceramente as motivações da nossa luta diária. É para isso que lutamos: para construir climas favoráveis em que cada um/a viva sua sexualidade da melhor maneira que lhe aprouver. Para sermos cidadãos e cidadãs de bem, respeitados/as em nossas individualidades e possíveis estranhezas.

Que possamos ser iguais ao sapo da fábula. Aquela que foi convidado para uma festa no céu e foi zombado, insultado e ridiculizado por todos os demais animais. Diziam: "ele não

vai conseguir chegar ao céu, pois não tem asas, apenas rasteira. E o sapo, indiferente aos comentários seguiu seu caminho, degrau por degrau e chegou à festa no céu quando se constatou que ele era surdo." Se ele tivesse ouvido todas as críticas, talvez tivesse desestimulado e não conseguido tamanha façanha. Um passo de cada vez, surdos/as à negação de direitos e desrespeitos, seguimos conquistando nosso espaço social, porque nos orgulhamos de nossas diferenças. Eu tenho orgulho de ser... Leões do Norte!

Rildo Vêras ama o que faz. É Sociólogo e militante do Leões do Norte

O que passa pela sua cabeça quando lê a expressão "HOMEM TRANS"?

TEXTO: Gustavo de Lima Neto

Ser um homem transsexual vai muito além de barba, dos músculos e da genitália, não são essas questões que vão determinar quem eu sou. Eu sou homem e ponto final.

As pessoas acabam caindo sempre nas caixinhas de estereótipos quando o assunto é sexualidade e gênero.

Do princípio das lutas do movimento social para cá houveram vários avanços, mas também alguns retrocessos dentro da comunidade LGBTQ+. Todos os dias nos fortalecemos a convicção de que direitos são conquistados com luta e visibilidade. As mudanças que acontecem nas ruas, em nossas casas, nos trabalhos são a partir da nossa luta diária e a comunicação é uma grande ferramenta para isso, um exemplo das redes sociais que conseguimos expressar nossas opiniões e valores.

Me orgulho toda vez que vejo um homem trans lutando, se expressando de várias formas, não se deixando calar pela sociedade e nem pela Transfobia.

Orgulho? O orgulho tenho todos os dias quando me olho no espelho e vejo o homem que sou.

Respeito é o princípio de tudo.

Feliz dia do orgulho LGBTQ+!

O RUGIDO, Edição Junho 2018

Pessoas transexuais podem alterar o nome com maior facilidade.

No último dia 13, a Corregedoria Geral de Justiça do TJPE baixou um provimento permitindo que as pessoas trans, que desejarem, façam alteração de prenome e sexo, diretamente nos Cartórios de Registro Civil, dispensando os processos judiciais intermináveis antes necessários.

As documentações exigidas inicialmente são: Certidão de Nascimento original, Cópia da identidade ou documento equivalente, Cópia do CPF/MF, Cópia do título de eleitor ou Certidão de quitação eleitoral, comprovante de residência atual, Certidão de Casamento e Certidões de Nascimento dos filhos, se existem e Cópia da carteira de identidade social, CPF social e Título de eleitor com nome social, se possuir.

Vale ressaltar que este procedimento cartorário independe de ter sido realizada cirurgia de redesignação sexual e deve ser solicitado por pessoas maiores e capazes ou emancipadas, ou ainda por pessoas entre 16 e 18 anos, desde que estejam assistidas por seus responsáveis.

MUDANÇA DE NOME E GÊNERO NOS DOCUMENTOS

SAIBA DOS SEUS DIREITOS E PROCEDER.



Maiores informações sobre este procedimento, deixa um recado na nossa página do facebook que nosso setor jurídico pode te orientar.

Pelo fato de escrever melhor do que falar, resolvi assim fazer. Gostaria de me apresentar. Me chamo Wendryl Lucena, tenho 23 anos, sou assessor e cerimonialista de eventos corporativos e casamentos, estou novo (de um homem), sou Bissessual, recifense, moro em Olinda e gostaria de vir aqui contar um pouco da minha história de vida.

O meu orgulho de ser LGBT começou a ser construído bem cedo, ainda na infância. Porém só vim ter consciência do mesmo quando adulto. Sabe de qual meu orgulho mais? Do meu caráter e integridade! Coisas que aprendi com a vida! Por mais insistente que a sociedade tenha sido em me dizer que estou remando contra a maré, aprendi a ter coragem, alto confiança, opinião, maturidade, equilíbrio e várias habilidades a qual fora desenvolvidas com a presença do desprezo, rejeição, medo, vulnerabilidade e submissão. Elementos fundamentais para o meu crescimento e fortalecimento subjetivo.

Eu tenho orgulho de ter brincado de boneca quando tinha oito anos de idade ao invés de uma arma de brinquedo. Eu tenho orgulho de ter catado materiais recicláveis aos dez anos de idade para comprar mantimentos. Eu tenho orgulho de ainda aos dez anos, ter sido forte quando ouvi minha mãe falar que

CARTA DO MILITANTE

Wendryl Lucena



preferia ter um filho marginal, dependente químico ou qualquer outra coisa ao invés de ter um filho "voador". Eu me orgulho de ter matado minhas curiosidades sexuais durante a minha adolescência. Eu me orgulho de ter sido resistente ao que minha mãe, pai e familiares gostariam que eu fizesse com toda a minha vida. Eu me orgulho de ter casado com um homem precocemente. Eu me orgulho de ter sido forte suficiente para sair de relações abusivas, exploradoras que vivi. Eu me orgulho de estar novo novamente com um homem a qual eu amo muito. Eu tenho orgulho de ter muitos amigos voados, sapatão, heteros, trans, gente como eu. Eu me orgulho de voltar a acreditar na vida e em mim mesmo. Eu me orgulho de trabalhar. Eu me orgulho de ir em busca dos meus sonhos. Eu me orgulho de estudar. Eu me orgulho de amar. Eu me orgulho de ser gente. Eu me orgulho de ser LGBT.



REUNIÕES TODO PRIMEIRO SÁBADO DO MÊS

Somos uma ONG que atua a mais de 17 anos na defesa do livre exercício da afetividade e busca a promoção dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT) no estado de Pernambuco.

@paginaleoesdonorte

Rua Monte Castelo, 142, Bairro: Boa Vista, Cidade Recife, UF: PE
Telefone: 81.9.9920.7349
81.9.9518.8271

Email: movimentalgbleoesdonorte@gmail.com

EXPEDIENTE

ANDERSON MOREIRA

Texto e Diagramação

FILÍDIO VÉRAS

Texto

MANOELA ALVES

Textos

WENDRYL LUCENA

Texto

GUSTAVO NETO

Texto

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO DOS SARAUS DA VISIBILIDADE LÉSBICA

III – EDIÇÃO DO SARAU DA DIVERSIDADE, 2010



10ª EDIÇÃO DO SARAU DA VISIBILIDADE - 2017



11ª EDIÇÃO DO SARAU DA VISIBILIDADE - 2017

Word Search Grid:

V	G	A	D	F	L	G	B	T	N	J	O
F	O	X	S	A	R	A	U	F	B	G	T
U	R	O	L	D	A	F	J	G	E	C	A
V	I	S	I	B	I	L	I	D	A	D	E
I	F	X	L	E	S	B	I	C	A	S	K
D	B	F	O	Z	P	O	D	E	R	A	F
A	2	6	A	G	O	S	T	O	O	P	O
H	F	M	E	R	C	A	D	O	P	A	R
F	C	Y	D	A	I	B	O	A	F	T	Ç
K	M	I	V	I	S	T	A	G	H	O	A
E	F	D	I	R	E	T	O	S	J	N	F
F	X	S	U	P	A	M	O	R	F	A	Z

Text on the right:

Nenhuma a menos: pelo fim das violências contra as lésbicas e mulheres bissexuais: Marylucia Mesquita, PRESENTE!

Realização: MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE

Apoio: COMLES-PE GLT ILGBT PERNAMBUCO

Other logos: 17 Parada da Diversidade PERNAMBUCO Programa Oficial

SARAU DO ORGULHO LGBT - EDIÇÃO – 2018

SARAU DO ORGULHO LGBT

SOMOS LGBT NA COPA, NA SALA, NA COZINHA, NA SOCIEDADE.

1. JUL. 2018
Mercado da Boa Vista
Recife | a partir das 10h

REALIZAÇÃO: MOVIMENTO LGBT LEÕES DO NORTE

APOIO: ILGBT PERNAMBUCO GLT COMLES-PE Tsalino

ANEXO F - PRODUÇÕES DO GRUPO DIVAS MANIFESTO CFESS – O AMOR FALA TODAS AS LÍNGUAS

CFESS MANIFESTA



O amor fala todas as línguas Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual

"(...) Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além" (Paulo Leminski)

Por que uma Campanha Nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual no âmbito do Serviço Social?

Aprovada durante o 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS e lançada oficialmente a partir de julho de 2008 em todos os encontros descentralizados, a **Campanha pela Livre Orientação e Expressão Sexual** tem como principais objetivos: sensibilizar a categoria das/os Assistente(s) Sociais e a sociedade para o debate em torno da livre orientação e expressão sexual como direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional por meio do debate sobre a sexualidade humana como uma dimensão da individualidade e, que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade e contribuir para garantir o respeito à diversidade humana nos espaços institucionais de atuação e na formação profissional em Serviço Social.

Nas últimas décadas do século XX, a partir das reivindicações, dentre outros, dos movimentos feministas e GLBT (Gay, Lésbico, Bissexual e Transgênero), a sexualidade humana assume visibilidade na agenda política ao ser pensada além de sua dimensão estritamente biológica. Movimentos sociais e vários/as analistas trouxeram, para o debate, questões que transitavam em torno do reconhecimento das identidades sexuais, dos direitos reprodutivos e, mais recentemente, dos direitos sexuais.

Essas formulações confrontaram o modo dominante de pensar a sexualidade humana fundado na definição e imposição da heterossexualidade como norma (heteronormatividade). Por essa via dominante de pensar a sexualidade, houve a naturalização da heterossexualidade como única expressão da orientação sexual, sendo a bissexualidade e a homossexualidade submetidas ao terreno da doença e/ou de práticas nefastas ao desenvolvimento da individualidade.

Na sociabilidade do capital, a diversidade humana tem sido uma arena fértil à opressão. Raça, etnia, gênero, orientação sexual e muitas outras questões ao invés de serem reconhecidas como expressões da diversidade, são brutal-



mente submetidas a padrões homogeneizadores. A negação da diversidade humana se objetiva também por meio dos preconceitos e da discriminação. Os preconceitos são juízos provisórios refutados pela racionalidade científica e por uma experiência criteriosamente analisada, mas que se impõem inabalados e com força ideológica capaz de reproduzir-se na vida cotidiana contra todos os argumentos da razão.

Nesse sentido, os preconceitos se fundam em bases afetivas e irracionais amparadas na desinformação, na ignorância, no moralismo, no conservadorismo e no conformismo. Pensar, portanto, essa campanha no âmbito do projeto ético-político-profissional nos remete ao entendimento de que as profissões não atualizam suas agendas de forma linear, como mera evolução no tempo.

Ao contrário disso, as mudanças no âmbito do Serviço Social são produto das determinações sócio-históricas e de um processo coletivo, revelado no esforço teórico-ético-político para sintonizar nossa profissão com demandas e questões que possibilitem apreender o exercício profissional antenado com um projeto de sociedade

radicalmente crítico à sociabilidade do capital em seu movimento permanente de reprodução da desigualdade e de naturalização de múltiplas formas de opressão e de exploração. O Serviço Social por meio de suas entidades representativas tem efetivado iniciativas relevantes na defesa estratégica da democracia e dos direitos.

Diante disso e em relação a esta campanha temos o desafio de estimular o debate conceitual e a reflexão crítica sobre a diversidade humana e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos e investimento na socialização de uma cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe; reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a reflexão crítica em tais ambientais temáticas e intervir no debate profissional, na mídia e em todos os espaços com uma política firme contra a possibilidade de xenofobia e de reprodução de preconceitos e discriminação.

Pensar, portanto, a vida com sentido e o desenvolvimento da individualidade, em toda sua potencialidade e intensidade criativa, passa pela formação de uma vontade coletiva e de uma reforma intelectual e moral, no sentido da realização de uma forma superior de civilização. Isto implica na transformação real das condições de existência das classes subalternas.

Assistente Social na Luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual é uma manifestação à sociedade Brasileira de que nós Assistentes Sociais estamos "atentos e fortes" para fortalecer a luta por um projeto societário fundado na igualdade e na liberdade, o que implica reconhecimento e valorização da diversidade humana. Eis algumas tarefas e desafios que temos na perspectiva de defender a liberdade de orientação e expressão sexual no tempo presente.

Desafios ao Conjunto CFESS/CRESS e à categoria na implementação da Campanha

- refletir sobre os limites da igualdade e da liberdade na sociabilidade capitalista;
- aprofundar no debate profissional o entendimento teórico sobre a concepção de individualidade e diversidade e realizar a crítica ao padrão de sexualidade dominante;
- refletir sobre as formas de opressão vivenciadas por segmentos historicamente ausentes do circuito de direitos e a apropriação mercantil pelo sistema do capital das demandas no campo da diversidade;
- contribuir para a superação das variadas formas de preconceito e discriminação que se consolidam como ferramentas ideológicas opressivas na vida cotidiana;
- qualificar os termos do debate: o que estamos entendendo por sociedade civil, cotidiano, cidadania, ética na política, direitos humanos, totalidade, democracia etc.;
- estimular o debate conceitual e a reflexão sobre o cotidiano profissional;
- intervir positivamente na mídia com uma política firme contra a possibilidade de reprodução de xenofobia, de preconceitos e situações de discriminação;
- considerar a diversidade e as diferenças entre os sujeitos, o que pede qualificação empírica sobre quem são os sujeitos usuários do Serviço Social;
- investir numa cultura política que problematize em profundidade a dimensão de classe e o reconhecimento da multiplicidade e diversidade entre os sujeitos na classe;
- reapropriar-se cotidianamente de uma leitura crítica da realidade que considere o debate histórico (as lutas sociais, os sujeitos e suas reivindicações);
- reconhecer a potencialidade das lutas em torno da raça, gênero, orientação sexual, questão ambiental e contribuir para a produção teórica crítica em tais ambiências temáticas, diferenciando das abordagens pós-modernas, caracterizadas pela fragmentação e pela defesa do direito a diferença em detrimento da luta pela igualdade e liberdade substantivas;
- entender que um projeto emancipatório não pode dividir as lutas em gerais e em específicas e nem tão pouco cair nas ciladas da diferença.

Ao lançar esta Campanha o Conjunto CFESS-CRESS contribui para:

- Combater a violência e defender direitos;
- Concretizar o Código de Ética dos Assistentes Sociais especialmente os seguintes princípios fundamentais: reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Fortalecer o debate sobre ética e direitos humanos no âmbito do Serviço Social brasileiro;
- Chamar atenção da Sociedade de que se as leis favoráveis à liberdade de orientação e expressão sexual, que tramitam na câmara dos Deputados fossem aprovadas, no ano de 2007, possibilitariam, do ponto de vista legal, a entrada dos segmentos GLBT, no universo dos sujeitos de direitos, quase 218 anos após a Revolução Francesa; 507 anos após a descoberta do Brasil e 19 anos depois da promulgação, no Brasil, da chamada "Constituição Cidadã".

Nossos/as Parceiros/as:

DIVAS - Instituto em defesa da diversidade afetivo-sexual
 LBL - Liga Brasileira de Lésbicas
 ABL - Articulação Brasileira de Lésbicas
 ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros

Em cada estado contamos com o apoio das entidades e movimentos sociais com atuação na luta pela liberdade de orientação e expressão sexual.

Que as próximas gerações não sejam oprimidas por amar. Desejamos uma sociedade radicalmente livre. Estamos na luta contra todas as formas de opressão e exploração vigentes, na defesa intransigente de um projeto societário capaz de articular a defesa da igualdade substantiva à valorização da liberdade e da diversidade humana.

Esta campanha deu continuidade a atuação do conjunto CFESS-CRESS na defesa dos direitos humanos e do reconhecimento de segmentos historicamente ausentes do circuito dos direitos, a exemplo da campanha de combate ao racismo que foi desenvolvida na gestão anterior (2002-2005).

Ações estratégicas na luta pela liberdade de orientação e expressão sexual

Integraram as ações estratégicas para materialização da campanha a produção de material de divulgação, articulação com as entidades representativas da categoria (ABEPSS e ENESSO) e com entidades e movimentos sociais com atuação na defesa da liberdade de orientação sexual com o objetivo de divulgar a campanha; lançamento da campanha em todos os Estados sob a responsabilidade dos CRESS.

Além disso, desde o dia 03 de Junho de 2006, o Conselho Federal de Serviço Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela lei 8662/93 entregou para nossa categoria e para a sociedade brasileira a RESOLUÇÃO Nº 489/2006 publicada no Diário Oficial da União em 07.06.2006 que "estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo; no exercício profissional do assistente social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional".

A(O) Assistente Social ao trabalhar com as diferentes expressões da questão social tem como desafio incluir em sua agenda profissional a reflexão ético-política sobre o sentido da liberdade e a necessidade histórica da categoria profissional se posicionar e apoiar reivindicações e lutas favoráveis ao enfrentamento da desigualdade social e das formas de opressão historicamente consolidadas.

Esta resolução se constitui num importante instrumento de luta para democratizar os espaços institucionais no que se refere à liberdade de orientação e expressão sexual e para estimular o exercício profissional sem discriminar e sem ser discriminado por orientação sexual. (Leia a resolução na página 6 deste boletim).

As principais reivindicações do movimento organizado em torno da liberdade de orientação sexual

Os sujeitos coletivos articulam e organizam suas reivindicações em diferentes trincheiras sobressaindo-se:

- a luta pelo direito à visibilidade, considerando a liberdade de vivenciar e expressar a orientação sexual;
- a luta pela criminalização da homofobia/lesbofobia e enfrentamento de todas as formas de violência;
- a luta pelo reconhecimento e institucionalização legal dos direitos dos segmentos GLBT e a proteção pelo Estado à família formada por casais homossexuais.

As principais formas de violação de direitos dos segmentos LGBT

Gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais são alvo de discriminação cotidiana que se expressa de múltiplas formas, dentre as quais podemos citar:

- rejeição assumida, na maioria das vezes, pela família;
- situações de discriminação nos ambientes de trabalho e de participação política; nos espaços de lazer, de amizade e em praticamente todas as instituições;
- são alvo de violência simbólica na mídia, especialmente nos programas humorísticos que tendem à ridicularização da homossexualidade;
- quando se trata da constituição familiar não têm os mesmos direitos dos casais heterossexuais;
- são vítimas de crimes de ódio que se caracteriza "por violenta intolerância anti-homossexual, cientificamente chamada de "homofobia/lesbofobia". Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, à graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e torturas, culminando em violentíssimos e pavposos assassinatos: via de regra cometidos com requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura previa. Crimes de ódio em que a homossexualidade da vítima motivou a agressão e pesou definitivamente no modus operandi do homicida." (Mott & Cerqueira (2003, p. 9).

A Campanha em diferentes lugares do País

Divas II

Andréia Lima
CRESS - RJ

de docúras,
essa céu.

ante,



Minas Gerais



São José dos Campos - São Paulo



Rio de Janeiro



Santa Catarina



Depoimentos

Lucia Barroco
Profª Drª PUC-SP e Ex-Conselheira do CFESS

Quero enviar meus parabéns ao conjunto CFESS-CRESS pela campanha: "Assistente Social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual". Essa campanha vem somar-se a outras iniciativas de combate à discriminação e ao preconceito, como a campanha contra o racismo, lançada recentemente.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que considero essa campanha diferente. Porque - de forma diversa de outras, que foram legitimadas naturalmente pela categoria - essa toca em uma questão que é tabu para grande parte da sociedade: o amor entre pessoas do mesmo sexo; ou a livre escolha sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Ora, mas por que essa questão deveria ser objeto de campanha? Podem dizer alguns(mas)? Essa não é uma luta de "minorias"? Diriam outros(as)? Estamos aderindo ao discurso "pós-moderno"? Não deveríamos estar nos engajando nas lutas gerais?

Se isso ocorrer mesmo, seria o caso de perguntarmos a essas possíveis pessoas porque elas não fizeram essas perguntas antes? Entendo que não, porque se assim procedemos estaríamos reproduzindo exatamente o que queremos combater: a intolerância, o preconceito.

O que fazer então?

Considero que o principal objetivo da campanha é o de incentivar o debate. Poderíamos, por exemplo, responder diante da questão das lutas gerais e específicas: porque não podemos fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Afinal, trata-se de uma questão de direitos levados em conta na medida em que representam necessidades e reivindicações legítimas; além do mais as lutas gerais não excluem as específicas.

Os movimentos que lutam por direitos específicos guardam uma diferença entre si devido à natureza de cada direito, exigindo reivindicações particulares e expressando necessidades particulares; no entanto, os diferentes movimentos têm interesses e lutas gerais que os articulam (ou deveriam articular) à organização política de classe, às lutas gerais da classe trabalhadora.

Mas também podemos lembrar nosso Código de Ética que afirma que não devemos discriminar por "opção sexual", e de acordo com ele, não podemos tratar nossos usuários de forma preconceituosa e discriminatória, negando, com isso, a ética profissional e o respeito à liberdade do outro de ser diferente, de fazer escolhas e ter direitos. O principal avanço de nosso projeto ético-político está materializado na busca de ruptura com o conservadorismo profissional; essa campanha é a nossa contribuição, realizando-a em nosso cotidiano é mais uma etapa nessa consolidação.

Se a questão é complicada, complexa, se existem opiniões divergentes, nada melhor do que colocar o debate na rua, para que possamos discutir sem discriminar quem tem dúvidas, quem tem preconceito, desde que todos se coloquem de "peito aberto" para dialogar.

O Amor Fala Todas as Línguas

Elaine Rossetti Behring
Profª Drª UERJ Ex-Conselheira do CFESS

Em tempos de barbárie, mais uma vez, esse conjunto, articulado pela iniciativa ousada do CFESS, dá mais uma prova dos seus compromissos democráticos e sintonia com a dinâmica social. Nos últimos anos, no mundo e no Brasil, têm ocorrido imensas manifestações, só em São Paulo reuniu cerca de 2 milhões de pessoas em 2006 - em prol dos direitos à livre orientação sexual e livre expressão dos afetos, nas suas mais variadas formas. Ao dizer que o amor fala muitas línguas e que elas devem ser escutadas e respeitadas, o Conjunto CFESS-CRESS faz uma grande convocação aos assistentes sociais para a implementação efetiva do Código de Ética, por meio da denúncia e da luta contra esta forma de preconceito. Mas se dirige também à sociedade brasileira, marcada por uma visceral hipocrisia no trato desse território tão delicado da vida que é o amor e a sexualidade. Quero expressar meu desejo profundo de que a Campanha ganhe vida em cada CRESS e nos espaços do trabalho profissional, sem medo do preconceito explícito ou implícito que ela possa gerar, para que possamos de fato concretizar um "mundo onde cabam todos os mundos", radicalmente livre e democrático. Parabéns companheiras(os)!

Marylucia Mesquita
Assistente Social e Representante do Instituto DIVAS

Esta campanha é importante porque a lesbofobia/homofobia são inadmissíveis num estado que se diz de direito e democrático. A efetivação da democracia passa a garantia também dos direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos. Dessa forma, mulheres e homens não podem permanecer vivendo encarcerados em função da imposição da heterossexualidade como norma. O Estado e demais instituições precisam se posicionar, urgentemente, para contribuir para romper com as múltiplas faces da lesbofobia/homofobia. A Campanha implementada pelo Conjunto CFESS-CRESS está inserida nesse campo, à medida que convida a categoria dos(as) assistentes sociais a revisitem sua intervenção, dando vida aos princípios explicitados no Código de Ética do(a) Assistente Social.



Rosângela Pimenta

Militante da Liga Brasileira de Lésbicas. Socióloga, Doutoranda em Sociologia pela UFPE.

A campanha "O Amor fala todas as línguas" Assistente Social na luta contra o preconceito* representa para nós, da Liga Brasileira de Lésbicas, um momento de inflexão na história da luta pelos direitos de lésbicas e gays no Brasil, pois busca subverter a lógica do tempo, reunindo num só momento passado, presente e futuro. É uma crítica e auto-crítica ao passado permeado por discriminações e preconceitos, é um desafio ao presente para o efetivo respeito à diversidade afetiva e sexual, e é também a ousadia de pessoas que desenham, agora, o futuro de uma sociedade que há de ser humanamente diversa, socialmente igual e completamente livre. A iniciativa do CFESS é um exemplo a ser seguido pelas demais categorias profissionais, pois num país onde milhões de pessoas não tem acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade, é fundamental o compromisso com a construção de políticas de assistência social, saúde, moradia e educação, que enxerguem, efetivamente, lésbicas e gays, tomando-os visíveis como seres humanos e como cidadãos/cidadãs.

Marlise Vinagre

Profª Drª UFRJ e Ex-Conselheira do CFESS.

Uma campanha estrategicamente libertária:

O eixo fundante do projeto ético-político construído a partir do início dos anos 80 -e plasmado nos princípios do Código de Ética de 1993- está relacionado a defesa da liberdade, da plena autonomia do ser social e da emancipação política e humana. Esta direção social implica a participação na construção de um ordenamento societal igualitarista e radicalmente libertário, isto é, sem nenhuma forma de dominação exploração. Isto implica o reconhecimento da diversidade e do direito à livre expressão de grupos socialmente discriminados (como o grupo LGBTT). Requer, também, a recusa a qualquer discriminação e preconceito, bem como o combate a formas de humilhação e sofrimento, tais como a tortura, o racismo, a intolerância religiosa, a violência de gênero, a homofobia e a lesbofobia. Nesse sentido, é estrategicamente central para uma profissão que tem como horizonte teleológico uma sociedade ontologicamente libertária o desenvolvimento de uma campanha em favor da livre orientação e expressão afetivo-sexual.

Beth Borges

Profª UCSAL e ex-Conselheira do CFESS.

Foi com muito orgulho que vi a mensagem da campanha pela livre orientação sexual: o amor fala todas as línguas! O impacto é imediato: é o "meu" conselho Federal! antenado, aberto, provocativo, criativo e pioneiro.

A sociedade precisa assustar-se diante de determinados temas e tabus e lá se vai nossa contribuição: chega de preconceitos, discriminações e violências!

Acredito que a campanha não traduz uma luta específica, afinal, libertar a sexualidade dos padrões dominadores, sexistas e machista é uma luta pela emancipação humana, não a vejo como uma campanha dirigida a segmentos da sociedade, mas a toda ela, falando do amor como algo universal, afinal, não importa a forma afetivo-sexual que ele assume.

Participei do lançamento em Salvador e vi com emoção o depoimento sensível e verdadeiro de homens e mulheres e é possível dimensionar como o "libertamento" dos orientados por relações homoeróticas torna a todos livres: dos medos, das pulsões destrutivas e finalmente, viva-se a liberdade de ser e a energia criadora para lutas outras.

Sâmia Rodrigues Ramos

Profª Drª UERN e Vice-Presidente Regional NE da ABEPSS

Parabéns ao CFESS pelo lançamento da Campanha O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito. A ousadia e beleza dessa campanha expressam a defesa dos nossos princípios ético-políticos, além de fortalecer os segmentos sociais que lutam pelo fim de todos os tipos de opressão engendrados pela sociabilidade do capital. Todos(as) estamos de parabéns por essa rica iniciativa de publicizar tema tão relevante para a luta por direitos e liberdade!

Prêmio

No dia 19 de julho de 2007, o CRESS-MG recebeu o prêmio "Amigos do Movimento GLBT de Belo Horizonte". O prêmio foi oferecido pela organização não-governamental Cellos/MG - Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual.





O AMOR FALA TODAS AS LÍNGUAS

**ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA
CONTRA O PRECONCEITO**

**CAMPAÑA PELA
LIVRE ORIENTAÇÃO E
EXPRESSÃO SEXUAL**

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL / CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL

**APÓIO: INSTITUTO EM DEFESA DA ORIENTAÇÃO SEXUAL / COLABORAÇÃO: DIAZ DE ALEIXANDRE
INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR / INSTITUTO NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**

POSTAL PRODUZIDO PELO DIVAS



29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

"Alguém, creio, lembrará de nós no futuro." (Safó de Lesbos)

Safó de Lesbos, 640 a.C. quando afirmou "alguém, creio, lembrará de nós no futuro" certamente tinha a convicção de que outras mulheres ousariam romper a imposição da invisibilidade e do silêncio. Safó estava convocando a todas nós, mulheres lésbicas, para nos organizarmos...

A expressão da lesbianidade questiona e nega a lógica patriarcal que alimenta uma cultura de discriminação e violência contra as mulheres lésbicas. É o 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica simboliza conquistas e resistências. Afinal, a expressão da lesbianidade **NÃO** é pecado, **NÃO** é doença, **NÃO** é anormalidade e **SIM** uma expressão da sexualidade e afetividade humana como o são a bissexualidade e a heterossexualidade.

Nesse mundo tão marcado por desigualdades sociais os movimentos sociais se organizam para lutar contra diferentes formas de opressão e exploração. Assim, o movimento de lésbicas está organizado e presente em todo o Brasil, realizando inúmeras ações educativas e políticas para fortalecer as mulheres lésbicas como sujeitos políticos, bem como contribuir para eliminar a lesbofobia/homofobia/patriarcado/racismo/ssexismo.

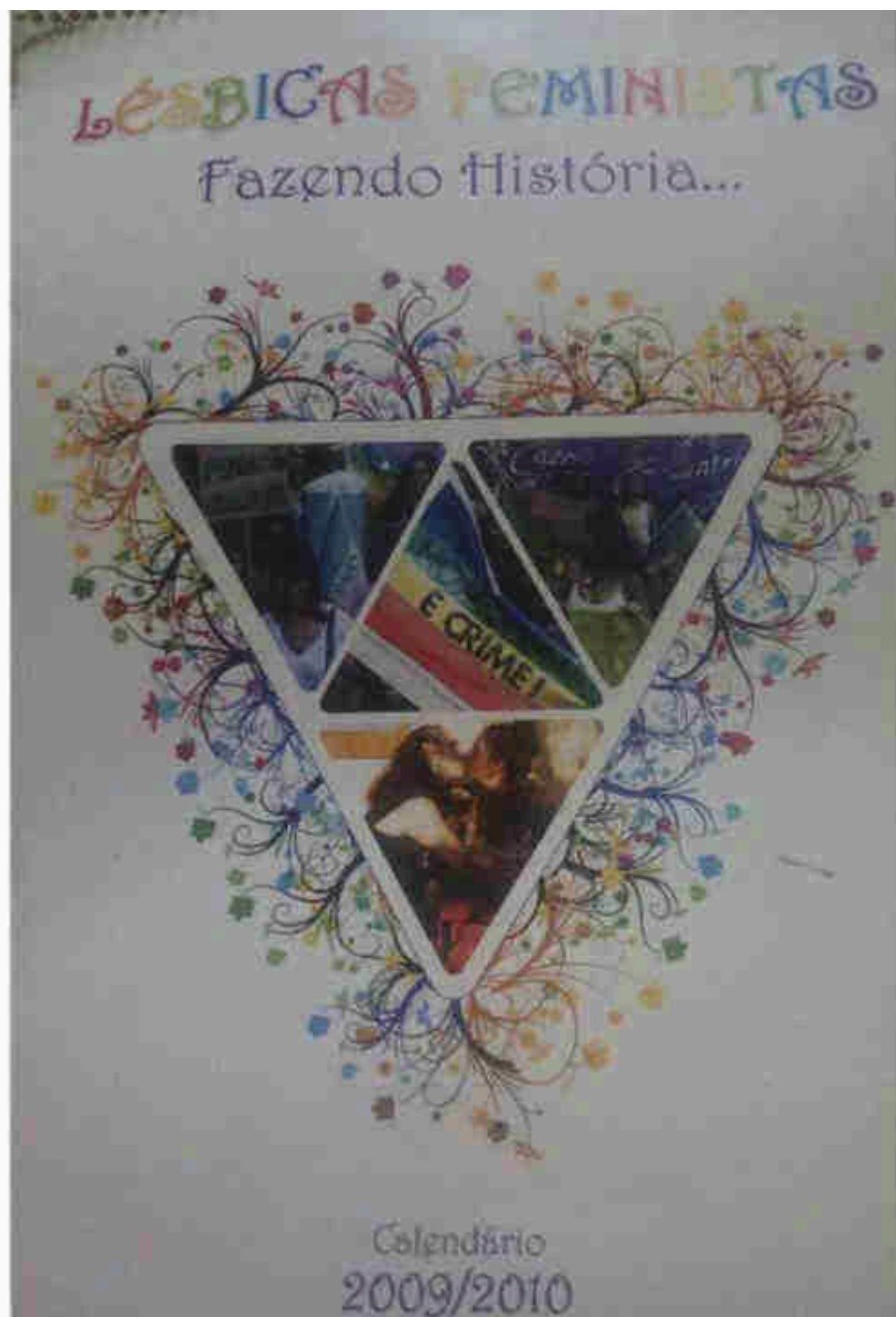
INICIATIVA POLÍTICA PÚBLICA
INICIATIVA RECONHECIDA PELA LEI Nº 13.344/2011

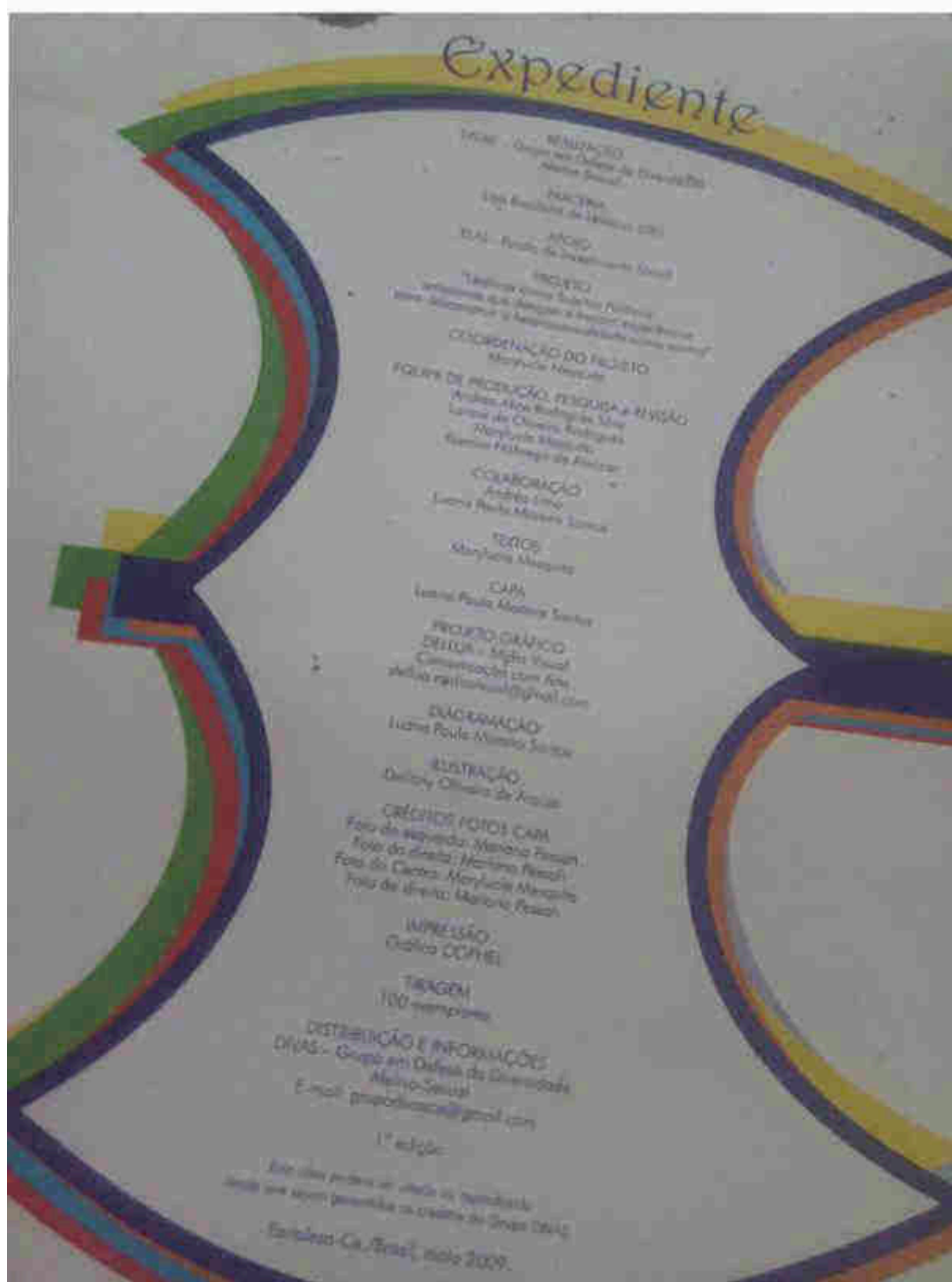
Realização

Fortaleza - CE
 Agosto 2008

Assessoria: Marylucia Mesquita, Argo, Alessandra Guerra
 Coordenação: Marylucia Mesquita e Luanna Marley

CALENDÁRIO PRODUZIDO PELO DIVAS





"Alguém, então,
lançamos de nós no futuro"
(Café do Leão, 640) a.C.)

Apresentação

O "Calendário
2009 / 2010 -
LGBTCafé FORTALEZA"
Fazendo História" é um dos
resultados do projeto "Lésbicas
emitiu Dilemas Públicos: atitudes que
desafiam o homem experiente para
desconstruir a heterossexualidade como
norma", coordenado e executado pelo DIVAC -
Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual da
CASA, em parceria com a Liga Brasileira de Lésbicas
(LBL) e com o apoio do ELAC Fundo de Investimento Social.

Tem como objetivo ampliar a participação em torno da
lesbianidade como uma das expressões da sexualidade humana e,
por tanto, contribuir para desconstruir a lógica patriarcal que impõe
a heterossexualidade como norma.

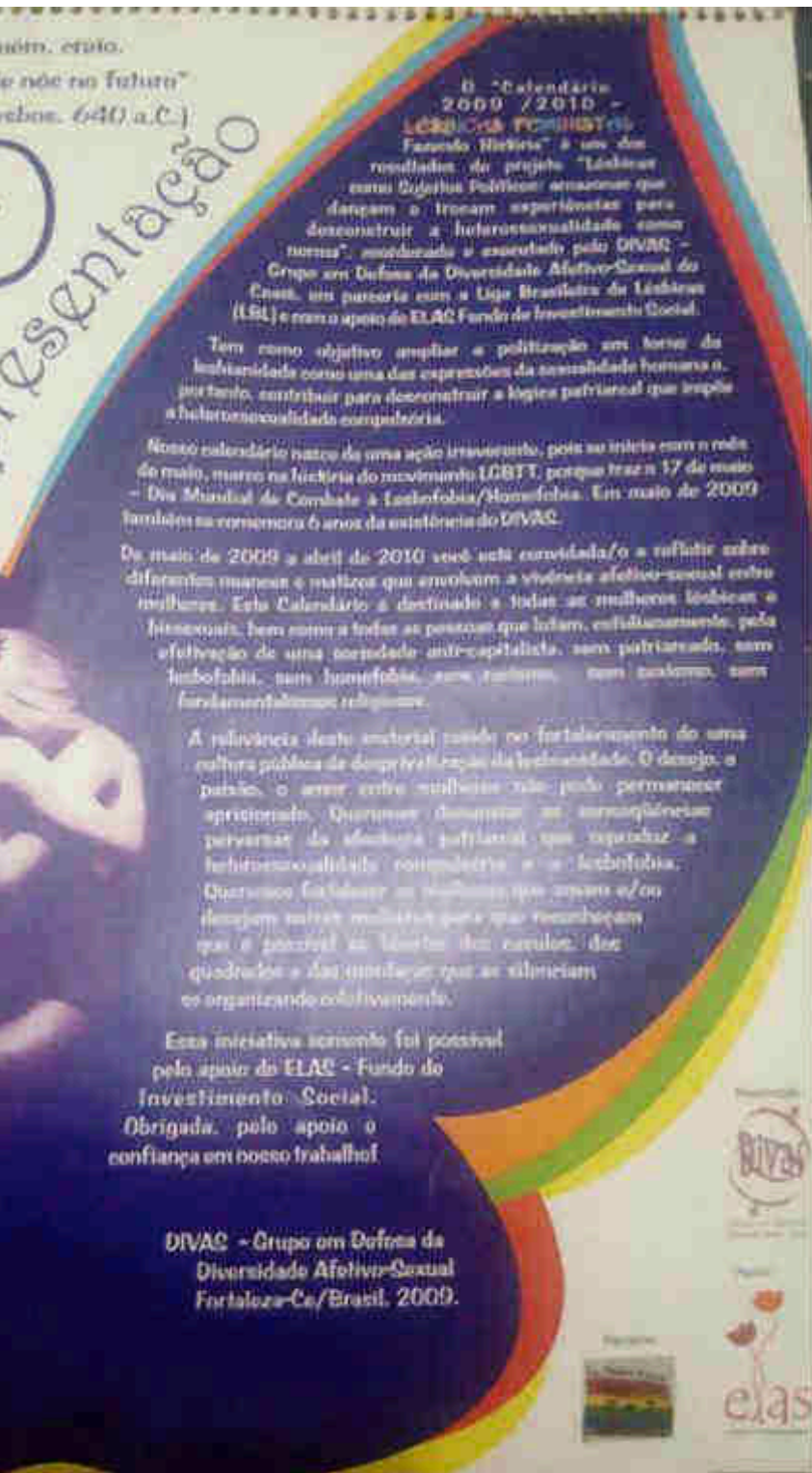
Nosso calendário nasce de uma ação urgente, pois se inicia em 17 de maio
do mês, marco na luta do movimento LGBT, porque traz o 17 de maio
- Dia Mundial de Combate à Intimidação/Homofobia. Em maio de 2009
fazemos a comemoração 6 anos da existência do DIVAC.

De maio de 2009 a abril de 2010 você está convidada/o a refletir sobre
diferentes maneiras e matizes que envolvem a vivência afetivo-sexual entre
mulheres. Este calendário é destinado a todas as mulheres lésbicas e
bissexuais, bem como a todas as pessoas que lutam, enfaticamente, pela
afirmação de uma sociedade anti-capitalista, sem patriarado, sem
homofobia, sem heterofobia, sem racismo, sem machismo, sem
fundamentalismos religiosos.

A relevância deste material reside no fortalecimento de uma
cultura pública de despatologização da lesbianidade. O desejo, o
paradoxo, o amor entre mulheres não pode permanecer
aprimorado. Queremos desmontar as suposições
perversas da ideologia patriarcal que opõe a
heterossexualidade "completa" a "incompleta".
Queremos fortalecer as mulheres que vivem e/ou
desejam viver relações que se reconheçam
que é possível as lésbicas desafiarem as
quadrantes das instituições que as silenciam
e organizando coletivamente.

Esta iniciativa também foi possível
pelo apoio do ELAC - Fundo do
Investimento Social.
Obrigada, pelo apoio e
confiança em nosso trabalho.

**DIVAC - Grupo em Defesa da
Diversidade Afetivo-Sexual
Fortaleza-Ce/Brasil, 2009.**





Fevereiro/2010

	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28						

Lesbianidade e Feminismo

O feminismo como movimento político e político público tem origem no século XVIII, mais ou menos 1790, no contexto da revolução francesa que mudou o lugar de subordinação da mulher.

Para o movimento feminista, a masculinidade e a feminilidade não foram construídas como categorias de sexo, de gênero, e de identidade sexual, mas como construções históricas e culturais que se relacionam com a divisão do trabalho e a hierarquia social. A luta feminista é a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres tenham acesso a todos os direitos e oportunidades, e onde a masculinidade e a feminilidade não sejam usadas para justificar a desigualdade.

Hoje, o movimento feminista não se trata apenas de lutar por direitos políticos, mas também por uma transformação cultural, onde a masculinidade e a feminilidade não sejam usadas para justificar a desigualdade.

É um movimento que luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres tenham acesso a todos os direitos e oportunidades, e onde a masculinidade e a feminilidade não sejam usadas para justificar a desigualdade.

Compromisso com os princípios feministas: autonomia, liberdade, autodeterminação e controle sobre o próprio corpo pelas mulheres.

Dicas de Livros
Mulheres e o Mundo

O Patriarcado e a Heterossexualidade Compulsória

O patriarcado como sistema de dominação e reprodução histórica, heterossexual e heterossexualizante, é o sistema social, político, de "as coisas" de "as coisas" que fundamenta a sociedade da dominação heterossexual. Este sistema de dominação heterossexual é o sistema social, político, de "as coisas" de "as coisas" que fundamenta a sociedade da dominação heterossexual. Este sistema de dominação heterossexual é o sistema social, político, de "as coisas" de "as coisas" que fundamenta a sociedade da dominação heterossexual.

A heterossexualidade compulsória é um dos mecanismos mais poderosos de dominação heterossexual, que atua como uma forma de dominação heterossexualizante. Ela atua como uma forma de dominação heterossexualizante, que atua como uma forma de dominação heterossexualizante.

Abril/2010

S	T	2	3	4	5	6
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

2010 - Ano Mundial da Química
 2010 - Ano Mundial da Química
 2010 - Ano Mundial da Química
 2010 - Ano Mundial da Química
 2010 - Ano Mundial da Química

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a homossexualidade é uma orientação sexual que se caracteriza por uma atração sexual, afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade é uma orientação sexual que se caracteriza por uma atração sexual, afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo.

Combate a todas as formas de opressão, incluindo as formas de opressão baseadas na orientação sexual, na identidade de gênero, na expressão de gênero, na aparência, na idade, na raça, na etnia, na religião, na classe social, na nacionalidade, na origem étnica, na língua, na cultura, na política, na economia, na sociedade, na família, na comunidade, na humanidade.



Maio/2009

Lesbofobia

Lesbofobia é um tipo de discriminação baseada no sexo e na orientação sexual. É uma forma de preconceito que se manifesta através de atitudes e comportamentos negativos em relação às mulheres lésbicas. Este tipo de discriminação pode ocorrer em diferentes contextos, como no trabalho, na escola, na família e na sociedade em geral. É importante reconhecer e combater a lesbofobia para promover a igualdade e o respeito a todas as pessoas.

Textos: Este é um tema muito delicado e que merece ser abordado com cuidado. É importante entender que a orientação sexual é uma característica natural de cada pessoa e não algo que pode ser mudado. Portanto, não devemos tratar as mulheres lésbicas de forma diferente apenas porque elas são diferentes.

Autores: Este artigo foi escrito por uma equipe de especialistas em direitos humanos e diversidade. Eles acreditam que todos os seres humanos merecem o mesmo respeito e dignidade, independentemente de sua orientação sexual.

Fontes: Este artigo se baseia em pesquisas científicas e relatos de experiências pessoais de mulheres lésbicas. Também foram consultados especialistas em psicologia e sociologia para entender melhor as causas e consequências da lesbofobia.

Conclusão: A lesbofobia é um problema sério que precisa ser enfrentado. É necessário promover a educação e a conscientização sobre diversidade sexual para reduzir os preconceitos e criar uma sociedade mais inclusiva e respeitosa para todas as pessoas.

Links: Para mais informações sobre este tema, visite o site do Conselho Nacional de Direitos Humanos ou procure por artigos e vídeos sobre diversidade sexual.

Imagem: A ilustração mostra duas mulheres lésbicas caminhando sob uma grande ponte arco-íris. Uma delas está segurando uma bandeira arco-íris, simbolizando a comunidade LGBTQ+.

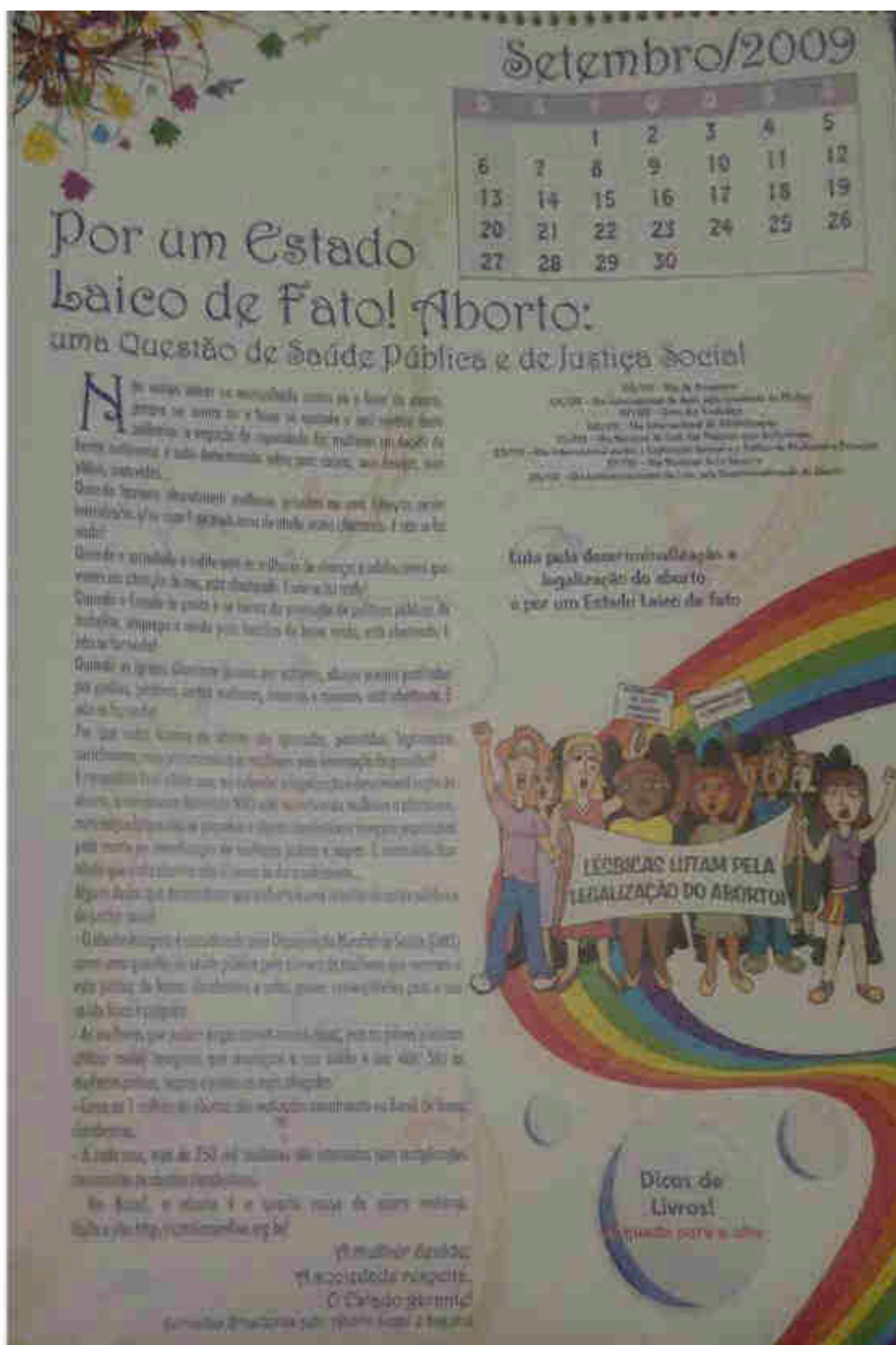
Legenda: A imagem ilustra a diversidade sexual e a importância de respeitar todas as orientações sexuais. O arco-íris representa a inclusão e a aceitação de todas as pessoas.

Dicas de Filmes: Se você quer aprender mais sobre a comunidade LGBTQ+, confira alguns filmes recomendados: "Paris é Tão Quente", "A Grande Escrita" e "O Amor é uma Revolução".

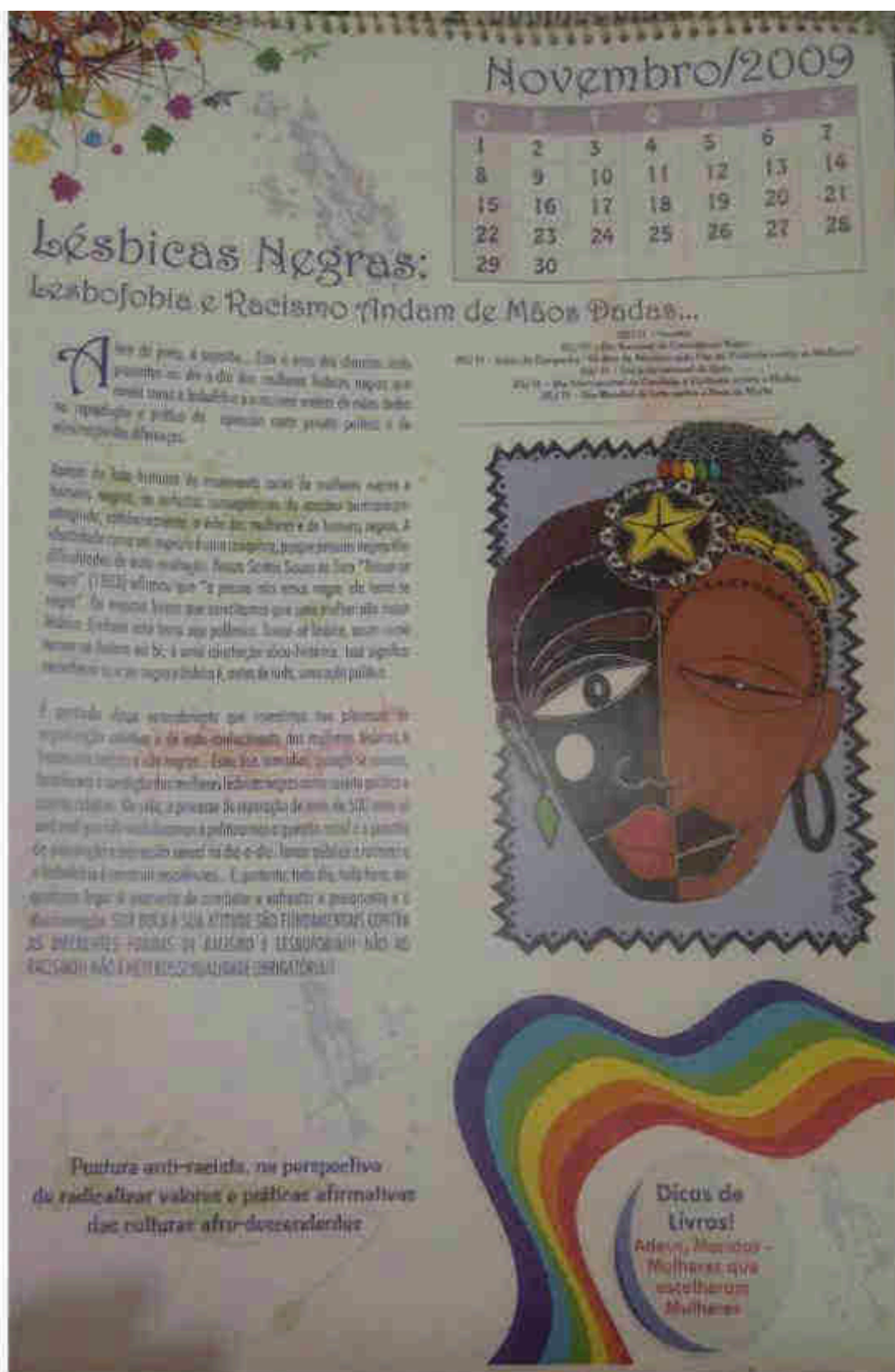
Temporada: Este artigo faz parte da nossa série de conteúdos sobre diversidade sexual, lançada em parceria com a comunidade LGBTQ+.













Bibliografia

- ARENS, Robert e FARMER, Ellen. *Admiráveis mulheres, mulheres que se desafiam a si mesmas*. [tradução Maria Maria F. de Almeida]. - São Paulo: Summus, 1999.
- ÁVILA, Belén. Permeando o corpo político. *Revista Perspectiva*, Rio de Janeiro, n.º 84-85, p. 1-11, novembro 2000.
- DELL, Barbara. *Mundo e corpo na escrita*. [tradução Cláudia Mendes]. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- CURIEL, Orla. *12. Katerina e as Faltas Lábicas*. Feminista. São Paulo: Summus.
- ESPINDOLA MINGOS, Yvelise. *Escritas de uma labirinto sexual: reflexões sobre a política feminista e a política da sexualidade em América Latina*. 1ª Ed. Baurer, Arara: Editora Fênix, 2007.
- HERZER, A queda para o céu. [tradução Eduardo Motomura Siqueira]. 2ª Ed. Baurer, Rio de Janeiro, 2007.
- LEONE, Vinny. *Grilo*. - Geração Média. São Paulo: Summus, 2001.
- MEHREZ, Arlene. *Homossexualidade e Raça: conversando sobre raça e sexualidade*. São Paulo: Summus.
- MESQUITA, Marysela. *Indomidade e Feminismo: aversões e desvios para o Matrimônio de Jovens*. Texto publicado nos Anais do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em Foz de Iguaçu/PR, no período de 17 a 21 de outubro de 2004.
- _____. *Memórias de Mulheres Lábicas: Identidade política com resgates da heterossexualidade camuflada*. Artigo apresentado durante o XII ENCONTRO DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS SOBRE A MULHER E REALIDADES DE GÊNERO - RESOR, em Recife/PE, 2004.
- _____. *Relatório Final*. - VI Seminário Nacional de Estudos (SABELE). "Acadêmicas de Mulheres: Ciências e Políticas Políticas: Poder e Temorral". Grupo Comunidade, 2004. 48 páginas.
- _____. (Organizadora) *Seminário Nacional de Estudos (SABELE)*. *Uma Nova Escrita Lábica*. Recife: UNAS, 2000.
- MOSCOVICH, Cintia. *Dois iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NAVARRO-SWAIN, Tullia. *O que é lesbiana*. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiras Leituras, 313).
- PESSEN, Mariana. *Moléstia e El mal*. Porto Alegre: Coletivo Laberinto, 2005.
- SANTOS, Silvana Maria de Mendonça. *O Paradoxo da Esquerda e a Política de Identidade: As particularidades de luta pelo trabalho da orientação sexual*. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, PE, 2005.
- SOUZA, Neusa Soares. *Temer-se nega*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- VELDSO, Ana. *A Intelectual e as Mãos de Comunidade: Um Desafio para o Agente Político do Movimento Feminista Brasileiro*. UNINOVE, Vol. 1, n.º 3 (julho 2004). ISSN 1809 - 4561.
- WEINICK, Juana. MENDONÇA, Maria. WHITE, Evelyn C. (organização). *O Livro de Solos das Mulheres Negras*. - *Novas escritas sem de longe*. [tradução] Maria Mendonça, Marilene Aguiar e Maria Cecília MacDonell dos Santos. - Rio de Janeiro: Pallas-Brasil, 2000.

ANEXO G - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO GRUPO LUAS

JORNAL LUAS – EDIÇÃO n.º 01 nov/2006

APRESENTANDO

Queremos com esse jornal, compartilhar vivências, textos, poesias, críticas e o maior de tudo repassar informações no mundo GLBTT – gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais, com foco em mulheres que têm relações afetivo-erótico-sexuais com mulheres.

ESPAÇO ABERTO

TENHO SEDE

Sede de gritar pros quatro ventos o que sou... De ter uma sociedade mais justa, onde as pessoas possam ir e vir sem ter que estar se escondendo, por vergonha ou por medo do que são, ou do que as pessoas vão pensar...

Sede de passar para as pessoas um pouco da coragem para lutar por direitos iguais, pela livre expressão sexual, pela legalização do aborto, pelos mesmos direitos e deveres de pais e mães sobre os filhos/as, pelo direito de casais homossexuais poderem adotar crianças, de tantos outros direitos que não temos... Enfim, de construir uma sociedade mais justa, igualitária.

Tenho sede de mostrar às pessoas que o não natural é natural, sim... Onde as pessoas possam ver que, como dizia o poeta, toda forma de amar vale à pena, quando a alma não é pequena.

Ana Carla Lemos



1ª EDIÇÃO n.º 1. Nov/ 2006

Mulheres!

Ah, Essas Mulheres!
Que me encantam com poesias
Que, como a Lua, nas suas faces irradiam
Eas eu Amo Demais
Essas minhas mulheres
Ler minhas linhas
Chama de poesia
E rir com toda sabedoria
E, aí me chamam de menina
Me ninam com cantigas, cores e toques lilás.
E, abrido, se sente meu coração
Por essas lindas, nuas, luas e lutadoras mulheres.
Que sensibilizam e acalmam a minha caminhada, me
ensinando a
Ser Mulher.

Elisângela Nunes Cordeiro



ARTE POSTAL 1970 – GRUPO LIBERACIONISTA
NÓS TAMBÉM - PB

UMA LÉSBICA É A CONCENTRAÇÃO DE TODAS AS
MULHERES CONDENSADAS ATÉ O PONTO DE
EXPLOSAÇÃO (Radical lesbians, 1970)

CURIOSIDADES

O que significa a palavra LÉSBICA?

A palavra **lésbica** tem origem do nome da cidade de Lesbos, capital de uma ilha na Grécia, onde há mais de 2.600 anos nasceu e viveu a mais famosa poetisa grega, uma mulher chamada Safo.

Safo era uma revolucionária audaciosa. Fundou a escola para mulheres, onde ensinava não apenas poesia e música, como também, e principalmente, a emancipação social da mulher.

Os versos que Safo escreveu falam do amor entre mulheres e da paixão por suas companheiras.

A palavra **lésbica** passou então a designar mulheres que amam mulheres.

Para nós, lésbicas esta palavra tem uma origem muito bonita, com uma conotação de força e liberdade, além de demarcar um posicionamento político.

VOCÊ SABIA?

O estado mais atingido pela violência contra o público GLBTI é Pernambuco, onde as pessoas, por preconceito, matam umas as outras, porque não aceitam outra orientação sexual que não seja a heterossexualidade (pessoas que relacionam com outras do sexo oposto). **NÃO DEVEMOS CALAR DIANTE DESSA INJUSTIÇA. HOMOFOBIA** (discriminação desfavorável a homossexuais), **LESBOFOBIA** (discriminação desfavorável a lésbica) ou qualquer tipo de discriminação quanto à raça/etnia, classe social ou orientação sexual é crime! Procure seus direitos, não deixe que esses preconceitos nos calem e nos deixem infelizes, pois o preconceito mata, fere, agride.

Um dado alarmante é que as pessoas são mais discriminadas dentro das famílias, que é onde acontece o pior tipo de discriminação que podemos imaginar, mas nada melhor que o diálogo com transparência para que possamos vencer os preconceitos. **SEM VIOLÊNCIA, VENCEMOS TODAS/OS NÓS!**

5ª PARADA DA DIVERSIDADE DE RECIFE

Este ano, o tema da 5ª Parada da Diversidade do Recife foi **VIOLÊNCIA CONTRA HOMOSSEXUAIS: O QUE VOCÊ TEM A VER COM ISSO?** Durante a concentração, na Praça Oswaldo Cruz, no bairro da Boa Vista, foi realizada uma pesquisa, denominada **"POLÍTICA, DIREITOS, VIOLÊNCIA E HOMOSSEXUALIDADE"**, numa parceria entre o Fórum LGBT de Pernambuco, o Instituto PAPA!, o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAMUERJ) e o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC/UCAM).

No momento, estamos aguardando a publicação dos resultados para compartilhá-los aqui, no LUAS.

EM RECIFE EXISTEM ORGANIZAÇÕES QUE PODEM NOS ORIENTAR, ANTEM:

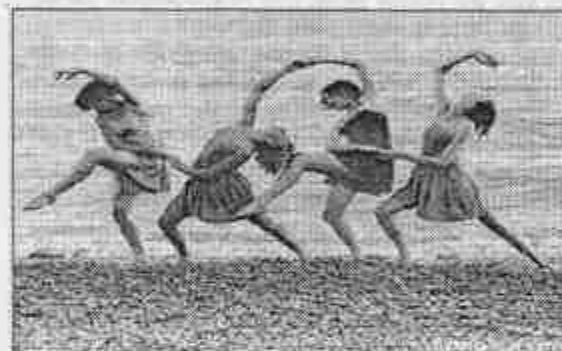
Leões do Norte: 81-30740233

Satyricon: 3223-8375

AMHOR: 81-3484364

Grupo Divas: 32263170

Gerência da Livre Orientação Sexual - GLOS: 32328634



ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos – bonzinha@yahoo.com.br

Elisângela Nunes – figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Logo: Karina Xavier

Revisão do texto: Ana Roberta Oliveira

Gostaria de enviar sugestões, críticas e/ou contribuir para o LUAS? Escreva para: **LUAS2908@YAHOO.COM.BR**

APOIO PARA IMPRESSÃO:

Instituto PAPA!

GLOS – Gerência de Livre Orientação Sexual

JORNAL LUAS – 2ª EDIÇÃO, DEZEMBRO/2006



Edição nº 02, Recife, Dezembro 2006

APRESENTANDO

Queremos com esse jornal, compartilhar vivências, textos, poesias, críticas e o mais importante é repassar informações do mundo LGBTT lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transsexuais, com foco em mulheres que têm relações afetivo-erótico-sexuais com mulheres.

Editorial

TENHO MEDO

Medo de me expor, e logo sentir dor
Medo de amar e logo me apegar
Medo de lutar e logo cansar
Medo de tentar, mas logo falhar
Tenho medo
De curvar e ter que ajoelhar
Medo de intervir e ter que sair
Tenho medo
De reagir e logo cair
Medo de levantar e não tentar
Medo de comer e não me erguer.....
Tenho medo mais de quê?

Viva a vida sem medo, pois amanhã
podemos não ter mais forças e parar, e o
ontem não temos como voltar.



Espaço Aberto

Da
Desobediência

Roberto Efran

Fui chamado a
cantar.

É ainda que não o
fosse cantaria
cantaria em
resistência, em
adoração,
cantaria em nome
das bonitezas todas.
Em razão da própria
canção.
Mas cantaria
sob esta maneira
porque cantar é
amar.
E amar é não
silenciar.

Fui chamado a
cantar amor.
Mas não sem
motivo, ou
justificação.

Fui chamado a
cantar amor.
Porque eu sou o
amor.
O amor
desobediente, o
amor desencalhado,
O amor não
correspondente,
O amor
radicalmente,
bonitamente,
diversificado.

Porque existo entre

A pele e o suor de
todos os corpos.
Eu sou o amor.

E se pretendo
tração não deixo a
de ser ao meu
próprio rastro.

E porque arranho
sentimentos
inabaláveis com o
agudo dos ponteiros
do relógio sobre a
escrivadinha e
porque não falo de
amor a duras penas,
apenas sob
incontrolável dor e
sob indecifrável
desejo.

E porque
finalmente rompo
as madrugadas e os
sentos desta alma
e
recomendações às
autoridades públicas.

E porque
de respeito a
instituição policial
com meus ares de
desobediência e
meu coração é um
anarquista.

E porque não
conheço limites que
não os das esféras
lunares e sou filho de
luz na paixão e de
suas tempestades.

horizontes com a
poesia rasteira das
bonitezas indizíveis
e me ponho indolente
um bicho, a morder a
paisagem.

E porque sou
guerreiro com as
palavras e travo
batalhas com as
nuvens adorando
desenfreadamente
as tardes, estando
sobre a superfície e
sob o profundo a
gitar.

Porque reconheço
fidelidades e dou ao
perdão o tempo,
porque sou arisco,
fugidio, carinhoso
como um poema.

Porque arrisco a
escrita, sou um
homem e um amor
sem pontos finais,
um amor sem
qualquer pontes
finais que não
aquele por mim
cravado depois do
último verso, depois
do amor.

Fui chamado a
cantar
Canto a diversidade,
Canto a dor que nos
cabe,
Por ser um homem
que ama um homem.
Um amor que ama
um amor.

Você Sabia?

Dia 25 de novembro: Dia Internacional de Luta pelo Fim da Violência contra Mulher.

A nossa sociedade vem enfrentando muitos problemas de violência de todas as formas, mas a violência contra a mulher tem se mostrado uma das mais cruéis. Esse é um problema sério, porque em nossa sociedade circulam algumas idéias equivocadas a respeito do relacionamento entre homens e mulheres. São idéias como "os homens é quem mandam", "mulheres devem ser obedientes", entre outras, compartilhadas não só pelos homens, mas por mulheres também, fazendo disso um argumento para justificar todos os tipos de violência: psicológica, física, verbal, sexual, patrimonial e moral. Muitas se calam por se verem em situação de dependência financeira, emocional. Em alguns casos, pode ser: até comodismo mesmo!

Nos casos de violência contra a mulher, a Lei Brasileira beneficiava muito os agressores: eles não eram presos, pois este crime era considerado de menor potencial ofensivo. Desta forma, agressores eram penalizados não com cadeia, mas com o mero pagamento de custas básicas ou prestação de serviços comunitários.

Para tentar mudar o quadro de impunidade em relação à violência contra as mulheres, foi aprovada em julho de 2006 a Lei 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha, que prevê a prisão de agressores/as, pois não importa se você tem relação com homens ou com mulheres, de toda forma nossos direitos estão garantidos.

Em Recife, ocorre toda última terça-feira de cada mês a vigília pela não-violência contra as mulheres, promovida pelo Fórum de Mulheres de Pernambuco. A concentração acontece sempre na Praça do Diário, às 16h, e sai em caminhada pelas ruas do Recife. Até novembro, mais de 300 mulheres haviam sido assassinadas no Estado de Pernambuco. Isto tem que parar. Participe você também. Reúna seus amigos, suas amigas, familiares, e juntem-se a este ato de protesto e exercício de cidadania.

O que é o Dia Mundial de Luta Contra a Aids?

Transformar o 1º de dezembro em Dia Mundial de Luta Contra a Aids foi uma decisão da Assembleia Mundial de Saúde, em outubro de 1987, com apoio da Organização das Nações Unidas - ONU. A data serve para reforçar a solidariedade, a tolerância, a compaixão e a compreensão com as pessoas infectadas pelo HIV/aids. A escolha dessa data seguiu critérios próprios das Nações Unidas.

No Brasil, a data passou a ser adotada, a partir de 1988, por uma portaria assinada pelo Ministro da Saúde. Foi publicado em 21/11/2006 o relatório epidemiológico do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV-Aids, chamando a atenção para o fato de que o maior índice de infecção tem sido nos/as jovens de 15 a 24 anos, que respondem por 40% do total de novas infecções.

Se ligue. Transar com camisinha não é sinal de desconfiança, nem de desamor. Pelo contrário, é cuidado, respeito e consideração consigo próprio e com o/a outro/a. Pense nisso!

Informações:

Fórum de Mulheres de Pernambuco
81-30872066
Campanha Brasileira do Laço Branco
Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher 081-32714804
(www.lacobranco.org.br)
Centro de Referência Clínica
Lispector 0800-281.0107
Serviço de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e física - Hospital Agamenon Magalhães 081-32671739
Centro de Referência Márcia D'Agrêmon (Olinda)
081-3429-2707 0800-281-2008



Dia 20 de Novembro: Dia da Consciência Negra

Dia 20 de novembro: Dia da Consciência Negra
Comemorado em todo Brasil o Dia da Consciência Negra, que relembra a morte de Zumbi dos Palmares, assassinado em 1695. Os movimentos sociais escolheram esse dia em oposição ao treze de maio, para reforçar que a abolição não foi uma conquista exclusiva da Princesa Isabel e sim das/os negras/os que lutavam por sua liberdade.

Podemos observar que atualmente as mulheres lésbicas, bissexuais e transgêneras negra têm se mobilizando dentro dos movimentos feminista e na luta da negritude para pautar suas especificidades. Mas, ainda falta muito por parte de todos/as nós nessa luta.

A questão de desigualdade no Brasil entre os desafios a ser transportos para a organização de um país justo. O mito "democracia racial" não se sustenta diante da análise de dados em relação a concentração de renda e acesso a educação e outros direitos básicos. O preconceito e o racismo são atitudes negativas em relação a alguém.

"Ninguém nasce racista, as pessoas tornam-se racistas. Se elas são capazes de tornarem-se racistas, elas também são capazes de deixar de sê-lo".

Nelson Mandela

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos: borzunha@yahoo.com.br
Elaíngela Nunes: figurinhadeluta@yahoo.com.br

Gostaria de enviar sugestões, críticas e/ou contribuir para o LUAS?

Escreva para: LUAS2908@YAHOO.COM.BR

COLABORADORAS:

Logo: Karina Xavier
Revisão do texto: Ana Rotieria Oliveira

Recomendamos a reprodução deste texto, total ou parcial.
Pode-se, contudo, citação da fonte.

APÓIO PARA IMPRESSÃO:

GLÓS: Gerência de Livro Orientação Sexual
#11-32126534 glós@região.pe.gov.br
GMS Gráfica #1-

JORNAL LUAS – 3ª EDIÇÃO, JANEIRO/2007



Edição n.º 03, Recife, janeiro 2007.

Um espaço para arte
 Um espaço para falar o que não quer calar
 Um espaço para apresentar
 A beleza do amor entre mulheres
 Que vive no dia-dia entre panos e portas escondidas
 Se dizer para essa sociedade o quanto é feliz.

Espaço Aberto

Editorial

Até quanto?
 Teremos que esconder a nossa
 verdade
 Ou omitir a nossa falsidade
 Por essa sociedade que disfarça
 A diferença da diversidade
 Que fica cega para não ver, que
 precisamos nos libertar
 Onde oprimi sem querer.
 Feri sem ver
 E mata sem doer
 Viva a livre liberdade de expressão.

Ana Carla Lemos

* Na sua palidez frágil,
 mora uma rosa rubra,
 que desabrocha,
 ao som das páginas
 viradas de um livro.
 Leio, para que suas pétalas caídas,
 sejam guardadas sempre
 junto ao índice."

Marcela Pessoa

Quando eu amo
 Pode ser tudo:
 Homem, mulher, bicho...
 Eu amo. Isso é o que importa!

Maria Bethânia

Correndo o
 risco de
 parecer
 ridículo,
 deixem-me
 dizer-lhes que
 o verdadeiro
 revolucionário
 é guiado por
 grandes
 sentimentos de
 amor.

Ernesto Che
 Guevara

Queria falar do meu amor
 Do nosso Amor
 Quero gritar o quanto a gente é feliz a margem
 dessa sociedade
 O quanto sou feliz contigo entre panos, portas
 escondidos
 Quero ir à rua...
 Quero lutar
 Pegar todas as Brigas possíveis...
 Brigar pelo nosso direito
 A gente tem o direito a Liberdade de amar
 A gente tem o direito de sendo mulher com outra
 mulher casar.

Elsângela Nunes



Foto:

Fique por dentro!

No dia 13 de setembro de 2006, as Organizações não governamentais (ONG's) ligada ao movimento homossexual, realizaram uma sabatina na boate Metrôpole com os principais candidatos ao governo de Estado, entre eles se encontravam o Eduardo Campos (PSB), o governador eleito de PE. Em matéria do Jornal do Comércio, que saiu do dia 14/09/2006, o governador do Estado "Eduardo Campos" comprometeu-se com algumas coisas veja abaixo:

- Enviar para Assembleia Legislativa um projeto de lei para garantir direitos previdenciários aos servidores com união estável entre pessoas do mesmo sexo;
- Criar Delegacia Especializada em Crimes contra Homossexuais;
- Qualificar e treinar os policiais no combate ao preconceito;
- Capacitar professores para o tratamento de questões relacionadas aos direitos sexuais em sala de aula;
- Campanhas publicitárias em rádios e TV de conscientização contra a discriminação sexual;
- Instrumento para punir empresas preconceituosas na seleção de profissionais para suas equipes.

Hoje, temos uma nova gestão que se mostra comprometida e aberta ao diálogo com o segmento LGBTQT, agora precisamos enquanto sociedade civil, e como sujeitos de direitos cobrar e monitorar efetivação de Políticas Públicas.

JUVENUS e Orientação Sexual

Os preconceitos e tabus em nossa sociedade contribuem para impedir que se converse muito pouco sobre sexo e sexualidade com os/as jovens. Assim, sem ter com quem contar, pode ser que muitos e muitas adolescentes e jovens pensem nas questões sobre sexualidade como algo proibido, errado, feio. Informações corretas e o apoio dos pais, mães e/ou responsáveis é fundamental para que os/as adolescentes e jovens possam vivenciar este período de vida sem muitos conflitos, e de maneira saudável e consciente. Muitos/as adolescentes e jovens namoram escondido dos pais, e quando namoram pessoas do mesmo sexo, aí a situação se torna mais delicada ainda, pois, além de muitas vezes não contarem com o apoio de seus pais, mães, responsáveis e professores, ainda precisam lidar com as reações de seus/suas amigos/as e colegas. A vida do/da adolescente ou jovem homossexual é mais complicada nesse sentido, e ele/ela está mais sujeito/a a muitas as pressões e constrangimentos. Tudo isso é muito doloroso e injusto. Os poucos programas existentes se limitam a focalizar somente a informação sobre reprodução, isso tem sido insatisfatório frente à necessidade de uma abordagem mais ampla, que inclua enfoques sociais, diversidade sexual, questões de gênero e etnia, além de instrumentos com aspectos psicológicos vinculados ao exercício sadio da sexualidade. Todos/as têm o direito e a liberdade de experimentar a vida, inclusive adolescentes e jovens, exercício sadio da sexualidade. O/A Jovem deve ter o direito e a liberdade de experimentar a vida sendo necessário garantir a livre orientação sexual como direito.



Indicações:

Filmes:

- ✓ Todas as cores do Amor
- ✓ Desejo proibido
- ✓ Connie e Carla - as rainhas da noite

Sites:

www.mix.brasil.com.br
www.umoutroolhar.com.br
www.e-jovem.com.br
www.athosgls.com.br
www.todaformadeamor.com.br

Bares e boates:

Bar A - Praia: Piedade por trás do bompreço

Bar Pithous - por trás do shopping boa vista

Bar S - Rua Joaquim Nabuco, 534 - Graças - Recife-PE

Bar Ponto G
 Rua 21 de Abril, 955 - Afogados - Recife - PE
 Fone: 81-3077-1671

Boate Metrôpole
 Rua das Ninfas, 125 - Boa Vista - Recife, PE
 Fone: (81) 3423.0123
www.boatemetropole.com.br

Centro de referência

O Leões do Norte está de sede nova e já com o Centro de Referência e Combate à Homofobia/Lesbofobia em pleno funcionamento. Já temos as três profissionais (psicóloga, assistente social e advogada) à disposição para atender a casos de violação dos direitos humanos de LGBTQT's.

Centro de Referência em Direitos Humanos Leões do Norte
 Rua do Rachuelo, 720 Boa Vista (ao lado da boate MKB)
 Tel: (81) 3222 - 2207 RECIFE - PE

Este é um espaço aberto para receber, desenhos, a expor como é, ela, cresceram, sexual de outro mulher amar.
 Vamos buscar, as nossas, sentimentos, guardados na gaveta e enviar para os LUAS, apresentar pra essa sociedade p-quanto é belo o nosso amor

ORGANIZAÇÃO:

Ana Gela Lemos bonzinh@yaho.com.br
 Elinaênia Nunes figuinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Design: Karina Xavier
 Revisão do texto: Ana Roberta Oliveira

Gostaria de enviar sugestões, críticas e/ou contribuir para o LUAS?
 Escreva para: LUAS2906@YAHOO.COM.BR

Recomendamos a reprodução deste texto, total ou parcial. Pede-se, contudo, citação da fonte.

APOIO PARA IMPRESSÃO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual
 81-32328634 glos@recife.pe.gov.br
 GMS Grafica 81- 8712 0903

JORNAL LUAS – 4ª EDIÇÃO, MARÇO/2007



Edição n.º 4, Recife, Março de 2007

APRESENTANDO

Um espaço para expor a arte, um espaço para falar o que não quer calar.
 Um espaço para apresentar o amor entre mulheres.
 Para descobrir os paños e abrir as portas, onde este amor vive coberto e escondido,
 porque é difícil vencer o preconceito, que fere, que dói, que mata!

Editorial

"Se tu me amas"

Porque tu não me acensas?
 Nada te move,
 Nada te move,
 Se tu desceste, a culpa não é minha!
 Porque tu que queres me criar,
 Porque tu que queres me fantasiar,
 Se não sou tua filha não tens olhos,
 Não vira te pedir desculpas!
 É esse choro só?
 Só porque amo outra mulher?
 Ah! Mãe, não vares convencer de um homem agora
 quem:
 Só porque vivemos em uma sociedade letrificada:
 Onde a masculinidade reina, e o desespero não,
 Onde o casamento te explora!
 Certo não! Eu sou o caído fora!
 A tua dor não me choca!
 O problema não sou eu,
 Nem o meu amor que tu ignoras,
 É tu, chora...
 Quem sabe assim a tua dor responde?
 Tu não mais me ignoras!
 Enquanto a tua dor não vai embora,
 Vou continuar vivendo,
 E, lutando para ver se melhora...

Elisângela Nunes



Espaço Aberto

Meu corpo nas entrelinhas da vida,
 na terra do desejo,
 na hipótese do beijo,
 na vida do desejo,
 de meu corpo pertencendo,
 dos meus sonhos ter,
 sem deixar de ser, como mulher me perceber,
 sujeito de direito.

Ana Carla Lemos

Foi somente por um instante,
 Que não necessariamente ao agora,
 Pode ser no porvir,
 Assim,
 Tequei ao acaso sua mão,
 Como quem vai pégar a maçaneta da porta,
 Um instante apenas,
 Uma fração de segundos,
 O calor de sua pele em acolhedante,
 O aroma da epiderme um convite em silêncio,
 Seguei ali os seus olhos,
 Seguei os seus cabelos,
 Seguei sua tua voz,
 Foi somente por um instante,
 Que não necessariamente ao agora,
 Pode ser no porvir,
 Mas, que jamais esqueceré...

Raquel Benquer

Mulheres,
 no reconhecimento das igualdades,
 da força do desejo,
 das fortes e floridas mulheres,
 criando maravilhas,
 criando relações,
 construindo novas realidades.

Ana Carla Lemos

Curiosidade

Por que 8 de março é o Dia Internacional da Mulher?

Durante séculos, as mulheres tiveram de conviver com uma condição inferior, causada por uma divisão de trabalho que sempre as desfavoreceu. Poucas tinham acesso a uma educação, cabendo à maioria a maternidade, era vista apenas como cuidadora e quando trabalhava era com condições de trabalho subumanas.

Em plena Revolução francesa, 1791, Olympe de Gouges reivindica o direito feminino a todas as dignidades e empregos segundo suas capacidades. Foi guilhotinada, dois anos mais tarde, resposta que a sociedade então encontrou para ilustrar que o princípio da liberdade, igualdade, fraternidade, possuía alcance limitado. A acusação: "Ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo".

Durante os séculos seguintes, as mulheres passaram a integrar a força de trabalho fabril, em jornadas que, não raro, chegavam a 14 horas diárias, durante seis dias por semana. Ao organizar um protesto contra as más condições de trabalho, pedindo uma jornada de trabalho de 10 horas, tecelãs de uma fábrica de vestuário feminino Tecidos Cotton, em Nova Iorque, foram obrigadas a refugiar-se dentro da fábrica, fugindo da polícia. As portas foram trancadas, foi acendido fogo à fábrica e, em 8 de março de 1857, 129 operárias morreram carbonizadas.

Em 1910 a segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas debate o tema e, a seguir, a ativista Clara Zetkin, muito ligada a Rosa Luxemburgo, propõe, no jornal L'Egalité, do qual era redatora, que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher, em homenagem às vítimas de 1857. No ano seguinte, mais de um milhão de pessoas comemoraram a data. Essa prática continuou nas décadas de 1910 e 1920.

Na Rússia, dia 23 de fevereiro de 1917, (de acordo com o calendário juliano, correspondente a 8 de março do calendário gregoriano), trabalhadoras do setor de tecelagem entraram em greve. Segundo Trotsky, teria sido o ponto de partida da Revolução de outubro. Depois do triunfo da revolução, a feminista bolchevique Alexandra Kollontai persuadiu Lênin a mudar a data de 8 de março em celebração da heroica mulher trabalhadora. Enquanto no Ocidente essa comemoração perdeu forças, na então União Soviética e, depois da segunda guerra, nos seus satélites, a data continuou sendo festejada.

Coincidentemente, em 1932, a delegação brasileira para os Jogos Olímpicos de Los Angeles incluiu uma mulher: Maria Lenk. Em 1975, a ONU começou a patrocinar o Dia Internacional da Mulher, não por coincidência, durante o Ano Internacional da Mulher.

Atualmente, passados os sobressaltos do feminismo exacerbado de Betty Friedan, com as quotas simbólicas de votos, as mulheres se fazem cada vez mais presentes em todos os setores. Aquilo que era raro ou esporádico tornou-se aceitável na sociedade. Não há mais atividade da qual as mulheres não estejam inseridas. Desigualdades ainda persistem, embora seja possível afirmar que houve progressos gigantescos.

Pouco a pouco, é evidente a tendência da data se tornar um evento, sem a conotação comercial, porque o 08 de março é uma data de reivindicação das mulheres e homens que querem lutar por direitos iguais entre os sexos, formando assim cada vez mais uma sociedade mais justa, onde as mulheres possam ocupar lugar que se dizem de "homens" sem oferecer qualquer tipo de preconceito, tendo assim pessoas mais felizes com perspectiva de um mundo com pessoas justas e que sabem respeitar.

Raquel Berenguer com contribuição de Ana Carla Lemos

Centro de Referência em Direitos Humanos e Contra
Homofobia Leões do Norte

"Um passo à frente e já não estamos no mesmo lugar"
(Chico Science)

O nosso universo vem mudando, mas a intolerância com o
segmento homossexual ainda é muito grande e a exclusão que
nós passamos em diversos setores da sociedade causam diversas
sequelas que marcam nossa existência.

O Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à
Homofobia é mais um passo que firmamos no combate ao
preconceito e à discriminação contra os homossexuais.
Contato: (81) 32222207 - leoesdonorte2000@yahoo.com.br

Nesse mês haverá **Quinta da Diversidade** no Pátio
de São Pedro, sempre nas últimas quintas-feiras
de cada mês.

Mais informações: GLOS - Gerência de Livre
Orientação Sexual - PCR (081-32328634)



ORGANIZAÇÃO:
Ana Carla Lemos - bonzritua@yahoo.com.br
Eliângela Nunes - figurinhodajuta@yahoo.com.br

Gostaria de enviar sugestões, críticas e/ou contribuir para o LUAS?
Escreva para: LUAS2008@YAHOO.COM.BR

COLABORADORAS:
Lógo: Karina Xavier
Revisão do texto: Ricardo Castro

Recomendamos a reprodução deste
texto, total ou parcial.
Pede-se, contudo, citação da fonte.

APOIO PARA IMPRESSÃO:
GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual
81-32328634 - glos@recife.pe.gov.br
GMS Gráfica - 81-32310209

JORNAL LUAS – 5ª EDIÇÃO, ABRIL/2007



Edição n.º 05, Recife, Abril de 2007

APRESENTANDO

Um espaço para expor a arte, um espaço para falar o que não quer calar.
 Um espaço para apresentar o amor entre mulheres.
 Para descorrer os painos e abrir as portas, onde este amor vive coberto e escondido,
 porque é difícil vencer o preconceito, que fere, que dói, que mata!

Editorial

Luas que beijam mulheres.

Fogem para a lua meus pensamentos,
 Luas mirípteras,
 Luas erráticas,
 Luas cheias,
 Lantadas de encantos...

Fogem para a lua em cavalos brancos,
 Brandon, tróies,
 Cavalgadas silenciosas,
 Sobre as alucifadas da lua,
 Crateras, quinetas,
 Fugiditas ideias, que sobem para a lua,
 E se perdem em lunares,
 De esquecimentos...

Luas em círculos,
 Como os ponteiros do relógio,
 Como os pensamentos humanos,
 Como os despois lunares,
 Como a consciência,
 Hora na chuva,
 Hora no sol,
 Hora na mente,
 Hora sob o tapete da cotidã...

Luas de noites brilhantes,
 Abriçam amantes rolando na areia,
 Abriçam amantes roçando na grama,
 Abriçam amantes gozando na cama...

Luas e suas solidões,
 Luas contentas,
 Luas armadas,
 Luas odiadas,
 Luas de São Jorge,
 Luas de dragões,
 Luas de despois,
 Luas de ambições,

Luas subversivas,
 Luas de lotus,
 Luas loucas que beijam mulheres...

Raquel Berenguer, 13 de Março de 2007.

Espaço Aberto

A uma mulher amada:

Disse que ao teu lado só por ti suspiro!
 Quem goza o prazer de te escutar,
 quem vê, às vezes, teu doce sorriso,
 Nem os deuses felizes o podem igualar.
 Sinto um fogo sutil correr de veia em veia
 por minha carne, é suave bem querida,
 e no transporte doce que a minha alma enleia
 eu sinto asperamente a voz emudecida.
 Uma nuvem confusa me enevoa o olhar.
 Não ouço mais. Eu caio num langor supremo:
 E pálida e perdida e febril e sem ar,
 um fremito me abala... Eu quase morro... Eu tremo.

De: Safo de Lesbos
 Para: Faon de Mitilene



Fonte: www.glyphart.com.br

Curiosidades

Símbolos que Representam a Luta do Movimento de Lésbicas no Brasil e no Mundo!



O símbolo de Vênus quando aparece sozinho é o símbolo da mulher, utilizado das mais diferentes formas pelo movimento feminista. Quando aparece em dose dupla e entrelaçado é um dos mais conhecidos símbolos lésbicos. Quando aparece em dose tripla ou mais pode tanto ser símbolo das lésbicas quanto da união das mulheres.

O machado de dupla lâmina (labrys) é outro símbolo lésbico, atualmente mais conhecido. É tido como uma das armas das miticas Amazonas, as mulheres guerreiras da Antiguidade cuja continuidade era formada só por mulheres.



O triângulo negro era o símbolo que as naziistas costumavam na roupa das prisioneiras de seus campos de concentração que saíam dos padrões esperados para a mulher do Terceiro Reich (esposa, mãe e dona de casa). Lésbicas, prostitutas, mulheres políticas envolvidas na resistência ao nazismo (não-júdas) usavam as roupas marcadas com este símbolo que há alguns anos foi resgatado por algumas lésbicas como símbolo de resistência ao preconceito e à opressão.

A bandeira do arco-íris se tornou, sem dúvida, o mais conhecido símbolo da comunidade LGBTQTT em todo o mundo. Ela foi elaborada pelo artista plástico Gilbert Baker, para a Parada do Orgulho em San Francisco, em 1978, originalmente com 8 cores que, por restrições de produção gráfica, acabaram reduzidas a 6, representando a vida (vermelho), a saúde/cura (laranja), o sol (amarelo), a natureza (verde), a harmonia (azul) e a espiritualidade (violeta). Ela representa unidade e unidade na diversidade e, hoje, aparece sozinha, ou em combinação com os outros símbolos LGBTQTT.



Bandeira das Lésbicas, com o símbolo de Vênus duplo e o Triângulo Negro e o Labrys.

Comemora Recife!

O 17 de Abril foi escolhido como o "Dia da Diversidade Sexual", conforme a Lei Municipal 17825 de 13/09/2004. Ainda não temos na nossa agenda político-institucional, esta data. Trata-se de mais uma conquista para o público LGBTQTT, devemos comemorar e lutar a luta do arco-íris nas ruas.

ORGANIZAÇÃO:
Ana Carla Lemos: bonzinha@yahoo.com.br
Elisângela Nunes: figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:
Karina Xavier
Raquel Berenguer

Recomendamos a reprodução deste texto, total ou parcial.
Pede-se, contudo, citação da fonte.

Gostaria de enviar sugestões, críticas e/ou contribuir para a LUAS?
Escreva para: luas2008@yahoo.com.br

APOIO PARA IMPRESSÃO:
GEOS - Gerência de Livre Orientação Sexual
81-32328634 - glos@prefeitura.pe.gov.br
GMS Gráfica - 81-32310209

Novidades

A partir desta mês contamos com a mais nova colaboradora: Raquel Berenguer, que sempre deseja-las boas vindas e dizer do prazer de agarrá-la em nossa equipe de luta, trabalho e amizade.

"Que o fruto do nosso trabalho possa dar luz a novos caminhos"

Em Maio:

No próximo número do LUAS publicaremos anúncio do público lésbico de Recife, com **"Torpedinhos Românticos Luas que Amam Luas"**, por se tratar do mês das mairas queremos focar nas mairas lésbicas.

Acontecimentos:

No último dia 30, aconteceu a Marcha do Luto, uma ação organizada pelo Movimento Gay Leões do Norte. Esse ano público aconteceu há três anos, quando uma figura pública ou notoriedade é estalada, por atitudes homofóbicas, para ser "maldita". O HEMOPE foi malhado por não aceitar decisão de expulso do público LGBTQTT, o deputado Severino Cavalcanti, por sua postura homofóbica declarada, e neste ano o papa Bento XVI, por afirmar que o público LGBTQTT é "contra a natureza de Deus" e por manter as práticas sexuais sem o uso de preservativos, afirmando que se um anti-contra as leis do casamento. Afirma também que as pessoas separadas que vivem uma segunda união civil, já estão condenadas ao tormento eterno. E falando em quanto esse símbolo, que representa a mais alta escala de poder da igreja católica, propaga fortemente a homofobia e a lesbofobia, mudando o olho a este segmento da sociedade, alegando estar representando Deus. Talvez "Sua Santidade" não saiba que o filho de Deus precisa amar e não odiar.

Nós, lésbica e gays, reivindicamos o nosso DIREITO de amar, porque "toda forma de amor vale a pena".

Mais informações sobre as ações do Grupo Gay Leões do Norte, pelo telefone 81-3223-2287.

"Basta! Chega de Violência e Omissão"

A Violência

17 de Fevereiro, Rua da Consolação, nos jardins, cidade de São Paulo, o sangue do professor universitário, Alexandre Araújo de 29 anos, molha a tor do Paranapietânia, da Inocência, da Violência, da Humilhação.

No calçada estira entre as Ruas João e Santos, próximo à Avenida Paulista, Alexandre, sem qualquer chance de defesa, foi barbaramente espancado por cerca de 10 pessoas, todos vestidos de preto, entre as quais, duas mulheres, muito de barba. Há o grito.

A Manifestação

A gestão acabou permitindo uma onda de ações do movimento LGBTQTT de São Paulo, incluindo uma manifestação contra a Homofobia que aconteceu no dia 23 de Fevereiro, na Rua Vinte do Cavaleiro, tradicional ponto de encontro do público LGBTQTT, reunindo cerca de 300 pessoas, entre jovens, políticos e interessados.

A Campanha

Com o nome de "Basta! Chega de Violência e Omissão", o ano marca o início da campanha "Não se Cale", que tem o objetivo de alertar e incentivar a população LGBTQTT a denunciar ataques e crimes homofóbicos.

Notícia Completa:

http://mabrazil.ica.com.br/wp/updates/news/6_7_070210.html
http://mabrazil.ica.com.br/wp/updates/news/6_7_070210.html

JORNAL LUAS – 6ª EDIÇÃO, ABRIL/2007



Edição n.º 6, Recife, Maio de 2007

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor vive coberto e escondido, porque é difícil vencer o preconceito, que fere, que dói, que mata!

EDITORIAL

Sementes paridas...

Sou qual uma árvore que só pode parir suas próprias sementes.
Não pode um pé de carvalho semear um jacarandá, ou um jequitibá semear um cipreste. Cada árvore com seus frutos, cada fruto com suas sementes, e a vida se renova nesta continuidade, no entanto, carvalhos, jacarandás, jequitibás e ciprestes podem aprender a dividir frutos, juntar suas sombras e daí nascer um novo paraíso de possibilidades. Onde carvalhos, jacarandás, jequitibás e ciprestes possam ser eles mesmos, sem que nenhum deles precisem mimetizar outro para ser aceito, respeitado, amado e livre.
Sou qual uma árvore, que só pode parir seus próprios frutos e sementes.
Se me cortam os galhos para me colher, Renasço, porque tenho minhas próprias raízes... Fincadas em meus ideais.

Raquel Berenguer



Indicação de Livro:

"Vidas em arco-íris – Depoimentos sobre a homossexualidade"
Edith Modesto
Editora Record



Vivo hoje a Maternidade Lésbica.
Não porque me deram espaço, mas, sim o busquei.
Busquei muito, com o princípio da transparência.

Mostrando para as pessoas realmente que sou, não tendo dupla identidade. Falando para as filhas, família, para o mundo que sou mulher, lésbica, mãe, feminista, revolucionária.

Como boa revolucionária sempre queremos mudar algo e um dos meus ideais é conquistar respeito e aceitação com as filhas, família, amigos(as). Isso já conquistei, agora quero conquistar o mundo, pois o mundo é muito pequeno para o mundo que desejo.

Quando eu tiver um mundo grande, posso morrer, porque com certeza minhas forças findaram, porque o meu objetivo já conquistei.

Ana Carla Lemos

... "O fato de estarmos aqui (...) é o triunfo de muitas mulheres que nos antecederam: as visionárias; as bruxas; as sufragistas; as feministas e, sem dúvida, as poetas.

Porque esta realidade foi utopia, como é utopia o que falta conquistar."

(Maria Guerra)

Acontecimentos

Decisão inédita

Uma relação estável entre duas mulheres, em Porto Alegre (RS), durou doze anos, durante a relação as duas planejaram ter um filho, através de inseminação artificial. Quatro anos depois de a criança nascer, elas se separaram e a mãe biológica não quis que a outra mãe visse o filho. Ivaniise Flach, que não tem o nome no registro da criança, entrou na justiça para ter garantido o direito de contato com o filho, sendo este garantido judicialmente. Mesmo, após esta vitória inédita, Ivaniise ainda deseja ter seu nome na certidão de nascimento do menino, junto com o nome de sua mãe biológica. Para tal, entrou com uma nova ação na justiça, abrindo um precedente para outras tantas mães que vivem o mesmo drama da maternidade lésbica entre casais de mulheres separadas.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano>

Homofobia e violência

Mais um caso de homofobia acontece em São Paulo, dia 20 de abril, no bar Autorama, no Parque Ibirapuera. O bar é frequentado pelo público LGBT e foi invadido por vários policiais, que chegaram ordenando aos(as) frequentadores(as) que sentassem no chão como as mãos na cabeça, e seguiram insultando a todos(as) com frases homofóbicas, ameaçando: "se saírem daqui falando alguma coisa vão ser espancados(as) e presos(as)".

Para ler a matéria na íntegra, acesse:
<http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/news>
 Então perguntamos:
 O que acreditamos ser a nossa força de segurança?
 Policiais, violentos, mal preparados, homofóbicos.
 Não seriam eles que deveriam nos proteger dos "marginais"?

Para ser Mãe e Lésbica tem que ter peito!

Em uma sociedade onde, para a mulher, a "norma" é ser dona de casa, mãe, esposa. Quando adotamos outro modelo de ser mulher: independente, trabalhar fora e cuidar dos filhos(as) é visto de forma estranha. Quando as mulheres têm filhos(as) de uma relação heterossexual e depois vivem uma relação lésbica, é aí que mora o um dos maiores preconceitos. É rompida a "pureza" da maternidade. Ser mulher, mãe e lésbica faz parte de mim. E minha vida não está interferindo de forma negativa na sociedade e muito menos na vida das minhas filhas. Desde já tenho ensinado a elas a respeitar os direitos de todas as pessoas expressarem livremente seu afeto independente de orientação sexual. Desejo assim, romper em suas mentes as barreiras do preconceito imposto pela sociedade em que vivemos, onde a heterossexualidade é imposta como norma. Quando conversei com minhas filhas, pela primeira vez sobre minha orientação sexual, elas logo me disseram: "isso é feio", "você tem que assumir um namorado". Fiquei surpresa! Imagine! Duas crianças, uma de 4 e outra de 7 anos, já reproduzindo o preconceito, mesmo sem querer. Hoje elas têm uma liberdade maior para tratar com o assunto. Tenho um relacionamento lésbico estável, elas sabem, respeitam, e assim aprendem a respeitar todas as formas de orientação sexual, além disso, conversamos sobre outros tipos de preconceitos que a sociedade reproduz e estamos juntas tentando desconstruir. Hoje, fico surpresa e até acho graça quando elas falam para as amigas que tenho namorada e até a apresentam. Acho imprescindível ensinarmos nossas crianças a respeitarem as diversidades, as diferenças e os direitos. Se cada mãe e pai agir desta maneira, com certeza construiremos um mundo melhor.

Manifestações

Casamento homossexual

O único estado que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil é o Rio Grande do Sul, desde o início de 2004, a união é possível através de autorização judicial. Foi apresentado na câmara, o projeto de Lei N.º 1.151/06 da ex-Deputada Federal Marta Suplicy, não sendo aprovado. Alguns casais homossexuais realizam um contrato particular de convivência, para garantir o direito do(a) parceiro(a). Este contrato tem sido chamado de "modelo de casamento homossexual".

Alguns LGBTs, questionam o fato de ter o direito de casar civilmente, alegando que isso pode transformar a união em um "casamento" nos moldes dos heterossexuais, perdendo suas características libertárias.

Para ter o direito a união civil, entre iguais, garantida em lei, precisamos quebrar muitos mitos e paradigmas em nossa sociedade, onde as questões religiosas interferem nas decisões do estado, o que não deveria, já que vivemos sobre o princípio da "laicidade", mas, os que estão no poder ignoram este princípio, fortalecendo os dogmas da igreja, e contribuindo para este processo de exclusão de direitos.

Recentemente, o arcebispo Angelo Amato, secretário da congregação para a doutrina da fé, segunda maior autoridade do Vaticano. Declarou publicamente que o casamento homossexual é um mal e que estamos vivendo um "filme perverso" sobre o mal, cuja mídia tem divulgado e defendido como uma expressão do progresso humano.

O que diria então "Sua Santidade" o papa Bento XVI?

Em maio, o Brasil recebe a visita do Papa. Os movimentos sociais, em diversos segmentos de luta, estão organizando vários atos de protesto. Em especial os movimentos LGBT e movimento de mulheres, por posicionamentos homofóbicos, incitando o ódio e a punição, anti aborto, anti preservativos, anti segunda união civil, que o Papa tem defendido e propagado por onde quer que passe. Essa luta é de todos(as) nós! Participem das manifestações!

Textos: Ana Carla Lemos - Revisão: Raquel Berenguer

ORGANIZAÇÃO:
 Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br
 Eliângela Nunes - figurinhadulce@yahoo.com.br

COLABORADORAS:
 Logo: Karina Xavier
 Revisão: Raquel Berenguer



Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o Luas:
luas2908@yahoo.com.br

APÓIO:
 GLQS - Comissão de Luta Orientação Sexual - 31 3232 8834 - glqs@recte.pe.gov.br



Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor vive coberto e escondido, porque é difícil vencer o preconceito, que fere, que dói, que mata!

Tua namorada,

Quero ser tua namorada;
Nem de mais, nem de menos,
Nem tão longe, nem tão perto,
Na medida mais próxima
Que eu puder.

Mas, querer-te sem medida,
É ficar na tua vida,
Da maneira mais discreta
Que eu souber.

Sem tirar-te a liberdade,
Sem jamais te sufocar,
Sem forçar tuas vontades.

Nem ausente,
Nem presente
Por demais.

Simplesmente,
Ser-te namorada...

Raquel Berenguer



12 DE JUNHO

**DIA DAS NAMORADAS
E DOS NAMORADOS!**



Eu quero ser possuída por você

Eu quero ser possuída por você,
Pelo seu corpo,
Pela sua proteção
e pelo seu sangue.
Me ama,
Eu quero que você me ame e
fique eternamente me amando dentro de mim,
com tua carne e o seu amor.
Eternamente, infinitamente dentro de mim,
me envolvendo,
me decifrando,
me consumindo e me revelando.
Como uma tarde dentro do elevador no verão
voltando da praia, e você me abraçou e eu te abracei.
Quanto mais eu me entregava, mais nascia o meu
desejo,
mais subrava só o desejo e mais eu te
queria sem palavras e sem pensamentos.
A vida inteira resumida só no desejo da tua boca
dizendo o meu nome, da tua mão conduzindo a minha
mão,
Do teu corpo revelando o meu corpo como se o mundo
fosse pela primeira vez.
Você, meu ponto de referência nessa cidade!

José Vicente

O que tá rolando?

Projeto de Lei tramitando no Senado Federal.

No Brasil, nos últimos 15 anos, mais de 2.500 homossexuais foram assassinados em razão da sua orientação sexual e identidade de gênero. Baseado nesses dados alarmantes, foi criado em 2001, tendo como autora a ex-deputada federal Iara Bernardi, o Projeto de Lei 5005/01 que define como crime a prática da homofobia no Brasil, equiparando-a com o crime de racismo e definindo punições para diversas práticas consideradas discriminatórias. Depois de cinco anos de intensas discussões na Câmara dos Deputados, em novembro de 2006, este projeto foi aprovado e em seguida enviado para o Senado Federal para ser analisado e aprovado (ou não!). Assim, o projeto, ao chegar no Senado, passou a se chamar "Projeto de Lei da Câmara 122/2006", mais conhecido como PLC 122/2006.

Para entender o PLC 122/06: Este Projeto de Lei passa a definir como crime, além da discriminação por raça ou cor, a discriminação por sexo, identidade de gênero e orientação sexual (homofobia/lesbofobia). Neste contexto, ele traz alterações na Lei nº 7.716 (lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor), dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de dar outras providências.

Atualmente, devido à constante luta para garantir e efetivar os Direitos Humanos de todas e todos, bem como o intenso enfrentamento à Homofobia/lesbofobia (ódio, aversão e intolerância aos homossexuais, lésbicas) e suas violentas práticas (sejam elas, morais, psicológicas ou físicas) os movimentos de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transsexuais) tem colocado como prioridade a aprovação do PLC 122/2006.

Para acompanhar o processo de tramitação do PLC 122/06 no Senado acesse o link:
http://www.senado.gov.br/sf/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=79604

Luanna Marley
IAMCE - Fortaleza - CE

UMA CAUSA DE TODOS E TODAS!

"Toda ação filantrópica começa sempre com alguém que acredita em uma causa. Todo alguém que tem uma causa tenta sempre transformar sua causa em um projeto. Toda causa que vira projeto requer investimento."

Marie Pierre Poirier - representante do Unicef no Brasil

SE LIGA! É IMPORTANTE SABER! PROJETO ALIADAS

Este é um projeto de autoria e execução da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais e Travestis) que tem como objetivo, formar Frentes Parlamentares Pela Cidadania LGBT no âmbito Nacional, Estadual e Municipal, através de estratégias de Advocacy, para conseguir o apoio de parlamentares (torão lat/ox pensou ALIADAS) para aprovação de lei que protejam os Direitos Humanos LGBT. Assim, existe um/a coordenador/a e suplentes em cada Estado do Brasil. Já temos a Frente Parlamentar Pela Cidadania LGBT no Congresso Nacional. Ao todo são 174 Deputadas/os Federais e 12 Senadoras/es. Em alguns estados já estão sendo articuladas as Frentes Parlamentares. Lembrando que há prioridade este ano de aprovar o PLC 122/06 que está tramitando no Senado.
O Contato em Recife é Crystiano Oliveira - Sarcenon (81-34234424)

ORGANIZAÇÃO:
Ana Carla Lemos - bonzeirha@yahoo.com.br
Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:
Logo: Karina Xavier
Revisão: Raquel Berenguer - tichodisada@oi.com.br



Os prós e os contras da institucionalização dos grupos:

Muitos grupos nascem da necessidade de discutir algo que ainda não está pautado no movimento ou se está, ainda não da forma na como você gostaria, para "fazer" a diferença. Nesse fazer "diferente" geralmente os grupos crescem e agregam pessoas, pessoas essas que estão sempre envolvidas em outras coisas, coisas, por exemplo, fazer parte do grupo Y e trabalhar em local Z, W. Isso acontece com frequência no Movimento Social, Estado, ONG's, coisa que não é ruim de falar, principalmente quando se trata de temas diferentes, então como conciliar os temas e o tempo para investimento, o dilema de trabalhar com vários temas, locais diferentes, pessoas diferentes, enfim a multiplicidade de investimento que escolhemos para a nossa vida e que na maioria das vezes os caminhos percorridos viram nossa bandeira de vida.

Bandeira essa que se torna realmente o caminho que queremos seguir cada vez mais, cada vez mais presente e que muitas vezes somos preceitos como pensamos em institucionalização.

A precocidade da institucionalização vem da necessidade da mobilização de recursos, sendo vital, lógico, mas, com essa imaturidade de "alguns" grupos nascem ONG's fragilizadas, muitas vezes por não conhecer bem o processo de institucionalização, tempo de investimento no tema, pouco tempo para investimento, equipe fragmentada pelos espaços X, Y e W e que fragiliza ainda mais.

Quando pensamos na institucionalização dos grupos, devemos estar muito bem preparados/os: "PESSOA", "EQUIPE", disponibilidade de TEMPO, INVESTIMENTO para que as ONG's que nascem hoje possam continuar com um trabalho válido e que possam durar muito e que deixem suas marcas no caminho de muitas vidas, para que o futuro possa ser melhor e com o nosso trabalho possamos fazer um ADVOCACY muito bom e que possa ficar registrado para o futuro.

Ana Carla Lemos

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o Luas:
luas2905@yahoo.com.br

APOIO:
GLS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 3232 8634 -
glos@recife.pe.gov.br

JORNAL LUAS – 8A EDIÇÃO, JULHO/2017



Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor vive coberto e escondido, porque é difícil vencer o preconceito, que fere, que dói, que mata!

EDITORIAL

Outras armas para a Guerra!

Guerra é o que nosso povo mais conhece. As guerras de Palmarés, a guerra de Canudos, as guerras das favelas, as guerras do dia-a-dia. As armas não eram suficientes para combater o inimigo e as baixas sempre foram enormes. Mas hoje é diferente; não é satisfatório, mas é diferente. Estamos combatendo com armas mais poderosas que antes, e de diversos calibres: **Respeito, Auto-estima, Consciência, Inteligência.** E essa guerra não vai terminar tão cedo, talvez nem termine...

(Thaíde - músico rapper, 2000)

Liberdade

Embala-me sinfonia
nesta madrugada lírica
de tons, sensibons.
Eleva-me às tuas esferas
com magia e ternura.
Quero dançar em teu ar.
Ter tua morte efêmera.
Ser dança e música
ao mesmo tempo
com o ritmo de solver-me
feito o mar e sua espuma.
E só haverá na Terra
dança e música,
música e dança
entre os espaços
como pirilampos
numa noite escura.

Fonte:

<http://www.gustavodourado.com.br/maria.htm>

Pesquisa de conteúdo: Raquel Berenguer

Diferenças

Quando a sinto me arrepio e às vezes calo porque me engasgo.
De saber as tantas diferenças existentes e não poder mudar.
Eu só não posso, mas se juntas lutarmos, um dia chegaremos lá.

Escutando as frases ditas por doutoras, mestrandas e graduandas,

Sinto mais uma vez na pele,
E as frases vêm e voltam ao meu pensamento.
Não posso aumentar o salário porque não tem curso superior.
Ela mora numa casa na escadaria, no miolo,
Na qual não vou mais porque pode ser perigoso, e podem roubar meu carro que fica estacionado lá na rua, lá embaixo.
Onde não tem segurança nem condomínio privado,
Onde algumas crianças andam de pés descalços,
Outras brincam de barro.

Quantas diferenças para o ser humano suportar,
Então aonde iremos um dia parar,
Por que as universidades públicas ficam para os ricos,
Universidades privadas para os pobres,
Que querem ter "status" na vida e tem que sacrificar seu salário e pagar.

Onde os bairros ricos têm praças e brinquedos vazios!
E as pobres têm o campo de futebol de terreno invadido
para se ter um pouco de lazer, e quando se tem?

Onde iremos parar com tantas diferenças tabuladas,
Onde poucos com muito e tantos sem nada.

Ana Carla Lemos

Acontecimento

Em respeito ao Dia 25 - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

É tempo de mudanças!

Avanços lentos, porém continuados. Mulheres negras saíram às ruas para dar visibilidade entre os 364 dias de luta, stress, alegrias e muitas decepções. É o nosso dia!

Em tempo:

Relembrar a luta de nossas companheiras, que não concordaram com a forma e o contexto de como era tratada as nossas especificidades, num planeta em desequilíbrio social. Ainda somos a base da pirâmide salarial, a maioria nas favelas navegando contra a maré nas enchentes.

Na reação continuaremos reivindicando as nossas cotas em todos os setores, exigindo o respeito.

Não desistiremos apesar dos espinhos jogados nos caminhos, que inflamam nosso corpo, nossa alma, nossas mentes.

Ambiósicos, demoramos a fazer efeito.

Que navio negreiro é esse?

Que chicote é esse, que revela a falta de harmonia em nossas ações, que nos faz emudecer...

Cadê a hegemonia em nossa ciranda de energia?

Não é a dor do chicote que feriu é o movimento dele.

25 de Julho!

Data para refletir em que degrau estamos na subida da montanha, onde o limbo da individualidade ainda nos faz esboçar.

Quantos dias e noites de tantas mulheres, de Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento e outras anônimas, para um novo amanhecer para a consciência da desigualdade de gênero. Era o chamado para uma tomada de posição em nossas lutas, de nós, mulheres negras!

Hoje, não mais esufufantes, protagonizando o processo incluindo as nossas questões. Marcamos a nossa presença no cenário político atual.

Que as nossas ancestrais nos fortaleçam para continuarmos ousadas, atrevidas e abusadas, sem perder a solidariedade entre nós, mulheres negras.

Não temos ainda muito que comemorar, porém, temos deletando de nossas mentes a inércia, configurando um novo perfil de mulheres negras que queremos para a próxima década.

Tempos de mudanças.

A festa está por começar!

Morubá, para todas as pretas do Brasil.

Alzira Rufino

Fonte: www.casadeculturadamulhernegra.org.br

Pesquisa de conteúdo: Raquel Berenguer

Manifestações

"Advocacy", que bicho é esse?!

Bom seria se eu soubesse fazer advocacy do que eu sei fazer! Estava conversando hoje, com uma amiga e percebi que não sei fazer meu próprio advocacy.

Por exemplo: minha família não sabe que escrevo, muitas vezes não consigo andar na rua de mãos dadas com minha namorada, mesmo que tenha esse direito garantido pela lei. Estou fazendo advocacy? Acho que não. Mas, o que é exatamente "advocacy" neste caso?

"Advocacy" comunicar bem o que se faz, advogar em favor de uma causa. Como diria um velho ditado: "vender o próprio peixe".

Devemos começar a fazer advocacy do que fazemos, comunicar bem o que se faz é essencial, principalmente porque podemos politizar, inserir, encaixar, mobilizar, sensibilizar pessoas para causas reconhecidamente sociais, então se eu não mostrar para as pessoas o que quero, o que sei, o que posso, elas não vão me ajudar, me entender, me respeitar.

Ana Carla Lemos



Imagem - Fonte: <http://aprendiz.uol.com.br>

ORGANIZAÇÃO

Ana Carla Lemos - bonzrinha@yahoo.com.br
Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS

Logo: Karina Xavier
Revisão: Raquel Berenguer



Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o Luas:
luas2908@yahoo.com.br

APÓLO -
GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 3232 8634 -
glos@redife-pa.gov.br



Edição n.º 9, Recife, Agosto de 2007

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

EDITORIAL

VISIBILIDADE LÉSBICA SEMPRI!

19 e 29 de agosto, duas datas comemoram o orgulho e a visibilidade lésbica no Brasil. É isso e é ótimo. O calendário LGBT no Brasil tem duas datas diferentes para comemorar o orgulho e a visibilidade lésbica: 19 e 29 de agosto, respectivamente. Oito dias, ocorridos por questões de se valorizar eventos diferentes para marcar a luta militante, e hoje cobra do passado e as militantes aproveitam, mesmo, e para festejar por mais de dez dias o orgulho de amar as muitas mulheres.

19 de agosto marca uma manifestação feita pelas lésbicas de São Paulo por conta de algumas militantes serem não impedidas de vender seu bolinho no Ferro's Bar – tradicional ponto de encontro de lésbicas no centro de São Paulo, fechado no fim da década de 1990 e que, mais tarde, abrigou o clube Xingu. As militantes, que diziam ser molestadas por seguranças e pela polícia toda vez que tentavam entrar no estabelecimento, fizeram um protesto junto com gays e feministas.

A intervenção foi tão grande que contou com a presença de parlamentares e membros da OAB. Os resultados foram extremamente positivos. O Ferro's e outros lugares passaram a aceitar as lésbicas com mais tolerância.

Alguns grupos consideram essa data a primeira grande manifestação de orgulho lésbico no Brasil. Segundo Miriam Marinho, do Um Outro Olhar, a manifestação foi precursora dos "biquinhos". "Todos os anos lembramos a data e realizamos atividades para celebrá-la com muito orgulho", diz ela.

O dia 29, por sua vez, lembra o primeiro SENALE, Seminário Nacional de Lésbicas, ocorrido no Rio de Janeiro em 1996. Segundo Mariana Pessah, do Mulheres Relatadas, "essa foi a primeira data que no Brasil se reuniram mais de 100 lésbicas de vários estados para debater, pensar e falar sobre as nossas questões enquanto lésbicas".

Conforme ela, "O que não se vê, não existe e o que não se conhece dá medo, ódio e despertar fantasmas negativos". Sendo assim, podemos hoje dizer que as lésbicas estão à frente de um movimento pela liberdade. Por isso, militantes de várias tendências concordam ter duas datas é hoje um fato positivo.

Fonte: www.machbrasil.com.br, caso queira a matéria completa acessar o site 28/08/2007.

Um dia nos calaram

Ana Carla Lemos 18/08/07

Um dia nos calaram, por muitos momentos
Nos prenderam, pela nossa orientação sexual
Hoje não dá mais, pra silenciar
O meu amor entre iguais guardar
Por que as pessoas não querem vê ou porque acham feio
Hoje ousamos
Hoje conversamos
Hoje mostramos
Hoje gritamos pelos nossos direitos, onde não podemos ficar
Nem de uma sociedade heteronormativa, ou dos
preconceitos impostos
Da falta de efetivação dos direitos
Não dá mais pra calar
Eu quero é gritar, na busca e na certeza de garantir cada vez
mais os meus direitos, os nossos direitos, de mulheres que
amam mulheres, de homens que amam homens, de gente que
ama gente.
Um dia calamos e hoje não dá mais.

Até Quanto?

Ana Carla Lemos

Tentamos que esconder a nossa verdade,
Ou omitir a nossa falsidade,
Por essa sociedade que disfarça,
A diferença da diversidade,
Que fica cega para não ver,
Que precisamos nos libertar,
Onde optamos sem querer,
Fert sem ver,
E mata sem dóer.



Eu sei que atrás deste
 Universo de aparências
 Das diferenças todas
 A esperança é preservada
 Nas xícaras sujas de ontem
 O café de cada manhã é servido
 Mas existe uma palavra
 Que eu não suporto ouvir
 É dela não me conformo
 Eu acredito em tudo,
 Mas eu quero você agora
 Eu te amo pelas tuas faltas,
 Pelo teu corpo marcado, pelas tuas cicatrizes
 Pelas tuas loucuras todas, minha vida
 Eu amo as tuas mãos
 Mesmo que por causa delas
 Eu não saiba o que fazer das minhas
 Amo teu jogo triste
 As tuas roupas sujas e aqui
 Em casa que eu lavo
 Eu amo a tua alegria
 Mesmo e fora de si
 Eu te amo pela tua essência
 Até pelo que você podia ter sido
 Se a maré das circunstâncias
 Não tivesse te banhado nas águas do equívoco
 Eu te amo nas horas infernais
 E na vida sem tempo quando sozinha
 Eu bordo mais uma toalha de fim de semana
 Eu te amo pelas crianças e futuras rugas
 Eu te amo pelas tuas ilusões perdidas
 E pelos teus sonhos inúteis
 Amo teu sistema de vida e morte
 Eu te amo pelo que se repete
 E que nunca é igual
 Eu te amo pelas tuas entradas,
 Saídas e bandeiras
 Eu te amo desde os teus pés
 Até o que te escapa
 Eu te amo de alma para alma
 E mais que as palavras
 Ainda que seja através delas
 Que eu me defenda quando digo que te amo
 Mais que o silêncio dos momentos
 Díficeis quando o próprio amor vacila

Texto Quando o Amor Vacila Autor Desconhecido
 Extraído do Programa de Espetáculo do Drama - Luz da
 Noite - 1973
 E do Disco Maricóinha ao Vivo - 2002

SABE PORQUE?

POR QUE mulheres lésbicas e homens gays
 são discriminados no emprego e na
 habitação, PORQUE o que fazemos na cama
 é mais importante do que aquilo que somos,
 PORQUE se formos insultadas ou
 insultados verbalmente o problema é nosso,
 PORQUE dizem que se somos atacadas ou
 atacados fisicamente foi porque nós
 provocamos, PORQUE acham que se
 levantamos nossa voz e nossa bandeira é
 porque queremos nos exibir ou aparecer,
 PORQUE se gostamos de sexo com iguais
 somos vistas e vistos como pervertidas e
 pervertidos, PORQUE pensam que se temos
 AIDS é porque merecemos tal castigo,
 PORQUE se marchamos com orgulho
 lutando por direitos, dizem que estamos
 desvirtuando crianças, PORQUE se
 queremos ou temos filhas e filhos não somos
 vistos como mães e pais competentes,
 PORQUE se falamos em direitos humanos
 logo dizem que estamos ultrapassando os
 limites alheios, PORQUE somos
 constantemente forçadas e forçados a
 duvidar de nosso valor como ser humano,
 PORQUE se amamos alguém do mesmo
 sexo este amor não é reconhecido como
 verdadeiro, PORQUE se nos assumimos
 somos vistas e vistos como "passando uma
 fase", PORQUE dizem que nosso desejo
 "vai passar" como se tivéssemos contraído
 alguma doença, PORQUE a
 homossexualidade e lesbianidade foi
 praticamente apagada da história da
 humanidade, PORQUE lesbofobia e
 homofobia não é devidamente penalizada
 como crime, PORQUE por estas e muitas
 outras razões é que eu "Faço parte da Luta
 por Direitos Cívicos de Lésbicas, Gays,
 Bissexuais e Transgêneros!"

Raquel Berenguer, 16 de maio de 2007.

Saúde e invisibilidade: O exílio do meu corpo e do meu pensamento Hilary Burges

Considero que a lesbianidade nos posiciona em um lugar onde tudo o que é construído é vivivelmente, ineficaz porque as nossas medidas não estão no catálogo da humanidade existente, e graças a isso podemos construir outras arquiteturas.

Por isso a nossa crítica precisa ser voraz, insaciável e inclusiva. Por isso nossa criatividade, proposta e reflexão devem ser um trabalho de artistas, original, embora alimentada do mundo que o precede, da história e a memória das mulheres rebeldes de todos os tempos, cidadãs, minuciosas e experimentais. (Melissa Cardoza)

O que melissa cardoza, feminista e ativista radicada no México, caracteriza como o "exílio do meu corpo e do meu pensamento" afeta profundamente as condições de saúde e bem estar das lésbicas. Somos tratadas por muitos profissionais de saúde como se o problema fosse: nós mesmas. Qualquer expressão de revolta é interpretada como desinteressante e frequentemente matado pelo silêncio e o tabu.

Qual é o impacto desse silêncio? Durante quanto tempo teremos que enfrentar a hipocrisia visceral da sociedade que é dominada pelos padrões de uma heterossexualidade obrigatória? Quantas vezes teremos que explicar a nossa realidade para profissionais que não acreditam que a nossa vivência é específica e diferente? Será necessário repetir essas experiências constrangedoras e, ao revelar-se, escurmion expostas a possibilidade de rejeição ou estigmatização e até da repressão?

A pesquisa realizada pela Rede Feminista de Saúde sobre Saúde das Mulheres Lésbicas detalha claramente que a invisibilidade da sexualidade feminina e o preconceito em relação as lésbicas tem um impacto direto em termos de saúde pública, algo que todas já sabemos pela própria experiência. Uma das principais indicações do estudo se refere a necessidade de conhecer melhor a população formada por mulheres que se relacionam com outras mulheres.

Existem múltiplas indicações de maior vulnerabilidade entre a população lésbica em termos de saúde. As pesquisas disponíveis demonstram que muitas vezes as mulheres procuram o serviço de saúde só quando aparecem problemas mais graves, o que pode refletir risco de acessar os serviços de saúde. Também sugerem que os profissionais de saúde solicitam com menor frequência a realização de exames básicos como o papanicolaou em caso de atendimento às mulheres lésbicas. Outros fatos demonstram a ausência de conhecimento sobre a caracterização da saúde lésbica:

- Existe a percepção de que as mulheres lésbicas constituem um grupo de baixo risco para o HIV, mas a prevalência da infecção entre a população lésbica é desconhecida;
- Embora haja reconhecimento da possibilidade de ocorrer transmissão do HIV entre mulheres não existem estudos adequados sobre a dimensão do fenômeno e as suas tendências em termos de saúde pública;
- Estudos comprovam que ao contrário do que se supunha, a ocorrência de violência doméstica entre as lésbicas em termos de frequência é parecida aos índices observados heterossexual;
- O abuso de álcool, de drogas ilícitas e o tabagismo tem sido frequentemente reportados como proporcionalmente elevados em pesquisas sobre a população homossexual e bissexual.

As mulheres lésbicas convivem com uma realidade social onde predominam o estigma e a discriminação, o que significa um enfrentamento contínuo de preconceito em múltiplas esferas públicas e privadas tais como a família, no trabalho, na escola e nos serviços de saúde. O medo da rejeição e as consequências em termos de isolamento podem causar serios efeitos colaterais tanto psíquicos como físicos para a saúde das lésbicas.

A invisibilidade que afeta as mulheres lésbicas pode também traduzir-se em uma falta de apoios fundamentais, por exemplo, a família, os amigos e a igreja, especialmente em momentos difíceis no relacionamento afetivo, por exemplo em casos de separação, falecimento da companheira, relacionamento abusivo ou violência. Precisamente as situações em que outras pessoas heterossexuais contarão com o apoio das pessoas mais próximas além das tradicionais bases sociais. Em outros casos, há mulheres que não se assumem porque não possuem outra fonte de sobrevivência além da sua comunidade, apesar desse ambiente ser extremamente lesbofóbico. A vida escondida torna-se uma cárcere de silêncio.

Há uma ausência gravante de informações sobre a população lésbica e as suas especificidades não só no Brasil mas também a nível internacional. Essas condições refletem a invisibilidade e a forma em que os serviços de saúde agem a partir de mitos acerca da lesbianidade. O relatório da Rede Feminista demonstra claramente a carência de pesquisa primária, partindo da falta de definições conceituais. Além dos dados disponíveis para o Brasil serem ainda extremamente limitados em termos de qualidade e consistência, as poucas pesquisas realizadas até o momento não refletem adequadamente a realidade das mulheres lésbicas e principalmente quando estas são de baixa renda.

A transformação do silêncio em uma linguagem de ação (Audrey Lorde)

O que é necessário para fortalecer o conhecimento do campo e criar uma base para um melhor atendimento através do sistema de saúde?

Aqui apresentamos algumas ações que poderiam servir para orientar as nossas demandas e ações, começando com a formação através de disciplinas universitárias, cursos e exercícios de sensibilização voltados ao campo de profissionais em saúde.

É evidente que a falta de pesquisa básica requer um investimento significativo para reverter a carência de informações sobre a identificação da população e as suas práticas, seus fatores de risco e principais problemas no que se refere à saúde. A divulgação e aprofundamento das pesquisas deveria incluir todos os campos da área de saúde sexual e reprodutiva, psicologia e saúde mental, ciências sociais e saúde pública. Precisamos de exercícios que visam a sensibilização dos profissionais em saúde para lidar com a diversidade sexual. Só assim será possível uma transformação do atendimento à saúde lésbica e a superação do isolamento da população para atender a necessidade de prevenção e atenção de forma adequada.

Finalmente, para exercícios de auto-formação, já existem contribuições importantes a serem multiplicadas. Partindo do próprio movimento de mulheres, mencionamos o artigo de Fernanda Calderaro "Mulheres que fazem sexo com mulheres: Desafios no acesso à saúde", fazendo Gênero, março de 2007, disponível no site www.transsexual.org.br.

Fontes:

Melissa cardoza "Desde un bulcón de lesbianas". Noxvelles Quimono Feministas. Revue internationale francophone. Edição n.º 6. Feministas divididas en América Latina y el Caribe. Vol. 24, no. 2, 2005, pp. 12-20.

Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da equidade e da integralidade. Dossier. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2006. Pesquisa realizada por Regina Facchini e Regina Maria Barbosa.



Programação da Semana da Visibilidade Lésbica com participação do Grupo Luas:

Rodas de Diálogos:

RPA 05 ASC dos Moradores da Gurupé e ADJ - sexta-feira 31/08/07 19h

Afogados

Palestrante: Arionides Gomes - Coordenadora da Mulher - Rivânia Rodrigues - SDHSC GLOS - Raquel Berenguer Grupo LUAS

RPA 06 YLÉ AXE IEMAJA OGUNTE - Terça-feira 28/08/07 - 19h

Palestrante: Ana Carla Lemos - Grupo LUAS, Wanda França - Coordenadora da Mulher, Rivânia Rodrigues - SDHSC GLOS

Dia 27/08/07 - Audiência Pública no plenarinho da Câmara de Vereadores de Olinda

Objetivo: Dar uma maior visibilidade para as lésbicas.

Dia 28/08/07 - 10h - Audiência Pública no plenário da câmara de vereadores do Recife

Objetivo: Fortalecimento de políticas públicas para as lésbicas.

Dia 28/08/07 - 16h - VIGILIA PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA MULHER. TEMA DO MÊS. PELO FIM DA VIOLENCIA CONTRA AS LÉSBICAS

Praça do Diário no centro do Recife.

Ação: Fórum de Mulheres de Pernambuco

Dia 29/08/07 10h - Audiência Pública na Assembleia Legislativa

Objetivo: Políticas para Lésbica no Estado de PE e Lançamento da cartilha para as lésbicas

FESTA DE COMEMORAÇÃO DA VISIBILIDADE LÉSBICA

Data: 29/08, a partir das 17h

Local: Centro de Referência Leões do Norte, Rua do Riachuelo, 722 - Boa Vista.

Objetivo: Reunir as pessoas para comemorar o dia da Visibilidade Lésbica, onde haverá recital de poesias, exposição de quadros, gravuras e muitas surpresas.

Organização: Grupo Luas e Movimento Gay Leões do Norte

Apoio: Instituto PAPAI e Gerência da Livre Orientação Sexual GLOS - Prefeitura da Cidade do Recife.

QUINTAS DA DIVERSIDADE. Semana de Visibilidade Lésbica e lançamento da Parada da Diversidade acontecerá no projeto Quintas da Diversidade com show das cantoras Jaina Elne e Luanna Marley, recital de poesias.

As apresentações começam a partir das 19h, do dia 30, no pátio de São Pedro.

Campeonato de Futebol Feminino

Ação do Grupo AMHOR

Data: 02/09/07 Local: Praça da várzea

Horário: 09h

Organização:

Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã

Gerência da Livre Orientação Sexual GLOS - PCR

Parcerias: Coordenadora da Mulher, Instituto DIVAS, AMHOR, Gaymado, Núcleo Lésbico da Cidadania Feminina, Grupo LUAS, Grupo Gay de PE (GGP), Grupo Gay Leões do Norte, Rede Nacional de Lésbicas Negras (RNLN)

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUASLuas:

luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

COLABORADORAS:

Logo: Karina Xavier

Revisão: Raquel Berenguer



APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634

Glos@recife.pe.gov.br

Instituto PAPAI - www.papai.org.br

JORNAL LUAS – 10ª EDIÇÃO, SETEMBRO/2007



Edição n.º 10, Recife, setembro de 2007

Espaço para apresentar o amor entre mulheres; para descortinar os painos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

EDITORIAL

Mulher, uma pessoa do sexo feminino.
Uma definição muito simples.
Que só um dicionário pode dar.
Mas será?
É só isso...
Mulher... Delas não se tem mais nada para falar.
E... como vocês, discordo do dicionário.
Que não é do meu mundo acreditar
por nada da mulher falar.
Uma definição vulgar por dicionário dar...
Então resolvi arriscar diversas falas que já ouvi, mas
acho que ainda não dar.
Mulher menina, mulher madura, mulher mulher.
Mulher sedutora, Mulher mãe, mulher solteira,
separada, divorciada, mulher jogadora, mulher
intelectual,
Heroínas na trilha da vida, mulheres artistas na vida,
mulheres persistente na luta por uma nova nação,
mulheres dona de casa,
Mulheres na política, mulheres em todos os
lugares...mulheres...
Mulheres também, que gostam de mulheres.
Que são filhas
jovens
Baralhadoras
Mulheres que encantam vidas.
Que faz o mundo mais bonito, colorido
mulheres
Com diversos aroma e sabores.
Mulheres
Mulheres, que ama seus filhos/as, seus pais, sua
companheira,
Sua vida.
Por isso luta pelo direito de amar outra mulher
Sem ser discriminada, por que isso, elas detestam!
A essas mulheres, lindas, lutadoras, lésbicas.
Nossas parabéns, por assumir a sua orientação
sexual e no cotidiano dar visibilidade a esse amor
lindo entre duas iguais.
E encorajar novas mulheres a se assumirem e viver
melhor.
A essas Mulheres a nossa admiração
Elisângela Nunes

Um trem para lugar nenhum

Quando o trem chegar
Deixarei tudo para trás
Nas malas carrego a dor da saudade.
Na memória, um olhar tão distante quanto o meu
próximo percurso.
Quero ver uma outra paisagem.
Mas haverá algo para apreciar?
Deixo-te aqui, sozinho, e parto para uma nova vida.
Em busca de novas experiências.
Não represento mais nada aqui.
É por isso que parto.
Lá, talvez, à noite, quando dormir, pensarei em ti.
Mas não espere a minha volta.
Não espere que eu volte com a tua lembrança.
Porque nem teu retrato carrego contigo.
Não espere que eu te reconheça,
Porque quero apagar-te da memória.
Já comprei minha passagem.
Estou embarcando em um trem cujo destino é
incerto.
Tente não se lembrar da minha existência.
Porque em lugar nenhum não há espaço para ela.

Paco Llistó

É tão bom te amar com calma
Nessa cidade entre gritos e cochichos
Sem esconder o quanto sou feliz.
É tão bom te beijar molhada.
No meu quarto,
no banheiro, na sala, na rua...
E você a bailar
sem parar.
É tão bom te ter
em casa
Sem ninguém para nos
incomodar.
É tão bom ser
menina mulher e outra mulher menina amar.
Elisângela Nunes



Acontecimentos:

Ocorrida em Recife a semana da Visibilidade Lésbica, um evento amplo realizado em parceria com diversas instituições e órgãos públicos, promoveu em Recife acontecimento nunca visto na cidade. Grandes acontecimentos que com certeza irão ficar na história, principalmente por termos conseguido levar para a sociedade o pedido de respeito ao amor entre iguais, dialogar com os parlamentares através de audiências públicas pedindo leis e políticas públicas que beneficiem o público LGBT. No total ocorreram três audiências, dentre elas uma foi em homenagem às mulheres lésbicas que construíram história em Recife e Olinda. Mulheres homenageadas: Iris de Fátima, Maria Maria "in memoriam" representada por Jacilene Santos (sobrinha), Jiani Rodrigues e Kátia da Paz. O evento foi em clima de muita aceitação, respeito e emoção para todas as pessoas que estavam presentes por saber que a cada dia temos escrito a nossa história.

Dentre outros eventos acontecidos como as rodas de diálogos ocorridas em todas RPA's do Recife, houve uma festa de comemoração ao dia da Visibilidade Lésbica, onde reuniu em torno de 80 (oitenta) pessoas, participando primeiramente de roda de diálogos e depois da festa pelo orgulho de poder dizer e assumir-se lésbica perante a sociedade e não ter vergonha.

Resultado de publicações na semana da visibilidade lésbica:

Cartilha elaborada pelo AMHOR - Vocês sabiam que em 29 de agosto comemora-se o dia da visibilidade lésbica?
Folder elaborado pelo LUAS e Movimento Gay Leões do Norte - 29 de agosto dia da visibilidade lésbica.

As pessoas que estavam na organização das atividades, avaliam de forma muito positiva todas as atividades desenvolvidas, principalmente porque conseguimos alcançar a sociedade em geral não só nas ações, mas através da mídia e parlamentares que apoiam a causa, fortalecendo cada vez mais a frente parlamentar fortalecendo-os para apoio ao projeto ALIADAS no estado de Pernambuco.

Vale destacar alguns nomes em agradecimento a todo empenho e realização das atividades:

Grupo LUAS: Ana Carla Lemos e Raquel Berenguer;
Prefeitura da Cidade do Recife - Coordenadoria da Mulher Juliana Sampaio e Karla Menezes; GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - Rivânia Rodrigues, Rildo Veras e Adriann Passos; Movimento Gay Leões do Norte - Sérgio Moura, Gilvan Rufino, Theo, Junior, Giclele; Ao Companheiro Edson Axé; ao Deputado Federal Izaltino Nascimento, Grupo Gaymado - Joni Santana e Glauber Strilini; Grupo AMHOR;

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br
Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier
Raquel Berenguer



6ª Parada da Diversidade de Pernambuco - Amor entre iguais eu respeito.

O evento aconteceu num clima alegre com muitas falas políticas, muita música e descontração. Realizado pela primeira vez na orla marítima da Av. Boa Viagem, conseguimos reunir um público de 100 mil pessoas, dado oficial fornecido pelo Fórum LGBT de Pernambuco. Não foi identificado nenhum ato de violência, dado oficial da polícia militar de Pernambuco. Os nossos agradecimentos e parabéns a todas as pessoas que construíram para a realização da Parada 2007, como todas as entidades do Fórum LGBT de Pernambuco, Prefeitura da Cidade do Recife.

Foi realizada na edição da 5ª Parada da Diversidade de Pernambuco (2006), uma pesquisa sobre Política, Direitos, Violência e Homossexualidade, realizada pelo Instituto Papai, GEMA/UFPE, CLAM/UERJ e CESEC/UC.

Resultado:

- Em termos de orientação sexual, a maioria dos entrevistados (65,9%) declarou-se não-heterossexual, sendo 34,1% homens homossexuais, seguidos das mulheres heterossexual (19,9%); mulheres homossexuais (14,3%); homens heterossexuais (11,3%); homens bissexuais (6,7); mulheres bissexuais (6,2) e Transgêneros (4,6%). Homens e mulheres heterossexuais somam um terço de todos os respondentes (31,2%), proporção significativamente superior àquela encontrada em pesquisas anteriores (25,9%, em São Paulo-2005 e 18,3% no Rio de Janeiro-2004).

- Em relação à cor ou raça, a maior parte do(a)s respondentes classificou-se como "pardo" (37,2%) e mais de um terço declarou-se "branco" (34,5%). Os "negros" representaram 15,9% de nossa amostra, número notavelmente maior do que o encontrado pelo Censo-2000 para a cidade do Recife (5,4%). O número do(a)s que se declararam "brancos" na Parada (34,5%) é menor do que declararam o mesmo no Censo de 2000 (45,8%).

- Quase dois terços dos entrevistados compareceram ao evento por razões de ordem política. Essas razões de ordem política predominaram claramente entre a população LGBT presente ao evento. Entre as trans, 77,8% declararam estar ali "para que os homossexuais tenham mais direitos" no país, sendo seguidas pelos homens homossexuais (72,9%) e pelas mulheres homossexuais (68,1%).

- Uma proporção muito elevada, 70,8% das pessoas entrevistadas, respondeu que já tinha, devido à sexualidade, sido vítima de pelo menos uma das nove discriminações listadas. O fato de dois terços do conjunto de entrevistado(a)s ter respondido positivamente, indica a existência de um nível muito alto de vitimização e confirma os níveis encontrados nas pesquisas anteriores (por exemplo, 64,8% no Rio de Janeiro-2004 e 72,1% em São Paulo-2005).

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS: luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634

Glos@recife.pe.gov.br

Instituto PAPAI - www.papai.org.br

JORNAL LUAS – 11ª EDIÇÃO, OUTUBRO/2007

EuaS

Edição nº 11, Recife, outubro 2011

Edição n.º 11 - Recife, outubro 2007

Espero para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

A relação dos pais gays e mães lésbicas reflete na vida da criança?

Sobre este assunto há muito o que se falar, muitas pessoas tem este questionamento e se faz esta pergunta:

Algumas outras por ser heterossexual, dizem que interfere e induz a criança a ter a orientação afetivo-sexual igual ao pai ou a mãe:

Há ainda pessoas que falam outras coisas absurdas e bárbaras de uma relação que muitas vezes conhecem superficialmente, de fora.

Nossas relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo estão tomando grande importância ao falar da nossa identidade afetivo-sexual para as crianças, porque quando não se tem abertura na família para dialogar sobre estas assuntos, procura-se pessoas externas e que muitas vezes podem trazer argumentos distorcidos. A clareza na relação dentro das famílias é essencial, educar as crianças sabendo das orientações existentes, do preconceito da sociedade, sempre com muito respeito e de forma educativa e muito saudável, porque as crianças de hoje são o futuro de amanhã e se nós como gays, lésbicas, transgêneros, acadêmicos ou não sabemos dialogar ou explorar nossas relações quem o fará? A única coisa que interfere no diálogo com nossas crianças é porque estamos criando pessoas repressas e com certeza construindo um mundo melhor sem tantos preconceitos.

And Earn Living

Måne og filtsa

Ans: Cello-Lamin 24 07 07

A relação entre duas m ulheres

Wieder in Fahrt

Use video title

Presentes no diálogo

Na necessidade de explicar, não

E na Júpia de setembro, Giba

O relacionamento da mãe com outra mãe

Outra mulher, como nunca antes, viveu aterrorizada. E aterrorizada não só pelo marido, mas também pelo filho. E aterrorizada não só pelo marido, mas também pelo filho.

Die Fragestimmungen des Interviews sind unterteilt in drei

Amo conta con el cielo con una...

Ela gosta de mulher e não temo nenhum preconceito, por isso, respeito.

E nem por isso vai deixar de amá-la. Aos cinco anos,

O amor de minha mãe

Edvarda Lenka 22.07.08

O amor da minha mãe é assim:

© 2000 Blackwell Science Ltd
Journal of Internal Medicine 247: 111–117

Fatto singolo

Alcalde, J. A.

Rosto de mãe

Eu amo a minha mãe do jeito que ela é, e se ela é lesbica o amor é o mesmo. Ela me adora, mesmo namorando com outra mulher, não tenho preconceito por isso. GBT

Espaco Aberto:

QUANDO MANA AMADA O-EGAN

Quanto em uma minha amizade chegou
pela tua ternura, senti tua afeição,
Ouviste um meu suspiro
com confiança, com emoção,
e afeição encontraste um amor tão puro
como ternura das folhas. Fortes, gemas
que aos olhos se encherão de lágrimas.
Encontraste tua cabeça cansada em meus ombros,
sentiste as batidas de meu coração,
e a quantos vós eu desejei ver a felicidade!
Sabeste que não sou amigo seu,
fui, amaste, eternamente,
que jurei a ti, Nana, que eu te ficaria,
sabeste que dentro por mim não há o meu irmão,
aquele menino de outro tempo, ali está o meu irmão!

[illegible][illegible]

CONCLUSION



PERGUNTAR NÃO OFENDE!

Porque um Dia de Visibilidade Lésbica?

Porque numa sociedade que tem por norma a heterossexualidade, se não mencionamos, se não mostramos que existimos, somos ignoradas. O que não se vê não existe. O que não se conhece dá medo, ódio e desperta fantasias negativas. Em outras palavras alimenta a discriminação. Para contrastar esse movimento é que criamos um dia de Resistência e Luta.

Como toda cultura "invisível", ignorada, pouco conhecida, não tem ainda muitas imagens próprias. Entendemos que para nossa identidade lésbica é fundamental ter modelos próprios e para nossa luta lésbica é fundamental referendar nossa trajetória. Por isto também queremos homenagear aqui algumas mulheres que ajudaram a construir nossa história: Gloria Anzaldúa, Chavella Vargas, Adriane Rich, Cherie Moraga, Clarice Lispector, Rosely Roth, Audre Lorde, K. D. Lang, Alicia D'Amico, Monique Witing, Safina Newbery, Claudia Hinojosa, Martina Navratilova, Felipa de Sousa, Helen de Gênesis, Cássia Eller, entre outras e outras e outras...

Quando as lésbicas são chamadas de "gays" ou de "homossexuais femininos", está se falando unicamente de uma orientação sexual diferente da norma, mas quando falamos de lésbicas, se acrescenta uma outra conotação. Na sociedade patriarcal, onde o importante sempre é o masculino (páter), um casal de mulheres é também, um ato de resistência, de rebeldia, de dizer: não queremos ser iguais, não queremos ser como a norma, a sua sociedade não nos interessa. Olhem pra nós, nós sim podemos! Existimos e aqui estamos subvertendo os conceitos e valores de poder e de força que esta sociedade dá as mulheres.

É por isto que entendemos importante reivindicar a palavra lésbica e o dia da Visibilidade, porque este dia, o 29 de Agosto, é de LUTA, um dia de se afirmar nessa sociedade que não nos contempla, de demonstrar as forças que temos para a construção de um mundo melhor. E é também um dia de FESTA, porque como dizia a feminista Ema Goldman, 'se não posso dançar, não me interessa tua revolução'.

QUAL A PALAVRA CORRETA? HOMOSSEXUALISMO, LESBIANISMO OU HOMOSSEXUALIDADE, LESBIANIDADE?

Durante muito tempo se tinha como doença o homossexualismo e o lesbianismo, mas depois de muita luta foi tirado em 1990 do Conselho de Medicina como doença, então o correto de se falar é homossexualidade e lesbianidade!!

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br
Eliângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier
Raquel Beringuer



Acontecimentos:

Cada vez mais temos visto a violência aumentando no Brasil, onde vamos parar com esta sociedade machista, lesbofóbica/homofóbica, onde as pessoas tem que se privar da vida, da liberdade por medo? Temos que pressionar os/as governantes para esta situação que não deve calar, existem vários relatos de violência, mas vejamos alguns:

Em plena semana da Diversidade Sexual Lésbica é barbaramente assassinada em Curitiba/AL.

Espancamento homofóbico e machista no Bar Midnight na cidade de Florianópolis na noite de dia 27 para o dia 28 de setembro.

Até onde vamos suportar esses e outros acontecimentos?

15 de outubro dia do Professor/a

Agradecemos a todas educadoras e educadores que tem trabalhado com temática diversidade e outros assuntos de forma respeitosa, acolhendo as diferenças transformando em igualdade de direitos de todas e todos.

Educar é algo complexo que requer colaboração de todos nós como integrantes da sociedade. Por isso se você professor/a, educador/a tiver interesse de levar essa discussão a escola procurar algumas referências em Recife.

Instituto PAPAÍ

Contato: papai@papai.org.br

DIVAS

Contato: divas@divas.org.br

Movimento Gay Leões do Norte

Contato: leoesdonorte2000@yahoo.com.br

O Mês de novembro o LUAS esta fazendo um ano de vida, desde já estamos em ritmo de festa e recebendo sugestões de layout e colunas.

Indicações:

Filmes

Delicada Relação (Drama 2002)
Delicada atração (Drama 1996)
Três formas de Amar (Romance 1994)
Todas as Cores do Amor
Quase uma Mulher

Livro

Lado B- de Lucia Faccio

Coletânea de contos que tratam de histórias sensíveis, inteligentes e sutis de mulheres que amam outras mulheres sem alarde e sem culpa! É muito bom...vale a pena conferir.

Legislação LGBT - www.anis.org.br

Cartilha A Diversidade é Legal - www.papai.org.br

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:

luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634

Glos@recife.pe.gov.br

Instituto PAPAÍ - www.papai.org.br

JORNAL LUAS – 12ª EDIÇÃO, NOVEMBRO/2007



Edição n.º 12 - Edição especial de aniversário, Recife, novembro 2007

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

O LUAS - Periódico Lésbico Feminista, estabelece como premissa de sua atuação e razão de existência, a busca por um conteúdo informativo, crítico e pluralista, onde todas as pessoas possam se identificar, se encontrar e enriquecer seus conhecimentos, quanto as lutas, as conquistas e os acontecimentos históricos, recentes e antigos do movimento LGBT, pois este é o maior motivo de estarmos aqui!

Esta ferramenta de informação que consegue chegar a sociedade e é capaz de afetar a vida e os interesses dos/as que acreditam ser possível um mundo igualitário, justo e com conteúdo cultural acessível a todas e todos.

Por conteúdo crítico e pluralista na rua para as pessoas entendermos, estamos cuidando e levando informação para a sociedade a partir dos comentários e análises redigidos por nossas colaboradoras, que conforme suas vivências e convicções criam critérios pessoais e institucionais que se aliam ao seu domínio prático e político sobre uma determinada área do conhecimento ou da atividade humana que desenvolvem, então ao escrever transmitem a voz para uma nova realidade.

Por pluralidade e socialização de opiniões sobre os fatos entende-se a publicação de textos, artigos, depoimentos, entrevistas, poesias e etc, que, formadas em seu conjunto, funcionem como uma reprodução da forma pela qual as opiniões existem e se distribuem no interior da sociedade e nas ações do movimento LGBT.

Se o LUAS se satisfizer apenas em narrar os fatos sem se colocar em algum lugar fazendo sua crítica, nunca passará de um mero repositório, sem forma nem vontade, das opiniões que a sociedade vai produzindo e do preconceito que vai reproduzindo.

É por isso que acreditamos ser necessário que o LUAS, sem discriminar as opiniões diversas, sempre aberto a críticas, incentivador de diálogos, e porque não dizer, se necessário, estimulador de polémicas e discussões, tenha suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas apresentados.

Nossos textos transformam o LUAS em um ser ativo, um veículo condutor de opiniões, com uma identidade visível e um papel informativo a desempenhar.

Sua divulgação tem a finalidade de tornar público os valores e instrumentos por meio dos quais pretende o movimento LGBT, em suas lutas, fomentar conquistas e fortalecer ações contra a invisibilidade e a homofobia.

Para todas e todos que nos lêem nosso jornal muito obrigado!

LUAS faz 01 Ano!

Um ano do LUAS. Suas integrantes estão muito felizes, pois apesar de todas as dificuldades, continuam a utilizar esta ferramenta especial de comunicação, que tem alcançado diversas pessoas em diversos lugares, todas permanecem com a certeza de estarem ajudando a construir um mundo melhor a todas e todos, levando informação e criando opinião.

Durante este ano primeiro ano foi possível perceber que o LUAS, deixou de ser a única atividade das integrantes e logo tomou a forma de grupo, o grupo LUAS. Algumas de suas integrantes estão de diversas formas inseridas nos espaços sociais e políticos, além dos mais diversos espaços de aprendizagem, troca de experiências e vivências, sempre nas lutas das mulheres, no espaço feminista e LGBT.

Cada dia fica mais nítida a necessidade de fortalecimento político e institucional deste grupo, para melhora e maior alcance de seu trabalho, articulando e formando parcerias com os mais diversos grupos para ampliar ainda mais a sua atuação, fortalecer sua luta e concretizar sua missão.

Nossos agradecimentos a todas as pessoas que durante este primeiro ano estiveram conosco de diversas formas, nas mais variadas cores, ficamos na certeza do fortalecimento das parcerias iniciadas na expectativa de alcançar novas e bem vindas alianças.

E para o LUAS tudo? É pique! É pique! É hora! É hora! É hora!

LUAS!

Vamos comemorar?

Comemoraremos nosso primeiro de existência na Quintas da Diversidade, que aconteceu no pátio de São Pedro, toda última quinta-feira do mês, e que neste mês será dia 29 às 19h, contamos com a presença de todas e todos!

Em homenagem ao dia da Consciência Negra, texto de Cinthia Fernanda.

Ser Lésbica Negra:

Falar de negritude e lesbianidade não é uma coisa fácil, escrever também não e ainda mais no dia da consciência negra.

O que é mais fácil na vida de uma lésbica negra, por que este o tema principal de minha fala, ser negra ou ser lésbica? E o que se prefere ser? Negra ou lésbica? E essa é uma discussão difícil, pois no momento em que descobrimos as nossas identidades começamos a passar por batismos na sociedade em que vivemos.

Somos negras num Brasil onde não se pratica racismo "quem pratica é o outro, eu não!", que no próprio movimento negro e em outros movimentos as mulheres negras não conseguiram exercer o seu papel e criaram outros movimentos, o de Mulheres Negras por exemplo, e assim seu grito e sua luta foram ouvidos e hoje os movimentos de mulheres negras é reconhecido por sua resistência típica povo dos quilombos.

E ser lésbica é outra luta, que para podermos ter visibilidade outras mulheres que nos antecederam tiveram que brigar por ser usado o L de lésbica e também por um dia específico o Dia da Visibilidade Lésbica, e hoje se vive ainda uma grande batalha para dar voz e vez as lésbicas.

Por tudo isso e muito mais é difícil assumir a nossa identidade, "somos moreninhas e a vida sexual é coisa de quatro paredes". No entanto alguém tem que mostrar a cara e hoje temos muitas lésbicas negras que trazem a discussão do racismo e da lesbianidade.

Pois bem, não estamos aqui pra brigar, mas pra dizer que não! Que não é coisa pra quatro paredes que nossa vida sexual interfere no nosso emprego, na escola, na saúde, na minha família e em tudo que tocamos, pois a mim, lésbica negra, é dada por ser negra e por se lésbica todo o legado dessas duas lutas, a luta do racismo e do preconceito pela orientação sexual.

Alguns dizem que estamos sectarizando ainda mais, mas precisamos de espaços para discutir e poder trazer as nossas experiências, vivências e para dar visibilidade a nossa cara, ao nosso corpo e a nossa identidade de raça e de orientação sexual.

Então temos redes de lésbicas negras sim! E olhe só vocês temos duas! Que maravilha para nós!

Salve Dandara, Zumbi e Palmares onde lá havia diversidade, e salve as mulheres negras que nos antecederam por que muitas delas eram lésbicas.

E estiveram na luta para que eu e outras pudéssemos falar sou LESBICA E SOU NEGRA!

Cinthia Fernanda

Militante, lésbica e começando a escrever.

Membro da Rede Nacional de Lésbicas Negras

Cinthia.fernanda@gmail.com

81-99179322



Espaço Aberto:

Parda?

Ana Carla Lemos 28.10.07

Minha cor não é parda, é negra
 Parda??? Jamais!!!
 Negra, linda...
 Cheia de inspiração e construção na história
 Cheio de castigos nos tempos antigos
 Mas na atualidade reconhecimento da minha cor
 Da minha raça, com muito respeito as nossas raízes que foram castigadas como escravos/as foram às atrizes e atores principais da nossa história, do nosso Brasil. Hoje é lembrada com muita valia, mais também com muitas mudanças, por que hoje depois de muita afirmação política a nossa cor e raça estar não só entranhas mais na pele, no rosto, no coração.

Sementes paridas

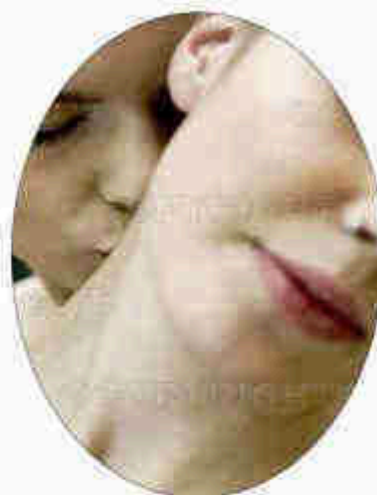
Raquel Berenguer

Sou qual uma árvore que só pode parir suas próprias sementes.
 Não pode um pé de carvalho semear um jacarandá, ou um jequitibá semear um cipreste. Cada árvore com seus frutos, cada fruto com suas sementes, e a vida se renova nesta continuidade, no entanto, carvalhos, jacarandás, jequitibás e ciprestes podem aprender a dividir frutos, juntar suas sombras e daí nascer um novo paraíso de possibilidades. Onde carvalhos, jacarandás, jequitibás e ciprestes possam ser eles mesmos, sem que nenhum deles precisem mimetizar outro para ser aceito, respeitado, amado e livre.
 Sou qual uma árvore, que só pode parir seus próprios frutos e sementes.
 Se me cortam os galhos para me tolher,
 Renasço, porque tenho minhas próprias raízes...
 Fincadas em meus ideais.

À Atis

Sapho - Grécia 700 anos a.C

Não minto, eu me queria morta.
 Deixava-me desfeita em lágrimas,
 mas que triste a nossa sina
 Eu vou contra a vontade, juro, Sapho.
 Seja feliz eu disse, e lembre-se o quanto a quero, ou já esqueceu?
 Pois vou lembrar nossos momentos de amor
 Quantas grinaldas no seu colo, rosas, violetas, açafraão, traçamos juntas, multiflores, colares para o pescoço de Atis.
 Os perfumes nos cabelos, nos olhos, a sua pele em minha pele, cama macia, o amor nascia da sua beleza e eu matava a sua sede.
 Cai a lua, caem as pétalas e é meia noite
 O tempo passa e eu só, aqui deitada desejante.



25 - Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

O dia 25 de novembro foi declarado o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher no 1º Encontro Feminista da América Latina e Caribe, realizado em Bogotá, em 1981, como justa homenagem a "Las Mariposas" - codinome utilizado em atividades clandestinas desempenhadas pelas irmãs Mirabal, Minerva, Pátria e Maria Tereza - heroínas da República Dominicana, brutalmente assassinadas nesta data em 1960 pela ditadura de Rafael Leónidas Trujillo.

Em comemoração a data e luta contra a violência contra Mulher, existem algumas campanhas e instituições que estão nas ruas pedindo, gritando pela não violência.

Fórum de Mulheres de Pernambuco - 81-30872086

Campanha Brasileira do Laço Branco- Homens pelo fim da violência contra a Mulher - www.lacobranco.org.br

Agradecimentos e Reconhecimentos!

Neste primeiro ano do LUAS, gostaríamos de agradecer as pessoas que participaram direta ou indiretamente na sua construção, dando dicas, apoios, sugestões, críticas, participando nas atividades.

Nossos especiais agradecimentos:

As integrantes do grupo LUAS, às pessoas do Instituto PAPAI, do Movimento Gay Leões do Norte, da Gerência da Livre Orientação Sexual e da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã da Prefeitura da Cidade do Recife, ao Fórum LGBT de Pernambuco, à Hilary Burger, ao LAMCE - Liberdade do Amor entre Mulheres do Ceará, a Gráfica GMS, as pessoas que compõem o projeto Somos Lés Nordeste, ao Fórum de Mulheres de Pernambuco e a todas e todos que nos apoiaram, nos leram e nos incentivaram.

Não deixando de registrar nossa admiração às pessoas e grupos que nos antecederam e que não estão listadas aqui, que com toda certeza ajudaram a construir nossa história até aqui, agradecemos inclusive a Sapho por ter sido nossa precursora e ter dado voz e poesia, a todas as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br
Elsângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier
Raquel Berenguer



Para saber mais e se divertir, nossas dicas:

Filmes:

Meninos Não Choram.
Todas as Cores do Amor.
Ligadas pelo Desejo.

Vídeos Educativos:

Medo de quê (Homofobia) e Minha vida de João (Sexualidade) - www.papai.org.br
Uma Velzinha Só - (Sexualidade) - www.ecos.org.br
Borboletas da Vida (Sexualidade) - www.abia.org.br

Livros:

Diversidade Sexual - Perspectivas Educacionais - Luis Palhano Loiola - Editora UFC Edições.

Respeitando as Diferenças no Espaço Escolar - Nielson da Silva Bezerra- Gestos - Soropositividade, Comunicação e Gênero.



Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS: luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634
Glos@recife.pe.gov.br
Instituto PAPAI - www.papai.org.br

JORNAL LUAS – 13ª EDIÇÃO, DEZEMBRO/2007



Edição n.º 13, Recife, dezembro 2007

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

A poesia tem espaço, o jornal é um canal aberto para diversidade, inclusive poética, é uma forma de resistência feita com coisas que nos dar prazer.

É gostoso se revoltar com que não tá legal é ter uma ação positiva que dar prazer para confrontar. E com a poesia a gente encanta, a poesia tem espaço, a gente puxa e ela sai, é algo mágico que soa bem a nossa mente, a nosso coração e alma, acabam conquistando todos e todas.

E a sonoridade e melodia vão longe, voa, alcança outros mundos e faz bem, porque provoca mudança ou nós pararmos para ouvir, degustar e pensar.

Espero a sua poesia também para nossa alma acalantar.

Boa Leitura!

Feliz Natal e Feliz Ano novo!!!!!!

Desejamos a todas as pessoas um Feliz 2008. Que no ano que entra podemos juntas, cada vez mais estarmos inseridas na luta pela garantia dos nossos direitos e efetivação de políticas públicas para a população LGBT.

Um ano com muita força e sede luta, união, paz no coração e muito amor, inclusive amor próprio. Beijos no coração.

Integrantes do Grupo LUAS:

**Espaço Aberto:****Transparência**

Danielle Braun

Nos olhos o brilho da lua.
No sorriso o espelho das águas.
Nos lábios o aroma da ternura.
Nas mãos o domínio das almas.
Aqueça-me em seus braços como em redes cativas.
Enlaça-me em suas pernas pelas noites tardias
e ama-me com a loucura do último dia.

SUA

By Laia

Quero você só pra mim, em mim.
Quero que tome conta de mim
Quero que solte os cabelos
Quero que me segure forte e me encha de beijos
Quero sentir seu calor
Quero que me olhe nos olhos
Quero que seja fiel, verdadeira
Quero que conquiste minha confiança
Quero invadir sua alma em busca da minha
Quero que jogue na minha cara que me ama
Quero que me jogue na cama e me ame
Quero você mulher me fazendo mulher,
Sua mulher!



Para Reflexão:

O amor

O esperado amor que queremos: e esperamos por muito tempo, mas na realidade o que é amor? Será que antes mesmo de querermos encontrá-lo em outra pessoa, encontramos em nós mesmas?

Será que para nos sentirmos felizes precisamos ter o amor de alguém, o amor próprio não basta?

O vínculo com nós mesmas como esta?

Será que estamos nos suportando e gostando da nossa própria presença? Ou nem nos mesma estamos nos suportando?

O limite do amor próprio com o amor da outra, do laço de amor, que para ser uma relação saudável antes mesmo temos que nos amar, e ter o amor não como competitividade, propriedade, ou dependência.

O amor saudável esta na troca de afeto, amizade, relação que se pode ter, porque se houver perda vai ser mais fácil de cicatrizar, porque o amor quando é dependente perdemos também o nosso amor próprio, causando grandes danos à vida, na estrutura psíquica, no viver.

"A semente só precisa ser enterrada para brotar os mais lindos frutos".

Muitas vezes precisamos perder para aprender com a perda, para a partir daí, fazermos uma análise crítica e a avaliativa da vida, porque as perdas não só trás coisas ruins, aprendemos muito com ela. Aprendemos a vê-la como um ponto positivo também, que podemos vê outros horizontes e muitas vezes mais lindo.

Aprender a amar a partir da perda, é uma grande aprendizagem. Aprendizagem do amor próprio, o amor que me proporcione a partir da minha própria presença e amor próprio.

Ana Carla Lemos
02.12.2007

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br
Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier
Raquel Berenguer



Famílias

Nos estudos que se tem feito sobre famílias tem se configurado muitos nomes: Arranjos de famílias, famílias alternativas. Será que essas nomenclaturas nos servem? Nos cabem? Porque arranjos de famílias? Por acaso somos arranjos de coisas que pegamos daqui, juntamos ali e fizemos arranjo, ou alternatividade de não quero assim agora então quero assado, que tá mais acessível?

Na minha visão simplesmente não precisamos de mais nomenclaturas, somos simplesmente famílias, diferente na composição, mas família.

A família contemporânea, não cabe apenas o modelo heteronormativo mãe e pai, mas cabem todos os modelos, mãe e mãe, pai e pai, mãe e pai.

Onde algumas famílias eram escondidas, mas hoje cada vez mais estamos integrando esse discurso também na prática, no cotidiano, pensando amplamente famílias que não são novos modelos, ou novos arranjos, porque existem desde a criação da humanidade, famílias, independente de pessoas, quantidade, mas de afeto.

Ana Carla Lemos 02.12.2007

Indicação:

Livro: Amor perdido de Amor Luiz Schettini Filho.

Filme: Todas as Cores do amor

Uma visão leve sobre os perigos e prazeres dos relacionamentos na Dublin contemporânea. Quando Clara (Fiona O'Shaughnessy) vê seu namorado Tom (Sean Campion) beijando Isolde (Fiona Gascott), desencadeia-se um série de reações de romances e corações partidos até que o ciclo inteiro se transforma num completo circo, cada personagem tentando resolver a questão do que é um relacionamento perfeito.

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:
luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634

Glos@recife.pe.gov.br

Instituto PAPAÍ - www.papai.org.br

JORNAL LUAS – 14ª EDIÇÃO, JANEIRO/2008



Edição n.º 14, Recife, Janeiro de 2008

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

O Grupo LUAS, promove Curso de Formação: Mulheres lésbicas e bissexuais: conhecendo novas realidades. O curso será voltado para as mulheres, adolescentes e jovens no estado de Pernambuco, onde serão seleccionadas 20 para formação política.

O curso será focado em vários temas:

Cronograma:

Inscrições: até 31/01/08

Resultado da seleção: 08/02/08

Início do curso: 16/02/08

Informações:

luas2008@yahoo.com.br

87247892: Ana Carla Lemus

96789418: Raquel Berenguer

Organização:

Grupo LUAS

Apoio: Fundo Ângela Borba

Abrem-se as janelas

Ana Carla Lemus 02.06.07

Abrem-se as janelas para as oportunidades
As janelas tornam-se as portas
As portas tornam-se caminhos
E esses caminhos trazemos para nossa vida
E a nossa vida para a eternidade
Nem que seja nas escritas que iremos deixar.



Espaço Aberto:

Entre oceanos, rios e mares.

Cacilda Vasquez

Entre o rio e o mar,
Entre o que foi e o que será,
Entre as esquinas que tenho que passar,
Entre você e o que não vai ficar,
Entre o que vem e não vai voltar,
Entre os obstáculos que vou tropeçar,
Prefiro te esperar.

Entre raios e espíritos,
Entre ruínas e moradas em que não vou me fixar,
Prefiro te esperar.
Entre o passado e o futuro,
E nele que vou te encontrar,
Entre a claridade e o escuro,
Prefiro te esperar.

Entre enchentes e secas,
Secos são os meus lábios que nenhum outro conseguirá
molhar.

Entre a distância e o abraço que não esquenta,
Prefiro te esperar.

Entre o rio e o mar,
Quem receberá as flores que pra você vou jogar?
Prefiro não pensar.

Vou banhar-me nestas águas mornas que agora deixei o meu
corpo limpar.
O que tiver de algum outro que em mim não quero deixar.

Só preciso do que tens a me ofertar,
Não vou mentir por tão pouco.
Tudo perto do seu amor é transformado em migalhas.

Só você sabe me tocar,
Só você sabe me provocar,
Só você atravessaria oceanos sem vacilar.

Para Reflexão:

Parece que ainda estamos vivendo no ano de 1500. Até quando teremos que escutar as pessoas falando sobre lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros de uma forma injuriada.

Até quando vai durar esse preconceito de pensarem que ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) é contagioso ou doença.

Vivemos numa sociedade onde cada dia existe mais pessoas assumindo a orientação sexual, enquanto algumas retrocedem no tempo e espaço. Existem pessoas que falam que respeitam a orientação sexual alheia, mas não quer a convivência, onde muitas vezes coexiste porque tem sempre alguém na família de orientação sexual diferente. Ao dizer que não se quiser o convívio com os/as LGBT's é um processo doloroso tanto para quem fala, quanto para quem escuta, pois muitas vezes podemos machucar alguém com esse maldito preconceito que ainda reina e principalmente quando quem escuta é lésbica ou gay, e ainda não está apta a conversar sobre sua orientação sexual, muitas vezes machucamos quem amamos com palavras sem saber.

Dizer que o público LGBT's tem mais probabilidade de ser contaminada/o e contaminar com doenças é um dos atos mais absurdos, assim como na homossexualidade e heterossexualidade estamos expostos a ser contaminados em qualquer sentido, independente da orientação sexual. Não estar escrito na minha cara que sou lésbica, nem que tenho filhas ou se porto alguma doença. Não porque sou lésbica ou gay sou mais vulnerável, a vulnerabilidade está em todas as pessoas, independente de qualquer coisa.

Eventos:

No carnaval de 2007, a **TARDE DA DIVERSIDADE** foi um sucesso!

Muitos gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros aproveitaram a festa e esticaram a folia continuando a brincar no Pátio de São Pedro, até altas horas.

A locação oficial deste ano está a cargo da Drag Hotiess **NADARC FASHION CAMALEOA**. A programação do dia 02/02 é a seguinte:

16h - TCM Abanadores do Arruda - 1º/ GE

11h30min - Afroxé Timbaganjô

17h - Banda Tiabata

17h30min - Orquestra de Frevo Lourdinha Nôbrege

Organização e informações: GLOS - 32328634

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

Elisângela Nunes - figurinhadeluta@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier

Raquel Berenguer



Indicações:

Livro:

Jurisprudência LGBT - Esta publicação é uma amostra de leis e jurisprudências em prol dos direitos da comunidade LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros); pesquisadas até setembro de 2006.

Organizadora da publicação e cd-rom: Kelly Kotlinski

Pesquisadoras: Joelma Coziano e Melissa Navarro

Consultora Jurídica: Dra. Iara Ramalho Cortês

Consultora editorial: Fabiana Parinheis

Projeto gráfico do livro: Dani Moreira

Editora LetrasLavras

Acesse o livro pelo site:

www.cotumodevenus.org.br

Filme:

Quando a Noite Cai (When Night is Falling)

Patricia Rozema, 1995, 96m, Canadá

Camille, uma professora de mitologia numa universidade religiosa conservadora, pretende casar com o namorado e planeja manter uma vida familiar e profissional convencional. Mas, um encontro casual com Petra, uma artista de circo, vai mudar completamente a sua vida. Um filme esteticamente lindíssimo. A não perder! (Grupo de Mulheres da Associação ILGA-Portugal)

Site:

www.mariaberenice.com.br (site da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul Maria Berenice Dias, que fala, escreve e defende sobre a temática LGBT)

www.escreita.com.br (site de poesias e textos)



Bloco da Diversidade

Dia: 01/02 às 17h

Local: Praça Oswaldo Cruz

Atração: Michele Monteiro

Realização: GGP - Grupo Gay de Pernambuco

Contatos: 81-87216595/99970808

Apoio: Fórum LGBT de PE

Neste Carnaval, brinquemos sem violência, discriminação e com muita prevenção em todas e qualquer relação.

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:

luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte:

APOIO:

GLOS - Gerência de Livre Orientação Sexual - 81 32328634

Glos@recife.pe.gov.br

Instituto PAPAÍ - www.papai.org.br



Edição n.º 15, Recife, fevereiro de 2008

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

E foi, no carnaval?? A igreja católica ainda querendo exercer o patriarcado!!!

O Movimento de Mulheres Feministas juntamente com o apoio do Estado tem trabalhado para a garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos de todas e todos. No carnaval deste ano, a igreja católica **MAIS UMA VEZ** tenta impor o seu **PODER** sobre a população, tentando desconstruir as políticas públicas que os movimentos sociais já vinham construindo há bastante tempo. Há algum tempo atrás, a mulher era vista apenas como mera reprodutora, inserida como "mulher Anjo", onde era obrigada a viver na ordem do marido e o casamento existia apenas para reprodução e serventia. As mulheres não tinham direito de sentir prazer, nem autonomia sobre o seu próprio corpo.

O tempo passou, passamos por diferentes mudanças no cenário cultural, social e econômico, mas para a nossa insatisfação, hoje em pleno século XXI, o Excm. Sr. Arcebispo de Recife e Olinda, Dom José Cardoso Sobrinho, tenta vetar a garantia do direito que temos em decidir sobre nosso próprio corpo. Ele está tentando intervir na garantia do Estado em disponibilizar pílula do dia seguinte (contracepção de emergência), nos postos de saúde, porque ELE considera ser uma pílula abortiva.

Agindo desta modo, ele mostra que não conhece a realidade de muitas mulheres que vivem às margens da sociedade, sem acesso às informações e sem a menor qualidade de vida. O resultado disto é um elevado número de filhos e/ou filhas sobrevivendo em condições precárias. Além disto, existem muitas mulheres que ainda reproduzem o que aprenderam nas igrejas e que crêem em uma passagem da bíblia que diz "cresce e multiplica".

A ação abortiva ele diz que é crime. **Crime** deveria ser: Uma mulher que não tem direito a abortar com segurança, morrer por procurar atendimento clandestino, sem assessoria do Estado, tendo como resultado o crescimento cada vez maior do índice de mortalidade entre mulheres.

Crime deveria ser: Uma mulher saber que tem um feto anacéfalo (sem cérebro) dentro do seu ventre e não receber autorização da justiça para abortar, e ter que conviver com a ideia que logo quando a criança nascer, morrerá.

Crime deveria ser: A NÃO garantia de políticas públicas do Estado para garantir a saúde das mulheres.

Crime deveria ser: A igreja pregar "cresce e multiplica", sem levar em consideração as condições de vida das pessoas e o contexto que elas estão inseridas.

PECADO e CRIME deveria ser o PRECONCEITO que fere a muitas vezes, chega a MATAR.

A igreja entrou com a ação no Ministério Público de Pernambuco, mas PERDEU, porque os DIREITOS HUMANOS e SANIDADE prevaleceram.

Espaço Aberto:

Letra e música

Ana Carla Lemos (m. 07.08)

Somos duas, letra e música
Que se completam, ficando a linda melodia
Que sou muito bem aos olhos alheios e aos nossos
Letra e música encasadas, soando lindamente.

Letras como borboletas na primavera
Brincando com as flores
Primavera
A bela flor sugando o néctar da flor
Saudos os mais doces prazeres e saber
Agradecer ao sol e aos céus
Da beleza para desses momentos
Que se tornam tão presentes, quando encontra os encaixes:
Letra e música
Bela flor e flor
Borboleta, liberdade e primavera
E do nosso encontro, letra e música
Com perfeita melodia
Crispido aroma, equilíbrio, suspiros, desejo, saudade
Amor de você, amor de nós duas.

O encontro raro da beleza da letra com a música
Torna-se único porque corre para o caminho do amor.
Do cuidado, das carícias trocadas.
No encontro esperados e decisivos.
Vidas juntas, letra e música.
Até cantar, até morrer, ou até a eternidade.
Letra e música.

Saudades

Florbela Eguízia

Saudades Sim...
Nunca, e porque não?
Se o mundo souber foi tão alto e forte
Que bem pensaria vê-lo até à morte.
Deslumbrar-me de luz o coração!
Espaço!
Para quê?
Ah! como é vão!
Que tudo isso,
Amor, não não importe.
Se ele deixou beleza que continue
Deixar-me ser sagrada como repul.
Quantas vezes,
Amor, já te esqueci.
Para mais doadamente me lembrar,
Mais doadamente me lembrar de ti!

Eventos:

Programação para o mês de março em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Dia 05 de Março

Lançamento da Cartilha Apitago - Mulheres Enfrentando a Violência Local: Córrego do Euclides - Alto José Bonifácio

Hora: 15h

Realização: Cidadania Feminina

Dia 07 de Março

Passeata do Movimento de Mulheres em Recife

Motô: Para as Mulheres, todos os direitos, nenhum direito a menos. Direito não é mercadoria!

Passeata e entrega de um documento do movimento de Mulheres ao governo do Estado.

Local: Saída da Praça Oswaldo Cruz (Boa Vista) em direção ao Palácio

Hora: 15h

Dia 08 de Março:

Ato público do Movimento de Mulheres

Picnifetagem no Mercado São José, Café da manhã e caminhada com alas temáticas até o Parque 13 de Maio para um piquenique e rodas de diálogos.

Local: Saída do Mercado São José.

Hora: 7h com café da manhã.

Realização: FMPE, AMB, CUT, MST, CPT, UBM, FERU, PETAPE, Marcha Mundial das Mulheres, Secretaria de Mulheres PSB, Secretaria de Mulheres do PT, Articulação de Mulheres Negras

O EMPE estará levando para a passeata e para o ato público duas frentes de lutas: Violência contra a mulher e aborto. Além de temas mercantilização do corpo da mulher, trabalho, previdência, dentre outros.

Série especial de entrevista sobre as Mulheres gravado em Recife, no Programa Altas Horas na Rede Globo.

Mais informações sobre a programação, ligar para o Fórum de Mulheres de Pernambuco (3087-2086).

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier

Raquel Berenguer / Joyce Alves

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS: luas2906@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.

Indicações:

Filme Educativo sobre **Aborto: Uma História de Vida Severina**

Sinopse:

Severina é uma mulher que teve a vida alterada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal. Ela estava internada em um hospital do Recife com um feto sem cérebro dentro da barriga, em 20 de outubro de 2004. No dia seguinte, começaria o processo de interrupção da gestação. Nesta mesma data, os ministros derrubaram a liminar que permitia que mulheres como Severina antecipassem o parto quando o bebê fosse incompatível com a vida. Severina, mulher pobre do interior de Pernambuco, deixou o hospital com sua barriga e sua tragédia. E começou uma peregrinação por um Brasil que era feito terra estrangeira - o da Justiça para os analfabetos. Neste mundo de papéis indecifráveis, Severina e seu marido Rosivaldo, lavradores de brócolis em terra emprestada, passaram três meses de idas, vindas e desentendidos até conseguirem autorização judicial. Não era o fim. Severina precisou enfrentar então um outro mundo, não menos inóspito: o da Medicina para os pobres. Quando finalmente Severina venceu, por teimosia, vieram as dores de um parto sem sentido, vividas entre choros de bebês com futuro. E o reconhecimento de um filho que era dela, mas que já vinha morto. A história desta mãe severina termina não com o berço, mas em um minúsculo caixão branco.

Outros filmes do mesmo tema: *Habias Corpus, Quem São Elas*

Livro:

Aborto por Anomalia Fetal;

Anencefalia e Supremo Tribunal Federal

Anencefalia: o pensamento brasileiro em sua pluralidade.

Onde encontrar:

Anis - Brasília - DF - www.anis.org.br

Instituto PAPAI - Recife - www.papai.org.br

APOIO:





Edição n.º 16, Recife, março de 2008

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar,

Editorial

O porquê do 08 de março

Em plena Revolução francesa, 1791, Olympe de Gouges reivindica o direito feminino a todas as dignidades e empregos segundo suas capacidades. Foi guilhotinada, dois anos mais tarde, depois que a sociedade então encontrou para ditar que o princípio da liberdade, igualdade, fraternidade, parecia alcançar término. A reivindicação: "Ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo".

Durante os séculos seguintes, as mulheres passaram a integrar a força de trabalho fabril, em jornadas que, não raro, chegaram a 14 horas diárias, durante seis dias por semana. Ao organizar um protesto contra as más condições de trabalho, pedindo uma jornada de trabalho de 10 horas, tecelãs de uma fábrica de vestuário feminino lurdos. Como, em Nova Iorque, foram obrigadas a refugiar-se dentro da fábrica, fugindo da polícia. As portas foram trancadas, foi atirado fogo à fábrica e, em 8 de março de 1857, 129 operárias morreram carbonizadas, então este dia ficou marcado como dia internacional da mulher.

Ainda hoje vivemos em condições de desigualdades de sexo, muita gente ainda faz diferenciação, querendo que mulheres ocupem espaços considerados de mulher, como doméstica, deitar, outras funções. Onde os homens são viris e tem que trabalhar no trabalho pesado.

O movimento Feminista, e alguns homens que também se consideram feministas, estamos lutando para que o sexo biológico feminino não seja mais considerado como frágil, pois acaba de termos visto o empoderamento das mulheres, como sujeito de direito e ocupando lugares que há tempo atrás seria ocupado apenas por pessoas do sexo masculino.

No movimento LGBT (lésbica, gay, bissexual e transsexual), estamos trabalhando com a questão da identidade de gênero, onde as pessoas podem ter o sexo feminino e possa ter sua identidade masculina ou vice-versa.

Cada dia temos tentando desconstruir as desigualdades de gênero, pois não importa o meu sexo, o que importa é como me sinto.

Viva a liberdade de expressão, viva as mulheres, independentemente do sexo.

Espaço Aberto:

Ao meu amor

Eu sou uma mulher de chuva e vento,
Uma brisa leve a tocar-me a face,
Um silêncio alegre de nascer do dia,
Oigo uma voz, tão doce, que me contagia,
É uma mulher.

Verto os olhos e,
Da mesma forma que um pássaro nos desertos,
Conseguo contornar cada linha do seu corpo,
Como em um filme, a decifro devagar sem deixar que
Nenhuma detalhe me escape.

Sua sensualidade de quem sabe o que quer,
Esta vibrando em seus olhos,
Sua inocência de quem também luta por amor,
O gravito em seu sorriso,
Amo a sem precisar de uma razão.

O dedo da dúvida que levo o segredo das incertezas,
Ao seus lábios, me perdendo,
Naquela zona de uma amante detida só a si mesma,
Depois de uma noite de amor,
Com o seu amor.

Porém sei, em cada espelho de seu corpo,
Uma mulher que luta,
Que supera dificuldades,
Mulher que quer seu espaço, sua vida,
Mulher que é alegre, que conquista. Uma mulher que exige respeito.

Mulher que uma boa filha,
Com um carinho protetor e sereno,
Encantam-me suas histórias,
Mulher que também ama, sonha,
Mas é um erro confundir de um segredo.

Mulher que ama sem limites,
Agora, não me dá para parar,
Conseguo sentir sua alma pelo interior,
Sinto sua pele tocando a minha e
Sei mais um tipo de amor.

Acho os olhos querendo me controlar,
Mas não a vejo agitar a cabeça,
Queixo essa mulher de voz velada e doce,
Que só parece que tem o meu manual de instruções,
Porque ela decifra os meus sonhos,
Quero essa mulher que ama,
Essa mulher que ama outras mulheres.

Olivia Humano

Aconteceu:

Três bebês, duas mães e muito amor! Casal homossexual de Jaraguá do Sul festeja chegada de trigêmeos gerados por inseminação artificial. Por onde passam, os trigêmeos Kahuan, Victor e Letícia, de quase dois meses, chamam a atenção. A curiosidade não é despertada somente pelo carrinho triplo que transporta a turminha nem por eles carregarem a fofura de todos os bebês em dose igualmente tripla, mas por terem, em vez de pai e mãe, duas mães. Gerados em inseminação artificial, o trio nasceu prematuro, mas hoje já anda dando seus passeios pelo Shopping Center Breithaupt, no centro de Jaraguá do Sul, onde moram. Eles são fruto do casamento entre duas mulheres que resolveram assumir o amor incondicional que dizem sentir uma pela outra: as empresárias do ramo imobiliário Rosenete Renkawiecki, 27 anos, e Cenir Debastiani, 39. As mães se conheceram em uma noite de Schutzenfest e se casaram há três anos numa celebração no Parque Malwee, com direito à bênção religiosa e assinatura de contrato de convivência.

Entrevista na íntegra:

<http://www.an.com.br/2008/mar/14/0per.jsp>

Evento:

No dia 08 de março, foi realizada em Recife a caminhada dos movimentos de mulheres, reivindicando mais direitos, onde pelo relato do porque do oito de março, não tem o que comemorar e sim, reivindicar os direitos iguais entre mulheres e homens.

Fomos às ruas pedindo a não violência, o direito à moradia, a legalização do aborto, respeito às mulheres que amam mulheres, pelo fim da vendagem do corpo feminino, dentre outras pautas.

No final da caminhada, representantes do Fórum de Mulheres, foram recebidas no Palácio do governador para entregar documento que mencionava as questões acima citada.

Indicações:

Eventos:

Estamos passando um momento para o público LGBT com avanços.

Em todos os estados do Brasil estamos organizando as conferências estaduais LGBT (lésbica, gay, bissexuais e transgênero).

O avanço é que é a primeira vez na história que estamos dialogando em todo o Brasil sobre as necessidades específicas para o público LGBT, com a sociedade civil e com o governo, em todas as comissões organizadoras, a divisão é de 50% sociedade civil e 50% governo. Esperamos nós que as atividades pré-pós durante das conferências consigam sensibilizar o governo para efetivação das políticas públicas para este público.

Em Pernambuco, a conferência acontecerá nos dias 04 à 06/04.

Informações: Secretaria Especial de Direitos Humanos Paulo Moraes / Lia Marques - 81-33033305

Fórum LGBT de Pernambuco,

Primeira calourada da Diversidade Sexual (QUINTAS DA DIVERSIDADE) na UFPE,

sexta-feira, dia 28 de março de 2008, às 20:30h, na concha acústica da UFPE, próximo ao Teatro. A calourada contará com a presença do Afexê Oyá Alaxé, Dj's, e cantores.

Organização: NUCH/UFPE / GLOS
Gerência da Livre Orientação Sexual - POR.

Data comemorativa: 17 de abril - Dia da Diversidade Sexual, conforme a Lei Municipal de Recife 17.025/2004.

ORGANIZAÇÃO:

Ária Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier

Raquel Berenguer / Joyce Alves

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:

luas2906@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.



APOIO:



JORNAL LUAS – 17ª EDIÇÃO, ABRIL/2008



Edição n.º 17, Recife, abril de 2008

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

No mês de maio será lançada a primeira campanha em homenagem às mães lésbicas e bissexuais. Uma mãe é aquela que ama e protege. Duas Mães são aquelas que amam e protegem.

A campanha é uma iniciativa do NUCH - Núcleo de Cidadania Homossexual, Grupo LUAS, Movimento Gay Leões do Norte e Toda Forma de Amor.

Objetivo da campanha:

Sensibilizar a sociedade para o respeito a todas as formas de amar, e todas as famílias, independente das orientações sexuais. Como também uma homenagem às mães lésbicas e bissexuais.

Contatos:

Grupo LUAS luas2908@yahoo.com.br (081) 87247892
Movimento Gay Leões do Norte
www.leoesdonorte.org.br (081) 32222307

NUCH - Núcleo de Cidadania Homossexual da UFPE -
nuch.ufpe@yahoo.com.br
(081) 92232832 / 88627038

Comunidade no orkut:

<http://www.orkut.com/Community.aspx?cm=51253118>

Espaço Aberto:**Para as meninas do LUAS:****Construção**

Cecília Lavanco, 02/03/2008

Construir caminhos,

Demarcar linhas,

Sublinhar metas.

Quando unimos pensamentos e forças, somos fortes, somos muitas e não passamos e nem passamos como únicas.

Dessa forma cada uma de nós faz parte de novas histórias.

Trocamos fragilidades vividas, medos, hesitações, informações.

Aprimorando conhecimento com a razão.

Seremos iguais e diferentes.

Enquadrando pontos e criando novas fontes de cooperação.

Saímos umas mais fortes, outras mais esperançosas, curiosas ou militantes.

Mas nenhuma de nós poderá passar impune diante do conhecimento e a razão.

Cada momento é único, é mais uma oportunidade de estarmos juntas. Então vamos celebrar nossa união.

Fragmentos de uma carta.

(...) Também me que há alguns meses atrás eu vivia uma situação de medo, desejo, angústia (...) tudo misturado, uma vontade intensa de me libertar e ser quem sou de verdade. Mas tinha muito medo de ter a certeza que gostaria mesmo de mulher, pois para mim tudo era muito novo (...). Nada adiantaria estar na rua dando visibilidade vestindo a camisa do movimento, se dentro da minha casa eu teria que viver uma peça de teatro, viver uma mentira (...). Como havia dito no curso, o Grupo LUAS foi essencial no meu processo de aceitação e no meu grande passo de contar para os meus pais! Hoje me sinto feliz. Pra mim valeu muito entrar no LUAS, cada sábado tem sido cada vez melhor, é incrível que após pouco tempo peguei um amorimento pelo grupo! Vestir e vestir sempre a camisa do Grupo LUAS e pode contar comigo sempre (...).

[Jéssica Regina]



**Uma mãe é aquela que ama e protege
Duas mães são aquelas que amam e protegem**

**Homenagem ao Dia das Mães
Em especial às mães lésbicas e bissexuais**



www.leoesdonorte.org.br

Aconteceu:

Entre 04 a 06 de Abril, a I Conferência Estadual LGBT de Pernambuco, o evento reuniu pessoas de todas as regiões do estado, sendo de grande valia, não apenas para a contribuição de políticas públicas, como também para socialização de informações importantes sobre a História do Movimento LGBT em Pernambuco e no Brasil.

A I conferência estadual, serviu de grande aprendizado para as pessoas ativistas ou não, que estavam presente, deixando registrada a participação e diálogo mais próximo do Governo do Estado sobre o assunto específico de temas para a população LGBT, pensando na ampliação do diálogo cotidiano, na perspectiva de novos horizontes.

Outra coisa que vale ressaltar é a participação das Transgênero, onde cada vez tem mostrado sua força e poder de articulação e reivindicação dentro do movimento LGBT.

Os grupos de trabalhos conseguiram elencar propostas novas que com certeza contribuirão para o Plano Nacional de Políticas Públicas para a População LGBT.

Mais uma etapa cumprida, em rumo a I Conferência Nacional GLBT.



Indicações:

Eventos:

1ª Conferência Nacional GLBT. Cujo o tema será: **Direitos Humanos e Políticas Públicas:** O caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

A conferência acontecerá em Brasília, no período de 06 a 08 de junho de 2008.

Mais informações:

www.conferencianacionalglbt.com.br

II Fortalecendo, articulando e informando mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais da Região Sudeste na cidade do Rio de Janeiro, direcionado a mulheres homoafetivas (lésbicas, bissexuais, transexuais).

Mais informações: www.orgulho.org

Sites:

Os sites abaixo são de instituições que trabalham com a questão da Diversidade Sexual e outros temas específicos para o público LGBT.

www.leoesdonorte.org.br

www.abgl.org.br

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier

Joyce Alves

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:

luas2908@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.



APOIO:



JORNAL LUAS – 18ª EDIÇÃO, MAIO/2008



Edição n.º 18, Recife, maio de 2008

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Editorial

Cada vez mais temos percebido em alguns casos a desconstrução da homofobia/lesbofobia, em outros, vimos cada vez mais acirrada. Qual o correto? Estamos vivendo numa sociedade onde temos falado do amor entre pessoas do mesmo sexo, amor que existe entre pessoas que não são heterossexuais. O amor passa a cada vez mais ser demonstrado em lugares públicos, casamentos, adoções, campanhas que tem atingindo a sociedade de modo geral.

Nos bastidores, descobrimos coisas terríveis, será que as pessoas sabem mesmo o que é amor o que é amar? Será que sabemos e aprendemos o que é respeito? Ou estamos fingindo que amamos e que respeitamos?

O que vale a cor da minha pele, minha orientação sexual, ou a pessoa sou e o caráter que tenho?

O que importa com quem me relaciono?

Será que preciso ser heterossexual para ser aceita, para ser amada por pessoas pelas pessoas?

Infelizmente ainda existem pessoas que seguem o modelo patriarcal onde os homens ainda querem dominar, assim como a heterossexualidade, onde as pessoas que amam e se relacionam com pessoas do mesmo sexo, são vista como pessoas anormais, que tem que sofrer repressão e ser culpada pelas coisas ruins que acontecem nas famílias, como na sociedade.

Até quando teremos que viver nos escondendo para amar, onde a violência é praticada em plena luz do dia. Quantos anos vamos precisar para desconstruir o preconceito. A homossexualidade já existe muito anos antes de Cristo e ainda vivemos desta forma, quantos anos ainda iremos precisar?

Dia 17 de maio, dia mundial de luta contra a homofobia.

Espaço Aberto:**Fortalecendo**

Ana Carla Lemós

Fortes**Olhares****Revolucionários.****Tantas****Autônomas****Lésbicas****Empoderadas.****Caminhos****Estreitos****Norteando****Desabrochando****Outros Olhares.****Abrem-se as janelas**Ana Carla Lemós
02.06.07

Abrem-se as janelas para as oportunidades
As janelas tornam-se as portas
As portas tornam-se caminhos
E esses caminhos trazemos para nossa vida
E a nossa vida para a eternidade
Nem que seja nas escritas que iremos deixar.

Fogem para a lua meus pensamentos,
Luas minguantes,
Luas crescentes,
Luas cheias,
Lotadas de encantos...

Fogem para a lua em cavalos brancos,
Brandos, trotes,
Cavalgadas silenciosas,

Sobre as almofadas da lua,
Grateras, quimeras,

Fúgidas idéias, que sobem para a lua,
E se perdem em buracos,
De esquecimentos...

Luas em círculos,
Como os ponteiros do relógio,
Como os pensamentos humanos,
Como os desejos horizontais,

Como a consciência,
Hora na chuva,

Hora no sol,
Hora na mente,
Hora sob o tapete da covardia...

Luas de noites brilhantes,
Abrigam amantes rolando na areia,
Abrigam amantes roçando na grama,
Abrigam amantes gozando na cama...

Luas e suas solidões,
Luas cinzentas,
Luas amadas,
Luas odiadas,

Luas de São Jorge,
Luas de dragões,
Luas de desejos,
Luas de ambições,

Luas subversivas,
Luas de lutas,

Luas loucas que beijam outras mulheres...

Raquel Berenguer, 13 de Março de 2007.

Apresentação do Grupo LUAS Liberdade e União Afetivo-Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais :

O LUAS nasceu em novembro de 2006. A principal atividade realizada neste período foi a publicação de jornais mensais que abordaram o tema "Amor entre mulheres". Atualmente contamos com a 17ª edição.

A partir da aproximação com o movimento LGBT, sentimos a necessidade criar uma Organização Social para trabalhar com as mulheres lésbicas e bissexuais, na perspectiva de fortalecê-las para atuarem na busca da garantia dos seus direitos. As atividades do Grupo LUAS tiveram início em maio/2007. O nome do grupo foi escolhido pela equipe de trabalho.

A principal atividade que o Grupo LUAS tem hoje é um trabalho voltado para as mulheres lésbicas e bissexuais com o curso de formação: Mulheres Lésbicas e Bissexuais: construindo novas realidades, apoiado pelo Fundo Ângela Borba.

Missão: Empoderar e fortalecer politicamente o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), contribuindo para inserção do mesmo nos movimentos sociais, desmistificando o preconceito e todas as

atuando para o controle social e efetivação de políticas públicas que garantam os Direitos Humanos de todas/os.

Objetivo:

O Grupo LUAS tem por objetivo trabalhar com o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) de base, através de ações e intervenções sócio-educativas sobre saúde/direitos humanos, gênero/feminismo, diversidade sexual, direitos sexuais/reprodutivos e arte/cultura, tendo como princípios:

- ☐ Plataforma Político Feminista;
- ☐ Equidade de Gênero;
- ☐ Direitos Humanos.

Princípios e valores:

- ☐ Transparência;
- ☐ Ética;
- ☐ Respeito;
- ☐ Cuidado;
- ☐ Coerência entre o discurso e a prática;
- ☐ Autonomia;
- ☐ Práxis (diálogo entre a teoria e a prática);
- ☐ Confiança;
- ☐ Afetividade;
- ☐ Horizontalidade

Diretoria atual:

Ana Carla Lemos - Presidente; Joyce Alves - Vice-presidente; Rosângela Coelho Andrade - Diretora Administrativa e Financeira; Gicele Cristina dos Santos - Tesoureira; Jéssica Regina Ramos - Secretária.

ORGANIZAÇÃO:

Ana Carla Lemos - bonzinha@yahoo.com.br

COLABORADORAS:

Layout: Karina Xavier

Joyce Alves

Para enviar sugestões, críticas e contribuir com o LUAS:

luas2906@yahoo.com.br

Recomendamos a reprodução total ou parcial desde que cite a fonte.



APOIO:



JORNAL LUAS – 19ª EDIÇÃO, JUNHO/2008



Jornal LUAS, edição n.º 19, Recife, junho/2008.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

28 de junho, Dia do Orgulho Gay

No dia 28 de junho é celebrado o dia Internacional do Orgulho Gay ou dia da Consciência Homossexual. Esta data foi escolhida porque marcou um acontecimento no ano de 1969 em Nova York, quando os homossexuais reagiram contra a polícia por não agüentarem mais tanta opressão e violência. Esta mesma polícia, cuja sua função social é proteger os/as cidadãos/as, invadia todas as noites os espaços de lazer do público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) e espancavam estas pessoas em nome de uma falsa moral.

Esta foi uma luta política onde os homossexuais obtiveram êxito. Não aceitaram passivamente as agressões e criaram um dia que simboliza a luta pela garantia de direitos. O dia 28 de junho é celebrado no mundo inteiro. Nos dias atuais Em S. Francisco, Nova York, nas principais cidades do Canadá e da Europa, autoridades e políticos se juntam a milhões de homossexuais que saem às ruas para defender seus direitos de cidadania. No Brasil comemoramos esta data desde 1981 e as Paradas da Diversidade Sexual se espalharam cada vez mais por todo país.

É certo que o público LGBT não tem tantos motivos para comemorar, pois a homofobia/lesbofobia/transfobia é bastante presente no cotidiano deste público e a negação dos seus direitos é ainda um problema bastante grave. O público LGBT é vítima frequentemente de violência verbal, psicológica, institucional, física e sexual, além de assassinatos.

Porém é válido lembrar que este dia é muito importante porque ele é o símbolo de uma grande conquista onde as Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros ganham cada vez mais visibilidade social, visibilidade esta que é fundamental para a garantia da efetivação das políticas públicas que promovam a inclusão, o respeito deste público.

É fundamental registrar que a livre orientação sexual é um direito inalienável. Não pode mais ser considerado como doença, nem desvio, nem crime. HOMOSSEXUALIDADE não pode mais ser considerada pecado porque ela não agride, nem faz mal a ninguém! O público LGBT luta pelo direito de amar quem quiser. Não se pode agredir, violentar em nome de Deus. Se Deus é justo como poderia querer uma sociedade tão desigual, onde apenas alguns têm direitos?

Está aqui a importância deste dia para refletir junto ao Poder Público e a sociedade civil sobre as injustiças sociais que os/as LGBT estão sendo submetidos durante toda história. O dia do Orgulho Gay é celebrado no dia 28 de junho, mas o movimento LGBT atua durante o ano todo para garantir a igualdade de DIREITOS citada em nossa Constituição Federal de 88 que comemora 20 anos este ano.



Foto da mesa de abertura da I Conferência Nacional GLBT, texto págs. 02 e 03.

Espaço Aberto

A Átis

Safe

Não minto! eu me queria morta.
Deixava-me, desfeita em lágrimas:
"Mas, ah, que triste a nossa sina!
Eu vou contra a vontade, jurô,
Safe". "Seja feliz", eu disse,
"E lembre-se de quanto a quero.
Ou já esqueceu? Pois vou lembra-lhe:
Os nossos momentos de amor,
Quantas grinaldas, no seu colo,
— Rossas, violetas, açafraão —
Trancamos juntas! Multiflores
Colares até! para o tenro
Pescoço de Átis: os perfumes
Nos cabelos, os óleos raros
Da sua pele em minha pele!

28 de junho

Ana Carla Lemos

No dia do orgulho gay, temos muito o que comemorar!
Também temos muito o que trabalhar.
O dia 28 de junho foi marcado por luta.
Hoje é marcado pelos dois: luta e comemoração.
No dia 28 de junho vamos a luta
Vamos nos unir, vamos juntos a nossa história registrar!

30 ANOS DA BANDEIRA DA DIVERSIDADE

A bandeira do arco-íris se tornou, sem dúvida, o mais conhecido símbolo da comunidade LGBT em todo o mundo. Ela foi elaborada pelo artista plástico Gilbert Baker, para a Parada do Orgulho em San Francisco, em 1978, originalmente com 8 cores que, por restrições de produção gráfica, acabaram reduzidas a 6, representando a vida (vermelho), a saúde/cura (laranja), o sol (amarelo), a natureza (verde), a harmonia (azul) e a espiritualidade (violeta). Ela representa também a Unidade na diversidade.



I Conferência Nacional LGBT

De 05 a 08 de junho de 2008, foi realizada a I Conferência Nacional GLBT no Brasil. Este momento foi um momento histórico não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente, pois o nosso país foi o 1º em todo o mundo a realizar o primeiro em todo mundo a realizar uma conferência nacional para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

Foi um grande evento, que reuniu o movimento social, o Governo Federal, Estaduais e Municipais para construir políticas públicas para este público.

A abertura da conferência foi bastante emocionante e contou com a participação de: o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, sua esposa Mariza, o Ministro da Saúde José Gomes Temporão, Paulo Vannuchi, Secretário Especial dos Direitos Humanos; Carlos Eduardo Gabas, Ministro Interino da Previdência Social, Luiz Dulci, Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; José Antonio Toffoli, Advogado-geral da União; Elói Ferreira de Araújo, Ministro-chefe interino da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, Nilcéa Freire, Secretária Especial de Política para as Mulheres, Cida Diogo, Presidente da Frente Parlamentar da Cidadania GLBT, Tony Reis, presidente da ABGLT, Fernanda Benvenutty - PB e Negra Cris-BA.

Durante os quatro dias de conferência tivemos alguns momentos bastante marcantes. Na mesa de abertura as pessoas presentes choraram com muita emoção pela proposta do evento.

Uma criança da plateia; enquanto Lula falava foi até os braços do Presidente e disse palavras de ordem: Brasil, Brasil, sem homofobia.

O clima do evento foi de bastante alegria, confraternização, onde fortaleceu ainda mais a vontade de contribuir pra a transformação social.

O momento do hino nacional tirou muitas lágrimas das pessoas, todo mundo cantou o hino e chorou de emoção.

Os dias seguintes foram de muito trabalho que resultou uma sensação de satisfação e de que valeu a pena.

Algumas das principais propostas aprovadas nos grupos de trabalho e na plenária final:

- ✍ Realização das campanhas do dia das mães, dos pais e namoradas/os, reforçado que também existem famílias LGBT, contribuindo para a desconstrução do modelo machista, patriarcal e o heteronormativo;
- ✍ Fundo de apoio através do Minc, Funarte e outros não só as instituições para realização culturais, mas também para pessoas físicas;
- ✍ Editais para realizar a parada da diversidade e outros eventos como caminhada lésbica, dia do orgulho gay, dia do orgulho trans;
- ✍ Incluir no calendário oficial os dias da visibilidade lésbica, dia do orgulho gay, dia do orgulho trans;
- ✍ Abertura de museus com materiais e histórico do movimento LGBT;
- ✍ NOVOS ARRANJOS familiares conseguimos mudar para FAMÍLIAS LGBT em todo documento da conferência como também a questão de gênero em todo texto final;
- ✍ Mudança da sigla nacional para o movimento LGBT antes considerado GLBT. Vale salientar que a mudança não é para colocar as lésbicas na frente e sim para dialogar e refletir no movimento as relações de gênero entre os gays e as lésbicas.

Apesar das desigualdades sociais encontradas no nosso Brasil e da falta de efetivação de políticas públicas que garantam os direitos e inclusão do público LGBT como sujeitos de direitos na sociedade brasileira, temos muito a comemorar.

A mesa de conjuntura internacional contou com representantes da África onde a homossexualidade ainda é tratada como homossexualismo (doença) e como crime, onde a pena de prisão pode ser de 1 a 11 anos.

A representante Chile trouxe em sua fala que em seu país não se tem o que comemorar, pois ninguém é livre para demonstrar seu afeto e nem tão pouco ter um trabalho com esta questão. Ela dizia com os olhos em lágrimas "no meu país não tem o que comemorar vocês brasileiros/as sim, tem muito". Essas e outros momentos importantes ocorreram em Brasília com a presença de seiscentas pessoas de todo Brasil para a realização da I Conferência Nacional GLBT.

Algumas palavras do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva na mesa de abertura:

"Não é fácil para um presidente da República, nem aqui no Brasil e nem em outro país do mundo, participar de eventos que envolvam um segmento tão grande, tão heterogêneo e tão motivo de preconceitos com vocês. Não é fácil."

"...porque nós estamos vivendo no Brasil um momento de reparação e o Brasil precisa de um processo de reparação".

Nós precisamos criar no Brasil o Dia do Combate à Hipocrisia. Eu sei que isso fere pessoas, deixa outras angustiadas, mas o dado concreto é que, se eu não conseguir criar, alguém vai criar, Nilcéa. Sabem por que é preciso criar o Dia do Combate à Hipocrisia? Porque quando se trata de preconceitos, eu o conheço nas minhas entranhas, eu sei o que é preconceito. Talvez seja a doença mais perversa impregnada na cabeça do ser humano. É uma doença que a gente não combate apenas com leis. A lei ajuda, a Constituição ajuda, montar conselhos ajuda, Tony, tudo ajuda, mas é um processo cultural. É um processo que passa por uma revolução cultural de as pessoas irem compreendendo que precisamos nos gostar do jeito que somos, que não precisamos querer que ninguém seja igual. Mesmo nesta plateia, é bem possível que tenha diferenças, que tenha preconceitos, uns achando "eu posso isso, mas aquele não pode aquilo". Se nós não arejarmos a cabeça, a despoluirmos de preconceitos, não cumprimos o que o Paulinho pediu aqui, que é a unidade em torno das coisas votadas no Congresso Nacional.

Vocês vão ter três dias de Conferência e, livremente, irão discutir, discursar, escrever, retratar e apresentar uma proposta para o governo. Posso dizer a vocês: o tratamento que vocês terão, com o documento que apresentarem, será igual ao tratamento que nós demos às 49 conferências que aconteceram antes da de vocês.

Ninguém pergunta a opção (orientação) sexual de vocês quando vão pagar Imposto de Renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo neste País. Por que discriminar na hora em que vocês, livremente, escolhem o que querem fazer com o seu corpo? É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir a correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram: conseguiram quebrar a casca do ovo, conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que não querem nada a mais, nem nada a menos do que ninguém. Vocês querem ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados, como todos querem ser respeitados no mundo.

Por isso eu quero dizer a vocês que, quando nós assinamos o Decreto, as pessoas começaram: "Mas você vai, Presidente?" Você sabe o que eu senti quando coloquei o boné na cabeça, Tony? O mesmo preconceito que tinha contra mim quando, pela primeira vez, eu coloquei o boné do Movimento dos Sem-Terra na minha cabeça. Eu nunca apanhei tanto. Eu era recém-presidente da República, recém-empossado, e coloquei o chapéu dos Sem-Terra na cabeça. Eu apanhei acho que mais de um mês na imprensa. Eu poderia colocar chapéu do Banco... Agora, eu não poderia colocar dos Sem-Terra, e me veio uma luz: eu vou colocar todos, porque somente assim vou quebrar o preconceito que as pessoas têm, de achar que você pode ou não pode fazer as coisas.

Quero dizer a todos vocês, companheiros e companheiras: Deus ilumine vocês, e apresentem aqui a proposta que vocês entenderem seja a melhor e que possa garantir... Eu posso dizer a vocês: no que depender do apoio do governo, no que depender do apoio do Poder Executivo e dos Ministros, nós iremos trabalhar para que o Congresso Nacional aprove o que precisar aprovar neste País.

Este ano também estamos comemorando 30 anos de Movimento LGBT, 30 anos da bandeira da diversidade, alguns momentos importantes durante todo este tempo:

- ✍ **1970** - 1ª Parada Gay em Nova York;
- ✍ A partir da década de 70 a aparição do público LGBT na mídia, até a presente data;
- ✍ **1978** - fundação do Grupo SOMOS em seguida o lançamento do jornal O LAMPIÃO, em São Paulo;
- ✍ **1980** - I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados, realizado em Semana Santa, no Rio de Janeiro;
- ✍ 1980 Criação do Grupo Lésbico Feminista - GALF;
- ✍ 1985 - Retira a homossexualidade da relação das doenças pelo Conselho Federal de Medicina;
- ✍ 1990 - A Organização Mundial de Saúde, no dia 17 de Maio de 1990, retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, declarando que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão".
- ✍ 1995 - Criação da ABGLT - Associação Brasileira de Gay, Lésbica e Transgênero;
- ✍ 1995 - 1ª Parada da Diversidade (SP);
- ✍ 1996 - Primeiro SENALE - Seminário Nacional de Lésbica;
- ✍ 2001 - I Parada da Diversidade de Pernambuco;
- ✍ 2005 - Criação da GLOS - Gerência da Livre Orientação Sexual de Recife - PE;
- 2007**
 - ✍ Realização da I Conferência Municipal da Livre Orientação Sexual de Recife e outros municípios do Brasil;
 - ✍ Maior debate e visibilização da história do movimento LGBT;
 - ✍ Maior diálogo do Movimento LGBT com o Movimento Feminista;
- 2008**
 - ✍ I Conferência Estadual LGBT em PE e em diversos estados do Brasil;
 - ✍ Lançamento do Coletivo de Mulheres Feministas da ABGLT;
 - ✍ I Conferência Nacional LGBT.

Documentos importantes para o público LGBT:

1948 - Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil no mesmo ano.

1988 - Constituição Federal - no seu artigo 5º diz que: " todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...);

2003 - Programa Brasil sem Homofobia;

2006 - Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas;

2006 - Princípios de Yogyakarta, publicação que fala sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

2007 - Lançamento do relatório do IV SENALE ocorrido em Recife/2006.

Leis em Pernambuco:

1999 - Lei Municipal de Olinda n.º 5168/99 - que prevê punições, como multa e suspensão do alvará de funcionamento, para estabelecimentos que praticarem alguma forma de discriminação racial, de gênero, por orientação sexual, etnia, religiosa...

2004 - Lei municipal n.º 17.025/2004 - pune nos termos desta lei qualquer ato discriminatório aos homossexuais, bissexuais ou transgêneros e institui o dia 17 de abril como dia da Diversidade Sexual.

EDITORIAL

Organização: Grupo LUAS - Liberdade, União, Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.
Textos: Ana Carla Lemos, Joyce Alves
Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier
Sugestão: luas2908@yahoo.com.br



APOIO:





Jornal LUAS, edição n.º 20, Recife, agosto/2008.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

29 de agosto, DIA DA VISIBILIDADE LÉSBICA

Como surgiu?

O dia 29 de agosto surgiu a partir do I SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, realizado no Rio de Janeiro, em 1996, onde mulheres lésbicas de diferentes regiões do Brasil se organizaram para pensar juntas em uma pauta única, ou seja, refletir sobre as necessidades em comum das mulheres lésbicas e bissexuais brasileiras. Além de outro objetivo: DÁR VISIBILIDADE AS MULHERES LÉSBICAS, através de uma articulação nacional, buscando a inclusão e implementação de políticas junto aos estados para este público.

O Porquê do dia 29 de agosto como dia da visibilidade lésbica?

Ter um dia específico para o dia da visibilidade lésbica é necessário para a visibilização das mulheres lésbicas que por muito tempo foram escondidas. Esta data é fundamental para o reconhecimento dessas mulheres na sociedade como sujeito de direitos.

Somos iguais a todas as pessoas e a nossa orientação sexual não muda o nosso caráter ou comportamento, simplesmente o que queremos é amar as pessoas SEM SERMOS DISCRIMINADAS, SEM SENTIR A DOR DO PRECONCEITO NA PELE E A DOR DA EXCLUSÃO.

VOCÊ SABIA?

- ✓Você sabia que a lesbiñidade assim como a homossexualidade existe 640 a.C.
- ✓Você sabia que na Grécia é onde se tem registro dos primeiros relatos do amor entre mulheres?
- ✓Você sabia que no Brasil a lesbiñidade também existe há muito tempo, e que apenas pelo PRECONCEITO das pessoas ainda vivemos esta invisibilidade?
- ✓Você sabia que existem países que pessoas do mesmo sexo podem se casar e adotar filhos?
- ✓Você sabia que no Recife existem duas leis e em Olinda uma, que proíbe a discriminação por orientação sexual em estabelecimentos públicos e privados?

E POR QUE AINDA EXISTE O PRECONCEITO?

- ✓Porque as pessoas não aprenderam a respeitar as pessoas como deveriam?
- ✓Por que as pessoas seguem uma lei que ninguém sabe a autoria?
- ✓Por que as pessoas julgam o correto sem saber o fundamento das coisas?

O que queremos?

• Simplesmente RESPEITO, onde podemos ser vista como qualquer pessoa, não pela nossa orientação sexual e sim pelo que somos. A nossa orientação sexual não pode ser condição para alguém nos amar ou nos respeitar!

- Queremos uma sociedade justa, onde todas as pessoas tenham os mesmos direitos independente da orientação sexual, raça/etnia, idade, classe social!
- Queremos ser reconhecidas pelo estado e sociedade igualmente, com os mesmos direitos porque pagamos os mesmos impostos!
- Queremos ter o direito de escolher com quem queremos casar!
- Queremos ter o direito de ter filhos/as adotados/as ou não!
- Queremos que nossas famílias sejam reconhecidas!
- Queremos um estado laico!
- Queremos simplesmente ter os direitos garantidos como todas as pessoas.



29 de Agosto:

Dia da Visibilidade Lésbica.
Um dia nos calaram, hoje não dá mais.

Um pouco da história do Movimento Lésbico:

Década de 60 o movimento Feminista reforça que não existe apenas a heterossexualidade, mas que existem outras formas de amar e sentir prazer;
 1978 - primeiro grupo Homossexual no Rio de Janeiro - Grupo Somos, no mesmo ano o lançamento do Jornal Lampião;
 1980 - Criação do Grupo Lésbico Feminista;
 Década de 90 - Fortalecimento dos grupos LGBT e surgimento de novos grupos;
 1995 - Criação da ABGLT - Associação Brasileira de Gay, Lésbica e Transgênero;
 1995 - 1ª Parada da Diversidade (SP);
 1996 - Primeiro SENALE - Seminário Nacional de Lésbica;
 2008 - Lançamento do Coletivo de Mulheres Feministas da ABGLT.

Acontecimentos na mídia:

1998 - Torre de Babel - casal lésbico, protagonizado por Christiane Torloni e Silvia Pfeifer;
 2003 - Mulheres Apaixonadas - casal lésbico onde houve o primeiro selinho, protagonizado por Renata Sorah e Cláudia Abreu;
 2004 - Senhora do Destino, casal lésbico com mais um selinho, protagonizado por Mylla Christie e Bárbara Borges;
 2006 - Belíssima - casal lésbico, protagonizado por Carolina Ferraz e Mônica Torres.

Sabemos que muitos outros fatos aconteceram, mas são tantos, selecionamos apenas alguns.

Neste mês não poderíamos deixar de lembrar algumas ativistas históricas do movimento Lésbico!! A essas mulheres nosso parabéns pela força, sede de luta e pela história construída!!!

Yone Lindgren RJ - 30 anos de movimento;

Marisa Fernandes - RJ

Alessandra Guerra, Luanna Marley - LAMCE - Marylucia Mesquita - DIVAS- CE;

Simone Valêncio - PR; Luriana Cohen, Martha Vasconcelo, Irina Bacci,

Elisângela Nunes- SP; Lucélia Dias Macedo - MS;

Ana Carla Lemos, Joyce Alves, Jéssica Regina, Inglaucia, Ana Marta, Rosângela

Pimenta, Iris de Fátima, Synara Clyni - Recife - PE; Cristiane Castro - PI; Negra

Cris - BA; Denise Limeira -

Dentre tantas outras mulheres do Brasil que fez e fazem história dentro do movimento Lésbico e Feminista, nossa saudação, admiração e parcerias.



No mês da Visibilidade Lésbica, não poderíamos deixar de falar em Safo. Quem foi ela?

Safo, nasceu em Eresos, uma cidade da fértil ilha de Lesbos entre 630 e 620 a.C., mudando-se para Mitilene ainda menina. Já em 593 a.C. figurava dentre os aristocratas deportados para a cidade de Pirra (também na ilha de Lesbos) por conspiração. Safo já tomava parte da vida pública (na política e na poesia) aos 19 anos. O ditador Pitágoras, temendo-lhe a escrita, condenou-a a um exílio mais distante, fora da ilha onde a condenou a um exílio mais distante, fora da ilha de Lesbos.

Após cinco anos exilada, volta para Lesbos, onde logo se torna a líder da sociedade local, no plano intelectual. Sedutora, não dotada da beleza na concepção grega da época (embora Sócrates a houvesse denominado "A Bela"), Safo era baixa e magra, olhos e cabelos negros, e de refinada elegância, viúva e vivendo numa sociedade não tinha regras morais como hoje se concebem.

Concebeu Safo uma escola para moças, onde lecionaria a poesia, dança e música – considerada a primeira "escola de aperfeiçoamento" da História. Ali as discípulas eram chamadas de hetairai (amigas) e não alunas... E a mestra apaixonou-se por suas amigas, todas... dentre elas, aquela que viria a tornar-se sua maior amante, Atis – a favorita, que descrevia sua mestra como vestida em ouro e púrpura, coroada de flores. Mas Atis apaixonou-se por um moço e, com ciúmes, Safo dedica-lhe os versos:

"Semelhante aos deuses parece-me que há de ser o feliz mancebo que, sentado à tua frente, ou ao teu lado, te contemple e, em silêncio, te ouça a argentea voz e o riso abafado do amor. Oh, isso – isso só – é bastante para ferir-me o perturbado coração, fazendo-o tremer dentro do meu peito! Pois basta que, por um instante, eu te veja para que, como por magia, minha voz emudeça; sim, basta isso, para que minha língua se paralise, e eu sinta sob a carne impalpável fogo a incendiar-me as entranhas. Meus olhos ficam cegos e um fragor de ondas soa-me aos ouvidos; o suor desce-me em rios pelo corpo, um tremor (...)

A aluna foi retirada da Escola por seus pais, e Safo escreve: "seria bem melhor para mim se tivesse morrido".

Em 1073 suas obras, junto com as de Alceu, foram queimadas em Constantinopla em Roma. Mas foram redescobertas poesias dela em 1897.

Sua poesia era considerada das mais sublimes. Safo era considerada uma dos chamados "Nove Poetas Líricos". Estrabão escrevera que "Safo era maravilhosa pois em todos os tempos que temos conhecimento não sei de outra mulher que a ela se tenha comparado, ainda que de leve, em matéria de talento poético".

Assim como na Grécia diziam de Homero "o Poeta", "a Poetisa" era ela.



Uma das poesias recuperada:

A Atis - Safo

Não minto: eu me queria morta.
Deixava-me, desfeita em
lâgimas;

"Mas, ah, que triste a nossa
sina!

Eu vou contra a vontade, juro,
Safo". "Seja feliz", eu disse,
"E lembre-se de quanto a
quero.

Ou já esqueceu? Pois vou
lembra-lhe

Os nossos momentos de
amor.

Quantas grinaldas, no seu colo;
— Rossas, violetas, açafão —
Tranças juntas! Multiflores
Colares até para o tenro
PESCOÇO de Atis; os perfumes
Nos cabelos, os óleos raros
Da sua pele em minha pele!

Cama macia, o amor nascia
De sua beleza, e eu matava
A sua sede! (...)

Cai a lua, caem as Plêiades e:
É meia-noite, o tempo passa e
Eu só, aqui deitada, desejante.

— Adolescência,
adolescência,
Você se vai, aonde vai?
— Não volto mais para você,
Para você volto mais!

Atividades realizadas na semana da visibilidade lésbica pelo Grupo LUAS e outras instituições:

28 - Audiência Pública: Lesbianidade e Família.

Local: Assembleia Legislativa de PE –
Realização: Fórum LGBT de Pernambuco, AMHOR, Grupo LUAS.

Apoio: ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas, LBL – Liga Brasileira de Lésbicas.

✓ Panfletagem em algumas unidades de saúde do Recife, com entrega de carta falando sobre a saúde integral para as mulheres lésbicas, cartazes e postais.

Realização: Fórum de Mulheres de PE.
Apoio: Grupo LUAS.

✓ **Panfletagem nas ruas do Centro do Recife**

Realização: Grupo LUAS, LBL – Liga Brasileira de Lésbicas.

Apoio: ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas.

✓ **Quintas da Diversidade em Homenagem as Lésbicas – Pátio de São Pedro.**

Realização: Prefeitura da Cidade do Recife

Apoio: Grupo LUAS, Fórum LGBT de Pernambuco, AMHOR, Movimento Gay Leões do Norte.

29 - Lançamento Oficial do Grupo LUAS e Festa da visibilidade Lésbica.

Espaço Aberto

Um dia nos calaram

Ana Carla Lemos 18.08.07



Um dia nos calaram por muitos momentos.

Prenderam-nos pela nossa orientação sexual.

Hoje, não dá mais pra silenciar.

O meu amor entre iguais guardar.

Por que as pessoas não querem vê ou porque acham feio.

Hoje ousamos.

Hoje conversamos.

Hoje mostramos.

Hoje gritamos pelos nossos direitos, onde não podemos ficar refém de uma sociedade heteronormativa, ou dos preconceitos

impostos da falta de efetivação dos direitos.

Não dá mais pra calar, eu quero é gritar, na busca e na certeza de garantir cada vez mais direitos, os nossos direitos, de mulheres que amam mulheres, de homens que amam homens, de gente que ama gente.

Um dia calamos, hoje não dá mais.

EDITORIAL

Organização: Grupo LUAS - Liberdade, União, Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.

Texto: Ana Carla Lemos

Revisão: Joyce Alves

Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier

Sugestão/críticas/colaboração:

luas2908@yahoo.com.br



APOIO:



JORNAL LUAS – 21ª EDIÇÃO, SETEMBRO/2008



Jornal LUAS, edição n.º 21, Recife, setembro/2008.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Edição Especial de finalização do curso de Formação: Mulheres Lésbicas e Bissexuais Construindo Novas Realidades

O Grupo LUAS, através da aprovação do projeto para formação de mulheres lésbicas e bissexuais, aprovado pelo Fundo Ângela Borba, realizou um curso com jovens mulheres lésbicas e bissexuais onde foi discutidos vários temas como: História da Lesbianidade; Gênero; Identidades Sexuais; DST/Aids; Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos; Legislação e Jurisprudências LGBT; Visibilidade Lésbica, Família, Homoparentalidade e fortalecimento pessoal.

Além desses temas conversamos muito sobre relações interpessoais, principalmente nas famílias, como foi o processo de conversar com a família sobre a orientação sexual e assumir a lesbianidade: benefícios e enfrentamentos no cotidiano; como me sinto quando não sou visibilizada; quando meus direitos não são reconhecidos; como me sinto em não falar a verdade sobre minha orientação sexual?

Neste processo todo junto às jovens mulheres lésbicas e bissexuais, foi muito gratificante para todo o grupo conhecer ainda mais o cotidiano de outras mulheres que na sua maioria não falam da sua sexualidade pela discriminação cotidiana enfrentada, principalmente dentro das famílias.

Durante o percurso algumas mulheres lésbicas conversaram com a família sobre a orientação sexual, onde várias reações aconteceram, desde aceitar e respeitar, a ser expulsa de casa, continuando ainda com a violência verbal e psicológica que é a grande realidade de muitas mulheres lésbicas e bissexuais.

Na avaliação que fizemos todas as participantes acharam de fundamental importância a realização do curso, porque as ajudou a se assumir junto a família e também a conhecer temas e além de tudo a vontade de levantar a bandeira das mulheres lésbicas e bissexuais, com o tal empoderamento que tanto precisamos para enfrentar uma sociedade machista, patriarcal e heteronormativo.

Agradecemos a todas/os educadoras/es que participaram e contribuíram com todo este processo como: Ana Carla Lemos; João Ricard; Joyce Alves; Marylucia Mesquita e Raquel Berenguer.

Agradecemos também as organizações que nos apoiaram e nos apoiam: Fundo Ângela Borba, SOS Corpo, Instituto PAPAI.

Teu corpo ou uma paz

Kátia Martins

Eu quero tuas mãos
No percurso do meu corpo pela noite.
Eu quero as tuas mãos
No decurso da noite pelo meu corpo.

Eu quero os teus pés
Ao longo do meu caminho.
Eu quero as marcas das tuas pegadas
Na estrada do meu tempo.

Eu quero tua boca na minha boca
Tua boca na minha até o meu pescoço.
Eu quero tua boca me dizendo coisas
Que eu não saberia imaginar.

Eu quero você inteira
Para eu ser também completa.
Eu quero através disso poder pensar,
Nas tuas mãos, nos teus pés, em tua boca ...
E poder dormir em paz,
Por saber que também são meus...



Fragmentos da avaliação do curso:

- O curso foi muito proveito porque aprendi coisas que eu não sabia e o mais importante, me ajudou a me aceitar quanto lésbica e falar para a minha família da minha orientação sexual. (Thamires)
 - O curso me ajudou muito, bastante proveitoso principalmente no conhecimento das leis que me "protege" de qualquer discriminação. (Lene)
 - O curso me ajudou bastante para me assumir junto a minha família, foi como tirar um peso das minhas costas. O tema da minha dissertação será Adoção por casais LGBT. (Andrea)
 - No curso adquirir vários conhecimentos acerca da história das mulheres lésbicas e bissexuais, da luta contra este preconceito, e instrumentos para o fortalecimento desta luta. Conhecimento enfim, sobre a vida, o mundo e sobre mim mesma.
- Desta forma, esses conhecimentos estão sendo vivenciados por mim, no sentido de me deixar mais segura e preparada para lutar pelos meus direitos, cidadania, identidade e felicidade. (Kátia Martins)



Algumas das meninas que participaram do curso.
Nossos agradecimentos pela dedicação, presença, trocas, coragem, amizade, discordâncias, ausências, saudades, construção, choros, alegrias e sobre tudo a continuidade dos laços.

LUAS

Joyce Alves, 27/09/2008

O que é este LUAS?

Que me faz sentir tão forte, tão segura, tão mulher...

Que me faz perder o medo, que me faz enfrentar o mundo...

O que é este LUAS?

Que me dá tantos motivos para lutar e acreditar num mundo mais justo...

Que me encoraja e me mostra tantos motivos para sonhar e viver...

O que é este LUAS?

Que me faz descobrir cada vez mais quem eu sou...

Que me faz gostar cada vez mais de mim...

O que é este LUAS?

Que me faz olhar nos olhos das pessoas e dizer sem medo: SOU LÉSBICA!

Que me dá voz, que me dá vez, que me ajuda a construir minha identidade...

O que é este LUAS?

Que quebra a minha invisibilidade e me aproxima de mim mesma...

Que me fortalece politicamente para lutar pelos meus direitos e pelos direitos de outras mulheres...

O que é este LUAS?

Que me motiva a trabalhar de noite ou de dia, finais de semana ou feriados, sem nenhum retorno financeiro...

Que me traz satisfação e amadurecimento, que me fortalece e me dá vida!

... Este LUAS

É a voz das mulheres lésbicas oprimidas, excluídas, marginalizadas por esta sociedade patriarcal...

Este LUAS

É a continuação da história de luta que outras mulheres lésbicas iniciaram no passado...

Este LUAS

Sou eu, é você, somos todas nós que não aguentam mais o silêncio e a invisibilidade...

Este LUAS

É o meu grito de LIBERDADE, é o meu protesto contra o machismo e contra a opressão...

Este LUAS

É aquilo que eu chamo de realização pessoal, aquilo que dá sentido a minha vida, que deixa tudo mais lilás, mais bonito, mais colorido...

Este LUAS

É algo que já faz parte de mim...

Este LUAS

É a minha coragem, minha VERDADE e a minha essência.

Para as meninas do LUAS.

Construção

Cecília Tavares, 02/03/2008

Construir caminhos,

Demarcar linhas,

Sublinhas metas.

Quando unimos pensamentos e forças,
somos fortes, somos muitas e não
passamos e nem pousamos como
únicas.

Dessa forma cada uma de nós faz parte
de novas histórias.

Trocamos fragilidades vividas, medos,
desistências, informação...

Alinhando conhecimento com a razão.

Seremos tijolos e cimento.

Erguendo pontes e enraizando fontes de
cooperação.

Sairemos umas mais fortes, outras mais
esperançosas, curiosas ou militantes.

Mas nenhuma de nós poderá passar
impune diante do conhecimento e a
razão.

Cada momento é único, é mais uma
oportunidade de estarmos juntas,

Então vamos celebrar nossa união.



EDITORIAL

Organização: Grupo LUAS - Liberdade, União,
Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.

Texto: Ana Carla Lemos

Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier

Sugestão/críticas/colaboração:

luas2908@yahoo.com.br



Amizade

Thamires Bezerra - 27.09.08.

É uma riqueza de inacabável valor.

É um amor.

Na vida fazemos amigas, que podem se
tornar irmãs, unidas, pelo mesmo objetivo,
todas cidadãs.

Vivendo a democracia

Respeitando opiniões

Encontrando soluções.

Amigas são importantes em todas as
ocasiões.

Seja inteligente e tenha
várias irmãs.



APOIO:



JORNAL LUAS – 22ª EDIÇÃO, JANEIRO/2009



Jornal LUAS, edição n.º 22, Recife, janeiro/2009.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Feliz 2009

O Grupo LUAS, agradece pelo apoio recebido e compartilhado durante todo o ano de 2008. Pelo carinho, parceria, investimentos, pelos acontecimentos e por fazer parte da história do movimento LGBT, onde cada ação forma um grande livro, com a história das nossas vidas e lutas.

Neste ano de 2009 desejamos a todas e todos os mais belos momentos de amor, paz, sinceridade, investimento nos sonhos e realizações de metas. Que durante todo o ano possamos ter uma sede inesgotável de plantar e colher frutos para nós, agora e futuramente.

Que neste novo ano possamos plantar e sentir em nossas entranhas o amor verdadeiro, o amor próprio e pelas outras pessoas.

Que o perdão seja parte do nosso cotidiano, que por mais que seja difícil podemos exercer o amor e perdoar verdadeiramente, olhos nos olhos.

Que nossa vida se torne mais leve e mais suave.

Que brilho do sol aqueça nossos corações, nos tornando mais fortes e saudáveis.

Que a lua nos inspire e nos permita a brisa da noite com as estrelas.

Um 2009 repleto de maravilhas e muitas conquistas.



O amor em suas fases

O amor é sempre novo,
Temos o privilégio
De estar sempre em busca
De um novo amor,
Do verdadeiro amor
O amor tem o poder,
De nos levar ao paraíso,
Quando chegamos a sonhar,
De uma forma sublime
E não queremos acordar desse sonho,
E nem conseguimos
Ou até mesmo ao inferno,
Onde, chegamos ao fundo,
Fundo de um buraco
Que parece não ter fim,
Significando, horas, dias, semanas,
Ou até mesmo anos,
De decepção e tristeza,
E aí é necessário buscar um novo amor
E quando nos permitimos partir,
Em busca desse amor,
Consequentemente,
Ele também parte ao nosso encontro
E nos salva
Fazendo parte da nossa existência,
(Andréa Lima)



Como formalizar publicamente sua união afetiva?

Benedito Medrado e Jorge Lyra (Instituto PAPAÍ)



Muitas pessoas desconhecem seus direitos. Outras até reconhecem os direitos que tem, mas não sabem como podem ter acesso a eles. Neste sentido, aceitamos o convite de LUAS para publicar, nesta edição, uma orientação muito simples sobre como hoje, em Recife ou em qualquer lugar do Brasil, é possível ter sua união reconhecida pela lei.

Com certeza, o ideal seria termos um direito que efetivamente reconhecesse todas as formas de afeto, indiscriminadamente. O que esperamos é que, um dia, haja leis sobre a união entre as pessoas, não apenas entre um homem e uma mulher. Isso facilitaria e agilizaria muito o acesso a direitos, tais como o recebimento de pensão por morte e a adoção de crianças por casais LGBT e, mais do que isso, o próprio reconhecimento dessas pessoas como cidadãos e cidadãs.

Como diz Tiago Freitas, é preciso destituir o direito de família do moralismo que circunda o meio jurídico e encarar o fato da existência da união entre pessoas do mesmo sexo e da necessidade desse tipo de união receber amparo legislativo, e não ficar entregue apenas ao entendimento judicial. Além disso, já que não há uma lei que proteja as relações homossexuais, então podemos usar o pensamento de Norberto Bobbio como referência, segundo o qual "tudo o que não está explicitamente proibido, está implicitamente permitido".

Enquanto o direito não avança como gostaríamos, os operadores do direito tem criado progressivamente jurisprudência e outros instrumentos legais que reconhecem a união homoafetiva como entidade familiar.

PASSO A PASSO

Se você e seu companheiro são maior de idade e querem ter uma escritura pública que oficialize sua união, basta seguir os seguintes passos:

- 1) Localize um cartório de Notas de Ofício em sua cidade.
Em Recife, recomendamos o Tabelionato Figueiredo, 8º Ofício de Notas, www.tabelionatofigueiredo.com.br. Este cartório fica na Av. Herculano Bandeira, 563, próximo à Galeria Joana D'Arc, no bairro do Pina. O telefone é (81) 3467.8000.
- 2) Elabore o texto, com ajuda de um advogado (para adequação da linguagem jurídica).
Se quiser, você pode simplesmente copiar ou adaptar o texto sugerido no box ao lado, elaborado pelo tabelião Ivanildo de Figueiredo Andrade de Oliveira Filho. Esse texto já está disponível no próprio sistema do Tabelionato Figueiredo. Mas, se você optar por outro cartório, pode levar consigo uma cópia do arquivo impresso ou em CD (ou pendrive). Há uma versão em word no site do Instituto PAPAÍ (<http://www.papai.org.br/admin/biblioteca/arquivos/20081220174354.doc>).
- 3) Dirija-se com seu companheiro ou companheira ao cartório. Se desejar, pode também levar testemunhas, mas não é obrigatório.
- 4) Leve consigo carteira de identidade e CPF.
- 5) O valor cobrado está em torno de R\$ 120,00.
- 6) Todo o processo dura cerca de 30 minutos.

Sugestão de leituras

DIAS, Maria Berenice. União Homossexual - o Preconceito e a Justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 3a. edição, 2006.
FREITAS, Thiago - "União homoafetiva e regime de bens"
GONTIJO, Segismundo. A Parceria dita Gay. COAD Informativo. Boletim Semanal n.º 19, maio 1997, p. 242. Disponível na Internet, em <http://www.gontijo-familia.adv.br>.

O que é uma escritura pública?

Uma escritura pública é, em linhas gerais, um documento autêntico oficial que formaliza e torna pública uma "declaração de vontade", ou seja, é um documento produzido em cartório, a partir da declaração de duas pessoas, cujo conteúdo é "traduzido" para a linguagem jurídica, sendo assinado por uma autoridade pública que tem competência legal para atribuir *fé pública* e *autenticidade* ao documento. A escritura pode ser feita em cartório, na via administrativa, sem Fórum, audiências e trâmites processuais que, em geral, demoram bastante.

MODELO DE ESCRITURA PÚBLICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE PERNAMBUCO



ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO DE UNIÃO HOMOAfetiva ENTRE MARIA E MADALENA, NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM todos quantos virem esta Escritura Pública de Declaração de União Homoafetiva que, data, nesta Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, neste Tabelionato do N.º Ofício de Notas, situado à Endereço compareceram perante mim, Nome do tabelião, Tabelião Público, as partes, entre si justas e contratadas, de um lado, MARIA, doravante simplesmente designado como Primeira Declarante, e, do outro lado, MADALENA, doravante simplesmente designada como Segunda Declarante. Os presentes reconhecidos como os próprios por mim, Tabelião Público, conforme os documentos que me foram apresentados, pessoas maiores e juridicamente capazes, do que dou fé. E por ambos os Declarantes, cada um a seu tempo, me foi dito e afirmado que, para efeitos de constituição de união homoafetiva com o reconhecimento de entidade familiar como previsto no art. 226 da Constituição da República, resolvem constituir a presente união em conformidade com as seguintes cláusulas e condições: 1) DA CONVIVÊNCIA COMUM - São os Declarantes pessoas maiores, livres e capazes, e que desde <data de início da convivência>, ou seja, há N.º anos, convivem e mantêm relação de união homoafetiva. 2) DA CONSTITUIÇÃO DA UNIÃO - Resolveram os Declarantes, entre si, movidos pelo respeito recíproco, formalizar a convivência desta união homoafetiva, passando ambos a respeitar os deveres compatíveis com as próprias características dessa união, inclusive para efeitos previdenciários, de seguridade social e de constituição de patrimônio comum. 3) DO REGIME DE BENS - Formalizada a união, ambos os Declarantes reconhecem entre si o regime da <regime de bens>, pertencendo ao patrimônio comum das partes todos os bens anteriores à constituição da união, assim como os bens adquiridos na constância do consórcio. 4) DOS BENS FUTUROS - Os Declarantes estabelecem, como regra, que os bens que vierem a ser adquiridos como acréscimo patrimonial na constância da convivência, a exemplo das aquisições de imóveis, móveis, direitos, créditos, ações, investimentos, ficarão na esfera patrimonial comum, susceptíveis de comunicação e divisão. 5) DOS EFEITOS DA UNIÃO HOMOAfetiva - A união afetiva, podendo ser reconhecida como entidade familiar, é constituída para todos os efeitos de interesse comum das partes Declarantes, perante a Previdência Social, entidades públicas ou privadas, companhias de seguro, instituições financeiras e creditícias, e onde houver necessidade de produção dos seus jurídicos efeitos. 6) DA DISSOLUÇÃO DA UNIÃO - Estabelecem os Declarantes que a celebração da presente escritura declaratória e de constituição da união homoafetiva tem como condição basilar e razão de ser de sua própria existência, o respeito mútuo e da integridade, sendo, todavia, se for o caso, facultado às partes a sua dissolução por mútuo acordo e/ou por rescisão. 7) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Os Declarantes, com a assinatura do presente instrumento público, sacramentam a citada união, publicizando-a, aplicando-se ao vínculo celebrado, no que couber e não houver condição ou cláusula contrária na presente escritura, o disposto na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996 e nos artigos 1.723 a 1.726 do Código Civil de 2002. E assim convencionados e contratados, de acordo me pediram que lavrasse a presente Escritura Pública, que depois de lida e considerada conforme, aceitam e assinam. Recolhida as Taxas(...) Certifico que foram observadas todas as exigências prescritas pelo art. 215 do Código civil de 2002, ficando dispensadas as testemunhas a teor do 5.º do referido dispositivo legal. Essa escritura somente é válida com o selo de autenticidade e fiscalização apostado abaixo e se não houver nenhuma rasura.

Notícias:

ABERTA INSCRIÇÕES PARA O II CURSO DE FORMAÇÃO MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

OBJETIVO:

Reunir mulheres lésbicas e bissexuais para fortalecimento político e empoderamento dessas mulheres na sociedade e dentro das famílias, contribuindo para a visibilização desses sujeitos de direitos.

Assuntos	Cronograma	
Inscrição	30/12 à 13/01/09	
Divulgação das selecionadas	15/01/2009	
Início do curso - Acolhimento, apresentações	17/01	
Gênero	24/01	31/01
História da Lesbianidade	07/02	14/02
Prevenção às DST/Aids	28/02	07/03
Saúde, direitos Sexuais e Reprodutivos	14/03	21/03
Legislação e Jurisprudências LGBT	28/03	04/04
Encerramento da primeira etapa, construção do jornal, avaliação	11/04	

CONTATO:

E-mail: luis2908@yahoo.com.br
Telefones: 87221667

Decisão inédita no Estado de São Paulo. (Justiça permite que transexuais ainda não operado, faça a mudança de nome em sua documentação)

Publicado em Diário Oficial, no dia 11 de dezembro de 08, a sentença do juiz Paulo Sergio Rodrigues, da 4ª vara civil de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, autorizando a mudança de nome da transexual de 44 anos. Essa decisão é inédita dentro do Estado de São Paulo, por ainda não estar operada, acredita que com essa decisão, a transexual terá mais facilidade no seu atendimento, evitando certos tipos de constrangimentos. Em breve o nome do homem chamado, Márcio Antônio Lodi, dará lugar ao nome da transexual que passará a se chamar Audrey Vitória Lodi. Essas decisões são muito importantes, prova que a luta do movimento LGBT, não é em vão e que o pensamento do poder judiciário está mudando, onde, se extingue aquela mentalidade primitiva e que éramos obrigados/as a

Retrospectivas 2008:

O ano de 2009 foi um ano marcante da vida do movimento social, especificamente do movimento LGBT. O Grupo LUSA em mais um de trabalho relata algumas das atividades realizadas:

Campanhas:

- **Uma mãe ama e protege. Duas mães, amam e protegem.** Cujo era sensibilizar a sociedade para o respeito a todas as formas de amar, e todas as famílias, independente das orientações sexuais. Como também uma homenagem às mães Lésbicas e Bissexuais.
- **O AMOR QUE OUSA DIZER O NOME**, para comemorar o dia 12 de junho, dia dos/as namorados/as, demonstrando para a sociedade que existem várias formas de amar, desmistificando o modelo heteronormativo imposto pela sociedade. Além de não ter como fim o apelo comercial, é uma campanha que vai levar as pessoas à reflexão sobre os direitos e respeito à livre expressão da orientação sexual, bem como a necessidade do entendimento de que toda forma de amor vale a pena, visibilizando e desmistificando o amor de todas as formas e as diversas orientações sexuais.

Essas campanhas foram realizadas em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da UFPE – NUCH, Movimento Gay Leões do Norte, o site Toda Forma de Amor.

Curso:

- **I Curso de Formação: Mulheres Lésbicas e Bissexuais**, construindo novas realidades.
Apoios recebidos: Fundo Ângela Borba, Prefeitura da Cidade do Recife, através da GLOS – Gerência da Livre Orientação Sexual.

Parada da Diversidade:

01/06/08 - II Parada da Diversidade de Camaragibe: Ser ou Não Ser: de que importa as diferenças se somos todos/as iguais.

Realização e parceria: Grupo Gaymado.

Apoio: Prefeitura Municipal de Camaragibe, Secretaria de Cultura de Camaragibe.

14/09/08 – Participação da Comissão organizadora da 7ª Parada da Diversidade de Pernambuco: Pernambuco Sem Homofobia: Criminalização Já.

Organização: Fórum LGBT de Pernambuco.

Seminário:

25/05/08 - I Seminário Diversidade Sexual: muita história para contar.

Apoio: Prefeitura Municipal de Camaragibe, Coordenadoria Municipal de DST/Aids, Fundação de Cultura, Photoshop.

EDITORIAL:

Organização: Grupo LUSA - Liberdade, União Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.
Texto: Ana Carla Lemos, Andréia Lima, Benedito Medrado e Jorge Lyra (Instituto PAPA)
Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier
Sugestões críticas/colaboração: luis2908@yahoo.com.br



APOIO:





Jornal LUAS, edição n.º 23, Recife, junho/2009.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Ato público, exige do Governo do Estado de Pernambuco implementação de políticas públicas específicas para a população LGBT.

No dia 15 de junho de 2009, o Fórum de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Pernambuco – (LGBT/PE) realizou em frente a sede do Governo do Estado de Pernambuco um ato público, com a finalidade que o Governador Eduardo Campos recebesse os/sd representantes do Movimento LGBT, para discutir a criação e implementação de políticas públicas que assistam ao segmento. Tendo como prioridade na pauta de discussões a criação de uma coordenadoria específica para trabalhar com a população LGBT e suas necessidades sociopolíticas. O evento foi satisfatório, pois dez representantes foram recebidos/as por um representante do Governo, Secretário da Casa Civil Sr. Ricardo Leitão, iniciando assim um diálogo com o governo estadual. O Movimento mostrou sua força política e teve uma repercussão positiva na mídia impressa e áudio visual. Além dos resultados da reunião, cujo o secretário se comprometeu em:

- A publicar as diretrizes estabelecidas na 1ª Conferência Estadual LGBT, realizada em abril do ano passado;
- Articular dentro da pasta de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos uma equipe que possa dialogar especificamente com o movimento LGBT. Essa seria etapa inicial para a criação da Coordenadoria de Livre Orientação Sexual, exigida pelo movimento LGBT;
- Encaminhar para sanção do governador Eduardo Campos a 12.876/2005, que dispõe sobre a elaboração de estatísticas de crimes contra homossexuais em Pernambuco;
- Agendar uma audiência pública com o governador Eduardo Campos e o Fórum LGBT para discutir o encaminhamento de implementação das políticas públicas para esta população. A audiência será realizada o mais breve possível junto ao governo.

OUTRAS INFORMAÇÕES:

Fórum LGBT de Pernambuco

Fone: (81) 8722.1667 / flgbtpe@gmail.com

Gosto do gosto

Rita C. Ferreira

Gosto do seu sorriso largo
Gosto mais ainda das suas
mãos-em torno do meu
corpo.

Gosto de quando fazemos
amor por toda casa,
Gosto dos seus gemidos,
seus suspiros,

Da sua pele molhada;
De sua face de gozo, da sua
língua percorrendo meu
corpo,

Suas coxas entrelaçadas as
minhas,
Seu hábito quente no meu
pescoço,

Sua respiração ofegante,
Seu jeito de mulher.

Gosto de como me olha,
Gosto de entrar dentro de
seu ser.

Gosto de sentir que gosto
de você!

E gosto de você...



Notícias:

Lésbica eleita bispa na Suécia

A igreja luterana da Suécia escolhe lésbica assumida para bispa em Estocolmo. Eva Brunne casada e com um filho de 3 anos, diz estar muito feliz por fazer parte de uma igreja que encorajam as pessoas a fazerem suas próprias decisões.

Fonte: Dykerrama

Direitos concedidos:

Concedida pela Caixa Econômica licença-adoção de 180 dias para seus funcionários solteiros ou em relação homoafetivos estável. O mesmo tinha sido concedido pelo banco para as mulheres em abril deste ano.

A ampliação garante direitos iguais para homens e mulheres. Segundo o vice-presidente de Gestão de Pessoas da Caixa, Edilo Ricardo Valadares. O banco tem assumido posturas pioneiras e de vanguarda, em busca da inclusão.

Ressaltando que no caso das crianças até 4 anos será dada licença de 120 dias para crianças até 8 anos foi reduzido para 75 dias, o direito só será mantido para os/as funcionários/as que tiver o nome no registro da criança.

Fonte: O Globo online

"MANIFESTO INSANO"

"Chegou a nossa hora! Chegou a sua hora povo brasileiro! Chegou a sua hora psicólogos".

As palavras da psicóloga fazem lembrar que atos como esses eram tolerados. A Psicóloga Rozana Justino vem se mostrando contra o Conselho de Psicologia e contra a constituição que ela mesma gosta de citar em seus artigos intitulados, "MANIFESTO SILENCIOSO".

Nele ela cita termos como homossexualismo, de tratar doentes, que tanto às mulheres e homens que gostam de pessoas do mesmo sexo são proliferadores do pecado.

A Psicologia é uma ciência que estuda os processos mentais (sentimentos, pensamentos e razão) e o comportamento humano e animal. Portanto seria irracional que pessoas que estudam as relações humanas, continuarem agindo de maneira separatista. É de grande importância saber que a homossexualidade não é uma doença. A Classificação Internacional de Doenças, 10ª Edição (CID-10), publicada pela Organização Mundial da Saúde em 1992, excluiu a homossexualidade, como tal, da sua relação de Transtornos de comportamento.

Conheça o blog da dita psicóloga para conhecer todo o protesto: <http://deputadopasdelira.blogspot.com>

Em pleno século XXI tem pessoas que querem retrocer. O

EDITORIAL

Organização: Grupo LUAS - Liberdade, União, Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.

Texto: Ana Carla Lemos, Rita C. Ferreira, Jessica Regina, Bárbara Mayara

Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier

Sugestão/críticas/colaboração: luas2908@gmail.com

28 de junho: Dia do Orgulho LGBT.

Por muitos momentos, foi muito silenciado e escondido o amor entre iguais; até chegar o momento em Nova York, onde as pessoas se sentiram tão reprimidas por não poderem expressar-se, podendo apenas fazê-lo em guetos, e até nesses guetos não estava dando, porque os policiais e a sociedade homofóbica, já desconfiava que no Bar Stonewall era frequentado apenas por LGBT (lésbica, gay, bissexuais e travestis e transexuais), onde toda semana tinha batida policial, chegando um dia onde as pessoas presentes não aceitaram mais, havendo uma revolução que durou três dias, só parando com a intervenção do prefeito da cidade.

Através dessa revolução ocorrida em 28 de junho de 1969 (onde essa data é comemorada em todo mundo como dia do Orgulho LGBT). Este ato resultou e marcou com a realização da primeira parada do orgulho gay em 1970, onde outros países e cidades adotaram a ideia, onde acontece até os dias atuais.

A data é histórica, porque marca para o movimento LGBT o início da busca por direitos da população e o respeito pela sociedade.

Conheça um pouco mais da história:

www.stonewallbrasil.com



Leis no Estado de Pernambuco:

Se você sofrer qualquer tipo de discriminação, procure seus direitos, através das leis:

Lei Municipal do Recife 17.025/2004

Lei Municipal de Olinda 5.168/99.

Essas leis coíbem qualquer tipo de discriminação por orientação sexual.

Em caso de violência procurar a delegacia e/ou Ministério Público.

Nunca se caia diante das injustiças desta sociedade!

O amor que ousa dizer o nome!



AFIIO:





Jornal LUAS, edição n.º 25, Recife, janeiro/2010.

Espaço para apresentar o amor entre mulheres, para descortinar os panos e abrir as portas, onde este amor viveu coberto e escondido por muito tempo, mas hoje não dá mais para calar.

Certo e Errado!!

Quando discutimos padrões éticos normativos, quase sempre encontramos alguém dizendo:

"Não é certo isso, não é certo aquilo!"

Mas deixo uma pergunta para que vocês leitoras e leitores, possam aos poucos se perguntar:

- O que faz da minha verdade a coisa absoluta?
- Partindo do princípio de quem ou de que afirmamos a nossa teoria sobre a moral?
- De que verdade estamos falando?
- O que é verdade?
- Como definir a ética?

Ao fazer essas perguntas a nós mesmo ou a outros, poderemos perceber que muitos dos conceitos de ética, moral, verdade se tornam às vezes um tanto subjetivo. Apesar de muitos afirmarem que a moral tem seus conceitos bem definidos, podem ser questionados.

Gosto da definição crua da ética e da moral, que diz: Não nascemos com conceitos, nem preceitos, adquirimos no convívio com a sociedade, parâmetros delimitadores que nos norteiam e conduzem-nos a uma "verdade absoluta". Nada que até então possamos inferir a alguém, pode ser considerado como verdade única (absoluta).

Então pergunto:

- O que me faz detentora ou detentor da verdade absoluta?
- O que é absoluta?

Voltamos para o início. Então o melhor é começarmos a perceber o quanto podemos fazer mal a alguém quando impomos nossas verdades, sem antes mesmo perguntar o que é verdade?!

Aproveitando o início do ano, tempo de renascimento, tempo de **refletir**.

Se Foi...

Rita de Cássia

Tudo se foi...

Você!

As loucuras, sua boca, seu sorriso, seu olhar, sua alma...

Tudo se foi...

Meu ar,

Minhas loucuras,

Minhas frases tortas,

Minhas inconstâncias,

Minhas decisões,

Minhas confusões...

Tudo se foi...

Sua pele suada,

Seu olhar negro e belo,

Seus beijos doces,

Suas frases aparentemente bobas...

Você...

Tudo se foi...

Menos você...

Aqui dentro!!

Mais um ano.

Mais um ano se foi,

E nós aqui em um lugar um tanto diferente.

Em um lugar talvez que não gostaríamos,

Ou que queremos,

Mas um ano de muitas alegrias, tristezas, vitórias, avanços.

Mas um ano...

Momento de reflexão, momento de rever o que fizemos de errado, nos orgulhar do que fizemos de certo, reparar os erros, acrescentar virtudes.

Nós da equipe do Grupo

LUAS, desejamos a

todas e todos um

ano novo cheio de

saúde, amor,

felicidade, paz, força,

afinidades,

discernimentos.



Seminário sobre Saúde de Lésbicas e Mulheres Bissexuais no Sistema Único de Saúde.

O segundo semestre de 2009 foi marcado por importantes eventos para nós, mulheres lésbicas e bissexuais e a culminância deles ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de novembro. Foi a devolutiva da pesquisa realizada pelo SOS Corpo a respeito do atendimento de saúde no Sistema Único de Saúde para as lésbicas e mulheres bissexuais. Sob a forma de um seminário – que contou com a colaboração do Grupo LUAS e da LBL (Liga Brasileira de Lésbicas/PE) – os resultados foram apresentados para um público significativo de mulheres, profissionais de saúde e o público em geral.

Esse seminário contou com a participação de lésbicas, bissexuais e heterossexuais de vários estados do Nordeste e de redes distintas, o que possibilitou uma maior troca e diversidade de experiências e vivências a cerca da questão da saúde.

Os resultados trouxeram à tona questões preocupantes acerca dos “achismos” sobre os riscos que corremos em relação às DSTs e a AIDS. Nas discussões pudemos explicar nossas reivindicações para o poder público, uma vez que uma das mesas foi composta por representantes das três instâncias do poder público: o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais – Bárbara Graner, Gerência Estadual de Saúde para Mulher - Ana Renata Lemos, e Secretaria de Municipal de Saúde do Recife. E esperamos que as mesmas possam ser problematizadas e pensadas não mais com promessas e sim com atitudes concretas que venham a somar com a visibilidade das nossas realidades.

Durante o evento tivemos um empolgante debate com representantes da ABL (Articulação Brasileira de Lésbicas), da LBL, da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras) e da CANDACES (Coletivo de Lésbicas Negras) a cerca dos desafios para o próprio movimento lésbico sobre as questões da saúde.

São eventos como esses que marcam cada vez mais a participação atuante do movimento lésbico de Pernambuco.

O resultado da pesquisa será publicado pelo SOS. Mas informações: 81-3087.2086.

Alguns avanços 2009:

No ano de 2009 houveram vários avanços para o movimento LGBT em Pernambuco, dentre eles vale ressaltar alguns avanços:

- Assessoria Especial LGBT junto ao Governo do Estado de Pernambuco, lançada e assumida em dezembro por Rildo Veras;
- Uma mulher lésbica Michelle Meira, ter assumido a Coordenadoria Nacional LGBT;
- A Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (Funape) publicou no Diário Oficial a instrução normativa número 6, que dispõe sobre a concessão de pensão por morte de companheiro ou companheira homossexual. Em Pernambuco, os municípios do Recife e Paulista já incluíram os parceiros de servidores homossexuais na previdência por meio de projetos de lei apresentados nas respectivas câmaras de vereadores.

Em outros lugares:

- Foi lançado no Rio de Janeiro, o filme “Sou Mulher, Sou Brasileira, Sou Lésbica”, com direção de Wagner de Almeida, com estréia no dia 14/01/2010. O lançamento foi um sucesso. As mulheres entrevistadas são ativistas do movimento LGBT Brasileiro.
- Mais informações: wagner.de.almeida@gmail.com
Confira o trailer no you tube:
<http://www.youtube.com/watch?v=8ZidQ4XiUdY>

Em Recife e Olinda existem Leis que pune a discriminação por orientação sexual.

- Lei Municipal do Recife 17.025/2004;
- Lei Municipal de Olinda 5.168/99;

Caso você sofra alguma violência, procure o Centro de Referência Leões do Norte. No Centro existe atendimento psicológico, assistência e jurídico.

TESTE RÁPIDO DE HIV

O teste de HIV com resultado em 16 minutos, é realizado na sede do Leões do Norte de terça a quinta-feira, no horário de 13:30 às 18:30. O teste é gratuito, seguro, sigiloso e feito por profissionais de saúde.

Esse programa em parceria com USAID, PACT BRASIL, Coordenação Aids do Recife e Estadual, é voltado para o segmento homossexual e facilita o acesso para o exame de HIV, a continuidade da prevenção contra a Aids e em caso positivo o encaminhamento para profissionais e garantir uma vida saudável.

Procure a sede do Leões do Norte, Rua do Riachuelo, 720, fone 3222.2207 e encaminhe seus amigos para ter a garantia de um exame de fácil acesso:

EDITORIAL

Organização: Grupo LUAS – Liberdade, União, Afetivo Sexual das Mulheres Lésbicas e Bissexuais.
Textos: Ana Carla Lemos, Jules Lucena, Rita de Cássia.
Criação e arte: Ana Carla Lemos e Karina Xavier
Sugestão/críticas/colaboração: luas2906@gmail.com

APOIO:



1ª PARADA DA DIVERSIDADE DE CAMARAGIBE - 2008



CAMPANHA DO DIA DAS MÃES 2008: UMA MÃE É AQUELA QUE AMA E PROTEGE, DUAS MÃES SÃO AQUELAS QUE AMAM E PROTEGEM.



CAMPANHA DO DIA DAS MÃES 2009: TENHO DUAS MÃES E MUITO AMOR POR ELAS.



O Amor da Minha Mãe* - 22.07.07

SELO

O amor da minha é assim:

É sincero

Rosto singelo

Rosto amoroso

Rosto de mãe.

Eu amo a minha mãe do jeito que ela é, e se ela é lésbica a amo e sei que ela me adora, mesmo namorando com outra mulher, não tenho preconceito por LGBT.

Art: Karina Oliveira

* M. E. lemoz, poetisa, estudante, 10 anos.

REALIZAÇÃO:



APOIO:



CAMPAHA DO DIA DAS/OS NAMORADAS/OS – 2009 – “O AMOR QUE OUSA DIZER O NOME”



“O amor que ousa dizer o nome.”

Feliz 12 de junho: dia das namoradas e namorados.

O amor que ousa dizer o nome
Ana Carla Lemos

O amor que ousa dizer o nome
Que abre as janelas e as portas
E grita pro mundo pelo direito a
igualdade entre as pessoas.

O amor que ousa dizer o nome
Que não briga, mas exige os direitos,
reconhecimento e liberdade.

O amor que ousa dizer o nome
Que simplesmente é amor.

* Ana Carla Lemos, poetisa, presidente do Grupo LUAS.
Contato: benzinho@gaucha.com.br

SELO

REALIZAÇÃO:



APOIO:

POSTAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA – 2010



Safo de Lesbos.

O amor que brota pelos meus poros e versos.

As poesias em seus versos demonstram o meu amor.

Minhas palavras saem do fundo de minha alma,
Eternando pelos meus poros o sentimento que trago guardado.

Meu coração bate mais forte,
Quando escrevo as rimas, desta declaração,
Do meu amor por você.

Amor de mulher pra mulher,
Amor de amantes, amigas, simplesmente amor.

Que neste momento, confesso-te.

Ana Carla Lemos
25.06.2010

29 de Agosto:
Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

E-mail.: luas2908@gmail.com

IMPRESSO

Realização:



Apoio:



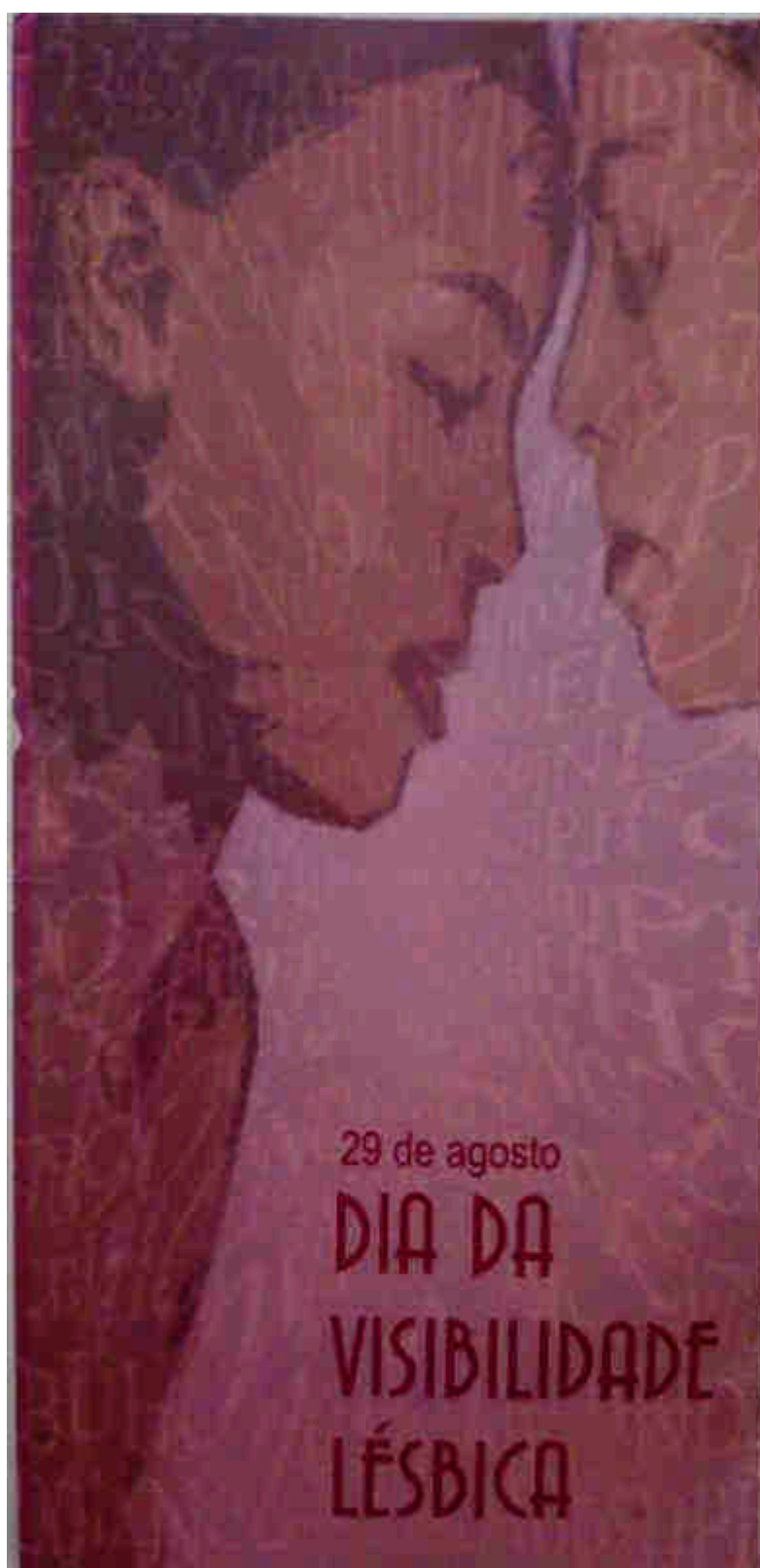
POSTAL DE FELIZ ANO NOVO – 2008



POSTAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA - 2011



FANZINE DE POEMAS - 2011



29 de Agosto Dia da Visibilidade Lésbica

No ano 1995, no Rio de Janeiro, acontecia o 1º SENALE (Seminário Nacional de Lésbicas). Essa foi a primeira data que no Brasil se reuniram mais de 100 lésbicas de vários estados para debater, pensar e falar sobre as nossas questões enquanto lésbicas.

Para homenagear esse dia que nasceu da resistência e da luta pela construção de um novo modelo de sociedade, respeitando toda forma de amor é que foi escolhido o 29 de agosto, como dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Porque um Dia de Visibilidade Lésbica

Porque numa sociedade que tem por norma a heterossexualidade, se não mencionamos, se não mostramos que existimos, somos ignoradas, e suportamos isso por muito tempo, mas agora não há mais tempo para calar, socializando assim a história da lesbianidade.

O que significa a palavra LÉSBICA?

A palavra lésbica tem origem do nome da cidade de Lesbos, capital de uma ilha na Grécia, onde há mais de 2.600 anos nasceu e viveu a mais famosa poetisa grega, uma mulher chamada Sapho. Sapho era uma revolucionária audaciosa. Fundou a escola para mulheres, onde ensinava não poesia e música, como também, e principalmente, a emancipação social da mulher.

Os versos que Safo escreveu falam do amor entre mulheres e da paixão por suas companheiras. A palavra lésbica passou então a designar mulheres que amam mulheres. Para nós, lésbicas esta palavra tem uma origem muito bonita, com uma conotação de força e liberdade, além de demarcar um posicionamento político.

Depois de muitos anos de luta e tentativa de visibilidade, temos duas leis que pune qualquer forma de discriminação contra os LGBT (lésbica, gay, bissexual, transgênero) seja no âmbito público ou privados.

Participe dessa história, Respeite a Diversidade Sexual.

Rivânia Rodrigues e Ana Carla Lemos

Um dia nos calaram

Ana Carla Lemos 18.06.07

Um dia nos calaram, por muitos motivos
 Nos prenderam, pela nossa orientação sexual
 Hoje não dá mais, pra silenciar
 O meu amor entre iguais guardar
 Por que as pessoas não querem vê ou porque acham feio
 Hoje ouzamos
 Hoje conversamos
 Hoje mostramos

Hoje gritamos pelos nossos direitos, onde nós podemos ter
 refém de uma sociedade heteronormativa,
 ou dos preconceitos impostos
 Da falta de elevação dos direitos
 Não dá mais pra calar

Eu quero é gritar, na busca e na certeza de ganhar cada vez
 mais os meus direitos, os nossos direitos, de mulheres que
 amam mulheres, de homens que amam homens,
 de gente que ama gente
 Um dia calamos e hoje não dá mais.

Agora falando sério

Ana Carla Lemos 09.07.07

Falando sério
 Quero que saiba
 Que no princípio, era só amizade
 Agora não sei
 O futuro talvez
 O amanhã está a porta
 O sentimento na oração
 Antes, era tudo risado.

Agora falando sério
 O que sinto é sincero
 É verdadeiro e presente
 Onde queima no peito, a gente
 Feito fogueteira em chamas
 Feito fazer amor na grama
 É sério.

A sinceridade ficou, porque o amor brotou
 Ele brotou, porque demos espaço
 Por que queremos a cada dia, cada instante
 Falando sério, quero você, como eu quero!!
 Junto a mim, com o futuro a construir
 Juntas em um quarto estrelado
 Eu, você e filhas
 Sem divisões
 Falando sério, é isso que quero

Agora precisamos decidir
 Se vou ou se vens
 Para o encontro do amor
 Unidas, sem nenhuma dor, só sentimento, letra e música
 Falando sério é isso que quero
 Não importa onde for, só quero seu amor
 Falando sério, é isso que quero.

Desigualdades

Ana Carla Lemos 11.07.07

Pensando nas injustiças impostas pela sociedade
Fico triste, e muita diferença para um único mundo
Mas, pra pessoas diversas
No fundo somos família
Da mesma origem
Mas, tão desigual, tão desumano

Muitos sem nada
Poucos com muito
A diferença da desigualdade
A qualidade da abundância não vivida
Na vida que muitos não deixam preservar
Quem jogá-la pelo ar
Sem pensar, sem pensar no que pode mudar
Se lutar, se batalhar, se amar, se nos amar
Se nos juntar para o mundo mudar

Sentimentos

Ana Carla Lemos 07.07.07

Que faço com este sentimento que transborda dentro de mim
mas estou longe de você?
Sentimento que sinto que incomoda
Pela distância e ausência, e isso dói.
Mas, qual a solução para este problema, que não consigo controlar

Vem, se joga nos meus braços
Que toda essa ausência vai acabar
Mas, se um momento nos afastar
Sinto todo desespero novamente
Mesmo que seja por uma hora.

Quero você a todo instante
Quero você junto a mim
Não importa a distância, as barreiras
Quero que você venha
Ao encontro do meu amor
Ao encontro a minha vida
Para as nossas vidas se entrelaçarem, sem saber onde começa
E se um dia terá fim
De adoração de duas mulheres encantadas
Ricas de sentimentos e vontade de despejar
toda alegria no encontro esperado

Pés descalços

Ana Carla Lemos 07.06.07

Observando os bairros de classes médias
Vejo o vazio das praças com muitos brinquedos
Enquanto os bairros pobres, as crianças brincam
de bairr e não tem praças e brinquedos.
Infelizmente, temos diferenças até nisso.
Por enquanto os ricos têm praças e brinquedos
para usufruir, viajar.
Por que tem casa de praia ou campo.
Enquanto os pobres ficam sem praças
Sem brinquedos
Sem casa de praia ou campo
Brincando de bairr, com os pés descalços.

Diferenças

Ana Carla Lemos

Quando a sinto me amplexo e às vezes sinto porque me engasgo.
De saber as tantas diferenças existentes e não poder mudar,
Eu só não posso, mas se juntas lutarmos, um dia chegaremos lá.

Escutando as frases ditas por doutoras, mestrandas e graduandas,
Pelo mais uma vez na pele,
E as frases vêm e voltam ao meu pensamento,
Não posso aumentar o salário porque não tem curso superior.
Estou numa casa na escadaria no meio,
Na qual não vou mais porque pode ser perigoso,
e poder roubar meu carro que fica estacionado lá na rua, lá embaixo.
Onde não tem segurança nem condomínio privado,
Onde algumas crianças andam de pés descalços,
Outras brincam de bairr.

Quantas diferenças para o ser humano suportar,
Então onde iremos um dia parar,
Por que as universidades públicas ficam para os ricos,
Universidades privadas para os pobres,
Que querem ter "status" na vida e tem que sacrificar seu salário e pagar.

Onde os bairros ricos têm praças e brinquedos, vazias!
E os pobres têm o campo de futebol de terreno invadido para
se ter um pouco de lazer, e quando se tem?

Onde iremos parar com tantas diferenças tabuladas,
Onde poucos com muito e tanto, sem nada.

Abrem-se as janelas

Ana Carla Lemos 02.06.07

Abrem-se as janelas para as oportunidades
As janelas tornam-se as portas
As portas tornam-se caminhos
E esses caminhos trazem para nossa vida
E a nossa vida para a eternidade
Nem que seja nas escritas que amigos deixam.

Maldita

Ana Carla Lemos

Maldita hora, que machucamos as pessoas
Maldita hora, que não posso prosseguir
Maldita hora, que não posso te amar
Maldita hora, que não posso te ter
Maldita hora, que não posso te querer
Maldita hora, que não posso que me batam
Maldita hora, que não posso que me queiram
Maldita hora, que não posso que não posso
Maldita hora, que não posso que não posso
Maldita hora, maldita hora
Que impede os caminhos de se encontrarem
As vidas de se amarem
As pessoas de se respeitarem

Letra e música

Ana Carla Lemos 06.07.07

Somos duas, letra e música,
Que se completam ficando a linda metáfora
Que soa muito bem aos ouvidos alheios e aos nossos
Letra e música encaixadas, soando lindamente.

Viver como borboletas na primavera
Brincando com as flores

Primavera

A beija-flor sugando o néctar da flor
Sendo o mais doce aroma e sabor

Agradável ao olfato e aos olhos
Da beleza rara desses momentos

Que se tornam tão presentes, quando encontra os encaixes
Letra e música

Beija-flor e flor

Borboleta, liberdade e primavera
E do nosso encontro, letra e música

Com perfeita melodia
Criando aroma, equilíbrio, suspiro, desejo, saudade

Ânsia de você, ânsia de nós duas

O encontro raro da beleza da letra com a música
Torna-se único porque corre para o caminho do amor

Da saudade das canções trancadas
No encontro esperado e decisivo

Vidas juntas, letra e música
Até cantar, até morrer ou até a eternidade

Letra e música

Ficha técnica:

Poetisa: Ana Carla Lemos - Mulher, poetisa, histórica, mãe, reafirmada,
ativista do movimento LGBT e de Direitos Humanos,
Desenho: Amanda Oliveira | Layout: Rui

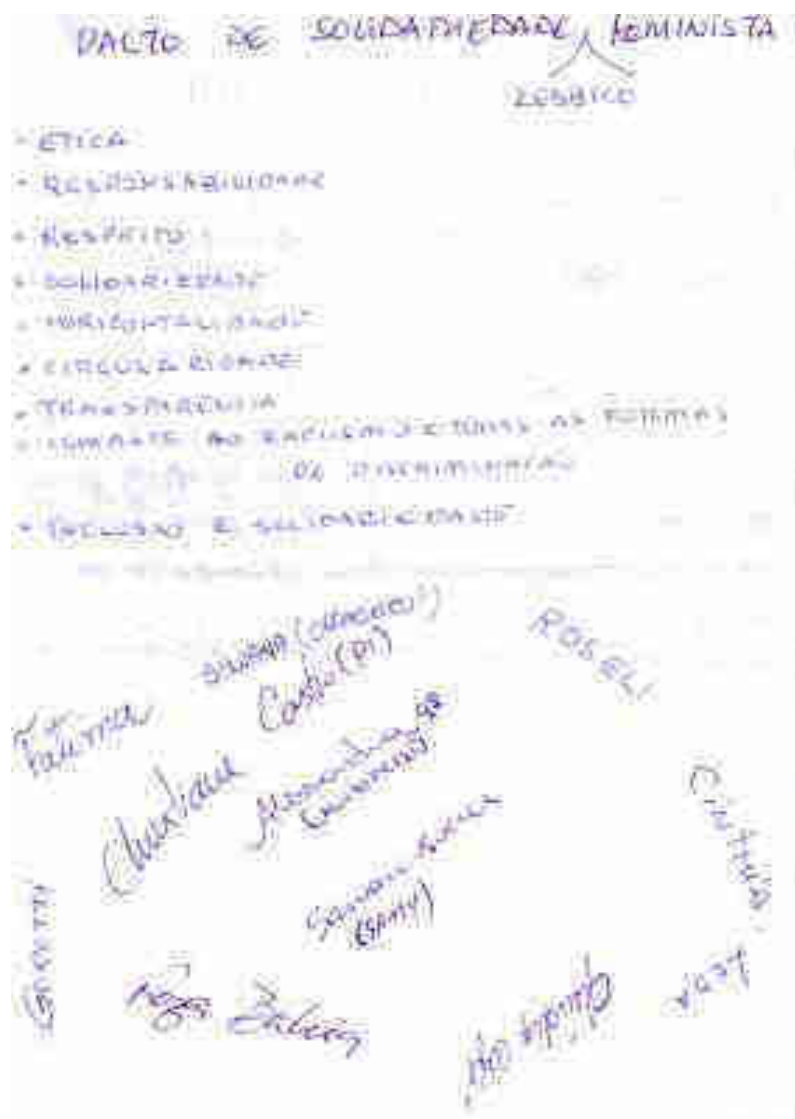
Realização:

Grupo Lusa / Movimento Gênero Leões da Rorota - 3222-2200

Apoio:

Instituto FAPW - www.fapw.org.br
GDD - Comissão de Luta Orientação Sexual
Fórum LGBT de Pernambuco

Um Pacto lésbico feminista - Para colocar em prática tudo aquilo em que acreditamos!





Durante a realização do **SEMINÁRIO NACIONAL DIVERSIDADE DE SUJEITOS E IGUALDADE DE DIREITOS NO SUS**, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com os Movimentos Sociais, nos dias 08, 09, 10 e 11 de Maio de 2009, mulheres lésbicas e bissexuais brasileiras, militantes das redes **Coletivo de Lésbicas Negras – CANDACES, Articulação Brasileira de Lésbicas, Liga Brasileira de Lésbicas, Rede Afro GLBT e E-jovem** se reuniram para discutir diretrizes para a realização do XII SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas, que será realizado nos dias 5 a 8 de Dezembro, em Porto Velho – Rondônia.

No decorrer das discussões, chegou-se a conclusão, que para pautar as ações realizadas conjuntamente pelo movimento de mulheres lésbicas e bissexuais, seria necessário a formulação e concretização de um pacto lésbico feminista, que pautasse princípios norteadores das relações entre as redes, tanto em nível nacional, como em nível local.



(Militantes lésbicas discutindo o pacto de solidariedade lésbico feminista)

Portanto, no dia 11 de maio de 2009, representantes destas redes se reuniram e pautaram coletivamente, quais seriam esses princípios, os quais seguem elencados:

- Ética;**
- Respeito;**
- Solidariedade;**
- Horizontalidade;**
- Circularidade;**
- Transparência;**
- Combate ao racismo e todas as formas de discriminação e**
- Inclusão e solidariedade.**

As signatárias comprometeram-se em pautar o pacto em suas redes, bem como colaborar para a sua manutenção.

Para que isso se tornasse viável, foi criada uma lista de discussão virtual, cujo endereço é <http://groups.google.com.br/group/pacto-de-solidariedade-lesbico-feminista>, o objetivo da lista é criar um vínculo solidário entre as militantes das redes, com a valorização das mulheres envolvidas, pautarem ações para a execução contínua do pacto e mediar o eventual descumprimento dos princípios pactuados. A lista é aberta para demais integrantes das redes que queiram contribuir efetivamente para a manutenção dos princípios e também a militantes independentes que se sintam contempladas.



"Creio, alguém lembrará de nós no futuro". (Safo de Lesbos - 640 a.c)

" Liberdade é pouco. o que eu desejo, ainda não tem nome" (Clarice Lispector)

"É pela paz que eu não quero seguir admitido", (Marcelo Yuka- O Rappa)

“ O amor é essencial o sexo um acidente pode ser igual pode ser diferente” (fernando pessoa).

Postado por [Alessandra Guerra](#) às [06:34](#)

ANEXO I - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO COMLESBI E PARCEIRAS:

RELATO DA PRIMEIRA REUNIÃO DAS LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS DE PERNAMBUCO

Realizada em 15/07/2009

Local: SOS Corpo

Horário: 18:30

Presentes: Synara (LBL), Sônia, Suely (Cidadania Feminina), Sandra (CEN), Juliana (Luas), Ana Paula, Marta (Candace), Rosângela (LBL), Rivânia (Candace), Gal, Joyce (Luas).

A reunião começou com um pouco mais de meia hora de atraso, em virtude disso foi avaliado que o horário de 18:00h não é viável devido à pessoas que trabalham e também o horário de rush do trânsito, assim as próximas reuniões serão marcadas para 19:00 (**pontualmente às 19h**). Também avaliamos que é necessário escolher um local mais central, assim ficou como indicativo para a próxima reunião o SINTEP (próximo a Católica, Rivânia ficou encarregada de solicitar o local). Dessa forma, **nossa próxima reunião será às 19h no SINTEP (quando Rivânia tiver a confirmação ela colocará na lista), na próxima quarta-feira, dia 22/07.**

Em resumo as principais discussões e propostas:

- Sônia sugerir a realização de uma festa para encerrar ou abrir a semana, mas o grupo considerou que o encerramento da caminhada já será com um evento festivo, além do que dificilmente teríamos forças e recursos para realizar mais um evento. Também foi ponderado a necessidade de pautarmos politicamente a semana da visibilidade;
- Quanto ao tema da semana discutiu-se a necessidade de pensar em um tema que expressasse melhor o que queremos pontuar nessa semana, embora não tenha aparecido nenhuma proposta todas podemos pensar e propor isso, sendo que provisoriamente (até para o projeto) ficaria
- quanto ao evento “I Semana da Visibilidade Lésbica” discutiu-se a importância de retirar o “I”, pois esta não é a primeira semana da visibilidade unificada, ano passado mesmo timidamente LUAS e LBL fizeram ações conjuntas. Além do mais, ao colocarmos “I Semana...” deixamos de reconhecer o que foi historicamente produzido pelos grupos;
- Da programação proposta avaliamos que a caminhada é o “grande” acontecimento da Semana, pois é o momento de publicizarmos nossa luta pela visibilidade, assim todos os eventos da semana devem buscar arregimentar esforços e mobilizar para a caminhada. Também devemos retirar o “I”, pois já esta será a 2ª. caminhada de lésbicas e bissexuais de PE (a 1ª foi em 2006, durante o VI SENALE);
- Devemos incorporar um arrastão/panfletagem durante a semana reunindo o maior número de pessoas possíveis;
- As visitas ao PSF o grupo ponderou que não faria muito sentido, pois não ficou bem claro o que iríamos fazer (quais PSFs dos quase 200 existentes), foi sugerido e aprovado um debate com profissionais da área da saúde convidando tanto profissionais, quanto militantes e pesquisadoras/es do tema;
- Ponderamos que devemos sim realizar um debate sobre feminismo e lesbianidade sem medo dos embates, pois assim crescemos e amadurecemos, quanto ao debate sobre a transsexualidade entendemos que é importante que abordemos esse tema, mas não na semana da Visibilidade Lésbica, pois a prioridade da semana são logicamente as lésbicas;

- O grupo LUAS desde janeiro já solicitou o Teatro do Parque para os dias 28, 29 e 30 de agosto, porém o grupo ponderou que era importante todas focarem no dia 28 (dia da caminhada), porém esta é uma questão interna que cabe ao grupo decidir;
- Buscar uma ampla mobilização com os movimentos sociais: MST, Sindicatos, Fórum de Mulheres e todos aqueles que possam somar e participarem da Semana, principalmente da Caminhada;
- Trazer as mulheres do interior para participar da caminhada. Além disso, articularmos um debate em algum município como Bom Jesus;
- Produzir com URGÊNCIA o projeto.

Foi discutido também a necessidade de sistematizarmos e criarmos comissão para organizarmos a Semana, é fundamental que outras companheiras possam integrar as referidas comissões:

- **Comissão de Infra-estrutura e Projeto:** essa comissão ficaria responsável para pensar a infra da Semana e também o projeto (Com urgência, pois estamos atrasadas nesse processo. EQUIPE: Marta, Tatiana, Alessandra;
- **Comissão de Metodologia:** essa comissão ficaria responsável para pensar o formato das atividades, por exemplo, os debates quem seriam as pessoas convidadas; como será a organização da caminhada, do ato de encerramento, etc. EQUIPE: Ana Paula, Marta, Joyce, Gal, Rosângela e Juliana;
- **Comunicação e Mobilização:** Synara, Rivânia, Sandra, Sônia e Renê.

A Comissão de Metodologia irá se reunir na próxima segunda-feira (20/07 na Universidade Católica de PE, às 18:30, local de encontro em frente a biblioteca.

MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2009



MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2011



O dia 29 de agosto é uma data nacional na agenda de luta do movimento de lésbicas. Vem se constituindo a mais de uma década e incorporando atividades diversas, pautando a liberdade de expressão da identidade afetivo-sexual das mulheres lésbicas e bissexuais como forma de romper com a heterossexualidade compulsória, com a lógica impositiva e opressora do patriarcado, com a mercantilização dos corpos e das relações.

A organização de lésbicas e mulheres bissexuais como sujeito político visibiliza a vivência lésbica e nos empodera na luta contra a opressão, violência e discriminação vivenciados cotidianamente.

Em Pernambuco, há alguns anos, os grupos de lésbicas organizadas têm realizado programações específicas em referência a essa data.

Esse movimento de articulação coletiva ganha força com a criação do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (ComLES), em 2009, composto por diversas organizações, grupos e redes que discutem as questões afetivo-sexuais das mulheres.

As políticas afirmativas de sensibilização e o diálogo com o conjunto da sociedade possibilitam mais um passo para a construção de outro projeto societário mais igualitário e não discriminatório.

29 de agosto
DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA



**Agenda da Semana da Visibilidade Lésbica
26 a 31 de agosto de 2011
Recife**

27/08 8 às 18h Seminário Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Visibilidade para além das identidades, Empoderamento e Saúde Integral - Local: SIMPRO - Rua Almeida Cunha, 65 - Santo Amaro - Recife - PE - **Confirmar participação através do e-mail para comlespe@gmail.com, até o dia 25/08.**

29/08 14h IV Caminhada da Visibilidade Lésbica de Pernambuco
Percurso: Universidade Católica de Pernambuco (saída), Praça 13 de Maio, Ponte Princesa Isabel, Palácio do Governo, Pátio do Carmo.
No final teremos atividade cultural no Pátio de São Pedro com Jaina Elner.

28/08 9h II Sarau da Visibilidade Lésbica
Mercado da Boa Vista

31/08 17 às 22h Cíne Debate da Semana da Visibilidade Lésbica
Local: Museu de Artes Modernas Aluísio Magalhães - Rua da Aurora, 265 - Boa Vista

A GLOS - Gerência da Livre Orientação Sexual, realizará no mês da Visibilidade várias oficinas nas RPAs, mais informações 81-33558634.

Olinda

26/08 09 às 13h I Encontro Feminino de Sensibilização de Lideranças Comunitárias Lésbicas e de Mulheres Bissexuais sobre Feminização da Aids e a Prevenção das Hepatites Virais - Auditório da Policlínica João Barros Barreto - R. Dr. Justino Gonçalves, s/n - Carmo - Olinda - PE. **Confirmar participação através do e-mail para comlespe@gmail.com, até o dia 24/08.**
Teremos vacinação contra Hepatite B.

26/08 17h Sarau com show de Mulheres Coquistas
Exposição de Arte, poesias.
Centro Luís Freire - Rua 27 de Janeiro, 181 - Carmo - Olinda - PE

Mobilizem suas amigas e amigos e participem contribuindo para o fortalecimento das nossas bandeiras e direitos perante a sociedade que nos machuca e discrimina. Juntem-se a nós!
Mais informações, dúvidas: 87221667 - 97987212 - 97223222 - 96123161 - 87741208.



MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2016

EXPOSIÇÃO DA VISIBILIDADE LÉSBICA



ANA MARTA VIEIRA



Ana Marta é formada em Pedagogia. Iniciou o ativismo no GGP – Grupo Gay de Pernambuco, passou pelo Bloco da Diversidade e pela Articulação e Movimento Homossexual do Recife–Região Metropolitana (AMHOR). É militante do Grupo Gay Leões do Norte onde trabalha a cidadania LGBT e a construção de políticas públicas. Durante o período da faculdade se relacionou com um homem e conheceu a maternidade. Para Ana Marta ser lésbica é se empoderar, é lutar pelos direitos da mulher sem rotulação e ser feliz. Ana Marta também trabalha com adolescentes em regime de Atendimento Sócioeducativo. Ana Marta é integrante do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLES).

ANA PAULA MELO



"Ser lésbica para mim é um posicionamento político diante do mundo. É afirmar a possibilidade das diversas formas de ser e formas de afeto."

Ana Paula Melo é psicóloga e sanitarista. Desde o ano 2000 trabalha a saúde pública com foco na gestão do trabalho e nas políticas de educação em saúde e atenção primária. Além da gestão pública também tem atuado em projetos sociais na área de direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos. É professora universitária e ministra disciplinas na área de saúde, ética, direitos humanos, gênero e sexualidade.

Começou a militância lésbica junto ao projeto "Nosso corpo e nosso afeto nos pertencem: diálogos entre feministas e lésbicas", do Grupo Divas, ONG que trabalhava a temática da lesbianidade em Pernambuco. Foi a partir desse projeto que iniciou o diálogo com as questões da lesbianidade e embarcou na militância a partir da participação no Fórum de Mulheres de Pernambuco e da construção do VI Seminário Nacional das Lésbicas (Senale), que aconteceu em Recife.

Hoje, Ana Paula Melo participa como ativista independente no Fórum de Mulheres de Pernambuco e nas articulações de lésbicas do Estado e do Brasil. Tem dissertação em Mestrado que trata da saúde das mulheres lésbicas e bissexuais, a partir da análise e da percepção dos profissionais de saúde sobre o atendimento desse público específico. Ana Paula também foi uma das responsáveis pela construção do conteúdo do curso Ead, da UnaSUS (Universidade Aberta do SUS), sobre a política de saúde para a população LGBT.

IRENE FREIRE



"Desde que me apaixonei por uma mulher aos 16 anos, assumi e iniciei o diálogo dentro da minha família, sempre em um movimento de dentro para fora afirmando e realimando para a sociedade meus desejos e minhas identidades de gênero e sexual."

Irene Freire é socióloga. Iniciou a militância a partir da percepção da necessidade de lutar pela igualdade de gênero. Tem história de envolvimento com trabalhos em favor da justiça social, de uma educação para a cidadania e para a valorização da vida, em favor das liberdades civis, que remonta à sua adolescência, quando pertencia ao movimento estudantil. Atua nos movimentos de Mulheres, LGBT, Políticas Sobre Drogas e no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Irene ainda participa de ações que combatem as diversas formas de discriminação.

Com ação historicamente voltada à garantia da universalização dos direitos humanos à população recifense, atuou no Centro de Referência Clarice Lispector da Prefeitura do Recife, entidade que tem o objetivo de acolher, informar, orientar e apoiar a mulher em situação de violência doméstica e sexista. Irene também desenvolveu atividades junto a crianças e adolescentes em liberdade assistida e na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE), com jovens em medidas protetivas e em regime interno. Trabalhou ainda com cursos de formação e qualificação profissional, capacitando e integrando a implementação do Projeto Edificação Cidadã; na organização e acompanhamento de grupo de mulheres de poupança comunitária da Ilha de Deus e Camaragibe pela Rede Interação. Irene acompanhou também atividades de utrorrecenseamento nas comunidades de Vera Cruz, em Camaragibe, e Calça D'Água, em Olinda.

IRIS DE FÁTIMA



Iris de Fátima é formada em contabilidade e é funcionária pública. Iniciou a militância no sindicalismo e durante a criação da Articulação e Movimento Homossexual do Recife–Região Metropolitana (AMHOR), em 1991. Foi conselheira de Saúde do Recife e de Pernambuco. Coordenou a 1ª Conferência Estadual de Saúde e o 1º Projeto de Capacitação para Conselheiros Estaduais de Saúde. Já foi vice-presidente da ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Transexuais e Travestis. Participou do 1º Senale – Seminário Nacional das Lésbicas, época em que foi criado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto). Iris também participou da coordenação colegiada das primeira treze Paradas da Diversidade de Pernambuco, quando representante lésbica no Fórum LGBT de PE, e ainda foi presidente da AMHOR. Atualmente é técnica da Coordenadoria LGBT de Pernambuco.

JOSENITA DUDA CIRIACO



Josenita é Agente Comunitária de Saúde. Popularmente conhecida como Jô, iniciou a militância no final dos anos 70, na Equipe Popular de Camaragibe. No início dos anos 80 foi a responsável por festas intituladas "Noite da Metamorfose", programa noturno educativo entre os membros da comunidade de Camaragibe e que reunia ações de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis, performances teatrais e bebidas revigorantes. Foi uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento Negro Unificado (MNU). Fundou também a AMHOR – Articulação e Movimento Homossexual do Recife e Região Metropolitana – que surgiu, nos anos 90, com a proposta de orientar a população quanto a prevenção do HIV/AIDS. Josenita constituiu também a AME – Associação de Mulheres Entendidas. Hoje Josenita tem uma participação ativa no movimento feminista e milita no SOS Corpo.

REALIZAÇÃO

COMLES-PE

APOIO

SINTEPE

LUCIANA SILVA



Luciana Silva é estudante de Serviço Social da Faculdade Estácio de Sá. Aos 22 anos assumiu a lesbianidade. No início da carreira, trabalhou no Tortura Nunca Mais. Milita no movimento LGBT desde 2009, época que ingressou como técnica na Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS-RECIFE). É hoje a representante das lésbicas e mulheres bissexuais na GLOS. Participa da Rede Sapatá e do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco – COMLES.

MARTA ALMEIDA



"Ser lésbica ou mulher bissexual é dizer, todos os dias, que não estamos em cima do muro. Queremos viver, fazer luta, fazer movimento, ser respeitada e amada."

Marta Almeida é formada em Pedagogia com pós-graduação em Psicopedagogia e em Educação Especial. Atualmente coordena o Movimento Negro Unificado (MNU), onde trata questão do movimento LGBT. Também coordena a Central de Movimento Popular (CMP) e faz parte do Conselho Nacional LGBT. Ainda é ativista da Rede de Lésbicas e Mulheres Bissexuais Negras – Sapatá, no qual trabalha com lésbicas e mulheres bissexuais negras dos terreiros e povos tradicionais. Faz parte do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (COMLES) e do Comitê Estadual Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Recentemente reassumiu a direção estadual da União Brasileira de Mulheres (UBM). Trabalha na Coordenadoria de Igualdade Racial de Pernambuco e organiza a caminhada de terreiro de Pernambuco, onde faz um trabalho voltado para os Afros LGBT de terreiro, focando no matriarcado africano. Já foi coordenadora dos fóruns de Juventude Negra, Juventude de Pernambuco, Nordeste de Reforma Urbana e Reforma Urbana de Pernambuco. Marta foi conselheira de Juventude, de Igualdade Racial, das Cidades e de Direitos Humanos de Pernambuco e também do Comitê Estadual e Nacional de Saúde Integral LGBT. Junto ao Ministério da Saúde, contribuiu na construção da cartilha "Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Direitos, Saúde e Participação Social" e também de campanha da visibilidade lésbica. Participou também da Comissão da Saúde da População Negra onde contribuiu na demanda da população Afro LGBT e, em especial, Afro LGBT de Terreiro. Foi membro dos grupos CANDACES e LABRIS. Contribuiu para a construção dos encontros Nacional de Juventude Negra e Nacional de Jovens Negras Feministas, onde foram pautadas demandas do movimento lésbico e bissexual.

REALIZAÇÃO

COMLES-PE

APOIO

SINTEPE

MARYLUCIA MESQUITA PALMEIRA



"O 29 de agosto, para mim, significa um Dia de Luta, uma data de ação política de nós, mulheres lésbicas e mulheres bissexuais negras e não negras, feministas ou não e brasileiras contra a invisibilidade que constitui uma das formas mais cruas de violência, no caso, a violência simbólica, imposta pelo sistema capitalista patriarcal, racista e heterossexista"

Marylúcia Mesquita é Assistente Social e Professora com Mestrado em Serviço Social (UFPE). Natural de Recife, hoje mora em Fortaleza – CE. Começou no movimento de lésbicas e mulheres bissexuais, em 2003, quando integrou o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE). Indignada com a opressão e invisibilidade vivida por mulheres na família, no trabalho, na educação, na saúde, dentre outros espaços, criou conjuntamente com outras mulheres lésbicas e mulheres bissexuais feministas, o DIVAS – Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual. Por meio do DIVAS foram realizadas palestras, oficinas e vários projetos, dentre eles: *"Educar para o Respeito à Diversidade Sexual: desconstruindo preconceitos, tabus e opressões"*; o projeto *"Mostra Artístico-Cultural: O Amor entre Mulheres"*. Como bolsista, Marylúcia coordenou os projetos de formação e pesquisa *"Nosso corpo e nosso jeito nos pertencem: Diálogos sobre Direitos Sexuais entre Feministas e Lésbicas"* e *"Mulheres com práticas homoeróticas da Região Metropolitana do Recife: Representações e Práticas sobre Saúde Sexual"*.

Reconhecendo-se como uma "Mulher Livre", que se auto-identifica como Sujeito Político Mulher Preto, Lésbica e Feminista, Marylúcia foi militante do FMPE (2003/2008), da LBL – Liga Brasileira de Lésbicas (2006/2008), do Fórum LGBT/PE e também uma das organizadoras do VI Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), do Recife, em 2006. Representou a FMPE (2004/2006) no Conselho Municipal da Mulher do Recife. Representou a Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2013 a maio/2016) no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais (CNCO/LGBT).

Na experiência docente, incorporou a luta contra a LGBTfobia social e institucional na vida profissional, como por exemplo, por meio do Projeto Técnico "Assistência Social sem Homofobia, Lesbofobia e Transfobia" (Fortaleza/CE), e em disciplinas como Introdução ao Serviço Social, Oficina de Estágio em Serviço Social I e II, Trabalho e Sociabilidade, Fundamentos Éticos e Ética Profissional e Relações Sociais, Família e Serviço Social. Marylúcia também tem artigos publicados em Seminários e Congressos de Serviço Social e em outras áreas.

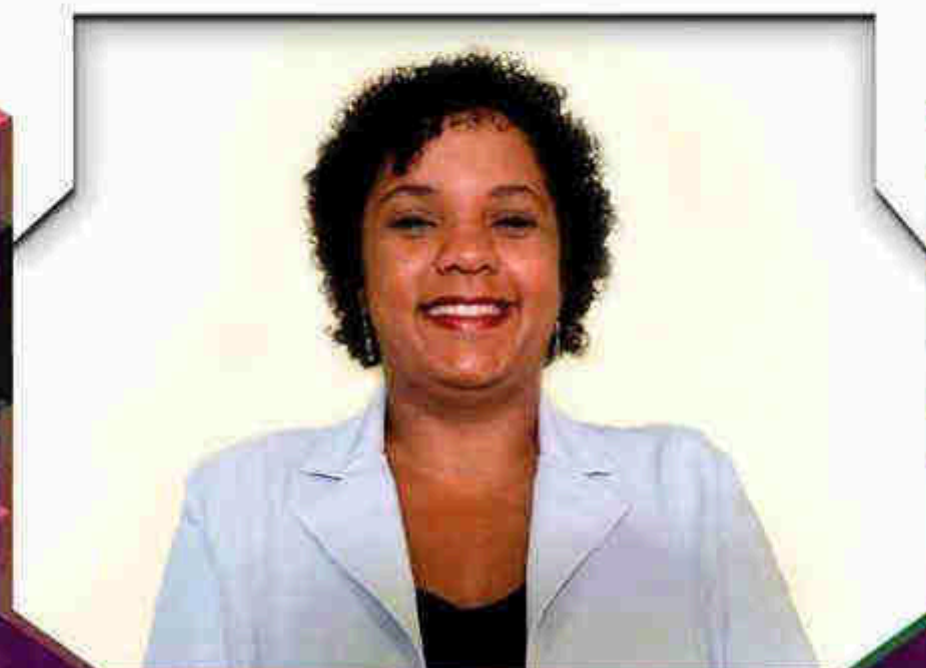
REALIZAÇÃO

COMLES-PE

APOIO

SINTEPE
Associação dos Trabalhadores
em Serviço Social

MANOELA ALVES



"Sou lésbica desde que nasci e sempre tive em minha família um grande apoio para que eu pudesse reconhecer e vivenciar a minha orientação sexual com tranquilidade, porém tardiamente, uma vez que levei um tempo para entender que amar outra mulher não é ilegal, pecado ou imoral."

Manoela Alves é advogada militante nas áreas de Direito Cível, Família, Criminal e Consumidor, além de professora de Direito Constitucional IV da Faculdade Joaquim Nabuco. Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero da Faculdade Joaquim Nabuco – Unidade Paulista Centro. É especialista Lato Sensu em Direito Público pela Escola de Magistratura de Pernambuco – ESMAPE e em Didática do Ensino Superior pelo Centro Universitário Maurício de Nassau. Exerceu a função de Juíza Leiga Voluntária, de 2011 a 2015, e conciliadora Voluntária, de 2008 a 2016, no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Foi presidenta do Movimento Gay Leões do Norte, de 2011 a 2013, onde milita até hoje. Nos Leões exerceu a função de advogada nos Projetos Centro de Referência em Direitos Humanos de Combate e Prevenção da Homofobia, Projeto HIV por trás das grades e Projeto Unidades Prisionais sem Homofobia. Foi também advogada do Centro Estadual de Combate a Homofobia, um dos componentes do Sistema de Proteção a Pessoa da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado de Pernambuco, de 2012 a 2013. Hoje é membro da Comissão de Apoio a Diversidade Sexual e Combate a Homofobia (CADISCH) da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional/PE e também é uma das integrantes do COMLES – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco.

REALIZAÇÃO

COMLES-PE

APOIO

SINTEPE

MICHELINE AMÉRICO



Micheline Américo é jornalista e exerce a função de Assessora Parlamentar. É coordenadora da Comissão dos Direitos Humanos da Mulher da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE). Coordenou por 10 anos o Programa de Direitos Reprodutivos e Sexuais do Centro de Mulheres do Cabo. Durante o trabalho no Centro de Mulheres do Cabo foi coordenadora do Programa Rádio Mulher e co-fundadora do Fórum LGBT de PE, conjuntamente com militantes das organizações AMHQR, Leões do Norte, Gaymado e GKP. No final de 2015, conquistou o prêmio Nalide Teodoro de Estudos de Gênero com o curta "Marisqueiras de Nossa Senhora do Ó". Foi premiada também com o Cristina Tavares de Jornalismo na categoria radiojornalismo com "Cartas a Tia Marisa", que narra a história de vida da transexual Chopelly Gluocystton. Atualmente roteiriza o documentário "Olhares Anistia".

RIVÂNIA RODRIGUES



Rivânia tem formação acadêmica em Gestão Pública e é consultora na área LGBT. Iniciou a militância junto ao movimento social no grupo Jovem da Igreja Católica, aos 14 anos. Mais tarde integrou a Instituição Cidadania Feminina, local onde trabalhou durante oito anos. Foi no Cidadania que teve os primeiros contatos com o movimento feminista e com o Fórum de Mulheres de Pernambuco (FMPE).

Em 2005, foi uma das responsáveis pela construção do Seminário Nacional de Lésbicas, o SENALE. Em 2009, foi a primeira mulher a assumir a gerência da pasta LGBT municipal, atuando na Gerência da Livre Orientação Sexual (GLOS). Durante a gestão, realizou quatro caminhadas lésbicas no Recife. Na GLOS permaneceu até 2012.

Rivânia participou da construção das três Conferências LGBT do Recife e das três Conferência LGBT de Pernambuco. Integrou ainda a coordenação da 1ª Parada Lésbica do Bom Pastor e do 1º Seminário Lésbico da Região do Moxotó.

Nacionalmente integra a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e é coordenadora da Região Nordeste do Coletivo Nacional de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas e Autônomas (Candaces).

No Estado de Pernambuco participa da coordenação colegiada do Fórum LGBT, coletivo que coordena a Parada da Diversidade de PE. Participa também do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT e do Comitê da Saúde LGBT do Estado, na condição de Notório Saber. É membro do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLES) e ainda conselheira usuária do Conselho Municipal de Saúde do Recife (CMS), representando a Amotrans.

REALIZAÇÃO COMLES-PE

APOIO

SINTEPE
Associação de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Pernambuco

ANA CARLA LEMOS



Ana Carla Lemos, lésbica, feminista, negra, poeta. Mãe de duas filhas: Gabriella Lemos e Eduarda Lemos, foi adolescente em uma família tradicional onde "não se falava em outra possibilidade de viver a sexualidade se não fosse a heterossexual". Aos 24 anos, assumiu a Lesbianidade. É Socióloga, formada pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Iniciou a sua formação política voltada para o movimento de Lésbica em 2003, com sua inserção no Instituto PAPAI. É fundadora do Grupo LUAS, grupo de lésbicas, fundado em 2006. Já esteve enquanto coordenadora do Fórum LGBT de Pernambuco, ABL – Articulação Brasileira de Lésbicas, é também fundadora do COMLES – Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco. Na conclusão de curso, escreveu sobre o movimento de lésbica brasileiro, intitulado: "Memórias do Movimento de Lésbicas Brasileiro: As Construções Silenciadas – A História que não Publicizaram". Hoje, consultora e pesquisadora desenvolve pesquisa e estudos ligados aos feminismos lésbico e negro, tentando fazer a ponte entre o movimento de lésbicas e a produção do conhecimento na academia, a partir da construção do conhecimento feminista. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade (GEPERGES–Audre Lorde), da UFRPE, participa do Movimento Semente Urbana (MSU), Grupo AMHOR e Grupo LUAS.

REALIZAÇÃO

COMLES-PE

APOIO

SINTEPE

CARTILHA: SE VOCÊ É LÉSBICA A/O PROFISSIONAL DE SAÚDE PRECISA SABER



Ficha Técnica

CONSULTORA

Ana Carla da Silva Lemos

COLABORADORAS

Ana Paula Lopes de Melo
 Marcela Alves dos Santos
 Rafaela Barbosa

ORGANIZAÇÃO

Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLES)

DESIGNER/DIAGRAMAÇÃO

Claudio Bastos

FOTOGRAFIA

Poliny Aguiar

COMUNICAÇÃO

Angélica Araújo
 Jéssica Vanessa

PARCERIAS

FÓRUM DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DE PERNAMBUCO

Rivânia Rodrigues

SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Nedja Guimarães

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO

Secretária Silvia Cordeiro

GERÊNCIA DE FORTALECIMENTO SOCIOPOLÍTICO

Liana Simões

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Secretário Isaltino Nascimento

COORDENADORIA LGBT

Iris de Fátima e Marcone Costa

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE PERNAMBUCO

Secretário Iran Costa Júnior

COORDENAÇÃO DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT

Jair Brândão

COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA

Juliana Costa Cunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Secretário Jailson Correia

GERÊNCIA DE POLÍTICAS ESTRATÉGICAS

Helton Bruno Feitosa

COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE DA ATENÇÃO INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT

Airles Ribeiro Fragoso

Se você é lésbica
 seu/ua profissional de saúde
 precisa saber

Apresentação

Esta cartilha é produto do I Seminário em Atenção à Saúde das Lésbicas e Mulheres Bissexuais e a Integralidade com o SUS, pensado e realizado a partir das inquietações do Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLES) e integrantes do movimento de lésbicas de Pernambuco, por entenderem a necessidade de discutir sobre a saúde das lésbicas junto às/os profissionais de saúde e às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

O seminário aconteceu em 2015, com o objetivo de realizar escutas qualificadas com as usuárias do SUS e o movimento de lésbicas, sobre a saúde das lésbicas, tendo como produto final a construção desta cartilha, que orienta as lésbicas para acesso ao serviço de saúde integral, e as/os profissionais de saúde de como acolher esta população e suas especificidades. Ainda com o objetivo de contribuir para desmistificar os preconceitos, mitos, estereótipos e como facilitar o acesso à promoção e saúde integral e concertações necessárias para se entender melhor as demandas e o cuidado com a saúde integral das lésbicas.

O seminário foi realizado pelo Grupo AME-OR, Grupo LUAS, Movimento Gay Leões do Norte, Movimento Negro Unificado, Bloco da Diversidade, Associação Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas - Candaces-BR, Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco (COMLES), com o apoio da Prefeitura da Cidade do Recife e do Governo de Pernambuco, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, Coordenação Estadual de Saúde Integral da população LGBT, Secretaria da Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e Coordenação Estadual LGBT.

PERFIL DAS PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO:

Participaram do evento 48 (quarenta e oito) mulheres, dentre elas, 31 (trinta e uma) responderam o questionário social. Das participantes, 22,6% tinham de 18 a 29 anos; 35,5% de 30 a 40 anos; 25,8% de 41 a 50 anos e 16,1% de 51 a 60 anos. Na questão raça/cor, eram 45,2% negras; 35,5% parda; 12,9% brancas; 3,2% não se autodeclararam e 3,2% não responderam. Na questão da orientação sexual, 64,5% se autodeclararam lésbicas, 9,7% bissexual, 9,7% heterossexuais, 12,9% não responderam e 3,2% não se identificam com rótulos. Do total 79,5% eram gestoras e as demais 80,5% eram da sociedade civil.

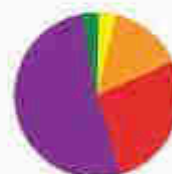
**Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber**

Questões de Saúde

Em relação às QUESTÕES DE SAÚDE, responderam:

Você já foi ao ginecologista?

- Vou periodicamente (51,6%)
- Fui algumas vezes (29%)
- Fui uma vez (12,9%)
- Nunca fui, mas tenho vontade de ir (3,3%)
- Acho que não necessita, por minha orientação sexual (3,2%)



Quando você frequentou a/o ginecologista, perguntaram a sua orientação sexual?

- Não (83,9%)
- Sim (12,9%)
- Não responderam (3,2%)



Você já fez o exame preventivo?

- Sim (80,6%)
- Não (16,1%)
- Não responderam (3,3%)



Quando fez o exame preventivo teve atendimento adequado?

- Sim (64,5%)
- Não (19,4%)
- Não respondeu (9,6%)
- Não se aplica (6,5%)



Como foi o atendimento?

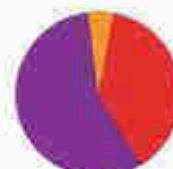
- Bom (51,6%)
- Regular (29%)
- Não responderam (6,6%)
- Ruim (3,2%)
- Péssimo (3,2%)
- Excelente (3,2%)
- Não se aplica (3,2%)



Questões de Saúde

Você já fez o exame de mama?

- ◆ Sim (58,1%)
- ◆ Não (38,7%)
- ◆ Não respondeu (3,2%)



Durante o atendimento em serviços de saúde, você declarou sua orientação sexual?

- ◆ Sim (48,4%)
- ◆ Não (41,9%)
- ◆ Não responderam (9,7%)



Houve algum estranhamento?

- ◆ Sim (32,3%)
- ◆ Não (22,6%)
- ◆ Não se aplica (25,8%)
- ◆ Não responderam (19,3%)



Você já fez o teste do HIV?

- ◆ Fiz algumas vezes (32,3%)
- ◆ Fiz uma vez (29%)
- ◆ Faço periodicamente (16,1%)
- ◆ Nunca fiz e não tenho vontade de fazer (9,7%)
- ◆ Nunca fiz, mas tenho vontade de fazer (6,5%)
- ◆ Outras (3,2%)
- ◆ Não respondeu (3,2%)



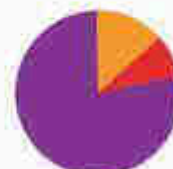
Você se sente contemplada com os preservativos para a prática sexual?

- ◆ Não (61,3%)
- ◆ Sim (19,4%)
- ◆ Não responderam (19,3%)



Você acha que deveria haver um preservativo específico para as práticas sexuais entre lésbicas?

- ◆ Sim (77,4%)
- ◆ Não (9,7%)
- ◆ Não responderam (19,4%)



Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber

Breve relato sobre o movimento de lésbicas



O movimento de lésbicas surgiu no final da década de 1970, com a interlocução com o movimento, na época, denominado "homossexual" e hoje reconhecido politicamente como movimento LGBT (Lésbica, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais).

O primeiro grupo de lésbicas esteve dentro do Grupo Somois (SPI), no qual as pautas deveriam ser pensadas de forma integrada para a população, independente da orientação sexual. Porém, por algumas divergências no que tange as especificidades das mulheres e da orientação sexual, as lésbicas presentes se reuniram e formaram o núcleo Lésbica Feminista (LF), dentro da estrutura do próprio Somois. No entanto, não durou muito para que fosse observada a hegemonia masculina nesse espaço e, diante disso, foi criado um grupo autônomo, instituindo em 1980 o Grupo de Afirmação Lésbica Feminista (GALF), com o objetivo que as lésbicas se reunissem de forma autônoma e conseguissem trabalhar a partir da identidade lésbica e do feminismo.

É possível citar outras pessoas que, de forma autônoma, marcaram época, como Cassandra Ries, com seu livro *Eu sou uma lésbica*, no final da década de 1960.

Na Grécia, destaca-se Sappho, poetisa lésbica que teve sua vivência em 640 anos a.C., com a escola só para mulheres, sendo ela a primeira mulher a registrar a história do amor entre mulheres e a poesia lésbica.

Em Pernambuco, o movimento lésbico surge a partir da interlocução com o movimento feminista e LGBT, sendo criado o primeiro grupo institucionalizado em 1991, o Grupo AMHOR - Articulação e Movimento Homossexual do Recife. Hoje, Recife conta com vários grupos lésbicos que priorizam a afirmação política da identidade lésbica e suas pautas próprias (vide anexo I). Porém, não se pode negar que várias lésbicas faziam parte dos movimentos e partidos políticos articulando suas pautas a partir da orientação sexual, antes do primeiro grupo institucionalizado.

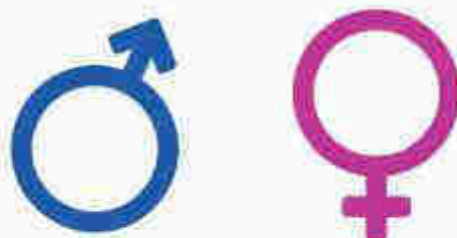
A nível nacional é importante mencionar o marco do I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALEI), ocorrido em 1998, no Rio de Janeiro, organizado pelo Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), tendo a participação de mais de 100 (cem) mulheres da maioria das regiões do Brasil. Neste evento, ficou institucionalizado o 29 de agosto, como o dia nacional da visibilidade lésbica.

Vale salientar que na trajetória do movimento de lésbicas, as protagonistas em sua maioria eram e são mulheres negras, que vêm, desde sempre, ocupando os espaços de construções políticas do movimento e suas interlocuções.

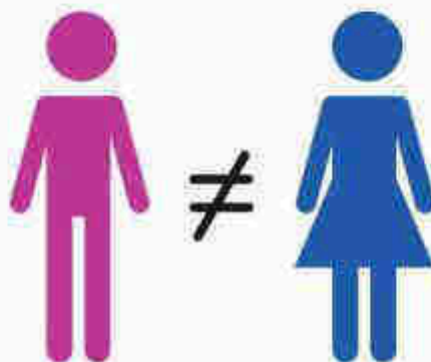
Conceitos

Sexo – constituído a partir do sexo biológico que se nasce.

Ex.: sexo feminino e masculino



Gênero – Forma como homens e mulheres se comportam independente do sexo biológico e orientação sexual. Segundo Gayle Rubin, Gênero é uma construção social, pois vai depender da forma como essas definições vão se tornando em cada sociedade. E, como disse Simone Beauvoir em 1949: "não se nasce mulher, torna-se mulher".



Identidade de gênero – Como as pessoas se identificam independente do sexo biológico



Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber

Conceitos

Patriarcado – pode ser definido como uma estrutura social de dominação do homem sobre a mulher. Uma dominação que se dá através do controle da capacidade reprodutiva da mulher, da sua sexualidade, da sua capacidade de trabalho e do acesso aos espaços de poder.

Ex.: As mulheres podem ser marginalizadas na representação do gênero, sendo o sexo biológico feminino, ela pode se identificar com a identidade de gênero masculino.

Sexo	Gênero Papéis de gênero	Identidade de gênero
Feminino	Pode se adequar aos papéis ditos como masculino ou feminino. As mulheres não necessariamente precisam estar nas funções de cuidado com as outras pessoas, nem os homens como provedores.	Pode ou não corresponder ao sexo biológico. Como o caso das/os transsexuals ou outras mulheres que não se identificam com os papéis sociais de gênero impostos.
Masculino		

Sexualidade – A sexualidade é múltipla, podendo expressar os desejos afetivos e/ou sexuais de diversas formas, por meio das possibilidades das orientações sexuais.

Possíveis orientações sexuais:

- **Lésbicas:** mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com outras mulheres;
- **Gays:** homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens;
- **Bissexuais:** pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo sexo ou sexo oposto;
- **Heterossexuais:** pessoas que se relacionam afetivo-sexualmente com pessoas do sexo oposto;

As orientações sexuais não devem ser impostas para o cumprimento dos papéis sociais, pois há várias formas de expressar a sexualidade, inclusive pessoas que não se identificam com as identidades políticas e se declaram livres e/ou que não se adequam às rotulações.

A bissexualidade, ainda, é um assunto onde é preciso quebrar o estigma do sinônimo de promiscuidade, pois as pessoas são livres para exercerem a sexualidade de diversas formas.

É preciso entender que o Estado é laico e que não se pode deixar que forças religiosas fundamentalistas exerçam domínio sobre os corpos de lésbicas, interferindo no direito de expressão da livre orientação sexual e na implementação das políticas públicas.



Campanha



A campanha surgiu a partir da inquietação das lésbicas no I Seminário em Atenção à Saúde das Lésbicas e Mulheres Bissexuais e a integralidade com o SUS. A campanha tem como objetivo de sensibilizar os/os profissionais de saúde e a população lésbica em geral, para que essa população seja vista a partir do olhar das suas especificidades e as/os médicas/os atendam de forma acolhedora e contribuam para a implementação da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011:

“Incluir os quesitos de orientação sexual e de identidade de gênero, assim como os quesitos de raça-cor, nos prontuários clínicos, nos documentos de notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS) e nos demais documentos de identificação e notificação do SUS”.

Entende-se que é necessário a implementação desses direitos, pois irá beneficiar a população lésbica a se ver no espaço de cuidado com a saúde integral, tendo abertura para conversar como quer ser atendida, além das/os profissionais de saúde acolherem de forma qualificada para que seja perguntado sobre a orientação sexual a fim de que todas as mulheres que vão à/do ginecologista não sejam tratadas como heterossexuais.

**Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber**

Campanha

Participe da campanha! Você, ginecologista e outras/os profissionais de saúde, precisam perguntar:

- ◆ Qual a orientação sexual? E colocar no prontuário.
- ◆ Já transou com penetração?
- ◆ Quais os métodos de proteção utilizados na relação com outras mulheres?

Se você é lésbica, informe a/o ginecologista e demais profissionais de saúde sua orientação sexual. Não tenha receio, pois o atendimento na saúde integral é sigiloso. Porém, caso se sinta discriminada por qualquer profissional, denuncie! Em Pernambuco, há leis que coíbem a discriminação por orientação sexual.

No Recife – a Lei 17.025/2004 pune qualquer ato discriminatório às pessoas LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais.

Em Olinda – a Lei nº. 5168/1999 estabelece penalidades aos estabelecimentos que praticarem atos de discriminação.

Nos municípios que ainda não têm lei que pune por discriminar a orientação sexual, os movimentos sociais precisam articular, junto às pessoas aliadas e integrantes das câmaras municipais, conselhos e provocar a discussão para implementação de leis que punam qualquer tipo de discriminação.

Caso se sinta discriminada, procure os centros de apoio contra a LGBTfobia, os ouvidores da Saúde, organizações da Sociedade Civil, movimentos sociais e/ou os conselhos municipais e estaduais de Saúde e faça sua reclamação. (Contatos no Anexo II).

**O armário
não nos
cabe mais!**



Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber

A necessidade do acesso à saúde



As lésbicas precisam de cuidados com a saúde, inclusive a saúde integral, atentando para o corpo e a mente. É necessário que essa população se sinta acolhida no SUS e no campo privado, e sejam incentivadas para a realização de exames e acompanhamento de forma rotineira. Não é porque não se tem relações sexuais com homens que as lésbicas estão imunes ao HIV/Aids e outras IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis).

Exija os exames: papanicolau, citologia, colposcopia, o exame de mama, hepatites virais, HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e outros exames preventivos que se fazem necessários para o cuidado com a saúde, evitando assim, os índices de câncer de colo do útero, de mama, hepatites virais e outras doenças.

É preciso entender que existem alguns mitos sobre o sexo entre lésbicas. O contato com o muco vaginal, com menstruação, no sexo oral ou anal, o uso de acessórios sexuais sem preservativos, pode transmitir doenças. É importante ir à/ao médico e levar também a parceira, pois, em alguns tratamentos, se faz necessário que a parceira também use a medicação e faça o acompanhamento.

**Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber**

**Exija e faça o teste de HIV/Aids, de hepatites virais
e outras IST (infecção sexualmente transmissível)!
É seu DIREITO!**

Uso do preservativo



Entende-se que é necessário olhar as especificidades também das lésbicas negras, que sofrem mais com a hipertensão, anemia falciforme, glaucoma. Então se faz necessário ter um atendimento diferenciado e encaminhamentos para acompanhar a saúde de forma integral.

Além dos exames de rotina para a saúde ginecológica, exija os exames para a prevenção de doenças e saúde integral.

Sabe-se que não existe um preservativo que dê conta da relação sexual entre mulheres. É necessário fazer adequações nos métodos existentes para as mulheres que querem se prevenir. Para isso, a comunidade médica precisa pensar em relação a essa especificidade, que é urgente.

O movimento de lésbicas vem, desde a década de 1980, com esta demanda, porém, ainda não foi implementado um preservativo que atendesse tais especificidades.

Relações sexuais, prevenção e necessidades

???	MITOS	VERDADES	
	Todas as lésbicas são virgens	As práticas sexuais são múltiplas, há uso das mãos, de brinquedos sexuais e outras formas de sentir prazer.	
	As lésbicas não têm sexo com penetração	Há lésbicas que têm relações com penetração de diversas formas. As formas de sentir prazer são múltiplas.	
	As lésbicas não fazem sexo anal		
	A relação entre lésbicas não transmite HIV/Aids e outras IST	Já foram confirmados casos de DST/HIV/Aids e outras ISTs entre mulheres. Porém, os dados são defasados, por não perguntarem a orientação sexual no momento do atendimento médico.	
	As lésbicas não precisam fazer exames preventivos porque não têm relações sexuais com homens	Todas as mulheres, independente da orientação sexual, com ou sem penetração, precisam fazer os exames necessários para a manutenção da saúde.	
	Os preservativos existentes dão conta da relação sexual entre mulheres	As lésbicas precisam de um preservativo que supra as relações sexuais entre mulheres, sem ter que adequar camisinha masculina ou feminina, que não atendem às especificidades.	
	Não precisa usar camisinha	Ao introduzir acessórios sexuais, indica-se usar camisinha. Quando o acessório for dividido com o parceiro, é preciso usar um preservativo para cada uma. É preciso trocar quando for sexo anal e for para o sexo vaginal e vice-versa.	



Atendimento

Quais as especificidades das lésbicas no campo da saúde? O que a/o profissional de saúde deve perguntar e estar atento/a?



faz-se necessário no atendimento médico, especialmente a ginecológica, a/o profissional de saúde perguntar a orientação sexual. Primeiro, porque a/o médica/o e demais profissionais de saúde precisam saber quais encaminhamentos tomar a partir das especificidades.

No sistema da saúde, é preciso garantir o levantamento de dados para a produção de pesquisas que contribuam para a análise dos perfis das mulheres, a partir da orientação sexual, entendendo melhor as demandas e subsidiando os Estados com dados.

É necessário entender que nem todas as mulheres são heterossexuais. A sexualidade é múltipla e há várias formas de expressá-las. Não se pode reproduzir, em qualquer espaço e especialmente no ambiente de cuidado com a saúde, práticas que excluam mulheres que não são heterossexuais.

- É preciso entender a experiência sexual para ver o espêculo adequado no exame.



- Incentivar as lésbicas para a realização de todos os exames preventivos, desde o colo de útero, mama, HIV/Aids, hepatites virais e outras IST's.

- Mesmo que o formulário não tenha a questão orientação sexual, é fundamental colocar no prontuário.



**Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber**

Depoimentos

Depoimentos de profissionais de saúde que tem a prática inclusiva e um olhar para a saúde integral para a população de Lésbicas e Mulheres Bisssexuais.

"Um Olhar na atenção à saúde da mulher LB"

Lindinere Ferreira (Enfermeira)

Quando pela força do meu exercício de militante na saúde e do controle social, fui direcionada a compreender o universo LGBT, no processo de discussão da adoção do nome social nos formulários da Secretaria de Saúde do Recife e ao participar do processo de implantação e implementação da Política Nacional de Saúde da População LGBT, realizando seminários regionais por todo o Estado. Através do Conselho Estadual de Saúde, pude conhecer de perto as dores e as dissabores que essas cidadãs vivenciam no seu cotidiano e principalmente na busca da assistência à saúde. Foi um processo contínuo e sistêmico de desconstrução da minha visão equivocada sobre essa população; que tem especificidades e dificuldades de acesso ao entender as questões de gênero e as diversas formas de se sentir mulher. Neste universo, foi difícil e desafiador para a minha vida pessoal e na minha prática profissional como enfermeira, apesar de nunca ter norteado a minha prática profissional em padrões, nem concepções impostas por essa sociedade anacrônica e muito menos sedimentado em cima de dogmas religiosos fundamentalistas e autoritários que julgam e condenam uma pessoa por causa da sua orientação sexual.

Para mim, como enfermeira, o ato de cuidar e acolher uma pessoa sempre deve estar voltados a proporcionar um atendimento e uma assistência

com vistas a atender as demandas apontadas pelas usuárias no atendimento na unidade ou no domicílio de forma satisfatória.

Por isso, acredito que ao acolher a cidadã LB no serviço de saúde, este acolhimento deve ser essencialmente humanizado, olhando essa mulher de forma holística, garantindo a ela o acesso integral e de forma equânime, para que possa atendê-la interdisciplinarmente dentro da sua necessidade, integridade, especificidade e ao atender essa usuária é preciso garantir um espaço tranquilo, de escuta e conduta profissional isenta de qualquer pré-conceitos ou julgamentos, para dar segurança na coleta de informações e nas demandas a serem atendidas. O respeito a não violação da sua intimidade e integridade deve ser uma prática profissional constante, a fim de não costringer essa mulher em situação que a impeçam de retornar a qualquer serviço.

Não concebo uma assistência à saúde preconceituosa, discriminatória, excludente, seletiva, nem misógina. Acredito na assistência como uma forma de cuidar da outra com dignidade, garantido todos os direitos fundamentais, universais e constitucionais.

Aprendi ao longo dos anos, acompanhando a luta dessas mulheres, que ser mulher não é como os outros a enxergam através de estereótipos e

"O direito de ser feliz com saúde integral"

Clayton Davyd (Médico-ginecologista do Hospital da Mulher do Recife, ambulatório LBT.)

A oportunidade de participar de um novo projeto desafia-me enquanto profissional de saúde. Um olhar diferente, respeitoso com a vida e sem preconceito.

Indicações

Algumas indicações de pautas prioritárias para a população Lésbica, extraídas das conferências de saúde LGBT e de mulheres e da luta dos movimentos nas últimas décadas:

- ◆ Incluir nos prontuários do SUS a orientação sexual
- ◆ Campanhas de sensibilização para que as lésbicas acessem os serviços de saúde
- ◆ Formação para os/as profissionais de saúde para melhor atendimento
- ◆ Garantir no SUS a reprodução assistida para as casais lésbicos
- ◆ Cofinanciamento de projetos nacionais e estaduais para capacitação de profissionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência

Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber

Anexos

Anexo I:

GRUPOS DE LÉSBICAS DE PERNAMBUCO		
Nome	Contato/telefone	E-mail
AANHOP - Associação e Movimento Homossexual do Recife	Ada Carla Gomes - (81) 9.5502-0007 Antônia Dosíteles - (81) 9.5793-608 Gêneia Santana - (81) 9.6271-4316	andrei@lemonpie@gmail.com muffetdelu@igmail.com monogemurash@gmail.com
Associação de Defesa à Liberdade de Gênero no Vale do São Francisco	Adriana Miranda - (87) 8.8848-9446	adriana_clovis@hotmail.com
Associação Simão dos Costa / Salgueiro - PE	Adriane Gomes - (81) 9.8817-4771	adriane@simao532@gmail.com adriane@simao532@gmail.com
Grupo da Diversidade de Joaquim Nabuco	Kassia Slesher - (81) 9.8998-0332	kassiaslesher77@gmail.com
Grupo LULAS - Universidade, Unid6, Aktiv6 Sexual de Lesbicas e Mulheres Boleiros	Rita de Cássia - (81) 9.9665-0721 Ana Carla Gomes - (81) 9.5502-0007 Alexandra Maher - (81) 9.2548-8036	grupolulas@gmail.com
Movimento Gay (gays) de Ilhópolis	Ana Maria Viana - (81) 9.2475-3202 Manoela Alves - (81) 9.9702-9388 Cléia Costa - (81) 9.9975-3433	lathol@ychoa.com.br manuelaadv@gmail.com cléia2003@gmail.com levesluciana2000@yahoo.com.br
REDES LOCAIS E NACIONAIS		
Nome	Contato/telefone	E-mail
ABJ - Articulação Brasileira de Lesbicas	Rita de Cássia - (81) 9.9665-0721	ritadcp@gmail.com
Ilô de Universidade	Isene Rios - (81) 9.9992-0453	isene@iseneuniv@gmail.com
Condom - (BR)	Neuza Rios - (81) 9.9992-0453 Neuza Rios - (81) 9.9992-0453	condombr@gmail.com
CONJES - Conselho de Lesbicas e Mulheres Boleiros de PE	Rebeca Evelyn Rodrigues - (81) 9.8883-5062 Cariny Antônia Dosíteles - (81) 9.8883-608 Cabo Angela Oliveira - (81) 9.8871-0233 Yvonne Andreia Santana - (81) 9.8848-9446 Carinygabrielle Oliveira - (81) 9.8848-9446 Sônia de São Francisco - (81) 9.9992-0453 Salgueiro - Adriana Gomes - (81) 9.8817-4771 Bomfim das Gêmeas - Ana Lúcia Ferreira - (81) 9.9871-4487 / Sônia Oliveira - (81) 9.9871-4487 Pauzeira - Jussara Nóbrega - (81) 9.9871-4487 São Lourenço do Mito - Angelika Araújo - (81) 9.9871-4487	conjupes@gmail.com
Foram LGBT de PE	Rebeca Rodrigues - (81) 9.8879-3508 Thiago Rocha - (81) 9.8879-3508 Cherley Claudston - (81) 9.9880-8423	foramlgbt@gmail.com
Forum de Mulheres de PE	Joscelito Duda - (81) 9.9992-3888	joscelitoduda@gmail.com
BMW - Marcha/Mundo das Mulheres	Andressa Dufon - (81) 9.9945-9943	adufon@hotmail.com
Grupo LGBT de Petrolina	Daniela Viana - (81) 9.9953-7943	danielaviana@petrolina@gmail.com
Movimento Color de Pernambuco	Roseli Maciel - (81) 9.9953-7943	roseli@movimentocolorpe.com.br
Grupo Lulas e Cores de Caluário	Wendelene Costa - (81) 9.9948-8559	wendelene@lulas.com.br
IBE - Liga Brasileira de Lesbicas	Ruthia Rodrigues - (81) 9.8889-1504	ruviana0017@gmail.com
UBM - União Brasileira de Mulheres	Isene Rios - (81) 9.9992-0453 / (81) 9.9992-0453	isene@ubm.univ@gmail.com
Rede Sapiens	Luciana Silva - (81) 9.8883-4672 Poliny Aquino - (81) 9.9665-3800	redesapienspe@gmail.com
Marcha das Mulheres Têxteis	Vera Sônia - (81) 9.9977-3383	verasonia00@gmail.com
Movimento Negro Unificado	Marta Almeida - (81) 9.8883-4702	marta@movimentonegro.com.br
MPIC - Movimento de Pessoas Indígenas de Pernambuco	Daniela Teixeira - (81) 9.8883-9888	daniela@mpic421@gmail.com
CONSELHOS		
Nome	Contato/telefone	E-mail
Conselho de Saúde de Pernambuco	Ana Cláudia Cabral - (81) 364-400	saude@pe.gov.br
Conselho de Saúde de Recife	Jonifra Brando - (81) 3365-3346	consulsaude@pe.gov.br
CEDM - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Pernambuco	Silvia Cordeiro - Belénia Soares - (81) 363-2999	cedm@engcmulher.pe.gov.br

Anexos

Anexo II

Locais de atendimento especializados:

Hospital da Mulher do Recife/Centro de atenção à Mulher: Rod BR-101, 5/N - Curado, Recife - PE - (81) 2011.0100
 Centro de Referência Clance Lispector: (81) 3355.3008 / 3069 / 3010
 Centro de Referência da Mulher Maristela Just: (81) 3468.2485
 Centro de Referência da Mulher Márcia Dangemson: 0800.281.2008
 Centro de Referência Maria Purcina Siqueira Souto de Atendimento à Mulher: (81) 3524.9107
 Centro de Referência Dana Amorim: (81) 3551.2505
 Tirar dúvidas sobre o acesso à Lei Maria da Penha e locais de atendimento:
 • Central de Atendimento Cidadã Pernambuco: 0800.281.8187
 • Central de Atendimento à Mulher do Governo Federal: 160
 Polícia: 190 (quando a violência estiver ocorrendo)

Centro de atendimento a vítima de violências LGBTfóbicas:

Centro Municipal de Referência e Cidadania LGBT do Recife

Rua dos Médicos, 86 - Boa Vista - Recife - PE
 Fone: (81) 3355.3456
 Atendimento psicológico, jurídico e assistencial.
 Horário de funcionamento: De 2^a a 6^a feiras, das 08 às 17h.

Centro Estadual de Combate à LGBTfobia/SJDH

Rua Santa Elías, 535 - Espinheira - Recife - PE
 Fone: (81) 3382.7665

Gestos:

Para Agendar Ligue: (81) 3421.7670 / 7672
 Atendimento Jurídico Presencial: Quarta e Quinta-Feira (9h-12h e 14h-17h)
 Dúvidas Jurídicas Por Telefone: Sexta-Feira (9h-12h)
 Responsável: Laura Kerstenetzky | Advogada
 E-mail: laura.smk@gestos.org
 Endereço: Rua dos Médicos, 68 - Boa Vista, Recife/PE
 www.gestos.org

Central de Atendimento Disque 100

Denúncias de violências LGBTfóbicas em todo Brasil.
 Telefone - ligação gratuita 24 horas: 100
 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
<http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>

O que é?

É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes; Pessoas Idosas; Pessoas com Deficiência; LGBT; Pessoas em Situação de Rua e Outros; como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade.

**Se você é lésbica
seu/ua profissional de saúde
precisa saber**

Anexos

O serviço inclui, ainda, a disseminação de informações sobre direitos humanos e orientações acerca de ações, programas, campanhas e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

Central de atendimento à Mulher

O Ligue 180 foi criada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o país. A ligação é gratuita.

<http://www.spm.gov.br/ligue-180>

Programa Mulher Cidadã da Secretaria da Mulher vítimas de violências do Estado de Pernambuco

Atendimento especializado à mulher com orientações sobre o acesso à Lei Maria da Penha, tirando dúvidas e encaminhamentos a locais especializados.

0800 281.8187 (a ligação é gratuita e pode ser feita de telefone fixo ou celular).

As denúncias também podem ser realizadas pela internet: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/cidada-pernambucana>

DELEGACIAS DA MULHER	
Departamento Policial da Mulher – DPMUL Rua Francisco Jacintho, 395 – Santa Afonso Recife/PE CEP: 51.100-350 Fone: (81) 3184.3568 / 3569	1ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Recife Rua Siqueira Campos, 304 – 1º andar – Santo Antônio Recife/PE – CEP: 50.010-932 Fone: (81) 3184.3354 / 3356/3357 Plantão 24 horas – (81) 3184.3355
2ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Jaboatão dos Guararapes Rua Estrada da Batalha S/N, 6º Batalhão – Prazeres/PE – CEP: 54.315-010 Fone: (81) 3184.3444 / 3446 / 3447 Plantão (dias de semana) das 18h da sexta até às 08h da segunda	3ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Petrolina Rua Castro Alves, 57 – Centro /PE CEP: 56.309-340 Fone: (82) 3866.6625 / 6629 / 6627 / 6628
4ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Caruaru Rua Dalton Santos, 113 – São Francisco, Caruaru/PE CEP: 55.006-380 Fone: (81) 3719.9106 / 9108 / 9109 Plantão (dias de semana) das 18h da sexta até às 08h da segunda	5ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Paulista Rua Praça Frederico Lundgren, S/Nº – Centro, Paulista/PE CEP: 53.401-250 Fone: (81) 3184.7072 / 7071 / 7077
7ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Surubim Rua Santos Dumont, S/74, Cabaceiras, Surubim/PE CEP: 55.750-000 Fone: (81) 3624.1987 / 963	8ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Goiana Rua 65, Loteamento Carvalho Ferreira, Centro, Goiana/PE CEP: 55.900-000 Fone: (81) 3626.8513 / 8509
9ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Garanhuns Rua Frei Conega, 460 – Holópolis, Garanhuns CEP: 55.299-545 Fone: (87) 3761.8511 / 8510	10ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Vitória de Santo Antão Av. Henrique de Holanda, 1333 – Redenção – Vitória de Santo Antão Cep: 55.602-000 Fone: (81) 3526.8787 / 8728 / 8788 / 8790
14ª Delegacia de Atendimento à Mulher – Cabo de Santo Agostinho Rua Nova, 233 – Vila Santo Inácio, Cabo de Santo Agostinho/PE, CEP: 54.515-015 Fone: (81) 3518.1960 / 3182-5445 / 5446 (no antigo escritório do Garapui)	

Anexos

OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS – VIOÊNCIA SEXUAL	
Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM Rua Visconde de Mamanguape, S/N – Encruzilhada – Recife/PE. Fone: (81) 3182.7701 / 7700.	Serviço de Apoio à Mulher Wilma Lessa / Hospital Agamenon Magalhães Estrada da Amial, 2723 – Casa Amarela, Recife/PE. Fone: (81) 3184.1739 / 1740 / 1601 / 3232.2329.
Hospital Dom Malan Av. Joaquim Nabuco, S/N – Centro – Petrolina/PE. (87) 3861.1412.	Hospital Jesus de Nazareno Av. Rodrigues Albreu, S/N – Maurício De Nassau – Caruaru / PE. (81) 3722.4678.

Prefeitura da Cidade do Recife:

Tele-atendimento: 0800.281.1520 - De segunda a sexta-feira, das 7h às 19h.

Atendimento Presencial ou Correspondência:

Rua Marquês do Pombal, 115 – Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.100-170 - De segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 16h.

Denúncias pela internet:

<http://ovprod01.saude.gov.br/ouvidor/ComoCadastrar.do>

Como ter acesso a Ouvidoria do Estado de Pernambuco?

Central de atendimento: 0800.286.2828. A ligação é gratuita, podendo ser feita por telefone fixo, celular ou internet.

Atendimento presencial ou por carta:

Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bonfim – Recife – PE ou no bairro da Boa Vista, na Praça Oswaldo Cruz, S/N. Atendimento presencial de segunda a sexta, das 8h às 17h.
E-mail: ouvidoria@saude.pe.gov.br

Há, ainda, Ouvidoria em alguns hospitais da rede, para atendimento presencial: Restauração, Agamenon Magalhães, Getúlio Vargas, Otávio de Freitas, Bário de Lucena, Correia Picarço, Regional do Agreste e Jaboatão Prazeres.

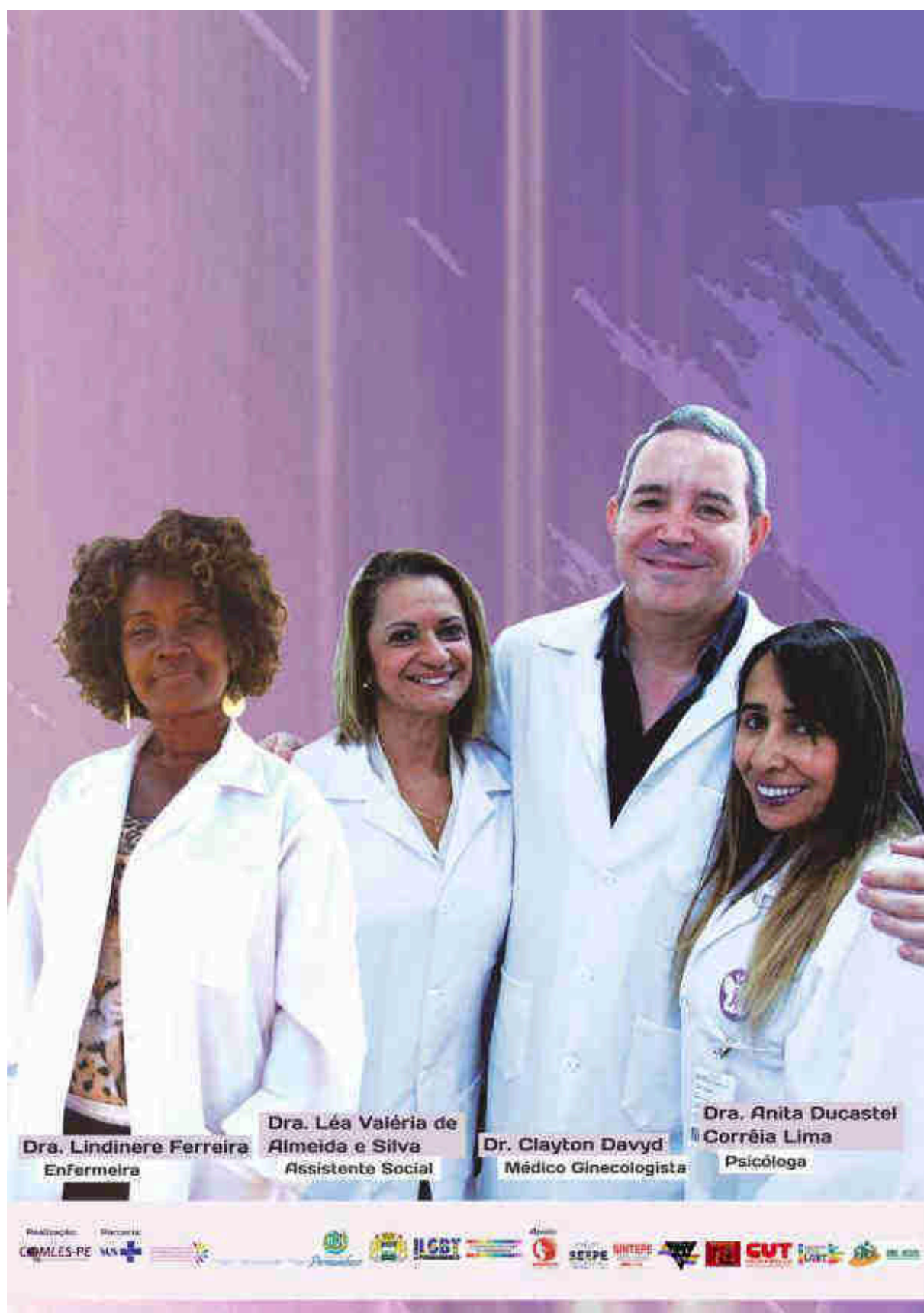
Ouvidoria Geral do SUS:

Telefone: 136 (ligação gratuita)

Ministério da Saúde:

Espanhola dos Ministérios Bloco G, Brasília-DF/CEP: 70058-900.

Telefone: (61) 3.315.2425



ANEXO J - MATERIAIS PRODUZIDOS PELO BLOCO DA DIVERSIDADE

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2012



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2013



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2014



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2015



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2016



MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO BLOCO DA DIVERSIDADE RECIFE E OLINDA – 2017



ANEXO K – MATERIAIS PRODUZIDOS PELO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PRÓ-LÉSBICAS E DE MULHERES BISSEXUAIS DE PERNAMBUCO

CARTAZ DA VISIBILIDADE 2015

POR UM PERNAMBUCO

SEM LESBOFOBIA

29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica



MAIS INFORMAÇÕES OU DENÚNCIAS:

Central de Teletendimento Cidadã Pernambucana: 0800 281 8187
 Ouvidoria da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude: 0800 081 4421
 Centro de Referência em Cidadania LGBT do Recife: 81 3355.3456
 Centro Estadual de Combate à Homofobia: 81 3183.3182



STAMPA
A marca da mídia exterior



CIDADÃ
PERNAMBUCANA

COMITÊ INTERINSTITUCIONAL
PRÓ-LÉSBICAS E MULHERES
BISSEXUAIS DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DA MULHER



Pernambuco
Estado Brasileiro

**MATERIAL DO 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A
HOMOFOBIA – 2017.**



BASTA DE LGBTFOBIA

Insultos, xingamentos e ameaças de morte são formas de violência psicológica sofridas por lésbicas, mulheres bissexuais e transexuais. Diga NÃO a Lesbofobia, Bifobia e Transfobia. Denuncie!

0800 281 8187

CIDADÃ
GOVERNADOR DO ESTADO

Pernambuco
GOVERNADOR DO ESTADO

MATERIAIS VISIBILIDADE LÉSBICA – 2017.



UFPE - Universidade de Pernambuco
 (LDB 27961/1996) e (LDB 9394/2016)
 Apoio do Conselho de Políticas, Direitos e Igualdade de Gênero (CPDGI) - UFPE, Recife

DIRETORIA
 LGBT

MAIARÁ
 CIPLMBI-PE

UFPE



MATERIAIS DO CURSO: HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL - 2018.



HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL:

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E FORÇAS POLÍTICAS

03 e 04/08

no CEDIM-PE - Rua Alfredo Lisboa,
188, 2º andar - Recife/PE
Mais Informações: 0800 281 8187

DIA	HORA	PROGRAMAÇÃO
03/08	08h	Mesa de abertura, com representações do Comitê e comissão organizadora.
	09h	Estudos sobre lesbianidades no Brasil: diálogos e interseções necessárias.
		Palestrante: Regina Facchini – Profª da UNICAMP
	11h	Intervalo - Lanche
	11h20	Retorno das atividades
	13h	Intervalo para almoço
	14h	Estudos sobre lesbianidades no Brasil: diálogos e interseções necessárias.
		Palestrante: Regina Facchini – Profª da UNICAMP
04/08	16h	Intervalo para lanche
	16h20	Retorno das atividades
	08h	Histórico do movimento lésbico no Brasil
		Palestrante: Ana Carla Lemos Mestranda em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, integrante do Grupo LUAS e do COMLESBI - Coletivo de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Pernambuco.
	11h	Intervalo para lanche
	11h20	Retorno das atividades
	13h	Intervalo para almoço
	14h	Construção do Movimento Lésbico em Pernambuco e suas construções políticas.
		Palestrantes: Insi de Fátima, fundadora do AMHQR - Movimento e Articulação de Recife e Região Metropolitana, Coordenadoria LGBT de Pernambuco.
		Rivânia Rodrigues, COMLESBI, CANDACES, Fórum LGBT de Pernambuco.
		Irene Freire, Filco da Diversidade e UNA - LGBT Estadual.
	16h	Intervalo para lanche
	16h20	Retorno das atividades
	17h	Mesa de Encerramento





HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE LÉSBICAS NO BRASIL:

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E FORÇAS POLÍTICAS

03 e 04/08
no CEDIM-PE - Rua Alfredo Lisboa,
188, 2º andar - Recife/PE
Mais Informações: 0800 281 8187














MATERIAIS PRODUZIDOS PELO LUTAS E CORES – CARUARU – PE

MATERIAIS DA VISIBILIDADE LÉSBICA 2017



MATERIAIS DA VISIBILIDADE 2018



AÇÕES EM ALUSÃO AO DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA

PROGRAMAÇÃO

27/08 - SEMINÁRIO: ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DAS MULHERES LÉSBICAS
PÚBLICO ALVO: PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE
HORÁRIO: 8h às 12h
LOCAL: AUDITÓRIO DA FACULDADE ASCES

28/08 - RODA DE DIÁLOGO: NOSSA SAÚDE IMPORTA
HORÁRIO: 19h / PÚBLICO ALVO: MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS
LOCAL: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES /
RUA PADRE ROLIM, N°40 - BAIRRO MAURÍCIO DE NASSAU

29/08 - OFICINA DE DISCOTECAGEM
HORÁRIO: 19h / PÚBLICO ALVO: MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS
25 VAGAS DISPONÍVEIS / INSCRIÇÕES PELO EMAIL: spm@caruaru.pe.gov.br
LOCAL: HERMANOS - R. Justino Francisco da Silva, 1173 - Cedro.



DIA NACIONAL DA VISIBILIDADE LÉSBICA

29/08
QUARTA-FEIRA

OFICINA DE DISCOTECAGEM

25 VAGAS DISPONÍVEIS / INSCRIÇÕES PELO EMAIL: spm@caruaru.pe.gov.br

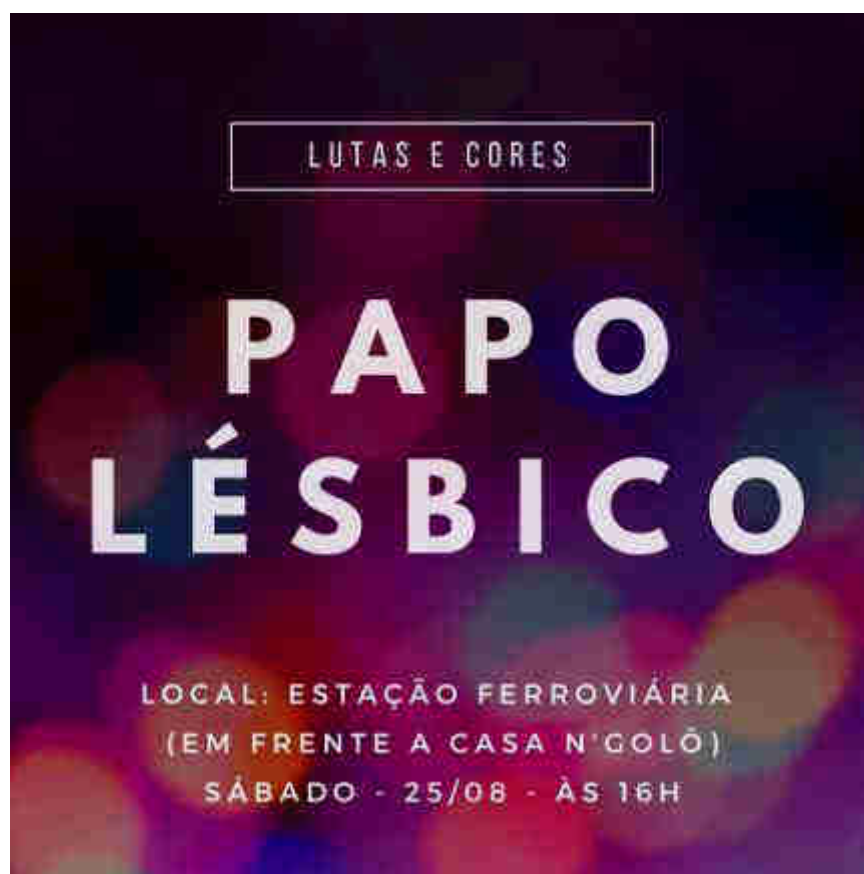
PÚBLICO ALVO: MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS

HORÁRIO: 19h

LOCAL: HERMANOS BAR / R. Justino Francisco da Silva, 1173 - Cedro



CARUARU
Cidade e Potência



ANEXO L – MATERIAIS PRODUZIDOS PELA ASSERCO

MATERIAIS PARA O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A HOMOFOBIA – 2014



POR UM SALGUEIRO SEM HOMOFOBIA

12 a 17 DE MAIO SEMANA DE COMBATE À HOMOFOBIA

PROGRAMAÇÃO

12/05 (segunda-feira) ABERTURA DA SEMANA DE COMBATE À HOMOFOBIA RODA DE DIÁLOGO: Por um Salgueiro sem Homofobia EXPOSIÇÃO ITINERANTE DE COMBATE À HOMOFOBIA Horário: 9h Local: Teatro Alaide Conserva	15/05 (quinta-feira) ENTREVISTA EM RÁDIO OFICINA DE CARTAZES Horário: 19h Local: CREAS Municipal
13/05 (terça-feira) AULA PÚBLICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES Horário: 8h Local: Câmara Municipal de Vereadores Rua Prof. Urbano de Sá, 14 - Santa Antônio	16/05 (sexta-feira) ENTREVISTA EM RÁDIO CINE-ASSERCO Horário: 19h Local: Teatro Alaide Conserva
RODA DE DIÁLOGO Horário: 19h30 min Local: CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos Rod. BR 232, s/n - Lot. N. Sra. da Conceição	17/05 (sábado) MARCHA DE COMBATE À HOMOFOBIA E TODOS OS TIPOS DE DISCRIMINAÇÃO Horário: 17h Concentração: Praça da Bomba
14/05 (quarta-feira) RODA DE DIÁLOGO Horário: 10h30 min Local: Escola Dr. Severino Alves de Sá Rua Expedito de Sá Araújo, S/n - Bairro Planalto	
CAFÉ COM MÃES LGBT Horário: 15h Local: CREAS Municipal	

DISQUE:

100

E DENUNCIE

CREAS Municipal
87 3871.7091
 CREAS Regional
87 3871.0081
 Polícia Militar
190









**POR UM
SALGUEIRO SEM
HOMOFOBIA**

**12 a 17 DE MAIO
SEMANA DE COMBATE
À HOMOFOBIA**

GARANTA DIREITOS E PROMOVA A CIDADANIA LGBT

**DISQUE: 100
E DENUNCIE**

CREAS Municipal
87 3871.7091
CREAS Regional
87 3871.0081
Polícia Militar
190

I Caminhada contra a Homofobia
Por um SALGUEIRO sem violência.

04 de Fevereiro de 2014
às 17 horas

Concentração:
Praça da Academia da Cidade
Salgueiro/PE

**DIGA NÃO
À HOMOFOBIA**



**MATERIAIS PARA O 17 DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DE LUTA CONTRA A
HOMOFOBIA – 2016**



ANEXO M - LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS**LEI Nº 16.780/2002**

(Regulamentada pelo Decreto nº 26.029/2011)

TODA FORMA DE DISCRIMINAÇÃO É ODIOSA E CONSTITUI CRIME CONTRA A PESSOA E AOS DIREITOS HUMANOS COMO UM TODO. A DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA PRÁTICA E COMPORTAMENTO SEXUAL DO INDIVÍDUO É CRIME E DEVE SER TRATADO E PUNIDO COMO TAL, NA FORMA DA PRESENTE LEI.

O povo da Cidade do Recife, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É proibida qualquer forma de discriminação ao cidadão com base em sua orientação sexual.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se por orientação sexual a liberdade do cidadão de expressar abertamente seus afetos e relacionar-se emocional e sexualmente com pessoas do mesmo sexo ou oposto, sejam eles homossexuais masculino ou feminino, independente de seus trajés, acessórios, postura corporal, tonalidade da voz ou aparência.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por discriminação qualquer ato ou omissão que caracterize constrangimento, proibição de ingresso ou permanência, exposição a situação vexatória, tratamento diferenciado, cobrança de valores adicionais ou preterimento no atendimento.

Art. 2º Constitui ato discriminação em razão da orientação sexual, dentre outros:

I - Impedir ou dificultar o acesso, recusar atendimento a usuário, cliente ou comprador, em estabelecimento públicos ou particulares;

II - Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno (a) em estabelecimento de ensino públicos ou privado de qualquer grau;

III - Impedir o acesso as entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevados ou escala de acesso aos mesmos;

IV - Impedir acesso ou uso de transportes públicos tais como ônibus, trens, metrô, carros de aluguel, aeronaves, barcos ou outro meio de transporte de concessão pública;

V - negar ou dificultar o aluguel ou aquisição de imóvel ou criar embaraços à utilização de dependências comuns ao proprietário ou locatário bem como, seus familiares e amigos;

VI - Recusar, dificultar ou preterir atendimento médico ou ambulatorial em estabelecimento público ou privado destinado a este fim;

VII - Praticar, induzir ou incitar pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou o preconceito com base na orientação sexual;

VIII - Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que incite ou induza a discriminação, o preconceito, o ódio e a violência com base na orientação sexual;

IX - Negar emprego, demitir sem justa causa ou impedir ou dificultar a ascensão profissional em empresa privada;

X - Impedir ou obstar o acesso de alguém devidamente habilitado a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta do município, bem como das concessionárias de serviços públicos municipais.

Art. 3º É vedada à administração municipal, direta ou indireta, a contratação de empresas que reproduzem as práticas discriminatórias relacionadas nesta lei.

Art. 4º A inobservância, ainda que por desconhecimento, ou descumprimento consciente ao disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções: I Multa; II - Suspensão temporária do alvará ou autorização de funcionamento; III Cassação do alvará ou autorização de funcionamento.

Art. 5º Na aplicação de multa, será levada em consideração a capacidade econômica do estabelecimento infrator. Quando associada a atos de violência ou outras formas de preconceito baseada na raça ou cor, gênero, portadora de necessidades especiais, convicção religiosa ou política e condição social ou econômica, a multa será triplicada devendo ser aplicada conjuntamente a suspensão temporária do funcionamento.

Art. 6º Os casos de comprovada reincidência implicarão na punição máxima, isto é a cassação definitiva do alvará de funcionamento.

Art. 7º Num prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação, o Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, incorporado à mesma e nela definindo os seguintes dispositivos:

I - Indicação do (s) órgãos(s) municipal (is) com competência para colher as denúncias de infração;

II - Procedimentos na forma de processo administrativo para apuração das denúncias, inclusive quanto a prazos e tramitação;

III - Critérios de punição tais como valores de multas, formas e prazos de recolhimento e anúncio público das sanções;

IV - Destinar o valor da multa para ONGs (Organização Não Governamental) que tratem de questões relacionadas com a discriminação da vítima;

V - Garantia de ampla defesa aos acusados por denúncia;

VI - Campanha de divulgação e conscientização no âmbito dos órgãos públicos municipais, a funcionários e contribuintes, do teor desta lei e sua regulamentação.

Art. 8º Não poderá a autoridade municipal recusar-se a determinar a abertura de processo administrativo sempre que a denúncia for apresentada por meio de requerimento escrito ao órgão municipal definido pela regulamentação, sob pena de responsabilização funcional. Tal requerimento poderá ser apresentado por qualquer cidadão, mesmo que o requerente não tenha sido a pessoa diretamente prejudicada pelo ato discriminatório.

Art. 9º Ficando constatada a incitação ao ódio e à violência, a autoridade pública municipal deverá comunicar o ocorrido à autoridade policial e ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 10 No caso de produções de materiais com caráter discriminatório, apreensão dos mesmos e, quando considerado procedente a denúncia, a destruição de tais materiais.

Art. 11 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Revogam-se as disposições em contrário.

Recife, 28 de junho de 2002.

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito

LEI Nº 17025 DE 13 DE SETEMBRO DE 2004

PUNE NOS TERMOS DESTA LEI QUALQUER ATO DISCRIMINATÓRIO AOS HOMOSSEXUAL, BISSEXUAL OU TRANSGÊNERO, INSTITUI O DIA 17 DE ABRIL O DIA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Ver tópico (8 documentos)

O povo da Cidade do Recife, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Serão punidos, nos termos desta Lei, toda e qualquer manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra qualquer cidadão homossexual, bissexual ou transgênero. Ver tópico

Art. 2º Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos homossexuais, bissexuais ou transgêneros, para os efeitos desta Lei: Ver tópico

I- submeter o cidadão homossexual, bissexual ou transgênero a qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica; Ver tópico

II- proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público; Ver tópico

III- praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em Lei; Ver tópico

IV- preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares; Ver tópico

V- preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade; Ver tópico

VI- praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado; Ver tópico

VII- inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional; Ver tópico

VIII- proibir a livre expressão e manifestação de afetividade do cidadão homossexual, bissexual ou transgênero, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos. Ver tópico

Art. 3º São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda e qualquer organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Município, que intentarem contra o que dispõe esta Lei. Ver tópico

Art. 4º A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta Lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante: Ver tópico

I- reclamação do ofendido; Ver tópico

II- ato ou ofício de autoridade competente; Ver tópico

III- comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos. Ver tópico

Art. 5º O cidadão homossexuais, bissexual ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por carta, telegrama, telex, via internet ou fax ao órgão estadual competente e/ou a organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos. Ver tópico

Parágrafo Único - A denúncia deverá ser fundamentada através da descrição do fato ou ato discriminatório, seguido da identificação de quem faz a denúncia, garantindo-se, na forma da Lei, o sigilo do denunciante. Ver tópico

Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes: Ver tópico

I - advertência; Ver tópico

II - pagamento de multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais); Ver tópico

III - multa de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), em caso de reincidência; Ver tópico

IV - suspensão da licença para funcionamento por 30 (trinta) dias; Ver tópico

V - cassação da licença para funcionamento. Ver tópico

§ 1º VETADO Ver tópico

§ 2º VETADO Ver tópico

Art. 7º VETADO Ver tópico

Art. 8º Fica instituído, no âmbito Municipal, o "Dia 17 de Abril como dia da diversidade", a ser comemorado anualmente, e integrando oficialmente o calendário da cidade do Recife. Ver tópico

Art. 9º As entidades que atuam no combate a discriminação sexual poderão manifestar-se através de eventos, campanhas, seminários, palestras, congressos a fim de comemorar esta data. Ver tópico

Parágrafo Único - A presente Lei não acarretará despesas ao Executivo Municipal, para sua execução, sendo necessário apenas regulamentá-la. Ver tópico

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ver tópico
Recife, 13 de setembro de 2004

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito

PANFLETO DA PREFEITURA DE OLINDA - LEI MUNICIPAL



Dia Internacional de Combate à Homofobia – Entre 1948 e 1990, a organização mundial da saúde (OMS) classificou a homossexualidade como um transtorno mental.

Em 17/05/1990, a assembleia geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da classificação internacional de doenças, declarando que a "homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão". A nova classificação entrou em vigor entre os países – membros das Nações Unidas em 1993. Isso marca o fim de um ciclo de 2000 anos em que a cultura judaico-cristã encarou a homossexualidade primeiro como pecado, depois como crime e, por último, como doença.





Dia do orgulho de LGBT ou dia do orgulho de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais – porque a data marca o único movimento moderno de LGBT em prol da liberdade de expressão e igualdade de direitos deste segmento da população. Em 1969 ocorreu a "Rebelião de Stonewall" (bar de frequência de LGBT) sofreu repetidas batidas policiais sem justificativa.

Naquele dia, os frequentadores cansados da repressão reagiram à polícia nova-iorquina e o tumulto seguiu durante três dias, mudando para sempre as atitudes repressivas das autoridades perante as pessoas de LGBT e dando início à luta pela igualdade de direitos de LGBT. Desde então a data é celebrada por meio de paradas e outros eventos culturais, em uma expressão de orgulho de assumir publicamente a orientação sexual e identidade de gênero de LGBT. Em vigor no Brasil desde 2003, às vezes, a data é chamada de dia do orgulho gay.





5794/2012 – Art. 1º - A presente lei dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo do Município de Olinda, bem como sobre as competências atribuídas aos seus órgãos. Criação da Coordenadoria de LGBT do município.

5165/99 – Art. 1º - Sobrerão penalidades de multa até cassação de seus alvarás de funcionamento, os estabelecimentos de pessoa física ou jurídica que, no território do município de Olinda praticarem ato de discriminação racial, de gênero, por orientação sexual, étnica, religiosa, em razão de nascimento, de idade, estado civil, de trabalho rural ou urbano, de filosofia ou convicção política, deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, de cumprimento de pena, cor ou em razão de qualquer particularidade ou condição.



O segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais vem se destacando na conquista de seus direitos como cidadãos, sendo assim, Olinda avança neste sentido com a criação da Coordenadoria de LGBT na perspectiva de proporcionar cidadania a população de LGBT do município através de políticas públicas voltadas para o seguimento.





DISK 100
Coordenadoria de LGBT de Olinda

Av. Getúlio Vargas, 536, Bairro Novo
Contato: (81) 3429-6777 / (81) 3425-7425
Coordenador: Alexandre Ramos
e-mail: coordenadorlgbt@olinda.pb.gov.br

Centro Estadual de Combate a Homofobia (CECH)

Rua Benfina, nº 133, Madalena, Recife/PE
Telefone: (81) 3183-1182
Email: cech@secedh.pe.gov.br



Secretaria de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos

Coordenadoria LGBT de Olinda Secretaria Executiva de Mulher e Direitos Humanos



Olinda sem homofobia:
Na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Coordenadoria

LGBT OLINDA

